



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades

Roberto Santana Santos

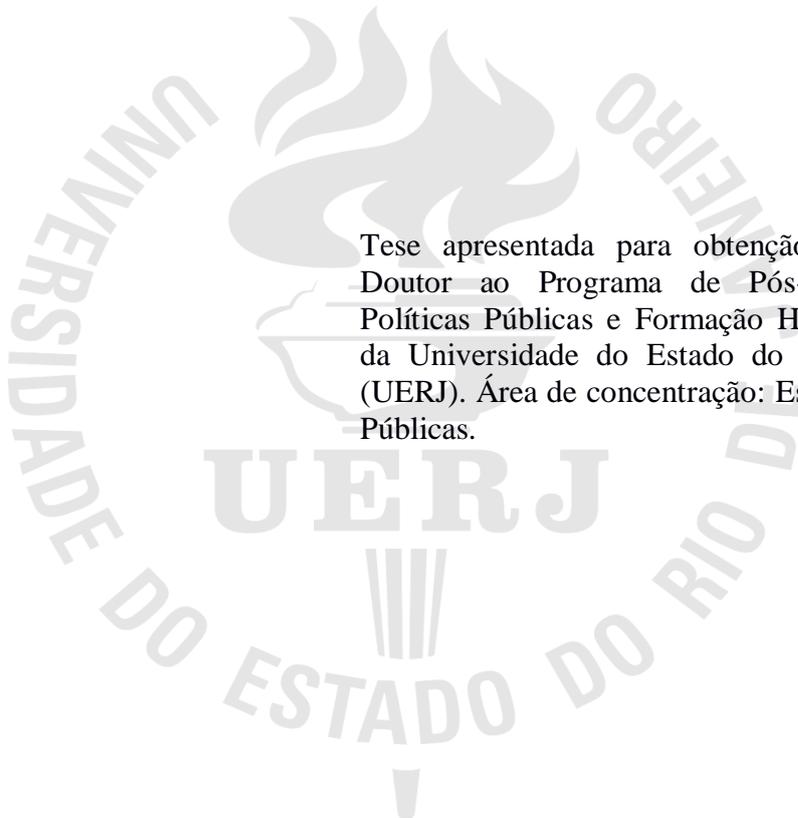
**O capitalismo dependente brasileiro e a globalização neoliberal: três
momentos de uma inserção subalterna (1980-2016)**

Rio de Janeiro

2019

Roberto Santana Santos

**O capitalismo dependente brasileiro e a globalização neoliberal: três momentos de uma
inserção subalterna (1980-2016)**



Tese apresentada para obtenção do título de Doutor ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Área de concentração: Estado e Políticas Públicas.

Orientadores: Prof. Dr. Theotonio dos Santos Júnior e
Prof. Dr. Zacarias Jaegger Gama (substituto)

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S237 Santos, Roberto Santana.
O capitalismo dependente brasileiro e a globalização neoliberal: três momentos de uma inserção subalterna (1980-2016) / Roberto Santana Santos. – 2019.
395 f.

Orientador: Theotonio dos Santos Júnior
Orientador (substituto): Zacarias Jaegger Gama
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades.

1. Políticas Públicas – Teses. 2. Nova República – Teses. 3. Revolução Científico-Técnica – Teses. I. dos Santos, Theotonio. II. Gama, Zacarias Jaegger. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. IV. Título.

es

CDU 306(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Roberto Santana Santos

O capitalismo dependente brasileiro e a globalização neoliberal: três momentos de uma inserção subalterna (1980-2016)

Tese apresentada para obtenção do título de Doutor ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Área de concentração: Estado e Políticas Públicas.

Aprovada em 12 de abril de 2019.

Orientador:

Prof. Dr. Theotonio dos Santos Júnior
Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana -
UERJ

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Zacarias Jaegger Gama (Orientador substituto)
Faculdade de Educação - UERJ

Prof^a Dr.^a Monica Esmeralda Bruckmann Maynetto (Co-orientadora)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Gaudencio Frigotto
Faculdade de Educação - UERJ

Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Floriano José Godinho de Oliveira
Faculdade de Formação de Professores - UERJ

Rio de Janeiro

2019

DEDICATÓRIA

Ao Mestre Theotônio, que me ensinou a ler o mundo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Rosa Maria Santana, pelo amor, carinho e pelo exemplo de ser humano que é.

A Nayane Nunes, pelo companheirismo e apoio ao longo da escrita deste trabalho.

Aos companheiros Gabriel Siqueira e João Claudio Pitillo, pelos debates e reflexões.

Às minhas amigas Evelyn Sobrinho e Mariana Minhava, sempre presentes e queridas, não importa se as coisas vão bem ou não. Ao amigo Benjamim Andrade, pela amizade e lealdade.

Agradeço a Pedro Enrique Monforte pelo auxílio nas partes gráficas deste trabalho, sem o qual seria impossível concluí-lo.

Um agradecimento especial aos companheiros e companheiras de militância, que fazem a vida mais nobre.

Aos docentes, técnicos e trabalhadores do PPFH-UERJ pela maravilhosa convivência de quatro anos de doutorado.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo financiamento de bolsa de doutorado que viabilizou esse trabalho.

Ao povo brasileiro, que por meio de seu trabalho duro e honesto possibilitou essa pesquisa. A retribuição se encontrará sempre em minha dedicação para mudar nosso país em prol das maiorias e corrigir as terríveis desigualdades que nos são impostas.

Um agradecimento especial ao querido mestre Theotônio dos Santos (*in memoriam*), orientador desta obra e de minha vida intelectual. Antes da defesa desta tese, ocorreu sua desaparecimento física, o que, de maneira nenhuma, apagará seu exemplo em ser um pensador comprometido com as grandes causas do povo brasileiro e da humanidade, as quais levarei à frente. Agradeço também ao Professor Zacarias Gama e à Professora Monica Bruckmann, que gentilmente concordaram em prosseguir a orientação após o falecimento de seu mentor original.

Roberto Santana Santos
Rio de Janeiro, janeiro de 2019

RESUMO

SANTOS, Roberto Santana. *O capitalismo dependente brasileiro e a Globalização neoliberal: três momentos de uma inserção subalterna (1980-2016)*. 2019. 395 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

O presente trabalho expõe uma análise do capitalismo dependente brasileiro a partir da década de 1980 e suas transformações até o ano de 2016, com o objetivo de demonstrar a renovação de seu caráter dependente através de sua inserção subordinada na Globalização neoliberal. Analisa as mudanças estruturais em consonância com os principais fatos e processos históricos ocorridos durante o período abordado, a partir dos aportes da teoria marxista da dependência e do entendimento da Revolução Científico-Técnica e da Globalização dentro dos marcos do materialismo histórico, principalmente, da contribuição do intelectual brasileiro Theotonio dos Santos. O exame de dados estatísticos, aliados ao conjunto de obras bibliográficas utilizadas, permitiu a constatação da remodelação da economia brasileira no período analisado e a identificação de movimentações conjunturais que levaram ao estágio atual da estrutura socioeconômica do país e ao papel que desempenha no sistema mundial.

Palavras-chave: Nova República. Revolução Científico-Técnica. Dependência. Globalização. Neoliberalismo.

ABSTRACT

SANTOS, Roberto Santana. *The Brazilian dependent capitalism in the neoliberal Globalization: three moments of a subaltern insertion (1980-2016)*. 2019. 395 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

This thesis presents an analysis of Brazilian dependent capitalism and its transformations from the 1980s until the year 2016, with the aim of demonstrating the renewal of its dependent character through its subordinate insertion in neoliberal globalization. It analyzes the structural changes in consonance with the main facts and historical processes that occurred during the period covered, from contributions of the Marxist dependency theory and the understanding of the scientific and technological revolution and Globalization within the frameworks of historical materialism, mainly the contribution of the Brazilian intellectual Theotonio dos Santos. The analysis of statistical data, together with the bibliographical works used, allowed to verify the reshaping of the Brazilian economy in the covered period and the identification of conjunctural movements that led to the current state of the country's socioeconomic structure and its role in the world system.

Keywords: Brazilian New Republic. Scientific and technological revolution. Dependency. Globalization. Neoliberalism.

RESUMEN

SANTOS, Roberto Santana. *El capitalismo dependiente brasileño y la Globalización neoliberal: tres momentos de una inserción subalterna (1980-2016)*. 2019. 395 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Esta tesis presenta un análisis del capitalismo dependiente brasileño a partir de la década de 1980 y sus transformaciones hasta el año 2016, con el objetivo de demostrar la renovación de su carácter dependiente a través de su inserción subordinada en la Globalización neoliberal. Se analiza los cambios estructurales en consonancia con los principales hechos y procesos históricos ocurridos durante el período abordado, a partir de los aportes de la teoría marxista de la dependencia y del entendimiento de la Revolución Científico-Técnica y de la Globalización dentro de los marcos del materialismo histórico, principalmente, del intelectual brasileño Theotonio dos Santos. El examen de datos estadísticos, aliados al conjunto de obras bibliográficas utilizadas, permitió la constatación de la remodelación de la economía brasileña en el período analizado y la identificación de movimientos coyunturales que llevaron al estado actual de la estructura socioeconómica del país y al papel que desempeña en el sistema mundial.

Palabras-clave: Nueva República brasileña. Revolución Científico-Técnica. Dependencia. Globalización. Neoliberalismo.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Composição das exportações brasileiras entre 1994-2014, anos selecionados (%).....	126
Gráfico 2 - Composição das exportações brasileiras entre 1995-2016 por intensidade tecnológica, anos selecionados (%).....	127
Gráfico 3 - Participação da Indústria de Transformação no PIB brasileiro 1947-2016 (%).....	129
Gráfico 4 - Participação da Indústria de Transformação no Emprego Formal brasileiro 1985-2015 (%)	130
Gráfico 5 - Penetração das importações na indústria de transformação 1995-2014 (%) ...	132
Gráfico 6 - Composição da Dívida Pública Federal (%).....	144
Gráfico 7 - Déficit comercial dos Estados Unidos 1966-2016 (em milhões de US\$)	169
Gráfico 8 - Déficit fiscal dos Estados Unidos 1966-2016 (em % do PIB).....	169
Gráfico 9 - Taxa de juros reais dos Estados Unidos 1979-1989 (%).....	175
Gráfico 10 - Preço do barril de petróleo 1974-1989 (em US\$)	176
Gráfico 11 - Inflação na transição para o real 1990-1998 (%)	227
Gráfico 12 - Inflação mundial 1990-2000 (%)	229
Gráfico 13 - Crescimento do PIB 1990-2002 (%)	235
Gráfico 14 - Relação dívida externa líquida/PIB 1995-2002 (%).....	236
Gráfico 15 - Relação dívida pública líquida/PIB 1995-2002 (%).....	236
Gráfico 16 - Taxa de juros Selic 1995-2002 (%).....	237
Gráfico 17 - Evolução das reservas internacionais líquidas 1995-2002 (US\$ bilhões)	238
Gráfico 18 - Inflação IPCA 1995-2002 (%)	238
Gráfico 19 - Inflação comparada Brasil x Mundo x América Latina e Caribe (%).....	239
Gráfico 20 - Saldo da balança comercial 1995-2002 (US\$ bilhões).....	239
Gráfico 21 - Exportações brasileiras: participação dos setores por intensidade tecnológica 1995-2002 (%)	240
Gráfico 22 - Participação da indústria de transformação no PIB 1985-2003, anos selecionados (%)	241
Gráfico 23 - Formação bruta de capital fixo – variação anual 1990-2002 (% do PIB)	241
Gráfico 24 - Participação da indústria de transformação na geração de empregos formais 1985-2002 (%)	242
Gráfico 25 - Taxa de desemprego aberto 1995-2002 (%).....	243

Gráfico 26 - Grau de informalidade dos postos de trabalho 1992-2002 (%)	243
Gráfico 27 - Participação dos salários no PIB (%)	244
Gráfico 28 - Consumo das famílias – variação anual 1995-2002 (%)	245
Gráfico 29 - Taxa de pobreza e extrema pobreza 1995-2002 (%)	245
Gráfico 30 - Variação média anual das ocupações segundo a faixa de remuneração (%)	254
Gráfico 31 - Crescimento PIB China x EUA 2000-2017 (%)	277
Gráfico 32 - PIB por paridade do poder de compra China x EUA 2000-2017 (em US\$ trilhões)	278
Gráfico 33 - Média de preços das commodities no mercado internacional 2003-2017 (mês de maio como referência, em US\$)	282
Gráfico 34 - Pobreza e extrema pobreza na América Latina 2002-2017 (em % da população).....	283
Gráfico 35 - Crescimento do PIB 2003-2016 (%)	315
Gráfico 36 - Relação dívida externa líquida/PIB 2003-2016 (%).....	316
Gráfico 37 - Relação dívida pública líquida/PIB 2003-2016 (%).....	317
Gráfico 38 - Taxa de juros Selic 2003-2016 (%).....	318
Gráfico 39 - Evolução das reservas internacionais líquidas 2003-2016 (em US\$ bilhões) ..	319
Gráfico 40 - Inflação IPCA 2003-2016 (%)	321
Gráfico 41 - Saldo da balança comercial 2003-2016 (em US\$ bilhões).....	322
Gráfico 42 - Exportações brasileiras: participação dos setores por intensidade tecnológica 2003-2016 (%).....	324
Gráfico 43 - Participação da indústria de transformação no PIB 1985-2016, anos selecionados (%)	325
Gráfico 44 - Formação bruta de capital fixo – variação anual 2003-2016 (%)	326
Gráfico 45 - Participação da indústria de transformação na geração de empregos formais 2003-2016 (%)	327
Gráfico 46 - Taxa de desemprego aberto 2003-2016 (%)	329
Gráfico 47 - Grau de informalidade dos postos de trabalho 2003-2014 (%)	330
Gráfico 48 - Participação dos salários no PIB 2003-2011 (%).....	331
Gráfico 49 - Consumo das famílias – variação anual 2003-2016 (%)	333
Gráfico 50 - Taxa de pobreza e extrema pobreza 2003-2014 (%)	334
Gráfico 51 - Número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza 1994-2016, anos selecionados (milhões de pessoas).....	334
Gráfico 52 - Crescimento do PIB nos países do BRICS 2003-2014 (%).....	344

Gráfico 53 - Estratificação ampliada da População Economicamente Ativa 1995-2009 (%).....	355
Gráfico 54 - Evolução do saldo das ocupações segundo faixa de remuneração – década 1990 x década de 2000 (n° de postos de emprego).....	356
Gráfico 55 - Evolução da composição ocupacional segundo faixa de remuneração, anos selecionados (%)	356
Gráfico 56 - Variação média anual das ocupações segundo a faixa de remuneração, anos 1990 x anos 2000 (%).....	357
Gráfico 57 - Produtividade e renda média real dos trabalhadores no setor industrial 2001-2010 (índice 100 = 2001)	361

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Contradições entre capitalismo e Revolução Científico-Técnica	65
Quadro 2 - Efeitos da Revolução Científico-Técnica e contratendências do capitalismo	77
Quadro 3 - Mecanismos de funcionamento da dependência	91
Quadro 4 - Diferenças entre as versões liberal e marxista da teoria da dependência	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Média de patentes solicitadas por ano no mundo	58
Tabela 2 - Países com o maior gasto em Pesquisa e Desenvolvimento em 2015 (milhões de US\$)	60
Tabela 3 - Média da Taxa de Desemprego Aberto no Brasil por Governos 1990-2018 (%)	134
Tabela 4 - Gasto do Governo Federal com a dívida externa 1980-1989 (bilhões de R\$)	176
Tabela 5 - Inflação – IPCA 1980-1990 (%).....	177
Tabela 6 - Transferência líquida de recursos da América Latina para os EUA 1980-1988 (bilhões de US\$)	181

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCD (região)	Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema
ALBA	Aliança Bolivariana para os povos da nossa América
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brazil, Russia, India, China, South Africa [Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul]
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC5	Carta Circular nº5
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEO	Chief Executive Officer [Diretor Executivo]
CEPAL	Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe
CIDE	Contribuições de Intervenção sobre o Direito Econômico
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Democratas (partido)
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EMBRAPII	Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FLIRB	Front Loaded Interest Reduction Bond [Título de Redução de Juros]
FMI	Fundo Monetário Internacional

FUNCEF	Fundação dos Economiários Federais
FUNCEX	Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
GPS	Global Positioning System [Sistema de Posicionamento Global]
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MCMV	Minha Casa Minha Vida (programa)
MDB	Movimento Democrático Nacional
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MP	Medida Provisória
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra
NSA	National Security Agency [Agência de Segurança Nacional – Estados Unidos]
OECD	Organization for Economic Cooperation and Development [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico]
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PACTI	Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEA	População Economicamente Ativa
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A.
Petros	Fundação Petrobras de Seguridade Social

PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PLR	Participação de Lucros e Resultados
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNCTI	Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
PND	Programa Nacional de Desestatização
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PP	Partido Progressista
PPFH	Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
Previ	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
PRONA	Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSD	Partido Social Democrático
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RCT	Revolução Científico-Técnica
RDT	Reprimarização exportadora, Desindustrialização e Transnacionalização
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
STF	Supremo Tribunal Federal
TMD	Teoria Marxista da Dependência
TTSN	Tempo de Trabalho Socialmente Necessário
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNASUL	União das Nações Sul-americanas
UnB	Universidade de Brasília

UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura]
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
URV	Unidade Real de Valor
USIMINAS	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A
VASP	Viação Aérea São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
1 REVOLUÇÃO CIENTÍFICO-TÉCNICA, GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO	25
1.1 A versão corrente da Globalização.....	25
1.1.1 <u>Francis Fukuyama e o receituário ideal do neoliberalismo.....</u>	28
1.1.2 <u>Anthony Giddens e a globalização da terceira via.....</u>	30
1.1.3 <u>Para além do pensamento liberal</u>	34
1.2 A centralidade do materialismo histórico	38
1.3 A Revolução Científico-Técnica	43
1.3.1 <u>O que é a Revolução Científico-Técnica</u>	44
1.3.2 <u>O início da Revolução Científico-Técnica.....</u>	47
1.3.3 <u>As contradições entre a Revolução Científico-Técnica e o capitalismo.....</u>	50
1.3.4 <u>O papel do monopólio e do Estado.....</u>	56
1.4 A Globalização	60
1.4.1 <u>Economia Política da Globalização</u>	66
1.4.2 <u>Neoliberalismo e Globalização Neoliberal</u>	77
2 O CAPITALISMO DEPENDENTE NA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL.....	85
2.1 Dependência	87
2.2 Superexploração do trabalho	93
2.3 Subimperialismo	98
2.4 O debate na teoria da dependência: vertente marxista <i>versus</i> vertente liberal	102
2.5 A divisão internacional do trabalho e a globalização neoliberal.....	116
2.5.1 <u>O padrão exportador de especialização produtiva.....</u>	124
2.5.2 <u>A plataforma de valorização financeira</u>	137
2.6 Nova República: a superestrutura política necessária	148
3 ANOS 1980: 1º MOMENTO DA INSERÇÃO - A CRISE DA DÍVIDA	162
3.1 Mudanças estruturais no capitalismo a partir dos anos 1970	163
3.2 Crise da Dívida: a contrapartida para a periferia.....	173
3.3 O sentido da Crise da Dívida: momento de transição de fases do capitalismo dependente	186
3.4 Plano Brady: a renegociação da dívida externa e o novo momento da dependência.....	197

4	ANOS 1990: 2º MOMENTO DA INSERÇÃO - O CONSENSO DE WASHINGTON	207
4.1	Ajuste estrutural, Consenso de Washington e o significado da Globalização neoliberal	208
4.2	O Consenso de Washington aplicado no capitalismo dependente brasileiro	220
4.3	O neoliberalismo como nova fase da dependência	246
4.4	A crise do Consenso de Washington: seus limites e fracassos	260
5	SÉCULO XXI: 3º MOMENTO DA INSERÇÃO - CONGLOMERAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO	266
5.1	Cenário mundial: avanço da Revolução Científico-Técnica, da Globalização e suas contratendências	267
5.2	Governos Lula e Dilma: disputa de projetos de condução do capitalismo dependente brasileiro	287
5.3	Dependência e mudanças no neoliberalismo brasileiro no século XXI	335
5.4	Fim da Nova República e ascensão da extrema-direita: o retorno do receituário ideal do neoliberalismo	363
	CONCLUSÃO	373
	REFERÊNCIAS	390

INTRODUÇÃO

Os resultados aqui apresentados são frutos de pesquisa e trabalho realizado por mim durante oito anos (2011-2018), somando estudos em nível de mestrado em História Política e de doutorado em Políticas Públicas, ambos na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), além de diversas leituras e artigos escritos ao longo desse tempo. Partiu de meu interesse em três pontos fundamentais para minha vida acadêmica: primeiro, trabalhar com a história contemporânea, com ênfase no período mais recente; segundo, nos estudos sobre a Teoria Marxista da Dependência, campo teórico onde se encontram meus escritos; terceiro, fazer algo de útil para meu país e meu povo, ajudando na reflexão sobre nossa realidade, identificando problemas e propondo soluções, que é o que todo trabalho científico deveria fazer.

O presente trabalho tem como seu objeto a análise do capitalismo dependente brasileiro em sua fase neoliberal, que por sua vez se trata de uma nova função imposta à economia do país pelo momento atual do sistema capitalista internacional, o qual chamo de Globalização neoliberal. A hipótese principal é que, como costumaz da condição de dependência, a economia brasileira foi remodelada ao final do século XX para desempenhar uma nova função na divisão internacional do trabalho, provocando transformações de grande monta em sua estrutura socioeconômica, no seu sistema político e no andamento da luta de classes no país. Como processo estruturante, as mudanças ocorridas desde os anos 1980 até o presente momento fazem parte de um mesmo fenômeno histórico, a remodelação do capitalismo dependente brasileiro e sua inserção subalterna na Globalização neoliberal; porém, com variações de processos conjunturais distintos que ocorrem por dentro dessa estrutura, em velocidades históricas diferentes. Para efeitos cronológicos delimitei seus marcos entre 1980 e 2016, não porque seu término se encontre neste último ano, mas porque os acontecimentos ocorridos posteriormente a este corte coincidiram com a escrita desta tese e, portanto, carecem de maior análise por ainda estarem em aberto. O fim dos governos petistas (2016) me pareceu o momento adequado para findar os trabalhos da pesquisa, por se tratar claramente da conclusão de uma conjuntura específica em relação ao objeto abordado.

A exposição deste meu trabalho está dividida em duas partes. A primeira, que compreende os capítulos 1 e 2, é a parte teórica, onde apresento os conceitos utilizados, assim como um debate crítico com outras vertentes que discutem os mesmos tópicos aqui abordados. Nessa primeira parte está a definição dos termos utilizados durante toda a obra, como “Revolução Científico-Técnica”, “Globalização”, “neoliberalismo” e “dependência”,

que, em alguns casos, fogem do que é comumente apresentado pela grande mídia e por intelectuais de outras linhas teóricas. A segunda parte consiste no estudo do objeto em si, o capitalismo dependente brasileiro, separada nos capítulos 3, 4 e 5, para melhor investigação de determinados fenômenos e conjunturas que vão se transformando ao longo do tempo. A separação cronológica desses capítulos responde a fins didáticos, que permitam dar maior enfoque a determinados acontecimentos que julgo serem de grande relevância para a compreensão do objeto. Este, no entanto, é um processo único, que se inicia na década de 1980 e permanece em movimento até a presente data, sendo as periodizações apresentadas ao longo deste trabalho importantes para o entendimento das suas inerentes transformações.

Considero que os debates feitos na parte teórica são importantes para o entendimento da obra, já que estão envoltos em polêmicas e divergências, mas, caso o leitor/leitora já tenha familiaridade com esta discussão e/ou se interesse apenas pela análise mais histórica, pode passar diretamente para o capítulo 3. De qualquer forma, quando trechos do texto remeterem a discussões mais densas feitas em capítulos anteriores, há sempre uma nota de rodapé indicando em que parte do trabalho encontra-se o aprofundamento requerido.

A partir dessa divisão acredito ser possível detectarmos a trajetória histórica das transformações ocorridas a partir do final do século XX e a configuração atual do capitalismo dependente brasileiro. A pesquisa pretende, dessa forma, responder às questões acerca da relação entre a economia brasileira e o mercado internacional no período, verificar os desdobramentos no Brasil das grandes mudanças econômicas globais e identificar os atores responsáveis em cada momento pelas decisões, internas e externas, que trouxeram a realidade nacional à sua atual conformação.

O capítulo 1 introduz o panorama mais geral da obra, tratando dos conceitos de “Revolução Científico-Técnica”, “Globalização” e “neoliberalismo”. Para analisar as transformações ocasionadas no capitalismo dependente brasileiro, foi necessário identificar, primeiramente, a fase atual do sistema capitalista internacional, ponderar seus elementos principais e desvendar um conflito de interpretações acerca dos grandes fenômenos estruturantes em curso, que nada mais são que o desdobramento no campo da ciência dos conflitos materiais nas relações de produção. Nesse sentido, exponho algumas interpretações comumente ventiladas pela intelectualidade e pela mídia pró-capital, contrapondo-as à visão crítica aqui defendida e responsável por erigir um edifício teórico diferenciado, sobretudo, ao introduzir o debate sobre a Revolução Científico-Técnica, com base nos trabalhos do filósofo checo Radovan Richta e do economista brasileiro Theotonio dos Santos. Assim apresento a Revolução Científico-Técnica como revolução produtiva em curso e a Globalização como sua

superestrutura caótica, ambas ainda em formação; assim como o neoliberalismo enquanto ideologia reacionária responsável pelo arcabouço intelectual fomentador das contratendências do capital para anular os efeitos da Revolução Científico-Técnica que entram em contradição com sua reprodução e acumulação.

No capítulo 2, ainda dentro dos marcos teóricos, move-se o escopo para a estrutura e funcionamento do capitalismo dependente brasileiro e sua relação com o mercado internacional. Alguns conceitos importantes desse campo são apresentados, como “dependência”, “superexploração do trabalho”, “subimperialismo” e “padrão de reprodução do capital”. Para essas discussões se recorre às obras do brasileiro Ruy Mauro Marini e do chileno (radicado no México) Jaime Osorio, com o propósito de compreensão das especificidades do capitalismo periférico no Brasil e de sua atual fase, onde se desenvolvem suas novas funções ditadas pelo mercado internacional: um “padrão exportador de especialização produtiva” e uma “plataforma de valorização financeira”, esta última, contribuição teórica da economista brasileira Leda Paulani. Realizo também neste capítulo, um debate entre as vertentes da teoria da dependência, que está muito além de uma simples discordância acadêmica, determinando os rumos do país nas últimas décadas; além de salientar a necessidade da formação de uma superestrutura política liberal, a Nova República, para a operação das transformações em curso.

A partir do capítulo 3 iniciam-se os estudos mais segmentados cronologicamente, focando em cada movimento realizado que contribuiu para a reestruturação do capitalismo dependente brasileiro ao longo das últimas décadas. Este segmento analisa os anos 1980 e a Crise da Dívida, a qual apresento como momento de transição entre fases da dependência, com a destruição do padrão anterior, baseado no investimento estrangeiro direto, e sua substituição pela nova fase, neoliberal. A Crise da Dívida dos países periféricos consistiu em um desdobramento da reestruturação internacional do capitalismo, quando da exaustão do keynesianismo e a ascensão das ideias neoliberais, conduzindo o mundo das finanças e da especulação ao papel de eixo central da acumulação capitalista. As mudanças radicais realizadas naquele momento de maneira unilateral pelo governo norte-americano, sobretudo na desregulamentação financeira e na alta da taxa de juros, reverberaram em todo o mundo e inviabilizaram o pagamento das dívidas contraídas pelos países periféricos. No Brasil, esse processo desmanchou a forma como o capitalismo no país foi conduzido durante meio século, provocando uma de suas maiores crises econômicas e acelerando o fim do regime autoritário. Ao final da década, coloca-se a necessidade de formular um novo modelo de reprodução do capital no país, assim como de um sistema político republicano-liberal que comportasse a

nova configuração da luta de classes e, ao mesmo tempo, concedesse a legitimação popular, através do voto, à remodelação do capitalismo dependente em moldes neoliberais.

O capítulo 4 aborda o intervalo entre 1990 e 2002, momento de supremacia do neoliberalismo ortodoxo no Brasil. Durante esses doze anos a economia do país, assim como sua classe dominante, é efetivamente convertida pelo receituário neoliberal e às suas novas funções na divisão internacional do trabalho, iniciando os processos de reprimarização da pauta exportadora, desindustrialização e transnacionalização, fruto da aplicação das políticas do Consenso de Washington: abertura comercial, desregulamentação financeira, titularização da dívida pública, privatização de empresas estatais e serviços públicos, flexibilização trabalhista, todas acompanhadas por desfigurações na Constituição de 1988, que foi sendo modificada sempre em prejuízo das políticas de defesa do mundo do trabalho e da soberania nacional. Aborda-se também o papel do FMI e do Banco Mundial como organismos geridos pelos interesses das finanças internacionais, com o objetivo de envolver a periferia capitalista em uma teia de endividamento que viabiliza o controle do orçamento federal pelos detentores de títulos da dívida pública; assim como o papel do Plano Real e de Fernando Henrique Cardoso na consolidação do neoliberalismo no Brasil, a partir da renegociação da dívida externa nos moldes do Plano Brady, que permitiu controlar a inflação e aplicar os ajustes estruturais exigidos pela banca internacional. Concomitantemente, esse processo converteu a burguesia brasileira para o novo momento da dependência e forjou uma aliança de direita que possibilitou o predomínio das ideias neoconservadoras, inclusive encapsulando a esquerda nos limites da república liberal, desidratando-a de conteúdo revolucionário.

Por último, o capítulo 5 aborda os anos entre 2003 e 2016, durante os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, quando uma política alternativa à ortodoxia neoliberal ganhou espaço e conduziu o país com sucesso estrondoso por pelo menos uma década (2004-2014). A calamidade social produzida nos anos 1990 pelas ideias neoliberais, com altos índices de desemprego, informalidade e pobreza, levou à inviabilidade eleitoral da direita no Brasil (e em vários outros países latino-americanos), permitindo forças mais à esquerda apresentarem um programa social-democrata periférico, calcado no papel indutor do Estado, com prioridade para políticas pró-emprego e pró-renda. Essas e outras iniciativas conduziram uma política de crescimento econômico de nível médio/alto, ausente da realidade nacional havia décadas, combinada com estabilidade macroeconômica e distribuição de renda, com geração de postos de trabalho formais (ainda que de baixa qualificação e remuneração, além de alta rotatividade) e uma rede de programas sociais capaz de reduzir a extrema pobreza em rápida velocidade. Essas transformações, possíveis dentro do capitalismo, mas quase

revolucionárias quando se tratam das condições excruciantes impostas à maioria das populações periféricas, não vieram acompanhadas, contudo, de um questionamento aos limites do capitalismo dependente, nem tampouco do sistema político de baixa intensidade democrática inaugurado em 1988. A não politização e organização das massas trabalhadoras – agraciadas com várias políticas formuladas nos governos de Lula e Dilma – e a não compreensão dos limites estreitos da dependência e da democracia na periferia capitalista levaram à derrocada da experiência heterodoxa, que, ao se ver encurralada pela crise internacional e a ofensiva dos setores conservadores internos e externos, capitulou, retroagindo ao receituário ideal neoliberal, o que dinamitou sua própria base social e conduziu o país para o trauma do Golpe de 2016.

O que ocorre a partir daí foge do escopo deste trabalho, mas não é de difícil visualização com os elementos já latentes nos anos finais do governo Dilma. Um retorno da ortodoxia neoliberal acompanhada da ascensão da extrema-direita em momento de crise social profunda, com a politização do Poder Judiciário e a desconfiguração completa da Constituição de 1988, da qual sobrevive apenas uma superfície institucional. O ressurgimento do autoritarismo, conquistando os setores médios e parcelas significativas das classes populares, casado com a política ultraneoliberal, promove uma devastação social, trabalhista e de recursos de toda natureza, que emergem, entre outros, no retorno de índices negativos no campo do emprego, renda e pobreza. Nada indica que a estrutura do capitalismo dependente brasileiro se modificará positivamente nos próximos anos, até porque o interesse das forças que ocupam o governo federal desde 2016 vai no sentido oposto a este.

Para a comprovação e fundamentação das hipóteses aqui levantadas o trabalho conta com um extenso levantamento de dados estatísticos obtidos em instituições de renome nacionais e internacionais, lidos qualitativamente por meio de bibliografia clássica e atualizada. Destaca-se a contribuição de Theotonio dos Santos, não somente como um dos teóricos utilizados, mas por ter sido o orientador desta tese, durante os quatro anos de doutorado no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da UERJ. Portanto, muito do que está na obra vem não só da leitura de seus livros e artigos, mas de conversas e bate-papos, sempre descontraídos e desafiadores, como era caro à sua pessoa, que manteve ao longo dos anos de trabalho. Ao longo do último ano de escrita, ocorreu a desapareção física do mestre Theotonio, motivo pelo qual esta obra é dedicada em sua memória.

Acredito que os desafios propostos para este trabalho foram alcançados, conseguindo analisar e conceituar os processos que fazem parte da atual fase do capitalismo dependente

brasileiro, assim como as movimentações históricas que permitiram a configuração da estrutura socioeconômica que o país exibe no século XXI. Trata-se de uma contribuição para o campo da história, da economia e das políticas públicas nacionais e, o mais importante, uma colaboração para que o povo brasileiro possa compreender os processos históricos nos quais vem sendo inserido, em âmbito nacional e internacional, podendo assim, propor soluções que rompam com os limites impostos que somente causam dor e sofrimento para a maioria de nossa população.

1 REVOLUÇÃO CIENTÍFICO-TÉCNICA, GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a inserção do capitalismo dependente brasileiro na Globalização neoliberal. Portanto, é fundamental um aprofundamento do que realmente consiste a “Globalização” e o “neoliberalismo”. O corte cronológico do trabalho, 1980-2016, guarda profunda ligação com os pontos de discussão que se pretende abordar, sendo o período de tempo em que surgiu a questão da Globalização no cenário mundial. Como consequência, a dependência das economias periféricas também passou por um profundo realinhamento dentro do sistema mundial capitalista.

Mesmo tendo foco no desenvolvimento socioeconômico brasileiro e sua participação no enredo global, é salutar que façamos uma imersão na discussão sobre os conceitos-chave aqui apresentados e que funcionam como pilares para a compreensão do objeto de estudo. A ciência suscita sempre debates em torno de conceitos e interpretações, formas de entendimento da realidade que trazem, intrinsecamente, os conflitos aos quais a humanidade está inserida no seu tempo histórico. Mais; tratando-se do tempo histórico atual, os debates são ainda mais quentes e polêmicos, pois, tratam de realidades ainda em desenvolvimento, sem desfecho, e que carregam, como qualquer acontecimento histórico, posicionamentos antagônicos e divergentes. A ciência é neutra somente para aqueles que querem negar o conflito, o que já revela em si, o próprio conflito.

Sendo assim, procedo aqui a um entendimento do que é a Globalização, compreensão essa que se afasta do senso comum liberal construído em torno do conceito. Apresento aqui o que acredito ser o motor da Globalização, a Revolução Científico-Técnica, tal como definida por Theotonio dos Santos (1983b, 1994a, 2004, 2016), como força produtiva básica das mudanças mundiais em curso. Dessa forma, estaremos munidos para compreender o que é a Globalização e o neoliberalismo.

1.1 A versão corrente da Globalização

Desde meados dos anos 1980 a palavra globalização passou, gradualmente, a fazer parte do vocabulário, tanto acadêmico, quanto popular. Frente à sensação de um mundo que parecia encolher - devido às possibilidades de comunicação em tempo real, “globalização” virou um termo usual para designar o conjunto de grandes transformações tecnológicas e seus desdobramentos econômicos, políticos, sociais e culturais. As mais distintas partes do mundo

parecem mais próximas, graças aos avanços no campo da comunicação e transportes alcançados recentemente.

Diversas são as interpretações do que é o fenômeno da globalização (algumas que sequer usam esse termo para nomear as transformações em andamento). Todas elas apontam para a importância do progresso tecnológico das últimas décadas e a maior interação do mercado mundial como fatores de grande importância para o entendimento do objeto em questão.

A tese mais difundida, tanto no meio intelectual quanto no grande público – principalmente pelos meios de comunicação monopolizados – é de que a globalização é uma nova fase do sistema mundial capitalista, que se caracteriza pela livre circulação de capitais, mercadorias e serviços, com alto grau de conectividade e interdependência na produção, circulação e consumo, situação que também está presente no meio das finanças.

Num olhar socioeconômico, essas transformações foram possíveis nesse momento, graças ao avanço de determinadas ciências, em especial a microeletrônica, que junto com a informática e outros conhecimentos, deu vida aos sistemas e aparelhos de comunicação instantânea. Teríamos entrado na era “informacional”, onde a informação é a mola mestra de funcionamento do sistema.

Tais transformações também foram possíveis pelo colapso da União Soviética e do bloco socialista do Leste europeu, removendo não só um adversário geopolítico do capitalismo ocidental, mas também, permitindo uma maior coesão mundial, já que todos (ou quase todos) os países do mundo entravam em “consenso” de que o mercado e as ideias liberais eram enfim, o único caminho para o desenvolvimento econômico e a estabilização da democracia.

Essa explicação da globalização guarda um profundo sentimento de triunfalismo do sistema e das ideias capitalistas. A conjuntura dos anos 1980 e 1990 era favorável para tal euforia. As experiências socialistas definhavam em crise e denúncias de autoritarismo. Os países capitalistas centrais se apresentavam como regimes sólidos, democráticos (dentro da visão liberal) e com o maior grau de bem-estar social para seus cidadãos em todo o planeta (por mais que uma visão mais apurada desses países mostrasse que muito dessa ideia estava somente no discurso que autopropagavam). O caminho a seguir para o desenvolvimento, o progresso e a democracia somente poderia ser esse: livre mercado e regime político liberal.

Mas esse bilhete para a prosperidade tinha um preço. Eram necessárias medidas que permitissem a livre circulação. Uma avassaladora variedade de ações para liberar a circulação e o investimento de capitais foi colocada em prática: privatização de empresas estatais e

serviços públicos, liberalização do comércio mundial – com o fim de barreiras protecionistas em determinados países e regiões; ausência de controle do mercado financeiro, gerando trilhões em capital fictício – que podem sumir e reaparecer de acordo com as oscilações do mercado; retirada de direitos trabalhistas, enfraquecimento de sindicatos e flexibilidade nas jornadas de trabalho, de modo ao capital não encontrar os “inconvenientes” trabalhistas que freariam os lucros e o investimento dos empresários; acesso total e irrestrito aos recursos naturais e os mais variados biomas.

Essas medidas foram, a grosso modo, nomeadas de “neoliberalismo” e difundidas não como um conjunto de ideias representativas de uma perspectiva parcial da realidade, mas sim, como uma verdade inexorável, com ares quase religiosos, resumidos na frase da ex-primeira ministra britânica Margareth Thatcher: “não há alternativa”. Aqueles que queriam o desenvolvimento, o bem-estar e a democracia, deveriam seguir esse corolário, ou afundar no fracasso.

Dessa forma, a globalização foi apresentada como nova etapa do avanço das relações capitalistas pelo mundo. Mais do que isso, representava o triunfo da mundialização do mercado através da expansão dos monopólios concentrados nos países centrais (EUA, União Europeia e Japão). A inevitabilidade em seguir esse caminho garantiria uma repaginação dos antigos ideais liberais: a harmonia e coesão social – de maneira democrática – seriam alcançadas por meio da livre iniciativa, meritocracia e individualismo.¹

Alguns renomados cientistas sociais se destacaram em destrinchar não só a globalização, mas como as ideias do livre mercado poderiam garantir desenvolvimento e democracia em nível mundial. Estamos cientes de que existem outras interpretações que secundarizam mudanças socioeconômicas e políticas em prol de uma explicação pós-moderna das transformações mais recentes, interpretando a globalização como fenômeno meramente cultural, quando não, reduzido ao mundo dos costumes e hábitos, como configuração de uma “aldeia global multicultural”. Porém, apresentaremos aqui dois autores de grande circulação no meio intelectual internacional que defendem, cada um à sua maneira, a versão do pensamento (neo)liberal da globalização. Acreditamos que Francis Fukuyama e Anthony Giddens traduzem as duas posições mais comuns em relação à globalização dentro do grupo de intelectuais (neo)liberais.

¹ Importante ressaltar que a identificação “natural” entre liberalismo e democracia, presente no liberalismo clássico, não se repete no neoliberalismo ortodoxo. Friederich Hayek (1977). O histórico antidemocrático de imposições das políticas neoliberais, assim como seus resultados evidentemente antipopulares, em especial nos países da periferia, constata o caráter autoritário do neoliberalismo.

1.1.1 Francis Fukuyama e o receituário ideal do neoliberalismo

Francis Fukuyama é um intelectual de renome que apresenta a globalização pelo viés do triunfo das relações de mercado. O norte-americano ficou famoso na década de 1990, com sua obra “O fim da história e o último homem” (FUKUYAMA, 1992), onde defende a vitória definitiva do capitalismo sobre o que ele compreende como tentativas distintas de organização social – o comunismo e o fascismo. Essa vitória se dava naquele momento histórico pelo colapso da União Soviética e do bloco do Leste europeu, o que se traduziu na interpretação do autor, e de toda a intelectualidade liberal, como a afirmação definitiva do capitalismo enquanto estágio final do desenvolvimento socioeconômico da humanidade e do governo liberal representativo como regime mais democrático já criado.

O trabalho do sociólogo estadunidense constitui-se como uma defesa do liberalismo econômico e político, demonstrados como as grandes formas de organização social e modelo a ser adotado mundialmente. Estes seriam os estágios definitivos das formações sociais, se desdobrando na busca da humanidade pelo gozo pleno dos direitos consagrados pelo ideário liberal.

O tom triunfalista da obra de Fukuyama é produto do seu tempo histórico, onde o capital aplicou uma derrota de grandes proporções ao mundo do trabalho, com o fim da maior parte das experiências socialistas do século XX ao final da Guerra Fria. Essa conjuntura proporcionou uma avassaladora ofensiva do pensamento liberal em todas as áreas, não sendo diferente no meio intelectual. O pensamento liberal forja uma potente hegemonia sobre as teorias críticas em todos os campos, a ponto de cooptar uma série de “ex-marxistas”, convertidos a defensores do livre mercado e da ideia do sistema político liberal como a democracia em si.

Fukuyama, como tantos outros, foram arquitetos dessa interpretação, onde o pensamento liberal naturaliza-se como essência do ser humano e estágio final do seu desenvolvimento. A “democracia” liberal é defendida como a única a concretizar o “princípio do reconhecimento”, isto é, a ideia de que todo indivíduo é igual e livre perante a lei, evitando-se assim castas e burocracias hierarquizadas e inquestionáveis. A liberdade, portanto, somente poderia ser alcançável no modelo político liberal, único a garantir a igualdade dos indivíduos, e dessa forma, se colocando como única forma de governo verdadeiramente democrática (FUKUYAMA, 1992).

O intelectual estadunidense não nega que há problemas em sistemas políticos liberais, mas aponta que o problema não está nos ideais liberais, mas sim, na sua não completa

aplicação na vida real. Fukuyama assim apresenta uma essência democrática no liberalismo, e qualquer problema ou disfunção em sistemas políticos desse tipo não poderiam ser compreendidos como contradições entre o discurso e a prática liberal, mas sim, em uma aplicabilidade equivocada das ideias liberais. No pensamento de Fukuyama (e em toda ciência positivista) há uma essência dos conceitos.

Por outro lado, o livre mercado seria a melhor forma de produção e distribuição dos bens e serviços. Fukuyama apresenta os avanços tecnológicos das últimas décadas como produto do desenvolvimento do capitalismo. O livre mercado seria a única forma de organização social capaz de conceber sociedades baseadas na inovação (pós-industriais). Dessa maneira, o autor coloca a globalização, os avanços tecnológicos recentes, incluindo a automação da produção, como produtos do livre mercado e do desenvolvimento capitalista. Mais do que isso, este seria o único ambiente onde essas importantes transformações poderiam ocorrer (FUKUYAMA, 1992).

É a partir dessa linha de pensamento que o autor coloca seu entendimento sobre a globalização e o mundo atual. O triunfo do livre mercado e de sociedades regidas por sistemas políticos liberais (princípio do reconhecimento) é o que permitiu um avanço colossal na inovação, principalmente nos campos da comunicação e do transporte.

As tecnologias informacionais seriam fruto do avanço do livre mercado e da democracia no capitalismo. Elas trariam mais liberdade de escolhas, disseminando não só uma torrencial criatividade para o avanço permanente da ciência, mas também, se estabeleceriam como um poderoso mecanismo democratizante. Para Fukuyama, o mundo globalizado expande a democracia (liberal) pois as tecnologias informacionais garantem um maior acesso à informação e conhecimento, quebrando “grandes burocracias”, desde hierarquias em empresas transnacionais, até regimes autoritários (FUKUYAMA, 2000).

Portanto, a globalização em Fukuyama apresenta-se como a expansão definitiva das ideias do livre mercado e do liberalismo, baseada em inovações tecnológicas que permitem uma democratização das relações humanas segundo preceitos liberais (reconhecimento da igualdade jurídica dos cidadãos). Essa força seria incapaz de ser contida, desmontando paulatinamente governos autoritários e ajustando as diferentes nações e povos do mundo ao liberalismo, apresentado como sendo a democracia em si. A globalização seria, portanto, uma expansão das relações sociais capitalistas, por meio do mercado e da adoção de regimes liberais.

Francis Fukuyama, como representante do *status quo*, é um defensor da livre iniciativa como reguladora das atividades humanas e de que, apesar de crises periódicas, o mercado

possui tendência ao equilíbrio e à harmonia. O avanço da globalização diminuiria a importância dos Estados-nação, ao criar uma “aldeia global”. Com a ênfase no livre mercado, as empresas transnacionais, assim como bancos, fundos de investimentos, entre outros *players* globais, se sobreporiam aos defasados Estados nacionais, atuando globalmente, condicionando políticas regionais, nacionais e locais aos seus próprios interesses.

No entanto, o ideal liberal continua vigente: através do mercado tal processo, que por vezes pode parecer caótico e contraditório, tende à harmonia, sendo a competitividade essencial para o avanço do bem-estar, do desenvolvimento tecnológico pós-industrial e das relações democráticas. Frente às transformações do mundo atual, o receituário permanece o mesmo: manter o livre mercado e aprofundá-lo, com a liberalização total da circulação de capitais, como a garantia para o desenvolvimento humano.

Tentativas de projetos que fujam desse plano, segundo Fukuyama, ainda ocorreriam, mas estariam fadadas ao fracasso. A força das transformações liberada pelo avanço do capitalismo globalizado não permitiria a perpetuação de modelos alternativos. Isso porque, para Fukuyama e outros pensadores do *establishment*, o capitalismo e a sua ideia de globalização são as únicas garantias de desenvolvimento e democracia, sendo qualquer coisa fora do mercado e do liberalismo, tido como atrasado e antidemocrático. Dessa forma, o capitalismo e a ideia de globalização defendida por essa vertente se apresenta de modo invencível, pois naturaliza um percurso que invariavelmente será trilhado por todos os povos do mundo. Em outras palavras, o capitalismo, o mercado, o liberalismo e essa globalização que autores dessa linha, como Fukuyama, defendem são a “natureza” humana, o destino inexorável da humanidade.

1.1.2 Anthony Giddens e a globalização da terceira via

Outro intelectual de grande prestígio internacional a defender o mercado e a globalização nos moldes do capital é o britânico Anthony Giddens. Suas obras foram lançadas nos quatro cantos do mundo nos mais diversos idiomas, principalmente em relação à sua ideia de “terceira via”, conceito utilizado pelo autor como uma adaptação aos tempos atuais do novo trabalhismo inglês. A terceira via seria uma opção mais racional para se evitar tanto os projetos de esquerda do século XX (social-democracia e comunismo), quanto o receituário ideal neoliberal.

Giddens apresenta uma prolífica produção acadêmica sobre as mudanças globais dos últimos tempos. Encontramos em seus trabalhos pontos de diferenciação às posições de

Fukuyama e outros liberais. No entanto, permanece intacta a defesa do livre mercado, como fica clara na seguinte passagem:

Uma economia de mercado efetiva é a melhor maneira de promover prosperidade e a eficiência econômica, trazendo ainda outros benefícios. Os mercados permitem a escolha por parte do consumidor e o livre e não violento intercâmbio de bens a curta e longa distância. Desde que os monopólios sejam efetivamente controlados, os mercados permitem uma livre concorrência em que todos, em princípio, podem participar (GIDDENS, 2007, p. 25).

Aqui temos uma defesa do livre mercado tipicamente liberal. O mercado é apresentado como o melhor espaço para a produção e distribuição de riqueza, nos recordando a posição de Fukuyama na defesa das relações sociais capitalistas como única forma de garantir desenvolvimento econômico e avanços tecnológicos. Para isso, o mercado deve ser preservado de ingerências indevidas, permitindo o seu livre funcionamento.

A partir desse ponto o pensamento de Giddens passa a apresentar diferenças com outros defensores do sistema. O britânico reconhece que, apesar de sua defesa intransigente do mercado, este é incapaz de sozinho lidar com todos os aspectos da vida social. Em outras palavras, Giddens reconhece que uma economia de livre mercado produz diferenças sociais, inclusive exclusão, pobreza e com isso, desnivelamento político entre os cidadãos (uma ameaça à democracia).

Ao contrário do receituário ideal do neoliberalismo, que defende a redução do Estado em diversos setores, Giddens argumenta que o poder estatal deve atuar como um controlador dos excessos do mercado. O Estado, dentro da sua ideia de terceira via, deveria promover a “coesão social” e a participação cívica por meio dos mais variados mecanismos: eleições “livres” e multipartidárias, consultas à população, e a abertura de espaços de diálogo entre o Estado, o mercado e a “sociedade civil”. O Estado age como uma contenção dos efeitos negativos do livre mercado, mas deve ser dirigido com “eficácia”. Os serviços públicos do *welfare state* devem ser geridos por uma lógica de “eficiência”, que se assemelha muito à gestão privada. O Estado dessa forma, “não deve dominar nem o mercado, nem a sociedade civil, embora precise regular e intervir em ambos” (GIDDENS, 2007, p. 24).

A sociedade civil tal como apresentada por Giddens segue a compreensão liberal, na qual aparece como um ente totalmente distinto do Estado, como um terceiro ator em relação ao último e ao mercado, possuindo interesses distintos das outras esferas. A organização dos mais diversos setores sociais em suas próprias entidades é a garantia da democracia no pensamento de Giddens, adotando uma postura de contrabalancear os poderes estatais e

mercadológicos, principalmente por meio de associações espontâneas da população, como agrupamentos de moradores e organizações não-governamentais (ONGs).

O pensamento de Giddens se direciona para a defesa do livre mercado e do liberalismo político, porém, se contrapondo aos neoliberais mais ortodoxos, ao apresentar o Estado e a sociedade civil como atores da mesma importância, capazes de garantir a democracia e atuar um sobre a falta do outro. Ao contrário do receituário ideal do neoliberalismo, Giddens tenta equacionar o liberalismo, defendendo um Estado “eficaz”, que aja tão somente nas mazelas criadas pelo mercado, e, ao mesmo tempo, uma sociedade civil organizada em seus interesses imediatos que por meio de suas ações pode coibir e evitar imposições indesejáveis da esfera estatal.

Enquanto pensadores como Fukuyama defendem que o simples funcionamento do livre mercado e a fidelidade aos ideais liberais garantem o desenvolvimento e a democracia, Giddens apresenta formulação mais aprimorada. Defendendo da mesma forma o pensamento liberal e o mundo do capital, o britânico condiciona o desenvolvimento e, principalmente, a democracia, à ação precisa do Estado e à participação da sociedade civil.

O princípio do “reconhecimento universal” de Fukuyama, aparece em Giddens também de forma um pouco distinta. É através da parceria do Estado com o setor privado e a sociedade civil que se construiriam a “igualdade de oportunidade” para todos os indivíduos. Novamente, os três campos (mercado, Estado e sociedade civil), agem em parceria, cada um na sua função, para gerar a harmonia social, meta tão cara ao pensamento liberal. Para isso, Giddens elogia o que chama de “novo individualismo”, onde interpreta este como uma ferramenta de libertação dos “costumes tradicionais”, exemplificado pelo avanço das mulheres em toda a sociedade nas últimas décadas. As mudanças sociais recentes são então justificadas por uma tomada de consciência individual das pessoas que rompem com formas até então hegemônicas no meio social (GIDDENS, 2007, p. 22).

Por meio do sociólogo britânico, estamos diante novamente de um triunfalismo do capital, e de uma defesa do livre mercado e do regime político liberal. O pensamento de Giddens apresenta apenas uma outra forma de operar o *status quo*, sua terceira via, que se tornou muito influente inclusive em boa parte da esquerda brasileira. Marxismo, revolução e luta de classes são conceitos do passado, não havendo realidade para além do mercado. Giddens advoga um “centrismo radical”, como posição mais sensata para o atual momento histórico, em prol de um “capitalismo responsável” Essas palavras e conceitos ganharam grau de influência muito além de programas e ações de partidos políticos, penetrando na própria forma de agir de instituições públicas e privadas, inclusive na grande mídia, empresas

transnacionais e agrupamentos sociais – em geral ONGs, tendo essas últimas, se apresentado como coletivos progressistas mais antenados às mudanças globais do que a “velha esquerda”. O pensamento de Giddens nega a luta de classes e apresenta como obsoletas as divisões entre “esquerda” e “direita”, clamando por uma “universalização” de interesses, própria do pensamento (neo)liberal.

A globalização para Giddens se apresenta então como uma extensão mundial de suas ideias de “centralidade radical” desenhadas para o trabalhismo inglês e a política europeia. Em sua visão, a globalização é o estágio plenamente global da economia capitalista, comandada pelos mercados financeiros em tempo real, aumentando de maneira colossal o nível de internacionalização da economia e dos fluxos de capitais.

As mudanças produtivas que permitiram essa nova fase do capitalismo mundial seriam uma revolução comunicacional e a tecnologia da informação, possíveis graças aos avanços da microeletrônica, que alterariam inclusive nossa noção de tempo e espaço. As grandes transformações vivenciadas em tempos recentes seriam produto, portanto, do desenvolvimento tecnológico dentro de um mercado global de livre troca (GIDDENS, 2001).

Se diferenciando da ortodoxia neoliberal, Giddens aponta que o avanço desse mercado global não significa dizer que há um definhamento do Estado nacional. Este não está desaparecendo, mas sim, ainda é necessário para o funcionamento mundial do sistema capitalista, tendo, contudo, que se adaptar às transformações em curso (blocos regionais, agências internacionais, etc). Permanecem como atores fundamentais, inclusive porque mesmo as empresas agindo de maneira global, ainda manteriam bases nacionais e ligações fortes com os Estados onde estão localizadas suas matrizes.

Da mesma forma que há modificações a serem feitas em prol da manutenção do livre mercado global, o mesmo caminho deveria ser tomado para a garantia da democracia (liberal). Seria necessária a criação de um “parlamento global”, nos moldes do Parlamento Europeu, como um modelo de governo transnacional, onde os países elegeriam deputados na proporção de suas populações. Tal funcionamento de um regime liberal global iria no sentido de conter os excessos do mercado internacional, como a degradação ambiental e o ataque sobre os direitos trabalhistas. Giddens adapta o seu posicionamento nacional (na Grã-Bretanha) para o cenário mundial, argumentando que o mercado por si não soluciona as mazelas que cria, necessitando assim do Estado e da sociedade civil (GIDDENS, 2001).

Em nível global, Giddens coloca novamente suas posições de triunfalismo do capital, ao defender que as condições do surgimento de governos supranacionais são favoráveis, já que com o desaparecimento do comunismo e do fascismo, não existiriam mais elementos que

deteriorassem a “coesão ideológica”. Os “concorrentes” do liberalismo estariam derrotados e o liberalismo se solidificaria como a única forma de garantir o desenvolvimento e a democracia (GIDDENS, 2007, p. 39).

Sendo assim, Giddens se distancia de Fukuyama nos métodos, mas não nos objetivos. Seu pensamento de “terceira via”, de grande influência no mundo contemporâneo, mantém a defesa do livre mercado como melhor forma de organização social e do ideário liberal na constituição de governos. Sua descrença em uma “sociedade global” acima das diferenças entre Estados-nações, e a manutenção da importância desses últimos no cenário atual, não significa um nivelamento de forças na geopolítica internacional. O pensamento de Giddens é pragmático e “desencantado”, onde não há espaço para a transformação dessa hierarquia global; no máximo, a hegemonia é compartilhada. Os grandes projetos de transformações sociais e internacionais são ideias obsoletas e deveriam ser abandonadas em prol de um “centrismo radical” e a regulação de um “capitalismo responsável”.

1.1.3 Para além do pensamento liberal

Fukuyama e Giddens são representantes de duas vertentes distintas do pensamento liberal atual. Com toda certeza existem outras, mas a intenção nessa rápida exposição contida nas linhas acima foi exemplificar de que maneira se constitui e qual o conteúdo da interpretação oferecida pela intelectualidade alinhada com o sistema capitalista sobre a globalização e o mundo atual.

Apesar das notórias diferenças, essas linhas de pensamento convergem sempre para a defesa do livre mercado enquanto garantia do desenvolvimento e a adoção de regimes liberais como única forma de garantia da democracia. Elas são, em essência, grandes defensoras do capitalismo, portanto, trabalham para a manutenção do mundo tal como ele existe hoje. Seus objetivos, por mais que possam optar por métodos diversos, são a garantia da acumulação ilimitada de capital e a manutenção de regimes políticos que, por mais que se apresentem enquanto espaços que garantam o direito ao dissenso, não questionem a estrutura socioeconômica em que se sustentam.

O pensamento liberal opera de maneira a se mostrar não como uma opção, ou a defesa de determinados preceitos, mas como a verdade em si. Parte em assemelhar comunismo e fascismo² como “concorrentes” derrotados ao longo da história (numa visão historiográfica

² Semelhança que rejeitamos rotundamente. O fascismo é um regime de terror do capital (DOS SANTOS, 1994b), que opera sobre o modo de produção capitalista e é acionado como mecanismo de defesa da classe

linear) consagrando-se vencedor na virada do século XX para o século XXI. O caminho para a democracia e o desenvolvimento estaria assim aberto, visto que o único modelo capaz de garantir ambos, se saiu triunfante do processo histórico contemporâneo.

O “fim da história” de Fukuyama é, em primeiro plano, um brado de triunfo das ideias liberais, e como pano de fundo, a afirmação de que esses ideais são o estágio definitivo de desenvolvimento da humanidade, correspondente à essência, à natureza do ser humano. A teoria liberal sempre teve a necessidade de justificar o capitalismo a partir da “naturalização” das relações de produção capitalistas. O ser humano seria naturalmente individualista e egoísta, agindo por meio da concorrência em prol de seu bem-estar individual. Todas as outras formações sociais (antecedentes e/ou coetâneas ao capitalismo) trariam distorções da “natureza humana”, situação que teria sido finalmente equalizada no mundo do capital.

Desses preceitos filosóficos é que se origina a defesa intransigente do liberalismo político e econômico, sempre apresentados como um modelo onde deve se encaixar toda a humanidade. Em termos civilizacionais, essa pretensa “universalização” serviu à imposição da sociedade ocidental sobre as demais populações do planeta, por meio de barbaridades, como a escravidão, o genocídio e a imposição cultural.

O pensamento liberal é idealista, acreditando na idoneidade dos conceitos onde devem se encaixar os fatos. Essa posição fica clara na defesa de Fukuyama em que os problemas verificados em regimes liberais não teriam nada a ver com as contradições inerentes ao liberalismo, mas sim, à aplicação incorreta dos seus princípios (FUKUYAMA, 1992). Ou seja, se um determinado país não consegue se desenvolver aplicando as ideias de livre mercado é porque não as aplica corretamente. Nunca seria um problema em si das contradições e limites do liberalismo, pois seus princípios são definitivos. Se os fatos não se encaixam na teoria, pior para os fatos.

No entanto, não é assim que funciona o mundo material. Uma economia de mercado não traz automaticamente democracia, bem-estar e progresso. As contradições do pensamento liberal são visíveis e insolúveis. Não há igualdade e democracia em uma sociedade baseada na exploração do trabalho e na apropriação privada da produção criada socialmente. Numa sociedade baseada na acumulação de capital, o poder está concentrado nas mãos dos indivíduos que se beneficiam dessa acumulação em contraposição àqueles que não podendo

dominante ao se ver em um nível de contestação que minimamente ameace seu domínio de classe. Assemelhar o fascismo ao comunismo sob o guarda-chuva epistemológico do “totalitarismo” é uma antiga retórica do capital e seus porta-vozes liberais para inocentar o capitalismo dos horrores do fascismo e apresentar o liberalismo não só como alternativa democrática, mas na verdade, como a democracia em si.

usufruir desse mecanismo, são condicionados a vender a sua própria força de trabalho para sobreviver.

Tampouco o acesso a tecnologias de informação se converte automaticamente em avanço democrático. Por mais que os avanços comunicacionais dos últimos tempos sejam imensos e que, vez ou outra, discussões do mundo virtual acabem se tornando grandes mobilizações contestatórias, a internet e seus recursos são amplamente dominados pelos monopólios e constantemente vigiados pelas agências de inteligência dos governos, principalmente dos Estados Unidos e seus aliados europeus de primeira linha (ou seja, os Estados originários desses monopólios).

Dessa maneira vai se renovando a crença de que um dia o sistema capitalista internacional, por meio de seus próprios métodos, alcançará a harmonia e a coesão. Essa ideia, sem nenhum fundamento, e que apresenta profunda contradição em uma sociedade e um sistema mundial desigual, contraditório e baseado na exploração, vem sendo repetida há mais de três séculos, sem nunca, todavia, termos pelo menos vislumbrado esse tal reino da harmonia e coesão.

Giddens se esforça para dar corpo aos mecanismos da pretensa coesão no capitalismo, colocando o Estado como vigilante do mercado, e a sociedade civil como vigilante do poder estatal. Mas o Estado “eficaz” de Giddens nada mais é do que implementar na esfera pública o método de gestão privado. Da mesma forma, a “eficiência” em que condiciona a manutenção dos serviços públicos e garantias sociais do *welfare state* é estabelecer condições e contrapartidas aos cidadãos para que usufruam de direitos que deveriam ser inerentes a todo ser humano (educação, saúde, habitação, previdência, etc). Giddens não apresenta uma solução para o fato de que a macroeconomia neoliberal inviabiliza a manutenção do Estado de bem-estar social, já que destrói seus pilares principais, como a política de crescimento alto e o pleno emprego.

As propostas do pensador britânico são totalmente neoliberais, por mais que o mesmo se coloque enquanto opositor da ortodoxia neoconservadora. A ação do Estado ao lidar com as consequências negativas de uma economia baseada no livre mercado está calcada em políticas focais. Se a utilização de tais políticas pode ter sucesso, mesmo que parcial, em alguns casos, por outro, constituem-se em uma eficiente maneira de não se questionar as estruturas socioeconômicas que originam os problemas que as próprias políticas pretendem combater. O funcionamento de ONGs e outras formas associativas muitas vezes passam a realizar ações que deveriam ser direitos dos cidadãos garantidos pelo Estado e que passam então a depender da esmola, assistencialismo e boa vontade alheia. O funcionamento de tais

organizações vêm sendo alvo de denúncias nos últimos tempos, além de críticas por serem financiadas muitas vezes por megacorporações que causam os problemas sociais e ambientais que as mesmas ONGs dizem ser contrárias.

Toda teoria formulada por Giddens, sua terceira via, pertence a um segundo momento das ideias neoliberais, onde se constatou que a aplicação enérgica da política econômica neoliberal causou tanta miséria, desigualdade e piora na vida dos trabalhadores, que algumas medidas seriam necessárias para remediar os “excessos” do mercado. No fundo, é apenas um artifício em manter a estrutura tal como está, reparando alguns pontos para o remédio parecer menos amargo. Isso fica evidente ao percebermos a defesa intransigente do mercado por parte de Giddens. Sua posição a favor de um Estado e uma sociedade civil eficiente e fiscalizadora são formas de defesa do modo de produção capitalista frente às mazelas criadas pelo neoliberalismo e a necessidade de torná-las mais palatáveis frente ao descontentamento crescente em todo o mundo.

Para essas linhas de pensamento, a globalização se trata apenas de uma nova fase do sistema mundial capitalista, onde há uma maior circulação de capitais, mercadorias e serviços. Em conjunto com a derrota imposta à quase totalidade das experiências socialistas do século XX, a globalização é apresentada como o triunfo definitivo do mercado e a extensão mundial das relações de produção capitalistas.

A base produtiva para tais mudanças seriam a microeletrônica e a informática aplicadas nas mais variadas invenções, com destaque para o campo da informação. Esses avanços tecnológicos de grandes proporções teriam sido possíveis pela ênfase no livre mercado e na manutenção de regimes democráticos de corte liberal, ambiente em que, e somente nele, seria possível um cenário favorável à inovação. Em outras palavras, as tecnologias e os avanços atuais seriam fruto do desenvolvimento natural do capitalismo e da aplicação “correta” dos preceitos liberais.

Salvo discordâncias pontuais entre os pensadores pró-capital, seja no papel do Estado, seja nas formas de participação democrática, esse posicionamento tem como cerne a defesa dos mecanismos de funcionamento do modo capitalista. Seu compromisso é com a manutenção, não com a inovação e o questionamento. O destino do desenvolvimento e do bem-estar da humanidade está garantido, desde que as regras sejam seguidas adequadamente. A globalização nos conecta numa grande “aldeia global” graças ao funcionamento “harmonioso” do mercado.

Compreendemos, no entanto, que as contradições do mundo globalizado não cabem nas explicações dadas pelos defensores do *establishment*. O mundo não parece caminhar para

uma harmonia ou coesão. Nem tampouco, acreditamos que a globalização possa ser explicada pela simples liberalização da circulação de capitais. A versão dada por Fukuyama, Giddens e por tantos outros na academia e na mídia fica apenas na superfície do objeto. As transformações em curso, em verdade, são ainda mais potentes e sua explicação precisa tomar outros pontos de partida.

1.2 A centralidade do materialismo histórico

Para realizar o presente trabalho, precisamos buscar uma interpretação distinta sobre os conceitos que balizam nossa pesquisa. As posições hegemônicas acerca do mundo contemporâneo e das grandes transformações em andamento não concedem, em minha visão, um entendimento satisfatório.

Os argumentos do pensamento liberal sobre a conjuntura em curso nas últimas décadas são equivocados e/ou incompletos, pois não fornecem uma explicação suficiente da globalização, do neoliberalismo e da forma como opera a economia mundial. Ao se preocuparem em defender o livre mercado, essa posição escamoteia fatores importantes que operam na realidade. Tal ação é feita de forma deliberada, no intuito de encobrir as falhas, malefícios e contradições do sistema mundial capitalista, de tal modo a manterem uma defesa intransigente do capital e de sua pretensa invencibilidade.

Se por um lado todo conhecimento é parcial, revelando um ponto de vista do todo, e que o sujeito, em seu estudo do objeto, demonstre seus preconceitos, posturas políticas, ideológicas e pessoais; também não concordamos com o relativismo absoluto, onde todos os pontos de vista seriam válidos, constituindo-se como mero “discurso”, interpretações do real (sendo este, portanto, inalcançável). Essa posição, longe de ser democrática, como julgam alguns doutores alienados, apenas justifica a lei do mais forte (se tudo é relativo, então a verdade é a daquele que impõe a sua própria verdade), ou legitima atrocidades (do ponto de vista do nazista, o nazismo é bom, logo, deveria ser uma posição a ser levada em conta, pois seria parte da verdade).

Todo conhecimento é parcial e conflituoso, pois ele é produto da sociedade, que é, em si, conflituosa e, portanto, com entendimentos parciais. Se vivemos numa sociedade de classes, o entendimento dessas classes sobre o real manifestará os embates que ocorrem na própria sociedade. Não existe imparcialidade nas ciências. Porém, há posições mais e menos objetivas, pois as ideias são produto do real, logo elas “encarnam” os interesses sociais de

suas classes criadoras. Podemos compreender assim que todo conhecimento é parcial, porém, dependendo de seu propósito, ele pode ter objetividade ou não (LÖWY, 1978).

Na sociedade capitalista³, o pensamento da classe dominante é o liberalismo, que se manifesta no campo das ciências por meio do positivismo. A classe trabalhadora tem como formulação teórica mais bem-acabada o marxismo (materialismo histórico e dialético). Essas ideologias – no sentido de expressão consciente dos interesses de classes, expressam no campo das ideias as contradições da sociedade de classes no capitalismo, sistematizam conhecimentos e formulam propostas de ação na realidade de acordo com os interesses que representam. São explicações válidas sobre objetos e fenômenos, tanto naturais quanto sociais, mas guardam profundas diferenças. Essas diferenças estão nos objetivos do conhecimento científico de cada classe.

- A classe reacionária toma o conhecimento como forma de manter seu domínio de classe. Seu conhecimento é parcial e falseador da realidade. Por mais que sua ciência seja capaz de avanços, não pode expor toda a verdade, pois desnudaria as contradições sociais que sustentam a dominação e os privilégios da minoria proprietária. Seu compromisso e seus intuítos são com a manutenção da ordem vigente.
- A classe revolucionária toma o conhecimento como forma de progresso e emancipação social. Seu conhecimento também é parcial, mas objetivo, pois seu interesse é o das maiorias. O marxismo, enquanto filosofia, somente pode trabalhar com a verdade, pois não tem necessidade de falsear a realidade, já que seu intuito é justamente a crítica.

A ciência positivista da burguesia possui limites drásticos no campo das ciências sociais, pois lida com os eixos de dominação da classe dominante. Por exemplo, precisa defender que o capital não explora o trabalho, que o trabalho não cria ou não é o único a criar valor (mas sim, o próprio capital), que as pessoas são individualmente responsáveis pelos seus atos, pois teriam controle total de suas “escolhas”; que o capitalismo dá a mesma chance de sucesso a todos e por isso a defesa da “meritocracia”, a escolha dos “mais capazes”; em suma, que o mundo é da forma que é, porque assim é a “natureza humana”. O homem capitalista é o último estágio da evolução social da humanidade, correspondendo à sua essência. Essas e

³ Tomo aqui a divisão principal de classes no capitalismo, entre burguesia e trabalhadores, sem entrar, nesse momento, nas diversas frações de classes e elementos que configuram subdivisões dentro desses agrupamentos.

outras posições são defendidas integralmente ou parcialmente por vários ramos da ideologia burguesa.

A globalização vista pelos olhos do capital e seus defensores se trata de uma visão parcial de um determinado fenômeno social. Essa visão é imprecisa numa série de questões, pois, precisa deturpar a realidade para adequá-la à defesa da ordem capitalista. Dessa forma, o mundo globalizado e os avanços científicos e tecnológicos são apresentados como simples extensão das relações de produção capitalistas. As contradições entre a globalização e o regime capitalista são negligenciadas em prol de uma visão de classe que tenta justificar o mundo tal como ele se encontra, sem revelar, contudo, o porquê ele é assim. Toma assim a aparência dos fenômenos como sua essência, negando as contradições, levando a uma compreensão muito limitada da vida material. Nas discussões sobre globalização e neoliberalismo, por exemplo, o pensamento conservador retrocede à “essência natural” do ser humano oriunda do liberalismo do século XVIII, negando, por outro lado, a maior parte da produção científica da humanidade nos últimos dois séculos (DOS SANTOS, 2016, p.76-79).

Esse trabalho trilha caminho diferente às explicações do *establishment*, estando baseado no campo do materialismo histórico de Karl Marx e Friedrich Engels. Direccionamos nossa investigação nesse sentido por defendermos o materialismo histórico como forma mais aprimorada de compreensão da realidade, capaz de dar a profundidade necessária para irmos além da aparência dos objetos de pesquisa aqui tratados.

Marx e Engels (2007) criticaram a visão liberal e positivista da humanidade, abrindo espaço para o entendimento do ser humano como produto das relações sociais e de seu tempo histórico, num processo dialético, onde a humanidade faz a sua história e é por ela feita. As sociedades humanas divididas em classes são conflituosas, pois são baseadas na exploração do trabalho humano e em processos alienantes de produção da vida material, que, por sua vez, criam superestruturas políticas, jurídicas e culturais de dominação. Nessas sociedades a luta de classes se manifesta em todas as esferas, inclusive, na produção e objetividade do conhecimento. Na sociedade capitalista, de acordo com a classe social que o cria, o conhecimento pode ser legitimador da exploração, ou libertador de toda a humanidade.

Dentre as formas parciais de conhecimento humano, visando os objetivos de nossa pesquisa e a partir dos pontos levantados pelo filósofo franco-brasileiro Michael Löwy (1978, p. 29-34) e Theotonio dos Santos (1983a) defendemos ser o materialismo histórico a mais avançada construção teórica, devido aos seguintes motivos:

- É o único ponto de vista que possui dimensão positiva da mudança social no tempo atual. Por isso, vê a mudança como avanço e não como atentado à ordem.
- É o único paradigma do conhecimento que não tem necessidade de falsificar a realidade para valer seus argumentos. O conhecimento preciso da realidade é condição indispensável para se fazer a crítica.
- É a única interpretação que se baseia no que há de mais avançado na consciência humana nos processos históricos. Ou o marxismo realiza uma síntese mais avançada do real, ou ele falha enquanto pensamento revolucionário. O pensamento conservador não pode defender os elementos mais avançados, ou entraria em contradição com a defesa de seus privilégios.

Marco aqui posição de que a discussão presente guarda um entendimento distinto de conceitos como “globalização” e “neoliberalismo” do que é comumente apresentado ao grande público. Isso se deve à disputa entorno do que efetivamente representam esses conceitos e sua manifestação no plano material. Acreditamos que o conhecimento em torno dos objetos explicitados está envolvido em um conflito, pois revelam visões de classe diferentes acerca de fenômenos sociais em curso, assim como a objetivação dos mesmos.

O entendimento dos conceitos aqui apresentados desnuda os objetivos do pensamento conservador, propondo um entendimento não só distinto, mas que acreditamos ser mais acertado para a compreensão desses fenômenos. Da mesma forma, defendemos interpretações diferentes acerca desses objetos que melhoram sua compreensão e nos municiam de maneira a interferir de forma mais qualificada no processo histórico em prol dos interesses das “maiorias” da humanidade. Não restrinjo o trabalho intelectual a apenas compreender o objeto, numa simples satisfação individual, mas sim, de compreendê-lo para agir sobre ele e transformá-lo.

O ponto de partida para uma formulação mais profunda sobre o mundo atual é retomarmos à centralidade da produção material na existência da humanidade. Como colocou Marx, “nosso tema é, em primeiro lugar, a produção material. Como os indivíduos produzem em sociedade, a produção de indivíduos, socialmente determinada, é, naturalmente, o ponto de partida” (MARX, 2008, p. 239). No presente trabalho, o entendimento da Globalização está calcado em algo mais profundo, o “ponto de partida”, que é a produção material, e não simplesmente a livre circulação de capitais e mercadorias. Na tese aqui defendida está em curso uma revolução no modo de produção da humanidade. Trata-se de uma revolução nas

forças produtivas, a Revolução Científico-Técnica, na qual, a Globalização é a sua mais importante manifestação.

Partindo desse entendimento, o que nos é comumente apresentado pelo pensamento conservador e pelo monopólio midiático como “globalização”, é, antes, uma abstração, é a aparência, não correspondente com a essência desse fenômeno. Em segundo lugar, guarda o cerne do real movimento do capital frente às mudanças profundas que ocorrem no tempo histórico atual. O que nos é apresentado normalmente como “globalização” na verdade é uma reação do capital aos efeitos da Revolução Científico-Técnica, e, portanto, da própria Globalização em si, ponto que dissecaremos mais à frente.

Me afasto aqui das explicações promovidas pelo capitalismo para reduzir a globalização ao trâmite livre de capitais e mercadorias, ou na ode simplória dos avanços tecnológicos como benesses de um mundo globalizado. Proponho ir mais além, ao perceber que a mudança em curso é ainda mais profunda, atuando decisivamente na forma como os seres humanos produzem a sua própria sobrevivência e que o capitalismo entra em conflito direto com algumas das consequências dessa revolução produtiva.

O tratamento usual sobre a Globalização e os demais conceitos aqui trabalhados não se trata de um “erro” de interpretação ou divergência acadêmica, mas sim, uma necessidade do capital, por meio de seus porta-vozes midiáticos e intelectuais, em apresentar um falseamento enquanto realidade, de modo a criar um consenso que lhe permita utilizar as modificações tecnológicas e socioeconômicas recentes a seu favor e adiar as tendências que lhe são prejudiciais, qualquer que sejam os custos humanos e ambientais dessa posição. Estamos diante então de uma contradição de classes em relação ao que é o mundo atual, contradição que se manifesta também na produção do conhecimento.

Seguimos aqui as impressões deixadas por Marx em seu método. A compreensão de um objeto (Globalização) num primeiro momento é superficial, é uma visão abstrata do objeto. Precisamos mergulhar mais profundo, para o concreto, a essência determinante da realidade analisada (para mim, a Revolução Científico-Técnica), para só então, elaborar uma síntese (um concreto-abstrato) capaz de explicar no campo da teoria os fundamentos da sociedade e dos fenômenos sociais (o entendimento do que realmente é o mundo globalizado).

Lidamos, portanto, com conceitos em disputa, pois, trata-se na verdade, da disputa da própria realidade por objetivos de classes sociais em antagonismo na vida material (sendo os conceitos acadêmicos uma das variadas manifestações desse embate). Baseado no materialismo histórico, promovo aqui uma reflexão sobre fenômenos atualmente em curso e que acredito serem capazes de modificar profundamente a humanidade no transcurso do

século XXI. O cerne de nossa reflexão parte daquela que talvez seja a mais importante passagem da história das ciências sociais:

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se então, uma época de revolução social. (MARX, 2008, p. 47)

1.3 A Revolução Científico-Técnica

A compreensão atual acerca do mundo globalizado que nos é apresentada pelo pensamento (neo)liberal tem como seu objetivo manter as reais potencialidades do fenômeno condicionadas aos interesses dos grandes monopólios transnacionais e seus representantes estatais. Para isso, apresentam a globalização de forma muito restrita, simplesmente como a livre circulação de capitais, possível graças à liberação dos mercados e às tecnologias de comunicação instantânea e de transportes.

Dessa forma, as grandes transformações das últimas décadas (e as que virão num futuro próximo) são, propositalmente, confundidas com os interesses do grande capital monopólico: sua livre circulação e a abertura de novas formas de acumulação – como privatização de bens públicos, a intensificação da superexploração do trabalho e a emissão incontrolável de capital fictício. O que é apresentado como o objeto em si (mundo globalizado) pelo grande capital, para nós trata-se somente de algumas de suas manifestações. Mais do que isso: são precisamente manifestações de reação do capital monopólico às grandes transformações globais em curso, fenômeno que se encontra somente em seu estágio inicial e que apresenta grandes contradições aos interesses até o momento dominantes.

Tomaremos aqui um ponto de partida distinto, tendo em conta o método marxista descrito nas linhas acima. O estágio atual das forças produtivas geradas pela humanidade não é fruto do investimento de empresas transnacionais, ou simplesmente uma nova fase do mundo capitalista, mas sim, o desenvolvimento inerente a um estágio histórico específico da própria humanidade e, portanto, criação coletiva da mesma. Salvo ocorra um cataclismo no

estilo de roteiros distópicos de ficção científica, as forças produtivas sempre avançarão, pois, uma determinada geração herda todos os elementos criados por gerações anteriores e desenvolve as forças produtivas necessárias para lidar com os desafios do seu próprio tempo histórico.

As contradições entre o que os princípios liberais defendem e a realidade se dá pela necessidade dessa ideologia em justificar o capitalismo como a “natureza humana”. Como não existe natureza humana, mas sim, humanos que são condicionados pelas relações sociais inerentes ao seu tempo histórico e, ao mesmo tempo, constroem a sua própria história numa relação dialética, as ciências sociais de matriz liberal caem numa construção positivista do mundo material, incorrendo em “erros” de compreensão dos objetos que são tomados como “A” verdade e “O” caminho a ser seguido, sem espaços para o contraditório.

Me afasto desses posicionamentos por compreender que apenas destacam aspectos das atuais mudanças globais para explicar a Globalização em si, num misto de equívocos e posições ideológicas pró-mercado. Como colocado por Marx (2008, p. 258), “o concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”. Propomos aqui uma explicação da Globalização a partir do conceito de Revolução Científico-Técnica, como processo de reestruturação da economia mundial e articulador das importantes e significativas mudanças testemunhadas pela humanidade nas últimas décadas.

1.3.1 O que é a Revolução Científico-Técnica

A Revolução Científico-Técnica (RCT) é uma revolução produtiva em escala mundial, caracterizada pela ciência como força produtiva em si, tornando-se o elemento principal da produção material. Essa revolução subordina a técnica à ciência, e permite à última dirigir o processo produtivo. Esse conceito foi desenvolvido por um trabalho coletivo coordenado pelo filósofo tcheco Radovan Richta⁴ ao final da década de 1960. Usamos aqui o conceito de Revolução Científico-Técnica tal como desenvolvido por Richta (1972) e, posteriormente, recebendo os aportes do intelectual brasileiro Theotônio dos Santos (1983b e 1987).

Essa revolução produtiva é a base estrutural das mudanças globais do tempo atual, e como tal, modifica de forma profunda e determinante todos os aspectos da vida humana. O ponto de partida, portanto, é a produção material da existência humana, que vem passando por

⁴ Radovan Richta (1924-1983) foi um filósofo tcheco. Viveu e produziu cientificamente na então Tchecoslováquia socialista. Dedicado aos estudos sobre a tecnologia e o trabalho, foi diretor do Instituto de Filosofia e Sociologia da Academia de Ciências da Tchecoslováquia. Participou da resistência contra o nazismo na Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, na Primavera de Praga.

mudanças revolucionárias nos últimos tempos, proporcionando transformações de grande peso para todo seu conjunto.

A Revolução Científico-Técnica não é uma continuação, aprimoramento, ou nova fase da Revolução Industrial, mas, na verdade, sua superação dialética, uma nova revolução produtiva que vem superar as contradições de sua antecessora. Richta coloca como a essência da Revolução Científico-Técnica os seguintes elementos que a fazem transcender a Revolução Industrial:

- A automação: o processo de produção é cada vez mais dominado por sistemas de máquinas que se autorregulam, sem a necessidade do trabalho físico humano.
- Os efeitos da ciência sobre a matéria, as próprias matérias-primas utilizadas na produção podem ser moldadas de acordo com as necessidades humanas, chegando inclusive à manipulação molecular dos elementos. Isso se dá devido aos avanços da química, física e biologia.
- O valor “subjetivo” é cada vez mais dominante no trabalho humano, e leva, dia após dia, à extinção de trabalhos efetuados simplesmente pela “força de trabalho”. Dialeticamente, o avanço da ciência depende cada vez mais que os esforços humanos no desenvolvimento científico, portanto, no trabalho “intelectual” ou “subjetivo”.
- A ciência como força produtiva tende, em seu avanço cada vez mais dinâmico, a difundir conhecimento, superando barreiras construídas socialmente, entre elas, os próprios elementos de funcionamento das relações de produção capitalistas (como a propriedade privada) e a divisão internacional do trabalho (DIT).

O processo produtivo se encontra cada vez mais sendo realizado por máquinas que funcionam de forma automática, sem a interferência humana na maior parte do tempo. Essa situação torna obsoleta uma série de profissões, especialmente as que utilizam o trabalho físico humano diretamente. Graças aos avanços da cibernética, eletrônica e informática, poucos indivíduos são necessários para operar toda uma linha de produção automatizada. Processos de correção, adequação e cálculos na produção são, em sua maioria, resolvidas pelo

próprio maquinário. Os poucos seres humanos envolvidos são mais operadores de sistema do que “operários” no sentido clássico.⁵

A incidência da ciência cada vez mais como elemento determinante nas forças produtivas também modificou a relação do ser humano com os materiais utilizados na produção. Elementos da natureza são cada vez mais moldados de diferentes maneiras. Os avanços nos campos científicos dedicados à química, física e biologia estão nos levando a um caminho gradual de controle total da matéria, com a sintetização de objetos, mudança de estados de um elemento, utilização das forças da natureza como novas fontes de energia e até mesmo o controle sobre partes da vida orgânica, como a biotecnologia.

Como a produção depende cada vez mais da ciência, a simples utilização do homem como força de trabalho vai se tornando algo cada vez mais desnecessário. A técnica e o avanço das forças produtivas estão subordinadas à ciência e esta, por sua vez, somente pode se desenvolver a partir do conhecimento cada vez mais amplo e complexo da natureza por parte do ser humano. Essa necessidade de conhecimento científico como fio condutor da produção material faz, em um processo paulatino, com que a divisão entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo seja algo superável, já que a produção é resultado do conjunto de diversos tipos de trabalho direcionados pelo conhecimento científico.

O trabalho no campo da ciência e do conhecimento é hoje vital para o desenvolvimento das forças produtivas. O avanço da Revolução Científico-Técnica tende a eliminar ocupações referentes ao trabalho físico humano, sendo substituído por sistemas automáticos de produção e utilização massiva de tecnologia. Dialeticamente, a perpetuação de um avanço tecnológico de grandes proporções somente é possível com a intensificação da produção científica. Para isso, novas profissões são criadas, onde o trabalho depende muito mais da capacidade criativa e domínio de um determinado conhecimento científico, do que a produtividade dentro de um tempo de trabalho necessário para a produção.

Os trabalhadores e trabalhadoras no campo da ciência (ou mesmo em outras áreas) são impelidos pelo sistema de produção a dominarem cada vez mais técnicas e conhecimentos que os tornam verdadeiros especialistas em determinados ramos da ciência, e não mais em simples força de trabalho para a criação de um determinado valor dentro de um espaço de tempo estipulado (jornada de trabalho).

⁵ Me refiro aqui às formas de trabalho mais avançadas e que ditam a produção em geral. Não queremos dizer com isso que a maioria dos indivíduos se encontram em tal condição. O capitalismo sempre se caracterizou por mesclar formas distintas de trabalho, desde os mais especializados até os mais degradantes, incluindo formas de trabalho remanescentes de modos de produção superados pelo capital.

É dentro desse enorme avanço das forças produtivas que se desenvolvem ciências como a robótica, informática, microeletrônica, biotecnologia, o domínio de novas fontes de energia, e até o desenvolvimento de setores dedicados à cultura e ao entretenimento que exigem a aplicação de ciências avançadas para sua criação, que empregam cada vez mais pessoas e movimentam somas astronômicas de dinheiro (videogames, festivais de música, efeitos computadorizados utilizados em filmes, etc).

Todas essas questões apontadas são possíveis devido ao fato de que a ciência se tornou o elemento principal das forças produtivas, ou seja, seu avanço e domínio determinam a própria produção da vida material dos seres humanos. A Revolução Científico-Técnica expande sua influência por todo o planeta, e provoca sensíveis mudanças no modo de vida de homens e mulheres. Essa é a chave para compreendermos as transformações dos tempos atuais. Estamos em um estágio inicial de uma mudança total no modo de produção da vida material e que se movimenta na longa duração. Essa revolução não pode ser parada e anuncia a construção de novos tipos de relações sociais e internacionais que apenas apresentam seus primeiros sinais em nossa época, não deixando, contudo, de já manifestar diversas contradições com as relações capitalistas até então vigentes.

1.3.2 O início da Revolução Científico-Técnica

A ciência e a tecnologia não são neutras, nem tampouco possuem uma essência boa ou ruim. Não podemos separar a tecnologia e a ciência do ordenamento social em que ambas se desenvolvem. Há uma relação dialética entre as forças produtivas e as relações de produção, na qual a forma como os processos produtivos são utilizados influencia de maneira determinante o conjunto social.

A estrutura das forças produtivas – e conseqüentemente, cada tipo particular de produção e tecnologia – possui sempre um atributo social implícito, e, por sua vez, requer uma estrutura apropriada de vida social. As relações de produção não são mais do que a forma variável das forças produtivas de um certo tipo de vida humana e fonte de relações particulares entre as pessoas. Cada transformação nas forças produtivas tem importantes reflexos nas forças sociais e não existe relação de produção que, de um modo ou de outro, não evoque uma transformação no mundo das forças produtivas. A variedade das forças produtivas empregadas pela sociedade não está, de fato, fixada, nem determinada de uma vez por todas; ao contrário, toda a sua amplitude e seu conteúdo estão abertos a cada transformação da sociedade. (RICHTA, 1972, p. 36-37)

O desenvolvimento de um determinado processo produtivo e sua aplicação no cotidiano determinam organizações sociais variadas entre os seres humanos. Da mesma

maneira, a forma e os fins do uso de uma determinada produção por uma sociedade influenciam nas potencialidades, limites e contradições das forças produtivas e, em limites extremos, da manutenção do próprio ordenamento social em questão.

A Revolução Industrial é um estágio das forças produtivas inerente ao capitalismo e se desenvolveu de maneira a obedecer aos objetivos do capital, qual seja, a acumulação ilimitada do mesmo. O mecanismo para isso foi a subordinação dos seres humanos à máquina, onde o progresso técnico é utilizado para aprimorar a exploração do trabalho. Os avanços no campo produtivo nessas condições têm, como único objetivo, a maximização dos lucros por meio do aumento da produtividade do trabalho.

Tal equacionamento se dá pela diminuição do tempo de trabalho necessário para a reprodução da própria força de trabalho, através da aplicação de inovações tecnológicas ao processo produtivo que diminuam o valor individual do trabalho. O capitalista persegue sempre a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria, e dentro desse período produtivo, reduz também o tempo necessário para a reprodução da própria força de trabalho, aumentando assim a parte da jornada dedicada à produção de mais-valor.⁶ Vejamos o que Marx coloca no Livro I de *O Capital*:

Dada a duração da jornada de trabalho, o prolongamento do mais-trabalho tem de resultar da redução do tempo de trabalho necessário, em vez de, ao contrário, a redução do tempo de trabalho necessário resultar do prolongamento do mais-trabalho. (...) Por elevação da força produtiva do trabalho entendemos precisamente uma alteração no processo de trabalho por meio da qual o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria é reduzido, de modo que uma quantidade menor de trabalho é dotada da força para produzir uma quantidade maior de valor de uso. Assim, enquanto na produção de mais-valor, na forma até aqui considerada, o modo de produção foi pressuposto como dado, para a produção de mais-valor por meio da transformação do trabalho necessário em mais-trabalho é absolutamente insuficiente que o capital se apodere do processo de trabalho tal como ele foi historicamente herdado ou tal como ele já existe, limitando-se a prolongar a sua duração. Para aumentar a produtividade, reduzir o valor da força de trabalho por meio da elevação da força produtiva do trabalho e, assim encurtar parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução desse valor, ele tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto, revolucionar o próprio modo de produção (MARX, 2013, p. 389-390).

Há, portanto, no capitalismo, uma relação direta entre o progresso técnico e a reprodução das relações de produção capitalistas. O estágio industrial das forças produtivas precisa da divisão do trabalho, da individualização dos trabalhadores, da alienação, enfim, são os meios de produção industriais que utilizam uma massa de trabalhadores da forma que

⁶ Utilizamos aqui o termo “mais-valor”, ao invés de “mais-valia”, seguindo as traduções mais recentes das obras de Marx diretamente do alemão para o português, especialmente a versão de *O Capital* lançada ao longo da década de 2010 pela editora Boitempo. “Mais-valia” será mantida somente em citações de outros autores e autoras que utilizem o conceito dessa forma, preservando o texto original.

melhor lhe satisfaça. O trabalho industrial é repetitivo e pouco especializado, onde o progresso técnico é mais importante para saltos qualitativos dentro desse sistema, do que a maior qualificação da força de trabalho. O capitalismo funciona a partir da separação brutal entre os meios de produção e a força de trabalho. Se quebra a ligação entre o domínio da técnica e a ação do trabalho em si. O trabalhador industrial é submisso à máquina e seu trabalho ditado por ela, que por sua vez, está sob a ótica do lucro. Há uma relação intrínseca no capitalismo entre revolução nos meios de produção e intensificação da exploração do trabalho.

Como já demonstrado anteriormente, diversos intelectuais pró-mercado apontam transformações tecnológicas como responsáveis pelas mudanças globais. Contudo, não apontam como a base de uma nova revolução produtiva. Somos bombardeados diariamente por interpretações de continuidade da Revolução Industrial (“terceira e quarta revolução industrial”), ou de desdobramentos da Revolução Científico-Técnica como uma revolução produtiva em si (“revolução informacional”). Esses argumentos são falhos ou incompletos, ao não compreenderem qual o grau de profundidade das mudanças pelas quais passamos atualmente. Esses posicionamentos são superficiais, não indo à raiz do que são a Globalização, os avanços tecnológicos e as disputas sociais presentes na contemporaneidade.

A ciência sempre fez parte do avanço das forças produtivas, no entanto, Theotonio dos Santos nos indica que foi a partir do capitalismo que o conhecimento passou a ser aplicado de forma sistemática ao processo produtivo. Isso se dá pela divisão e especialização do trabalho extremamente complexa e contínua, necessária para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. “O capitalismo, porém, não poupa tempo de trabalho para diminuir a carga horária dos trabalhadores; poupa para cobrir o mais rápido possível o tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho e apropriar-se do tempo excedente, fonte de mais-valia” (DOS SANTOS, 1983b, p. 16).

A história da produção capitalista é uma constante de progresso técnico que libera o ser humano da produção propriamente dita, direcionando-o para outras tarefas (ou o desemprego). Quanto mais as máquinas se desenvolvem, mais a força de trabalho deve alcançar níveis de conhecimento mais elevados para exercer novas funções. Muda a relação do ser humano com o sistema de produção por meio das transformações sucessivas que o avanço produtivo proporciona.

A Revolução Científico-Técnica e seus pontos essenciais, como a automação, iniciam no capitalismo, mais precisamente, ao final da Segunda Guerra Mundial, na década de 1940. Richta nos aponta que as condições que permitiram o deslanchar da Revolução Científica-

Técnica nesse momento histórico específico foram a grande necessidade de inovações aplicadas em diversas áreas para sustentar o esforço de guerra; as ideias keynesianas de produção em larga escala para o consumo de massas, que exigiram aumento substancial da produtividade; e a concorrência com o mundo socialista, que trouxe um bloco de forças antagônicas ao capitalismo internacional (RICHTA, 1972, p. 55-59).

Se anteriormente a mecanização da produção já substituía o trabalhador como centro do processo produtivo, subordinando o ser humano ao ritmo da máquina, na automação o controle, qualidade e programação da produção passam para os computadores, sem a necessidade de intervenção humana. Para chegarmos a níveis tão complexos de máquinas, capazes de agir mais rápido que o cérebro humano e controlar um processo produtivo, é necessário um conhecimento científico muito elevado. É nesse momento, a partir dos anos 1940 e 1950, que sistemas automáticos começam a ser utilizados e se inicia um desenvolvimento científico sem precedentes na história humana. A partir desse momento a ciência deixa de ser um elemento auxiliar da produção. Se converte, ela própria, em força produtiva e subordina a produção e a técnica a ramo aplicável da ciência.

Já em meados do século XX aparecem os primeiros sinais dessa transformação, com a produção de mercadorias em massa – que se converteria rapidamente em mercados globais; o domínio da química, que passa a transformar a estrutura molecular dos elementos; novas fontes de energia, como a nuclear e as energias renováveis. No entanto, é apenas a partir da década de 1980 que o grande público começou a notar os desdobramentos da Revolução Científico-Técnica. Isso porque desse momento em diante os avanços produtivos começaram a chegar ao cotidiano das pessoas por meio de bens e serviços, tal como computadores, celulares, videogames, viagens de avião cada vez mais rápidas, sistemas digitais usados nos mais variados aparelhos eletrônicos, diversas profissões que foram extintas ou criadas pelas novidades tecnológicas, etc.

1.3.3 As contradições entre a Revolução Científico-Técnica e o capitalismo

Apesar de nascente no capitalismo, a Revolução Científico-Técnica guarda profundas contradições com esse sistema. Como apontado por Marx e Engels (2007), os seres humanos entram em relações sociais independentes da sua vontade, correspondendo a um estágio determinado das forças produtivas. Ao atingir um certo nível de desenvolvimento, uma revolução produtiva possui capacidade de remodelar as relações sociais. Ao compreendermos que a Revolução Científico-Técnica se encontra apenas em seu estágio inicial, isso significa

dizer que as mudanças profundas que ela realiza no conjunto da sociedade ainda estão se desenvolvendo e se chocando com relações produtivas capitalistas. Vivemos, portanto, num momento de transição de estruturas produtivas.

O problema é que uma revolução produtiva se choca com as relações de produção, ou, mais precisamente, com sua expressão jurídica que são as relações de propriedade, tal qual, a forma como a produção material é apropriada em uma determinada sociedade. O capitalismo funciona em um regime de apropriação privada da produção coletiva, onde a concentração dos meios de produção nas mãos de poucos proprietários lhes dá a condição de se apropriarem do trabalho da imensa maioria.

Com o tempo, a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção (suas formas políticas e jurídicas, como a propriedade privada) aumenta a determinado ponto onde as relações sociais se tornam um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas. É nesse momento que Marx aponta para a revolução social como única forma de solução dessa contradição que a levará ao termo e à criação de uma sociedade completamente nova, que funciona sobre uma nova estrutura e se desdobra também na formulação de novos arranjos superestruturais. Com isso, está formado o cenário para uma nova sociedade e o desenvolvimento pleno das potencialidades da nova forma de produção material.

As relações de produção capitalistas não permitem o pleno desenvolvimento da Revolução Científico-Técnica, pois o capitalismo está baseado na produção e apropriação do valor por meio da exploração da força de trabalho. O sistema atual é dirigido pela necessidade de diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias, reduzindo, simultaneamente, o tempo de trabalho para a reprodução da própria força de trabalho. A implementação de inovações no processo produtivo é utilizada somente com o intuito de diminuir esses tempos de trabalho, aumentando a exploração do trabalhador, a massa de valor excedente produzida (mais-valor, na forma de mercadorias) e diminuindo o valor acrescido pela força de trabalho ao produto final. O uso da tecnologia no capitalismo é, portanto, somente aplicado para aumentar a exploração e o lucro, não para o bem-estar e o menor esforço do trabalhador.

No entanto, quanto menor o tempo de trabalho socialmente necessário, menor o valor repassado ao final do processo à mercadoria. Numa produção automática, onde a participação da força de trabalho é mínima ou nenhuma, o tempo de trabalho socialmente necessário tende a zero, diminuindo assim o valor excedente produzido no processo (e numa visão geral, a massa de mais-valor produzida em uma jornada). Dessa forma, a Revolução Científico-

Técnica e a automação não podem ser levadas às últimas consequências no capitalismo, pois contrariam os fundamentos do próprio sistema, como nos mostra Theotonio dos Santos:

O desenvolvimento das forças produtivas empurra em direção à diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir as mercadorias e, ao mesmo tempo, empurra no sentido de uma maior quantidade de bens que a sociedade pode produzir num tempo dado com uma quantidade cada vez menor de horas de trabalho. Temos assim duas curvas opostas: a do valor dos produtos que decresce com a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário e a produção de bens ou valores de uso que tende a aumentar, entregando uma maior quantidade de bens ao mercado (...) numa diminuição cada vez maior do valor incorporado em cada produto, tendendo ao zero – quer dizer, ao não-valor. Esta é a contradição fundamental entre o processo de valorização e o desenvolvimento das forças produtivas; ela conduz à eliminação da base material do valor (o trabalho socialmente necessário) através da automação crescente da produção. (...) A completa automação da produção seria, pois, o limite histórico material da exploração do homem pelo homem. (DOS SANTOS, 1987, p. 252-254)

Essa é a primeira grande contradição entre RCT e capitalismo. Caso a automação seja levada à sua máxima potencialidade, ou seja, uma produção totalmente automática, sem a necessidade de seres humanos, ela romperia com o “limite histórico material da exploração do homem pelo homem”. A redução total do tempo de trabalho socialmente necessário inviabilizaria a produção de valor excedente e, portanto, os fundamentos do próprio sistema capitalista em si, já que, nessas configurações, estaria inviabilizada a utilização da força de trabalho como produtora de valor excedente. O tempo deixaria de ser a unidade de medida do valor.⁷

Um segundo ponto de contradição entre o capitalismo e a RCT se encontra na questão da restrição da difusão de inovações como forma de aumento da taxa de lucro. O capitalista que introduz uma inovação pode tirar vantagem num primeiro momento, produzindo mais barato, mas aumentando seu lucro por manter a média de preços do produto no mercado. Um tipo de automóvel, por exemplo, pode ter um preço médio no mercado, mas pode estar sendo fabricado com um valor mais baixo por uma determinada empresa que tenha introduzido uma inovação, e com isso diminuído os custos de produção. A empresa não diminui o preço do seu produto no mercado (ou diminui discretamente, para ter vantagem), se valendo da média de preços e com isso maximizando seus lucros. O segredo do lucro dessa empresa está na apropriação privada de uma determinada inovação e na restrição da difusão da mesma. Enquanto a empresa consegue restringir a difusão dessa inovação estará sempre à frente da concorrência.

⁷ Isso não quer dizer, como fica evidente ao longo do trabalho, que o simples avanço das forças produtivas nos moldes da Revolução Científico-Técnica levará ao fim do capitalismo. São necessárias mudanças dialéticas entre as forças produtivas e as relações de produção, muito distintas de um simples determinismo tecnológico.

O capitalista que emprega o modo de produção aperfeiçoado é, portanto, capaz de apropriar-se de uma parte maior da jornada de trabalho para o mais-trabalho do que os demais capitalistas no mesmo ramo de produção. Ele realiza individualmente o que o capital realiza em larga escala, na produção de mais-valor relativo. Por outro lado, *esse mais-valor adicional desaparece assim que o novo modo de produção se universaliza* e apaga-se a diferença entre o valor individual das mercadorias barateadas e seu valor social (MARX, 2013, p. 393, grifos meus).

Quando se generaliza o uso da nova tecnologia, o preço das mercadorias tende a diminuir devido à concorrência. Com isso, a massa de mais-valor também se reduz, assim como o lucro. Quando a difusão da inovação ocorre, rompendo a apropriação privada de uma determinada tecnologia, esta deixa de conferir lucros acima da média para o capitalista pioneiro, contribuindo assim para a tendência decrescente da taxa de lucros. A adoção sistemática de tecnologias avançadas na produção também contribui para a tendência decrescente da taxa de lucro, pois significa altos gastos em capital constante.

O atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas não permite a apropriação privada de uma determinada inovação por muito tempo. A facilidade da troca de informações, processamento de dados e produção de mercadorias, faz com que qualquer inovação seja rapidamente copiada por empresas diversas. O *smartphone*, tão simbólico dos tempos atuais, é uma amostra clara de tal fenômeno. Desenvolvido primeiramente pela empresa norte-americana *Apple*, foi rapidamente copiado. Em questão de meses todas as grandes transnacionais já fabricavam seu próprio modelo do celular com internet móvel.

Se a apropriação privada de uma determinada inovação é uma forma vital de garantir lucros, o objetivo de um monopólio é restringir a difusão de uma determinada tecnologia que lhe dê vantagem momentânea. Podemos ilustrar esse fenômeno com uma “equação”: difusão < apropriação privada (difusão menor que apropriação). Constatamos, porém, que o estágio atual das forças produtivas não permite uma apropriação prolongada por parte dos monopólios. Por mais que estes tentem se resguardar de diversas formas – patentes, por exemplo – a difusão de informações e conhecimentos, aliadas a métodos cada vez mais rápidos de produção e circulação, faz com que a difusão em curto espaço de tempo seja uma realidade, dificultando a apropriação e, dessa maneira, agindo como tendência decrescente da taxa de lucros. Podemos, portanto, ilustrar essa questão no mundo globalizado com outra “equação”: difusão > apropriação privada (difusão maior que apropriação).

Em relação à divisão internacional do trabalho, o fenômeno difusão > apropriação permite a modificação paulatina da relação centro-periferia, um dos pilares de sustentação do sistema capitalista internacional. Países periféricos (ou outrora periféricos, no caso chinês), passam a absorver e desenvolver tecnologias e conhecimentos que, se utilizados dentro de

projetos políticos nacionais e regionais de emancipação e integração soberana dos povos, tendem a contrabalancear a geopolítica mundial, fortalecendo a multipolaridade e a afirmação de novas potências mundiais e regionais. Esse fenômeno pode adquirir, a longo prazo, força suficiente para colocar em xeque a noção imperialista e assimétrica das relações internacionais, agindo por meio da cooperação e da democratização das relações entre países.

Os dados da UNESCO de 2013⁸ revelam que naquele momento, a China já representava 19,1% do número de cientistas no mundo, a frente dos Estados Unidos (16,7%) e pouco abaixo da União Europeia (22,2%), que se encontra, no entanto, em números descendentes, ao contrário dos chineses. O exemplo da China é a demonstração de que uma economia movida para o desenvolvimento autônomo e fora dos ditames dos organismos internacionais controlados pelas potências centrais, alcança resultados sérios na produção de conhecimento. A intensificação da difusão pelo avanço da Revolução Científico-Técnica abre uma janela de oportunidades para os países periféricos questionarem e proporem a superação da atual divisão internacional do trabalho, desde que as forças sociais que apostam no desenvolvimento soberano e na integração dos povos vençam a batalha pelo poder contra aquelas que se locupletam da dependência e da subalternidade.

Por último, uma terceira contradição entre os desdobramentos da RCT e os limites do capitalismo se encontra na questão do trabalho, mais precisamente, na liberação da força de trabalho que ocorre com a crescente automatização da produção. O curso da Revolução Científico-Técnica aponta para a liberação do trabalho humano do esforço produtivo, substituído por sistemas automáticos. Num sistema de relações de produção condizentes com os avanços produtivos recentes, a automação nos permite liberar a força de trabalho em direção à criação científica que, dialeticamente, inferiria de forma positiva na perpetuação do desenvolvimento da Revolução Científico-Técnica. O ser humano liberado da produção direta, poderia usufruir de mais tempo livre para o estudo, conhecimento e lazer, desatando uma torrencial de criatividade que perpetuaria as potencialidades da RCT.

Ao contrário do capitalismo, a Revolução Científico-Técnica depende da maior qualificação da força de trabalho, transformando os trabalhadores em verdadeiros cientistas, ou seja, especialistas em determinado conhecimento. A automação do processo produtivo, em última instância, leva ao fim da subjugação do trabalho à máquina e a liberação dos seres humanos do processo produtivo em si, permitindo a qualificação da força de trabalho.

⁸ “Facts and figures: R&D expenditure”. Disponível em: <<https://en.unesco.org/node/252279>> Acesso em 22 de julho de 2018.

O problema consiste que tal estrutura (da automação, da difusão e da liberação da força de trabalho) não só não funciona no capitalismo, como suas características são completamente antagônicas às relações de produção capitalistas. Esse sistema depende da exploração do trabalho dentro de um tempo socialmente necessário para a criação de mais-valor, algo que não equaciona com a velocidade e diversidade dos conhecimentos e inovações desenvolvidos atualmente e que tendem a crescer; nem com a possibilidade de liberar boa parte da força de trabalho de ocupações obsoletas para se dedicar à pesquisa científica e demais ramos aplicáveis da ciência.

Com a produção automática, o tempo de trabalho socialmente necessário não permite grandes acumulações de capital, pois a massa de valor formulada no processo produtivo é insuficiente para isso. Da mesma forma, a substituição de seres humanos no trabalho por sistemas automáticos caracteriza necessidade de gastos cada vez mais altos em capital constante (máquinas) e utilização decrescente de capital variável (os próprios trabalhadores), único elemento com a capacidade de criar valor excedente (mais-valor). Tal cenário reforça a tendência decrescente da taxa de lucros. Portanto, não é rentável para o capital aplicar os avanços da Revolução Científico-Técnica em toda sua potencialidade.

A ciência como força produtiva principal do atual momento da humanidade não funciona à base do tempo de trabalho socialmente necessário e na lógica do lucro imediato do mercado. Entre o início de uma pesquisa científica que permita, no futuro, um avanço produtivo, até o seu efetivo uso sistemático, existem anos ou até décadas de trabalho. O trabalho científico não pode ser quantificado dentro da lógica do valor tal como expresso no modo de produção capitalista. O tempo da ciência não é o relógio fabril, e suas pesquisas não funcionam na lógica do lucro rápido do mercado. Avanços e inovações demandam tempo e pesquisa, algo que empresas privadas não podem sustentar.

A adoção de tecnologias avançadas que poupam trabalho, somado à não readequação da força de trabalho para exercer outras ocupações condizentes com a RCT (o que exigiria investimentos em educação e formação científica) e a manutenção de jornadas de trabalho completamente discrepantes em relação ao nível de produtividade alcançado atualmente, cria uma massa sobranete de trabalhadores, que não encontra mais lugar no mercado de trabalho tal como edificado hoje.

Em relação ao mundo do trabalho, o neoliberalismo globalizado cria então, duas “soluções” para essa questão, com custos humanos altíssimos. A primeira é o simples desemprego estrutural, já que é impossível equacionar uma massa de trabalhadores de baixa formação com um aparato produtivo que exige pouca presença humana em seu

funcionamento. A segunda, é a precarização, que aparece de várias formas, como a terceirização e a informalidade. A massa sobrando da força de trabalho é deslocada para atividades de baixa produtividade, com remunerações incertas, e pouco ou nenhum direito trabalhista. Boa parte dessas ocupações são completamente obsoletas frente ao estágio atual das forças produtivas (DOS SANTOS, 1987, p. 226). Além das reconfigurações da exploração do trabalho, o capitalismo recorre cada vez mais à financeirização e à utilização do capital fictício como forma de apropriação da riqueza socialmente construída, principalmente por meio dos títulos da dívida pública, realizando acumulação sem produção (ponto que desenvolvo mais à frente).

Portanto, o ponto de partida para o entendimento do mundo atual é a revolução produtiva em curso, a Revolução Científico-Técnica, que leva a profundas transformações no modo de vida de toda a humanidade. Seu âmbito é mundial, já que o capitalismo se configura como o primeiro modo de produção a abarcar todo o planeta. Seus efeitos são sentidos por todos os povos, porém, de forma assimétrica, já que o capitalismo é desigual entre as classes e entre as nações.

Antes do fenômeno da Globalização, há a Revolução Científico-Técnica. Ela é a estrutura que permite o advento da Globalização, que permite o grau de relações socioeconômicas, políticas e culturais alcançado nos dias de hoje e ainda em estágio inicial. Nos afastamos dessa maneira das interpretações pró-mercado que enaltecem a Globalização como uma simples continuidade do capitalismo internacional, e que se restringem a exaltar os avanços na comunicação, informática e outros setores, como se estes fossem a explicação do fenômeno em si e não desdobramentos do mesmo.

Com ciência das reais origens das transformações que acontecem no mundo contemporâneo, estamos aptos a compreender a Globalização e o neoliberalismo de outra forma. Antes, contudo, devemos rapidamente nos debruçar sobre o papel do monopólio e do Estado nos interesses do capital em relação à Revolução Científico-Técnica.

1.3.4 O papel do monopólio e do Estado

Cabe aqui rapidamente salientar o papel do monopólio e do Estado. Ambos são fundamentais para que o capital possa retardar ou diminuir suas contradições com a Revolução Científico-Técnica, e, ao mesmo tempo, colocar alguns elementos deste processo em prol da exploração do capital e da maximização dos lucros.

O monopólio é uma forma de retardar a utilização de inovações no sistema produtivo e demais áreas da sociedade. Por meio da apropriação privada de invenções e inovações, um determinado monopólio pode frear a utilização daquelas, mantendo um exclusivismo de uso, ou, simplesmente, não desenvolvendo a inovação. Em nossa época, existem diversas formas de realizar tal apropriação, como a política de patentes, *copyrights*, direitos autorais, privatizações de serviços e instituições outrora públicos, etc. O monopólio se constitui assim como uma forma de entrave ao desenvolvimento científico da humanidade, pois inviabiliza ou retarda a circulação de conhecimento (DOS SANTOS, 1983b e 1987).

Ao não permitir a livre circulação de conhecimento, o monopólio pode desviar o potencial tecnológico de um determinado setor para utilizar a tecnologia somente para seu lucro e não para questões sociais mais importantes. Por exemplo, a biotecnologia dedicada ao desenvolvimento de alimentos transgênicos que recebem mais agrotóxicos, poderia ser utilizada para pesquisar a cura de doenças, a produção de órgãos em laboratório para transplantes, ou até mesmo a manufatura de alimentos nutritivos.

O início da Revolução Científico-Técnica a partir da Segunda Guerra Mundial se deu por fatores exteriores ao desejo dos grandes monopólios (guerra, intervenção na economia e concorrência socialista). Passado o momento, o monopólio volta a ser o mecanismo ideal para restringir inovações e tecnologias avançadas que não sejam comercialmente viáveis para o lucro privado (RICHTA, 1972, p. 52-59).

A apropriação (sempre incompleta) da Revolução Científico-Técnica por parte do capital monopólico determina também um desperdício de força de trabalho e potencial humano. Isso porque, no estágio atual das forças produtivas já poderíamos ter reduzido a jornada de trabalho, liberando o ser humano para mais tempo livre, dedicados ao lazer, cultura e ao estudo. Com isso sobrevivem ocupações obsoletas e jornadas de trabalho antiquadas, que não permitem que a maioria esmagadora da humanidade possa fazer o trânsito das antigas ocupações para profissões dedicadas à produção de conhecimento, fato que só aceleraria ainda mais as transformações possíveis graças à revolução produtiva em curso.

O monopólio se caracteriza, portanto, como fator de contratendência à rebaixa dos lucros, um mecanismo de controle maior sobre as forças produtivas, para utilizá-las, freá-las ou descartá-las de acordo com as necessidades da acumulação de capital. No caso da RCT, o monopólio é um instrumento de inutilização de recursos técnicos e conhecimento humano, ao subutilizar, propositalmente, as forças produtivas já existentes e as possíveis. Avanços científicos que poderiam mudar completamente a humanidade são desviados ou, simplesmente, não desenvolvidos, pois entram em contradição com a base de reprodução da

sociedade capitalista (RICHTA, 1972). O monopólio resguarda a produção científica e a direciona para seus interesses, transformando a ciência em algo lucrativo.

Podemos observar na Tabela 1, como o número de patentes aumenta exponencialmente no mundo nas últimas décadas. Tanto os patenteadores residentes (aqueles que requisitam o reconhecimento de suas patentes no país em que residem), quanto os não-residentes (aqueles que requisitam suas patentes em um país do qual não são residentes) apresentam um crescimento acelerado. A continuar na mesma velocidade, a década de 2010 apresentará mais que o dobro de patentes requisitadas na década anterior, alcançando a incrível marca de mais de 1 milhão e meio de patentes por ano.

Tabela 1 - Média de patentes solicitadas por ano no mundo

Tipo de patenteador	1985-1989	1990-1999	2000-2009	2010-2016
Residentes	492.608,4	641.806,4	859.041,1	1.603.934,4
Não-residentes	232.464,4	311.772,5	566.546,4	761.684,4

Fonte: Banco Mundial.⁹

O Estado também cumpre papel fundamental para a apropriação da RCT pelo capitalismo. Como a pesquisa básica¹⁰ é fundamental para o desenvolvimento da ciência, mas pouco lucrativa a curto prazo, o Estado – financiado por toda a sociedade – fica com a tarefa de investir nessa área e na formação dos trabalhadores especializados (cientistas), por meio das universidades, laboratórios e empresas públicas. As empresas privadas utilizam suas áreas de pesquisa somente para aplicar os conhecimentos previamente desenvolvidos no aparato público, dedicando-se à pesquisa aplicada¹¹, e principalmente, ao desenvolvimento¹² de produtos (DOS SANTOS, 1983b, p. 131-169).

⁹ Os dados do Banco Mundial utilizados nesse trabalho são sempre de sua base de dados disponível na internet, salvo quando assinalado. Disponível em <<https://data.worldbank.org/>> Acesso em 25 de agosto de 2017.

¹⁰ Pesquisa básica consiste na compreensão dos fenômenos naturais e sociais, com o intuito de conhecimento a ser disponibilizado à toda sociedade, como patrimônio coletivo. Geralmente é realizada pelas universidades e outras instituições públicas. Se desdobra posteriormente em diversas formas de aplicação. Por exemplo, uma pesquisa sobre a borracha e sua ação em relação ao atrito.

¹¹ Pesquisa aplicada consiste em desenvolver aplicações práticas de um conhecimento auferido na pesquisa básica. Exemplo, a aplicação viável de borracha para freios e pneus de veículos.

¹² Desenvolvimento é a formulação de produtos a partir dos conhecimentos desenvolvidos na pesquisa aplicada. Exemplo, o desenvolvimento de freios e pneus os mais variados, se adaptando às necessidades do mercado de veículos. Os limites entre pesquisa básica, aplicada e desenvolvimento são tênues e se interpenetram.

Assim, o gasto com a pesquisa básica e com a formação de pessoal especializado fica com o conjunto da sociedade, por meio do Estado. Posteriormente, o resultado das pesquisas e a força de trabalho formada são apropriados privadamente pelos grandes monopólios transnacionais. Obviamente, estes agem com grande *lobby* dentro dos governos para direcionar a pesquisa científica e a formação de profissionais para as áreas de seu interesse. Cabe ressaltar que o gasto em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) por parte de um Estado diz muito sobre sua condição geopolítica e de soberania no sistema mundial.

A única condição em que empresas de grande porte investem pesado em pesquisa básica são em áreas onde o lucro é garantido, pois seu único ou principal comprador é o próprio Estado. O Estado aparece como fundamental para sustentar esferas altamente monopolizadas, como os setores militar, aéreo, aeroespacial e de comunicação. Nesses casos há forte pesquisa por parte das empresas, pois o lucro é garantido, já que a venda é diretamente para o Estado. Ao contrário do que prega o ideário neoliberal, os grandes monopólios transnacionais dependem altamente dos gastos estatais para se manterem, não havendo aqui nada que lembre o ideal de “livre mercado”.

O Estado funciona, portanto, como uma garantia de venda de setores monopolizados e como fonte de inovações e força de trabalho qualificada. Dessa forma, elimina o risco do capital privado em determinados setores, ou retira desse mesmo setor a necessidade da pesquisa básica. A sociedade como um todo investe no desenvolvimento científico por meio do Estado e instituições públicas, para, posteriormente, o resultado de suas pesquisas serem utilizadas de forma privada por monopólios transnacionais, gerando lucro e aplicando a ciência para fins de acumulação de capital e não para os interesses sociais. O Estado funciona assim como um elemento de contratendência aos efeitos da Revolução Científico-Técnica, já que fica sob sua responsabilidade o desenvolvimento de ciência básica que, de outra maneira, consistiria em pesados gastos para os monopólios privados, e assim permite a esses se apropriarem dos conhecimentos e aplicá-los na valorização de capital.

Na Tabela 2 apresentamos a trajetória dos cinco países com maior gasto público em Pesquisa e Desenvolvimento em 2015: Estados Unidos, China, Japão, Alemanha e Coreia do Sul. Os quatro primeiros também eram, naquele momento, as quatro maiores economias do mundo.

Tabela 2 - Países com o maior gasto em Pesquisa e Desenvolvimento em 2015 (milhões de US\$)

País	1981-1989	1990-1999	2000-2009	2010-2015
Estados Unidos	173.093	255.728	365.055	432.259
China	–	19.884	96.510	295.854
Japão	69.352	106.411	137.318	149.695
Alemanha	47.526	59.098	75.708	95.166
Coreia do Sul	–	15.281	32.694	64.924

Fonte: OECD.¹³

Verificamos que os gastos estatais aumentam de maneira muito rápida ao longo das últimas décadas. O destaque fica para a economia chinesa, que apresentava um gasto em Pesquisa e Desenvolvimento modesto na década de 1990, aumenta em 5 vezes essa cifra nos anos 2000 e a triplica na década de 2010, comparado ao decênio anterior. A Coreia do Sul, economia que se especializou na produção de alta tecnologia, também duplica a cada década seus gastos públicos no setor, demonstrando uma ênfase em gastos públicos ligados à ciência maior do que economias fortes da Europa, como França e Reino Unido.

1.4 A Globalização

Com a reflexão sobre a Revolução Científico-Técnica, passamos à conceituação da Globalização de forma distinta à apresentada pelos autores do *establishment*. A revolução produtiva em curso não é considerada nas interpretações pró-mercado, fazendo com que a Globalização seja compreendida como uma nova fase do capitalismo e fruto da liberação dos mercados. Essa posição é insuficiente, ou mesmo, errônea, frente aos argumentos acima expostos acerca da RCT.

Tomamos a definição de Globalização tal como colocada por Theotonio dos Santos:

¹³ Os dados da OECD utilizados nesse trabalho são de sua base de dados disponível na internet, salvo quando assinalado. Disponível em: <<https://data.oecd.org/>> Acesso em 25 de agosto de 2017.

Globalização (...) significa essencialmente o surgimento e desenvolvimento de uma esfera de relações econômicas, sociais e políticas globais que tendem a se reproduzir como fenômenos mundiais que transcendem as fronteiras nacionais, formando um sistema global, apesar de que continua dependendo de sistemas nacionais ou locais para assegurar sua total reprodução (DOS SANTOS, 2004, p. 281)

Nesse caso, a Globalização deve ser entendida como a superestrutura política, jurídica e cultural da Revolução Científico-Técnica em formação. Assim como sua base estrutural, a Globalização se encontra em estágio inicial, onde suas potencialidades ainda não foram totalmente deslanchadas, todavia, algumas de suas características são já bem visíveis para todo o conjunto da humanidade.

Como superestrutura de um novo tipo de sociedade ainda em formação, a Globalização entra em contradição com os mecanismos de funcionamento do sistema capitalista internacional, mesmo que em um primeiro momento pareça justamente o contrário. Como vimos, o capitalismo tenta absorver o avanço das forças produtivas em desenvolvimento, direcionando as transformações para a acumulação de capital e freando as mudanças que entram em choque com a natureza de suas relações de produção, o que ocorre também com a Globalização, como demonstra Carlos Eduardo Martins:

A globalização é vista, nesse enfoque, como um processo extremamente complexo. Ela não cria de *per se* uma nova sociedade global, nem é apenas uma longa continuidade, ou se restringe a dimensões específicas da vida social como as finanças. Ela é uma profunda revolução nas forças produtivas e, como tal, afeta a produção da vida humana em seu conjunto. Como força revolucionária, não pode ser absorvida integralmente pela acumulação de capital, mas cria um período de transição, no qual se perfilam projetos distintos e antagônicos para dirigi-la. A globalização impulsiona inicialmente uma economia mundial imperialista que incorpora sob diferentes formas países dependentes e/ou semiperiféricos e socialistas – embora estabeleça limites crescentes para sua expansão (MARTINS, 2011, p. 20).

A Globalização se apresenta em seu estágio inicial como um aprofundamento das desigualdades entre o centro do sistema mundial (os chamados países de “primeiro mundo”) e a periferia. Dentro do centro, temos a presença do Estado hegemônico, função exercida desde a Segunda Guerra Mundial pelos Estados Unidos. Porém, as características da Revolução Científico-Técnica e da Globalização trazem contradições irreconciliáveis com o capitalismo.

Como vimos, a RCT é uma revolução produtiva em curso, baseada na centralidade da ciência como o elemento principal das forças produtivas. Esta necessita cada vez mais do trabalho subjetivo-científico para o desenvolvimento constante das forças produtivas, o que tende a revolucionar a divisão do trabalho, pois a produção científica não pode ser equacionada dentro do tempo de trabalho socialmente necessário, que por sua vez é a forma de produção de valor nas relações de produção capitalistas.

Isso equivale dizer que para o desenvolvimento pleno das potencialidades da RCT uma nova forma de divisão de trabalho terá que ser incorporada ao processo produtivo. Uma divisão de trabalho que necessita de grandes investimentos em educação e cultura, em uma força de trabalho altamente qualificada na produção científica, na diminuição das jornadas de trabalho proporcionada pelos altos níveis de produção já alcançados e que permitiriam o maior uso de tempo para o estudo, o conhecimento e o lazer. Todo um rearranjo socioeconômico incapaz de ser alcançado dentro das relações de produção capitalistas.

Da mesma forma como o capitalismo tenta deter o desenvolvimento da RCT e usufruir do avanço das forças produtivas, sua superestrutura político-jurídica, o sistema mundial¹⁴, composto por países centrais e periféricos em uma divisão internacional do trabalho, tenta se manter diante das grandes transformações em curso. O Estado hegemônico (Estados Unidos) age no sentido de manter a acumulação de capital e os monopólios globais produtivos e financeiros sob sua égide e dos demais países do centro (Japão e a Europa Ocidental, principalmente suas economias mais fortes: Alemanha, França e Reino Unido).

Para isso, é essencial a permanência de sua hegemonia sob a periferia do sistema (América Latina, África e partes da Ásia), fonte de força de trabalho e matérias-primas baratas, plataformas de valorização de capitais fictícios e espaço para ampliação de mercados consumidores, notoriamente os países com grande população e um grau médio de diversificação econômica, caso do Brasil. Tais países servem inclusive para a recepção de parques industriais e/ou de montagens de produtos, com média e até alta tecnologia inclusa, mas que não dominam de forma soberana tais técnicas e processos, cabendo o controle monopólico destes aos países centrais.

Contudo, no mundo globalizado, fruto da Revolução Científico-Técnica, as forças produtivas alcançaram tal nível que a difusão de tecnologias e inovações é superior à capacidade de apropriação privada das mesmas por parte dos grandes capitais monopólicos. No plano da geopolítica, isso equivale dizer que é cada vez mais difícil uma determinada técnica ou inovação ficar restrita a um único país ou um conjunto de países, até porque, como já colocado, as grandes empresas tendem a instalar suas unidades produtivas em países da periferia onde a força de trabalho é mais barata, recebendo vários incentivos fiscais e jurídicos para tanto.

¹⁴ Sistema interestatal baseado em uma divisão internacional do trabalho, entre centro e periferia, com a presença de um Estado hegemônico no centro. A existência de diversos Estados leva à sua disputa pela acumulação de capital, a partir de ações de liberação ou restrição de sua circulação. Para Wallerstein (1974), compreender o capitalismo como uma economia-mundo, infere entender que a divisão internacional do trabalho é parte intrínseca desse sistema, e que um sistema mundial de países, hierarquizado e desigual, surge como superestrutura política necessária para a manutenção do capitalismo.

A difusão de inovações se torna maior do que a apropriação privada, o que torna impossível impedir que países da periferia possam desenvolver sua economia em níveis médios ou até avançados, rompendo com a dependência. Não se trata de pensar que o desenvolvimento gradual do capitalismo e a instalação de empresas estrangeiras de grande porte desenvolveriam países periféricos. Isto é mais do que comprovadamente falso pela realidade e a história do capitalismo. Trata-se de compreender que a revolução estrutural em curso guarda potencialidades capazes de superar as relações de produção capitalistas, o que levaria consigo toda a superestrutura imperialista e antidemocrática das relações internacionais tal como existem até o momento. O caso chinês é o mais paradigmático, de um país outrora periférico e que se torna a maior economia mundial, movendo inclusive parte do continente asiático de uma situação de dependência para o centro da economia mundial.

O Brasil detém condições para ser uma potência mundial, caso siga o caminho do desenvolvimento autônomo, da integração latino-americana e da construção da multipolaridade em nível internacional. Entretanto, as potencialidades da Revolução Científico-Técnica somente podem ser deslanchadas na periferia entre aqueles países e regiões que tomarem o caminho de rompimento com a dependência, o que depende das movimentações nas lutas de classes em níveis nacionais e regionais.

O grau de dependência e soberania desses países periféricos (ou outrora periféricos) passa a oscilar de acordo com a forma que essas nações aproveitam as mudanças em curso na geopolítica da Globalização. De acordo com a força que adquirem, podem influir em acordos mundiais e impor condições políticas proporcionais a seu poder de barganha. O grau de difusão de inovações no mundo atual não permitirá, portanto, a manutenção de uma unipolaridade, seja pelos Estados Unidos, seja por uma eventual força que tente substituí-lo enquanto Estado hegemônico (MARTINS, 2011).

Se a tese da unipolaridade – defendida principalmente pelos ideólogos da política externa estadunidense¹⁵ – não é passível de se efetuar no mundo globalizado, tampouco aquela que defende o fim ou esgotamento dos Estados-nação se verifica.¹⁶ Um mundo dividido em Estados-nação é uma necessidade do sistema capitalista. O Estado-nação é uma forma de controle sobre a força de trabalho, que impede, de várias maneiras, a livre circulação de trabalhadores. Tal situação cria espaços demográficos que barateiam os custos de produção

¹⁵ Podemos citar Walter Mead, Michael Mandelbaum e Zbigniew Brzezinski. Um bom apanhado crítico dos defensores da liderança estadunidense pode ser encontrado em ANDERSON, 2015.

¹⁶ Autores de diferentes posicionamentos político-ideológicos apontam para o enfraquecimento e esgotamento do Estado-nação frente a Globalização, como Francis Fukuyama e Antonio Negri. Para uma reflexão sobre as diferentes posições intelectuais sobre a Globalização, ver MARTINS, 2011, p. 15-37.

e com isso aumentam as taxas de lucro. Esses espaços privilegiados de valorização de capitais seriam impossíveis, se houvesse a livre circulação de pessoas pelo mundo, algo somente impedido pelas fronteiras nacionais. Além disso, são os Estados nacionais que garantem o controle sobre a força de trabalho, pelo consenso e a coerção, e também sobre o orçamento público, riqueza que é construída coletivamente pela sociedade e apropriada privadamente pelos monopólios (nos dias atuais, principalmente pelos títulos da dívida pública).

Por isso, o sistema capitalista e a sua visão de globalização não podem prescindir de um sistema interestatal de âmbito mundial que permita a acumulação de capital. A tese de que a globalização do capital levaria à obsolescência dos Estados nacionais é falsa, pois, mesmo problemas que somente podem ser resolvidos em nível mundial – como as questões ambientais – são direcionados de acordo com o poder dos países centrais. Da mesma forma, um mundo sem Estados-nação exigiria um grau de democratização colossal nas relações internacionais, algo muito distante em um sistema hierárquico e desigual como o capitalismo.

O monopólio e a manutenção do sistema mundial capitalista, onde poucos países detém poder sobre a imensa maioria, são formas encontradas pelo capital para travar a Globalização e a difusão da RCT. As bases materiais da RCT e da Globalização, tais como a automação, a microeletrônica e a tecnologia digital (principalmente nos aparelhos de comunicação) são restringidas somente para o aumento dos lucros e um crescimento econômico que não é revertido na melhoria do bem-estar das maiorias. A tecnologia que nos permitiria, hoje, diminuir o trabalho humano e deslocar a força de trabalho para a produção científica, é utilizada simplesmente para rebaixar o valor da força de trabalho e aumentar o desemprego, a informalidade e outras formas precárias de ocupações.

O capital se encontra cada vez mais dependente das relações de propriedade, que se manifestam hoje por meio de patentes, privatizações e *copyrights*. Tais medidas são manifestações do monopólio no sentido de amortizar à tendência decrescente da taxa de lucros, já que o aumento das forças produtivas aplicadas na produção diminui a massa de mais-valor produzida (menor tempo necessário de produção diminui o valor unitário da mercadoria).

O monopólio não cria um sistema de produção global, ele reparte a produção, a circulação e o consumo em nível global, mas mantém o controle e os lucros desse sistema concentrados nas mãos de empresas transnacionais e nos Estados que as representam mundialmente. As relações de propriedade capitalistas são, portanto, um entrave ao pleno desenvolvimento das forças produtivas e, por consequência, do bem-estar da própria humanidade, já que são uma forma de travar a difusão de conhecimento que poderia ser

aplicada na resolução de problemas sociais, sendo desviadas para o lucro de um mercado altamente monopolizado. As relações capitalistas, baseadas na desqualificação da força de trabalho e na apropriação privada dos conhecimentos, impedem o desenvolvimento total da subjetividade do trabalho, ponto central da Revolução Científico-Técnica.

A Globalização é assim um entrave para o modo de produção capitalista. Seu desenvolvimento aumenta a difusão tecnológica, entra em choque com monopólios e volatiliza o cenário mundial, ao trazer novos atores mundiais e regionais para o centro da geopolítica. Suas potencialidades, ainda muito iniciais, se levadas ao máximo, tendem ao rompimento do sistema mundial, principalmente sua divisão internacional do trabalho (centro-periferia) e à democratização das relações internacionais. O capital utiliza os monopólios como forma de contratendência a essas potencialidades, centralizando o controle de uma produção repartida globalmente e mantendo um sistema mundial desigual, profundamente antidemocrático e suscetível a confrontações bélicas pelos recursos naturais e mercados mundiais.

Feita essa reflexão, podemos apresentar de forma esquematizada os principais pontos que diferem a Revolução Científico-Técnica e a Globalização do modo de produção capitalista. Apresentamos o quadro abaixo (Quadro 1), lembrando que estamos abordando processos históricos em andamento e que se movem na longa duração:

Quadro 1 - Contradições entre capitalismo e Revolução Científico-Técnica

Fenômeno	Capitalismo (Revolução Industrial)	Revolução Científico-Técnica
Centralidade da produção de excedentes	- Valor depende do tempo de trabalho socialmente necessário e da desqualificação da força de trabalho - Produção eletromecânica (trabalho físico + máquinas)	- Ciência: valor depende menos do tempo de trabalho socialmente necessário e mais da qualificação da força de trabalho - Produção automática (trabalho subjetivo)
Progresso técnico	Difusão < Apropriação privada das inovações	Difusão > Apropriação privada das inovações
Superestrutura político-jurídica	Sistema mundial interestatal (centro e periferia), com presença de um Estado hegemônico	1º momento: mundo multipolar 2º momento: civilização planetária (?) ¹⁷

Elaborada pelo autor a partir dos trabalhos de RICHTA (1972); DOS SANTOS (1983b, 1987, 1994a) e MARTINS (2011).

¹⁷ Civilização Planetária é um conceito de Theotonio dos Santos que aborda a possibilidade de construção de uma “convergência de civilizações e culturas em direção a um convívio plural num sistema planetário único”. Dos Santos aponta para uma sociedade futura, onde toda o patrimônio civilizacional da humanidade será comum a todos, havendo uma fusão de toda a humanidade numa única civilização planetária extremamente multifacetada em sua composição étnico-cultural, em um nível avançadíssimo das forças produtivas. Compreendo que tal cenário é possível somente em um comunismo mundial. Ver DOS SANTOS, 2004, p. 283.

1.4.1 Economia Política da Globalização

Devemos demonstrar rapidamente, por meio dos fundamentos da teoria marxista do valor, como o advento da Revolução Científico-Técnica e o mundo globalizado entram em contradição com o capitalismo. Tomamos como base as ideias de Marx desenvolvidas nos *Grundrisse* e em *O Capital*, conjuntamente aos trabalhos de Carlos Eduardo Martins e Reinaldo Carcanholo, numa análise da economia política da globalização.

Vejamos o que Marx nos coloca em relação ao trabalho como produtor de valor e ao tempo como medidor do trabalho:

Originalmente, as dádivas gratuitas da natureza são abundantes, ou ao menos só precisam ser apropriadas. Há desde o princípio uma associação que emerge naturalmente (a família) e sua correspondente divisão do trabalho e cooperação. Porque, da mesma forma, originalmente, as necessidades são pobres. Elas próprias só se desenvolvem com as forças produtivas. A medida dessa substância, o tempo de trabalho – pressuposta a mesma intensidade -, é, por isso, a medida dos valores. A diferença qualitativa dos trabalhadores, na medida em que não seja natural, posta pelo sexo, idade, força física etc. - no fundo, expressa, portanto, não o valor qualitativo do trabalho, mas a divisão do trabalho, sua diferenciação -, é ela própria somente um resultado histórico e é, por sua vez, abolida para a grande massa do trabalho, uma vez que esta é constituída de trabalho simples; mas o trabalho qualitativamente superior tem economicamente sua medida no trabalho simples. O *tempo* de trabalho ou o *quantum* de trabalho é a medida dos valores. Duas coisas só são comensuráveis pela mesma medida quando são de *mesma natureza*. Os produtos só podem ser medidos com a medida do trabalho – o tempo de trabalho – porque, por sua natureza, são *trabalho*. São trabalho objetivado. (...) Na proporção em que o produto tem uma medida para si, tal medida é sua medida natural, sua medida como objeto natural, massa, peso, extensão, volume etc. Medida da utilidade etc. No entanto, como efeito ou existência em repouso da força que o criou, só é medido pela medida dessa própria força. A medida do trabalho é o tempo. Somente porque são trabalho, podem os produtos ser medidos pela medida do trabalho, pelo tempo de trabalho ou pelo *quantum* de trabalho neles consumido (MARX, 2011, p. 510-511).

O interesse do capitalista em aumentar a produtividade do trabalho, diminuindo o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção, provoca, concomitantemente, uma diminuição do valor excedente realizado pela força de trabalho, contribuindo para a queda tendencial da taxa de lucros. A utilização cada vez mais intensa de tecnologia na automação da produção aumenta a diferença entre esse capital constante utilizado na compra e manutenção do maquinário em relação ao capital variável, para o emprego da força de trabalho, o que contribui para a queda na produção de mais-valor e, conseqüentemente, para a queda na taxa de lucros. Marx novamente nos elucida a questão:

Com a queda progressiva do capital variável em relação ao capital constante, a produção capitalista gera uma composição orgânica cada vez mais alta do capital total, que tem como consequência imediata o fato de que a taxa de mais-valor, mantendo-se constante e inclusive aumentando o grau de exploração do trabalho, se

expressa numa taxa geral de lucro sempre decrescente. (...) Assim como a massa do trabalho vivo empregado sempre decresce em relação à massa do trabalho objetivado que o trabalho vivo mobiliza, isto é, em relação aos meios de produção produtivamente consumidos, também a parte desse trabalho vivo que não é paga e que se objetiva em mais-valor tem de encontrar-se numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital total empregado. E essa proporção entre a massa de mais-valor e o valor do capital total empregado constitui a taxa de lucro, que tem, portanto, de diminuir constantemente (MARX, 2017, p. 250-251).

No Livro III de *O Capital* Marx nos apresenta o capital a juros e como ele se apropria de valor real. Mesmo guardadas as proporções históricas da análise marxiana, já que em sua época o endividamento público e o capital fictício ainda não eram o eixo da acumulação, o revolucionário alemão se debruçou sobre alguns aspectos do capital a juros.

A parte do lucro que ele [o prestatário] lhe paga [ao prestamista] chama-se juros, que não é mais do que um nome especial, uma rubrica para designar uma parte do lucro que o capital ativo, em vez de colocar em seu próprio bolso, precisa pagar ao proprietário do capital. (...) A reposição da soma de dinheiro desembolsada retorna acrescida de um mais-valor (MARX, 2017, p. 386, 392)

Marx aponta também como o valor de uso do capital emprestado é sua capacidade de produzir lucros em um processo de valorização.

É o valor de uso que o dinheiro assume ao ser convertido em capital, ao poder funcionar como capital, o que, por conseguinte, deve-se ao fato de que, em seu movimento, ele gera um mais-valor determinado, o lucro médio (o que excede ou fica abaixo dessa média aparece aqui como algo fortuito), e de que, além disso, ele conserva sua grandeza primitiva de valor. (...) O capitalista monetário aliena, na realidade, um valor de uso, com o que ele cede algo na qualidade de mercadoria. (...) Porém, diferentemente do que ocorre com a mercadoria comum, esse valor de uso é, ao mesmo tempo, valor, a saber, o excedente da grandeza de valor resultante do uso do dinheiro como capital, acima de sua grandeza de valor originário. Esse valor de uso é o lucro. O valor de uso do dinheiro emprestado consiste em poder funcionar como capital e, como tal, produzir, em circunstâncias usuais, o lucro médio (MARX, 2017, p. 398-399).

A forma com que o capital a juros se valoriza é, contudo, totalmente irracional. Ao contrário dos apologistas do mercado, ela não guarda nenhum grau de cientificidade, estando baseada somente na especulação inerente ao mundo da “livre iniciativa”. Os juros das transações com capital fictício são baseados em pura especulação, não sendo regidos por nenhuma lei ou algo factível.

A taxa média de juros vigente num país – diferentemente das taxas de mercado, que flutuam de modo contínuo – não pode ser determinada em absoluto por nenhuma lei. *Não existe, nesse âmbito, nenhuma taxa natural de juros, no sentido em que os economistas falam de uma taxa natural de lucro ou de uma taxa natural do salário.* (...) O costume, a tradição legal etc, influem na determinação da taxa de média de juros tanto quanto a concorrência, na medida em que essa taxa existe não só como cifra média, mas como grandeza efetiva. Uma taxa média de juros já precisa ser admitida como norma legal em muitos litígios jurídicos em que há necessidade de calcular os juros a pagar. Se nos perguntamos por que os limites da taxa média de

juros não podem ser derivados de leis gerais, a resposta a isso reside simplesmente na natureza mesma dos juros, que não são mais que uma parte do lucro médio. O mesmo capital aparece numa dupla determinação, como capital emprestável nas mãos do prestamista e como capital industrial ou comercial nas mãos do capitalista em atividade. Mas ele só funciona uma vez – e só uma vez produz lucro. No próprio processo de produção, o caráter do capital como capital emprestável não desempenha papel nenhum. *De que maneira esse lucro é repartido entre as duas pessoas que o reivindicam é, por si só, um fato puramente empírico, que pertence ao reino da casualidade tanto quanto a repartição dos percentuais do lucro comum de uma companhia entre os diversos coparticipantes.* Na divisão entre o mais-valor e o salário, em que a determinação da taxa de lucro se baseia em essência, atuam de modo determinante dois elementos totalmente distintos: a força de trabalho e o capital; eles são funções de duas variáveis independentes, que se delimitam de maneira recíproca, e de sua *diferença qualitativa surge a divisão quantitativa* do valor produzido. Adiante, veremos que o mesmo ocorre com a divisão do mais-valor entre a renda fundiária e o lucro. Nada disso acontece com os juros. Nesse caso, ao contrário, a *diferenciação qualitativa surge, como veremos em seguida, da divisão puramente quantitativa* da mesma porção de mais-valor. (...) Sem dúvida, é certo que a própria taxa de juros é constantemente variável de acordo com as classes das garantias dadas pelos prestatários e a duração do empréstimo; mas para cada uma dessas classes ela é, num momento dado, uniforme. Essa diferenciação não afeta, portanto, a figura fixa e uniforme da taxa de juros. (MARX, 2017, p. 410-413, grifos meus)

As sociedades anônimas, perfil de propriedade de empresas que se desenhava na época de Marx e que se apresenta como predominante atualmente, retratam de maneira contundente o nível de controle que os capitais especulativos alcançaram. Marx aponta que tal fenômeno reconfigura o capitalismo, transformando os grandes capitalistas em rentistas, que vivem de adiantar capital para que esse se valorize e retorne como lucro, permanecendo afastados da produção propriamente dita, repassada a capitalistas de menor proporção que atuam como “gerentes” dos negócios. Poderíamos fazer uma comparação com os chamados CEOs¹⁸ das empresas atuais. Além disso, os lucros especulativos atuam como elementos contratendentes à queda da taxa de lucros.

O capital que, como tal, tem como base um modo social de produção e pressupõe uma concentração social de meios de produção e forças de trabalho, adquire, assim, diretamente a forma de capital social (capital de indivíduos diretamente associados) em oposição ao capital privado, e suas empresas se apresentam como empresas sociais em oposição a empresas privadas. É a supressão do capital tal como propriedade privada dentro dos limites do próprio modo de produção capitalista. O capitalista realmente ativo se converte em simples gerente, administrador de capital alheio, e os proprietários de capital em meros proprietários, simples capitalistas monetários. Ainda que nos dividendos que recebam estejam incluídos os juros e o ganho empresarial, isto é, o lucro total (pois a remuneração do gerente é, ou deve ser, mero salário para remunerar certo tipo de trabalho qualificado, cujo preço é regulado no mercado de trabalho, como o de outro trabalhador qualquer), esse lucro total é recebido agora apenas na forma de juros, isto é, como simples remuneração à propriedade do capital, que, por sua vez, passa a ser inteiramente separada da função

¹⁸ *Chief Executive Officer*, em inglês, diretores executivos das empresas. A pessoa que dirige o cotidiano da empresa, geralmente sendo sua figura pública, mas não é parte dos grandes proprietários acionistas da mesma. Pode ser agraciado com ações da empresa, mas permanece um capitalista menor perante os grandes investidores.

que desempenha no processo real de reprodução, do mesmo modo que essa função, na pessoa do dirigente, se encontra separada da propriedade do capital. O lucro aparece assim (e não apenas uma parte dele, os juros, que extrai sua justificação do lucro do prestatário) como simples apropriação de mais-trabalho alheio, proveniente da transformação dos meios de produção em capital, isto é, de sua alienação diante do produtor que tomam parte ativamente na produção, desde o gerente até o último diarista. (...) Antes de seguirmos adiante, resta a seguinte observação, importante do ponto de vista econômico: como o lucro assume aqui puramente a forma dos juros, essas empresas ainda são possíveis quando geram simples juros, e esse é um dos fundamentos que detém a queda da taxa geral dos lucros, uma vez que tais empresas, nas quais a proporção entre o capital constante e o capital variável é tão desmedida, não entram necessariamente na compensação da taxa geral de lucro (MARX, 2017, p. 494-495).

O desenvolvimento desse fenômeno levou à criação de uma alta burguesia financeira, que vive da especulação e do controle monetário do capitalismo. A apropriação do valor por parte desse extrato de classe está baseada não no controle direto da produção, mas no controle do dinheiro enquanto capital, que mesmo nas transações especulativas do mercado financeiro é capaz de se apropriar de riqueza real. Mesmo que a análise de Marx fosse focada no capital monetário entre empresas e esteja localizada no final do século XIX, é intrigante como vários aspectos são completamente atuais e se agigantaram desde então.

Essa [sociedades anônimas que adiantam capital e vivem de juros] é a suprassunção do modo de produção capitalista e, portanto, uma contradição que anula a si mesma e se apresenta *prima facie* como simples fase de transição para uma nova forma de produção. Seu modo de manifestação é também o de uma contradição desse tipo. Em certas esferas, ela estabelece o monopólio e, com isso, provoca a ingerência estatal. Produz uma nova aristocracia financeira, uma nova classe de parasitas sob a forma de projetistas, fundadores e diretores meramente nominais; todo um sistema de especulação e de fraude no que diz respeito à fundação de sociedades por ações e ao lançamento e comércio de ações. É produção privada, sem o controle da propriedade privada (MARX, 2017, p. 496)

Uma última contribuição de Marx para os objetivos dessa sessão é necessária. Se o capital fictício, fruto da especulação, é a forma mais aprimorada de apropriação do valor excedente realizado pelos trabalhadores, por outro, enuncia os limites do modo de produção capitalista. Numa analogia interessante com as cooperativas de trabalhadores, Marx nos mostra as “cooperativas” de capitalistas que vivem da especulação como o limite do capitalismo. Mesmo muito distante temporalmente dos efeitos da Revolução Científico-Técnica, Marx nos aponta como um avanço desmedido da financeirização eleva as contradições do capitalismo ao máximo.

As fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores são, dentro da antiga forma, a primeira ruptura do modelo anterior, apesar de que, em sua organização real, reproduzam e tenham de reproduzir por toda parte, naturalmente, todos os defeitos do sistema existente. Mas dentro dessas fábricas está suprassumido o antagonismo entre capital e trabalho, ainda que, de início, apenas na forma em que os trabalhadores, como associação, sejam seus próprios capitalistas, isto é, empreguem

os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho. Essas fábricas demonstram como, ao chegar a certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e de suas correspondentes formas sociais de produção, do seio de um modo de produção surge e se desenvolve naturalmente um novo modo de produção. Sem o sistema fabril derivado do modo de produção capitalista, não se teriam podido desenvolver as fábricas cooperativas, muito menos sem o sistema de crédito oriundo desse mesmo modo de produção. Esse sistema de crédito, que constitui a base fundamental para a transformação gradual das empresas capitalistas privadas em sociedades capitalistas por ações, proporciona também os meios para a expansão gradual das empresas cooperativas em escala mais ou menos nacional. As empresas capitalistas por ações devem ser consideradas, tanto quanto as fábricas cooperativas, formas de transição entre o modo de produção capitalista e o modo de produção associada, com a única diferença de que, num caso, o antagonismo é abolido negativamente, ao passo que, no outro é abolido em sentido positivo (MARX, 2017, p. 498-499).

Tomando como ponto de partida a lei do valor, a queda tendencial da taxa de lucro e a importância e os limites do capital fictício tal como demonstrada por Marx, Carlos Eduardo Martins aponta que o desenvolvimento da RCT leva o capital a uma crise de produção, realização e apropriação do mais-valor. As transformações nas forças produtivas incorrem numa dificuldade cada vez mais intensa por parte do capital em auferir superlucros na proporção exigida pelo mercado na atualidade. Por outro lado, o capitalismo cria mecanismos de contratendência, ou seja, formas de frear a baixa dos lucros e tentar usufruir – mesmo que nunca integralmente – do avanço das forças produtivas em prol da acumulação de capital, mantendo as bases de funcionamento do sistema (MARTINS, 2011, p. 118-141). Vejamos agora essas três crises, de produção, realização e apropriação do mais-valor.

a) Crise na produção de mais-valor: em primeiro lugar, há uma crise de produção de mais-valor, que já tangenciamos nas linhas acima. A automação que vem sendo gradualmente implementada no processo produtivo reduz de forma brutal a necessidade de trabalho humano. Se por um lado o capitalista sempre procura diminuir o tempo de trabalho socialmente necessário (TTSN) para baratear o produto final, por outro, com a produção automática, esse mesmo tempo de trabalho se reduz de tal forma que o valor final das mercadorias decresce em demasia. Como o TTSN é praticamente zero, o valor repassado à mercadoria ao final do processo é ínfimo. Sendo assim, a massa de mais-valor produzida é pequena, sendo necessário aumentar a exploração do trabalho para, conseqüentemente, elevar também a massa de mais-valor realizada.¹⁹ “À medida que cai a proporção do trabalho total empregado em relação ao capital que o põe em movimento, também cai necessariamente a

¹⁹ Os valores finais da mercadoria são hoje muito mais produto de peças publicitárias, *marketing* e outras formas de se criar “necessidades” perpetradas pela sociedade de consumo, do que remetidas ao processo de produção. Isso equivale dizer que o preço das mercadorias atualmente é, em sua maior parte, uma obra de ficção, pura especulação, não tendo ligação com a produção em si e o tempo de trabalho socialmente necessário.

parte do trabalho que aparece como trabalho excedente ou valor excedente” (MARX, 2011, p. 459).

A automação da produção torna desnecessária a utilização maciça de trabalho humano, liberando um contingente significativo de trabalhadores e trabalhadoras para outras ocupações. Em um sistema comprometido com o bem-estar dos seres humanos, essa força de trabalho liberada poderia ser qualificada, com grandes investimentos em educação e formação científica, somados à diminuição da jornada de trabalho.

No entanto, não é dessa maneira que funciona o capitalismo, especialmente na periferia. Essa força de trabalho não encontra compensação em ocupações nos campos da ciência, da cultura e do lazer, muito menos a qualificação necessária para exercer tais profissões (o que elevaria o custo da força de trabalho). Uma massa de trabalhadores pobres e de baixa qualificação é simplesmente descartada pelo sistema, ou alocada em ocupações obsoletas, com pouca ou nenhuma proteção trabalhista e jornadas de trabalho não condizentes com o estágio atual das forças produtivas. Terceirização, subemprego e trabalho informal são mecanismos de contratendência utilizados pelo capital para manter essa força de trabalho ocupada e elevar ao máximo a lei do valor nas relações de produção capitalista. O desemprego estrutural, tão comum em tempos neoliberais, é a realidade de um sistema que não atualiza a formação de sua força de trabalho ao estágio atual das forças produtivas, porque isso equivaleria a dinamitar os fundamentos das relações de produção capitalista e a forma de produção de valores excedentes por meio do TTSN.²⁰

Esses mecanismos são apenas formas de reduzir a tendência decrescente da taxa de lucros, sendo impossível sua total superação por parte do capital. Isso porque modalidades como a terceirização são formas de trabalho de baixa produtividade e de baixa produção de mais-valor. A precarização do trabalho não é uma alternativa (ao contrário do que diz o discurso neoliberal) para retomar o crescimento, gerar empregos e melhorar as condições socioeconômicas, mas sim, um mecanismo para assegurar os lucros das grandes empresas e abrir novos espaços de acumulação antes vedados ao capital privado (como é o caso da terceirização de serviços no aparato público). Todavia, não estabelece períodos de crescimento de longa duração, devido sua baixa produtividade.

²⁰ Vale lembrar que a disseminação do pensamento neoliberal que se desdobra nas modalidades precarizadas de trabalho é acompanhada do aumento do aparato repressivo do Estado, especialmente em territórios de moradia dos extratos mais pobres da classe trabalhadora. A marginalização e a violência urbana são um produto dessa crise capitalista frente à RCT e a Globalização, na qual a resposta do capital é a violência dos aparatos de coerção do Estado, principalmente o policial, ou o simples abandono dessas populações ao controle de paramilitares e grupos criminosos.

b) *Crise na realização de mais-valor*: em segundo lugar, há uma crise de realização de mais-valor no mundo contemporâneo. O emprego de tecnologias avançadas na produção reduz a participação do capital variável (força de trabalho) no processo, levando à diminuição da massa de mais-valor repassada ao produto final. Essa situação reduz drasticamente o valor da mercadoria, que, aliada à difusão rápida das inovações, inviabiliza a realização de superlucros tais como exigidos pela concorrência monopólica do mercado mundial. Caracteriza-se como uma situação insuficiente para estancar a queda da taxa de lucros. Deve-se levar em conta também, que um investimento sistemático em tecnologia de produção configura gasto em capital constante (maquinário), o que também atinge negativamente os lucros.

A maneira mais eficaz utilizada pelo capital para se contrapor à crise de realização do mais-valor, é a emissão descontrolada de capital fictício e a utilização do Estado como transferidor de recursos da esfera pública para o lucro privado. Aqui é necessário recorreremos à categoria de “capital fictício”, apresentada por Marx no livro III de *O Capital*, e muito bem trabalhada por Reinaldo Carcanholo em seus estudos sobre capitais e lucros fictícios (CARCANHOLO, 2013 e CARCANHOLO; NAKATANI, 2015).

A especulação não é um desvio do sistema, mas uma forma de contratendência à queda da taxa de lucros na atual fase do capitalismo. A especulação se tornou o eixo principal da acumulação do sistema capitalista em sua fase atual, não podendo ser descartada, sob o risco de colapso da taxa de lucro. Como já colocado, a produção não é capaz de gerar os superlucros necessários no mundo atual, nem tampouco de alimentar o excedente requerido pelo mundo das “finanças”. Sendo assim, se desenvolveu toda uma esfera de ações, juros, endividamentos e outras formas de capital fictício que são negociadas diariamente no mercado como capital real e determinam boa parte da economia mundial.

Capital fictício é um valor oriundo da especulação que toma essa forma a partir do momento em que é colocado em circulação. Existem várias formas de capital fictício, formas em que esse valor fruto da especulação é colocado em circulação: capital a juros, ações, dívida pública, títulos e concessões negociáveis. Os valores de tais “objetos” oscilam no mercado por meio de pura especulação, não tendo contraparte substancial, ou seja, não possuem equivalência em um capital real. As principais formas de geração de capital fictício são a titularização de capitais ilusórios, a valorização especulativa de ativos e da dívida pública e a emissão de dinheiro circulante além do adicional, principalmente por meio de linhas de crédito acima do necessário no mercado (CARCANHOLO, 2013, p. 142-152).

Os ganhos a partir da esfera fictícia do capital são computados como parte dos lucros das empresas, a partir da valorização especulativa de bens e títulos de sua propriedade. Carcanholo os identifica como “lucros fictícios”, oriundos da especulação, não apresentando correspondência com a riqueza substantiva produzida e, portanto, não tendo origem no mais-valor. O lucro fictício não tem sua origem na economia real, nem tampouco correspondente substancial, porém, é computado no patrimônio de uma empresa como parte de sua riqueza, junto aos valores materialmente existentes. O lucro fictício se apresenta como real e fictício ao mesmo tempo.

O patrimônio de uma empresa é diferente do estoque de riquezas materialmente existentes. Isso porque, no seu patrimônio se contabiliza também os lucros fictícios e sua propriedade sobre títulos, ativos e outras formas de capital fictício. A soma do patrimônio de uma empresa não corresponde ao estoque real de riqueza existente. No patrimônio total se encontra uma “riqueza fictícia”, uma riqueza que não possui correspondente real, substantivo. É pura criação especulativa para aumentar os valores para além do original.

Aquele título que acredita o direito de apropriação de um rendimento regular, título que pode ser vendido a terceiros, *aparece* para seu proprietário como um verdadeiro capital, como capital real. E de fato o é. É aceito como real no mercado, no dia a dia das transações comerciais. Trata-se de riqueza mercantil, mas riqueza fictícia, fictícia/real. Por detrás dele não há substância real, não há riqueza previamente produzida; não há valor, não há excedente substantivo previamente produzido e que a ele corresponda. Assim, do ponto de vista global e não dos agentes econômicos que operam no dia a dia, corresponde à riqueza fictícia. Aparece somado ao patrimônio dos agentes, mas não constitui riqueza real para o conjunto da economia. Assim, e em resumo, o capital fictício é real do ponto de vista dos atos mercantis do dia a dia, do ponto de vista do ato individual e isolado, mas é fictício do ponto de vista da totalidade da economia. Ele é e não é fictício; ele é e não é real. Essa é sua dialética (CARCANHOLO, 2013, p. 146).

Reinaldo Carcanholo nos apresenta então a dialética do capital fictício, que é fictício/real. Fictício porque é pura especulação e não possui correspondente material; real para o cotidiano das transações no mercado, pois computado como parte dos lucros e do patrimônio dos agentes e passível de negociação. Contudo, mesmo tendo origem na especulação e, portanto, não sendo parte do processo de produção de valor excedente por meio da exploração do trabalho, o capital fictício requer uma parte da apropriação desse excedente.

Há, no entanto, um aspecto adicional a ser ressaltado sobre a perspectiva da totalidade. É certo que o capital que consideramos é fictício por não corresponder à riqueza real produzida, no entanto ele tem existência como sujeito capaz de apropriar-se de excedente mercantil, de mais-valia. Assim, desse ângulo, podemos dizer que ele é também real. Qualquer capital real, na sua existência, possui substância real produzida anteriormente e direito de apropriação sobre a mais-valia que será produzida. O capital fictício não possui substância real, mas possui esse

direito de apropriação. Assim, em resumo, mesmo do ponto de vista global, ele é fictício e real ao mesmo tempo. Real por possuir verdadeiramente uma das determinações do verdadeiro capital (CARCANHOLO, 2013, p. 146).

O capital fictício não é oriundo do mais-valor, porém, requer uma parte dele, se apropria do excedente produzido na esfera real da economia. Uma das formas mais lucrativas nos dias atuais são os títulos da dívida pública dos Estados. Esses títulos, e os juros sobre eles, são puro capital fictício, que são, todavia, alimentados pelos orçamentos federais dos países. Ou seja, o endividamento a partir da emissão de títulos consiste numa entrega sistemática por parte dos Estados de riqueza real oriunda do orçamento público para a esfera fictícia da economia mundial. Tal caso é ainda mais preocupante em países da periferia, com menos recursos para investir no seu desenvolvimento e no bem-estar de suas populações, e que se veem profundamente endividados no mercado internacional.

Os títulos da dívida pública se tornaram uma fonte segura de recursos repassada ao mundo da especulação financeira. Por meio deles, os indivíduos e grupos empresariais que controlam os monopólios criam um mecanismo de apropriação privada do orçamento público, ou seja, da riqueza produzida socialmente por uma determinada população. Os títulos da dívida pública estadunidense são tidos como um dos negócios mais seguros do mundo e os países da periferia se transformaram em verdadeiras plataformas de valorização financeira, condicionados por uma série de mecanismos de pressão que forçam os Estados a garantirem o pagamento da dívida pública como prioridade em seus gastos (assuntos que abordo no próximo capítulo).

A dívida pública é uma poderosa ferramenta de contraposição à tendência decrescente da taxa de lucros e de manutenção da espoliação da periferia do capitalismo pelas nações centrais. É uma forma parasitária de lucro sobre as riquezas de um determinado país, pois geralmente é utilizada para pagamentos correntes e a juros (pagamento de outras transações de capitais fictícios), ou com gastos improdutivos, como o setor militar (esse mais comum em países centrais). Boa parte dos orçamentos federais são transferidos para o pagamento e amortizações da dívida pública, repassando recursos reais para a esfera especulativa. Tal situação se perpetua como um ciclo, constituindo-se como um lucro seguro para os detentores dos títulos de dívida pública, vide que sua origem é a contribuição de toda a população de um determinado país. O Estado centraliza valores produzidos por toda a sociedade e que são repassados ao capital internacional por meio do pagamento de títulos, juros, amortizações, fretes e outras transações. A privatização e a terceirização de serviços e empresas públicas também são formas de repasse de fundos públicos ao controle e lucro de capitais

monopólicos, especialmente os oriundos dos países centrais, funcionando também, como mecanismos de contratendência à crise de realização.

c) Crise de apropriação de mais-valor: em terceiro e último lugar, há a crise de apropriação do mais-valor. Com a característica da produção atual de rápida difusão de inovações e conhecimento, é impossível que uma única empresa ou um único país exerça o monopólio de tecnologias por muito tempo. Monopólios concorrentes ou mesmo alguns países da periferia podem se apropriar rapidamente de inovações e processos feitos pela concorrência. Com isso, o desenvolvimento de inovações dentro do capitalismo é muito custoso para o grande capital privado, pois, de um lado significa gastos em produção científica que muitas vezes não apresentam retornos imediatos, por outro lado, a apropriação privada das inovações tende a ser cada vez mais efêmera, pois sua difusão se dá em alta velocidade no mundo globalizado.

A compensação encontrada pelo capital para tentar estancar a crise de apropriação de mais-valor se dá de diferentes modos. Entre o capital privado, é comum atualmente fusões e parcerias entre grandes empresas, no sentido de diminuir custos em pesquisa e tentar maximizar lucros. Contudo, o meio mais eficaz novamente reside na participação estatal, com o financiamento público de Pesquisa e Desenvolvimento; a produção de ciência e formação de trabalhadores qualificados em espaços públicos, como universidades e empresas estatais, que são apropriados por empresas privadas; ou em garantias aos monopólios dadas pelo poder estatal, como o registro de patentes e outras formas de restrição da circulação de conhecimento; ou a privatização de empreendimentos públicos somente quando se tornam rentáveis para o capital privado.

Como já apresentado, esses artifícios são mecanismos de contratendência à queda dos lucros, e não soluções de longo prazo. Basta analisar que nenhum país nas últimas décadas, com a exceção de China e Índia, consegue manter altas taxas de crescimento econômico por muito tempo. A difusão da tecnologia e do conhecimento é muito rápida, inviabilizando a apropriação de mais-valor necessária, levando o sistema a recorrer a outros mecanismos. Da mesma forma, no plano geopolítico, países da periferia (ou que superam essa condição) buscam valorizar sua força de trabalho e incorporar inovações ao processo produtivo. Obviamente, tal situação depende se o controle do Estado se encontra nas mãos de forças políticas que busquem um grau de autonomia e soberania maior para seus próprios países.

A economia política da Globalização demonstra a incapacidade do desenvolvimento pleno da Revolução Científico-Técnica dentro dos limites das relações de produção capitalistas. Os avanços produtivos entram em choque direto com as características da

estrutura vigente, inviabilizando um crescimento robusto e obrigando o capital a recorrer a medidas de contratendência com pesados custos humanos e que freiam inclusive o livre desenvolvimento das forças produtivas. As potencialidades da RCT se encontram travadas ou atrasadas devido às relações de produção capitalistas e sua manifestação na superestrutura político-jurídica, notoriamente nas relações de propriedade e na divisão internacional do trabalho.

As contratendências do capitalismo à crise de produção, realização e apropriação de mais-valor são baseadas na irracionalidade da especulação de capital fictício, na manutenção de bilhões de seres humanos na pobreza, na existência de ocupações obsoletas e de baixa produtividade, em jornadas de trabalho e condições laborais completamente desconexas com o atual estágio das forças produtivas, em restrições de acesso ao conhecimento, educação e cultura por grandes contingentes da humanidade, na apropriação de fundos públicos por monopólios privados baseados, em sua maioria, nos países centrais. Os monopólios e o controle do Estado por parte dos grandes capitais desviam as potencialidades da Revolução Científico-Técnica para alimentar os superlucros e dar sobrevida a um sistema permeado de contradições insolúveis.

A tecnologia existente hoje é suficiente para resolver diversos problemas sociais. Face o nível de produtividade alcançado, por exemplo, a miséria e a guerra são fatos obsoletos. Temos capacidade para alimentar e dar uma vida digna a cada ser humano do planeta, e dividir os recursos de forma democrática entre as nações. De modo direto afirmo, o capitalismo está atrasando as forças produtivas da humanidade e com isso nos levando a uma situação de caos em todo o planeta. Como apresentado, tal situação é totalmente desnecessária e somente pode ser revertida com a vitória de forças políticas e sociais que traduzam os anseios das maiorias, contra um sistema governado por uma minoria privilegiada.

A partir dos estudos aqui expostos, apresento um pequeno esquema dos efeitos da Revolução Científico-Técnica, suas contradições com o capitalismo e como este aciona mecanismos para frear as tendências da primeira, se apropriando de algumas dessas características para maximização de lucros a pesados custos sociais. Resumo tais observações no Quadro 2.

Quadro 2 - Efeitos da Revolução Científico-Técnica e contratendências do capitalismo

Efeitos RCT	Contradição com o capitalismo	Desenvolvimento pleno RCT (solução racional)	Contratendência do capital
- Automação: diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário	- Diminuição da massa de mais-valor produzida	- Diminuição da jornada de trabalho; requalificação da força de trabalho	- Desemprego estrutural, subemprego, terceirização, informalidade
- Diminuição do mais-valor a partir da produção de mercadorias	- Crise da realização de mais-valor, diminuição dos lucros	- Substituição das relações de produção baseadas na exploração por cooperação	- Transferência do eixo de acumulação para o capital fictício, controle dos orçamentos públicos
- Difusão > Apropriação	- Diminuição da apropriação de mais-valor; mudanças na DIT e nas relações internacionais	- Democratização do acesso ao conhecimento e das relações internacionais	- Mecanismos para impedir circulação do conhecimento: patentes, <i>copyrights</i> , privatizações, etc; repasse dos custos da pesquisa para o Estado; invenção de conflitos militares (violação do sistema interestatal, guerras assimétricas)

Elaborada pelo autor a partir dos trabalhos de RICHTA (1972); DOS SANTOS (1983b, 1987, 1994a) e MARTINS (2011).

1.4.2 Neoliberalismo e Globalização Neoliberal

Após desenhar toda uma interpretação distinta sobre a Globalização a partir do advento da Revolução Científico-Técnica e delimitarmos os pontos de contradição destas com o sistema capitalista internacional, devemos, por último, repensar o papel do chamado neoliberalismo. Este se constituiu como o conjunto de ideias, principalmente econômicas, mas também político-ideológicas, de caráter reacionário, que retroage a humanidade a fórmulas ultrapassadas, tentando deter conquistas do mundo do trabalho e da periferia global, recorrendo inclusive, a ideias superadas pelo próprio capitalismo.

O ideário neoliberal tomou força a partir da virada da década de 1970-1980, devido à falência das políticas keynesianas em conjugar altas taxas de lucros e pleno emprego nos países centrais. As Crises do Petróleo nos anos 1970 agravaram a situação e fez com que o grande capital buscasse saídas para a maximização de seus lucros. As características da Revolução Científico-Técnica, em especial a automação, guardam um ponto de suma importância para a compreensão da falência do modelo keynesiano. Com a utilização de

tecnologia mais avançada e a diminuição da necessidade do número de trabalhadores no processo produtivo, a política de pleno emprego keynesiana desmoronou. Isso porque o capitalismo não comporta a diminuição da jornada de trabalho ou a requalificação da força de trabalho para a ciência. Tais condições, como vimos, entram em contradição com as relações de produção capitalistas.

A saída encontrada pelo capital no âmbito do trabalho foi jogar boa parte da classe trabalhadora “sobrante” na terceirização, na informalidade, ou simplesmente no desemprego estrutural, rebaixando o valor dos salários e dificultando a organização política dos trabalhadores. Numa visão mais ampla, outras medidas foram tomadas, desde a abertura ao capital privado em esferas até então dominadas ou monopolizadas pelo Estado; passando pela violação do sistema interestatal, com a (literalmente) invenção de conflitos²¹ que possam mover a engrenagem do capital improdutivo do setor militar; e a desregulamentação da especulação, que levou ao mercado das finanças uma avalanche de capital fictício negociada cotidianamente como valores reais de empresas e Estados.

O neoliberalismo é a ideologia da crise do sistema capitalista. Caracteriza-se, na política econômica, como a contenção dos efeitos da Revolução Científico-Técnica, utilizando todos os recursos possíveis para destravar obstáculos à circulação de capitais, mundializando a lei do valor. É a resposta às dificuldades de produção, realização e apropriação do valor excedente, dilatando ao máximo as possibilidades de apropriação, ao se valer de mecanismos como a superexploração do trabalho, a privatização de bens públicos, a liberalização do comércio e a geração descontrolada de capital fictício como principal mecanismo de apropriação privada da produção coletiva.

Para alcançar seus objetivos o neoliberalismo defende, publicamente, algumas posições. A diminuição do Estado na economia, com destaque para a privatização e desregulamentação, o que possibilita novos espaços de investimento privado e redução do déficit público. O abandono do déficit público como forma de financiamento de serviços sociais e investimentos estatais deve ser seguida por um equilíbrio fiscal, onde as contas do governo devem ser sempre rigorosamente geridas para mostrar austeridade ao mercado.

No âmbito da circulação livre de capital, os neoliberais defendem a liberalização do comércio e da circulação de capitais (reais e fictícios), com o fim de barreiras alfandegárias e demais taxações, redução drástica de impostos para grandes empresas e o câmbio flutuante. Essas medidas estão centradas na perspectiva de que o mercado encontrará o equilíbrio dos

²¹ Os conflitos instigados pela política externa estadunidense no século XXI são praticamente guerras inventadas sob pretextos falsos, como foram os casos do Afeganistão, Iraque, Líbia e Síria.

valores se oscilar livremente. Trata-se de uma manifestação da ideia de que o mercado é a forma natural de relação humana e o capitalismo a essência da humanidade.

Por último, é necessário enfraquecer sindicatos e flexibilizar leis trabalhistas. Para o ideário neoliberal, os direitos trabalhistas e o poder de negociação da classe trabalhadora são entraves para a livre circulação de capitais e o estabelecimento de preços “corretos” para a força de trabalho. Mais uma vez, surge a visão de “naturalidade” do livre mercado, necessitando a eliminação das barreiras para seu apropriado desenvolvimento.

Todas essas medidas garantiriam, para os ideólogos do neoliberalismo, a livre circulação de capitais, condição indelével para a liberdade humana. A liberdade aqui é compreendida como um individualismo irrestrito, onde qualquer norma colocada pela sociedade e pelo Estado, no sentido de atenuar as mazelas criadas pelo capitalismo, são interpretadas como uma tirania da coletividade sobre o indivíduo. Daí os neoliberais realizarem uma oposição ferrenha não só ao marxismo, mas também ao keynesianismo. Todas as medidas que priorizem o social frente ao lucro são tratadas como restrição à liberdade do indivíduo. Esse pensamento também secundariza a questão da democracia, ao colocar em primeiro lugar a propriedade privada e sua renda sobre as decisões coletivas. Não por acaso, a primeira experiência neoliberal ocorreu sob a ditadura de Augusto Pinochet no Chile (1973-1990), sem peso de consciência nenhum dos ideólogos neoliberais como Friedrich Hayek e Milton Friedman. A liberdade de dispor da propriedade privada é superior às decisões coletivas e deve ser mantida, mesmo que atente contra às decisões democráticas (ANDERSON, 1995).

Essas propostas neoliberais, massificadas pela grande mídia e pelos “especialistas” do mercado, no entanto, se manifestam de maneira muito diferente na prática. Como afirma Theotonio dos Santos:

Não se pode aceitar tranquilamente a afirmação de que vivemos ou vivíamos sob uma política neoliberal quando o deficit público, o investimento militar e a especulação financeira a partir dos títulos das dívidas públicas foram as molas propulsoras da economia neste período em que os neoliberais exerceram o poder. (...) A concorrência mundial assume a forma de conflitos entre regiões. Substituem-se os mecanismos de protecionismo cambial pelas políticas de subsídios, pelas normas técnicas de importação e outros mecanismos (DOS SANTOS, 2004, p. 22-23).

O Estado continua jogando um papel fundamental no período atual. As políticas neoliberais dependem de uma grande intervenção estatal na economia, que possa direcionar fundos de grande volume de capital para a iniciativa privada por meio dos gastos públicos,

emissão de títulos da dívida e outras medidas de abertura de espaços para a acumulação do capital privado.

Por outro lado, a defendida abertura de mercados e liberalização comercial e tarifária não promove o livre mercado e a concorrência, mas sim, a concentração de capital em transnacionais e empresas globais, que monopolizam com cada vez mais força os principais ramos da produção e dos serviços em todo o planeta. Isso se deve ao fato de que o mercado é um espaço de assimetria de forças, onde as condições competitivas apresentam grandes disparidades entre as nações. Os Estados, para assegurarem os interesses dos monopólios a quem servem, agem no sentido de proteger ou não determinados setores, por meio de subsídios e normas técnicas (como o caso do embaraço de produtos alimentícios creditadas a desconfianças sanitárias e epidemiológicas). Mais uma vez, a utilização do Estado é fundamental para o funcionamento da política neoliberal e as operações do capital monopólico.

A demanda estatal também é questão *sine qua non* para o funcionamento da economia no neoliberalismo. Como apresentado no estudo da Revolução Científico-Técnica, o Estado alimenta monopólios de determinados setores econômicos que exigem pesquisa científica por parte do capital privado, como o aeroespacial, militar e comunicações. O Estado age como único ou principal cliente desses setores, garantindo a manutenção desses monopólios que se jogados numa situação real de livre mercado dificilmente sobreviveriam. Ganha destaque também as empresas terceirizadas que prestam serviços em instituições públicas, quase sempre com ocupações de baixa produtividade, porém, com ganho certo dado a natureza do seu cliente.

As políticas neoliberais se desdobram em mais intervenção do Estado na economia, porém para um setor específico da sociedade, os grandes capitais monopólicos. Da mesma forma, suas medidas favorecem o fortalecimento e ampliação de monopólios que se expandem em nível global, controlando frações gigantescas dos mais variados ramos da economia, possibilitando o controle de preços e a manipulação de valores. Algo que, de maneira nenhuma, se assemelha às promessas de livre comércio e concorrência.

O corte de gastos sociais – tidos como o grande vilão do déficit público, não foi suficiente para sanar as contas dos governos. A emissão de títulos da dívida pública toma boa parte dos orçamentos federais e em alguns casos chega a bater 100% do PIB de alguns países. Com a restrição de emissão de moeda (para conter a inflação e a demanda, dizem os neoliberais) e a rebaixa ou isenção de impostos para grandes capitalistas, o endividamento público se tornou uma forma de obtenção de dinheiro rápido para os Estados,

convenientemente alimentando o mundo da especulação, por meio de altas taxas de juros desses títulos. A obsessão dos neoliberais com a contenção do déficit público não se apresenta em relação à emissão descontrolada de títulos da dívida. Os gastos improdutivos, onde se destaca o setor bélico, também anunciam a participação estatal na sustentação da política neoliberal. Os Estados Unidos são um grande exemplo da ganância de dinheiro público com o setor militar, gastos estatais que parecem não sofrer censura dos ideólogos pró-mercado.

A partir das premissas falsas que ignoram a evolução necessária do capitalismo no sentido de uma economia monopólica e estatizante, o neoliberalismo não pode colocar em prática suas deduções de políticas econômicas. Na realidade, ele é usado como instrumento ideológico para justificar objetivos táticos, mas, no seu conjunto, não modifica a tendência monopolista e estatizante do capitalismo maduro. A partir de uma definição metafísica da natureza humana (o indivíduo possessivo) e de uma construção teórica metafísica do chamado “livre mercado”, as ciências sociais burguesas e, especialmente, a economia, deduzem delas um comportamento econômico determinado. Este é ajustado aos instrumentos teóricos desenvolvidos pela atividade científica do final do século XVIII e, posteriormente, aos instrumentos científicos desenvolvidos no século XIX até o começo do século XX (DOS SANTOS, 2016, p. 85).

A título de curiosidade, durante o governo de Ronald Reagan nos Estados Unidos (1981-1989), tido como um exemplo de neoliberalismo, os gastos do Estado norte-americano aumentaram, mesmo com vários cortes a políticas sociais. O crescimento de despesas do governo cresceu de 31,8% do PIB em 1980 para 33,3% em 1990. A dívida pública bruta dos EUA em 1980 era equivalente a 37,9% do PIB do país. Em 1990 ela chega a 58,2% do PIB, fruto da emissão de títulos da dívida norte-americana e do colossal gasto de recursos públicos com o aparato militar, incluindo o malfadado projeto “Guerra nas Estrelas” de Reagan.²²

No Brasil, as mesmas posições de corte nas políticas sociais para saldar as contas públicas foram colocadas em prática, assim como a emissão de títulos da dívida como forma de financiamento. O resultado foi o mesmo. Ao invés de um equilíbrio, assistimos a um desandar total das contas públicas. O governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que seguiu de maneira mais ortodoxa essas ideias, começou com um endividamento público líquido referente a 29,5% do PIB brasileiro em 1995. Oito anos depois, em 2002, esse endividamento passou a 60,4% do PIB.²³ Intrigante política econômica essa que diz ser necessário rigor nas contas públicas, mas que acaba por aprofundar o endividamento dos Estados.

Ainda na década de 1990, o marxista inglês Perry Anderson (1995) afirmava que o neoliberalismo obteve sucesso em diminuir os índices de inflação e aumentar as taxas de lucro

²² Dados do Banco Mundial e OECD. IN: DOS SANTOS, 2004, p. 142-143.

²³ Dados do Banco Central. IN: GOMES; CRUZ, 2015, p. 97.

por meio da diminuição dos impostos para os mais ricos, contenção da emissão de moeda, privatização de bens públicos, quebra dos sindicatos e aumento do desemprego. Por outro lado, o neoliberalismo é um retumbante fracasso em matéria de crescimento econômico, não havendo reinvestimento dos lucros no setor produtivo. Os monopólios preferem aplicar suas economias no mundo das finanças, de retorno mais alto e imediato. O argumento de Anderson ganha ainda mais relevância quando a única economia que apresentou crescimento robusto nas últimas décadas, a China, nunca implementou políticas de corte neoliberal.

Está claro que devemos buscar um entendimento das políticas neoliberais pelo o que elas são realmente na prática, e não no que seu discurso anuncia. Novamente, devemos ir mais profundo, para além da aparência dos fenômenos, de acordo com o método de investigação proposto. Tal entendimento deve conceituar as medidas neoliberais a partir da sua prática real e de seus desdobramentos na realidade, já que temos a experiência de conviver com tais políticas a várias décadas. A presente análise se dá de um ponto de vista global, da totalidade da economia.

Sendo assim, as principais características do neoliberalismo para este trabalho são:

- Aumento da intervenção do Estado na economia: em setores que privilegiam os lucros fictícios (emissão de títulos da dívida pública), a compra de bens e serviços de monopólios e empresas terceirizadas, isenções fiscais para os mais ricos e a abertura de novos espaços para a acumulação de capital do setor privado (privatizações e terceirizações). Numa frase, uma intervenção que repasse a riqueza construída socialmente para o capital privado monopólico.
- Articulação e violação do sistema interestatal: alcançada a finitude do planeta e mantida a necessidade de aumentar a acumulação de capital, é necessário a violação de soberanias dos Estados-nacionais, por meio de conflitos militares, desestabilização e derrubada de governos democraticamente eleitos e a imposição de tratados comerciais altamente desvantajosos para os países da periferia. Com isso afirmamos que a essência do neoliberalismo é imperialista e antidemocrática e a guerra é uma necessidade do sistema para a manutenção das taxas de lucro. É aqui que são utilizados os gastos militares descritos no ponto acima.
- “Condição desigual” na liberalização comercial, cambial e da concorrência: a liberalização do comércio mundial é perseguida em setores que os grandes monopólios dos países centrais têm condições de assimilar sua totalidade ou uma parte considerável. Quando há a possibilidade de mercadorias concorrentes vindas de outros países (principalmente os da periferia) ou companhias adversárias que

não tenham o mesmo *lobby*, se lança mão de todo um aparato de restrição à livre concorrência, como subsídios, tarifas e normas técnicas. Há, portanto, uma condição desigual entre nações na liberação do comércio, do câmbio e da concorrência.

- Desequilíbrios financeiros, fiscais e comerciais: ao contrário do defendido pelo discurso neoliberal, a adoção de políticas dessa linha de pensamento provoca grandes déficit nas contas públicas, ao mesclar endividamento público, privatização de empresas estatais e isenção de impostos para os mais ricos. Nos casos dos países periféricos a situação é ainda mais devastadora, pois a perda de composição de capital (principalmente no setor industrial) leva ao aumento de produtos de baixo valor agregado na pauta exportadora, provocando déficit comerciais, aprofundamento da dependência e o controle dos orçamentos públicos pelos detentores dos títulos da dívida, boa parte estrangeiros.
- Ataque ao bem-estar social e aos instrumentos de defesa da classe trabalhadora: o enfraquecimento e até criminalização dos instrumentos de defesa dos trabalhadores frente ao capital contribui para o barateamento da força de trabalho, ao aumentar o exército reserva de mão de obra. A superexploração do trabalho (não mais restrita à periferia do sistema) passa a ser aplicada em maior escala, aprofundando o grau de exploração, para fazer frente à crise de produção e realização do mais-valor. Para combater o descontentamento com as medidas antipopulares são utilizados os aparatos de repressão (militar, policial e paramilitar), assim como políticas focais aos mais miseráveis, para mitigação da pobreza.

O neoliberalismo é a ideologia da crise do capitalismo frente a uma estrutura produtiva em transformação a partir da Revolução Científico-Técnica. É um conjunto de medidas que tenta frear as contradições da revolução produtiva em curso com as relações de produção ainda vigentes (principalmente, as relações de propriedade). Perpetua uma instabilidade mundial ao violar o sistema interestatal em que o capitalismo está ancorado, impedindo assim a gestação de formas democráticas da política global. Está em contradição com a própria Globalização.

Chamamos de “Globalização Neoliberal” as medidas adotadas por essa corrente de pensamento e seus defensores, no sentido de se apropriar do desenvolvimento das forças produtivas e amortizar as contradições das relações de produção capitalistas e as grandes transformações em curso. É a adoção de uma economia política do desastre, com altos custos

humanos e ambientais, no intuito de fazer frente à tendência decrescente da taxa de lucros e às crises de produção, realização e apropriação do mais-valor. Se manifesta também por meio do imperialismo e de posições políticas antidemocráticas, seja singularmente dentro de cada sociedade, seja no âmbito das relações internacionais.

O conceito “Globalização” é utilizado neste trabalho para se referir ao que entendemos como o real significado desse fenômeno, um conjunto de novas relações socioeconômicas, políticas e culturais em estágio inicial e que entram em choque com os alicerces do sistema capitalista. A real Globalização é a superestrutura político-jurídica da Revolução Científico-Técnica e que não adquiri suas feições realmente globalizantes enquanto estiver restringida pelas relações de produção capitalistas. Suas potencialidades e significados estão em disputa por projetos opostos de organização social.

2 O CAPITALISMO DEPENDENTE NA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

Para prosseguir com o objetivo deste trabalho, ou seja, a análise do capitalismo dependente brasileiro na Globalização neoliberal, é importante o estudo da própria teoria da dependência e seus conceitos, tal qual apresento neste capítulo. Aproveito a oportunidade também para revisar o debate sobre as vertentes da dependência (a marxista e a liberal) e demonstrar que suas discordâncias se materializam em posições antagônicas na sociedade brasileira, principalmente nos programas das principais forças políticas. A periodização do capitalismo dependente brasileiro como proposta por Ruy Mauro Marini, e exposta neste capítulo, também guarda suma importância para o desenvolvimento do presente trabalho, já que este possui como objeto de pesquisa justamente a atual fase da economia brasileira, de hegemonia neoliberal.

Lenin, nos seus estudos sobre o imperialismo, chamou atenção como o capitalismo chegou a um determinado patamar a partir do fim do século XIX, o qual nomeou de “fase superior do capitalismo”, por se tratar de um processo contínuo de concentração de capital em grandes trustes, que dividiam o mundo por meio da ação dos Estados nacionais. O controle de matérias-primas, do processo produtivo e da exportação de capital é o que caracteriza o imperialismo, acompanhado de uma política internacional de divisão e controle das economias dos países periféricos. Boa parte desses povos subjugados pelo imperialismo na época de Lenin eram colônias das potências ocidentais (acrescido do imperialismo japonês). Porém, o revolucionário russo já apontava a existência de nações formalmente independentes, porém, que apresentavam sua economia e sua soberania dominadas pelo mercado internacional.

Ao falar da política colonial da época do imperialismo capitalista, é necessário notar que o capital financeiro e sua correspondente política internacional, que se traduz na luta das grandes potências pela partilha econômica e política do mundo, originam abundantes formas transitórias de dependência estatal. Para esta época, são típicos não só os dois grupos fundamentais de países – os que possuem colônias e as colônias -, mas também as variadas formas de países dependentes que, de um ponto de vista formal, são politicamente independentes, mas que na realidade se encontram enredados nas malhas da dependência financeira e diplomática (LENIN, 2012, p. 119)

Lenin já chamava a atenção em 1917 para o fato da independência política formal não significar autonomia no plano econômico e, dessa forma, controle sobre os destinos de um país. O revolucionário russo não desenvolveu mais essa linha de pensamento, porém, ficou claro que identificava uma relação de exploração por parte dos países centrais (imperialistas) sobre países periféricos, mesmo que estes não fossem colônias. Coube à Teoria Marxista da

Dependência (TMD), criação original do marxismo na América Latina, inaugurar e conceituar essa linha de pensamento a partir da década de 1960, dando destaque ao desenvolvimento de um tipo específico de capitalismo na periferia e sua relação com o mercado internacional.

O sistema capitalista internacional se manifesta como um conjunto de estados heterogêneos. O que lhes difere, do ponto de vista socioeconômico, é o estágio de desenvolvimento do seu aparato produtivo e a capacidade de acumulação de capital que o controle das forças produtivas (suas e alheias) lhe permite. Tal cenário se desdobra no grau de autonomia com que esta estrutura é gerida em relação ao mercado internacional e aos demais países. No sistema capitalista internacional a relação entre estados heterogêneos é desigual, se manifestando por meio de relações exploratórias e de dominação, em uma divisão internacional do trabalho (DIT).

Logo, nações com maior desenvolvimento e controle das forças produtivas, tanto suas próprias quanto de outros povos, possuem um grau de soberania maior, tomam decisões de maneira mais autônoma e fazem parte de um centro de poder no sistema internacional. Esse poder está baseado na acumulação de capital originária do avanço endógeno de suas forças produtivas e do controle da produção de outros países, se apropriando de valor produzido em outros estados nacionais.

Por outro lado, os países da periferia desse sistema se encontram em um patamar inferior no desenvolvimento de suas forças produtivas, ou com o convívio de forças produtivas obsoletas e avançadas, sendo essas últimas introduzidas e controladas por poderes forâneos. As nações periféricas se encontram em grande desvantagem no cenário internacional, pois participam de um intercâmbio desigual, onde produtos de alto valor agregado são importados e trocados por produtos de baixo valor. Por outro lado, o desenvolvimento de suas forças produtivas controladas por outros países leva a uma situação em que a maior parte dos lucros, fruto da adoção de tecnologias avançadas, acaba sendo revertido para os países centrais, o que alimenta a perda de valor para o mercado internacional, somado ao endividamento necessário para o fechamento das contas públicas e funcionamento da economia.

Nessa situação, países periféricos têm uma soberania muito limitada, são mais vulneráveis às turbulências do mercado internacional e possuem mercados internos restringidos por uma miséria e pobreza estrutural. Esse quadro varia de acordo com o grau de desenvolvimento de cada nação periférica, se alterando de maneira significativa. Por exemplo, no contexto latino-americano o Brasil se destaca por uma composição orgânica de capital diferenciada da maioria dos países da região, o que se manifesta na quantidade de valor

perdido para o mercado internacional e na capacidade de negociação e articulação nas relações internacionais muito diferenciadas quando comparadas a nações como Paraguai e Haiti. Contudo, mesmo em gradações distintas, sua soberania e seu desenvolvimento são truncados pela sua condição subalterna no sistema internacional capitalista. Uma maior complexidade econômica não é garantia de rompimento com a condição de dependência. Esse capítulo tem como objetivo delinear os principais conceitos do campo da teoria marxista da dependência utilizados no presente trabalho.

A TMD surgiu justamente como uma forma de pensar as peculiaridades do capitalismo na periferia. Seus pioneiros são os brasileiros Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini, cujo os conceitos são expostos nesse capítulo. Com o tempo, outros intelectuais latino-americanos também deram suas contribuições de grande valor à teoria marxista da dependência. As páginas à frente também apresentam as diferenças entre a TMD e a vertente liberal da teoria da dependência, que tem como seu maior expoente Fernando Henrique Cardoso, apontando as distinções entre as duas vertentes, que estão muito além do debate acadêmico, se tornando influentes na condução dos rumos do país e da região.

2.1 Dependência

Compreendemos dependência tal como colocado por Ruy Mauro Marini:

(...) uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe (MARINI, 2000a, p. 109).

A estrutura produtiva e as relações socioeconômicas de um país periférico são, portanto, modificadas pelo mercado internacional, por meio da ação dos Estados centrais, sedes das principais empresas de âmbito global. As elites locais periféricas são fortemente comprometidas com o imperialismo, participando da subordinação do seu próprio país aos desejos forâneos, se apresentando como sócias subalternas do imperialismo. As relações de produção no capitalismo periférico possuem características próprias, tanto por fatores internos, quanto pela capacidade do mercado internacional de remodelá-las, para se adaptarem às suas necessidades de acordo com o momento histórico.

A dependência não deve ser confundida com o sistema colonial (mesmo que guarde algumas ligações), ou seja, ela não é uma mera subordinação de um país a outro, mas sim,

uma forma específica de capitalismo, parte intrínseca do sistema capitalista internacional. Não há contradição na existência concomitante de países centrais e periféricos no sistema internacional, antes sim, são produtos do próprio desenvolvimento desse sistema. Países com graus diferentes de domínio das forças produtivas, soberania e capacidade de se apropriar de valores produzidos por outras nações, são um elemento indelével da divisão internacional do trabalho (DIT). Como colocado por Marini, a dependência somente pode gerar mais dependência, pois o desenvolvimento do capitalismo na periferia não corresponde a um progresso autóctone, mas sim, a um maior aprofundamento do controle das economias periféricas pelos capitais com origem nos países centrais. Esse desenvolvimento responde, portanto, aos interesses de lucro das forças externas e seus sócios na periferia, e não a um desenvolvimento autônomo do capitalismo dependente.

O que seria necessário dizer é que, ainda quando realmente se trate de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá nunca se desenvolver da mesma forma como se desenvolveram as economias capitalistas consideradas avançadas. É por isso que, mais que um capitalismo, o que temos é um capitalismo *sui generis*, que só ganha sentido se o contemplamos tanto a nível nacional como, principalmente, a nível internacional. (...) o conhecimento da forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano, o que ilumina o estudo de sua gestação e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram neste resultado (MARINI, 2000a, p. 106).

Essa visão da teoria marxista da dependência é uma crítica em relação às visões desenvolvimentistas da CEPAL (Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe, órgão da ONU) – que defendia a substituição de importações (industrialização) dos países periféricos como forma de romper com a dependência. Essa ação por si só não termina com os laços da dependência, somente muda sua característica (da simples importação de bens industrializados, para a compra de máquinas e outros elementos necessários à industrialização, já que não se domina a tecnologia em questão). A TMD também está em profunda discordância com a teoria da modernização de viés liberal, que criou a fábula de “países em desenvolvimento”, como se, seguindo as indicações das mentes e instituições liberais, os países periféricos estariam numa rota já percorrida pelos países centrais, e que teriam o mesmo destino: uma economia mais robusta e melhores condições sociais, tal qual as nações que ocupam o centro do sistema (ROSTOW, 1974).

Vale destacar que no campo marxista, a TMD também surgiu como crítica às posições defendidas nas décadas de 1960 e 1970 pela maioria dos Partidos Comunistas latino-americanos, que advogavam uma aliança com a “burguesia nacional”, contra o latifúndio, o imperialismo e uma estrutura “semifeudal” que inviabilizava o capitalismo na periferia,

cenário onde a revolução socialista teria melhores condições de sucesso. Essa visão etapista veio abaixo com os acontecimentos daquela conjuntura, onde a “burguesia nacional” não teve cerimônia em se aliar ao latifúndio e ao imperialismo contra o “perigo vermelho”. O “desenvolvimento” das relações capitalistas veio sem uma tradicional “revolução burguesa”, mantendo e modernizando o latifúndio, unindo as diversas frações da classe burguesa local e aprofundando a subordinação da periferia ao centro do sistema, principalmente aos Estados Unidos. A teoria marxista da dependência de Marini foi comprovada na prática no Brasil durante Ditadura (1964-1985), onde o avanço das forças produtivas sem rompimento com a dependência só gerou mais dependência e subdesenvolvimento.

Essa discordância com os rumos da esquerda brasileira sob liderança do PCB²⁴ é apontada por Marini como a gênese da teoria marxista da dependência, nascida primeiro como uma concepção política de discordância entre os que não seguiam a leitura do PCB. Posteriormente é que ganharia contorno acadêmico, surgindo como forma de interpretação do desenvolvimento capitalista periférico latino-americano, somada à crítica da visão desenvolvimentista dos intelectuais da CEPAL.

Essa crise do pensamento desenvolvimentista não tinha porque afetar à jovem intelectualidade brasileira, que militava nas filas da esquerda revolucionária, surgida à margem do PC[B], no começo da década. O eixo das posições dessa esquerda era a crítica da estratégia desse partido, que postulava a colaboração de classes entre a burguesia nacional e o proletariado, em prol de uma revolução democrático-burguesa, anti-imperialista e antifeudal. No curso de seu desenvolvimento, a esquerda revolucionária havia rompido com o nacional-desenvolvimentismo burguês, ruptura que deu lugar a uma nova elaboração teórica, que se expressa numa literatura estritamente partidária. Isto só começa a se modificar, dando lugar a trabalhos de caráter mais pessoal, quando a violenta depuração das universidades, meios de comunicação e do próprio aparato de Estado, pelas forças golpistas, começa a expulsar do país muitos dos intelectuais dessa esquerda (MARINI, 2000c, p. 173)

Dentro da interpretação da teoria marxista da dependência a burguesia dos países periféricos se apresenta como uma sócia menor do capitalismo internacional, especialmente da economia central desse sistema, os Estados Unidos. Com a retroalimentação da dependência e uma classe dominante atada aos interesses externos, a luta de classes, para Marini, assume posição radicalmente socialista. Em seu pensamento, e de toda a teoria marxista da dependência, não há possibilidade do desenvolvimento de um capitalismo autônomo na periferia. As burguesias locais não estão interessadas (por uma questão estrutural e de sobrevivência) em romper com o imperialismo. O desenvolvimento autônomo

²⁴ Partido Comunista Brasileiro.

de um país periférico somente pode ser alcançado pelo socialismo numa tomada do poder pela classe trabalhadora.

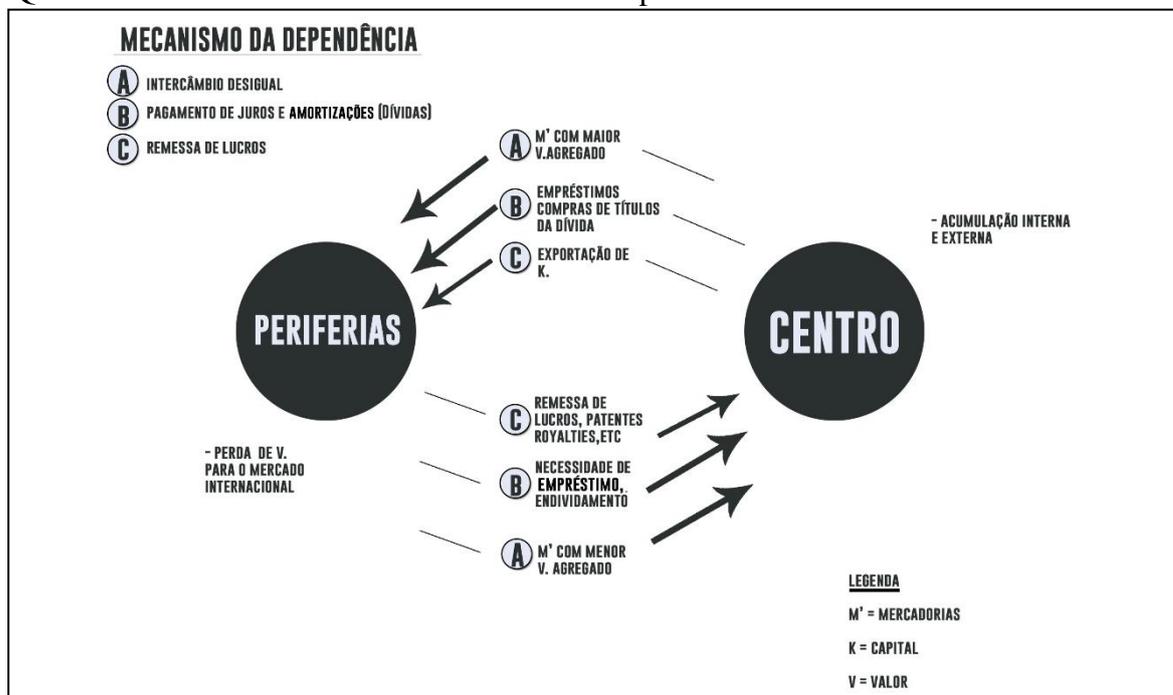
A perda de valor na economia dependente em relação ao mercado internacional se dá pela ação combinada de diversos fatores: o intercâmbio desigual, o pagamento de dívidas em nível internacional e a remessa de lucros de empresas estrangeiras, deteriorando suas finanças e impedindo saltos produtivos endógenos que possam diminuir os graus de dependência, conceder um patamar mais elevado de soberania e, principalmente, oferecer condições melhores de vida a suas populações. Os principais fatores da dependência se manifestam da seguinte forma:

- Intercâmbio desigual (déficit): na divisão internacional do trabalho (DIT) os países periféricos se especializaram na produção de mercadorias de baixo valor agregado, notoriamente produtos primários (agropecuária e mineração). Com o avanço nas forças produtivas em certos países periféricos, como o Brasil, passou-se à produção de mercadorias de média e até alto valor agregado, porém, como fruto do repasse de tecnologias já obsoletas nos países centrais e/ou controladas por empresas estrangeiras. Fato é que os países periféricos continuam compradores de mercadorias de maior valor agregado, principalmente dos produtos oriundos de avanços científicos mais recentes. Essa troca de valores desiguais leva a déficit em conta dos países periféricos.
- Endividamento externo: para sanar os défcits em conta os países da periferia recorrem a todo tipo de endividamento em busca de capital imediato. Com isso há a necessidade de pagamento de empréstimos, juros, amortizações, etc. A partir do advento do neoliberalismo, o endividamento público, por meio da negociação de títulos da dívida pública, se tornou a forma mais recorrente dos Estados periféricos em obter recursos rápidos para o saneamento das contas. A impossibilidade de recursos internos para melhoramento das contas se torna estrutural na periferia do capitalismo, inviabilizando o desenvolvimento autônomo desses países. Boa parte dos títulos da dívida pública são negociados com credores estrangeiros e o capital especulativo de alto risco, com o objetivo não de ser investido, mas em pagar outras dívidas e fechar as contas do país.
- Remessa de lucros: a exportação de capital é um dos elementos básicos de funcionamento do imperialismo, onde as empresas dos países centrais passam a operar na periferia do sistema. Essas empresas remetem para suas matrizes os lucros obtidos nos países dependentes, ocasionando mais uma forma de

remessa de valores produzidos na periferia para o centro do sistema. Os países periféricos recebem unidades produtivas com tecnologias que não dominam e que produzem lucros que não são reinvestidos em suas economias. Da mesma forma, são compelidos a pagar patentes, *royalties* e outras licenças de permissão para o uso de determinados processos e conhecimentos.

O Quadro 3 apresenta um esquema dos mecanismos de funcionamento da dependência acerca da circulação de capital.

Quadro 3 - Mecanismos de funcionamento da dependência



Elaboração própria.

Junto a essas características estruturais da dependência, é importante ressaltar elementos conjunturais que influenciam fases de crescimento e de crise do capitalismo periférico. As economias dependentes apresentam momentos de maior crescimento e dinamismo, porém, esses momentos são passageiros e incapazes de levar a um desenvolvimento que rompa com a dependência e promova condições socioeconômicas semelhantes às dos países centrais. Assim coloca Marcelo Carcanholo:

Em momentos favoráveis, de alguma forma aliviando os efeitos estruturais da dependência, quando a economia mundial está crescendo e existe uma grande oferta de crédito no mercado mundial, as exportações das economias dependentes tendem a crescer (em preço e/ou quantidade), pela demanda da economia mundial em crescimento, e as condições de financiamento das contas externas tendem a ser menos onerosas em função da abundância de oferta nesse mercado de crédito

mundial. Essa situação externa favorável, entretanto, é meramente conjuntural, sujeita aos ciclos do capitalismo mundial. Quando este está em crise, apresenta-se uma situação externa desfavorável, que agrava os condicionamentos estruturais da dependência. A economia mundial cresce pouco, diminuindo a demanda pelos produtos exportados pelas economias dependentes. Por outro lado, tende-se a retrair o mercado de crédito mundial, agravando as condições de financiamento das contas externas dessas economias, justamente em um momento em que esse financiamento é mais necessário, tendo em vista o agravamento da restrição externa (CARCANHOLO, 2014, p. 09).

As economias dependentes são atualizadas ao longo da história, exercendo as funções necessárias ao mercado internacional. Os processos de emancipação política na América Latina no século XIX claramente não romperam os laços de subalternidade com o capital estrangeiro. Os povos latino-americanos saíram da condição de colônias para a condição de países capitalistas dependentes, se especializando na exportação de bens primários e importando bens industrializados, além de capital estrangeiro na forma de empréstimos e investimentos no setor de serviços (como nos sistemas de transporte e comunicação).

Já no século XX, o processo de industrialização de alguns países da região, com o Brasil, também não significou um rompimento com a dependência. Passou-se à importação de maquinário para a industrialização de algumas nações, num processo de substituição de importações. As duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945) concederam uma janela de oportunidades ao deslanche da indústria na América Latina, sobretudo nos projetos nacional-desenvolvimentistas de Getúlio Vargas no Brasil, Juan Domingo Perón na Argentina e Lazaro Cárdenas no México. Processos semelhantes, com contornos locais, também ocorreram em outros países, sobretudo no Chile, Uruguai e Colômbia.

No entanto, a conjuntura de Guerra Fria e a hegemonia estadunidense estabelecida no final da Segunda Guerra Mundial, abortaram as iniciativas de industrialização autônoma, impondo uma renovação da dependência por meio do “investimento direto no mercado interno” dos países latino-americanos. Os grandes trustes dos países centrais – Estados Unidos à frente – se tornaram multinacionais, alocando suas unidades produtivas em países periféricos que apresentassem estrutura apropriada para a expansão dos negócios. Isso se desdobrou em um predomínio do capital imperialista dos países centrais em investimentos nas nações periféricas que já apresentavam algum grau de industrialização, aliciando as burguesias locais como suas sócias menores e inviabilizando um capitalismo autônomo na região. Em outros países que passaram a se industrializar somente após o término da Segunda Guerra Mundial, as multinacionais foram as responsáveis por tal processo, não dando espaço para projetos de nacional-desenvolvimentismo. Tal processo de dominação do capital estadunidense e de renovação da dependência, agora com o componente industrial junto à

permanência da exportação primária, se desdobrou em golpes de Estado, assassinato de lideranças populares, ditaduras e outros recursos de violência perpetrados pelo imperialismo norte-americano junto às classes dominantes locais (BAMBIRRA, 2012).

Quando do advento da Globalização neoliberal a partir da década de 1980, há uma nova repaginação do capitalismo dependente para sua fase atual, foco de estudo desse trabalho no caso brasileiro. Os países latino-americanos passam por uma nova especialização produtiva, com forte reprimarização de sua pauta exportadora, uma perda de dinamismo industrial devido à liberalização do comércio em ritmo que impossibilita a capacidade competitiva do capital local, e o domínio, cada vez maior, do patrimônio nacional desses países pelo capital estrangeiro, num processo de transnacionalização. O endividamento público, que transfere vultuosos recursos dos orçamentos nacionais para a esfera do capital financeiro, também se constitui como questão essencial para entendermos a dependência nos moldes atuais. As oportunidades de rompimento com a dependência que se abrem com a Revolução Científico-Técnica e a Globalização ainda não foram aproveitadas pelos países latino-americanos, devido ao estágio atual da luta de classes na região, ainda sob domínio de forças imperialistas e burguesias locais submissas, por mais que substanciais avanços das forças populares tenham tomado corpo a partir do século XXI.

2.2 Superexploração do trabalho

As economias dos países periféricos são voltadas para a exportação, seja de bens primários, seja destes misturados com mercadorias manufaturadas (com participação dominante do capital estrangeiro). Sendo assim, o mais-valor se realiza na esfera internacional, tendo as burguesias autóctones da periferia que dividir o valor excedente com seus pares estrangeiros. Para manter a taxa de lucro a classe burguesa dos países periféricos precisa aumentar o excedente, porém não o faz por meio de um projeto de desenvolvimento autônomo para elevar a capacidade produtiva e o padrão de consumo do mercado interno, mas sim, por meio da superexploração do trabalho, mecanismo estrutural do capitalismo dependente, com o objetivo de remunerar a força de trabalho abaixo do seu valor e assim obter maior riqueza.

A superexploração do trabalho se dá quando a força de trabalho é paga abaixo do seu verdadeiro valor. Caracteriza-se como uma violação do tempo de trabalho necessário para a reprodução da própria força de trabalho, ou seja, a fração da jornada de trabalho dedicada ao

pagamento do próprio trabalhador não é suficiente para cobrir os gastos que este tem com sua sobrevivência – e, portanto, com a própria reprodução da sua capacidade produtiva.

Que fique claro um ponto: o aumento do tempo de trabalho excedente sempre significa maior exploração da força de trabalho. Neste sentido, os trabalhadores das economias centrais se encontram submetidos a uma intensificação constante de sua exploração. No entanto, o maior grau de exploração pode corresponder a uma diminuição real do trabalho necessário, isto é, pode ser alcançado sem que a remuneração do trabalhador caia abaixo do seu valor, ou [como na periferia] pode corresponder à extensão do trabalho excedente às custas do tempo de trabalho necessário para o trabalhador reproduzir o valor da sua força de trabalho – que é, em outras palavras, o tempo de trabalho necessário para criar um valor equivalente ao dos bens indispensáveis para sua subsistência. Neste último caso, a força de trabalho estará sendo remunerada a um preço inferior ao seu valor real, e o trabalhador não estará submetido apenas a um grau maior de exploração, mas será também objeto de uma superexploração. Ambos os casos são radicalmente diferentes entre si (MARINI, 2012, p. 173-174).

O capitalista num país dependente aciona uma série de mecanismos que aumentam a fração da jornada de trabalho relativa ao tempo de trabalho excedente (produção de mais-valor), sem aumentar – ou até comprimindo – o tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho. Com isso há uma baixa remuneração da força de trabalho, impedindo um consumo adequado dos elementos vitais para a sobrevivência do trabalhador, como alimentação, moradia, vestuário, cuidados com a saúde. Esse é o ponto fundamental do porquê, por mais que uma economia periférica incorpore processos produtivos avançados (sem, contudo, dominá-los inteiramente) e até passe por períodos de altas taxas de crescimento em determinados momentos, nunca consiga resolver os graves problemas socioeconômicos que apresenta estruturalmente.

A situação se agrava ainda mais, ao percebermos que nos países periféricos, os serviços públicos que deveriam ser direitos sociais, e que muitas vezes aparecem formalmente nas constituições nacionais, não são oferecidos de maneira satisfatória pelo Estado. A baixa qualidade e até ausência de direitos como educação, saúde, moradia, transportes, previdência social, cultura e lazer, degradam ainda mais as condições de vida dos trabalhadores, prejudicando a reprodução de sua própria capacidade produtiva. Determinante para isso também, é o fato dos países periféricos apresentarem populações de grande porte, com baixa qualificação, formando um exército reserva de mão de obra, peça fundamental para o expediente da superexploração.

No capitalismo dependente, os mecanismos de intensificação da exploração da força de trabalho aparecem de maneira combinada e constante, com o objetivo de remunerar a força de trabalho abaixo do seu valor. Esses mecanismos são os seguintes:

- Prolongamento da jornada de trabalho: aumento da jornada de trabalho de maneira contínua e estrutural, desrespeitando legislações e regras, como o pagamento de horas extras. A criação de mais-valor absoluto se apresenta como algo rotineiro, e não um recurso esporádico, com o aumento de tempo somente para a criação de excedente, não tendo contrapartida no aumento do tempo de trabalho necessário.
- Aumento da intensidade do trabalho: diminuição do tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho, aumentando o tempo dedicado à produção de excedente. Esse mecanismo, o mais-valor relativo, tem aplicação *sui generis* no capitalismo dependente, já que, diferentemente dos países centrais, esse aumento da intensificação do trabalho nem sempre vem acompanhado de um avanço das forças produtivas. Não se reduz o valor da força de trabalho porque o tempo de produção é menor graças à adoção de tecnologias mais modernas, mas devido à pressão realizada pelo capitalista, aumentando o nível de exploração, diminuindo o tempo de trabalho necessário para aquém das necessidades de consumo básico do trabalhador.
- Apropriação do fundo de consumo do trabalhador: expropriação de uma fração do trabalho necessário do trabalhador. O valor que deveria fazer parte do salário se dirige à acumulação de capital. O tempo de trabalho necessário é comprimido de tal maneira, que não é capaz de permitir a reprodução da força de trabalho satisfatoriamente. Parte do valor que comporia o fundo de consumo do trabalhador (repondo sua própria força de trabalho) é apropriada pelo capitalista, se tornando mais-valor e lucro. Esse fenômeno é intensificado por políticas como o reajuste do salário-mínimo abaixo dos níveis de inflação e as condições precárias de vida impostas a boa parte da classe trabalhadora nos países periféricos, criando um exército reserva de mão de obra e permitindo aos capitalistas rebaixar a remuneração da força de trabalho sem temor de não encontrar trabalhadores que se sujeitem a degradantes condições de emprego.
- Ampliação do valor da força de trabalho sem que os salários acompanhem tal modificação: esse ponto não foi desenvolvido por Marini, mas sim, por recentes pesquisadores da TMD numa atualização de sua teoria para os tempos neoliberais. Mesmo em trabalhos que exigem maior qualificação, levando a uma valorização da força de trabalho, esta é paga abaixo do seu real valor. A

adoção de maquinário mais moderno e outras profissões que exigem maior qualificação não leva o capitalista a remunerar a força de trabalho no patamar da formação exigida para exercer tais funções. É uma forma de precarização do trabalho mais recente e que contribui para a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor. O desemprego estrutural, promovido pelas políticas neoliberais, favorece esse mecanismo.

Marini então nos aponta o resultado da combinação desses mecanismos de exploração, resultando em uma especificidade do capitalismo dependente, a superexploração do trabalho e seus efeitos para o trabalhador:

É necessário observar além disso que, nos três mecanismos considerados [para nós, quatro], a característica essencial está dada pelo fato de que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; no[s] último[s], porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, estes mecanismos (que além disso se podem dar e normalmente se dão, de forma combinada) significam que o trabalhador se remunera por baixo de seu valor e correspondem, então, a uma superexploração do trabalho (MARINI, 2000a, p. 126).

Esses mecanismos colocados em prática de forma combinada têm como objetivo final a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, permitindo um “mais-valor extraordinário”, como é nomeado por Marini o valor excedente fruto da superexploração. Tal condição leva a um desgaste da força de trabalho e à negação do consumo básico necessário para a reprodução da mesma, ou seja, não permitem ao trabalhador manter condições básicas de vida saudável para sua própria sobrevivência e, portanto, da sua própria capacidade produtiva.

Vale destacar que tais mecanismos são corriqueiramente utilizados pelo capital, alguns desde sempre (como o mais-valor absoluto e o mais-valor relativo), porém a combinação dessas diversas formas de intensificação da exploração adquire um caráter estrutural no capitalismo dependente pelas condições socioeconômicas desses países e pela forma com que estão vinculados ao mercado internacional. Tal expediente é estrutural pela necessidade de uma maior massa de mais-valor, já que boa parte do valor excedente produzido na periferia termina por ser repartido com burguesias estrangeiras no mercado internacional. Da mesma forma, a superexploração do trabalho na Globalização neoliberal começa a se alastrar para o centro do sistema, como elemento de contratendência aos efeitos da RCT, na medida em que se torna condição de manutenção de certas atividades nos países centrais que encontrariam

condições mais vantajosas se trasladadas a países periféricos. Grandes monopólios globais concentram tecnologia, monopolizando setores e distribuindo o processo produtivo pelo mundo, principalmente por países periféricos onde a força de trabalho é mais barata. A manutenção de tais atividades em países centrais passa então a ser uma forma de rebaixar o valor da força de trabalho, levando a superexploração para o centro do sistema capitalista internacional. (MARTINS, 2011, p. 294-303).²⁵

O ciclo do capital na economia dependente é diferenciado em relação aos países centrais, pois os países da periferia apresentam estruturas produtivas totalmente voltadas para a exportação. Esse fenômeno se desdobra na perda de valor para o mercado internacional e, internamente, na criação de duas esferas de consumo de grande disparidade, já que a classe trabalhadora da periferia tem baixo nível de consumo, não se tornando compradora das mercadorias produzidas.

Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está construído pelos países industriais e centrado então sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende, para sua realização, da capacidade interna de consumo. Opera-se assim, do ponto de vista de país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias – cujo efeito é fazer que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inerente à produção capitalista em geral, isto é, a que opõe o capital e o trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias (MARINI, 2000a, p. 132).

Com tais entraves ao desenvolvimento soberano e relações de produção com alto nível de exploração, os países periféricos apresentam grau elevado de concentração de renda, dando vida a duas esferas de consumo díspares e que convivem ao mesmo tempo. Uma alta esfera de consumo, que tende à ampliação, formada pela burguesia local e uma fração mais endinheirada da “classe média”, que vive em padrões semelhantes às suas pares no centro do sistema, apresentando alto grau de consumo de bens e serviços importados; e uma baixa esfera de consumo, onde se encontra a maioria da população, majoritariamente composta por trabalhadores pobres, muitos deles em condições miseráveis, apresentando uma demanda de consumo reprimida, numa escassa cesta de produtos de baixa qualidade (geralmente produzidos internamente), além de péssimas condições de vida. Tal fenômeno faz da América Latina a região com a maior desigualdade socioeconômica do planeta, onde os 20% mais ricos da população possuem renda vinte vezes maior que os 20% mais pobres, e um quarto dos

²⁵ A superexploração do trabalho nos países centrais também passa pela questão migratória. A condição de imigrante, muitas vezes ilegal, aloca essa força de trabalho em atividades degradantes – quando não criminosas – às quais a classe trabalhadora nativa não se submeteria (na verdade, não há necessidade conjuntural de se submeter). Todos os mecanismos da superexploração se manifestam no trabalho migrante, potencializados pelo racismo, xenofobia, falta de entendimento do idioma, das leis e tantas outras questões envolvidas.

mais de 500 milhões de latino-americanos moram em favelas e outras péssimas condições de habitação.²⁶

Na economia exportadora latino-americana, as coisas se dão de outra maneira. Como a circulação se separa do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem preocupar-se em criar as condições para que este a reponha, sempre que seja possível substituí-lo mediante a incorporação de novos braços ao processo produtivo. (...) seu resultado foi o de dar livre curso à compressão do consumo individual do operário e, portanto, à superexploração do trabalho (MARINI, 2000a, p. 134).

2.3 Subimperialismo

Com o intuito de responder às mudanças que ocorriam no capitalismo brasileiro nas décadas de 1960 e 1970 (Ditadura), Ruy Mauro Marini formulou o conceito de “subimperialismo”. Tal necessidade se deu pela percepção da existência de graus diferenciados de dependência, entre países que possuem estruturas praticamente agrárias, com baixa capacidade produtiva, e outros, como o Brasil, que apresentam economias mais diversas e complexificadas, com um parque industrial bem avançado – para os parâmetros do capitalismo dependente, uma agricultura modernizada e um setor de serviços dinâmico, incluindo o setor financeiro.

O desenvolvimento capitalista brasileiro se caracterizou pelas elevadas taxas de mais-valia, que, ao refletir um grau desproporcionado de exploração de trabalho, configuraram de fato uma situação de superexploração. A aceleração da acumulação de capital que daí se deriva implicou a crescente concentração de riqueza nas mãos dos proprietários dos meios de produção e a pauperização absoluta das grandes massas. Em relação ao funcionamento do sistema, isso se traduziu no crescimento constante da capacidade de produção frente ao enfraquecimento correlato da capacidade de consumo do povo trabalhador e, portanto, do mercado interno (MARINI, 2012, p. 164-165).

Marini nos chama atenção que o capitalismo dependente brasileiro chegou a um impasse na década de 1960. O avanço da industrialização (forças produtivas) não era acompanhado da ampliação do mercado interno (capacidade de consumo dos trabalhadores), já que a superexploração era o ponto central da acumulação de capital. Com a repressão brutal realizada pela Ditadura contra o movimento dos trabalhadores e as facilidades de crédito e gastos públicos para o grande capital, forjou-se um cenário de avanço da capacidade de produção, com o complemento do parque industrial brasileiro e a concentração de capital em

²⁶ Dados da ONU de 2012. “ONU: América Latina é a região mais urbanizada e desigual do mundo”. Disponível em <<https://noticias.terra.com.br/mundo/onu-america-latina-e-a-regiao-mais-urbanizada-e-desigual-do-mundo,0cda9c01358da310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>> Acesso em 23 de julho de 2016.

grandes empresas; e, ao mesmo tempo, de pauperização da grande maioria da população, o que inviabilizava a manutenção da taxa de lucro somente com o mercado interno. A exportação da produção brasileira se apresentava como a única forma de manter as taxas de lucro por parte do grande capital e do regime ditatorial.

O Brasil passou a ser um grande exportador de bens duráveis, com destaque para a indústria automobilística. Esse parque industrial era, em sua grande maioria, propriedade de empresas estadunidenses e europeias, que se instalavam no Brasil. Num primeiro momento atendem o mercado interno, mas, alcançado os limites exíguos desse mercado, passam a exportar sua produção para outros países periféricos, principalmente da América Latina e África.

O fenômeno do subimperialismo é verificável em países periféricos de industrialização média-alta, com forte presença do capital estrangeiro oriundo dos países centrais e que buscam novos mercados na periferia do sistema internacional. Trata-se de um fenômeno estrutural do sistema capitalista, manifestando-se nos países que atingem algumas características determinadas, como apresentadas pela professora Carla Ferreira (2014, P. 74-83):

- Surgimento de trustes (grandes empresas monopólicas com alta concentração de capital) e de um forte setor financeiro.
- Uma classe burguesa com projeto de expansão capitalista para além das fronteiras.
- Expansão do capital para outros países, sem, contudo, romper os laços de dependência. Essa exportação de bens, serviços e capital é vital para a manutenção das taxas de lucro, vide a impossibilidade de expansão do mercado interno devido à baixa capacidade de consumo da classe trabalhadora sob relações de superexploração.

Marini aponta que o Brasil começa a apresentar essas características a partir da Ditadura, onde o país passou a dominar os mais variados ramos da industrialização da época e, ao mesmo tempo, viu seu limitado mercado consumidor não apresentar mais possibilidades de expansão, vide as condições de consumo reprimidas que eram impostas às grandes massas por meio do arrocho salarial e da impossibilidade de organização política. Na análise da economia brasileira durante o regime militar, Marini formulou seu conceito de subimperialismo devido ao avanço das exportações industriais brasileiras para outros países da periferia.

As condições de dependência do país subimperialista não são superadas, porém há uma necessidade grande de expansão de suas atividades capitalistas sob outros países devido ao grau de complexidade atingido por sua economia. Essa situação abarca cooperação e antagonismo com as forças imperialistas, mas acaba por se sujeitar a elas, já que a participação de capital estrangeiro nas empresas do país subimperialista tende a crescer. O subimperialismo, portanto, se manifesta por meio da internacionalização de empresas de capital majoritariamente periférico (o que já inclui a participação de acionistas estrangeiros), como também da expansão de empresas de países centrais que utilizam as vantagens de um país com características como o Brasil, numa espécie de plataforma de exportação para abocanhar mercados de outras nações da periferia que se encontram em níveis ainda mais profundos de dependência.

Países subimperialistas como o Brasil redimensionam relações regionais, interferindo diretamente nas economias de outras nações periféricas e alargando o raio de ação do seu capital. O subimperialismo brasileiro se manifesta principalmente sobre a América Latina, mas também hoje chegando a países africanos. Como um país subimperialista possui um grau médio de composição de capital, há um maior “desenvolvimento” de sua economia, capaz de reter maior riqueza e fazendo com que o repasse de valores para o mercado internacional seja menos agudo do que o de outras economias periféricas mais frágeis. Mais do que isso, o subimperialismo consegue convergir para sua própria economia parte dos valores de outras economias dependentes, como nos coloca Marcelo Carcanholo:

Se é a transferência de valor o que acaba definindo essa condição estrutural [a dependência], e esta é dada, dentre outras coisas, no plano do comércio mundial, pela produtividade dos capitais instalados nessas economias, é possível então pensar em distintos graus de dependência. Ou seja, em economias em que o desenvolvimento das forças produtivas (refletido na composição orgânica do capital) se processou mais do que em outras, como é o caso da economia brasileira, temos um duplo movimento: (i) esses mecanismos de transferência de valor para as economias centrais não é tão acentuado como em outras economias com menores produtividades; e (ii) passa a existir uma diferenciação na composição orgânica de capital (dentro e entre setores) inclusive entre as distintas economias dependentes, o que pode replicar (para dentro da relação entre economias dependentes) formas de transferência de valor. É exatamente isso que permite o aparecimento do subimperialismo, mesmo em economias que mantém a condição de dependente. O importante a destacar é exatamente isso. O caráter subimperialista de uma economia não exclui a sua condição dependente (CARCANHOLO, 2014, p. 10).

O subimperialismo brasileiro não rompe com os elementos estruturais da dependência, permanecendo em posição subalterna no mercado internacional, mesmo que apresente maior dinamismo econômico e grau de interferência na geopolítica mundial do que outros países dependentes. Muito da expansão da economia subimperialista (chamada pelo mercado de

“internacionalização das empresas brasileiras”) consiste na verdade de capital estrangeiro de países centrais aplicado em atividades econômicas de empresas brasileiras, seja por meio de fusões, privatizações de setores estratégicos, participação acionária ou simplesmente a existência de sedes locais que são tratadas como “empresas nacionais”.

A partir da Globalização neoliberal e da hegemonia do pensamento ortodoxo, o subimperialismo brasileiro ganhou novos contornos, com a ação de empresas sediadas no Brasil (com capital majoritariamente brasileiro ou não) atuando em outros países nos mais diferentes ramos: extrativismo, mineração, agronegócio, financiamento, construção civil e grandes obras, prestação de serviços, etc.²⁷ O papel do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) vem sendo de grande relevância para a internacionalização de empresas brasileiras e para a prática do subimperialismo em novos ramos da economia, vide a perda de força da indústria do país com a liberalização comercial (TAUTZ et al, 2010).

As medidas de liberalização do comércio e privatização de estatais nos anos 1990 contribuíram para a formação de conglomerados brasileiros que passaram a se internacionalizar na década de 2000, com forte apoio público. Esses conglomerados se restringem às atividades econômicas impostas pela divisão internacional do trabalho à economia brasileira, como o agronegócio e a construção civil, possuem forte imbricamento com o capital estrangeiro e o mundo das finanças e se expandiram para zonas periféricas de menor tensão com o imperialismo, tendo pouca ou nenhuma concorrência de empresas oriundas dos países centrais. Essa situação transformou o subimperialismo brasileiro no século XXI, trazendo novos componentes, como a conglomeração das grandes empresas do país, sua diversificação de investimentos entre vários setores da economia (dentro e fora do Brasil) e uma contradição latente quando essa expansão é acompanhada de forças progressistas no governo federal, em que uma política externa multipolar e soberana divide espaço com o crescimento subimperialista do capital brasileiro.²⁸

²⁷ No ramo da mineração destaque para a Vale (antiga estatal Vale do Rio Doce, privatizada) e suas operações muito criticadas em outros países pelos malefícios sociais, trabalhistas e ambientais. No campo das finanças, os grupos Itaú e Bradesco que vêm batendo recordes de lucros e ampliando o volume de capital sob seu controle. No entanto, o grupo de empresas que melhor representa o subimperialismo brasileiro no século XXI são as empreiteiras, hoje verdadeiros conglomerados, com obras de grande envergadura em vários países da América Latina e África, e com investimentos espalhados pelos mais variados setores da economia. A líder no setor é a Odebrecht. Todas essas empresas possuem enorme poder ao controlar pontos-chave da economia brasileira e financiar campanhas eleitorais de praticamente todos os partidos políticos. Escândalos de corrupção envolvendo empreiteiras brasileiras surgiram a partir de 2014, derrubando em parte seu poder econômico. Ainda não está claro se esse impacto será conjuntural ou estrutural para o subimperialismo brasileiro.

²⁸ Questão que será melhor abordada no capítulo 5.

Se a economia e as relações internacionais brasileiras forem orientadas para seu desenvolvimento soberano, a integração solidária da América Latina e a configuração de um mundo multipolar, é possível que toda essa estrutura econômica brasileira – avançada para os padrões periféricos – transforme o país em uma potência mundial alavancadora da periferia, agindo como um fornecedor de mercadorias, serviços e créditos que retirem outros países dependentes das malhas do imperialismo ocidental. Para que isso ocorra, é necessário o avanço das forças progressistas da sociedade brasileira interessadas em tal projeto, rompendo com a dependência e o subimperialismo inerentes a condição atual do país.

A utilização dos recursos da economia brasileira em sua ação no cenário global, especialmente na América Latina, depende da configuração da luta de classes interna do país. O subimperialismo em tempos neoliberais age como um castrador das potencialidades geopolíticas do Brasil, e, da mesma forma, atua como um elemento de tensão na construção da integração latino-americana e da multipolaridade.²⁹ O resultado das contradições sociais do Brasil nas próximas décadas definirá se o país atuará no sentido de aproveitar as potencialidades abertas pela Revolução Científico-Técnica e a Globalização – o que levará o Brasil a uma posição de potência fiadora da solidariedade internacional, da democracia, integração e multipolaridade; ou se afundará ainda mais numa posição dependente e subalterna, que manterá o subimperialismo como parte das suas relações internacionais. Essa tensão entre a integração/multipolaridade de um lado, e o subimperialismo de outro, é parte das contradições da sociedade brasileira atual, que se desdobram no cenário internacional, especialmente na América Latina.

2.4 O debate na teoria da dependência: vertente marxista *versus* vertente liberal

Como colocado, a teoria da dependência surgiu em meados da década de 1960 na América Latina, com crucial participação de cientistas sociais brasileiros. Além da TMD é importante salientar que uma vertente de corte liberal também tomou forma no mesmo momento, e teve papel importante, não só no meio acadêmico, mas como propostas

²⁹ Essa situação ficou evidente como, após o Golpe de 2016 e durante o governo ilegítimo de Michel Temer, a política externa brasileira sofreu uma brusca mudança de rota. De partícipe na construção da integração latino-americana, o Brasil se diminui e passou a atuar como mera correia de transmissão do imperialismo estadunidense na região, com destaque às agressões contra a Venezuela, e o esvaziamento de organismos que ajudou a criar, como a UNASUL (União das Nações Sul-americanas) e a CELAC (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos). No âmbito internacional, o país passou a ter um papel menor na construção dos BRICS (sigla em inglês para designar o bloco dos poderes emergentes no cenário internacional, com Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e perdeu o prestígio conquistado ao longo da primeira década do século XXI, inclusive em debates em que era referência, como no combate à fome e na questão ambiental.

econômicas e políticas claras no período da história brasileira abordado nesse trabalho. Isso porque o maior formulador da vertente liberal (também chamada de weberiana) da teoria da dependência, Fernando Henrique Cardoso (FHC), teve ativa vida política no processo de Transição brasileiro e na Nova República, sendo inclusive presidente do Brasil, com dois mandatos seguidos entre 1995 e 2002. O debate sobre as duas vertentes da teoria da dependência é longo e polêmico. Não pretendo realizá-lo por inteiro aqui. Contudo, é importante apontar algumas diferenças entre suas vertentes, já que uma, marxista, é o alicerce teórico deste trabalho, e a outra, liberal/weberiana, se opõe à primeira.

O surgimento da teoria da dependência e suas diferentes vertentes responde a uma necessidade de interpretação da realidade latino-americana a partir dos anos 1960. Ambas as vertentes são críticas à teoria do desenvolvimento da intelectualidade ligada à CEPAL, quanto da teoria da modernização, de corte liberal. A teoria da dependência refuta a visão da economia mundial como um conjunto de economias nacionais ligadas por transações comerciais. O capitalismo é visto como um sistema internacional, onde a presença de economias centrais e periféricas é uma realidade e condição indelével desse processo.

O subdesenvolvimento dos países periféricos não significa ausência de desenvolvimento, mas sim, que o sistema capitalista internacional apresenta um desenvolvimento desigual e associado, onde países que apresentam maior acumulação de capital e controle das forças produtivas convivem, concomitantemente, com países em condições mais frágeis e subalternas. Vejamos como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto expuseram a questão:

Em todo caso, a situação de subdesenvolvimento produziu-se historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e depois do capitalismo industrial vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentar graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista. Desta forma, entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição (CARDOSO; FALETO, 1970, p. 25-26).

O simples desenvolvimento da industrialização e o investimento direto do capital estrangeiro em determinados países da periferia a partir de meados do século XX não é suficiente para romper as condições de dependência e subdesenvolvimento. Os países de capitalismo dependente não caminham para o estágio dos países centrais simplesmente por adotarem um processo de substituição de importações ou replicar na periferia políticas econômicas que obtiveram sucesso no centro do sistema. Tal posição era defendida por uma

parte dos intelectuais nacional-desenvolvimentistas, alguns participantes do governo de João Goulart (1961-1964).

A dependência da situação de subdesenvolvimento implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores. Essa situação supõe nos casos extremos que as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas (CARDOSO; FALETTO, 1970, p. 26).

Theotonio dos Santos elenca os pontos de concordância entre a vertente marxista da dependência (da qual foi um dos fundadores com Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra), com as posições de Fernando Henrique Cardoso, principal expoente da vertente liberal. Ambas criticam os desenvolvimentistas por sua aposta na industrialização como sinônimo de modernização, autonomia nacional, melhoria nas condições sociais e maior democratização nas relações políticas. O avanço industrial na América Latina não rompeu os laços da dependência, já que boa parte desse fenômeno era controlado por grandes empresas multinacionais. O desenrolar dos fatos demonstrou que a industrialização também não garantiu a superação dos graves problemas sociais dos países latino-americanos, e em relação à democracia, o revés foi avassalador, com a sequência de golpes e ditaduras implementadas na região entre as décadas de 1960-1980 (DOS SANTOS, 2015, p. 103-108).

As concordâncias entre as vertentes da teoria da dependência ainda incluem, segundo Dos Santos, a negação do caráter feudal da colonização da América Latina, empresa fruto do capitalismo comercial europeu; e o entendimento de que o imperialismo não era somente uma ameaça externa contra o ambiente interno, mas que as elites locais guardam profundos laços com o mercado internacional, destruindo o mito da “burguesia nacional” como agente de uma revolução de libertação nacional e constituinte de um capitalismo autônomo. Essas posturas eram defendidas até aquele momento pelo PCB, principal agrupamento da esquerda brasileira na época.

No entanto, a dependência de Fernando Henrique Cardoso não vê o rompimento com o imperialismo e a superação da própria dependência como objetivos históricos. Sua posição é de consolidação de forças políticas internas, representantes dos setores sociais oriundos da industrialização, que almejem uma aliança com o capital estrangeiro, no sentido de ter maior controle das estruturas produtivas e poder assim, sempre em parceria com o imperialismo, buscar o desenvolvimento do capitalismo no país periférico.

São justamente os fatores político-sociais *internos* – vinculados, como é natural, à dinâmica dos centros hegemônicos – os que podem produzir políticas que se

proveitem das ‘novas condições’ ou das novas oportunidades de crescimento econômico. De igual modo, *as forças internas são as que redefinem o sentido e o alcance político-social da diferenciação ‘espontânea’ do sistema econômico*. É possível, por exemplo, que os grupos tradicionais de dominação oponham-se em princípio a entregar seu poder de controle aos novos grupos sociais que surgem com o processo de industrialização, mas também podem pactuar com estes, alterando assim as consequências renovadoras do desenvolvimento no plano social e político (CARDOSO; FALETTI, 1970, p. 28-29, grifos meus).

A vertente liberal apresenta uma dependência negociada, onde os países periféricos com um grau médio de avanço nas forças produtivas e na acumulação poderiam buscar condições vantajosas na associação com o capital estrangeiro. Este é apresentado como um agente de desenvolvimento, ao introduzir formas mais modernas de produção e de financiamento, sendo uma fonte de inovações e créditos para o avanço dos países periféricos. Com decisões políticas no sentido de construir o ambiente favorável ao investimento externo, que deveria ser realizada pelas “forças internas”, o país dependente poderia usufruir dos capitais investidos e avançar na composição de suas forças produtivas e na modernização de sua estrutura econômica, diminuindo o desemprego e rompendo com o subdesenvolvimento (mas não com a dependência). Tal associação poderia beneficiar também os grandes grupos de capital nacional e as empresas estatais. O imperialismo, nessa visão, não tem nenhuma influência determinante, apenas condicionante, no capitalismo dependente. Ele é um dos elementos que condiciona a posição dependente da periferia, mas não impede o desenvolvimento desta última.

Importante destacar que essa posição também vem acompanhada de uma condenação à Ditadura no Brasil, tida por FHC como um regime “autoritário e corporativo”. Esta vertente da dependência defende a adoção de um sistema político liberal como condição para o melhor aproveitamento da “dependência associada”. Nessa interpretação, Fernando Henrique diminui o papel da burguesia (interna e externa) no golpe de 1964 e no apoio ao regime ditatorial, setores até então liberais, colocando a condução e sustentação desse processo como obra do “corporativismo” militar e de seus aliados, que promoveram uma reação ao “aventureirismo” da esquerda na década de 1960. O liberalismo seria uma posição mais adequada ao dinamismo do capital que desenvolveria o Brasil (CARDOSO, 1975).

As posições contrárias de FHC à vertente marxista da dependência se dão por dois motivos: posição política e uma crítica equivocada. Primeiramente, vejamos a posição política. O entendimento de Cardoso sobre o que é desenvolvimento segue a formulação

liberal.³⁰ Desenvolvimento é visto somente como avanço das forças produtivas e aumento da capacidade de acumulação de capital.

Basicamente, ao falar em ‘desenvolvimento’ quero ressaltar que existe *acumulação* e portanto expansão econômica capitalista real. Portanto, não penso que tenha razão o catastrofismo ingênuo que vê de modo linear e não contraditório o crescimento da miséria. Está ocorrendo no Brasil um processo de *expansão capitalista*. Neste, assim como o ciclo de auge não leva à igualdade econômica e social (só os ingênuos confundem desenvolvimento *capitalista* com melhoria *geral* e igualitária do nível de vida), o ciclo descendente tão pouco leva à paralisia do sistema econômico (CARDOSO, 1975, p. 16, grifos do autor).

Cardoso aponta que a economia dependente é passível de desenvolvimento atrelado ao capital estrangeiro, rompendo com o subdesenvolvimento, compreendido como um atraso nas forças produtivas e na capacidade de acumulação de capital dos países periféricos. Essa condição de subdesenvolvimento se dava por um atrelamento desfavorável ao mercado internacional. A solução seria um avanço político das classes oriundas do processo de industrialização, que buscariam formas mais vantajosas de interação com o capital externo, buscando uma “dependência associada”, alcançando o desenvolvimento, tal como este é compreendido no pensamento liberal que FHC defende. Como Cardoso se afasta de uma interpretação marxista-revolucionária, podemos compreender que as “forças internas” capazes de levar a cabo essa associação vantajosa com o capital estrangeiro, seriam a burguesia industrial-financeira, com apoio das “classes médias” urbanas e setores da oligarquia latifundiária anteriormente dominante que aceitassem a nova configuração de forças.

O sujeito “revolucionário” de FHC no plano interno é justamente o grupo de forças sociais responsável pelo Golpe de 1964, pela Ditadura e, posteriormente, pela inserção da economia brasileira na Globalização neoliberal, renovando a dependência, projeto que foi, em grande parte, realizado nos seus dois mandatos presidenciais. A internalização de parte do processo de comando da economia dependente, possível graças ao investimento estrangeiro no processo de industrialização da periferia, daria maior condições de negociação frente a esse mesmo capital estrangeiro, forjando assim o ambiente necessário para direcionar essa associação entre forças internas e externas em prol do desenvolvimento do país. Ao mesmo

³⁰ Discordo aqui de um certo “senso comum” que esteve presente no meio acadêmico brasileiro em identificar Fernando Henrique Cardoso enquanto um intelectual marxista. Cardoso utiliza conceitos marxistas, da mesma forma como utiliza conceitos de outras linhas de pensamento, mas seu posicionamento político em suas obras é, para mim, inequivocadamente liberal. Sua trajetória política só reforçou tal posição. Parece que o entendimento geral de que FHC não era marxista só se deu, em grande medida, quando de seu período como presidente da República, quando adotou uma política neoliberal. A leitura de suas obras escritas ainda nos anos 1970, no entanto, já evidenciavam suas posições pró-capital.

tempo, esse projeto apresenta o capital estrangeiro como mecanismo da modernização, única via possível de desenvolvimento, sendo, portanto, necessária a aliança com o mesmo.

O capital estrangeiro aparece aqui como dinamizador da “modernização” da economia dependente e de seu mercado interno. Aproveitando as oportunidades da dependência, seria possível alcançar o desenvolvimento. No plano histórico, o empresariado e o imperialismo são poupados de qualquer responsabilidade pelo Golpe de 1964 e a Ditadura. A “culpa” recai sobre o “corporativismo militar” e no “excesso de demanda” do “populismo”, ou seja, a burguesia, local e forânea foi uma simples inocente, esmagada de ambos os lados. A Ditadura é culpa somente dos militares, não tendo haver com os interesses capitalistas e imperialistas, quando não, culpa dos próprios golpeados, o trabalhismo e outros agrupamentos de esquerda daquele período que teriam “exigido demais”.

Essa é uma defesa do capitalismo. Quando desenvolvimento é associado somente à capacidade de acumulação e avanço de forças produtivas, o desenvolvimento é possível em qualquer lugar, desde que associado ao imperialismo, já que os países periféricos, em seu atrelamento ao mercado internacional, não demonstram condições de realizarem de forma autônoma. Tal empreendimento somente seria levado à frente pela classe dominante em um sistema capitalista, a burguesia. A transformação da estrutura produtiva é apontada como passaporte para o desenvolvimento capitalista, mesmo sem romper com o caráter dependente.

Desse modo reforça-se o setor industrial e define-se uma pauta peculiar de industrialização: uma industrialização baseada em um mercado urbano restringido, mas suficientemente importante, em termos de renda gerada, para permitir uma ‘indústria moderna’. Evidentemente, esse tipo de industrialização vai intensificar o padrão de *sistema social excludente* que caracteriza o capitalismo nas economias periféricas, mas nem por isso deixará de converter-se em uma possibilidade de desenvolvimento, ou seja, um desenvolvimento em termos de acumulação e transformação da estrutura produtiva para níveis de complexidade crescente. Esta é simplesmente a forma que o capitalismo industrial adota no contexto de uma situação de dependência (CARDOSO; FALETTI, 1970, p. 124)

Dessa forma, se os países dependentes procurarem formas vantajosas de se associarem ao capital estrangeiro, seriam capazes de progredir nesses dois pontos: avanço das forças produtivas e acumulação de capital. Cardoso argumenta que a dependência não pode ser confundida com interdependência, nem tampouco a inserção das economias dependentes no mercado internacional guarda paralelo com a participação das economias centrais no mesmo espaço. Porém, essa inserção poderia ser direcionada para o maior desenvolvimento – sempre no entendimento liberal do termo – do país.

Entretanto, a forma *dependente* da acumulação quer dizer precisamente que o setor da produção de bens de produção e o setor financeiro do sistema se abrem para o

exterior e dele requerem os elementos para sua expansão continuada. Ou seja, não se pode pensar o ciclo da acumulação como um sistema fechado no mercado nacional, nem o tipo de “abertura” por ele requerido é análogo ao que também requerem as economias centrais. Estas “dependem”, mais de matérias-primas e trabalho no exterior e não de pesquisa e desenvolvimento e de capitais. Por fim, o qualificativo *associado* (sem nunca esquecer o qualificativo anterior, de dependente) indica que na acomodação prevalecente na forma de organização e de controle econômico, existe espaço para que os capitais locais e estatais também se expandam na proeza do desenvolvimento (CARDOSO, 1975, p. 16, grifos do autor).

Com essa visão de desenvolvimento, Cardoso justifica que o capitalismo avança na periferia, negando que aja uma reprodução do subdesenvolvimento. Sua ênfase está centrada no progresso técnico do capitalismo brasileiro e em buscar uma forma vantajosa na subalternidade da economia brasileira frente ao mercado mundial. Obviamente, para a vertente marxista, desenvolvimento não pode estar restringido somente às forças produtivas e à acumulação. Porém, os marxistas não discordam que o investimento estrangeiro faz avançar os pontos levantados por Cardoso (forças produtivas e acumulação), mas sim, que, de um lado, isso é uma ação imperialista (tendo as burguesias locais como sócios menores que se locupletam da situação de dependência), na qual as economias dependentes são atualizadas historicamente de acordo com as necessidades do sistema capitalista internacional; e, de outro, que mesmo com os avanços assinalados por FHC, as economias dependentes continuam, estruturalmente, apresentando condições negativas no social quando comparadas às economias centrais. Uma associação “vantajosa” e o avanço produtivo e de acumulação apontados por FHC – e que efetivamente se concretizou em países periféricos como o Brasil quando comparados a outras nações periféricas - não permitem às nações de capitalismo dependente com essas características almejar condições socioeconômicas minimamente semelhantes às das nações centrais. Em outras palavras, mesmo nessas condições, não rompem com o subdesenvolvimento.

Curioso que durante sua presidência (1995-2002), quando teve oportunidade de transformar suas ideias em prática de governo, já totalmente convertido ao neoliberalismo, o país tenha regredido no domínio das forças produtivas, com um forte processo de desindustrialização e baixíssimo nível de investimento em ciência e tecnologia, principal força produtiva no mundo atual. O que se observou foi uma reprimarização da pauta exportadora, altamente dependente de componentes externos, e a formação de uma massa sobranse de trabalhadores de baixa qualificação ocupando postos de trabalho degradantes ou simplesmente jogados à própria sorte no desemprego estrutural. A acumulação de capital formou grandes conglomerados brasileiros, mas a permanência da condição dependente, e o avanço da transnacionalização da economia, mantém as perdas de valor para o mercado

internacional, não modificando a situação do país, que foi somente atualizada para o novo momento do capitalismo mundial.

Faltou à interpretação de Cardoso o entendimento do mecanismo básico do capitalismo dependente, a superexploração do trabalho. Esta “é incentivada pelo intercâmbio desigual, mas não se deriva dele e sim da febre de lucro que cria o mercado mundial e se baseia fundamentalmente na formação de uma superpopulação relativa” (MARINI, 2000c, p. 177). Outro ponto não compreensível por FHC – por questões claramente ideológicas – é o papel do imperialismo, não como indutor do desenvolvimento, mas como agente ativo de um processo de espoliação internacional por parte dos países centrais sobre os periféricos. Não há entre esses dois blocos de nações uma relação de benefício mútuo, mas sim, uma relação de exploração, onde a periferia transfere valor para o centro.

Coincidindo com isso [o embate na esquerda entre as posições do PCB e as da TMD], a crítica do desenvolvimentismo ganhou um caráter mais amplo. Intelectuais não militantes, como André Gunder Frank e o próprio Cardoso, baseando-se nas posições teóricas da esquerda revolucionária, lançaram-se também à discussão sobre as teses cepalinas e funcionalistas. Contribuíram assim com elementos para a construção de uma nova teoria explicativa da realidade latino-americana, ainda que alguns deles contribuísem para conferir um caráter acadêmico a um debate que, em suas origens, era primariamente político, limitando com isso a radicalidade da crítica. É, em particular, o caso de Cardoso, em seu trabalho em colaboração com Faletto, não só pelos compromissos conceituais e de linguagem que mantêm com o desenvolvimentismo, como assinalaram outros, mas sobretudo pela *absoluta ausência de uma teoria do imperialismo*, que se observa nesse texto. Convém assinalar que nada, nesse tipo de texto, leva a identificar a ‘mudança social’ com a revolução socialista (MARINI, 2000c, p. 173-174, grifos meus)

Sigo o posicionamento desenvolvido por Roberta Traspadini (2014), em seu extenso trabalho de interpretação crítica da obra de Fernando Henrique Cardoso, ao identificar um rompimento deste com os demais teóricos da dependência (marxistas). FHC passa a defender uma teoria da *interdependência*, onde o rompimento com a dependência não é mais um objetivo, mas sim, a procura por formas de relações vantajosas com o capital estrangeiro. As “forças internas” deveriam assim direcionar a economia do país a uma inserção conveniente no mercado internacional, de modo a tirar o melhor proveito da associação com os países centrais e suas empresas, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento. Cardoso transformou esse seu projeto de “desenvolvimento e dependência” gestado nos anos 1960 e 1970, em programa de governo nos anos 1990, quando foi presidente da República, guardada as especificidades históricas de cada momento (questão trabalhada no capítulo 4).

Cardoso apresenta a dependência como marco para o desenvolvimento no que tange os países da periferia. Sua posição o afasta de maneira contundente da vertente marxista da teoria da dependência e o coloca como um intelectual orgânico das burguesias latino-americanas,

especialmente no Brasil. Não há em Cardoso um projeto de rompimento com a dependência e o subdesenvolvimento (muito menos com o capitalismo), mas sim, sua justificativa e a de uma posição subalterna frente ao capital estrangeiro. Sua defesa da dependência como única forma de desenvolvimento não se realiza na prática, já que tal projeto não trouxe desenvolvimento, mas sim, aprofundou o caráter dependente brasileiro, destruiu a indústria do país e precarizou ainda mais a situação social da população.

A segunda discordância de Fernando Henrique Cardoso com à vertente marxista da teoria da dependência se dá pelas suas críticas equivocadas à mesma. Várias foram as leituras errôneas de Cardoso (1975, p. 27-43) sobre a teoria marxista da dependência, dentre elas: um suposto posicionamento da TMD acerca das burguesias locais deixarem de serem atores sociais ativos devido o predomínio do capital estrangeiro; que a penetração do capital externo levaria os países dependentes a uma política expansionista; assim como o debate se os regimes ditatoriais latino-americanos da segunda metade do século XX foram governos fascistas ou não. Contudo, para os fins deste trabalho, vamos centralizar a análise das posições de Fernando Henrique Cardoso em dois pontos de discordância com a TMD: a suposta defesa dos marxistas do estagnacionismo e inviabilidade do capitalismo na periferia, e a discussão entorno da superexploração do trabalho formulada por Ruy Mauro Marini.

Ao analisar a participação do capital estrangeiro no desenvolvimento das forças produtivas durante o período ditatorial, Fernando Henrique Cardoso criticava os militares, pela sua autoglorificação em “disciplinar” o investimento do capital estrangeiro e autóctone em prol do avanço da industrialização, como se este fosse obra somente dos governos ditatoriais; por outro lado, também fazia sua crítica à vertente marxista da dependência, ao taxá-la de defensora do estagnacionismo, ou seja, da inviabilidade do capitalismo na periferia.

No polo oposto [à Ditadura] está a tese da ‘superexploração’. Neste caso supõe-se que os frutos do crescimento derivam quase só do suor dos trabalhadores, do baixo nível de remuneração, da marginalização crescente de uma parcela da população, do sub-emprego etc. (...) O problema do mercado resolve-se, provisoriamente, pelo consumo das próprias classes capitalistas e conexas mas irá gerar uma ‘crise de realização’, ou seja, chegará o momento do engorgitamento dos canais da acumulação pelo excesso de capitais acumulados. Além disso, poderá haver uma crise de ‘sub-consumo’, pela falta de quem compre os produtos produzidos. Nas duas alternativas, que não se excluem, o resultado social será o empobrecimento da maioria. Esquecem-se os que se apegam a este estilo de interpretação que o capital, se bem expresse diretamente uma relação social de exploração, implica, quando o capitalismo avança, tanto o uso de tecnologias como a produção de excedentes que dão vida e dinamismo a setores não produtivos da sociedade. E se esquecem também que o nervo do capitalismo avançado baseia-se na extração de mais-valia relativa (decorrente do progresso técnico e não da superexploração da jornada de trabalho) e na competição (embora oligopólica) entre produtores (CARDOSO, 1975, p. 14).

Para FHC, apesar das relações de produção capitalistas serem essencialmente exploratórias, isso não inibe o desenvolvimento, vide os países centrais. O avanço produtivo a partir do investimento direto do capital estrangeiro, traria assim desenvolvimento, já que permite um salto econômico impossível para os países periféricos, além de alargar “setores não produtivos da sociedade”. Cardoso se refere à formação de mão de obra qualificada necessária para o funcionamento de determinados setores, especialmente os que necessitam de maior conhecimento aplicado à produção, além das profissões necessárias ao funcionamento do sistema como um todo (médicos, advogados, professores, etc), que seriam responsáveis, através do seu consumo, pelo aumento da demanda.

Cardoso critica a vertente marxista, discordando que as características apresentadas por esse agrupamento sejam intrínsecas ao capitalismo dependente. Para FHC a superexploração do trabalho, a incapacidade de ampliação do mercado interno, o intercâmbio desigual, e a reprodução do subdesenvolvimento, com desemprego e marginalização, não são elementos determinantes na periferia, mas sim, que condicionam características específicas do capitalismo dependente quando comparado ao centro do sistema, sem, contudo, inibir as possibilidades de desenvolvimento. A associação com o capital estrangeiro deveria garantir uma intensificação das forças produtivas, avançando na modernização da economia dependente (dependência e desenvolvimento). O desemprego e o subdesenvolvimento apenas oscilariam, de acordo com o desempenho econômico do país, se assemelhando assim, em sua visão, aos países centrais.

Boa parte da clivagem de Fernando Henrique Cardoso e de sua visão liberal da teoria da dependência em relação à vertente marxista, se encontra no entendimento equivocado que FHC apresenta ter do conceito de superexploração do trabalho de Marini.

É verdade que em certas etapas (nos períodos de acumulação inicial), a extensão da jornada de trabalho joga um papel importante na acumulação. Por isso pode ter razão Francisco de Oliveira quando chama a atenção para o fato de que a baixa produtividade do trabalho do setor terciário ou a manutenção de formas de trabalho baseadas em relações de produção não tipicamente capitalistas-industriais podem ser funcionais para a acumulação. Mas generalizar este raciocínio, *para outras fases*, quando a dinâmica da acumulação do setor mais avançado repousa na exploração clara da mais-valia relativa e no aumento da taxa de composição orgânica do capital, constitui um anacronismo. Depois de implantado um setor capitalista avançado, sua dinâmica (que pode ter-se beneficiado na fase inicial com as reservas de mão de obra e os bolsões de pobreza) não depende mais do desenvolvimento do subdesenvolvimento, mas, ao contrário, depende da criação *real* de um mercado de consumo capitalístico. Este não se compõe apenas pelos gastos dos trabalhadores, mas também pelo consumo dos capitalistas e, especialmente, das empresas, do Estado e das classes ligadas ao setor terciário (CARDOSO, 1975, p. 32, grifos do autor).

Temos nessa passagem vários erros em relação ao que realmente é o conceito de superexploração do trabalho de Marini. Cardoso confunde superexploração com mais-valor absoluto, como se superexploração fosse um simples prolongamento da jornada de trabalho. Em outros momentos seu entendimento do que seria a superexploração toma outra forma, como uma forma intensiva de exploração, mas que estaria presa a momentos anteriores ao da industrialização associada ao capital estrangeiro. Esta, graças à modernização produtiva tal como nos países centrais – e introduzida por eles na periferia, levaria à exploração do trabalho por meio do mais-valor relativo, tal seja, pelo aumento da produtividade da força de trabalho. Dessa forma, a superexploração para FHC pertenceria à estrutura arcaica do capitalismo dependente que seria superada pelo investimento estrangeiro, que traria consigo a superação dessa modalidade de exploração, ao solidificar as bases de um salto tecnológico que aumentaria a produtividade da força de trabalho e deslocaria a produção de excedente para o mecanismo da mais-valor relativo.

A superexploração do trabalho tal como explicitada por Marini não é o mais-valor absoluto ou a simples intensificação do trabalho. É a combinação de mecanismos de exploração no sentido de remunerar a força de trabalho abaixo do seu valor real, diminuindo o fundo de consumo do trabalhador que passa a ser parte da acumulação. Esse mecanismo não pertence a um momento histórico específico do capitalismo dependente ou é acionado esporadicamente, mas sim, é estrutural na periferia do sistema capitalista, é a forma como a exploração do trabalho (capital enquanto relação social) ganha seus contornos próprios no capitalismo dependente, como colocado anteriormente. O avanço tecnológico, com a adoção de processos produtivos mais modernos via capital estrangeiro não diminui, antes intensifica, o ritmo da superexploração. Isto porque as inovações são obtidas no mercado internacional, já que as burguesias periféricas não investem no avanço tecnológico local. A importação sistemática de tecnologia mais avançada aumenta o intercâmbio desigual e contribui para a perda de valor para o mercado internacional, que tem, justamente, como mecanismo de compensação por parte da burguesia autóctone, a superexploração do trabalho.

As críticas elencadas por Fernando Henrique Cardoso à vertente marxista da teoria da dependência se constituíram num verdadeiro “pensamento único” acerca desta teoria, ou seja, a divulgação no Brasil somente de sua versão liberal da dependência. Isso porque, enquanto FHC teve suas obras livremente publicadas ao longo da Ditadura e depois, Marini foi banido do meio acadêmico brasileiro, mesmo após o fim do regime de exceção. Seus principais textos, como *Dialética da dependência* e *Subdesenvolvimento e revolução* somente ganharam versões brasileiras a partir dos anos 2000, mesmo sendo constantemente reeditados em outros

países latino-americanos desde os anos 1970. As posições de Cardoso se tornaram um paradigma, a fonte primária de entendimento sobre a teoria da dependência, onde a vertente marxista era apresentada como defensora do “estagnacionismo” e a superexploração do trabalho enquanto “mais-valia absoluta”.³¹

Marini respondeu prontamente às críticas equivocadas de Cardoso e teve ciência de que os posicionamentos deste inauguraram uma interpretação errônea e sistemática do seu trabalho e de outros intelectuais marxistas da teoria da dependência. Nesta polêmica consta inclusive o caso da publicação da crítica de Cardoso (escrita em parceria com José Serra), *As desventuras da dialética da dependência*, e a resposta de Marini, *As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra)*, na *Revista Mexicana de Sociologia* em 1978. Posteriormente, Cardoso e Serra publicaram o mesmo texto no Brasil, nos Cadernos CEBRAP, órgão dirigido por FHC, porém, em um episódio no mínimo descortês, sem a resposta de Marini que constava no original mexicano, que só foi publicado pela primeira vez no país mais de duas décadas depois, no ano 2000 (MARINI, 2000c). FHC teve papel preponderante para a vigência do “pensamento único”, difundindo suas críticas equivocadas durante décadas e não dando espaço para a publicação do contraponto. Em seu memorial para a Universidade de Brasília (UnB), Marini salientou

Lançado à circulação, meu ensaio [dialética da dependência] provocou reações imediatas. A primeira crítica veio de Fernando Henrique Cardoso, em comunicação feita ao Congresso Latino-Americano de Sociologia (onde eu recém apresentava o meu texto completo), que se realizou em Santiago, em 1972, e publicada na *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*. Defendendo com zelo a posição que conquistara nas ciências sociais latino-americanas, e que ele acreditava, ao parecer, ameaçada pela divulgação do meu texto, e referindo-se ainda ao artigo que saíra em *Sociedad y Desarrollo*, que não incluía a análise do processo de industrialização, a crítica de Cardoso inaugurou a série de deturpações e mal-entendidos que se desenvolveu em torno ao meu ensaio, confundindo superexploração do trabalho com mais-valia absoluta e me atribuindo a falsa tese de que o desenvolvimento capitalista latino-americano exclui o aumento da produtividade. Respondi a esses equívocos no *post-scriptum* que – com o título de *En torno a Dialéctica de la Dependencia* – escrevi para a edição mexicana de 1973 (MARINI, 2005, p. 91-92).

Theotonio dos Santos (2015, p. 111-117) rebate as discordâncias de Fernando Henrique Cardoso. Em relação às taxas de desemprego e marginalização, a questão central não é a sua oscilação, mas sim, sua tendência, se elas tendem a serem maiores que as dos países centrais, o que claramente se sustenta em qualquer momento da história do Brasil. Mesmo quando um país central está em crise, dificilmente apresenta taxas de desemprego acima da brasileira ou de qualquer outro país periférico. Da mesma forma, os momentos de

³¹ Esse “não-debate” entre as vertentes da teoria da dependência no Brasil foi muito bem esmiuçado no poderoso artigo de Fernando Correa Prado. Ver PRADO, 2010.

menor incidência do desemprego no Brasil são muito breves, logo retornando para patamares superiores a 10% da população economicamente ativa. Não seria demais lembrar que boa parte da classe trabalhadora brasileira não é registrada como desempregada porque se encontra na informalidade e subempregos, que não garantem as condições básicas de vida saudável.

A vertente marxista da dependência nunca defendeu, ao contrário do que afirmam seus críticos, que o capitalismo na periferia estaria fadado à estagnação ou a inviabilidade. Ele é capaz de apresentar fases de crescimento e adoção de técnicas modernas. O que lhe é vedado é a construção autônoma de um capitalismo na periferia, nos moldes dos países centrais, incluindo aí a produção e controle de inovações, as condições de vida das maiorias e a estabilidade política. Há claramente uma subordinação na relação entre países num sistema capitalista internacional que já é, em sua essência, desigual. A introdução de tecnologias mais avançadas por parte do capital estrangeiro nos países periféricos não elimina a superexploração do trabalho, muito pelo contrário, a reforça. Rebaixa o valor da força de trabalho, inclusive da qualificada, já que as sociedades de capitalismo periférico estão inundadas de trabalhadores subempregados e desempregados, que força os salários para baixo.

Os marxistas nunca defenderam, como afirma FHC, o estagnacionismo do capitalismo dependente, nem tampouco, esperavam que no capitalismo não houvesse miséria ou desigualdades de riqueza. O que a teoria marxista da dependência chama atenção é que, mesmo se tratando de um sistema intrinsecamente desigual, o capitalismo na periferia apresenta contradições muito mais agudas se comparado às economias centrais. Os níveis de miséria e desigualdade são infinitamente maiores, mesmo em momentos de crescimento das economias periféricas (como foi a década de 2000). Trata-se, portanto, de uma questão estrutural. Esse subdesenvolvimento se autoperpetua (ao contrário do que defendia Cardoso) pelos mecanismos de reprodução do capitalismo dependente, o principal deles, a superexploração do trabalho. Nunca esteve em questionamento pela TMD um possível estagnacionismo das economias dependentes, mas sim, sua impossibilidade de se igualar ao desenvolvimento alcançado pelos países centrais, seja no avanço autônomo da produção, seja nas condições de vida da maioria, seja na constituição de um regime político minimamente democrático e durável. Assim sendo, os marxistas apontam o socialismo como única saída para a superação do subdesenvolvimento na periferia, ao contrário da dependência associada de FHC que somente valoriza a atualização produtiva das economias dependentes.

A burguesia dos países periféricos não quer e não pode romper seus laços com o imperialismo, pois tem no mecanismo da superexploração do trabalho a sua forma de acumulação de excedente (mais-valor extraordinário), no financiamento internacional sua forma de obter capital necessário para investimentos e no mercado internacional a sua clientela, sem a necessidade de ampliar o mercado interno. A escolha da burguesia periférica é utilizar a superexploração como mecanismo compensatório à perda de valor para o mercado internacional. “Não há limite absoluto para o desenvolvimento pleno das forças produtivas no capitalismo periférico. Os limites são políticos” (DOS SANTOS, 2015, p. 112).

Tal situação é bem distinta dos países centrais, que possuem sua capacidade de acumulação a partir da criação e controle de monopólios produtivos, comerciais e financeiros. Justamente essa concentração de forças produtivas e a capacidade de investimento é que lhe permitem o avanço imperialista pelo mundo e a remodelação das economias dependentes de acordo com as necessidades conjunturais de cada momento histórico, mantendo, no entanto, sua função estrutural: servir como espaços de valorização que são posteriormente transferidos para o centro do sistema.

O subimperialismo, como vimos, tampouco representa o rompimento com a dependência. De um lado, responde a um momento de internacionalização da produção e das finanças de monopólios de países subimperialistas, ou de monopólios centrais que utilizam países subimperialistas como plataforma de exportação; do outro, à limitação dos mercados internos dos países periféricos. Daí a necessidade da liberalização do comércio internacional e da internacionalização das poucas empresas brasileiras que chegam ao patamar de multinacionais, grandes conglomerados com capacidade de investimento para fora das fronteiras, sobretudo em outros países periféricos.

Com essa breve exposição das contradições entre as duas vertentes da teoria da dependência proponho o quadro abaixo (Quadro 4) como um resumo explicativo. Trata-se apenas de um resumo, focado nos pontos centrais para o desenvolvimento da pesquisa. A polêmica é longa e outros trabalhos (alguns citados na bibliografia dessa obra) versam de maneira mais extensa sobre esse debate. O Quadro 4 demonstra as diferenças entre as vertentes da teoria da dependência a partir dos principais fenômenos presentes nos países periféricos.

Quadro 4 - Diferenças entre as versões liberal e marxista da teoria da dependência

Fenômenos	Versão Liberal	Versão Marxista
Papel do capital estrangeiro	<ul style="list-style-type: none"> - Financiador do desenvolvimento na periferia - Inserção de forças produtivas modernizantes + empréstimos/financiamentos - “Dependência e desenvolvimento”. Dependência como marco para o desenvolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> - Investimento e financiamento na periferia como espaço de valorização de capitais que são remetidos ao centro - Mais-valor extraordinário graças à superexploração - Dependência gera mais dependência, desenvolvimento do subdesenvolvimento
Padrão de desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento na periferia baseado no aumento da produtividade e do mais-valor relativo - Função das “forças internas” é garantir as condições vantajosas na associação com o capital estrangeiro 	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de financiamento externo para o desenvolvimento se torna um entrave a ele mesmo - Endividamento leva ao recrudescimento da superexploração, e à perda de composição técnica - Crescimento medíocre e agravamento dos problemas sociais. “Forças internas” como aliadas do imperialismo na manutenção do subdesenvolvimento
Dependência e suas alternativas	<ul style="list-style-type: none"> - Única saída é se integrar ao mercado internacional de maneira vantajosa, aproveitando as oportunidades de modernização inseridas pelo capital estrangeiro, numa dependência negociada 	<ul style="list-style-type: none"> - Superação da dependência por meio do socialismo - Incorporar processos de criação de conhecimento, formar um projeto de desenvolvimento nacional e regional, erradicar a pobreza

Quadro feito pelo autor a partir de DOS SANTOS (2015), MARTINS (2011), TRASPADINI (2014) e SANTOS (2014b)

2.5 A divisão internacional do trabalho e a globalização neoliberal

A ação das forças do capitalismo monopólico em se apropriar dos avanços da Revolução Científico-Técnica em prol da acumulação levou a mudanças significativas na divisão internacional do trabalho (DIT). A especialização produtiva das diversas regiões do globo sempre fez parte do sistema capitalista internacional. O capitalismo se constitui no avanço do comércio de longa distância na Europa do século XV, que logo se torna um sistema mundial com as Grandes Navegações. O processo de colonização da América Latina, jogou papel fundamental para o avanço das forças produtivas e de acumulação de capital no Velho Continente que permitiriam, posteriormente, a Revolução Industrial, momento de delineamento definitivo do mundo burguês, ao estabelecer as relações de produção capitalistas no processo produtivo. Não é demais destacar, que essa acumulação primitiva foi feita às custas do genocídio e do trabalho escravo e servil de negros e indígenas na América Latina, somado à expulsão violenta dos camponeses de suas terras na Europa, no processo de “cercamento” dos campos (*enclosures*), e na invasão e saque de todo o mundo extra-europeu.

Naquela época [século XVI], porém, o processo se efetua por meio de atos individuais de violência, contra os quais a legislação lutou, em vão, durante 150 anos. O progresso alcançado no século XVIII está em que a própria lei se torna, agora, o veículo do roubo das terras do povo, embora os grandes arrendatários também empreguem paralelamente seus pequenos e independentes métodos privados. A forma parlamentar do roubo é a das “*Bills for Inclosures of Commons*” (lei para o cercamento da terra comunal), decretos de expropriação do povo, isto é, decretos mediante os quais os proprietários fundiários presenteiam a si mesmos, como propriedade privada, com as terras do povo. (...) o roubo sistemático da propriedade comunal, ao lado do roubo dos domínios estatais, ajudou especialmente a inchar aqueles grandes arrendamentos, que, no século XVIII, eram chamados de fazendas de capital ou arrendamentos de mercador, e a “liberar” a população rural para a indústria, como proletariado. (...) A descoberta de terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista (MARX, 2013, p. 796-797, 821).

É a partir do processo de independência dos países latino-americanos na primeira metade do século XIX que sua inserção no mercado internacional se dá como países dependentes e não mais como colônias. A dependência é uma relação estabelecida entre países autônomos politicamente, sendo, portanto, uma relação distinta do colonialismo. Como parte da situação de dependência, os países periféricos têm suas estruturas produtivas moldadas de acordo com as necessidades do mercado internacional, variando de um momento histórico para outro (MARINI, 2000a).

Com o avanço da industrialização na Europa do século XIX (e, posteriormente, nos Estados Unidos e no Japão), os países periféricos se especializaram na produção de bens primários, notoriamente sua produção agropecuária e mineradora, herança dos tempos coloniais. Esses produtos se destinavam a alimentar os contingentes cada vez maiores de trabalhadores nas cidades industrializadas dos países centrais. Com o avanço do imperialismo a partir da segunda metade dos oitocentos, as exportações primárias latino-americanas passaram também à função de fornecimento de matérias-primas para o avanço do capitalismo ocidental.

A divisão internacional do trabalho se caracterizou no século XIX pela exportação de produtos primários por parte da periferia e a importação de produtos industrializados, além dos investimentos do capital estrangeiro, notoriamente na parte de infraestrutura de escoamento de produção (ferrovias e portos) e serviços, como telégrafo e iluminação elétrica. Houve nesse período um lento processo de transição do trabalho escravo e servil de negros, indígenas e mestiços na região, para formas de trabalho assalariadas, que conviveram durante muitas décadas com formas intermediárias de relações de trabalho, notoriamente nas áreas rurais. Os países do Cone Sul receberam enormes levas de imigrantes europeus (e em menor número asiáticos), que baratearam a força de trabalho devido à superpopulação.

No período das guerras mundiais (1914-1945) as principais economias latino-americanas, incluindo o Brasil, passaram por um processo de industrialização, principalmente a indústria ligeira (têxteis e indústria alimentícia), chegando, em alguns casos, a iniciar uma indústria de base. Essa industrialização foi possível nesse momento devido a vários fatores: grandes trustes europeus e estadunidenses começavam a repassar tecnologia obsoleta para os países periféricos; os esforços de guerra, que direcionaram a produção industrial no centro para o campo militar e de abastecimento de tropas, permitiu um avanço nos setores mais rudimentares da indústria em certos países periféricos, que passaram a executar um processo de substituição de importações. Nessa janela aberta durante as duas guerras mundiais, alguns países, como o Brasil, chegaram a apresentar um superávit comercial em sua balança, fundamental para o processo de substituição de importações (DOS SANTOS, 1994b, p. 72-73).

Internamente, o surgimento de forças políticas oriundas do processo de industrialização e “modernização” passaram a alimentar projetos de desenvolvimento capitalista autônomos, baseados na substituição de importações e em governos que tentavam articular os interesses tanto da nascente burguesia industrial, das “classes médias” que surgiam com a diversificação da economia, e do proletariado industrial em formação. No Brasil, Getúlio Vargas foi o expoente desse projeto nacional-desenvolvimentista, tendo como base ideológica o nacionalismo e a mobilização de massas como mecanismo de articulação política. Perón na Argentina e Cárdenas no México foram também protagonistas de governos baseados numa ideologia nacionalista e supraclassista e que apostavam num programa de substituição de importações como passaporte para o desenvolvimento.

Essa tentativa de construção de um capitalismo autônomo, contudo, não foi capaz de romper com a dependência. A explicação para isso se dá pelo fato de que a simples industrialização de países periféricos não garante sua entrada no rol das nações centrais, mas sim, uma renovação da dependência, com a importação de máquinas e componentes industriais que não eram fabricados na periferia. Da mesma forma que o intercâmbio desigual se mantém e se renova nesse processo, o endividamento internacional também se perpetua. A consolidação do assalariamento no mesmo período e o aumento da produtividade com a adoção de tecnologias industriais não superam a superexploração do trabalho, já que as perdas de valor para o mercado internacional permanecem. Cria-se uma alta esfera de consumo entre as classes abastadas e parte dos setores médios, baseada em produtos industrializados e importados; e uma baixa esfera de consumo entre a grande maioria da população, de capacidade restrita de compra e acesso a produtos de qualidade inferior. O superávit alcançado durante as guerras mundiais acabou sendo gasto na importação de produtos para o

consumo suntuário e de novas tecnologias que despontavam no momento, como a petroquímica. Conselheiros estadunidenses estiveram presentes no Brasil durante o governo do presidente Gaspar Dutra (1945-1950) para forçar o investimento público em instalações e infraestrutura que favorecessem o capital estrangeiro, o que levaria a uma clivagem com o projeto nacional-desenvolvimentista de Vargas, com consequências dramáticas para o destino do país nas décadas seguintes (DOS SANTOS, 1994b, p. 73).

Após o término da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, estabeleceu-se a hegemonia norte-americana sobre o mundo. A América Latina, como espaço privilegiado de domínio estadunidense, passou a ter suas economias cada vez mais atreladas ao imperialismo norte-americano. A dependência é novamente remodelada para uma nova fase, de investimento direto do capital estrangeiro nos mercados internos dos países de capitalismo periférico. As grandes empresas surgidas com a concentração de capital proporcionada pela Segunda Guerra se tornaram multinacionais, passando a instalar unidades produtivas em países dependentes que lhe permitissem a conquista de novos mercados e um espaço de valorização de capitais que fosse remetido de volta para os países centrais, por meio das remessas de lucros.

Essa nova divisão internacional do trabalho em alguns países da periferia, se solidificou através de golpes de Estado e da instalação de regimes ditatoriais subservientes a Washington, que patrocinou e apoiou a ação das forças conservadoras, por vezes agindo diretamente com suas forças armadas e serviços secretos. A retórica da Guerra Fria e o alinhamento exigido contra o comunismo caminhavam par e passo com os interesses econômicos norte-americanos. Os regimes de força na periferia, com apoio do capital estrangeiro, destruíram as ilusões de erigir experiências de capitalismo autônomo na América Latina (nacional-desenvolvimentismo), assim como processos revolucionários de orientação socialista e de libertação nacional, a maior parte, inspirados pela Revolução Cubana (1959).

Esse investimento direto do capital estrangeiro fez com que alguns países da periferia, como o Brasil, alcançassem um nível intermediário de industrialização, iniciando a produção de bens duráveis e bens de capital, e passassem a exportar mercadorias manufaturadas para outros países periféricos que apresentavam economias menos diversificadas. Tal processo, que Marini nomeou de subimperialismo, transformou o país em uma plataforma de exportação de empresas estrangeiras para outros países periféricos e criou também grandes empresas de capital autóctone, que entraram em diversas formas de sociedade com o capital estrangeiro. Esses países periféricos de considerável estrutura socioeconômica, como o Brasil, recebiam os investimentos estrangeiros, com instalações de fábricas e concessão de empréstimos internacionais, sem, contudo, dominar a criação de inovações e de processos de

produção de alta tecnologia. A remessa de lucros passa a ser um dos mecanismos mais importantes de manutenção da dependência e do subdesenvolvimento.

A partir do fim da década de 1970, com a crise internacional do modelo keynesiano e a ascensão das ideias neoliberais, observou-se mais uma rodada de forte concentração de capital na economia mundial. Para se contrapor à queda nas taxas de lucro naquele momento, os grandes monopólios passaram a realizar processos de fusão, compra e acordos de investimentos tecnológicos que permitissem a criação de megaempresas, chamadas de “conglomerados”, “corporações” ou “empresas globais”. Essas empresas apresentam um nível muito elevado de concentração de capital, diversificação nas atividades econômicas e participação muito ativa no mercado especulativo. Tal volume de capital, aliado à adoção de políticas de liberalização comercial na maior parte do mundo, fez com que essas empresas monopolizassem o mercado mundial, engolindo concorrentes e destruindo empresas de capital nacional (estatais ou privadas), especialmente nos países periféricos. O ataque aos direitos dos trabalhadores e a disseminação de formas precarizadas de trabalho (como a terceirização) aliada a uma situação de desemprego estrutural, também são marcas da hegemonia neoliberal que marcou as últimas décadas do século XX.³²

Os Estados Unidos na década de 1980 (governo Reagan), seguindo o receituário neoliberal, adotou altas taxas de juros, que drenaram boa parte dos recursos investidos em países periféricos e elevaram também os juros das dívidas de países como o Brasil. A contraparte dessa política para os países periféricos a Crise da Dívida, na qual o Estado brasileiro foi seriamente afetado.³³ A isto se seguiu a onda de liberalização comercial, ajustes fiscais e privatizações de empresas estatais e serviços públicos que aumentaram o controle das economias periféricas pelos grandes monopólios centrais.

Essa nova rodada de concentração de capitais ocorre em nível global, mas privilegia os conglomerados oriundos dos países centrais. Muitas dessas empresas dedicam-se à produção e comercialização de mercadorias que incorporam as novas tecnologias desenvolvidas nas últimas décadas, como a microeletrônica e a informática. Os avanços da Revolução Científico-Técnica são, a partir desse momento, desenvolvidos pelo capital para chegarem ao consumo de massas, por meio de aparelhos domésticos e avanços científicos que mudam rapidamente o modo de vida de toda a humanidade, com destaque para os setores de comunicação e transportes.

Contudo, dentro da apropriação capitalista da Revolução Científico-Técnica, é a circulação irrestrita de capitais que mais avança nesse período. Com uma capacidade

³² Situação também possibilitada pelo desaparecimento da União Soviética e do bloco socialista.

³³ Tema que será o objeto do próximo capítulo.

produtiva cada vez maior e uma acumulação de capital em valores colossais, os monopólios necessitam derrubar qualquer entrave à livre circulação. As grandes empresas, por meio de Estados e organismos internacionais (como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio) forçam a adoção de políticas neoliberais, especialmente nos países da periferia do sistema, para que possam direcionar investimentos de acordo unicamente com suas necessidades de lucro, sem encontrar barreiras que impossibilitem a livre circulação. Esses grandes *players* globais (como são chamados no linguajar do mercado) movimentam desde unidades produtivas, internacionalização de franquias, fluxos de mercadorias, até capital puramente fictício e especulativo, remodelando relações econômicas em curto espaço de tempo. Estamos diante de um controle monopólico avassalador sobre a produção, a circulação e o consumo por parte de um número restrito de conglomerados, que por sua vez são propriedades de acionistas que representam uma fração ínfima da humanidade, e que se apropriam da totalidade dos recursos naturais e sociais em todo o planeta, visando exclusivamente seu lucro, com contrapartidas dramáticas para a humanidade e o meio ambiente.

A hegemonia neoliberal a partir dos anos 1980 responde, como vimos anteriormente, a uma crise de produção, realização e apropriação do mais-valor e à tendência decrescente da taxa de lucros. Os ideais de liberalização, privatização e flexibilização respondem à necessidade de aumentar os valores da acumulação e abrir novos espaços de valorização de capitais, anteriormente vedados, seja pelo monopólio estatal, política pública de proteção de mercados, ou legislação que pusesse limites ao grau de exploração dos trabalhadores. A emissão descontrolada de capital fictício e financeirização de capitais (especialmente, os títulos da dívida pública) também responde às necessidades de obtenção de lucros extraordinários na atual fase do capitalismo internacional.

Na Globalização Neoliberal entramos em uma nova fase da divisão internacional do trabalho (DIT), onde os países periféricos se especializam na produção de bens primários e bens manufaturados de média e pequena composição técnica (quanto não a simples montagem de produtos), enquanto os países centrais ficam com a produção de alta tecnologia e o controle monopólico da produção global. Isso quer dizer que a internacionalização da produção que se verifica nesse período não significa uma democratização das relações produtivas, mas sim, um controle cada vez mais forte da produção global por um número muito restrito de monopólios, quase sempre pertencentes aos países centrais, que distribuem essa produção por diferentes países de acordo com seus interesses.

Uma análise mais detalhada nos mostra, no entanto, que os países desenvolvidos conservam dois trunfos na mão. O primeiro é sua imensa superioridade em matéria

de pesquisa e desenvolvimento, que é o que torna possível a inovação técnica. Temos ali um verdadeiro *monopólio tecnológico*, que agrava a condição dependente dos demais países. O segundo é o *controle que exercem na transferência de atividades industriais* sobre países mais atrasados, tanto por sua capacidade tecnológica como de investimento, que atua de duas maneiras: uma, transferindo prioritariamente a estes últimos indústrias menos intensivas em conhecimento; outra, dispersando entre diferentes nações as etapas da produção de mercadorias, de maneira que impeça o surgimento de economias nacionalmente integradas (MARINI, 2000b, p. 282. Grifos do autor).

O advento da Globalização Neoliberal significa uma nova fase da dependência, onde as relações de produção dos países periféricos são novamente repaginadas de acordo com as necessidades do mercado internacional. Há uma intensificação da produção de bens primários, em especial a extração e comercialização de minérios vitais para as novas tecnologias, e das commodities, em um mercado global de alimentos e matérias-primas. Os países de capitalismo dependente podem apresentar também uma produção industrial, mas que raramente significa um avanço endógeno nesse setor, mas sim, partes fracionadas de cadeias produtivas internacionais controladas por monopólios com origem nos países centrais. Isso significa dizer que as indústrias dos países centrais monopolizam o mercado mundial, por meio de compras e fusões de empresas periféricas, e que os parques industriais localizados nos países de capitalismo dependente não correspondem, necessariamente, ao controle de tecnologia por parte das nações periféricas.

Mesmo as economias dependentes que apresentavam um grau considerável de avanço industrial, como o Brasil, passam por um intenso processo de reprimarização de suas pautas exportadoras e perda de dinamismo industrial.³⁴ Observamos assim uma produção primária (commodities) altamente transnacionalizada e predatória, voltada para o mercado internacional (inclusive a esfera fictícia do capital), sem conexão com as necessidades nacionais; a indústria como parte de cadeias globais monopolizadas, com perda de participação na economia – sobretudo a indústria de transformação -, absorção de indústrias nacionais por estrangeiras e a ausência de domínio dos processos e tecnologias mais

³⁴ Vários países dependentes na Ásia passaram nesse período a serem grandes produtores industriais, inclusive de mercadorias com alta tecnologia embutida. Porém, apenas recebem unidades produtivas das grandes multinacionais vindas dos países centrais, principalmente em ramos como a informática e aparelhos eletrônicos. A exportação de produtos manufaturados não significa, necessariamente, que esses países dominem essas tecnologias. Eles sediam apenas as linhas de montagem por se mostrarem espaços com maior lucratividade, especialmente, pelo valor baixo da força de trabalho. A exportação de produtos industrializados de baixa e média composição técnica pode ser também um importante setor da economia periférica, como é o caso das *maquiladoras* no México. Novamente, essa produção industrial é apenas uma parte de uma cadeia produtiva dominada pelos grandes monopólios centrais. Exceções, como os casos da Coreia do Sul e Taiwan, que rompem com a dependência, se dão muito mais por questões geopolíticas do que por desenvolvimento endógeno (“desenvolvimento a convite”, ou seja, permitido e incentivado pela potência hegemônica – EUA – para contenção do socialismo na Ásia, por mais que uma vez desatado esse processo de desenvolvimento não possa mais ser controlado totalmente pelo *hegemón*). De toda forma, como demonstrado no capítulo 1, as contradições do capitalismo em relação à RCT e a Globalização possibilitam projetos soberanos (e até revolucionários) de rompimento com a dependência e a DIT, como o caso chinês.

avançados do ramo industrial; e mesmo nos serviços, a presença cada vez mais constante de empresas, franquias e filias do capital estrangeiro, monopolizando diversos ramos do setor, destruindo ou impedindo o surgimento de contrapartes nacionais.

À essa análise da DIT em tempos neoliberais devemos adicionar a questão fundamental do capital fictício. A financeirização, como retratada nas páginas anteriores, se tornou o eixo da acumulação capitalista na Globalização Neoliberal e também se apresenta como mecanismo fundamental na divisão internacional do trabalho. Os títulos da dívida pública dos países periféricos são negociados por grandes monopólios financeiros oriundos do centro do sistema, contribuindo, dessa forma, para a manutenção da dependência, por meio do endividamento. Os títulos da dívida concedem aos seus proprietários o controle sobre o orçamento público, ou seja, sobre a riqueza socialmente produzida por um determinado país.

O endividamento público aparece nesse momento como um dos mecanismos fundamentais para a reprodução do sistema, já que remunera uma série de capitais fictícios a partir da produção real. Apesar da dívida pública ser inerente a todos os Estados nacionais, ela adquire papel fundamental na periferia, já que a negociação dos títulos dificilmente é realizada para financiar o desenvolvimento, mas sim, a rolagem de outras dívidas. O endividamento, nessas condições, é um dos mecanismos de perda de valor para o mercado internacional, com evasão de divisas que não serão reinvestidas na economia dependente. A emissão de títulos da dívida pública na periferia se torna, portanto, parte intrínseca da nova fase da DIT dentro da Globalização Neoliberal, transformando os países dependentes em verdadeiras “plataformas de valorização financeira”, onde o capital fictício vem, se valoriza - adquirindo riqueza real, e sai. A compreensão desses fenômenos a partir da teoria marxista da dependência necessita adicionar o papel do endividamento público como eixo determinante da reprodução do capitalismo periférico em tempos neoliberais.

Como comandante dessa nova roupagem da dependência, se encontra o capital estrangeiro, que remodela as relações de produção dos países periféricos, seja no controle e orientação da produção de bens primários, seja na implementação ou encerramento de atividades da indústria, ou ainda, no controle do orçamento público por ajustes impostos por organismos internacionais e a apropriação de parte da riqueza nacional por meio de títulos da dívida. Há uma transnacionalização do controle das economias periféricas, que passam cada vez mais às rédeas diretas do capital internacional, com sede nos países centrais, por meio da compra de empresas, bens e serviços, além de fusões, participações acionárias, submissão a agências de “classificação de risco” entre outras formas de controle do capitalismo dependente.

Os países periféricos não se encontram, dessa forma, “em desenvolvimento”, como alardeiam os meios de comunicação pertencentes aos monopólios globais, mas sim, estão em processo de aprofundamento da sua condição dependente, ao receberem capitais e processos produtivos que não dominam. Da mesma forma os lucros oriundos dessas atividades não serão reinvestidos em suas economias, muito menos destinados a sanar seus graves problemas derivados da sua condição dependente. O padrão exportador de especialização produtiva e a formação de uma plataforma de valorização financeira pela emissão e negociação de títulos da dívida formam o eixo do capitalismo dependente na Globalização neoliberal. É sobre esses dois fenômenos, a partir do caso brasileiro, que discorro nas próximas sessões.

2.5.1 O padrão exportador de especialização produtiva

A Globalização neoliberal inaugura uma nova fase da dependência, na qual as economias periféricas são novamente reestruturadas de acordo com as necessidades do mercado internacional. Para o Brasil e a maioria dos países da América Latina, a atualização para o mundo globalizado significou o estancamento do seu processo de industrialização e o abandono de qualquer política de desenvolvimento nacional.³⁵ A liberalização do comércio e o fim de políticas que protegiam determinados setores, especialmente o industrial, levou à perda de composição técnica da estrutura produtiva. Para a classe trabalhadora, tal mudança deteriorou ainda mais as condições de trabalho, se desdobrando em desemprego estrutural, terceirização e informalidade.³⁶

Para compreendermos melhor essa transição necessitaremos recorrer ao trabalho de Jaime Osorio, e sua noção de “padrão de reprodução do capital”. Seguindo os passos deixados por Marini, especialmente seu trabalho sobre o ciclo do capital na economia dependente, Osorio nos traz a seguinte contribuição teórica:

A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das *formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados*, tanto no centro, como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), *integrando o processo de valorização* (incremento do valor e do dinheiro investido) *e sua encarnação em valores de uso específicos* (calças, rádios, celulares, tanques de

³⁵ No caso mexicano, a permanência e até aumento da presença de indústrias no período responde à instalação de *maquiladoras*, linhas de montagem de grandes monopólios dos países centrais.

³⁶ Toda a discussão aqui apresentada não inclui Cuba, por estar em outra formação social, socialista. Em outros países, como a Venezuela, pelo avanço revolucionário da luta de classes, alguns fenômenos não são mais observados, como o desemprego estrutural e a terceirização, devido a vitórias da classe trabalhadora. Isso não significa que não sejam afetadas, participem e sofram condicionamentos de um sistema mundial capitalista.

guerra), assim como as *contradições* que esses processos geram (OSORIO, 2012a, p. 40-41. Grifos do autor).

Para fins deste trabalho, o “espaço geoterritorial determinado” é o Brasil, e o “período histórico específico” é sua introdução na Globalização neoliberal que se dá a partir da década de 1980. A forma de reprodução do capital no país se modificou desde então, transformando as principais atividades econômicas, repaginando relações de trabalho e mudando a primazia das mercadorias, especialmente a pauta exportadora. Observa-se uma forte reprimarização das exportações, com participação cada vez mais acentuada do capital estrangeiro, uma retração na indústria - agora como parte de cadeias de produção globais, e um avanço do setor de serviços, que comporta desde profissionais de alta formação, até trabalhadores informais, terceirizados e subempregados.

A Globalização neoliberal impõe à periferia um novo padrão de reprodução do capital, que Osorio denomina “padrão exportador de especialização produtiva”.

Fala-se em *especialização produtiva* como traço distintivo do novo padrão exportador para destacar que este tende a se apoiar em alguns eixos, sejam agrícolas, sejam mineiros, industriais (com produção e também atividades de montagem ou *maquila*) ou de serviços, sobre os quais as diversas economias regionais contam com vantagens naturais ou comparativas na produção e no comércio internacional. Em torno desses eixos, como produção de petróleo e derivados, seja montagem de automóveis com graus diversos de complexidade, extração e processamento de cobre e outros minerais, *maquila* eletrônica, *call center* etc., articula-se a nova reprodução do capital, propiciando um tipo de especialização em atividades como as mencionadas, que tendem a concentrar os avanços tecnológicos que atingem a região (OSORIO, 2012b, p. 111).

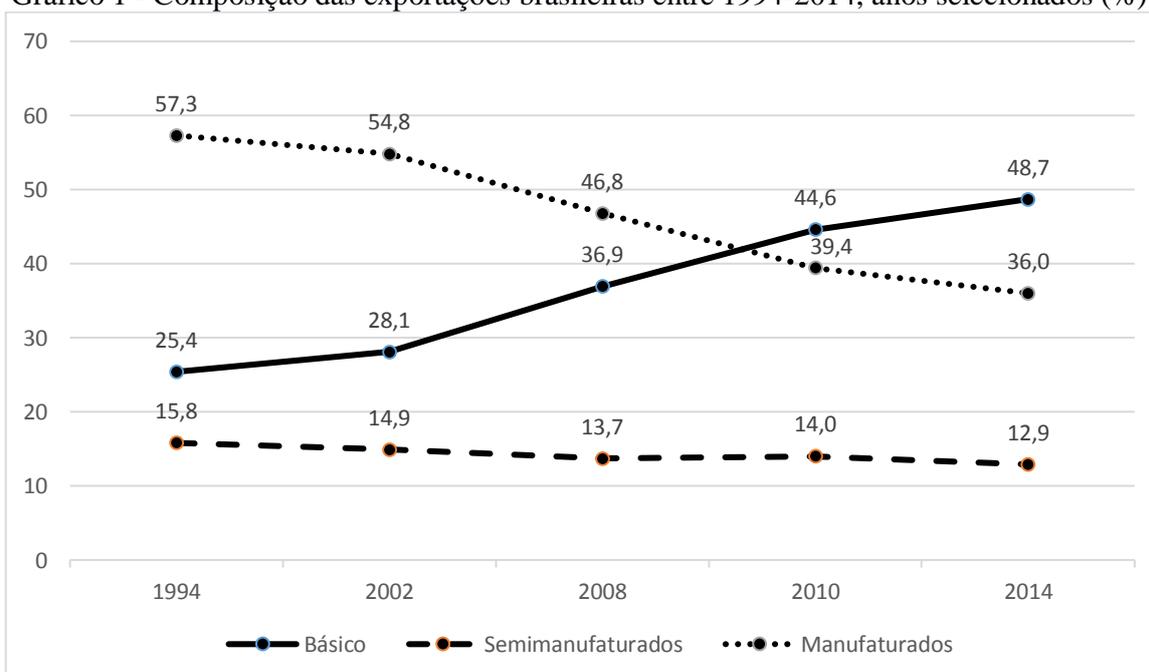
O padrão exportador de especialização produtiva é uma das formas como o grande capital se reproduz na América Latina na fase da Globalização neoliberal. Os monopólios dos países centrais, fortalecidos pela brutal concentração de capital promovida pelo neoliberalismo e pelos avanços produtivos, passam a impor a livre circulação de capitais (reais e fictícios), derrubando políticas protecionistas que entrem em contradição com seus interesses, particularmente na periferia. A imposição dessas medidas passa pela atuação de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que disciplinam as economias periféricas a adotarem, de maneira indiscriminada, políticas neoliberais de abertura comercial e financeira. Por outro lado, os anos 1980 e 1990 foram palco de sucessivas vitórias eleitorais de forças conservadoras em toda a América Latina, elegendo governos pró-neoliberais que aplicaram essas políticas sob um discurso de “modernização” de suas economias e “conexão” com o “mundo globalizado”. Essa conjuntura demonstrava a renovação da dependência como projeto não só por parte do centro do sistema, mas também, como ação deliberada das burguesias subalternas dos países dependentes.

A abertura indiscriminada dos mercados latino-americanos e a capacidade dos monopólios em transladar suas unidades produtivas para espaços que apresentam maior

possibilidade de lucro (sobretudo no continente asiático) reduziu drasticamente o parque industrial dos países da região, principalmente sua participação nas exportações, caso do Brasil. Essas indústrias foram absorvidas por grandes monopólios centrais ou simplesmente entraram em processo de falência. O outro lado desse fenômeno foi a reprimarização da pauta exportadora desses países, agora especialistas na produção de commodities e na mineração voltada para empresas de alta tecnologia. A partir do século XXI a situação foi potencializada pela alta da demanda chinesa, que se tornou o principal parceiro comercial de diversos países da região, inclusive o Brasil.

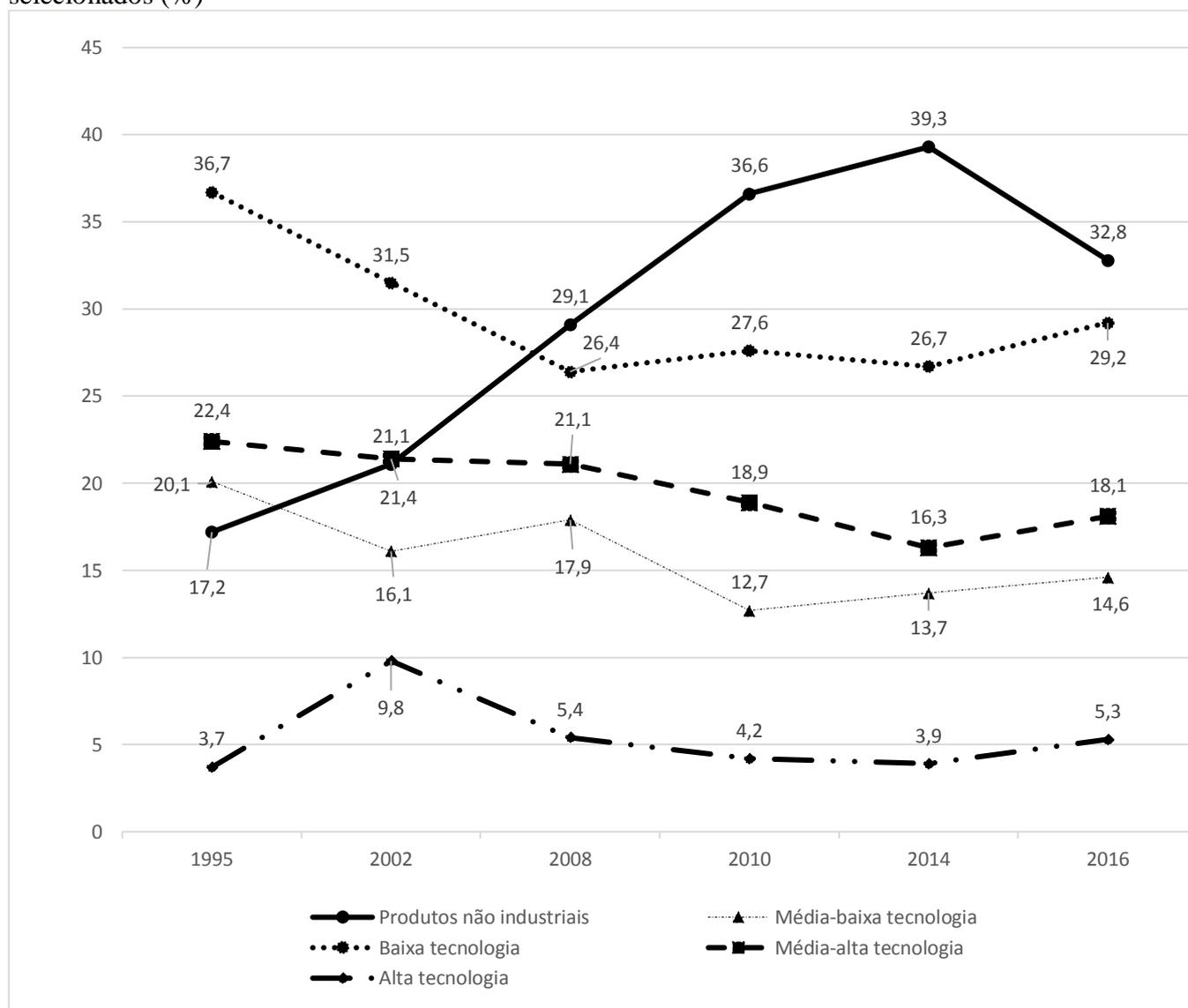
Nos Gráficos 1 e 2 podemos visualizar como as exportações brasileiras são cada vez mais compostas por produtos primários (básicos, não-industrializados), numa subida crescente a partir dos anos 1990, quando as políticas neoliberais foram implementadas no país. O fenômeno adquiri força nos anos 2000, continuando em alta mesmo após a crise internacional iniciada em 2008. Os produtos manufaturados seguem na lógica oposta, evidenciando o processo de reprimarização da pauta exportadora como realidade estrutural do capitalismo dependente brasileiro na fase neoliberal. Na análise por intensidade tecnológica, verifica-se que partir do início do século XXI a soma dos produtos não industriais, de baixa tecnologia e de média-baixa tecnologia se tornam mais de 75% das exportações brasileiras. Foi justamente durante os chamados governos progressistas de Lula e Dilma (2003-2016) que se verificou os números mais acentuados.

Gráfico 1 - Composição das exportações brasileiras entre 1994-2014, anos selecionados (%)



Fonte: FUNCEX. Elaboração própria a partir dos dados disponíveis em: GOMES; CRUZ, 2015, p. 15.

Gráfico 2 - Composição das exportações brasileiras entre 1995-2016 por intensidade tecnológica, anos selecionados (%)



Fonte: Para dados de 1995 e 2002 - Carta IEDI 665. In: GOMES; CRUZ, 2015, p. 17. Para dados de 2008 a 2016 – MDIC. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-siit>>> Acesso em 10 de dezembro de 2018. Elaboração própria.

A economia dos países da região continua voltada para a exportação, porém, com especializações locais, nacionais e regionais, de acordo com os interesses dos mercados internacionais. Por um processo de aquisição e destruição de capitais nacionais (estatais e privados), os monopólios centrais controlam as atividades-chave desenvolvidas na região, remodelam as economias latino-americanas de acordo com seus interesses, desarticulam qualquer tipo de política desenvolvimentista, aprofundam a dependência, aumentam a distância entre centro e periferia na produção tecnológica, inviabilizam o desenvolvimento próprio de ciência e inovação, se apropriam de recursos naturais.

Essas produções especializadas (agronegócio, mineração, maquiladoras e montadoras, serviços ofertados por multinacionais, etc) são vitais para a reprodução do capital monopólico, pois tratam-se do controle de matérias-primas de diversos setores, que vão desde a alimentação até a informática e outras atividades de alta tecnologia (alimentando também setores da especulação financeira). O setor industrial que sobrevive na América Latina responde à montagem (ou fases da mesma) de bens duráveis (como a indústria automobilística) e de produtos eletrônicos (caso das *maquiladoras*), atividades que correspondem a partes de cadeias de produção internacionais, controladas pelos monopólios centrais. Portanto, não são processos controlados e dirigidos por forças nacionais (públicas ou privadas), nem tampouco significam transferência e domínio de ciência, tecnologia e inovação por parte dos países periféricos.

Essas atividades não respondem a programas de desenvolvimento econômico. Estão desarticuladas de qualquer interesse nacional e voltadas, unicamente, para a acumulação por parte dos monopólios centrais.

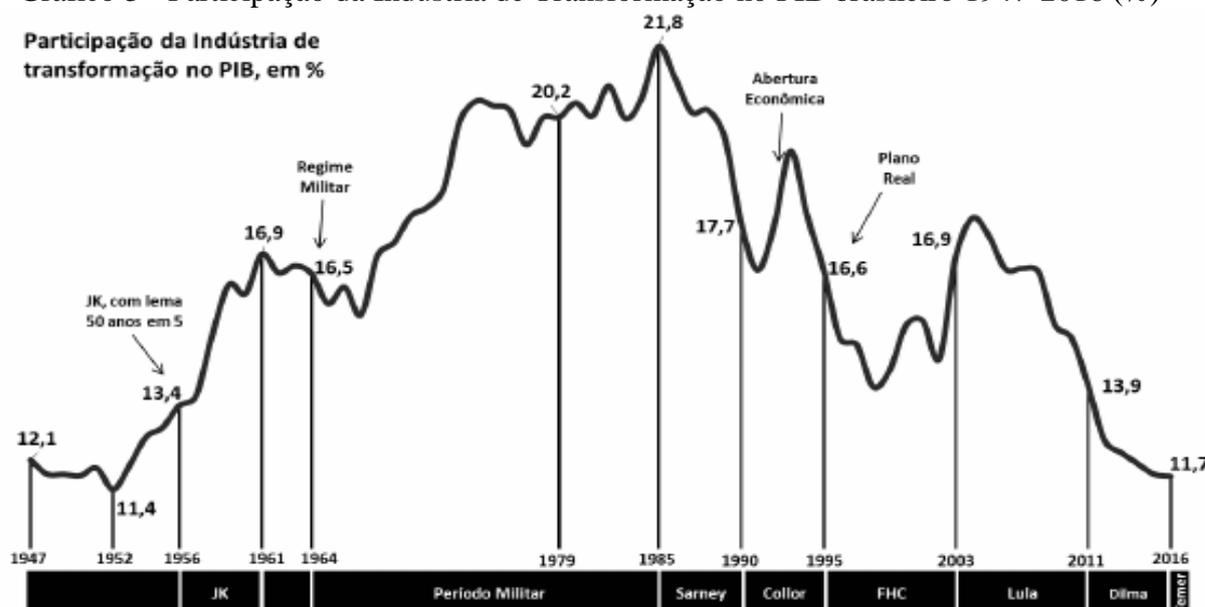
A especialização produtiva exportadora encontra-se associada a uma espécie de reedição, sob novas condições, de novos enclaves, à medida que um número reduzido de atividades, geralmente muito limitadas e que concentram o dinamismo da produção, operam sem estabelecer relações orgânicas com o restante da estrutura produtiva local, ao demandar prioritariamente do exterior equipamentos, bens intermediários e, em alguns casos, até matérias-primas, para não falar da tecnologia e do *design*, sendo os salários e impostos o aporte fundamental à dinâmica da economia local. Esses novos eixos produtivos constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais, sob direção do capital transnacional. (OSORIO, 2012b, p. 113).

A instalação de determinadas atividades em países de capitalismo dependente por parte de empresas transnacionais, com a utilização de tecnologia superior, não se desdobra no avanço científico e tecnológico das nações periféricas, mas sim, na simples atualização de sua estrutura produtiva para melhor servir aos interesses forâneos. A falsa sensação de “progresso” ao receber investimentos estrangeiros (alardeada pela mídia monopólica, governos subservientes e a intelectualidade liberal), esconde o fato que a maior parte dessas atividades não está articulada com o restante da estrutura produtiva local. Na verdade, na maioria das vezes, a inviabiliza. Ao ser altamente dependente de tecnologia estrangeira e outros insumos, o padrão exportador de especialização produtiva impede o desenvolvimento de tecnologia e inovação nos países da periferia e a articulação de diversos setores, que poderiam construir cadeias produtivas nacionais – e até de cooperação internacional, desde o desenvolvimento científico, passando pelo processo produtivo, até sua circulação e comercialização. O capital transnacional é, portanto, um elemento desagregador da economia

periférica, já que se apropria de diversos setores unicamente para a valorização e remessa de lucros. As atividades econômicas do padrão exportador de especialização produtiva não estão articuladas para garantir a diversificação e o real desenvolvimento da economia periférica.

O conhecimento monopolizado pelas transnacionais dos países centrais e o controle que exercem sobre as cadeias produtivas globais são os pilares de sustentação da divisão internacional do trabalho na Globalização neoliberal, na manutenção da dependência dos países periféricos e na inibição das reais potencialidades da RCT pelo capitalismo, assim como da democratização das relações internacionais. As economias periféricas funcionam como exportadoras de valores para as economias centrais e estas, por sua vez, mantêm o monopólio do conhecimento, restringindo a difusão da Revolução Científico-Técnica.

Gráfico 3 - Participação da Indústria de Transformação no PIB brasileiro 1947-2016 (%)

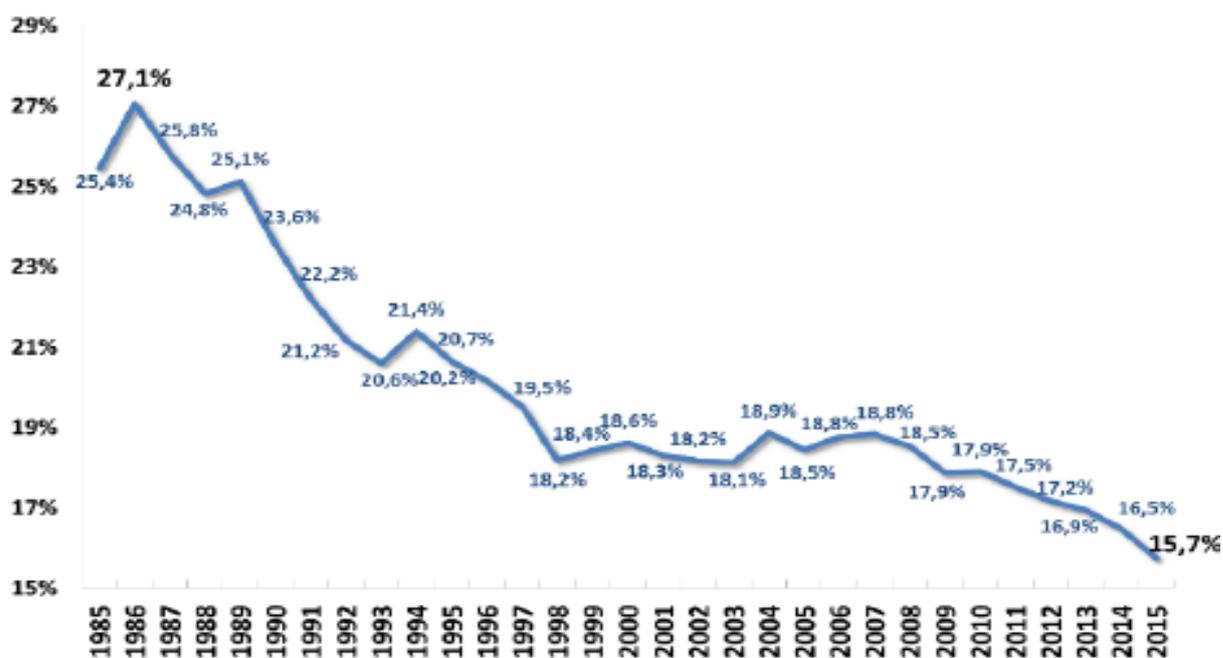


Fonte: IBGE. Elaboração FIESP e CIESP. In: FIESP; CIESP, 2017, p. 06.

No Gráfico 3 podemos observar a perda considerável de participação no PIB da indústria de transformação brasileira a partir de meados dos anos 1980. Na década de 1990, quando houve a liberalização do comércio de importados e a indústria brasileira foi obrigada a competir com as estrangeiras, a perda de participação no PIB aponta o processo de desindustrialização. Foi ensaiada uma leve recuperação durante o governo Lula (anos 2000), mas inconsistente. Após a crise de 2008 a indústria brasileira de transformação passa a apresentar números semelhantes aos da década de 1940, evidenciando a fragilidade em que se encontra tal setor na economia nacional. O Gráfico 4 demonstra que os empregos na indústria também sofreram forte queda com o processo de desindustrialização. Em 1986, a indústria de

transformação respondia por 27,1% dos empregos formais no Brasil, mas em 2014 esse número chegava somente a 16,5%. Esse número é muito significativo, pois, em geral, a indústria de transformação é um dos setores com mais altos índices de formalização empregatícia no país.

Gráfico 4 - Participação da Indústria de Transformação no Emprego Formal brasileiro 1985-2015 (%)



Fonte: RAIS. Ministério do Trabalho e Emprego. Elaboração FIESP e CIESP. In: FIESP; CIESP, 2017, p. 09.

O padrão exportador de especialização produtiva se manifesta no Brasil através de três movimentos: reprimarização da pauta exportadora, enfraquecimento da indústria (sobretudo a indústria de transformação) e o controle transnacional das atividades econômicas e sua desarticulação com a estrutura produtiva nacional. Alguns exemplos: a produção do agronegócio, como o milho e a soja, intimamente ligada aos monopólios globais e ao mercado especulativo, não está voltada para as necessidades de soberania alimentar interna, mas sim, como fonte de matéria-prima que se transformará em ração de animais em outros países; na mineração, com a venda *in natura* de minérios e recursos hidrocarbonetos de suma importância para tecnologias de ponta da atualidade (nióbio, titânio, urânio, petróleo, ferro, alumínio, etc), não desenvolvendo indústrias de transformação no país, e, conseqüentemente, setores de alta tecnologia; na indústria, o setor automobilístico ainda responde muito à demanda interna, porém é totalmente controlado por empresas estrangeiras, impedindo a formação de empresas e tecnologias nacionais, já que importa boa parte do maquinário e conhecimento aplicado (*design* e inovações do setor), utilizando o país somente para

montagem e exportação. Empresas industriais de capital majoritariamente nacional se resumem a setores menos dinâmicos, como o têxtil e a produção de alimentos, sem, contudo, deixar de estar articulada à dependência, já que precisam buscar máquinas e outras tecnologias no exterior. Essas atividades são de prerrogativa do capital estrangeiro, que simplesmente utiliza os recursos e a força de trabalho do país para seus interesses, sem qualquer tipo de desenvolvimento local e produção de conhecimento e inovações do país. Mesmo nesses setores o avanço do capital estrangeiro já é sentido, por meio de compras e fusões de empresas, que nada mais é do que a aquisição das empresas brasileiras pelas estrangeiras.³⁷

Cabe lembrar, que no caso brasileiro, se perpetua o fenômeno do subimperialismo, com a utilização do país pelos monopólios autóctones e estrangeiros como plataforma de produção para exportação visando outros mercados periféricos, especialmente na América Latina e na África. A Globalização neoliberal especializou o Brasil em um produtor de bens primários, que abastece o mercado internacional com commodities e matérias-primas, e exporta alguma produção industrial, como parte de cadeias de montagem controladas pelo capital estrangeiro. Como um dos países da periferia com maior composição orgânica de capital, e o mais importante na América Latina, a economia brasileira apresenta uma perda para o mercado internacional em menor proporção que outras economias periféricas. O capitalismo dependente brasileiro foi capaz inclusive de erigir multinacionais próprias em alguns setores, como o de construção de grandes obras (empreiteiras) e do agronegócio, pelas quais exporta capital para outras regiões periféricas. Essa manifestação do subimperialismo brasileiro se dá, contudo, em espaços geoterritoriais onde a competição com empresas similares oriundas dos países centrais é muito pouco ou nula. Assim, o capitalismo dependente brasileiro tenta equalizar a perda de valor para os países centrais no mercado internacional, articulando outras economias periféricas em prol de seus interesses.³⁸

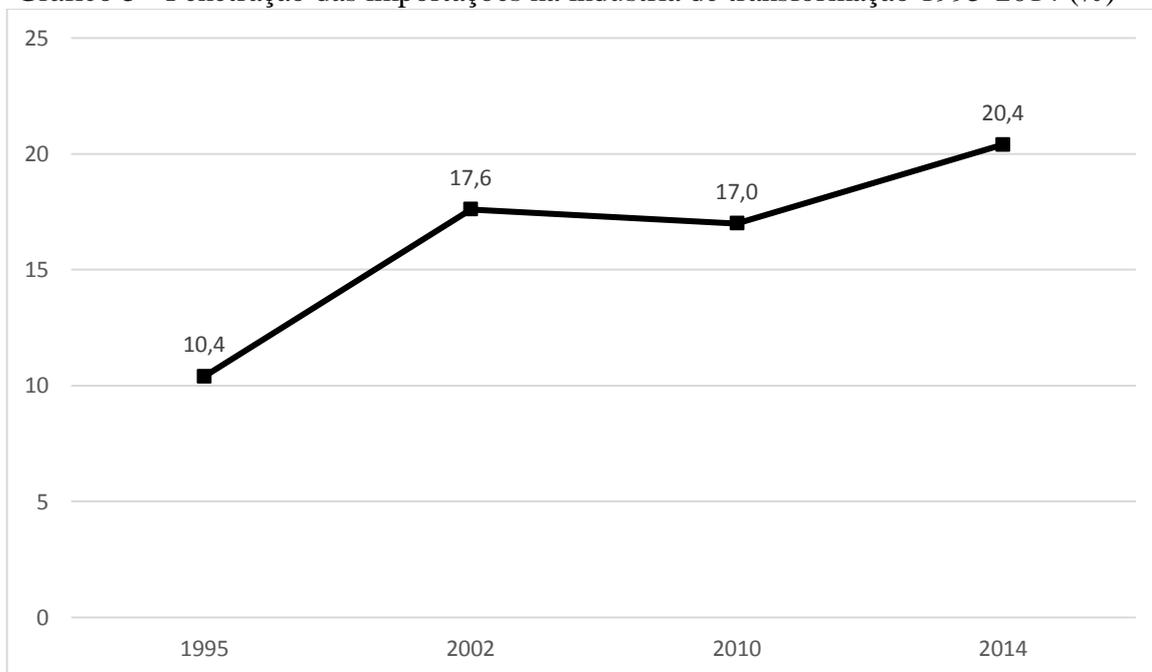
Com a abertura comercial, os grandes monopólios puderam despejar suas mercadorias em todo o mundo, ocasionando, na maioria das vezes, a falência e apropriação de empresas

³⁷ No setor de serviços também se verifica o aumento da presença de empresas estrangeiras, seja diretamente, seja por meio de franquias, sociedades anônimas, fusões e outros expedientes.

³⁸ Neste caso, se manifesta a tensão já mencionada entre subimperialismo x integração/multipolaridade na ação internacional do Brasil. Sendo uma economia avançada e diversificada para os padrões periféricos, é normal que o país apareça como uma fonte melhor de bens e serviços (inclusive financiamentos) para outras economias periféricas do que países centrais e organismos internacionais – inclusive por questões geopolíticas para governos anti-imperialistas. Se essa ação se desdobra em uma atuação solidária e integracionista do Brasil junto aos demais países periféricos ou simplesmente na expansão do capital monopólico brasileiro (e estrangeiro) depende muito mais das forças políticas que governam o Brasil do que uma “determinação” econômica.

locais. Esse movimento leva a uma desindustrialização das economias latino-americanas. Países como o Brasil, que contavam com um significativo parque industrial, viram seu setor secundário tomar dois caminhos: o primeiro, a falência total, o que agrava o intercâmbio desigual, já que a produção e a pauta exportadora perdem valor agregado; o segundo, a fusão com empresas estrangeiras, que passam a controlar cada vez mais setores importantes em um processo de transnacionalização da economia nacional. Tal fenômeno leva o país a perder o controle de boa parte de seu aparato produtivo e agrava as condições de trabalho, já que aumenta o desemprego e, conseqüentemente, rebaixa salários e enfraquece as condições de barganha da classe trabalhadora. O Gráfico 5 mostra o crescimento da penetração das importações na indústria de transformação do país, que duplica entre 1995 e 2014.

Gráfico 5 - Penetração das importações na indústria de transformação 1995-2014 (%)



Fonte: CNI/Ipeadata. In: GOMES; CRUZ, 2015, p. 54. Elaboração própria.

É importante salientar que o avanço da reprimarização das exportações e o refluxo da indústria não significa um retorno a outros momentos da história latino-americana, onde os produtos primários eram a base das economias da região. A reprimarização atual apresenta produtos mais complexos de exportação, altamente conectados às necessidades de matérias-primas necessárias às tecnologias de ponta (como o nióbio e o lítio), além de produtos para a indústria alimentícia de seres humanos e animais, como o caso da soja e do milho. A venda de produtos primários atende todo um mercado internacional, rebatizados de “commodities”. Sua mercantilização está muito além da simples compra e venda de mercadorias *in natura*,

estando conectada a produções de grande investimento dos monopólios centrais, como sementes transgênicas, agrotóxicos, produtos eletrônicos de alta tecnologia, tendo, inclusive, papel relevante no mundo das finanças especulativas (mercados futuros, ações de empresas, etc). A reprimarização das exportações latino-americanas responde a um avanço da transnacionalização de capitais, que para os países periféricos se desdobra em aprofundamento da sua dependência, já que o capital estrangeiro controla essas produções por meio de patentes, sociedades anônimas, ou até mesmo pela compra direta de terras e de produções inteiras. Trata-se de um processo de monopolização do setor primário dos países periféricos por parte do capital estrangeiro, oriundo dos países centrais (algumas dessas ações são replicadas pelo subimperialismo brasileiro em outras economias periféricas).

No mundo da Revolução Científico-Técnica, o avanço da automação tende a liberar cada vez mais força de trabalho para outras ocupações, quase sempre no setor de serviços. Para a manutenção dos avanços da ciência, força produtiva básica do período, um país deve contar com um setor de serviços diversificado e de alta qualificação, o que exige gastos e planejamentos na educação e na produção de ciência, tecnologia e inovação. Isso é, em maior ou menor grau, o caminho que países centrais tomam no mundo globalizado.³⁹ Porém, a realidade dos países periféricos é muito distinta, mesmo que estes também apresentem um crescimento do setor de serviços. Economias dependentes, com baixo dinamismo tecnológico, presas às rédeas do endividamento público e em relação subalterna com o mercado internacional, possuem muito mais dificuldade de qualificarem sua força de trabalho para se adaptarem às prerrogativas da Revolução Científico-Técnica. No entanto, incorporam, por meio da dependência tecnológica e da ação imperialista das nações centrais, processos produtivos avançados.

O resultado da adoção de tecnologias forâneas é o desemprego estrutural, pois, seja no setor primário (principalmente no agronegócio), seja na indústria, os postos de trabalho extinguidos pela incorporação de tecnologias que poupam trabalho humano não são substituídos por outras ocupações. A Tabela 3 apresenta a média da taxa de desemprego aberta em cada governo, de 1990 a 2018, demonstrando como, no neoliberalismo, esta sempre se encontra por volta da faixa dos 10%. Os momentos em que os indicadores se afastam dessa média, diminuindo, são efêmeros, revelando uma questão estrutural. Deve-se lembrar que os números são somente do desemprego aberto. Se fossemos levar em conta o desemprego oculto, os índices seriam maiores.

³⁹ Por mais que, por se tratarem de países capitalistas, não abrirem mão do trabalho precarizado e da superexploração, sobretudo na utilização do trabalho imigrante.

Tabela 3 - Média da Taxa de Desemprego Aberto no Brasil por Governos 1990-2018 (%)

Governos	Taxa de Desemprego Aberta
Collor/Itamar (1990-1994)	8,9%
FHC (1995-2002)	11,2%
Lula (2003-2010)	9,4%
Dilma (2011-2016)	6,8%
Temer (2016-2018)	12,3%

Fonte: OECD de 1990-2014. IBGE/PNAD de 2015-2018.

O crescimento do setor terciário na periferia em detrimento dos demais não significa um deslocamento da mão de obra para ocupações de maior qualificação. O que ocorre é uma expulsão de trabalhadores “sobrantes” que engordam os números do desemprego estrutural, pois não há políticas de requalificação dessa força de trabalho (educação e ciência). Diversas formas de emprego com baixíssima produtividade ou em ocupações que já poderiam ter sido extintas pelo atual avanço das forças produtivas se proliferam por meio de modalidades precarizadas de trabalho, como a terceirização, o subemprego, o trabalho por conta própria (quase sempre precário), o “bico”, etc. Nos tempos de crescimento econômico (cada vez mais raros), o desemprego estrutural se camufla, por meio do “trabalho formal precarizado”, onde postos de trabalho formais são abertos, porém para ocupações de baixa qualificação e remuneração. Na primeira demonstração de fraqueza da economia esses postos de trabalho se desfazem em um curto espaço de tempo.

A constância na alta do desemprego nas últimas décadas se demonstra como uma questão estrutural sob a hegemonia neoliberal. Os momentos de diminuição dos números referentes ao desemprego se mostram conjunturais, como o que ocorreu entre os governos Lula e Dilma (2003-2016). No entanto, os postos de trabalho criados nesse período, responsáveis por um “enxugamento” do desemprego estrutural, são de baixa qualificação, o que demonstra não uma requalificação da força de trabalho liberada de setores produtivos – como é apontado pelas necessidades da Revolução Científico-Técnica, mas sim, uma alocação de parte da força de trabalho “sobrante” em ocupações de baixa remuneração, como forma de manutenção das taxas de lucros sem mudanças bruscas na estrutura socioeconômica.⁴⁰

⁴⁰ A queda do desemprego e a criação de postos de trabalho formais precarizados nos governos Lula e Dilma é discutida no capítulo 5 deste trabalho.

Marcio Pochmann, a partir de dados coletados pelo IPEA,⁴¹ nos demonstra que 47,8% dos postos de trabalho existentes entre 2000 e 2009 apresentavam remuneração de até 1,5 salário-mínimo. Em relação aos postos de trabalho criados durante a década de 2000, os números são ainda mais claros.

Do total líquido de 21 milhões de postos de trabalho criados na primeira década do século XXI, 94,8% foram com rendimento de até 1,5 salário mínimo mensal. Nas ocupações sem remuneração, houve a redução líquida de 1,1 milhão de postos de trabalho, enquanto na faixa de cinco salários mínimos mensais a queda total atingiu 4,3 milhões de ocupações. Em síntese, ocorreu o avanço das ocupações na base da pirâmide social brasileira (POCHMANN, 2012, p. 27-28, grifos meus).

Vemos assim que, mesmo em momentos onde o desemprego diminui, a maioria dos postos de trabalho criados são de baixa remuneração. A necessidade de requalificação da força de trabalho liberada da produção fica então escamoteada pela criação de postos de emprego de baixa produtividade, mas que agem no sentido de manter as taxas de lucro às custas da superexploração dos trabalhadores, em uma economia que não domina as técnicas mais avançadas do momento atual. A “formalização precarizada”, no entanto, somente se mantém em períodos de crescimento econômico e com uma política pró-emprego e pró-renda para a classe trabalhadora, o que não é a norma do neoliberalismo periférico, aparecendo somente quando governos de viés progressista aplicam tais iniciativas. Assim que essa conjuntura passa, retorna-se para a situação anterior, de desemprego estrutural e alta da informalidade.

O capital estrangeiro penetra em todos os setores da economia, em um processo crescente de transnacionalização das periferias. Ao contrário do que defende o pensamento liberal, a participação do “investidor” estrangeiro não tem como resultado o desenvolvimento do país, mas sim, uma simples absorção dependente de tecnologia e o aprofundamento da dependência e da desnacionalização de nossa economia, quando não, a simples fusão de grupos brasileiros com gringos, que, na verdade, significa a absorção dos primeiros pelos últimos.

Os números do *US Bureau of Economic Analysis* demonstram que, as multinacionais norte-americanas, apesar de monopolizarem boa parte do comércio mundial e possuem unidades produtivas espalhadas pelo mundo, restringem a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) às suas matrizes. Isso demonstra que o processo de transnacionalização não significa

⁴¹ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, órgão do Governo Federal. Pochmann foi presidente do Instituto entre 2007 e 2012.

repassa de tecnologia para os países periféricos, mas uma monopolização e controle destes pelas nações centrais, por meio de seus monopólios transnacionalizados.

Primeiramente, verifica-se que a atividade de P&D é a menos internacionalizada entre todas as variáveis analisadas. Durante o período observado [1992-2008], a participação das filiais nestas atividades oscilou entre 13% e 16%, alcançando um pico de 18,6% em 2008. Por outro lado, observa-se uma clara tendência de aumento na participação de trabalhadores empregados nas filiais, em relação às matrizes, de 34,2% em 2001 para 48,0% em 2008. O mesmo movimento é constatado em relação às vendas, cuja participação das filiais em relação às matrizes passa de 37,1% para 59,6%, no mesmo período. Portanto, tais dados sugerem uma crescente importância do emprego e dos mercados locais das subsidiárias de empresas norte-americanas, mas uma relevância significativamente menor em relação à sua participação em atividades tecnológicas, como P&D. Em outras palavras, a tendência à globalização de P&D ainda é, de modo significativo, mais modesta do que a globalização de emprego e vendas (ZUCOLOTO; CASSIOLATO, 2013, p. 144).

Na Globalização neoliberal há um triplo movimento sobre as estruturas produtivas das economias latino-americanas, que varia de intensidade por país e região, mas que se conjugam no mesmo fenômeno. Chamo de “Fenômeno RDT” (Reprimarização exportadora, Desindustrialização e Transnacionalização) os efeitos do padrão exportador de especialização produtiva na maioria das economias latino-americanas, dentro da atual fase da dependência no continente. O Fenômeno RDT se revela pelo avanço do capital monopólico oriundo dos países centrais sobre a estrutura produtiva periférica, especializando-a de acordo com as necessidades de acumulação desse capital e as condições existentes em um determinado espaço geoterritorial. O Fenômeno RDT é o desdobramento da renovação do caráter dependente do capitalismo latino-americano e sua inserção subordinada na Globalização neoliberal.

No caso brasileiro, o Fenômeno RDT se manifesta, de um lado, pelo aumento de grandes proporções do setor primário na pauta exportadora, especializando o setor exportador do país em provedor de commodities e matérias-primas para o mercado internacional; do outro, com a regressão de boa parte da indústria na participação da economia, e com a monopolização do que resta da mesma, para direcioná-la à montagem de mercadorias manufaturadas que abastecem o mercado interno e são exportadas para outras periferias. Todas essas atividades apresentam alta participação (quando não exclusividade) do capital estrangeiro, desnacionalizando os setores mais dinâmicos da economia brasileira e submetendo-os às necessidades do mercado internacional. Soma-se a todo esse fenômeno, a forte entrada de empresas estrangeiras no setor de serviços e as próprias multinacionais brasileiras, que utilizam outras economias periféricas como espaços de valorização, completando o quadro de uma economia cada vez mais monopolizada e transnacionalizada,

que consegue, concomitantemente, aprofundar sua dependência e reforçar seu subimperialismo.

Não é preciso muita visão para perceber que tais monopólios transnacionais, detendo os setores mais importantes da economia, são capazes de agir politicamente com muita eficiência para manter seus interesses. Da mesma forma como essa estrutura de exportação especializada não desenvolve a economia brasileira em prol das maiorias, tampouco, os interesses políticos das grandes empresas vêm contribuindo para o desenvolvimento de relações democráticas e a construção de políticas que superem os persistentes problemas socioeconômicos que assolam a população brasileira.

2.5.2 A plataforma de valorização financeira

Como trabalhado no capítulo 1, a emissão de capital fictício e a especulação financeira são elementos de contratendência à queda da taxa de lucros. Trata-se de parte vital para a manutenção dos ganhos dos grandes monopólios na atual fase do capitalismo. Os efeitos da Revolução Científico-Técnica, como a diminuição de tempo de trabalho socialmente necessário, devido à automação e a rápida difusão de técnicas e conhecimentos, geram uma crise de produção, realização e apropriação de mais-valor. A estrutura produtiva não é mais suficiente para que as grandes empresas tenham o volume de recursos necessários para investir e concorrer no mundo globalizado. Nesse ponto, as várias formas de capital fictício (ações, títulos, debentures, etc) são fundamentais para aumentar o patrimônio das empresas e sua capacidade de operação no mercado.

Isso porque esse tipo de capital, apesar de fictício, por não ter equivalente real, nem ser fruto da produção de valor, é entendido e negociado no dia a dia do mercado como real. As ações, títulos e outros papéis de propriedade de empresas e Estados são contados como parte do seu patrimônio. Mais importante, o capital fictício é capaz de se apropriar de parte da riqueza real. É o que ocorre, por exemplo, com os títulos da dívida de Estados nacionais. A emissão de títulos é formação de capital fictício, mas no ato de seu resgate, esse capital exige sua remuneração em riqueza real, obtendo parte do orçamento público, ou seja, a riqueza produzida por toda a população de um determinado país.

A dívida pública se tornou algo tão escandaloso na fase atual do capitalismo, que é impossível negligenciar seu papel na economia mundial, especialmente nos países da periferia. Ela é parte intrínseca da manutenção da condição dependente dos países periféricos na Globalização neoliberal, pois transfere boa parte dos orçamentos públicos para o mundo da

especulação internacional. Se os lucros e patrimônios fictícios são elementos vitais para a manutenção do capitalismo globalizado, a dívida pública é parte fundamental desse fenômeno. Ela funciona como mecanismo de apropriação do mais-valor pelos monopólios, por meio da transferência de riqueza real para a esfera especulativa. Em se tratando de nações periféricas, o pagamento sistemático da dívida pública se torna uma das formas mais intensas de perda de valor para o mercado internacional na atual fase do capitalismo.

Os Estados emitem títulos da dívida para trocá-los por dinheiro real e aplicarem no fechamento das contas nacionais. Há, no entanto, uma larga diferença entre um endividamento realizado com o intuito de viabilizar investimento público do que contrair dívidas para pagar outras dívidas.⁴² A última opção é a que comumente acontece com os países da periferia, que, amarrados às condições da dependência, necessitam de créditos para fechar as contas, já que apresentam déficit comerciais, resultado do intercâmbio desigual e da remessa de lucros das multinacionais instaladas em seus territórios.

A emissão de títulos da dívida, apelidada eufemisticamente de “dívida interna”, vem substituindo o endividamento clássico dos países periféricos, a chamada “dívida externa”, contraída com bancos e organismos internacionais geridos pelos Estados Unidos e seus aliados. A compra de títulos da dívida por grandes monopólios, empresários, sociedades anônimas e oportunistas do mercado especulativo se tornou uma reserva de riqueza no mundo globalizado, pois os Estados se comprometem a pagar as dívidas adquiridas através desse mecanismo. Trata-se de lucro certo, pois concede aos detentores dos títulos da dívida o poder sobre os orçamentos federais.

O mercado gerido pelos monopólios desenvolveu um poderoso arsenal de pressão contra os Estados para garantir o pagamento dos títulos da dívida, que passam por notas de “agências de risco”, mídia especializada, ameaças no intuito de dificultar as transações financeiras e ataques especulativos. Fruto da ação dos representantes das forças do mercado, foram formuladas, em cada país, leis que garantem a primazia do pagamento das dívidas sobre qualquer outro gasto dos Estados, inclusive sobre os mais elementais direitos da

⁴² É necessário ter cuidado para não cair no discurso neoliberal de condenação irrestrita do gasto público. O endividamento público não é necessariamente ruim. Um país que demonstra condição de rolagem dos seus papéis e honrar seus compromissos, pode fazer da emissão de dívida um poderoso mecanismo de financiamento, desde que essa ação esteja direcionada pela cautela e os ganhos obtidos aplicados no seu desenvolvimento soberano. Isso, antes de uma fraqueza, é uma demonstração de fortaleza da sua economia. O perigo está justamente no que receita o neoliberalismo, a aplicação de uma economia de ajuste perpétuo, que impede o crescimento, especialmente dos países periféricos, e a emissão descontrolada de capital fictício para conter os déficits imediatos das contas públicas, inviabilizando o país a médio e longo prazo. O chamado “gasto público” é, na verdade, investimento, como a educação e a pesquisa. O neoliberalismo e seus defensores desejam que esse gasto cesse para que seja redirecionado para os serviços da dívida e o favorecimento do capital privado, especialmente o monopólico e radicado nos países centrais.

cidadania, como saúde, educação e previdência. Esse papel no Brasil é exercido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar Nº 101/2000). Essa pressão também se dá no sentido de impedir qualquer tipo de auditoria e verificação da lisura desse endividamento, o que abre margem para a ilegalidade de boa parte das dívidas geradas dessa maneira, como apontado por vários especialistas da área.⁴³

Uma das principais armas utilizadas pelo rentismo na garantia de seus lucros é o argumento da inviabilidade de alternativas ao neoliberalismo. Por meio do monopólio global da comunicação, se criou uma imposição de que não há outro modo de fazer economia que não seja seguir os ditames neoliberais, entre eles, a emissão de dívida pública no mercado especulativo e a obediência cega à prioridade de seu pagamento. Arelado a esse argumento há um segundo, o de que essa política econômica e seus mecanismos não podem ser modificados, sob o risco de se perder a “credibilidade” com o mercado. Dessa maneira, os monopólios globais criam uma aparência de “tecnicidade” à economia neoliberal, apresentando-a não como uma forma de fazer economia que responde aos interesses de uma classe ou a extratos de classe (o rentismo), mas sim, como a economia em si, única forma “responsável” e “possível” de conduzir a realidade, apontando qualquer pensamento divergente como “irresponsável”, “aventureiro”, “populista” e fadado ao fracasso.

Toda essa aparente tecnicidade não passa de mero discurso ideológico de defesa da apropriação da riqueza real pelo rentismo, contra os interesses da maioria que vive do próprio trabalho. A negação da política e da ideologia é uma forma de ação político-ideológica para garantir a primazia do grande capital sobre os demais setores da sociedade. No campo do capital fictício e da valorização financeira é com esse discurso da inevitabilidade da política econômica neoliberal que os Estados passam a maior parte de seus orçamentos públicos para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública para o mundo da especulação. Também é por meio desse discurso único que se impõe a abertura de novos espaços de acumulação ao setor privado às custas do bem-estar dos trabalhadores e do patrimônio nacional, como privatizações, liberalização do comércio e flexibilizações das leis trabalhistas. A política econômica se torna apenas a garantia de lucros para os grandes monopólios, especialmente, o capital rentista.

Manter a “credibilidade” do mercado (como se o mesmo fosse uma pessoa, num exemplo de fetichismo da mercadoria) necessita por parte dos Estados, principalmente os periféricos, uma “fidelidade” às políticas reverberadas pelos “especialistas” de mercado, que

⁴³ O melhor site sobre informações e trabalhos acerca da dívida pública brasileira é o do grupo Auditoria Cidadã da Dívida <<http://www.auditoriacidada.org.br/>>. Acesso em 22 de agosto de 2017.

se multiplicam pela mídia e universidades. Essa política se manifesta por meio da manutenção de juros reais elevados, uma política econômica contracionista e um ajuste fiscal duro e perpétuo sobre as contas públicas - seus defensores nunca apontam uma possível data para ser flexibilizado, muito menos superado.

Sabendo, no entanto, que o processo de reprodução ampliada do capital se dá agora sob os imperativos da acumulação financeira, a leitura que se faz desse discurso muda inteiramente. A defesa dos interesses financeiros implica o controle obsessivo dos gastos do Estado por várias razões. A primeira delas é que, independentemente de se constituir ou não em âncora do sistema de preços, a taxa de juros paga pelo Estado aos papéis públicos transforma-se no piso a partir do qual todas as demais taxas (que diferem em função do tipo de operação, prazo e risco) são estabelecidas. Num mundo dominado pelos credores, não faz sentido permitir que o Estado, por conta de problemas no manejo de demanda agregada, opere taxas reais de juros muito reduzidas. Ao mesmo tempo, taxas de juros mais elevadas implicam crescimento das despesas do Estado com serviço da dívida e é preciso que sobre espaço em outras despesas (gastos sociais, investimentos em infraestrutura) para que esse crescimento possa ser enfrentado. A segunda razão é que taxas de inflação mais elevadas são sempre “pró-devedor”, e, como cabe ao Estado controlar a oferta de moeda, é preciso que ele não seja constrangido a aumentá-la indevidamente para fazer face a gastos descontrolados. A terceira razão é que os papéis públicos são ativos financeiros por excelência. A garantia do controle dos gastos públicos, da taxa de inflação reduzida e do juro real elevado é ao mesmo tempo a garantia da remuneração real desse “capital fictício” como o chama Marx. Uma parte substantiva dos impostos que o Estado recolhe com base na geração efetiva de renda pela sociedade em determinado período de tempo é utilizada para enfrentar o serviço da dívida, de modo que os detentores desses ativos recebem uma parcela da renda real produzida nesse lapso de tempo, mesmo sem terem tido nenhum papel em sua produção. Ora, um Estado com gastos fora de controle induz a elevações da taxa de inflação e isso, combinado ao juro real reduzido, problematiza a efetividade dessa transferência. (...) Em outras palavras, brandindo os princípios neoliberais da eficiência, da rigidez de gastos e da austeridade, administra-se hoje o Estado “como se fosse um negócio” (PAULANI, 2008, p. 119-120).

A obsessão dos defensores dessa política com os gastos públicos não se trata da defesa da não interferência do Estado na economia, como coloca seu discurso, mas sim, de uma ativa interferência do poder público em prol, unicamente, dos interesses dos grandes monopólios. O Estado se retira de áreas estratégicas e sociais para abrir espaço para a acumulação privada, garantindo, ao mesmo tempo, a maior parte do orçamento público para o pagamento dos juros da dívida. Nada disso seria possível sem uma ação estatal clara e consciente, portanto, não se trata de uma retirada do Estado da economia, mas de sua instrumentalização por parte do grande capital para seu enriquecimento às custas da riqueza criada coletivamente pela sociedade.

Tudo isso é apresentado pela grande mídia como a única forma de fazer política econômica. Para isso é construído um sentimento de inevitabilidade das medidas, como forma de “salvação” da economia, como se a única alternativa fosse o caos. É o “estado de emergência”, como coloca Leda Paulani (2008), onde a vida econômica do país parece estar

sempre por um fio e o único remédio é a aplicação das medidas receitadas pelo mercado internacional. Curioso é perceber que esse estado de emergência nunca termina, mas sua retórica é a mesma, a de que se a economia ainda não se “recuperou” é porque as medidas então devem ser aprofundadas. Não há nenhum tipo de revisão ou autocrítica por parte dos representantes dessa política.

A crise estrutural do capital provocada pelos desdobramentos da Revolução Científico-Técnica leva ao aumento da acumulação por meio do roubo, espoliação, fraudes e outros casos de ilegalidade. Mesmo que esses recursos estejam sempre presentes na história do capitalismo, há uma exacerbação no período atual.⁴⁴ Os escândalos envolvendo privatizações de empresas estatais e serviços públicos, assim como os obscuros trâmites por quais procedem os títulos da dívida pública são exemplos de acumulação de capital por meios ilícitos que se desenvolvem no mundo atual. Todas essas ações somente são possíveis com a participação direta do Estado e das forças políticas que o ocupam, ao abrir espaços de acumulação ao setor privado e lhe ofertar o orçamento público por meio de títulos da dívida, compra de bens e serviços, etc.

Nos países periféricos a situação é ainda mais acentuada. Por terem uma estrutura socioeconômica mais frágil devido sua condição dependente, os países periféricos são mais suscetíveis às movimentações do grande capital, principalmente o rentismo. A aplicação de medidas neoliberais nos países periféricos dilapida o patrimônio público e sucateia os serviços ofertados pelo Estado em sociedades que já apresentam profundos índices de desigualdade, populações que necessitam do amparo do poder público e finanças com altos índices de perda de valor para o mercado internacional. Ao vender empresas públicas, abrir o setor previdenciário à iniciativa privada e transformar o Estado em um emissor de capital fictício, o país periférico se torna ainda mais vulnerável às oscilações do mercado e aos ataques especulativos, aumentando a dependência dos recursos obtidos via endividamento para fechar as contas.

A posição aqui defendida, a partir do conceito desenvolvido por Leda Paulani (2008) é que, na Globalização neoliberal, os países periféricos passam por um processo de reestruturação imposto pelo mercado internacional para se transformarem em verdadeiras “plataformas de valorização financeira”. Trata-se de um dos pilares do capitalismo dependente latino-americano na divisão internacional do trabalho, em conjunto com o padrão

⁴⁴ Não cabe a este trabalho entrar no debate da ilegalidade. Chamo atenção que a história do capitalismo nos demonstra que as atividades ilegais são parte intrínseca da acumulação de capital, constituindo-se como um conjunto de relações econômicas em que a burguesia não foi capaz de superar a ética da maioria, seja porque constituem em atos de extrema violência, seja porque viola as regras estabelecidas entre a própria burguesia (violação da propriedade privada), ou ainda porque tais atividades são mais lucrativas justamente quando mantidas na ilegalidade, como o caso atual do tráfico de drogas e de armamentos.

exportador de especialização produtiva. A emissão de títulos da dívida de maneira sistemática é uma imposição do mercado internacional sobre os países periféricos, pois estes títulos se tornaram a principal forma de valorização de capital no mundo atual. O controle das economias periféricas por meio do “estado de emergência” e da “inevitabilidade” do neoliberalismo é condição *sine qua non* para a obtenção de lucros por parte dos grandes monopólios globais e da reprodução da própria condição dependente. Se a produção não é mais o suficiente para a obtenção de valor, devido aos desdobramentos da Revolução Científico-Técnica, e se a financeirização do capital é a principal forma de aumento de patrimônio de empresas e indivíduos, os Estados, sobretudo os periféricos, que têm controle sobre toda a riqueza produzida pelas suas sociedades, precisam ser instrumentalizados pelo capital rentista para assegurar que essa riqueza real seja transferida para o mundo da especulação. As políticas neoliberais nada mais são do que formas de apropriação privada da riqueza coletiva por parte do mundo das finanças, de forma arbitrária e impositiva.

Os estados periféricos são verdadeiras “plataformas de valorização financeira”, onde os monopólios globais aplicam seu dinheiro para que ele se multiplique (valorize) e depois possa ser resgatado com valor acrescido. O endividamento sempre fez parte da condição dependente do capitalismo periférico, figurando como um dos mecanismos de perda de valor da periferia para o mercado internacional; todavia, com o advento da Globalização neoliberal, esse endividamento deixa de se apresentar enquanto “dívida externa” (contrair empréstimos em bancos e organismos internacionais) e passa a ser emitido pelo próprio Estado como forma de financiamento das contas públicas, através de títulos da dívida. Essa chamada “dívida interna”, na verdade também é “externa”, já que os títulos são negociados no mercado, possuem trâmite para além das fronteiras nacionais e sua propriedade em grande quantidade somente pode ser feita por grandes monopólios, que são, em sua maioria, estrangeiros. A “mídia especializada”, “especialistas de mercado” e “agências de classificação de risco”, que determinam as “regras” da financeirização global são todas sediadas nos países centrais, principalmente nos Estados Unidos, e respondem aos interesses destes.

Ser uma “plataforma de valorização financeira” é parte da atualização dos países periféricos à Globalização neoliberal, é uma adequação das economias periféricas a um novo momento do sistema capitalista, onde a financeirização se torna o eixo da acumulação. A emissão de títulos da dívida, que permitem aos seus credores se apropriarem de uma parte da riqueza produzida socialmente, é, talvez, o mais importante mecanismo de perda de valor das economias periféricas para o mercado internacional. Portanto, é parte das funções dos países periféricos na divisão internacional do trabalho na Globalização neoliberal: plataformas de valorização financeira combinadas com o padrão exportador de especialização produtiva.

Espaços de valorização do capital sem produção, por meio do sequestro de parte dos orçamentos públicos e fração de cadeias globais de produção, espalhadas pelo mundo, porém, com controle monopolizado. É uma forma de atualização dos mecanismos de perda de valor da periferia para o mercado internacional às formas do capitalismo contemporâneo.

A Crise da Dívida nos anos 1980, que quebrou o Brasil e os demais países latino-americanos, se deu justamente pelo aumento repentino dos juros referentes ao endividamento externo dessas nações, ligados aos juros da economia norte-americana (elevados naquele momento). A obtenção de lucros fictícios por meio da especulação se tornava a principal forma de acumulação e multiplicação do patrimônio de indivíduos e empresas. Na relação centro-periferia, significou uma brutal apropriação por parte dos países centrais de valores oriundos dos países dependentes, servindo como elemento de contratendência à queda da taxa de lucros naquele período.

Mas a “dívida externa” não seria mais o fator determinante da acumulação rentista sobre as nações periféricas. A inviabilização do pagamento da dívida devido ao volume alcançado nos anos 1980 levou a uma ação conjunta de organismos hegemônicos pelos Estados Unidos e seus aliados, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Tesouro norte-americano, que passaram a renegociar as dívidas dos países periféricos. A simples contratação de empréstimos na banca internacional foi substituída pela emissão de títulos da dívida pelos países dependentes, que deveriam utilizar os valores arrecadados com a venda de títulos para honrar seus compromissos anteriores. Essa modalidade foi utilizada de maneira mais acentuada a partir do Plano Brady (1989) no qual os títulos emitidos pelos Estados periféricos eram securitizados pelos organismos internacionais para o pagamento de dívidas com credores (parte das dívidas foi perdoada nas negociações). O Plano Brady teve um caráter emergencial sobre a necessidade de viabilizar as economias periféricas completamente endividadas pela Crise dos anos 1980, mas serviu de teste para a formulação da nova política de empréstimos a países dependentes pelo FMI e outras instituições que ficaria conhecida como Consenso de Washington.⁴⁵

A contraparte da negociação das dívidas dos países periféricos era a imposição de ajustes estruturais e políticas de austeridade, que nada mais eram do que a aplicação das ideias neoliberais, entre elas, a abertura e livre circulação de capitais especulativos, a transformação dos países periféricos em emissores de capital fictício por meio de títulos da dívida pública e o controle dos gastos públicos, no sentido de priorizar os compromissos contraídos. Esse movimento completa a inserção subalterna dos países periféricos no mundo da financeirização

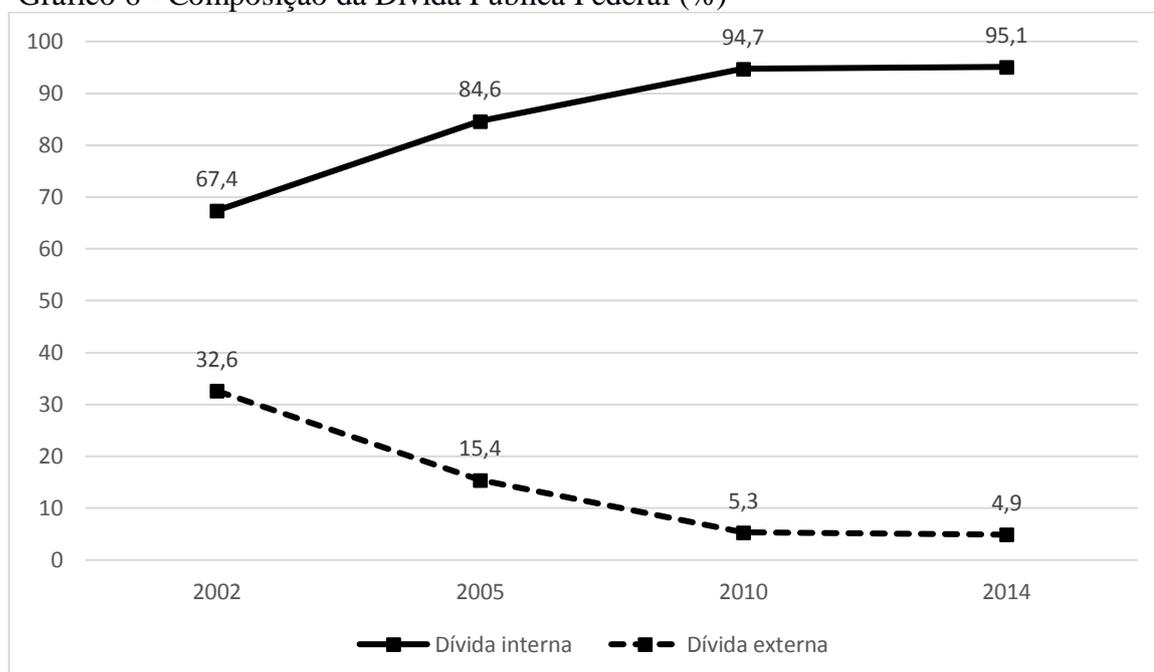
⁴⁵ Uma discussão mais pormenorizada sobre o Plano Brady e o Consenso de Washington é apresentada nos capítulos 3 e 4 do presente trabalho.

global, contribui para a atualização do caráter dependente de suas economias e acentua a perda de valor para os países centrais, transformando as economias periféricas em plataformas de valorização financeira.

Do ponto de vista do credor, os títulos da dívida são um negócio mais seguro do que os antigos empréstimos concedidos a países dependentes, pois o pagamento dos recursos adiantados é retirado diretamente dos orçamentos públicos, se tornando mais fácil a pressão sobre os devedores. O orçamento público federal já prevê os gastos com o pagamento de títulos da dívida anualmente. Outra vantagem é que esses títulos são negociáveis no mercado financeiro, podendo ser trocados livremente, além de serem computados como patrimônio real de seus detentores.

O Gráfico 6 mostra como a dívida “interna”, emitida pelo próprio Estado, compõe quase a totalidade do endividamento público brasileiro. Deve-se lembrar que o Brasil encerrou sua dívida externa com o FMI em 2005 e resgatou os bônus do Plano Brady em 2006 (fatos que discuto ao longo do trabalho). No ano de 2010, onde o Brasil apresentou seu mais forte crescimento em décadas (7,5%), 44,93% do orçamento público foi repassado para o pagamento de títulos e juros da dívida, somando um total de R\$ 635 bilhões, o que daria praticamente, 2 bilhões de reais por dia em pagamentos da dívida pública.⁴⁶

Gráfico 6 - Composição da Dívida Pública Federal (%)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. In: GOMES; CRUZ, 2015, p. 99.

⁴⁶ Fonte: SIAFI. In: Informativo da Auditoria Cidadã da Dívida. Brasília, agosto 2011, p. 01. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/publicacoes-informativos-e-cartilhas/>> Acesso em 29 de agosto de 2017.

Nesse ponto o caso brasileiro é paradigmático, já que se trata da economia mais forte da América Latina e uma das mais importantes da periferia global. Para que o Brasil se transformasse numa plataforma de valorização financeira, atualizando seu modelo de capitalismo dependente, foram aplicadas uma série de medidas no campo das finanças. Isso porque nos anos 1980, momento em que o ideário neoliberal conquista o mundo, a economia brasileira ainda não estava pronta para desempenhar esse papel. Os efeitos da Crise da Dívida e a correlação de forças imposta pelo movimento dos trabalhadores ao final da Ditadura e no período de Transição, colocaram uma série de entraves à acumulação financeira, principalmente na Constituição de 1988. Os principais fatores que inibiam a financeirização da economia brasileira, segundo Leda Paulani (2008, p. 132-139), seriam:

- Alta inflação: dificulta o cálculo financeiro, promove oscilação do câmbio e dos juros e aumenta os gastos do Estado
- Constituição de 1988: onde foram garantidos uma série de direitos sociais por meio do Estado e alguns limites para a monopolização de setores econômicos
- Lei de falências: nesse momento priorizava, em caso de falência, o que a empresa devia aos trabalhadores e ao Estado
- Previdência: também presente na Constituição de 1988, assegurava um regime de solidariedade intergeracional gerido pelo poder público

Nos anos 1990, com a hegemonia neoliberal, boa parte desses entraves foram removidos, com o controle da inflação e a mudança de leis e trechos da Constituição. Essas mudanças perpassaram os governos de Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), aparecendo com mais força na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e chegando até o século XXI com Lula (2003-2010).⁴⁷ A financeirização da economia foi parte importante da implementação do neoliberalismo no país, junto com a liberalização comercial e o programa de privatizações. Novamente, Paulani (2008, p. 132-139) nos apresenta as principais mudanças que permitiram a financeirização da economia brasileira a partir dos anos 1990, atualizando o capitalismo dependente do país ao novo momento (entre parênteses os governos que implementaram a referida medida):

- Liberalização e posterior extinção das contas CC5: com isso o Banco Central liberou a entrada e saída de capital especulativo do país, liberando para residentes ou não residentes o envio de recursos para o exterior. Os entraves para

⁴⁷ Percebe-se a resiliência da hegemonia neoliberal mesmo sob governos de matizes diferentes e até capitaneados por forças opositoras, como o caso do governo Lula. A capacidade de condicionar as movimentações do adversário, mesmo quando este possui uma posição que o favoreça, é uma demonstração de força e de que a disputa continua em aberto.

movimentação e remessa para o exterior foram diminuídos por Itamar e FHC, até que Lula extinguiu as contas CC5, acabando com qualquer restrição para a remessa de lucros de não-residentes (Itamar/FHC/Lula)

- Plano Real: normalizou a inflação e renegociou a dívida externa ao adotar o Plano Brady. Se tornou a justificativa para o “estado de emergência”, apresentando qualquer medida como necessária para não permitir o retorno da inflação (Itamar/FHC)
- Securitização da dívida: com a abertura do mercado de títulos da dívida pública e suas respectivas garantias de pagamento, inclusive ao exterior, facilitando a entrada e saída de capitais especulativos (Itamar/FHC)
- Lei de Responsabilidade Fiscal: garantindo o controle sobre os orçamentos públicos da União, estados e municípios de modo a assegurar o pagamento das dívidas como prioridade frente a qualquer outro gasto público (FHC)
- Lei de falências: mudança na legislação que deu prioridade às dívidas financeiras com os credores em detrimento das dívidas trabalhistas e tributárias (FHC/Lula)
- Autonomia, de fato, do Banco Central: total controle da taxa de juros à direção do Banco Central, sem interferência do governo, o que, na prática, significa garantir o pagamento dos juros da dívida como prioridade do orçamento público, retirando o controle do Estado e repassando para o mercado, ou seja, os próprios credores da referida dívida (FHC)
- Reforma da previdência: sucessão de reformas para aumentar o tempo de trabalho antes de requerer a aposentadoria e diminuição do valor do benefício quando comparado ao último salário do trabalhador. Essas mudanças levam os trabalhadores de maior rendimento para os fundos de previdência privada, espaço de grande relevância para o capital especulativo. Cardoso impôs essas medidas para os trabalhadores da iniciativa privada e Lula as estendeu ao setor público (FHC/Lula)

As medidas adotadas a partir dos anos 1990 transformam o Brasil num emissor de capital fictício, por meio dos títulos da dívida. Por meio destes, os credores têm direito a se apropriar de parte da riqueza real criada por toda sociedade brasileira. Para garantir a maior taxa de acumulação possível, foram removidos qualquer tipo de entraves, seja da circulação do capital especulativo, com a retirada de impostos e proibições em relação ao envio de

valores para fora do país (remessa de lucros), seja por meio de legislação que coloque o pagamento de dívidas como prioridade número um do Estado brasileiro (Lei de Responsabilidade Fiscal) e de empresas (Lei de Falências). O discurso único da política econômica neoliberal força os Estados, sobretudo os periféricos, a garantirem os pagamentos da dívida pública sobre qualquer outro gasto público, incluindo os direitos sociais da população. Somado à Lei de Responsabilidade Fiscal, que garante a primazia dos credores sobre qualquer outro setor em relação ao orçamento público, o país passa a ser um emissor de capital fictício no mercado internacional. De um lado, se facilita a emissão de títulos da dívida por parte do Estado, do outro, se cria um conjunto de leis que facilitem a liberalização de capitais especulativos e a garantia da supremacia do pagamento da dívida sobre qualquer outro gasto estatal (tendo a Lei de Falências como correspondente no setor privado).

Essas medidas são uma clara manifestação do caráter antidemocrático e regressivo do neoliberalismo. O repasse da indexação dos juros para um Banco Central “autônomo”, teoricamente, sem controle do governo federal, significa deslocar parte importante da soberania do país a uma esfera que não está sob controle de autoridades eleitas pela população. A posição neoliberal, de que o Banco Central “autônomo” age com “tecnicidade” quando afastado do controle governamental é uma falácia, já que os profissionais “técnicos” que atuam nessa esfera são indicados pelo próprio mercado, tendo passado, geralmente, por instituições bancárias e financeiras no Brasil e no exterior. Isso equivale dizer que os próprios credores controlam a dívida e, principalmente, a taxa de juros que valoriza seus ganhos sobre o endividamento público. O discurso da “tecnicidade” da economia é uma forma de encobrir uma ação direta dos grandes monopólios para se apropriar da riqueza pública, sem nenhum controle democrático, já que as autoridades eleitas pela população não gerem o Banco Central e suas políticas.

O aumento e corte de juros é determinado por pura especulação, sem nenhum tipo de embasamento num projeto de desenvolvimento nacional ou de interesse da população brasileira. Meia dúzia de “especialistas” determinam transferir praticamente metade do orçamento público federal para o mundo das finanças globais só porque...eles podem.

A descomunal influência que hoje detêm os interesses rentistas está relacionada à atual fase experimentada pelo capitalismo – a de um movimento de acumulação que se processa sob a dominância da valorização financeira e que torna atraentes as periferias do sistema não mais como alternativas para a expansão industrial, mas como plataformas de ganhos rentistas (PAULANI, 2008, p. 143).

Trata-se de um novo componente da dependência, um mecanismo intrínseco ao sistema capitalista em sua atual fase globalizante e que reforça a perda de valor dos países

periféricos para o mercado internacional. O capital vem, se valoriza e sai. Esse processo de valorização nada mais é do que espoliar uma parte da riqueza real, da qual o capital fictício não participou originalmente de sua produção, delimitando uma das funções dos países periféricos na atual divisão internacional do trabalho: funcionarem como “plataformas de valorização financeira”.

Nos anos 1990 a economia brasileira é finalmente atualizada para a fase da Globalização neoliberal. Dentro dessa atualização, todas as medidas necessárias para a financeirização da economia nacional foram implementadas, no sentido de abrir possibilidades de valorização de capital fictício, se apropriando da riqueza real. São políticas que permitem o investimento e o livre trânsito de capitais para fora do país por meio da especulação financeira, com forte participação do capital estrangeiro. Com a acentuação da perda de valor, o processo de financeirização da economia periférica contribui para a manutenção da dependência, reforçando o Fenômeno RDT, sua especialização produtiva, e, conseqüentemente, agravando seus problemas socioeconômicos. Como as grandes transações financeiras são realizadas por grupos de altos investidores e grandes bancos significa que a financeirização contribui para a monopolização da economia e a concentração de capital. Como a capacidade de acumulação dos países periféricos é menor, esses valores se esvaem e dirigem-se aos países centrais, movimento essencial para a manutenção das taxas de lucro em tempos de Revolução Científico-Técnica.

2.6 Nova República: a superestrutura política necessária

A atualização do caráter dependente da economia brasileira para o momento da Globalização neoliberal não poderia ser possível sem uma superestrutura política adequada. Essa superestrutura política deveria construir uma forma de legitimação da necessidade de inserção do Brasil no mundo globalizado e apresentar as políticas neoliberais como única forma de não se perder, novamente, a oportunidade de “modernização” da economia brasileira.

Essa operação contou com movimentos externos e internos, de forma não linear. De um ponto de vista regional, a hegemonia neoliberal se consolidou no Brasil de forma atrasada quando comparada a outros países latino-americanos. Enquanto diversas nações da região já foram adequadas à Globalização neoliberal nos anos 1980, o Brasil só viveria esse momento a partir de 1990 e mesmo assim de forma cambaleante, devido ao impeachment de Fernando

Collor em 1992. A hegemonia neoliberal só se consolidaria no Brasil a partir de 1994 com o Plano Real e a eleição de Fernando Henrique Cardoso.

Enquanto o neoliberalismo começava a experimentar sua hegemonia nos anos 1980, o Brasil passava pelos momentos finais da Ditadura (1964-1985) e a formulação de um novo regime de corte liberal, que ficou conhecido como Nova República. Não é coincidência o enfraquecimento e término da Ditadura ocorrer concomitantemente ao ascenso neoliberal. A política econômica do governo capitaneado pelos militares apresentava contradições em relação aos interesses globalizantes do grande capital e, ao mesmo tempo, foi severamente afetado pelas mudanças promovidas pela reestruturação do sistema capitalista internacional. Precisamos buscar uma explicação para o fim do regime de exceção dentro das mudanças globais que passaram a ocorrer no referido período histórico.

Apresento aqui duas razões que tornavam necessário para o grande capital o fim da Ditadura na década de 1980:

- a) O caráter nacionalista-autoritário de setores das Forças Armadas com influência no governo, que almejavam a construção de um projeto industrializante e de domínio nacional sobre setores de tecnologia de ponta (como a energia nuclear, setor aeroespacial e informática) com forte participação estatal e que se desdobrasse no reconhecimento internacional do Brasil, principalmente por parte dos Estados Unidos, enquanto “potência do Atlântico Sul”.
- b) A inviabilidade de uma nova rodada de concentração de capitais e renda pela Ditadura. O regime, na década de 1980, não possuía mais força, nem legitimidade, para realizar uma nova concentração de capitais e renda, situação que seria inevitável se adotasse políticas neoliberais. Uma atitude como essa aumentaria a oposição tanto dos trabalhadores, então em ascensão, quanto de parte do empresariado local, que, naquele momento, já tomava os rumos da oposição.

Esses dois fatores se complementam e devem ser melhor discutidos.⁴⁸ Primeiramente, em relação ao nacionalismo por parte de setores das Forças Armadas, é importante colocar que a política desenvolvimentista e industrializante defendida por setores militares não se desdobrava num sentimento anti-imperialista, nem de afronta aos Estados Unidos. O Golpe de 1964 e a Ditadura possuíam incontestemente posicionamento pró-estadunidense, tendo sido auxiliado pelo próprio em um mundo dividido ideologicamente entre capitalismo e socialismo. No entanto, esse nacionalismo militar de caráter autoritário almejava o projeto do

⁴⁸ Para uma análise mais aprofundada das razões estruturais que levaram ao fim da Ditadura, conferir artigo de minha autoria. Ver SANTOS, 2014a.

“Brasil potência”, que em alguns momentos do regime se traduziu em *slogans* fascistas como “Brasil, ame-o ou deixe-o”, sendo visto por alguns setores como uma possibilidade nos tempos do “milagre econômico” (1968-1973).

Dentro dessa lógica, agrupamentos importantes dentro das Forças Armadas almejavam uma política econômica desenvolvimentista e semiautônoma, que provesse o Brasil de um parque industrial completo, com a implementação de setores mais dinâmicos da industrialização daquele período. Essa política deveria ser tocada junto ao capital estrangeiro e baseada em empréstimos internacionais, mas reservava um papel de grande importância à esfera estatal. Dentro dessa lógica foram desenvolvidos empreendimentos em energias alternativas ao petróleo (devido às crises de 1973 e 1979), com a construção da hidroelétrica de Itaipu, o investimento no álcool e o acordo nuclear com a Alemanha, visando a construção de usinas nucleares e o domínio dessa tecnologia pelo país. Também foi dentro dessa ótica que se desenvolveu o programa espacial brasileiro e a participação estatal em setores industriais, com destaque para o de produção de material bélico, onde o Brasil chegou a ser um dos maiores produtores entre os países periféricos.

Nessa rápida descrição podemos perceber que a política desenvolvimentista pretendida por alguns setores militares não se parece em nada com o papel que a periferia exerce na Globalização neoliberal. O domínio de importantes setores econômicos pelo Brasil e a necessária participação do poder público para seu desenvolvimento contrastam com as ideias de liberalização comercial e controle da produção global por um reduzido número de monopólios centrais que marcam o processo da Globalização neoliberal. Como desenvolvido ao longo desse trabalho, a implementação de políticas neoliberais destrói políticas protecionistas e de desenvolvimento próprio de tecnologia por parte dos países periféricos. Devido suas próprias condições socioeconômicas, tal desenvolvimento na periferia somente pode ser alcançado por meio da participação do poder estatal, não sendo diferente no caso brasileiro. Políticas de cunho nacionalista e de desenvolvimento endógeno não cabem nos planos do capitalismo globalizado, que precisa abrir novas áreas de valorização do capital para os monopólios oriundos dos países centrais. A política econômica desejada por setores das Forças Armadas, portanto, levaria ao domínio de processos produtivos e tecnologias importantes, algo que entrava em choque direto com o papel então delineado à periferia na Globalização neoliberal.

Theotonio dos Santos (1994b, p. 209-244) chamou atenção para as contradições desenvolvimentistas do regime militar em relação aos interesses norte-americanos. Os setores nacionalista-autoritários almejavam o reconhecimento do Brasil como uma potência do

Atlântico Sul, hegemonizando uma área de influência autoritária nos dois lados do Oceano, com os regimes militares do Cone Sul de um lado, e o salazarismo português e o Apartheid sul-africano do outro. Essa posição deveria colocar o país como o parceiro preferencial dos Estados Unidos, objetivando o avanço tecnológico e provendo o país de setores produtivos mais dinâmicos.

De uma forma contraditória, os governos militares reforçam a ideia do Estado-nacional, projetos de desenvolvimento semiautônomos (em parceria com o capital estrangeiro) e até pretensões subimperialistas exacerbadas, como a apresentada pela Ditadura brasileira. Esse quadro entra em choque com as necessidades do capital estrangeiro, em um momento em que este procurava a abertura de novos espaços de valorização, a internacionalização da produção e a necessidade de lidar com os efeitos da Revolução Científico-Técnica.

(...) uma direita nacionalista estava concentrada em torno do regime militar, acreditando na possibilidade desta política nacionalista, e começava a utilizar os militares como linha de frente, imaginando a aliança de um complexo industrial-militar que permitiria ao governo brasileiro criar um regime de capitalismo monopolista de Estado, onde uma estreita aliança entre o capital monopólico e o Estado garantiriam um crescimento econômico voltado para os setores básicos da economia e para a criação de tecnologias de ponta. Tratava-se de se apropriar da energia nuclear, da tecnologia do jato e espacial, da informática e das telecomunicações, de tecnologias de ponta como a química fina e de novas tecnologias alternativas, particularmente nos setores de energia da biomassa, aplicada às indústrias básicas, como no caso das usinas de aço movidas a carvão vegetal. Criava-se, portanto, um contexto apropriado para a ideia de que a ditadura militar poderia dar origem a uma situação social, política e econômica que resultaria na transformação do Brasil numa potência extremamente importante. (...) os fatos, porém, indicavam os limites de toda esta tensão. Já assinalamos anteriormente a inviabilidade de transformar em grande potência um país cuja metade da população é analfabeta e no qual a distribuição de renda é extremamente negativa, numa fase histórica em que cada vez mais vai se acelerar o papel do conhecimento, o papel do elemento humano como chave do desenvolvimento econômico, que se desloca cada vez mais para os setores terciários, os setores de serviços ligados à educação, ao conhecimento, à diversão, ao lazer, às atividades econômicas de direção que supõem, todas elas, um alto grau de conhecimento, de treinamento e de educação (DOS SANTOS, 1994b, p. 221-222).

A arma utilizada pelos Estados Unidos para vencer a resistência de políticas de cunho nacionalista, como a da Ditadura brasileira, foi a agenda dos direitos humanos, a partir do governo de Jimmy Carter (1977-1981), que funcionava como um coringa, pois poderia ser utilizada contra governos de diversos matizes ideológicos, como as ditaduras do Cone Sul e as experiências socialistas do Leste Europeu. Mesmo com a substituição de Carter por Ronald Reagan (1981-1989), a política de direitos humanos permaneceu como componente das ações norte-americanas em relação aos governos que, de alguma forma, ameaçavam a liberalização do comércio global. No momento em que as ditaduras do Cone Sul se tornaram um entrave

para as aspirações globalizantes da potência hegemônica, passaram a sofrer forte oposição em relação a suas características autoritárias. Foi se construindo um amálgama entre liberalização política e liberalização econômica, onde o fim do regime de exceção se casava com a abertura da economia aos novos ditames da Globalização neoliberal.

O caminho certo para deter essas pretensões seria inviabilizar o alto grau de concentração estatal da economia brasileira. Nesse sentido, uma liberalização das demandas sociais terminaria por inviabilizar esta concentração de poder do Estado brasileiro e derrubaria estas pretensões de grande potência. Desta forma, a estratégia de liberalização política coincidia amplamente com os interesses geopolíticos do governo norte-americano (DOS SANTOS, 1994b, p. 225).

O favorecimento do livre mercado e a retirada do Estado nos setores de interesse do capital estrangeiro casavam, de uma forma ainda um tanto confusa, com o combate ao autoritarismo. A violência ditatorial e a crise econômica eram apresentadas pelo discurso do grande capital como resultado de um Estado inchado, excessivamente presente em diversos setores, e não como a política das forças presentes no controle estatal naquele momento. Se formulava uma leitura essencialista do Estado enquanto incompetente e autoritário, em contraposição ao mundo “eficiente” e “democrático” da livre iniciativa.

O segundo ponto apresentado para a necessidade do fim da Ditadura foi seu esgotamento enquanto alternativa para o grande capital. Mesmo que houvesse disposição dos governos militares em implementar as políticas neoliberais, a própria Ditadura estava sendo exaurida pela reestruturação do capitalismo mundial. A política de alta de juros praticada pelo governo norte-americano na década de 1980 produziu forte impacto no Brasil, onde o governo ditatorial baseou sua política de desenvolvimento no endividamento externo a juros flutuantes. A Crise da Dívida inviabilizou completamente a continuidade da Ditadura e acelerou o processo de abertura política, que promoveu o retorno de exilados e a possibilidade de organização política de oposição ao regime. A adoção do neoliberalismo no centro do sistema começava então a ajustar as periferias às novas necessidades do capital internacional.

A ideia de um governo forte para acabar com o “perigo vermelho” ou “inimigo interno” não mais se justificava na década de 1980, onde toda a luta armada tinha sido exterminada fisicamente e seus poucos sobreviventes passavam a adotar outras formas de resistência ao regime. A violência desmedida dos órgãos de repressão passou a ser cada vez mais contestada, inclusive por setores sociais que inicialmente apoiaram o regime ditatorial, endossando as críticas conforme os casos de tortura, assassinatos e censura passavam a ser mais divulgados. Portanto, a justificativa apresentada pelos militares para a manutenção da Ditadura não mais se sustentava naquele momento. O regime ficou sem opções econômicas e

sem um discurso que o legitimasse. De um lado, o crescimento do “milagre econômico” não era reeditável, de outro, a violência contra o “inimigo interno” não era mais justificável.

Boa parte do empresariado, perdendo investimentos e lucros, passa à oposição do regime, enquanto os trabalhadores, empobrecidos pela política de achatamento salarial e alto custo de vida, realizam movimentos cada vez mais determinantes contra o governo, com destaque para as greves do ABC paulista. Portanto, o regime militar não detinha mais forças políticas, nem base social para promover uma reestruturação da economia brasileira em direção ao neoliberalismo (ao contrário do caso chileno, onde neoliberalismo e autoritarismo se conjugaram rapidamente); e, tampouco, poderia realizá-la, pois ocasionaria uma nova rodada de concentração de capital e renda, num momento de fragilidade da economia, pauperismo da classe trabalhadora e prejuízos para uma parte do empresariado. Havia grande apreensão dos militares em realizar uma abertura “lenta, gradual e segura”, não transformando a mudança do regime em um motim revolucionário, desordem generalizada ou a sua responsabilização pelos crimes cometidos durante o regime de exceção.⁴⁹ A Ditadura, portanto, não tinha condições materiais de implementar o neoliberalismo no Brasil, caso assim desejasse.

No entanto, o mais importante é compreendermos que, apesar das figuras de proa dos governos ditatoriais serem militares, tal regime só foi possível porque foi sustentado e atendeu os interesses da classe dominante, dentro e fora do país. A burguesia brasileira e o capital estrangeiro tiveram todos os seus objetivos realizados pela Ditadura, ao garantir a remessa de lucros, as propriedades do capital estrangeiro, o achatamento salarial e a impossibilidade de organização da classe trabalhadora devido à feroz repressão. As classes dominantes, interna e externa, não instrumentalizaram a Ditadura brasileira para iniciar as políticas neoliberais no país, pois percebiam seu enfraquecimento e sua inviabilidade a curto prazo. A sociedade brasileira estava extremamente mobilizada pelo fim do regime, pois identificava nele não só uma ditadura, mas a causa da crise e da miséria, e colocava a redemocratização do país como condição para o acerto dos problemas econômicos e sociais. Para construir a hegemonia neoliberal no Brasil seria necessária outra forma de governo, que tivesse legitimidade junto à população e pudesse implementar as novas políticas como se essas emanassem da vontade popular. Seria necessário um governo que surgisse do sufrágio universal e apresentasse as mudanças econômicas de corte neoliberal como parte do processo de redemocratização,

⁴⁹ “Regime de exceção” é utilizado aqui somente por ser uma expressão consagrada como sinônimo de ditadura. Na verdade, na história do Brasil e de toda América Latina, o autoritarismo é regra, e a exceção é a democracia.

construindo um sentimento de “passar o país a limpo”. Por isso a movimentação do grande capital foi primeiro acabar com a Ditadura, com decisivo apoio da política de promoção dos direitos humanos por parte dos Estados Unidos, somente para, posteriormente, advogar a favor dos ideais neoliberais, visando influenciar a formulação da nova constituição (1986-1988) e a primeira eleição direta para presidente da República (1989).

Por mais conservadora e controlada que fosse a Transição, invariavelmente, se desatária a reorganização da classe trabalhadora e reconfiguração da esquerda no país. O novo sindicalismo do ABC paulista, que culminaria na fundação do PT⁵⁰ e da CUT⁵¹, o surgimento do MST⁵², a legalização dos partidos que se reivindicavam comunistas (PCdoB⁵³ e PCB⁵⁴) e o retorno de Leonel Brizola, reformulando o trabalhismo para o novo momento histórico com a fundação do PDT⁵⁵, são acontecimentos que pertencem a uma mesma conjuntura. Essa reorganização da esquerda, combinada ao colapso do modelo econômico da Ditadura, se traduziu num amplo movimento de massas que apontava a necessidade de derrubada do regime ditatorial como condição para o enfrentamento das mazelas sociais. O auge desse movimento foi a campanha das Diretas Já (1983-1984), em uma jornada de manifestações cívicas pelo fim da Ditadura. Esse ascenso de mobilizações foi o que garantiu, ao longo da década de 1980, uma correlação de forças que, mesmo desfavorável para o campo da esquerda, permitiu que essa condicionasse o processo político diversas vezes, principalmente nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (1986-1988), garantindo uma série de direitos sociais e trabalhistas no novo texto constitucional. Esse processo também catapultou ao posto de lideranças nacionais as figuras de Lula (pelo novo sindicalismo) e Brizola (pelo trabalhismo), chegando ambos com possibilidades de vitória às eleições presidenciais de 1989 (nenhum dos dois obteria sucesso no pleito).

A campanha das Diretas Já foi o mais próximo que a população brasileira chegou de derrubar a Ditadura. Esse era o desejo, principalmente, das forças de esquerda que se tornavam atores de grande relevo na política nacional e tentavam impulsionar a participação de partidos, sindicatos, movimentos sociais e instituições de massa para as grandes mobilizações. O objetivo central da Campanha era, por meio da mobilização popular, impor ao regime a convocação imediata de eleições diretas para presidente, nas quais era dada como certa a derrota de qualquer candidato indicado pelo governo ditatorial.

⁵⁰ Partido dos Trabalhadores.

⁵¹ Central Única dos Trabalhadores. Maior central sindical do Brasil e da América Latina.

⁵² Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra. Maior movimento de massas do país.

⁵³ Partido Comunista do Brasil.

⁵⁴ Partido Comunista Brasileiro.

⁵⁵ Partido Democrático Trabalhista.

Por outro lado, os militares e civis que compunham o regime encaravam com preocupação a campanha das Diretas, enxergando nela a possibilidade de radicalização do processo de Transição. Para as forças conservadoras, a Transição deveria ser totalmente controlada, de modo que as Forças Armadas não fossem responsabilizadas pelos crimes da Ditadura, garantindo ainda a sobrevivência política dos quadros civis do regime. Os políticos reunidos no então PDS⁵⁶, herdeiro da ARENA⁵⁷, partido da Ditadura, precisavam manter suas carreiras viáveis em um momento que as disputas políticas passariam a ser realizadas pelo sistema de eleições diretas, sem mais cerceamentos à participação de forças políticas opositoras.

A derrota da campanha das Diretas (faltaram apenas vinte e sete votos para ela ser aprovada no Congresso), foi uma necessidade por parte dos militares, da burguesia brasileira e do capital estrangeiro, ao impor um limite ao avanço das forças populares no processo de Transição. Para esses setores era necessário que o processo de Transição significasse uma mudança com continuidade, ou seja, que o sistema político fosse modificado sem o avanço das forças populares. Aos militares que saíam, interessava que a Transição não os responsabilizasse pelos crimes cometidos durante a Ditadura; à burguesia brasileira, interessava que o regime fosse trocado por uma república de corte liberal, onde sua dominação de classe estivesse assegurada, porém superando o estado de autoritarismo anterior; ao capital estrangeiro interessava um regime político que estivesse mais adequado à reestruturação global do capitalismo do que a Ditadura e que garantisse seus interesses no país. Todas essas forças operaram de forma a manter o processo de transição sempre em mãos de políticos de confiança, seja primeiro com os militares, seja posteriormente com a oposição liberal conservadora comandada por Tancredo Neves.

A derrota das Diretas Já e a passagem do poder aos civis de forma indireta, através da vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, candidato de oposição, foi um intrincado jogo de bastidores e acordos entre os setores conservadores. Uma dissidência do PDS, partido oficial, deixa a sigla às vésperas da votação no Colégio Eleitoral, formando, posteriormente, o PFL⁵⁸. No entanto, José Sarney, até então presidente do PDS, passa ao maior partido da oposição, o PMDB⁵⁹, de corte liberal-conservador. Sarney se tornou vice de Tancredo e

⁵⁶ Partido Democrático Social

⁵⁷ Aliança Renovadora Nacional

⁵⁸ Partido da Frente Liberal, renomeado em 2006 para Democratas (DEM).

⁵⁹ Partido do Movimento Democrático Brasileiro, herdeiro do MDB – Movimento Democrático Brasileiro, oposição consentida na Ditadura. Abrigou diversas posições ideológicas que tinham como ponto de convergência o fim do regime ditatorial. Após a Constituinte de 1988 adota o tom fisiológico que o caracterizou a partir de então. Retornou ao nome MDB em 2018.

assumiu a presidência com a morte do último. A Transição no Brasil e o período de formulação da nova Constituição foram, portanto, capitaneados por um antigo quadro civil do regime de exceção, que até meses antes da vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral era presidente do partido da Ditadura, o PDS. Um roteiro que garantiu a mudança de regime político sem grandes transformações e longe do protagonismo popular que se manifestou na campanha das Diretas (SANTOS, 2014b, p. 161-209).

Encerrada a Ditadura e feita a transição para um governo civil, a classe dominante e o capital estrangeiro se organizaram primeiro para obter maioria na Assembleia Nacional Constituinte,⁶⁰ segundo para influir em seus trabalhos de modo a formular uma Carta Magna que não contrariasse seus interesses. Foi realizada uma grande operação de organização, lobby e articulações políticas envolvendo representantes do empresariado, do capital estrangeiro e da embaixada dos Estados Unidos durante os trabalhos da Constituinte, especialmente nos pontos considerados sensíveis pelo empresariado: os direitos trabalhistas, os limites da participação do Estado na economia e as regras que seriam estabelecidas para a participação do capital estrangeiro. O campo da esquerda se organizou em prol dos direitos trabalhistas e sociais, além da defesa da soberania nacional, influenciando a redação da nova Carta Magna e conseguindo obter vitórias significativas, mesmo estando em minoria.

No campo do trabalho, a ação empresarial focou em limitar o direito de greve dos trabalhadores, impedir a proibição da demissão sem justa causa (estabilidade do emprego), diminuir o adicional de férias, não estipular tempo mínimo para o aviso prévio, diminuir o tempo de prescrição em causas trabalhistas, impor limites a normas estabelecidas pela Justiça do trabalho, entre outras. Em relação à participação do Estado na economia, houve um forte lobby pela privatização, em consonância com o discurso neoliberal já hegemônico no mundo e apresentando o “estatismo” da economia como medida do autoritarismo da Ditadura. Os representantes do capital defendiam o fim da participação acionária do Estado em empresas públicas, conseguiram retirar a exclusividade do Estado sobre a operação de rodovias e ferrovias federais, barraram o imposto sobre grandes fortunas, tentaram impedir o adicional de 5% que as Unidades da Federação podem cobrar sobre o imposto de renda. Também tentaram suprimir, sem sucesso, a passagem que coloca o “Estado como regulador da economia” e foram contra o teto de 12% para os juros, especialmente o setor bancário. Em relação ao capital estrangeiro, houve a defesa de que o conceito de empresa brasileira fosse somente a empresa que fosse constituída a partir das leis brasileiras e tivesse sede no país.

⁶⁰ Preservo aqui o nome oficial de Assembleia Constituinte para facilitar o entendimento. O que houve, na verdade, foi um Congresso Constituinte, caso melhor abordado no capítulo 3.

Tentou suprimir a nacionalização do setor de mineração, sem êxito, porém conseguindo poupar da medida empresas estrangeiras que realizavam mineração para sua própria produção industrial no Brasil. Ainda houve a tentativa de liberar a participação do capital estrangeiro em diversos setores, como o da saúde (DREIFUSS, 1989, p. 244-248).

A ação do grande capital na Constituinte⁶¹ foi uma tentativa de realizar uma Carta Magna que abrisse o máximo de oportunidades para a valorização do capital, seja retirando a exclusividade e/ou participação do Estado em determinados setores, seja na tentativa de limitar os direitos trabalhistas, com o objetivo de remover limites à exploração da força de trabalho e restringir a capacidade de organização política dos trabalhadores. A defesa do capital estrangeiro se traduzia em propostas de retirar todo e qualquer entrave à sua participação nos mais diversos setores da economia, inclusive em áreas estratégicas, como o controle das riquezas naturais e setores como a informática.

Do ponto de vista da burguesia brasileira, a década de 1980 e a passagem para a década de 1990 caracterizasse como um paulatino convencimento em relação às ideias neoliberais. Dentro desse processo foi necessário acabar com um regime político que se mostrava obsoleto (Ditadura), apoiar políticas econômicas que enfraquecessem a mobilização popular (a liberalização do comércio, e a alta do desemprego, entre outras medidas, quebrou a indústria e com ela o emprego industrial, base social do novo sindicalismo) até a aceitação do receituário neoliberal, onde a burguesia ganha uma nova forma de acumulação para contrapor à perda de capacidade produtiva: a especulação financeira, sobretudo, a partir dos títulos da dívida pública.

A partir desse momento, a burguesia brasileira e o capital estrangeiro passam à defesa intransigente do neoliberalismo. O momento de formulação do novo sistema político foi acompanhado de movimentos dos representantes do grande capital para a adequação do capitalismo dependente brasileiro à Globalização neoliberal. Mesmo que durante a Constituinte alguns dos objetivos do empresariado não tenham sido alcançados, foi nesse momento em que se proveu a superestrutura política necessária à renovação da condição dependente da economia brasileira. Boa parte do que os empresários e seus representantes não conseguiram emplacar na Assembleia Nacional Constituinte, alcançaram por meio dos governos que vieram posteriormente, como a liberalização do comércio de importados e de circulação do capital especulativo, privatização de empresas estatais e serviços públicos, quebra do monopólio da Petrobras sobre o petróleo, reforma da previdência, jornadas de

⁶¹ Uma análise mais completa das ações do grande capital na Constituinte é melhor detalhada no próximo capítulo.

trabalho aos domingos e feriados e a confirmação da definição de empresa brasileira, sem a necessidade dos proprietários terem residência fixa no país ou controle acionário majoritário de brasileiros nas empresas. Outras regras simplesmente nunca foram seguidas, como o teto constitucional da taxa de juros.

É na república liberal (“Nova República”) instaurada no Brasil a partir de 1985-1988 que os interesses do grande capital em atualizar a dependência brasileira à Globalização neoliberal encontram sua superestrutura política mais adequada. Não por acaso, a defesa de propostas neoliberais, tais como privatizações e liberalização do comércio, passam a ser abertamente defendidas após terminada a Transição. Essa posição se explica pela necessidade de controle quando do retorno do governo aos civis, afastando a possibilidade de decisão popular sobre o tema (eleições direitas para presidente) e realizando-o em cenário mais favorável para os interesses dominantes (o Colégio Eleitoral). Após esse momento, os representantes do grande capital passam à ofensiva, utilizando o pensamento neoliberal e suas principais entidades de classe no processo constituinte e que culminará na eleição de um candidato, Fernando Collor, que se apresenta como representante de suas ideias na primeira eleição presidencial direta em 1989.

O interesse do imperialismo norte-americano e da burguesia brasileira era garantir a mudança do regime de modo a criar uma superestrutura política com legitimidade (pela representatividade do voto e das instituições civis) para atualizar o caráter dependente do capitalismo brasileiro. Esse movimento garantiria a verticalidade governamental necessária aos interesses dos monopólios globais, especialmente os do centro hegemônico (EUA), e manteria a elite empresarial no poder, dando ares civis ao governo, agora sem os militares. Essas seriam as condições políticas necessárias para a implementação do neoliberalismo no Brasil. Esse processo, inevitavelmente, abriu espaço para a formação de uma oposição popular que abrigava diversas correntes políticas de esquerda, mas a restringiu ao sistema político liberal (Nova República), identificado não como um sistema político-ideológico, mas, numa leitura essencialista, como “A” democracia em si. Essa “essencialidade” da Nova República limitou os questionamentos e mobilizações políticas ao longo de sua existência, capturando a esquerda dentro dos limites do republicanismo liberal, transformando-a em uma “esquerda da ordem”. Mostrou-se assim, a superestrutura política adequada para a atualização da dependência brasileira, pois garantia a legitimação popular necessária e limitava as movimentações oposicionistas, sem questionamento do sistema político (SANTOS; PITILLO, 2018).

A partir de então, instaurada a superestrutura política necessária, o neoliberalismo passou a ser hegemônico no cenário nacional. Ele foi o carro-chefe das principais mudanças socioeconômicas do país, base das políticas de governo à direita do espectro político, e conseguiu desfigurar o campo da esquerda que lhe era inicialmente crítico, condicionando sua ação política, quando não cooptando governos, figuras públicas e organizações que se apresentavam, primordialmente, como alternativas ao pensamento neoliberal. A hegemonia neoconservadora garantiu a adoção das medidas do Consenso de Washington no Brasil ao longo dos anos 1990, desconfigurando a Constituição para a retirada de direitos trabalhistas e mecanismos de defesa da soberania nacional. Essa hegemonia não foi rompida em nenhum momento ao longo da Nova República, sendo apenas atenuada durante os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, por responderem a uma base social que se colocava em oposição ao neoliberalismo.

No entanto, a incapacidade durante os treze anos de governo de centro-esquerda no país (2003-2016) em rever todos os impactos negativos causados por uma política neoliberal ortodoxa mostrou como os setores pró-capital mantiveram poder (o que é diferente de governo) para restringir e cooptar opositores do campo popular, impondo o discurso único. Quando se chegou à exaustão da experiência social-democrata periférica⁶² dos governos progressistas, o grande capital e seus representantes na política, mídia e Justiça não tiveram grandes dificuldades – nem escrúpulos – em perpetrar um novo golpe de Estado em 2016, com o intuito de retomar a agenda ortodoxa dos anos 1990 em um momento de aprofundamento da crise internacional capitalista, especialmente na periferia. As forças conservadoras encerraram com o Golpe de 2016 a desconfiguração completa do pacto constitucional de 1988, desenvolvido ao longo de duas décadas, ao anular o seu mecanismo de legitimidade (o voto popular) e quebrar o arranjo político da Nova República – retirando a esquerda da posição de participante legítima do sistema político e abrindo espaço para o fascismo, que não compunha o arranjo neorrepblicano, mas passou a ser aceito no cenário político nos anos 2010 por amplos setores da direita brasileira.

O avanço neoliberal no mundo (e em particular na América Latina), pertence ao mesmo processo histórico de refluxo das experiências socialistas do século XX, construindo uma imposição ideológica de seus ideais como essencialmente democráticos. Essa operação tem como objetivo apresentar a república liberal como o único sistema político verdadeiramente democrático, o que, ao mesmo tempo, estigmatiza as experiências socialistas

⁶² Conceito que apresento no capítulo 5.

enquanto ditaduras, que seriam assim, essencialmente antidemocráticas, chegando em alguns casos mais exacerbados a comparar comunismo com fascismo.⁶³ Um poderoso arsenal ideológico pró-capital e pró-neoliberalismo hegemôniza a grande mídia monopolizada e os principais centros universitários do planeta, formulando consenso em relação a diversos temas, sempre de forma a coincidir com os interesses do grande capital.

Como regime calcado no liberalismo político, não é estranho que a Nova República se apresente como a encarnação do espírito democrático. Como demonstrado no capítulo 1, faz parte do ideário liberal se apresentar não como uma ideologia, e, portanto, projeto de uma classe social (a burguesia), mas sim, como algo natural, essencialista. No campo das ideias liberais estas não se apresentam como partidárias de uma classe em uma sociedade contraditória, mas como “A” democracia, “As” ideias a serem seguidas, corretas pela sua própria natureza. Qualquer divergência é logo taxada de antidemocrática. Estas ideias poderiam no máximo serem aprimoradas, mas nunca rompidas.

A Nova República foi tomada como “A” democracia em si, e não pelo o que ela realmente é, um sistema político liberal. O arranjo político da Nova República configurou-se como uma tentativa de construção de uma república liberal, baseada na representatividade, contratualismo e no multipartidarismo. Todavia, apresentar a existência destes como sinônimo de democracia trata-se de tomar a aparência pela essência, numa espécie de “fetichismo democrático” (BORON, 2011). Os mecanismos de funcionamento de uma república liberal não podem ser entendidos como garantia da existência de um regime democrático. Três décadas de Nova República nos mostraram que diversos direitos foram violados, não aplicados, ou simplesmente, modificados em relação ao texto constitucional original para se adequarem aos interesses dominantes do grande capital autóctone e estrangeiro.

A pactuação nesses termos preservou a estrutura capitalista dependente do país mesmo com a alteração do regime político, mas englobou forças à esquerda do espectro ideológico, retirando-as da ilegalidade e da perseguição. A livre organização dessas forças permitiu uma maior pluralidade de vozes que se manifestaram na Constituição de 1988, assegurando dentro do arranjo uma série de direitos sociais e trabalhistas, assim como a participação cidadã em vários mecanismos institucionais em maior ou menor grau. No entanto, o desenvolvimento da Nova República mostrou seu verdadeiro conteúdo, como uma república liberal, portanto, voltada, prioritariamente, à satisfação dos interesses do capital e seus representantes. Diversos foram os pactos consagrados na Constituição de 1988 que nunca foram colocados em prática

⁶³ O que também é utilizado para “esconder” o caráter capitalista do fascismo.

ou foram gradualmente desconfigurados pela política neoliberal nas décadas seguintes. Ao longo de trinta anos, dezenas de modificações foram feitas no texto constituinte para retirar direitos trabalhistas e favorecer as diversas frações do capital, assim como permitir a ampliação do domínio estrangeiro sobre a economia brasileira e seus recursos. Ao fim, a Nova República foi instrumentalizada pelo grande capital para servir ao objetivo de aplicar as políticas neoliberais no Brasil e configurar a economia do país para as funções que competem à periferia do sistema na fase da Globalização neoliberal: plataforma de valorização financeira e produtora de bens primários e secundários de média e baixa composição técnica, destinados à exportação, sendo essas atividades, predominantemente, controladas pelo capital estrangeiro.

3 ANOS 1980: 1º MOMENTO DA INSERÇÃO - A CRISE DA DÍVIDA

As grandes transformações analisadas por este trabalho podem ser localizadas com maior precisão a partir da década de 1970, quando têm início, ou ficam mais perceptíveis, fenômenos ligados ao avanço da Globalização e suas contratendências. A partir do enfraquecimento da proposta keynesiana, com a estagnação da economia, o fim do pleno emprego e o aumento da inflação, as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno nas discussões econômicas, se tornando hegemônicas nos anos 1980. Os gastos públicos com a manutenção do Estado de bem-estar social foram apontados como os grandes vilões da crise nos países centrais, servindo como pretexto para uma forte ofensiva do capital sobre as conquistas dos trabalhadores.

No entanto, não se mexeram nos gastos públicos que alimentavam os grandes monopólios privados que, no caso norte-americano, principal economia mundial naquele momento, nutre todo um complexo industrial-militar que mantém a hegemonia do país sobre o restante do planeta. Contraditoriamente, a economia estadunidense passou a operar em déficit comercial e fiscal desde então, nunca mais se recuperando. Essa situação levou ao fim do padrão dólar-ouro, à emissão de títulos da dívida e ao aumento dos juros por parte das autoridades norte-americanas, que seriam cruciais para o agigantamento do setor financeiro e sua transformação no eixo principal da acumulação de capital a partir das décadas finais do século XX. As medidas adotadas pelo centro hegemônico reconfigurariam a economia mundial e desatariam processos históricos importantes, alguns deles, que entram em contradição com o capitalismo e os objetivos dos Estados Unidos, como o deslocamento da economia mundial rumo à Ásia, a difusão de conhecimentos mais rápida do que a capacidade de apropriação privada e a necessidade de qualificação da força de trabalho para avançar nas ciências de ponta, frutos da Revolução Científico-Técnica.

O aumento dos juros norte-americanos impactou fortemente a periferia capitalista, inclusive o Brasil. Como o projeto de desenvolvimento econômico da Ditadura estava calcado em empréstimos internacionais a juros flutuantes, o país viu, rapidamente, seus débitos internacionais se multiplicarem a níveis impagáveis na chamada Crise da Dívida, a maior crise da história do capitalismo dependente brasileiro. A escalada inflacionária e a incapacidade de financiamento da iniciativa privada por parte do Estado comprometeram de maneira definitiva o modo com que a economia do país era gerenciada até aquele momento, acelerando o processo que levaria ao fim do regime autoritário e sua substituição por um sistema de corte liberal e representativo, a Nova República.

Para a pesquisa aqui empreendida, contudo, a Crise da Dívida guarda um significado ainda mais profundo, pois representa o momento de transição entre duas fases da dependência. A anterior, de predominância do investimento direto estrangeiro, que vinha pelo menos desde 1945, e que se desestruturava naquela ocasião; e a nova, o neoliberalismo, que marca a inserção, de maneira subalterna, da economia brasileira no novo momento do capitalismo internacional, a Globalização neoliberal. Essa remodelação, no entanto, não seria linear, e dependeria de movimentações internas que passavam pelo fim do regime autoritário, a constituição do novo sistema político, a renegociação da dívida externa e a conversão da burguesia brasileira a uma nova forma de acumulação, adotando a ideologia neoliberal.

Esses processos tomariam toda a década de 1980, adentrando a de 1990 em alguns casos, e desembocariam na reconfiguração do capitalismo brasileiro, com a manutenção de sua condição dependente, que pese modificações de suas funções na divisão internacional do trabalho. Ao final dos anos 1980, com a constatação de que a dívida das nações periféricas era impagável e poderia contaminar as finanças mundiais, os organismos internacionais comandados pelo Tesouro norte-americano formulariam o Plano Brady, como forma de tratamento político da dívida, que seria fundamental nas transformações pelas quais passariam os países periféricos, inclusive o Brasil. O estudo da questão da Crise da Dívida e sua ligação com as mudanças verificadas no capitalismo dependente brasileiro ao final do século XX é o tema deste capítulo.

3.1 Mudanças estruturais no capitalismo a partir dos anos 1970

Após o término da Segunda Guerra Mundial os países centrais passaram a adotar políticas de corte keynesiano, com forte participação do Estado na economia, garantia do pleno emprego e oferta de serviços públicos mantidos por meio dos impostos pagos pelos seus cidadãos. Essa fase do capitalismo central (1945-1975), apresentada muitas vezes sob a alcunha de “Anos Dourados”, ou “30 anos gloriosos” é rememorada como um momento de crescimento alto e constante, de aumento na qualidade de vida e estabilização de regimes políticos de corte liberal, que, em tese, garantiriam o direito de manifestação e participação na vida pública dos diversos grupos políticos.

No plano geopolítico os “30 anos gloriosos” significaram a consolidação da hegemonia norte-americana sobre o mundo, inclusive sobre os países centrais. Desde então, não houve mais conflitos entre essas nações. A centralidade econômica e militar dos Estados Unidos, juntamente com o trauma de duas guerras mundiais e o início do processo de

independência das antigas colônias na África e Ásia, garantiram no pós-guerra uma *pax americana* entre os principais países do capitalismo internacional.

Existe um outro lado desses “Anos Dourados” que é convenientemente esquecido nas colocações pró-capital. Três características que também pertencem a esse período e à própria dinâmica do capitalismo internacional merecem nossa atenção. Primeira delas, os gastos públicos, principalmente da potência hegemônica, os Estados Unidos, não se davam somente pela política de bem-estar social ofertada, em maior ou menor medida, às suas populações, mas também, pela manutenção de uma máquina de guerra, com destaque aos gastos alocados em setores de alta tecnologia para uso militar, vitaminados pela retórica da Guerra Fria e de um conflito nuclear com os comunistas. Todo esse gasto se configurava (e ainda se configura hoje) como gasto público, sendo o Estado o principal - e por vezes o exclusivo - cliente do complexo industrial-militar. Sendo assim, o *welfare* não pode ser entendido sem o *warfare*.

Em segundo lugar, armas são fabricadas para serem usadas e o lucro dos monopólios do complexo industrial-militar advém da destruição de sua produção bélica. Portanto, o setor militar somente se apresenta como lucrativo caso haja conflitos. Como a anunciada guerra total contra os comunistas se mostrou paranoia e não realidade, também não havendo conflitos entre as nações centrais, as guerras foram deslocadas para a periferia do sistema, onde os Estados Unidos garantia, direta ou indiretamente, sua hegemonia sobre a América Latina, África e Ásia na “ponta da baioneta”. Os “Anos Dourados” são assim um momento de conflitos localizados em várias partes da periferia mundial, mas que respondiam a uma conjuntura global de levante dos povos de todo o mundo contra o domínio do capitalismo norte-americano e os impérios coloniais europeus.

Por último, os “Anos Dourados” foram palco de uma sucessão de golpes de Estado e implementação de ditaduras em diversos países da periferia, no sentido de manutenção da hegemonia estadunidense e de “combate” ao comunismo. Esses golpes de força e os regimes sanguinários que os sucederam, inclusive no Brasil, atentavam contra a pretensa “democracia” e “liberdade” da qual o “mundo livre” dizia ser o grande guardião. A proscrição de partidos de esquerda, o assassinato de opositores, a criação de conflitos militares assimétricos⁶⁴ e as sabotagens econômicas foram um expediente comum na periferia do capitalismo, sob a tutela do capital norte-americano. A violência e o autoritarismo, quando não fascismo, foi tão grande, que sequer a “democracia” liberal foi possível na periferia durante a maior parte do século XX.

⁶⁴ Por mais que essa assimetria não fosse certeza absoluta de vitória (sendo o caso mais emblemático o do Vietnã), a diferença de forças entre os Estados Unidos e os povos da periferia era/é descomunal.

Portanto, o período dos “Anos dourados” não é tão homogêneo como quer apresentar uma visão pró-capital. Havia uma contradição latente: de um lado a expansão do fordismo e da sociedade de consumo, em conjunto com uma intervenção estatal pró-social, fruto de um acordo capital-trabalho do qual a social-democracia era a maior expressão política (*welfare*); do outro, o desenvolvimento de uma máquina de guerra, desestabilização e sabotagem baseada em empresas privadas do complexo industrial-militar sustentadas pelo dinheiro público, às custas do sofrimento das populações da periferia global (*warfare*). Importante destacar que os gastos públicos também se direcionavam para setores não-lucrativos e que não despertavam o interesse de companhias privadas naquele momento, como foi o caso de diversos setores da indústria de base. O Estado assumia esses setores de baixa lucratividade por meio de empresas estatais.

Esses gastos públicos foram essenciais para a manutenção do crescimento e das taxas de lucro nesse período. A empresa multinacional é um produto desse tempo, devido à concentração de capitais que ocorreu anteriormente, com a crise dos anos 1920-1930 e a Segunda Guerra Mundial. Toda crise do capitalismo é um processo de eliminação de capitais mais modestos e sua concentração em monopólios. As multinacionais se espalharam pelo mundo e incorporaram inovações do pós-guerra que resultaram no advento da Revolução Científico-Técnica.⁶⁵ Ao mesmo tempo, aproveitando-se da conjuntura de Guerra Fria, utilizaram seus Estados-nacionais representantes para impor seus interesses sobre a periferia mundial, aplicando todo tipo de expediente, desde o patrocínio de governos locais que não impusessem restrições a seus negócios, até o apoio a golpes de Estado e regimes ditatoriais. A expansão das multinacionais e seu paulatino controle dos mercados locais periféricos é parte integrante dos “Anos Dourados” e de um novo momento de avanço imperialista sobre as nações de capitalismo dependente.

Toda a arquitetura keynesiana desabaria a partir do final da década de 1960, sendo mais perceptível, no entanto, a partir da década de 1970. A política econômica nos países centrais se baseava na crença do gasto público como indutor de demanda, combatendo assim o que se acreditava ser a origem das crises cíclicas do capitalismo. O gasto público concederia maior poder de consumo à população e, ao mesmo tempo, serviria como porto seguro para diversos setores econômicos, mantendo sempre aquecida a demanda. Essa política econômica necessita de três pilares basicamente: a) crescimento econômico, b) pleno emprego e c) preços estáveis (baixa inflação). A crise dos anos 1970 corresponde justamente à implosão desses

⁶⁵ Ver capítulo 1.

três pilares, com baixo crescimento, alta do desemprego e da inflação. Somada a essa questão estrutural, as duas crises do petróleo (1973 e 1979)⁶⁶ catapultaram os preços da principal fonte de energia mundial e contribuíram para o agravamento da crise.

Theotonio dos Santos localiza os indícios da crise já em 1966, quando se acelera a queda da taxa de lucros, agravando-se na década seguinte. Em um primeiro momento, a posição do governo norte-americano (presidido por Lyndon Johnson) foi aprofundar o binômio *welfare-warfare*: de um lado, com a “guerra à pobreza”, conjunto de gastos sociais que pretendia erradicar a pobreza na sociedade estadunidense; por outro, aumentando a participação das tropas norte-americanas no Vietnã, apostando assim no gasto militar como alavancador da economia. A intervenção estadunidense no Sudeste Asiático ganhou os contornos dramáticos pelos quais ficou conhecida exatamente nesse período. Tal opção se mostrou um desastre. Devido ao colapso dos pilares da política keynesiana os gastos do binômio *welfare-warfare* oneraram o Estado norte-americano, a pobreza e o desemprego aumentaram juntamente com a violência urbana, e a Guerra do Vietnã se mostrou um fiasco, exaurindo os cofres públicos e criando uma forte oposição interna na sociedade estadunidense contra um conflito que se mostrava sem sentido e sem perspectiva de qualquer vitória (DOS SANTOS, 2004).

Considero a crise que toma forma a partir da década de 1970, comumente apresentada como a crise do modelo keynesiano, guarda explicação mais profunda, intimamente conectada com os tópicos trabalhados nesse texto. Trata-se dos limites de desenvolvimento da Revolução Científico-Técnica dentro da esfera capitalista de produção. A partir desse momento se tornou impossível para o gasto público manter os insumos voltados aos monopólios, principalmente no que se trata ao financiamento de ciência e tecnologia, e, por outro lado, garantir a “paz social” por meio da política de bem-estar e de pleno emprego. A equação entre esses gastos não mais se mostrava factível, levando à queda na taxa de lucro e a consequente desterritorialização das unidades produtivas dos grandes monopólios, buscando países onde a obtenção de lucros fosse mais fácil e rápida. Essa busca se traduzia prioritariamente por gastos menores com a força de trabalho (capital variável), mas também por carga tributária menor, principalmente sobre a remessa de lucros. O traslado de fábricas

⁶⁶ As crises do petróleo responderam a questões geopolíticas no Oriente Médio. Em 1973, Egito e Síria atacaram Israel com o objetivo de retomar territórios invadidos por este na Guerra dos Seis Dias (1967). Os países árabes, por meio da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) boicotaram a venda do produto aos Estados Unidos e países europeus que apoiavam Israel, fazendo o seu preço disparar. A segunda crise, em 1979, corresponde à nova elevação dos preços internacionais do petróleo devido à Revolução Iraniana, onde um regime ditatorial e pró-Estados Unidos, comandado pelo Xá Reza Pahlev, foi derrubado por um amplo movimento popular que resultou na instauração de um governo de corte nacionalista e islâmico, que passou a controlar o país, terceiro maior exportador mundial do produto.

para países da periferia tinha um só objetivo principal: aumentar os lucros. Era uma forma de contornar o financiamento da política de bem-estar nos países centrais – calcada nos impostos sobre os mais ricos, e, concomitante, pressionar por sua flexibilização ou suspensão. Frente à crise de acumulação iniciada entre os anos 1960-1970 as grandes empresas claramente escolhem manter seus lucros às custas do social.

Segundo Dos Santos (1987, p. 222-226) são três as contradições do capitalismo com a RCT que levaram à crise nos anos 1970 e o abandono das políticas keynesianas:

a) Limites do progresso técnico no capitalismo monopolístico: os gastos em Pesquisa e Desenvolvimento das empresas e dos Estados não eram articulados, como é de se esperar do “livre mercado”. Essa situação levou o Estado, grande financiador direto e indireto da ciência e tecnologia, ao limite, sendo o ponto central da crise fiscal, especialmente em relação aos Estados Unidos e seus gastos militares. O Estado aparece não só como financiador do progresso técnico, mas como importante produtor e consumidor. Esse volume de capital concentrado no campo da ciência e tecnologia ligado ao gasto público criou as megacorporações, novo patamar das multinacionais, e que passaram a desviar esse volume de capitais para a esfera especulativa a partir do momento em que essa se apresentou mais lucrativa que o setor produtivo (movimento que ganharia contornos mais claros a partir da década de 1980). O Estado, entretanto, não se retiraria do financiamento de Pesquisa e Desenvolvimento, mesmo com a ação das corporações tendo aumentado nessa área. Passa-se então a uma simbiose de interesses entre governos e megaempresas para o planejamento dos gastos de Pesquisa e Desenvolvimento, especialmente em setores de alta tecnologia, como o militar, a informática, a microeletrônica, etc. O capitalismo de Estado monopolístico não se assemelha em nada ao “livre mercado” que os neoliberais dizem defender.

b) A difusão da tecnologia passa a ser maior que a apropriação (difusão > apropriação): como uma das características fundamentais da RCT, o avanço tecnológico permitiu a apropriação cada vez mais rápida dos conhecimentos científicos. Isso levou uma nova competição interimperialista entre os países centrais, representada na década de 1970 e 1980 pelo avanço do Japão e da Alemanha, que provocou um déficit comercial na balança norte-americana. Essa competição não se desdobrou em conflitos militares, mas impactou de maneira determinante a economia estadunidense, significando os primeiros sinais de enfraquecimento de sua hegemonia. Quando se mostrou mais lucrativo o investimento na tecnologia de ponta japonesa (microeletrônica) e alemã (industrial-automobilística) o grande capital não pensou duas vezes em secundarizar setores menos dinâmicos nos Estados Unidos. Passa-se então a um duplo movimento na tentativa de se contrapor à queda da taxa de lucro: a

instalação do parque produtivo na periferia – onde a exploração da força de trabalho seria mais acentuada, e a destruição gradual das políticas de bem-estar e pleno emprego no centro. A utilização de patentes e outras formas de propriedade intelectual também se configura como tentativa de conter a difusão de conhecimento graças aos avanços da RCT.

c) A diminuição drástica do tempo de trabalho socialmente necessário dentro dos limites capitalistas leva ao desemprego e à precarização: com a aplicação cada vez mais decisiva do progresso técnico no processo produtivo e a conseqüente diminuição no tempo de trabalho socialmente necessário (TTSN) para a produção de mercadorias, a liberação da força de trabalho humana da produção deveria vir acompanhada da diminuição na jornada de trabalho e da requalificação dessa mão de obra para ser aproveitada em outros setores de ponta. Como o capitalismo é um sistema que necessita do inverso, tal seja, da desqualificação do trabalho humano frente à máquina, o progresso técnico e a necessidade cada vez menor de trabalho humano na produção deslocam uma massa de trabalhadores para o desemprego estrutural ou, quando dos momentos de economia mais pujante, a modalidades precárias de ocupação, tais como a terceirização e o subemprego. Essa gerência irracional do mundo do trabalho, somada à concentração de renda e de capitais leva ao aumento da desigualdade e da contestação, que são respondidas por mecanismos de exclusão política (enfraquecimento dos sindicatos, controle econômico dos processos eleitorais, etc) e com o recrudescimento da repressão (criminalização dos movimentos sociais e militarização da segurança pública, especialmente nos espaços de moradia dos extratos mais pobres da classe trabalhadora).

Já no final da década de 1960, onde Theotonio dos Santos localiza os primeiros indícios da crise, há movimentos claros de contestação à ordem, mesmo com todo o Estado de bem-estar social desenvolvido nos países centrais. O maio francês de 1968 e o movimento pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, desembocando nas massivas manifestações contra a Guerra do Vietnã foram demonstrações claras de que o “paraíso” keynesiano do pós-guerra estava começando a fazer água. A crise econômica dos anos 1970, principalmente a partir do primeiro choque do petróleo em 1973, dinamitou o pleno emprego, trouxe de volta a recessão e iniciou a escalada dos índices de violência urbana que seriam muito bem aproveitados pelo pensamento conservador nas décadas seguintes.

A combinação de baixo crescimento e aumento do desemprego, somada aos gastos militares, levou o Estado norte-americano a um endividamento crescente, onde a Guerra do Vietnã e outras aventuras militares disputavam o orçamento público com a necessidade de remediar os efeitos da crise na sociedade estadunidense, como por exemplo, o seguro desemprego. Esse cenário destrói as bases que assentavam o pensamento keynesiano

(crescimento, pleno emprego e baixa inflação) colocando um limite claro ao desenvolvimento capitalista tal como ele vinha sendo realizado desde o término da Segunda Guerra Mundial.

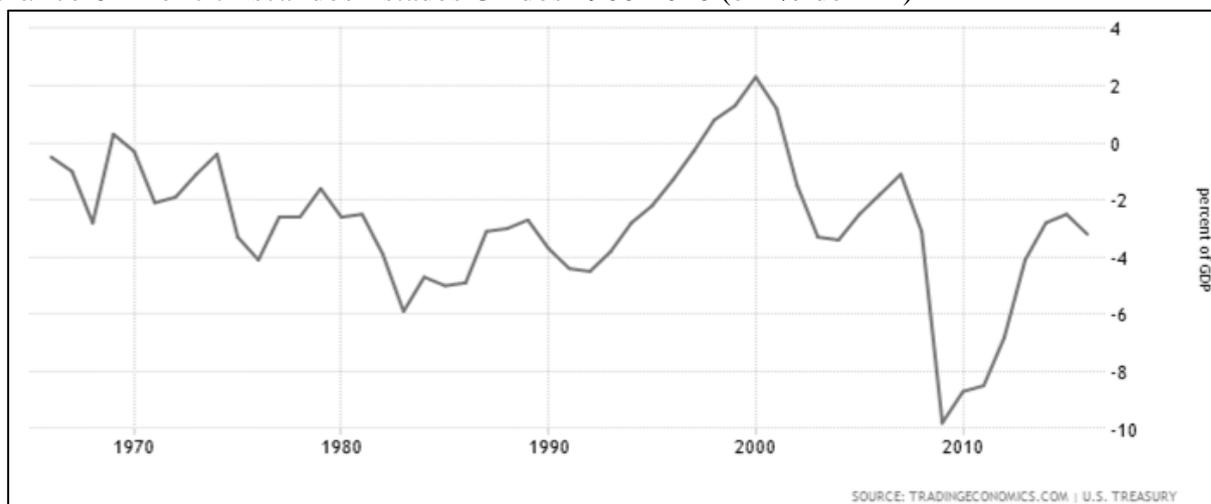
O déficit fiscal norte-americano se somou ao déficit comercial, já que a balança do país passou a apresentar dados negativos, principalmente devido ao comércio com o Japão e a Alemanha. Essas economias não-militarizadas (devido à derrota na Segunda Guerra Mundial) direcionaram seus gastos para a tecnologia de ponta e sua implementação no processo produtivo, tendo o mercado estadunidense como principal consumidor. Os Gráficos 7 e 8, respectivamente, demonstram os déficits comercial e fiscal dos Estados Unidos a partir de meados da década de 1970, constituindo-se em um problema estrutural de sua economia desde então.

Gráfico 7 - Déficit comercial dos Estados Unidos 1966-2016 (em milhões de US\$)



Fonte: Departamento do Censo dos Estados Unidos. Disponível em: <www.tradingeconomics.com/united-states/balance-of-trade> Acesso em 14 de agosto de 2018.

Gráfico 8 - Déficit fiscal dos Estados Unidos 1966-2016 (em % do PIB)



Fonte: Departamento do Censo dos Estados Unidos. Disponível em: <www.tradingeconomics.com/united-states/government-budget> Acesso em 14 de agosto de 2018.

Os limites apresentados pelo capitalismo a partir da década de 1970 poderiam ser atenuados, caso houvesse uma intervenção racional em prol do trabalho e do bem-estar da sociedade. A diminuição da jornada de trabalho e a requalificação da mão de obra para serviços baseados em conhecimentos científicos avançados poderiam manter o pleno emprego e o consumo, realocando a força de trabalho liberada da produção devido os avanços tecnológicos. Não foi essa a opção adotada. Com a força dos monopólios, o que ocorreu foi a destruição das políticas sociais de corte keynesiano, reduzindo sua participação no orçamento público a favor da manutenção dos gastos militares e outras políticas de benefício da esfera privada financiadas pelo gasto público. No momento em que as contradições do keynesianismo chegaram ao limite, o grande capital não teve dúvidas: abandona-se o *welfare* para se manter o *warfare*. A financeirização da economia se apresentaria como um desdobramento dessa conjuntura e os títulos da dívida pública se tornariam o principal mecanismo de transmissão da riqueza pública para a esfera privada. O exemplo norte-americano, como economia hegemônica do sistema capitalista internacional, daria o tom para a subjugação de todos os países, em maior ou menor grau, aos ditames do que se convencionaria chamar de neoliberalismo ou neoconservadorismo.

A partir da década de 1970 há uma crise civilizacional do capitalismo, onde as imposições dos grandes monopólios por meio do controle dos Estados nacionais destroem as garantias trabalhistas e sociais. O capitalismo entrou em uma onda predatória sobre as mínimas garantias de sociabilidade e sobrevivência da humanidade, com a apropriação privada de qualquer espaço público, a devastação ecológica sem moderações e a violência como forma de lucro fundamental (seja a partir de conflitos literalmente inventados, financiamento de grupos terroristas, encarceramento em massa, militarização do cotidiano, entre outras formas). O capital, tal como estruturado sob a ótica neoliberal, se apresenta como um mecanismo de acumulação pela destruição, dinamitando as mais basilares condições de convivência. Isso porque seu desenvolvimento tem como pilar uma brutal concentração de capitais que permite o controle da economia global e dos assuntos políticos por uma minoria social que se encontra cada vez mais associada por meio de fusões, sociedades anônimas e outras formas de associação entre capitalistas, guiados pela ideologia neoliberal, reacionária e baseada em preceitos cientificamente superados, como é de praxe em fases regressivas do capitalismo (DOS SANTOS, 2016, p. 73-111).

Os Estados Unidos são tomados aqui como exemplo pela sua centralidade no capitalismo contemporâneo e sua capacidade de influenciar mudanças em âmbito mundial. Para sanar o déficit apresentado em sua balança comercial, os Estados Unidos passaram a vender títulos da dívida a juros altos no mercado, no sentido de obter dinheiro vivo a curto

prazo. O fechamento de balanças comerciais desfavoráveis com a utilização do recurso da venda de títulos se tornaria a mola mestra do capitalismo periférico latino-americano nos anos posteriores, seguindo o modelo norte-americano. O abandono do padrão ouro e a emissão de moeda sem lastro também contribuíram para o avanço dos mercados especulativos e da riqueza fictícia. Essa medida foi tomada pelos Estados Unidos para conter a desvalorização do dólar e os saques em ouro de suas reservas.

Os gastos públicos com o setor militar, no entanto, permaneceram e foram até ampliados. O *warfare* se tornou o ponto principal do gasto em ciência e tecnologia nos Estados Unidos. Como toda crise, a dos anos 1970 foi responsável por mais uma rodada de concentração de capital. Não por acaso, a partir da década de 1980 a informática e a microeletrônica entrariam numa rota de avanço extraordinária.⁶⁷ Muito dos avanços dos computadores e da internet utilizados hoje para fins civis se originaram do setor militar, como o sistema de localização GPS.

O advento neoliberal frente às contradições keynesianas são uma clara demonstração da irracionalidade capitalista e da imposição dos interesses da minoria sobre a maior parte da humanidade. A primazia do *warfare* sobre a política de bem-estar e pleno emprego nos países centrais demonstra como o grande capital preferiu alastrar a guerra imperialista sobre o mundo do que priorizar os gastos sociais, mesmo que esses fossem restritos aos países centrais. O grande capital optou pela emissão descontrolada de capital fictício, concentrando a riqueza real em número cada vez mais restrito de super ricos, do que socializar a produção e desenvolver formas cooperativas de produção de conhecimento. Entre a racionalização do trabalho e a liberação gradual do ser humano do processo produtivo graças às inovações tecnológicas, o grande capital, alimentado pelo ideário neoliberal, preferiu negar a milhões (em certos momentos, bilhões) de seres humanos o emprego, condição básica de dignidade.

A aplicação da doutrina neoliberal nos Estados Unidos, principalmente a partir do governo de Ronald Reagan (1981-1989) demonstrou as contradições entre a aparência e a essência do pensamento neoliberal. Reagan aplicou as medidas preconizadas pelo pensamento neoconservador, tal como redução dos gastos públicos com as políticas sociais, redução dos impostos aos mais ricos, enfraquecimento dos sindicatos, privatização de empresas e serviços públicos. No entanto, com a manutenção dos gastos militares e o endividamento público como mecanismo de compensação ao déficit da balança comercial, o governo aumentou o déficit estadunidense ao invés de diminuí-lo. Segundo dados da OECD e Banco Mundial, o gasto público norte-americano em 1980 equivalia a 31,8% do PIB, mas em 1990 se elevava a

⁶⁷ A Internet como a conhecemos é um produto dos anos 1980. Gigantes do setor, como Microsoft e Apple foram fundadas mais ou menos na mesma época (respectivamente 1975 e 1976).

33,3%. A dívida pública do país em 1980 correspondia a 37,9% do PIB. Dez anos depois chegava a 58,2% (e desde então não parou mais de subir). Os juros representavam 3,9% dos gastos públicos, passando a 6,3% em 1990. A adoção do neoliberalismo na principal economia mundial não leva a uma contenção, mas sim, um aumento dos gastos públicos, diminuindo apenas os gastos sociais e repassando uma parte maior do orçamento público para a iniciativa privada, com destaque para o setor militar e o pagamento dos títulos da dívida (DOS SANTOS, 2004, p. 142-144).

O objetivo dessa rápida análise da crise que se abre a partir da década de 1970, principalmente na observação da conjuntura estadunidense, é compreender como a implementação das políticas neoliberais no centro impacta de maneira estrutural o capitalismo dependente brasileiro. Nesse ponto, é essencial para nossa reflexão salientar que a financeirização da economia, tendo como ponto-chave a alta dos juros promovida nos Estados Unidos para a negociação de seus títulos da dívida, remodela totalmente a acumulação mundial e levaria a uma reestruturação do capitalismo dependente brasileiro.

O intuito da negociação de títulos da dívida por um país é conseguir dinheiro vivo rápido, ou seja, trocar o título da dívida por dinheiro em espécie. Para isso, quanto mais alta for a taxa de juros, maior o valor do rendimento no retorno para o comprador. Por outro lado, cresce o endividamento público. Essa operação é colocada em prática principalmente para fechar balanços negativos dos Estados, ou para o pagamento de outras dívidas, criando assim uma espiral de endividamento na qual boa parte dos Estados se encontra hoje.

O mar de dinheiro sem lastro que inundou a economia mundial a partir do fim do padrão dólar-ouro (1971) encontrou aplicação em um primeiro momento no financiamento dos países da periferia (e também do Leste europeu socialista). No caso brasileiro, isso se manifestou pela política econômica da Ditadura que baseou suas obras megalomaniacas e o avanço de determinados setores industriais no endividamento externo. Esses empréstimos foram tomados a juros flutuantes e, portanto, estavam à mercê da oscilação da taxa de juros estadunidense.

Quando o governo norte-americano, na década de 1980, catapultou os juros para tornar mais atrativos seus próprios títulos da dívida, leva consigo os juros sobre a dívida externa brasileira (ocorrendo o mesmo com toda a periferia capitalista, especialmente a América Latina), multiplicando-a a um patamar impagável. Ao mesmo tempo, o aumento dos juros nos Estados Unidos funcionou como um aspirador de capitais, fazendo com que os fluxos de capitais se direcionassem à compra dos títulos norte-americanos, tidos como um investimento de segurança. Isso retirou investimentos dos países periféricos e fechou as portas para novos empréstimos que pudessem socorrer essas nações em um momento de profunda crise

econômica. O pagamento das dívidas da periferia, somado ao superávit de países como Japão e Alemanha, criavam uma massa de capitais que se direcionavam à aquisição de títulos da dívida norte-americanos. Isso permitiu o governo Reagan a estabilizar os preços internamente, baixando a inflação e assim angariando uma vitória ao discurso neoliberal (por mais que tenha sido a única meta neoliberal que realmente tenha se materializado).

Em sentido restrito, a “reaganomics”, com a revalorização do dólar e os gigantescos deficits comerciais, freou e posteriormente estabilizou os preços internos e trouxe efeitos positivos para os grandes fornecedores da economia norte-americana, notadamente, Alemanha, o Japão e os demais Tigres Asiáticos. Quem pagou a conta, contudo, foram as economias endividadas da periferia do sistema capitalista, principalmente a América Latina. Por trás da revalorização do dólar estavam os altos juros básicos impostos aos devedores, e no rastro dos juros altos veio a crise da dívida externa que levaria mais de uma década para ser atenuada, e cujos efeitos sequer foram inteiramente dissipados (DOS SANTOS, 2004, p. 48).

A “reaganomics” seria apresentada como triunfo neoliberal e influenciaria governos em todo o mundo, principalmente na América Latina. O neoliberalismo se impõe enquanto doutrina, no sentido mais pejorativo do termo. Isso porque não cumpre muitos dos itens prometidos, principalmente no que tange à diminuição dos gastos públicos. Na verdade, se materializa como uma pesada intervenção do Estado na economia a favor dos mais ricos e da acumulação, reduzindo somente os gastos com o social, notoriamente as políticas públicas voltadas aos mais pobres. Com isso, as medidas neoliberais acabam produzindo o fenômeno inverso que prometiam: aumentam o déficit público, por meio do endividamento via títulos negociados de maneira especulativa (e com os gastos militares para economias onde esse setor é vital, tal como os Estados Unidos).

Para o Brasil e o restante da América Latina as mudanças trazidas pela reestruturação do capitalismo internacional não seriam menos traumáticas. Os anos 1980 abriram a maior crise do capitalismo dependente brasileiro, com a total insolvência de sua economia devido à alta dos juros internacionais. Com uma dívida que crescia exponencialmente e com as fontes para novos empréstimos obstaculizadas, a economia brasileira passa por um choque que a reestruturaria por completo, assim como contribuiria decisivamente para o fim do regime ditatorial.

3.2 Crise da Dívida: a contrapartida para a periferia

Uma das condições da dependência é sua reestruturação de acordo com as necessidades do mercado internacional. Não foi diferente com a implementação das políticas neoliberais a partir do centro do sistema. É verdade que o neoliberalismo foi primeiramente

testado em um país da periferia, o Chile, sob a ditadura fascista de Augusto Pinochet, articulada pelo grande capital local e forâneo, especialmente o norte-americano. O controle tirânico da sociedade e a impossibilidade de resistência dos trabalhadores eram o cenário perfeito para servir de “laboratório” neoliberal, exemplo prático de como a doutrina do neoliberalismo deprecia totalmente a democracia, sendo esta secundária frente a “liberdade” dos mercados.

No entanto, o neoliberalismo se impõe mundialmente a partir do momento em que controla as economias centrais. A vitória dos conservadores nos Estados Unidos com Ronald Reagan e na Inglaterra com Margareth Thatcher possibilitaram a hegemonia neoliberal sobre a economia mundial. A partir desse momento o capitalismo é reestruturado em escala mundial, modificando diversos aspectos na produção, na divisão internacional do trabalho e nas condições trabalhistas. As economias periféricas latino-americanas sofreram um grande choque devido os acontecimentos mundiais, especialmente os efeitos da alta do petróleo a partir de 1979 (devido à Revolução Iraniana e depois a guerra Irã-Iraque) e dos novos rumos da economia estadunidense (alta dos juros e emissão de títulos da dívida pública).

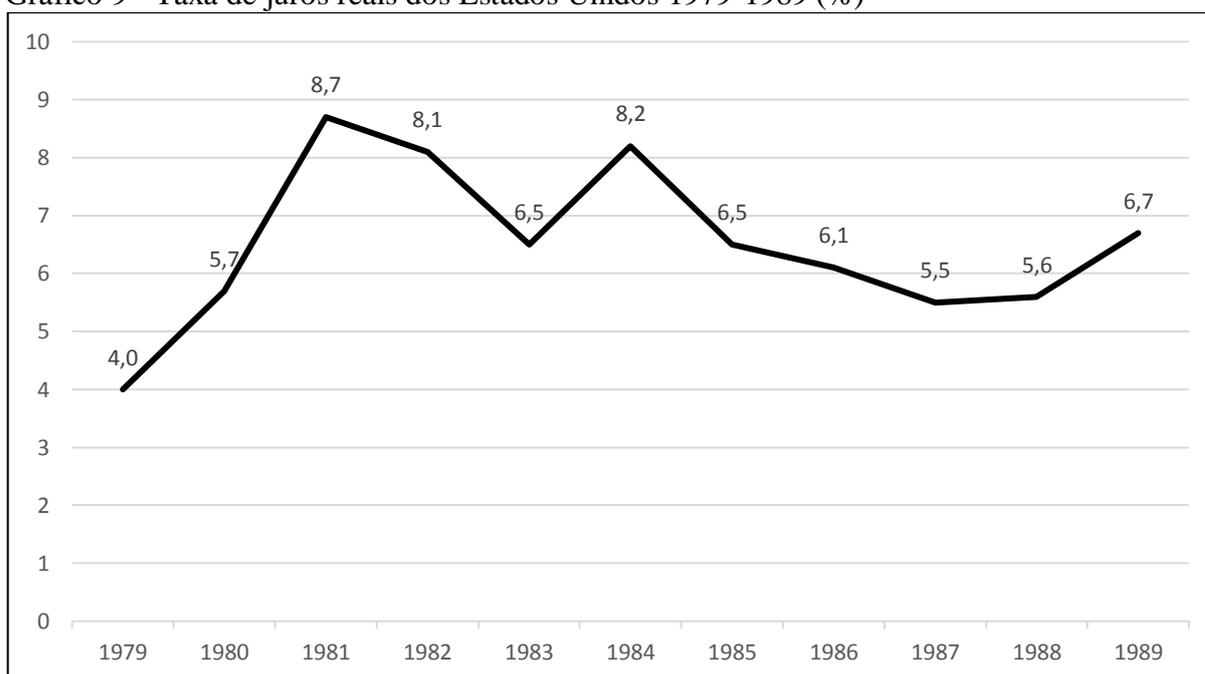
Como colocado acima, o governo norte-americano passou a lidar com um déficit comercial e fiscal. Sua forma de lidar com isso foi cortar gastos sociais e, principalmente, aumentar os juros para tornar mais atrativa a venda dos seus títulos públicos, conquistando assim dinheiro rápido para saldar seus indicadores internos negativos. Essa ação causou um terremoto nas economias periféricas endividadas, caso do Brasil. Isso porque o endividamento externo dos países periféricos se dava, principalmente, com bancos norte-americanos, sendo a taxa de juros estadunidense um importante indicador da economia internacional. Quando essa sobe leva consigo os juros sobre o endividamento periférico. Ao mesmo tempo, sendo os Estados Unidos a economia hegemônica do sistema capitalista internacional seus títulos da dívida se apresentam como um investimento de segurança da especulação (o mercado não acredita em uma moratória estadunidense). Os títulos da dívida estadunidense sob alta dos juros são assim uma garantia de lucro seguro e passaram então a sugar boa parte da liquidez de capitais que existia até então. Essa liquidez, fruto do dólar sem lastro,⁶⁸ encontrava como uma das suas formas de investimento justamente o empréstimo a nações da periferia. A partir da mudança de diretriz na política econômica estadunidense, esse dinheiro migrou para o investimento na dívida pública desse país, secando a fonte de recursos para os países

⁶⁸ O padrão dólar-ouro foi abandonado em 1971, por decisão unilateral dos Estados Unidos. Com a flutuação livre das moedas no mercado de acordo com a oferta e demanda, criou-se um grande volume de capital fictício, essencial para a primazia da especulação e dos próprios lucros fictícios a partir da década de 1980, tornando-se ponto-chave da acumulação no capitalismo contemporâneo.

dependentes. Portanto, o Brasil e os demais países da América Latina viram sua dívida multiplicar diversas vezes em curto espaço de tempo e, concomitantemente, perder a maior parte das suas fontes de financiamento. Estava instalada a Crise da Dívida latino-americana, maior crise econômica da história do capitalismo dependente até aquele momento.

O Gráfico 9 nos apresenta a escalada dos juros estadunidenses, principalmente na primeira metade da década de 1980.

Gráfico 9 - Taxa de juros reais dos Estados Unidos 1979-1989 (%)

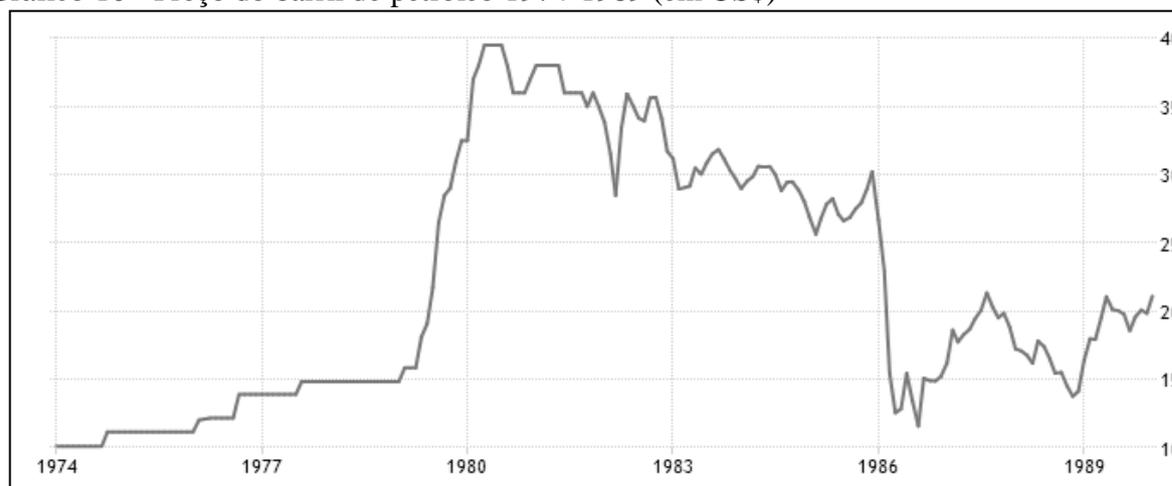


Fonte: Banco Mundial.

A alta do petróleo também impactou de forma negativa as economias periféricas dependentes da importação do produto, caso brasileiro. Com a escalada de preços o produto custava uma parte cada vez maior do orçamento já prejudicado pelo endividamento. A menor capacidade de investimento se desdobrou em uma menor importação de maquinários e tecnologia estrangeira, prejudicando o setor industrial exportador do país. Somando-se a isso o principal mercado das exportações brasileiras, os Estados Unidos, diminuiu suas compras já que o país entrou em recessão. No início da década de 1980 a economia brasileira seguiria o mesmo caminho.

No Gráfico 10 podemos perceber a alta dos preços do barril de petróleo a partir da década de 1970, com maior ênfase na primeira metade dos anos 1980.

Gráfico 10 - Preço do barril de petróleo 1974-1989 (em US\$)



Fonte: Trading Economics. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/commodity/crude-oil>> Acesso em: 10 de outubro de 2017.

Na Tabela 4 podemos acompanhar, por meio de dados do Tesouro Nacional, o desenrolar do endividamento externo brasileiro ao longo dos anos 1980. Reparamos que o maior gasto de dinheiro público com o pagamento dos encargos, juros e amortizações da dívida se dá na segunda metade da década. Os anos de recessão (entre 1982-1984) coincidem com os de menor gasto do Estado com o pagamento da dívida, mostrando a escassez de recursos. A primeira metade do decênio, quando o país ainda se encontrava sobre o regime ditatorial, foi marcada por uma política de endividamento para se pagar outras dívidas, vide a falta de liquidez. Esse endividamento vai estourar somente na segunda metade dos 1980 (já no pós-Ditadura, momento de formulação da nova Constituição), onde a dívida chega a níveis impagáveis. O governo brasileiro (presidido por José Sarney) decretaria moratória em 1987, momento onde o valor gasto com a amortização da dívida supera os juros e encargos. O fato não era inédito no cenário latino-americano. Cinco anos antes, em 1982, o México tinha feito o mesmo, anunciando a inviabilidade da dívida dos países da região.

Tabela 4 - Gasto do Governo Federal com a dívida externa 1980-1989 (bilhões de R\$)

Ano	Juros e Encargos	Amortizações
1980	13.207	7.372
1981	5.837	2.603
1982	8.449	4.456
1983	10.266	9.725
1984	6.660	5.597
1985	21.312	5.153
1986	69.836	18.051
1987	19.837	26.149
1988	75.845	24.701
1989	177.875	578.101

Fonte: Tesouro Nacional. Valor corrigido em 2017. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/series-historicas>> Acesso em julho de 2017.

Segundo os mesmos dados o valor gasto no pagamento da dívida externa em 1989, (R\$ 755.976 bilhões, somado juros, encargos e amortizações) foi maior do que o despendido no orçamento público somado à folha do funcionalismo (R\$ 329.055 bilhões). O que o país gastou em pagamento da dívida externa naquele ano seria suficiente para pagar duas vezes todo o orçamento de todos os ministérios, os servidores públicos, os encargos sociais e ainda sobraria dinheiro. As dívidas dos países latino-americanos seriam renegociadas a partir de 1989 em várias rodadas, das quais as principais foram o Plano Brady e o Consenso de Washington, que serão abordados mais à frente neste trabalho.

Essa situação agravou os já preocupantes índices sociais brasileiros. Segundo a base de dados *on line* do IPEA entre 1981 e 1989 o Coeficiente de Gini⁶⁹ do país passou de 0,584 para 0,636, evidenciando a escalada da concentração de renda. Sonia Miriam Draibe demonstrou que a participação da massa salarial na renda nacional cai de 40,79% em 1970 a 37,9% em 1980 e em 1989 estava estimada em 30%. Seus estudos apontaram para uma queda do salário-mínimo em 40% do seu valor ao longo daquele decênio, levando um terço da população brasileira ao estado de pobreza (DRAIBE, 1993).

A inflação foi uma das responsáveis por corroer a renda dos trabalhadores, contribuindo fortemente para o empobrecimento da população. A Tabela 5 mostra os absurdos índices de inflação ao longo dos anos 1980, chegando a casa dos três dígitos durante a recessão (1982-1984). Ao final do decênio, quando da incapacidade de pagar a dívida externa e da declaração da moratória, há uma hiperinflação que chega aos quatro dígitos.

Tabela 5 - Inflação – IPCA 1980-1990 (%)

Ano	Inflação
1980	99,25
1981	95,62
1982	104,79
1983	164,01
1984	215,26
1985	242,23
1986	79,66
1987	363,41
1988	980,21
1989	1972,91
1990	1620,97

Fonte: Ipeadata.

O Brasil foi fortemente impactado pela Crise da Dívida por dois motivos, um

⁶⁹ O coeficiente de Gini é um indicador de desigualdade, onde quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade, e quanto mais próximo de um, maior a desigualdade.

estrutural e outro conjuntural. Estruturalmente, o Brasil, como país capitalista dependente, apresenta uma defasagem tecnológica e um controle externo de boa parte de suas atividades produtivas. Essa situação cria um déficit comercial devido ao intercâmbio desigual, que leva à necessidade de empréstimos contraídos no exterior para saldar suas contas e realizar empreendimentos de grandes proporções. Soma-se a esses fatores a remessa de lucros que evade boa parte da riqueza criada no país para as matrizes das empresas transnacionais. Essa situação não é inevitável, mas somente pode ser contornável caso haja força política e social suficiente que aplique um programa de nação para desenvolver o país e romper com a condição de dependência. O que se viu na história brasileira foi justamente o contrário, um poder altamente concentrado em parcelas ínfimas da população totalmente atreladas à dominação estrangeira imperialista. Assim a estrutura dependente se perpetua e vai sendo modificada de acordo com as necessidades do mercado internacional. O país possui, portanto, uma estrutura vulnerável às oscilações internacionais, apresentando alta dependência de financiamento e tecnologias.

Conjuntamente o impacto devastador causado pela Crise da Dívida se explica pelo modelo de “desenvolvimento” aplicado até aquele momento pelo governo ditatorial. Esse modelo era baseado numa exportação industrial, com forte presença do capital estrangeiro. O parque industrial brasileiro era bem diversificado para os padrões periféricos, contudo, isto não significava uma autonomia produtiva, nem tampouco respondia a um plano de desenvolvimento soberano por parte do governo brasileiro. Um projeto de capitalismo autônomo há muito havia sido deixado de lado pela burguesia brasileira. O Golpe de 1964 foi a submissão definitiva ao projeto imperialista de avanço das multinacionais sobre a economia brasileira, onde o governo assumia os setores não lucrativos para o grande capital (como a indústria de base e serviços necessários à instalação de grandes empresas) enquanto este monopolizava os setores mais avançados com a instalação de filiais em território brasileiro. O país ainda era utilizado por monopólios autóctones e estrangeiros como plataforma de exportação para outras nações de economias mais frágeis, manifestando o subimperialismo identificado por Ruy Mauro Marini (ver capítulo 2).

Baseado na superexploração do trabalho e provocando uma baixa capacidade de consumo interna, esse modelo criou uma produção divorciada do mercado brasileiro, voltando-se para o exterior. Ao mesmo tempo, para atender os interesses dos monopólios estrangeiros, pouco ou nenhuma taxaço existia sobre a remessa de lucros, o que incrementava a perda de valores para o mercado internacional. Agregam-se os grandes empreendimentos da Ditadura para agradar grupos empresariais, como as empreiteiras,

configurando-se em obras de grande envergadura e de utilidade e/ou prioridade questionável, como a Rodovia Transamazônica, a hidroelétrica de Itaipu, a Ponte Rio-Niterói e outros não tão famosos. Esses projetos eram tocados à base de empréstimos internacionais tomados pelo governo brasileiro a juros flutuantes. Dessa forma contribuíam para uma precária balança de pagamentos.

O modelo demonstrava, do ponto de vista de suas relações internacionais, a necessidade de um apoio crescente no endividamento e uma dificuldade de deter as remessas de lucros, os pagamentos de juros, os pagamentos de royalties e outros serviços; portanto, mostrava-se incapaz de estabelecer uma situação de equilíbrio na balança de pagamentos. Os sucessivos déficits na balança de pagamentos levavam à necessidade de mais endividamento para cobri-los, e assim sucessivamente. Por outro lado, o caráter concentrador desse modelo exportador, baseado em tecnologias de ponta e empresas altamente monopólicas, gerava uma limitação da expansão do mercado interno, na medida em que criava uma quantidade de emprego relativamente reduzida e concentrava a renda a um setor extremamente limitado da população. Portanto, o impacto desse tipo de crescimento sobre a formação e expansão do mercado interno se revelava muito mais lenta do que as necessidades de novos investimentos, reforçando-se assim a necessidade de buscar o mercado externo como saída para a debilidade do avanço do mercado interno. Isto provocava historicamente, como já vimos, uma situação de superavit comercial, baixas importações, fortes exportações, e a diferença gerada por este superavit ia sempre financiar os serviços, seja da dívida externa, seja do capital estrangeiro, seja dos serviços técnicos ou outras formas de serviços como os fretes e o turismo, bem como a saída de capitais do país, inclusive nacionais, para investir no exterior diante da debilidade da expansão do mercado interno. Em 1973, com o aumento do preço do petróleo, a própria balança comercial tornou-se deficitária, aumentando drasticamente a fragilidade do modelo exportador industrial (DOS SANTOS, 1994b, p. 258-259).

Com o financiamento internacional vedado e a dívida externa multiplicando de acordo com a escalada dos juros norte-americanos – além da alta do petróleo, se tornou impossível manter esse modelo de importação de tecnologias e exportação industrial e de capital subimperialista com base no financiamento estatal. Esse padrão de reprodução do capital dependente se desmancharia ao longo da década de 1980 e seria substituído por uma nova especialização a partir de meados dos anos 1990, como parte da atualização do capitalismo dependente brasileiro à Globalização neoliberal. Uma alternativa para esse tipo de capitalismo poderia ser a incorporação de tecnologias de ponta, o que de fato se tentou no governo Geisel (1974-1979) com a busca de novas fontes de energia (nuclear e biomassa), investimento no setor aeroespacial, petroquímica fina e informática, movidos por uma ideologia nacionalista-autoritária de setores do governo militar. Esse ensejo, no entanto, era irrealizável sob as condições de superexploração e pauperismo impostas à classe trabalhadora brasileira. Sem um mercado interno forte e uma massa de trabalhadores com condições básicas de desenvolvimento e incorporação ao novo patamar produtivo, a saída endógena para a crise era impossível.

Esse projeto sofria, contudo, dos limites que já assinalamos. Em primeiro lugar, um mercado reduzido, que significava dificuldade de expansão da produção de bens de consumo final e duráveis. Seria a expansão desses mercados que criaram a demanda de maquinarias e das indústrias de produção mais estratégicas. Em segundo lugar, por esta mesma razão de concentração de renda e da produção, vemos o impacto negativo determinado pela ausência de investimentos sociais e, portanto, de desenvolvimento dos recursos humanos ou da população em seu conjunto. Sem uma base educacional, alimentação, saúde, sem uma infraestrutura de transportes que dariam às massas de trabalhadores a capacidade de incorporar-se a esta nova fase de desenvolvimento industrial, era impossível fundar uma potência econômica, ainda que média. Num país com mais de 50% de analfabetos era simplesmente inviável criar uma nação moderna em pleno final do século XX. Ao lado disso, a dinâmica desse processo de crescimento econômico estava dissolvendo e desarticulando totalmente a velha economia agrária do país e levando a uma expulsão de mão de obra maciça do campo para a cidade (cerca de 30 milhões de pessoas teriam saído do campo para a cidade nestes 20 anos) sem encontrar empregos e atividades econômicas que pudessem absorvê-la. Dessa forma, a capacidade destrutiva do sistema se revelava muito grande, mas a sua capacidade de investimento, de integração dessa mão de obra, de sua incorporação numa infraestrutura de investimento estatal, no setor social sobretudo, se revelavam extremamente deficitárias gerando um processo de marginalização econômica de grandes massas da população. Esta marginalização vai degradar cada vez mais o ambiente social e cultural do país e a capacidade da população de se incorporar a um projeto produtivo e político nacional (DOS SANTOS, 1994b, p. 261-262).

A partir de 1980 esse modelo irresponsável de gastos chegou ao limite e a economia brasileira não conseguiu mais honrar suas obrigações. O governo brasileiro precisou recorrer a organismos internacionais para fechar suas contas e rolar sua dívida com os credores. A alta dos juros para o endividamento latino-americano e a exigência de pagamento das dívidas contraídas se tornaram um mecanismo de drenagem de recursos das economias mais fracas para alimentar a economia estadunidense (comprometida naquele momento com os gastos militares do governo Reagan). Surge então, de maneira sistemática, a ação de contrair dívidas para saldar outras dívidas entre os países da periferia e seus credores internacionais. Ao longo dos anos subsequentes, esta se tornaria uma questão estrutural para o capitalismo dependente latino-americano, adquirindo sua forma definitiva ao transformar esses países em emissores de capital fictício. A especulação sobre os títulos da dívida dessas nações tornar-se-ia um ponto essencial da acumulação internacional, com o controle dos orçamentos públicos pelo mundo da financeirização, especulação e sua dialética fictícia/real. A Tabela 6 indica a transferência líquida de recursos da América Latina para os Estados Unidos ao longo da Crise da Dívida. As ações do governo norte-americano inverteram o sentido dos recursos líquidos, levando-os para a economia hegemônica e quebrando as economias periféricas.

Tabela 6 - Transferência líquida de recursos da América Latina para os EUA 1980-1988 (bilhões de US\$)

Ano	América Latina
1980	-0,9
1981	-4,4
1982	6,3
1983	20,0
1984	22,8
1985	18,7
1986	15,2
1987	16,9
1988	11,8

Fonte: World Economic Survey. In: DOS SANTOS, 2004, p. 180.

O financiamento da economia pelo Estado sempre foi vital no desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro. Sua intervenção direta a partir de políticas de crédito, isenções fiscais e participação em setores que não se demonstravam interessantes ao capital privado foi a mola propulsora para as empresas nacionais e estrangeiras. Dessa forma, garantiu-se condições tanto para os superlucros dos grandes monopólios – principalmente à remessa de lucros das multinacionais, quanto o financiamento e proteção de setores mais atrasados, que não sobreviveriam a uma concorrência direta com empresas de maior capital, especialmente contra as empresas estrangeiras. O endividamento impagável e a alta do petróleo inviabilizaram a capacidade de investimento estatal, já que boa parte dos recursos que antes circulava internamente passou a ser consumida cada vez mais pela dívida externa e os déficits fiscais e comerciais.

O último governo ditatorial, presidido por João Baptista Figueiredo (1979-1985), tentou contornar essa crise lançando mão de várias ações que se mostraram ineficazes. A primeira delas, promovida pelo então ministro da economia Delfim Netto, foi a desvalorização de 30% da moeda nacional (Cruzeiro), posteriormente prefixando a correção monetária. As grandes empresas passaram a se afastar do endividamento em dólar com a desvalorização da moeda brasileira somada aos altos juros estadunidenses.

Outra medida do governo ditatorial foi assumir as dívidas do setor privado, tendo como contrapartida o depósito de moeda estrangeira pelos devedores. Assim a política econômica de Delfim Netto e o compadrio entre as classes dominantes ia comprometendo as receitas e a poupança pública com o endividamento privado. Em declaração à revista “Veja” de 2 de setembro de 1982, Delfim disse: “o importante é não deixar ninguém com um papagaio na mão, se o setor privado deve e não pode pagar, o governo paga. Depois nós acertamos as coisas dentro de casa” (GASPARI, 2016, p. 177). Vide os indicadores sociais

que expusemos acima, ficou claro que o “papagaio” ficou na mão da maior parte da população. Se por um lado essa era uma forma rápida para o setor privado se livrar de suas dívidas (repassando-as para a conta de toda a população), por outro inviabilizava o papel indutor que o Estado historicamente exerceu no capitalismo dependente brasileiro. Não bastasse o endividamento e a alta do petróleo, as contas nacionais eram exauridas pelo repasse dos déficits privados ao poder público, o que levaria à incapacidade de financiar esse mesmo setor privado.

Nesse processo [os empresários] contam com a Resolução n° 432, por meio da qual transferem suas dívidas em dólar para o Banco Central, que passa a arcar com os custos (juros, desvalorização, comissões e amortizações). Dessa forma o governo estatiza a dívida externa do setor privado, elevando assim o déficit público e sua necessidade de financiamento. As empresas estatais e o setor público geral são “empurrados” para o mercado financeiro internacional para conseguir os dólares necessários para fechar o balanço de pagamentos (GOLDENSTEIN, 1994, p. 124).

Nesse momento observamos a gênese de um capital financeiro mais robusto no Brasil. Por mais que a especulação com os títulos da dívida somente fosse adquirir seus contornos definitivos nos anos 1990, durante a Crise da Dívida ocorreu um fenômeno que ficou conhecido como “ciranda financeira”. O setor privado que repassou suas dívidas externas para o poder público, começou a apresentar liquidez que, não encontrando um momento propício para o investimento no setor produtivo, passou ao mundo das finanças e a ser prestamista do mesmo Estado que tinha absorvido suas dívidas. Assim, se desenvolvia naquele período toda uma esfera de capital fictício que vivia da especulação sobre o dinheiro público e sua acumulação estava baseada na requisição das contas nacionais para o pagamento das quantias adiantadas anteriormente. O governo ditatorial, sem as antigas alternativas de contração de empréstimo no exterior, passa a se endividar internamente para pagar a banca internacional. Essa ação diminuía ainda mais a capacidade de investimento e perpetuava a crise, levando à recessão do país entre 1982-1984 e a um empobrecimento da população.

Já se manifestava, portanto, desde os anos 1980, a importância que o capital especulativo passaria a ter no capitalismo sob hegemonia neoliberal, principalmente seus mecanismos para se apossar da riqueza pública. Se em países centrais, como os Estados Unidos, a especulação sobre títulos da dívida pública já demonstrava uma configuração mais ou menos definida, no capitalismo dependente brasileiro a “ciranda financeira” se manifestava com outras peculiaridades. O setor privado se livra das suas dívidas, passando o endividamento para o Estado, e, ao mesmo tempo, ao apresentar maior liquidez, passa a emprestar dinheiro a esse mesmo ente estatal para receber os juros a curto prazo retirados diretamente das contas nacionais. O orçamento público, que já era consumido pela dívida

externa e a alta do petróleo, passa a contar com mais uma bomba de sucção: o setor financeiro interno.

Nesse quadro, o governo é obrigado a aumentar crescentemente sua dívida interna, tanto para financiar o custo da dívida passada, como para emitir nova dívida de forma a manter um diferencial de juros entre as taxas internas e externas, na vã tentativa de estimular o endividamento externo que dependia perigosamente do setor público. Aumenta também a necessidade de recursos por parte do governo para financiar os projetos de investimento em curso e multiplicar-se as transferências por pressão de inúmeros setores privados. É assim que surge uma fantástica simbiose entre os setores líquidos da economia – aqueles que se ajustaram em função da desaceleração econômica e dos riscos e custos embutidos no endividamento externo e os beneficiários das transferências governamentais -, ávidos por encontrar alguma forma segura não só de reserva como também de valorização de seu patrimônio financeiro, e as autoridades econômicas, necessitadas de recursos para financiar o déficit público crescente. O setor privado começa fugindo do endividamento externo, repassando suas dívidas dolarizadas para o banco Central, consegue ajustar-se a ponto de tornar-se líquido e prescindir até de crédito interno e passa a financiar o governo que, em um caminho inverso, assume a dívida externa do setor privado, continua aumentando o seu endividamento externo para conseguir fechar o balanço de pagamentos – cujo rombo cresce com a elevação das taxas de juros internacionais e a deterioração dos termos de troca – e, além disso, é obrigado a aumentar seu endividamento interno, por intermédio da dívida pública, tornando-se o grande tomador de recursos do sistema (GOLDENSTEIN, 1994, p. 124-125).

A “ciranda financeira” demonstra a utilização do Estado e das finanças públicas pelo empresariado, objetivando manter seus lucros às custas de políticas e investimentos em prol da maioria, principalmente em um momento de intensa crise econômica como foram os anos 1980. Também se constitui em uma demonstração como parte da burguesia brasileira (e de interesses forâneos com representantes locais) passou a reconhecer a especulação financeira e o controle do orçamento público via endividamento como uma forma muito mais atrativa de lucro do que o investimento produtivo. Por mais que seus procedimentos ainda não tivessem tomado as feições definitivas (algo que ocorreria somente nos anos 1990), já se apresentava como uma tendência do capital.

O lucro fácil por meio da especulação inibiu os investimentos no campo produtivo, perpetuando a estagnação econômica nos anos 1980. Sem esses investimentos e a participação estatal para induzir o desenvolvimento, a economia brasileira apresentou na década de 1980 um processo inflacionário que penalizava a população pobre, ampla maioria, com uma escalada constante de preços que corroía sua capacidade de consumo.

Após a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral (1985), que marcou o fim da Ditadura e o repasse dos principais cargos da República aos civis, a expectativa era grande para que a crise econômica fosse superada juntamente com o autoritarismo. Devido ao falecimento de Tancredo antes da posse, coube a seu vice, José Sarney, antigo quadro civil do regime ditatorial, assumir o governo de transição. Até alguns meses antes da eleição de

Tancredo Neves, Sarney era presidente do partido da Ditadura, o PDS. Sua ida para o PMDB, maior partido da oposição ao regime ditatorial, foi um dos desdobramentos da aliança liberal-conservadora costurada por Tancredo que lhe levaria à vitória. Por infortúnio da história, o novo sistema político deveria ser erigido sob presidência de um antigo líder do regime que acabava de ser superado. Da mesma forma, caberia ao governo Sarney lidar com o estrago da Crise da Dívida, fruto, em parte, da política econômica da Ditadura.

A maior iniciativa econômica de Sarney e sua equipe foi o Plano Cruzado, lançado em fevereiro de 1986, que determinava o congelamento dos preços e a restrição do aumento de salários para conter a hiperinflação. O Plano Cruzado causou, inicialmente, uma sensação de poder de compra na população, pela restrição nos reajustes dos preços. O governo diminuiu os juros sobre as poupanças para estimular o consumismo em momento de preços congelados. A iniciativa econômica não estava desconectada do momento político. Em 1986 ocorreriam eleições diretas para governadores e para o Congresso Constituinte (deputados e senadores que ficariam responsáveis por elaborar a nova Constituição). Era desejo do grande capital e seus representantes políticos (em especial a ala fisiológica do PMDB que se tornaria dominante no partido a partir de então) deter maioria absoluta na Constituinte para cercear a atuação das forças populares na formulação da nova carta magna.

O objetivo eleitoral do Plano foi alcançado, com o PMDB e aliados detendo a maioria absoluta do Congresso Constituinte e elegendo todos os governadores do país. Entretanto, seu caráter farsante ficaria claro dias após o pleito, quando o congelamento de preços foi revogado pelo Plano Cruzado II, despertando a ira popular.⁷⁰ Os preços voltariam a subir, levando a inflação a quatro dígitos nos anos seguintes, sacrificando novamente a população mais pobre. O presidente Sarney foi obrigado a decretar moratória em 1987, demonstrando que a mudança de sistema político não se traduzia automaticamente em superação dos graves problemas socioeconômicos do país.

Theotonio dos Santos aponta três farsas no Plano Cruzado que o levaram a um fracasso previsível: 1) a ideia de que a inflação era “inercial”, bastando utilizar algum mecanismo que contivesse a escalada de preços (congelamento) para mudá-la de tendência; 2) que este controle de preços poderia ser alcançado somente por meio de atos burocráticos de governo e apelo midiático; e 3) que simples medidas conjunturais deteriam a inflação, como o estímulo ao consumismo, a redução dos índices de correção de poupanças e a submissão dos ajustes salariais a uma “média salarial” de toda sociedade, que, obviamente, penalizava os

⁷⁰ O partido sofreria um racha um ano depois, durante a Constituinte, dando vida ao PSDB. Três décadas depois, o PMDB nunca conseguiu eleger um presidente, que pese seu tamanho enquanto sigla.

trabalhadores com menor rendimento e poupança (DOS SANTOS, 1994b, p. 275-276).

O Plano Cruzado foi uma dupla jogada de classe da burguesia brasileira, política e econômica. No âmbito político, sua meta era eleger uma maioria absoluta de candidatos comprometidos com os interesses empresariais, mantendo a hegemonia sobre o processo de transição. No campo da economia significou a última esperança da elite do país em reeditar o grande crescimento de outrora sem realizar reformas de base e distribuição de renda. As mudanças estruturais pelas quais passavam não só o Brasil, mas todo o sistema capitalista internacional, invalidaram essa opção. Este fato complementaria a conversão da classe burguesa do país às ideias neoliberais (que propõem outro eixo de acumulação, baseado na especulação financeira) e passariam a ser defendidas abertamente pelas entidades patronais no Congresso Constituinte (1987-1988) e no programa do seu candidato às eleições presidenciais de 1989, Fernando Collor.

Na segunda metade da década de 1980 e início da de 1990 seis planos econômicos foram realizados para tentar estancar a inflação galopante.⁷¹ Nenhum deles obteve sucesso. Para intelectuais liberais como Lídia Goldenstein (citada acima) a persistência da inflação e da economia em baixa não era provocada pela liquidez da economia, mas sim, porque a “instabilidade da moeda e indefinição da inserção do país na nova divisão internacional do trabalho que vem se gestando são uma só realidade”. Para a autora, o Brasil pagava o preço por não se adequar logo a uma determinada “especialização” em que a economia globalizada exigia. Os problemas econômicos persistiriam enquanto o país não se enquadrasse em uma função do mundo globalizado. O país precisaria de um grande volume de capitais, algo somente possível com a entrada de capital estrangeiro vide a inviabilidade de financiamento interno. Isso destruiria os setores do capital nacional mais fracos, protegidos da concorrência externa até o momento (GOLDENSTEIN, 1994, p. 131-132).

Goldenstein segue a interpretação liberal da dependência, compreendendo, tal como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970), que a dependência era uma inevitabilidade aos países da periferia e que a única forma de lidar com a situação seria aproveitar a condição dependente, almejando uma forma mais vantajosa de atrelamento subalterno à globalização e às economias centrais. A economia brasileira deveria então procurar uma forma de se especializar em algum tipo de produção para reivindicar seu “lugar” na globalização capitalista, saindo assim da crise e adentrando numa era de desenvolvimento.

Diferentemente dessa versão, compreendo que não há “escolha” de especialização da

⁷¹ Plano Cruzado, Plano Cruzado II, Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e Plano Collor II.

economia. O mercado internacional é quem rearticula as economias dependentes de acordo com suas necessidades. Não seria diferente a partir da década de 1980. A Crise da Dívida destruiu a forma como o capitalismo vinha se desenvolvendo no país, com todas as suas contradições, desde 1930. A “especialização” da economia brasileira na Globalização neoliberal se daria por imposição do mercado internacional e pela submissão das classes dirigentes autóctones, que se saíram bem-sucedidas em ajustar o capitalismo dependente brasileiro ao novo momento da Globalização neoliberal, mesmo com a mudança de regime político que ocorria de maneira concomitante.

3.3 O sentido da Crise da Dívida: momento de transição de fases do capitalismo dependente

Muito já se discutiu sobre a Crise da Dívida e a “década perdida”, em referência aos anos 1980. Também há uma série de interpretações acerca da relação entre a crise econômica e o processo de transição política, com o fim da Ditadura e a constituição de um sistema político liberal ao final daquele decênio. Essas interpretações guardam uma análise muito factual, analisando tanto a Crise da Dívida, quanto o fim do regime ditatorial, como fatos muito localizados em determinado tempo histórico. Não se analisa esses acontecimentos numa visão mais ampla, tampouco sua articulação com as mudanças reestruturantes do capital, seja em âmbito internacional, ou especificamente no capitalismo dependente latino-americano.

Este visa analisar, por meio dos fundamentos da teoria marxista da dependência e a partir de uma visão de longo prazo, as profundas mudanças ocorridas na economia brasileira como parte da reconfiguração do capitalismo internacional e com o início da hegemonia neoliberal a partir dos anos 1980. Essas mudanças que remodelam o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho, mas mantendo sua condição periférica, se desdobram no cenário político do país, na composição de suas forças sociais e seus projetos de poder.

Ao compreendermos a dependência como uma relação desigual entre países formalmente emancipados, onde as estruturas socioeconômicas das nações periféricas são remodeladas pelo mercado internacional de modo a melhor atendê-lo, podemos afirmar que essa relação é um processo histórico, com transformações ao longo do tempo. Essas mudanças podem ser identificadas e estudadas enquanto fases desse processo.

Ruy Mauro Marini aponta quatro fases do capitalismo dependente brasileiro: a primário exportadora, a partir da independência em 1822 até o início do século XX; uma

segunda fase, nacional-desenvolvimentista a partir da Revolução de 1930 estendendo-se pela Era Vargas, quando a dependência passou para a compra de tecnologia estrangeira visando o processo de industrialização, baseado na proposta de “substituição de importações”.⁷² Uma terceira fase chamada “investimento direto do capital estrangeiro” se desenvolve após a Segunda Guerra Mundial, e, partir da década de 1980 é substituída pela Globalização neoliberal. São essas duas últimas fases que nos interessam (MARINI, 2000a).

O capital estrangeiro, notoriamente o capital estadunidense, avançou pela América Latina com mais força a partir de 1945. Em países que vinham desenvolvendo experiências mais ou menos autônomas de industrialização, como o Brasil, esse capital estrangeiro passou a agir no sentido de investir diretamente na instalação de tecnologias e processos industriais ainda não desenvolvidos por essas nações periféricas. No campo da política, a ação imperialista combateu os governos de corte nacional-desenvolvimentista (além da esquerda revolucionária), no sentido de impedir o domínio de tecnologias de ponta por parte da periferia, se aliando a frações pró-imperialistas da burguesia autóctone e, paulatinamente, cooptando os setores das classes dominantes que apoiavam o desenvolvimento autônomo. No caso brasileiro, esse intrincado processo de ação imperialista e luta de classes (e setores de classes) se deu, principalmente, entre os anos 1945-1964, sendo finalizada com a vitória do capital estrangeiro no golpe militar. A partir de então, qualquer plano de desenvolvimento autônomo por parte da burguesia brasileira foi deixado de lado em prol de uma aliança subalterna com o capital estrangeiro, principalmente, os Estados Unidos.

Essa fase do capitalismo dependente brasileiro pode ser classificada como o período do “investimento estrangeiro direto”. Consistia na instalação de fábricas e escritórios das empresas multinacionais no país, quase sempre dedicadas a tecnologias ainda não dominadas pela economia brasileira. O caso mais evidente foi o da indústria automobilística. Assim se retirava a possibilidade de desenvolvimento de tecnologia própria em determinados ramos de ponta e passava-se a depender do capital estrangeiro para a chegada de novos processos e maquinários. Da mesma forma, a instalação das empresas multinacionais significava maior evasão de capitais por meio das remessas de lucros, reforçando a perda de valor para o mercado internacional, um dos eixos da dependência. O controle dessas remessas sempre foi questionado pelos agrupamentos nacionalistas e revolucionários e, ao mesmo tempo, defendidos ferozmente pelos representantes do grande capital, levando à instalação do regime

⁷² Cabe destacar, no entanto, que o projeto nacional-desenvolvimentista procurava desenvolver a indústria brasileira para que o país passasse a ter tecnologia própria em diversos setores. Justamente devido a esse e outros pontos essa vertente foi tão combatida pelo imperialismo e seus sócios internos.

ditatorial. O capital estrangeiro monopolizou dessa forma os setores mais dinâmicos, o mercado interno de alto consumo e a exportação, a ponto de utilizar a economia brasileira para extensão de seus ramos produtivos e sua internacionalização visando outros mercados periféricos, por meio do fenômeno do subimperialismo (MARINI, 2000a).

O Estado foi o grande dínamo desse processo de construção do capitalismo dependente durante boa parte do século XX. As ações do poder público passavam pela construção de estrutura física e de serviços necessárias para a instalação de ramos diferenciados da indústria (nacional e estrangeira), oferta de financiamento para expansão e criação de novos investimentos, proteção de determinados setores da economia nacional da concorrência estrangeira, garantia da remessa de lucros para as empresas multinacionais e o controle da classe trabalhadora por meios institucionais e coercitivos, principalmente durante a Ditadura (1964-1985), onde chegou-se ao nível do terrorismo de Estado.

A partir dos anos 1980 essa situação não se sustentava mais. Com a expansão das multinacionais pelo mundo e a instalação de suas unidades produtivas em países da periferia, o grande capital monopólico passa a defender a livre circulação de mercadorias e capitais. A defesa do fim de restrições aos mercados respondia aos interesses das multinacionais, já que passaram a produzir em países que apresentavam melhores condições (força de trabalho mais barata, qualificação semelhante, benesses governamentais), sobretudo na Ásia, e em um volume cada vez maior, graças aos avanços da Revolução Científico-Técnica. Essa produção precisava ser consumida em escala global, daí o interesse em terminar com qualquer tipo de política nacionalista de desenvolvimento, protecionismos, ou qualquer iniciativa que dificultasse a circulação. O grande capital sediado nos países centrais deixa de investir prioritariamente no controle interno dos mercados periféricos (investimento estrangeiro direto)⁷³ para moldar um único mercado mundial, alocando a maioria das fábricas no continente asiático – local que apresenta os mais baixos custos de produção, e forçando a eliminação das barreiras à livre circulação, para que essas mercadorias possam ser vendidas em nível planetário. Se há uma dispersão no processo de produção, circulação e consumo pelo mundo, seu controle, entretanto, permanece altamente concentrado em um número cada vez menor de grandes monopólios, que se conectam entre si por meio de fusões, sociedades anônimas e outros expedientes. Esse processo tende a absorver empresas nacionais – privadas e públicas – da periferia, aumentando o grau de concentração e transnacionalização do aparato

⁷³ O investimento estrangeiro direto não se encerrou, mas a forma como é aplicado na Globalização neoliberal é diferenciada do padrão anterior, devido à liberalização dos mercados e a facilidade de deslocamento de investimentos – reais e fictícios - de um espaço geoterritorial a outro.

produtivo em países dependentes.

Se para os países centrais isso significou a passagem de economias industriais para uma economia de serviços, desenvolvendo um controle monopólico da produção global, nos países periféricos a coisa se deu de maneira muito distinta. Em um país com mercado interno reprimido pela superexploração do trabalho e uma pauperização generalizada, não havia condições para uma transição a uma real economia de serviços. O baixo nível educacional e de qualificação da força de trabalho brasileira levou parte considerável da mão de obra do país ao desemprego estrutural e a modalidades de ocupações precarizadas.

Concomitantemente, o volume cada vez maior de capital fictício formulado no mundo da especulação também necessitava derrubar qualquer barreira para sua livre circulação, procurando novas formas de investimento e valorização. O fim de entraves à livre circulação de capitais fictícios, especulativos e parasitários também foi imposto pela hegemonia do pensamento neoliberal aos países periféricos. Uma intrincada operação econômica foi realizada ao longo dos anos 1980 e 1990 para renegociação da dívida externa desses países (que chegou a patamares impagáveis) e a sua substituição pelo o que se convencionou chamar de “dívida interna”. Essa nova modalidade de endividamento⁷⁴ foi parte do processo de imposição do receituário neoliberal à periferia, ao transformar essa região numa emissora de capital fictício por meio dos títulos da dívida pública. Esse processo, ao contrário de solucionar o problema do endividamento externo dos países dependentes, reforçou a dívida como pilar da condição periférica, pois, boa parte dos papéis públicos emitidos pelos países se encontram nas mãos de bancos, empresas, especuladores e associações estrangeiras, originárias dos países centrais.

Por fim, a retomada das taxas de lucro após a crise do keynesianismo foi feita também com a abertura de novos espaços de valorização para o capital privado, que outrora estavam vedados à sua ação. A privatização de empresas públicas é um exemplo de ampliação dos espaços de investimento e acumulação do capital privado, se apossando de uma esfera até então controlada pelo Estado em nome da sociedade. A precarização das relações de trabalho e o enfraquecimento dos sindicatos são formas de intensificação da exploração do trabalho, mecanismo basilar do capitalismo, e que também contribuiu para a retomada dos lucros na fase neoliberal.

A economia brasileira nos anos 1980, calcada no financiamento estatal (e este por sua vez, no endividamento externo), com a presença importante de empresas públicas e um

⁷⁴ Os títulos da dívida pública se desenvolveram com a própria história do capitalismo, mas se tornaram uma questão central da acumulação a partir da hegemonia neoliberal.

parque industrial avançado para a realidade periférica, além de um regime ditatorial com pretensões de potência do Atlântico Sul, não se encaixava no novo momento do capitalismo internacional. Como vimos no capítulo 2, a Globalização neoliberal reestrutura as economias periféricas em economias de exportação especializada e, ao mesmo tempo, em emissoras de capital fictício. Essa fórmula remodela e aprofunda o caráter dependente das economias periféricas e seu papel subalterno frente às grandes potências na geopolítica internacional.

A quebra da economia brasileira nos anos 1980 marca um momento de transição, da fase do investimento estrangeiro direto para o da Globalização neoliberal. A Crise da Dívida foi apenas o primeiro movimento de um processo que se estenderia até meados da década de 1990 de adequação da economia brasileira à nova realidade do capitalismo globalizado. Esse processo perpassou a impossibilidade de pagamento da dívida externa ao final dos anos 1980, a renegociação da dívida com o Plano Brady (1994) e a aplicação das medidas do Consenso de Washington (a partir do Plano Real, em 1994), levando à imposição do ideário neoliberal. Essas políticas seriam implementadas por governos eleitos, já dentro do novo sistema político (Nova República), tomando contornos definitivos na presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

A história do Brasil nas últimas décadas do século XX, de um ponto de vista estrutural e de média duração, é a história da reconfiguração de sua economia para a nova fase da Globalização neoliberal. A estrutura socioeconômica brasileira, assim como sua função na divisão internacional do trabalho, é modificada de maneira processual, mantendo, no entanto, os alicerces da dependência e os aprofundando (intercâmbio desigual, endividamento e remessa de lucros). Essa atualização do caráter dependente do capitalismo brasileiro se deu ao longo de praticamente vinte anos, com contradições que ora aceleravam, ora estancavam o seu andamento, e que provocou profundas mudanças no desenvolvimento econômico, político e histórico do país, tal como a quebra do Estado como financiador do desenvolvimento; o encerramento da política de substituição de importações, que regrediria a indústria brasileira e reprimaria a pauta exportadora do país; o fim do regime ditatorial (e do projeto nacionalista-autoritário defendido por parte dos militares); a composição de um novo sistema político, de corte liberal, identificado como antítese do regime anterior, construindo assim a legitimidade para adequar a economia aos novos tempos; e a inviabilidade da dívida externa ao final da década de 1980, o que levaria à tutela da economia brasileira por parte dos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), que, na renegociação da dívida externa, imporiam o Consenso de Washington e com ele o ideário neoliberal ao país.

A partir de então, já entrando na década de 1990, e com vitórias eleitorais de forças defensoras do neoliberalismo, o país passaria a ser regido pelo receituário dessa ideologia e daria corpo à sua inserção subalterna na Globalização neoliberal. A turbulenta transição de fases da dependência nos anos 1980 desaguaria nas políticas de corte neoliberal nos anos 1990: liberalização do comércio (com a entrada de produtos importados sem nenhuma proteção para a indústria nacional); facilidades para a entrada e saída do capital fictício especulativo, emissão de títulos da dívida e altas taxas de juros como pilar da economia favorecendo o mundo das finanças; privatização de empresas estatais e serviços públicos; e o aprofundamento da superexploração do trabalho com a alta do desemprego e da informalidade, a perda de direitos (“flexibilização trabalhista” no léxico do mercado) e a liberação da terceirização e outras formas de trabalhos precarizados.

Contudo, como salientado, trata-se de um fenômeno processual e que envolve as contradições históricas do período, assim como a ação de atores com interesses de classe e setores de classe por vezes antagônicos. A burguesia brasileira no início da década de 1980 não defendia o neoliberalismo, nem estava preparada, em nível material e subjetivo, para optar por tal caminho. Ela foi convencida ao longo daquele decênio, principalmente quando se removeu o regime ditatorial (naquele momento já incapaz de satisfazer os interesses da classe dominante). É justamente na segunda metade da década, quando da formulação da nova Carta Magna (1986-1988) e dos preparativos para a primeira eleição presidencial em quase trinta anos (1989), que a burguesia brasileira, sempre apoiada pelo imperialismo, passa a defender abertamente as ideias neoliberais. A imposição de políticas neoliberais como requisito para a renegociação das dívidas por parte dos organismos internacionais (dirigidos pelos interesses norte-americanos) também foi um fator de influência/adequação à burguesia brasileira para o novo momento do capitalismo internacional.

A burguesia industrial até aquele momento vivia do financiamento estatal, tendo o poder público como seu principal credor em condições vantajosas durante a Ditadura. O regime autoritário garantiu ainda condições fundamentais de exploração da força de trabalho, como o arrocho salarial e o terrorismo estatal que impedia a organização política da classe trabalhadora. Como já mencionado acima, a dívida externa privada era muitas vezes assumida pelo Estado, convertendo-a em dívida pública, onerando toda a Nação em prol dos interesses da minoria. Com um mercado interno reprimido, devido às parcas condições de consumo de uma população mal remunerada, a industrialização brasileira, em simbiose com os interesses multinacionais, passou a conquistar outros mercados periféricos, em países que apresentavam condições socioeconômicas piores que a brasileira e não despertavam o interesse de

investimentos mais diretos dos monopólios centrais. Dentro desse movimento, sempre em conluio com o regime ditatorial, se formaram grandes monopólios de capital nacional privado, especialmente nos setores bancário e de construção civil. A mecanização do campo e a utilização cada vez mais maciça de tecnologia pelo o que viria a ser chamado de “agronegócio” também despontou durante o regime ditatorial, provocando uma expulsão de trabalhadores do campo e o processo de favelização das grandes cidades, especialmente na região Sudeste.

A década de 1980 desconfigurou a forma como a classe dominante no Brasil organizava seus negócios. Primeiramente, seu principal financiador, o Estado, se mostrava inviabilizado de manter essa posição. O endividamento externo mostrou seu limite quando da alta dos juros norte-americanos, elevando também os juros sobre a dívida externa brasileira, somado à subida do preço do barril de petróleo. Soma-se à essa questão o fato de uma parte considerável das multinacionais já estar produzindo em outras regiões do mundo de modo mais barato, secundarizando filiais em países que se mostravam menos competitivos, como o Brasil. O mercado interno também não era uma opção. Sua restrição costumava, devido à superexploração do trabalho, se acentuar nos anos 1980 com o empobrecimento da população.

Dentro da conjuntura de endividamento crescente do Estado brasileiro, e com o setor produtivo em baixa, uma parte da burguesia local encontrou na financeirização uma saída para o lucro fácil. A “ciranda financeira” foi uma primeira manifestação da importância que o setor financeiro passaria a exercer no processo de acumulação. Essa tendência mundial, que já vinha desde a década de 1970 e se acentuou nos 1980, ganhava contornos ainda pouco definidos naquele momento. Parte do empresariado que ainda podia investir passou a emprestar ao Estado para que esse utilizasse o endividamento interno para o pagamento das dívidas externas. Esse fenômeno ainda não consistia na forma definitiva que o capital financeiro adquiriria nos anos 1990, (controle do orçamento público por meio dos títulos da dívida), mas já demonstrava que a classe empresarial buscava outras formas de remuneração permanente por fora da esfera produtiva. Esse ponto é essencial para compreender a transformação que a estrutura socioeconômica do país vinha passando e o porquê em poucos anos setores do capital industrial defenderiam medidas neoliberais, como a liberalização comercial. Mesmo que políticas como essa abrissem o mercado brasileiro a uma concorrência com mercadorias importadas a qual as empresas nacionais não estavam preparadas para competir, essa burguesia outrora produtiva apoiou tais iniciativas porque já observava a financeirização como mecanismo de compensação para a manutenção de suas riquezas (assim

como a relação cada vez mais carnal e subalterna com o capital estrangeiro que segue monopolizando setores inteiros na produção e nos serviços).

O tempo da política, no entanto, fez com que esse processo de adaptação da economia brasileira à reestruturação mundial do capitalismo e a consequente metamorfose que a classe dominante passaria, fosse truncado e se estendesse ao longo dos anos 1980 e metade dos 1990. O primeiro empecilho para a remodelação do capitalismo dependente brasileiro foi o perfil nacionalista-autoritário do regime ditatorial (ou, mais precisamente, de parte dos militares com poder no governo). A concepção de que o país seria uma potência do Atlântico Sul e o satélite especial dos Estados Unidos na região levava parte dos militares a procurar o desenvolvimento de tecnologias que desafiavam os limites da dependência (informática, energia nuclear, tecnologia aeroespacial, etc). O controle de processos como estes não seria permitido pelos monopólios dos países centrais e, por esta razão, os Estados Unidos deixaram de apoiar a Ditadura brasileira para passar à crítica do regime, utilizando a política de defesa dos direitos humanos.

A primeira metade da década de 1980 assistiu aos anos finais do regime ditatorial, durante o errático governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985). A burguesia brasileira aprendeu amargamente durante a Crise da Dívida que a antiga política de financiamento estatal baseado no endividamento externo do país não mais funcionaria. O novo desenho das finanças mundiais ditado pelo neoliberalismo nos países centrais, impediria a reedição de políticas estilo “milagre econômico” (1968-1973). A percepção de que o governo era incapaz de apresentar soluções para a crise e sua fragilidade política cada vez mais evidente, devido ao crescimento e rearticulação da oposição de amplos setores da sociedade, fez com que parte considerável da burguesia fosse abandonando o regime ditatorial e procurando uma transição negociada para um regime de corte liberal.

Esse ideário nacionalista-autoritário de parte do grupo dirigente ditatorial inibiu o florescimento neoliberal por dentro do regime, ao contrário do que houve no caso chileno. Mesmo que fosse desejo dos militares – e não o era – adotar o neoliberalismo, não havia mais condições políticas para fazê-lo, pois a Ditadura encontrava-se esgotada e com uma oposição social crescente. Seu falso pretexto de existência, o combate ao “inimigo vermelho” não se justificava mais nos anos 1980. Não só a burguesia brasileira ainda não tinha experiência e conhecimento necessário para enveredar por esse caminho, como a implementação de uma política econômica radicalmente diferente da praticada até aquele momento levaria, invariavelmente, a uma nova rodada de empobrecimento dos trabalhadores e prejuízos para setores da classe dominante.

A agudização da crise econômica e social, ao mesmo tempo em que à oposição popular era permitida a reorganização política, construiu uma posição política nas massas, consciente ou inconsciente, de que o fim do regime militar seria a saída para a crise econômica e o drama social. O novo sindicalismo que daria vida ao PT e à liderança política de Lula, assim como a reorganização do trabalhismo em torno da figura de Leonel Brizola, trabalhou com essa bandeira. Essa identificação da crise generalizada com o autoritarismo do regime político colocou o desafio de remodelar o sistema de governo brasileiro antes de empreender qualquer tipo de reconfiguração econômica. O processo de formulação de um regime político liberal com todas as garantias cidadãs, incluindo eleições diretas, se mostrou um condicionante para que a burguesia brasileira e os interesses imperialistas no país pudessem, posteriormente, atualizar o capitalismo dependente brasileiro à Globalização neoliberal.

A partir do fim da Ditadura (1985), já influenciada pelas experiências neoliberais nos países centrais, a vanguarda do empresariado brasileiro passa a defender essas ideias nos debates de formulação do novo regime, que se estenderam durante toda a segunda metade daquele decênio. As movimentações na Constituinte (contra os direitos trabalhistas, as empresas públicas e a proteção ao conteúdo nacional em alguns setores da economia), além da construção do programa político para as eleições presidenciais de 1989 (um verdadeiro programa de classe em busca de uma candidatura, que viria a ser a de Fernando Collor) evidenciariam a metamorfose por qual passara os posicionamentos e as ideias da classe burguesa brasileira ao longo daquela quadra histórica, especialmente após o fim da Ditadura. A posição da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), um dos principais agrupamentos patronais do país, foi sintomática. Sua posição a favor das políticas neoliberais se mostrou forte nos embates políticos da segunda metade dos anos 1980 e foram condensadas em um documento chamado “Livre para Crescer – Propostas para um Brasil Moderno”.

As restrições que atualmente desfavorecem o Brasil como polo de atração para o capital externo de risco, tanto na forma de investimento direto quanto na forma de capital de portfólio, poderiam ser eliminadas, trazendo benefícios ao país. As medidas requeridas para isso são: eliminar as restrições às importações que são incompatíveis com a maior propensão a exportar das empresas multinacionais; facilitar a formação de *joint ventures* com empresas de capital nacional; extinguir a discriminação da política tributária e da legislação sobre remessas ao exterior, que penaliza o capital de risco relativamente ao de empréstimo; restabelecer o princípio da isonomia entre o capital estrangeiro e o capital nacional, firmando-o em legislação que não possa ser descumprida por medidas administrativas; eliminar restrições às aplicações financeiras de não residentes, de modo a atrair o capital de portfólio (FIESP, 1990, p. 318).

Acerca dos direitos trabalhistas, a posição da FIESP também não deixa dúvidas de que sua “modernização” significa nenhuma legislação trabalhista e o total controle do empresariado sobre o mundo do trabalho. É importante salientar como a extinção dos direitos trabalhistas ou sua existência pró-forma é a posição da classe dominante em qualquer conjuntura.⁷⁵

Para favorecer o crescimento do emprego e da mão de obra e desfazer privilégios entre as classes de trabalhadores, as relações de trabalho precisam ser liberadas da interferência do Estado, tanto da imposição de regras de reajuste de salário quanto de restrições impostas pela legislação trabalhista. A liberalização do mercado de trabalho também é fundamental na estratégia global de liberalização do mercado de produtos, sendo indispensável caminhar na direção da livre negociação entre empregados e empregadores em nível de empresa. O processo de liberalização da economia só adquirirá a confiança dos agentes econômicos – e se traduzirá em decisões de produção e de investimento – quando for inquestionável a sua irreversibilidade (FIESP, 1990, p. 313).

As razões para a aceitação das políticas neoliberais por parte da burguesia brasileira, mesmo em pontos onde claramente setores seriam prejudicados, como a indústria, reside, basicamente, em dois pontos: primeiro, no campo estritamente econômico, o grande capital nacional já iniciava a migração do setor produtivo para o da especulação financeira como principal eixo da acumulação, seguindo a tendência mundial. Os bancos e os mercados financeiros, mais do que as indústrias, passam a ser o setor mais forte da classe dominante. A valorização do capital fictício se apresenta como um mecanismo de compensação à burguesia brasileira, ao aceitar a quebra de boa parte do setor produtivo com a implementação de políticas que exporiam a indústria nacional a uma competição que não possuía força para sustentar. A defesa da abertura total da economia brasileira também visava à fusão com empresas estrangeiras em todos os setores (que na verdade significou a absorção de empresas nacionais pelo capital estrangeiro), o que denota a posição subalterna e pró-imperialista da elite nacional. Essa postura está dentro dos limites estruturais de uma burguesia de país dependente, incapaz de desenvolver um projeto autônomo de nação, mesmo que dentro dos marcos do capitalismo.

A segunda razão para a tomada de posição a favor do neoliberalismo por parte do empresariado brasileiro guarda uma dimensão política na conjuntura daquele momento. A “flexibilização” dos direitos trabalhistas, o enfraquecimento dos sindicatos e a proliferação da terceirização e outras formas de trabalho precarizado permitiram quebrar a resistência política da classe trabalhadora e enfraquecer sua capacidade de organização. Os anos 1980 foram

⁷⁵ As medidas que a FIESP defendia em 1990, citadas acima, são as mesmas da reforma trabalhista de 2017, realizada pelo governo ilegítimo de Michel Temer, fruto do Golpe de 2016.

marcados por um ascenso da luta de classes no país, com a reorganização do movimento dos trabalhadores e a rearticulação da esquerda brasileira, que teve papel fundamental no fim da Ditadura e na configuração do novo sistema político. Sendo o movimento sindical um dos principais eixos da reorganização da classe trabalhadora no período, a classe dirigente local e forânea procurou formas de enfraquecer essa capacidade de organização. As medidas neoliberais provocam alta no desemprego, o que restringe salários e a capacidade de resistência de trabalhadores e trabalhadoras às imposições patronais, assim como, a terceirização, a informalidade e o subemprego permitem aprofundar o mecanismo da superexploração de trabalho e com isso, a obtenção de mais-valor extraordinário.

Fica evidente que, apesar do discurso antiestatal por parte do receituário neoliberal, este é o ente essencial para a imposição do neoconservadorismo. Durante todo o processo de transição entre a Ditadura e a Nova República, o empresariado nacional e os interesses imperialistas trabalharam incansavelmente para não perder o controle estatal em nenhum momento. Foi um período de convencimento da classe dominante brasileira em seguir a hegemonia mundial do neoliberalismo e adequar o capitalismo dependente brasileiro à Globalização neoliberal. Ao longo da “década perdida” o Estado assumiu as dívidas privadas, se endividou com o setor financeiro nacional durante a “ciranda financeira” e garantiu o lucro empresarial com os malfadados planos de combate à inflação na segunda metade da década.

As forças empresarias por sua vez realizaram uma transição conservadora ao fim da Ditadura, não permitiram a punição aos militares e demais culpados pelos crimes contra a humanidade cometidos pelo regime, e agiram na Constituinte para salvaguardar seus interesses e do capital estrangeiro (mesmo que tenham saído derrotados em diversos pontos devido a ação da esquerda organizada). Chegado o momento da eleição presidencial em 1989, construíram seu discurso a favor das políticas neoliberais como sinônimo de “modernização”, que saiu vitorioso do pleito com a candidatura de Fernando Collor. Concluído esse longo percurso transitório, passou nos anos 1990 a utilizar o Estado para cortar os direitos assegurados na ainda jovem Constituição e garantir novos espaços de acumulação às custas de toda a Nação: a emissão de títulos da dívida, a privatização de empresas públicas e o aprofundamento da superexploração do trabalho por meio da retirada de direitos, terceirização e outros expedientes. Temos assim o neoliberalismo pelo o que ele é, e não o que aparenta: uma fortíssima intervenção do Estado na economia em prol dos grandes monopólios, especialmente no setor financeiro e o ataque aos direitos dos trabalhadores e qualquer política social ou de desenvolvimento autônomo. É digno de nota a utilização do Estado e da grande mídia como forma de controle econômico, ideológico e repressivo da população.

A partir de uma visão de média duração e utilizando os marcos teóricos apresentados nos primeiros capítulos, compreendemos as contradições da década de 1980 no Brasil de maneira mais satisfatória. A violenta crise econômica, o fim do regime ditatorial e a construção de um novo sistema político se encontravam intimamente ligados à reestruturação do capitalismo internacional e ao momento vivido pela América Latina. Esses fatos não podem ser compreendidos de maneira estanque, mas sim, como desdobramentos de um período de transição entre fases do capitalismo dependente brasileiro. A renovação da condição periférica para o novo momento da Globalização neoliberal exigiu uma readequação estrutural da economia brasileira e um “amadurecimento” das forças dirigentes. Se por um lado a imposição externa das funções a serem desempenhadas por uma economia dependente são uma questão estrutural da condição periférica – e sem um rompimento com o capitalismo, o Brasil tende sempre a ser “atualizado” devido à sua natureza dependente; por outro, a história se move por meio da ação dos seus atores, que constroem ao longo do tempo suas visões de mundo e seus métodos de ganhar e manter o poder. A defesa das políticas neoliberais por parte da burguesia brasileira foi fruto do desenvolvimento de grandes modificações na realidade nacional, tanto em sua estrutura socioeconômica, quanto no seu sistema político, que se desdobraram em uma nova visão ideológica, cultural e civilizacional que se mantém hegemônica até o momento no século XXI.

3.4 Plano Brady: a renegociação da dívida externa e o novo momento da dependência

O problema da dívida dos países latino-americanos parecia insolúvel ao longo da década de 1980. De um lado, os credores não abriam mão de receber pelos seus investimentos financeiros. Do outro, os governos vinham gastando uma quantia cada vez maior de suas economias com o pagamento da dívida externa, praticamente paralisando qualquer investimento produtivo e, com isso, desatando uma crise social que se manifestava por meio do empobrecimento da população, favelização dos grandes centros urbanos e escalada da violência.

As condições internacionais (alta dos juros e dos preços do petróleo, somada à queda na demanda das exportações latino-americanas) faziam com que os países se endividassem para pagar outras dívidas, num ciclo autoperpetuante que ameaçava chegar ao limite. O México decretou moratória em 1982, espalhando a desconfiança generalizada no mercado financeiro de que os países periféricos não tinham mais condições de honrar seus contratos. Os credores sentiam o perigo do exemplo mexicano ser repetido por outros governos, o que

de fato viria a acontecer, inclusive com o Brasil, em 1987. A possibilidade do calote secou as fontes de novos créditos para a América Latina, o que só agravou ainda mais a situação, deixando os países da região sem possibilidade de rolagem da dívida. Era o fim da era do crédito abundante no mercado financeiro que durou até meados da década de 1970, e que encontrou na América Latina e no Leste europeu seus clientes preferenciais, que agora passavam por severa crise.⁷⁶

O caso brasileiro, assim como outras nações, especialmente no Cone Sul, ainda apresentava o agravante político da transição de regimes ditatoriais para governos liberais. Essa situação volatizava ainda mais as incertezas econômicas, pois a constituição dos novos regimes era um processo longo, que envolvia negociações, mudanças de lado, mobilizações populares e preparações para campanhas eleitorais que, por vezes, secundarizavam a necessidade de resolução da crise econômica. As mudanças de governo trocavam equipes ministeriais que recebiam esse e outros problemas de administrações anteriores, muitas vezes com visões de mundo distintas.

O pagamento de dívidas passa a ser a prioridade do país, em detrimento ao desenvolvimento (entendido aqui dentro dos limites capitalistas). Esse período marca o fim da substituição de importações como chave da política econômica brasileira e a passagem para o caráter prioritário de adequações socioeconômicas visando dar garantias aos credores. Expedientes da política de austeridade passaram a ser cobrados a partir dessa época, como o aumento de impostos e tarifas, a desvalorização da moeda e a redução dos gastos governamentais como condições para novos créditos. Deve-se destacar que a hegemonia dos ajustes estruturais, principalmente os requeridos pelo FMI, se deu de maneira atrasada no Brasil quando comparada a outros países latino-americanos, que já vinham aplicando as políticas de corte neoliberal desde os anos 1980.⁷⁷ Contribuiu para esse “atraso” o processo de transição política que ocorria, a moratória declarada somente em 1987, cinco anos após a mexicana, e o fato do primeiro presidente eleito pós-ditadura (Fernando Collor) ter sofrido um

⁷⁶ O colapso do socialismo no Leste europeu é concomitante à Crise da Dívida latino-americana. A ação de regimes burocratizados, que congelaram as transformações sociais inerentes a um processo socialista e sua dependência do financiamento capitalista-ocidental pode revelar uma conexão com o que ocorria na América Latina, demonstrando a necessidade de entendermos o capitalismo como uma economia mundo. Esse é assunto que merece mais estudo.

⁷⁷ A primeira experiência neoliberal no mundo se deu na ditadura chilena de Augusto Pinochet, sob comando de economistas formados na Escola de Chicago. No decorrer da ditadura argentina também se desenhou algumas políticas desse corte, mas que foram momentaneamente paralisadas pelo enfraquecimento do regime após a malfadada Guerra das Malvinas (1982). Em 1988-1989 governos eleitos passaram a implementar políticas neoliberais no México (Carlos Salinas de Gortari) e Argentina (Carlos Menem). O “Caracazo”, explosão social de descontentamento na Venezuela em 1989, se deu justamente pelos anúncios do então presidente Carlos Andrés Pérez de aplicar um pacote de medidas com o mesmo cunho.

impeachment quando começava a implementar políticas neoliberais.

A dívida externa predominante nos anos 1980 detinha condições que dificultavam sua resolução. Os seus prazos de quitação eram muito curtos, levando o país dependente a desembolsar um grande volume de recursos permanentemente para saldar seus contratos. Também não eram negociáveis no mercado financeiro, tratando-se de simples empréstimos de países junto a bancos comerciais e organismos internacionais. Enquanto havia abundância de recursos no mercado internacional disponível à periferia, essa dívida se encontrava equacionada. Quando os recursos minguaram junto à reestruturação do capitalismo mundial, os países periféricos ficaram sem liquidez, exaurindo seus recursos com uma dívida que se mostrava impagável e sem prazo discernível. Simplesmente se jogavam juros sobre essa dívida que iam aumentando o débito para além do valor original. O empréstimo era um déficit nas contas dos credores e em caso de moratória do país devedor, um rombo.

Sem um tratamento político da Crise, ela se tornou inevitável e insolúvel. Somente o entendimento bruto do mercado (“se você me deve, pague”) não era suficiente para solucionar a questão. Essa falta de clareza, típica dos mercados, apenas agravou o problema, às custas do pauperismo generalizado da população dos países latino-americanos e da paralisa de suas economias no que ficou conhecido como a “década perdida”. Os países da região foram levados ao limite de drenagem de recursos até que não tivessem outra alternativa a não ser decretar a moratória. Essa atitude irracional dos mercados colocou em risco os próprios credores, já que a possibilidade de calote era real e ameaçava os balanços dos bancos comerciais. A insegurança era permanente nas negociações internacionais durante o período. Em 1987 estourou a primeira crise financeira da Globalização neoliberal, principalmente devido à especulação dos mercados de capitais fictícios, que levou a uma desvalorização maciça dos títulos negociáveis nas bolsas de valores. Uma moratória generalizada (o Brasil, como já colocado, decretou moratória exatamente nesse ano) poderia levar a economia mundial a uma crise de proporções ainda piores, deixando boa parte da banca com papéis sem valor.

Ao final da década era evidente que a Crise não teria solução sem que houvesse uma renegociação das dívidas dos países periféricos. Seria necessário um tratamento político e um relaxamento das condições de endividamento em que se encontravam diversos governos, para que não houvesse uma perpetuação da situação, o que ameaçaria as contas dos próprios credores e a economia mundial como um todo. Os Estados Unidos, como economia hegemônica e sede dos principais atores do mercado financeiro mundial, passaram a desenhar uma saída para a Crise da Dívida latino-americana, no sentido de preservar os credores, evitar

uma perpetuação do problema que contaminasse as finanças globais e adequasse as economias periféricas a uma nova função na divisão internacional do trabalho.

Outra expressão marcante da desvalorização de ativos internacionais é a queda da dívida externa do Terceiro Mundo nos mercados financeiros. Em fins de 1988 e começo de 1989, o deságio dessa dívida chegava a fazê-la girar em torno de 20% de seu valor nominal. A gravidade da situação levou ao reconhecimento estatal do problema e ao lançamento do plano Brady, que ao admitir a compra dessa dívida por 80% de seu valor provocou a imediata recuperação de seu valor médio, promovendo uma elevação do valor real da dívida nos mercados paralelos e salvando os bancos norte-americanos (sobretudo os menores) de uma crise extremamente grave. Era necessário, contudo, que o plano Brady se traduzisse em ação mais ou menos imediata, o que só ocorreu com o México. Um ceticismo a respeito de sua aplicação fez despencar outra vez o valor real das dívidas do Terceiro Mundo, particularmente da América Latina. Sobretudo se levarmos em consideração as mudanças políticas que ocorreram no continente e que levaram a um endurecimento da posição de não pagamento dos países devedores. Posição dura que foi compensada por uma aceitação crescente das políticas econômicas propostas pelo FMI e por um liberalismo econômico às vezes surpreendente, pois adotado por correntes políticas opostas a ele. Mas, por outro lado, aumentou a disposição de negociação dos bancos internacionais em quebra, assim como o perdão de partes das dívidas. Junto a uma baixa taxa de juros em nível internacional, todos estes fatores conjugados levaram a uma diminuição do valor real das dívidas e a uma maior viabilização do seu equacionamento (DOS SANTOS, 1994a, p. 71-72).

O Plano Brady, a partir de 1989, foi a mais importante ação realizada por organismos internacionais (capitaneados pelo Tesouro norte-americano) para equacionar a dívida latino-americana e construir uma saída negociada dentro dos interesses dos mercados. Seu nome referia-se ao então Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas F. Brady. Aparentemente o plano era simples. Desenvolver um “menu” de títulos da dívida emitidos pelos países periféricos para pagar os empréstimos e juros devidos aos seus credores. Como ninguém queria adquirir títulos da dívida de países que apresentavam poucas chances de honrar seus compromissos, o Tesouro estadunidense aparecia como securitizador desses títulos, chamados “bônus Brady” (ou simplesmente *bradies*), que podiam ser negociáveis no mercado financeiro. Esses bônus eram adquiridos ao Tesouro dos Estados Unidos por meio das reservas em moeda estrangeira dos países periféricos e auxílios do FMI e Banco Mundial. Como contrapartida, os países que utilizassem os *bradies* deveriam realizar uma série de reformas, que ficaram conhecidas por “ajustes estruturais”, adequando suas economias às políticas neoliberais que serviriam de garantia aos organismos envolvidos na securitização da dívida de que haveria recursos suficientes para honrar os compromissos. Esses organismos eram o Tesouro norte-americano, o FMI e o Banco Mundial.

Entre as opções do “menu” dos *bradies* as principais modalidades de títulos eram o *par bond* e o *discount bond*. O primeiro era um bônus equivalente ao valor da dívida que era repassado do devedor para o credor. Sua taxa de juros era fixa em 6% ao ano e o pagamento

se estendia por trinta anos; o segundo representava um desconto no montante original da dívida, mas seguia as taxas de juros do mercado. Tanto o montante quanto os juros eram garantidos. Nessa negociação os países periféricos recebiam o perdão de parte da dívida, juros abaixo do mercado e prazo maior para realizar o pagamento. Contudo, para fechar o acordo com as instituições garantidoras deveriam negociar com seus credores primeiro, para que eles afirmassem ser a favor ou não da renegociação das dívidas a partir do “menu” dos *bradies*.

Era um plano nos moldes do mercado, mas com um toque de *realpolitik*, e se apresentava interessante para todos os atores que operavam nessa esfera. Os países periféricos conseguiriam assim diminuir parte da dívida externa, ganhando novamente liquidez e até alguma capacidade de investimento (favorecendo a burguesia local). Os credores receberiam como pagamento da dívida, bônus que eram negociáveis no mercado financeiro e segurados pelo Tesouro estadunidense. Isso fazia com que esses novos títulos fossem mais valiosos do que as antigas dívidas, já que não entravam no balanço como dinheiro desembolsado a ser pago, mas como parte do patrimônio dos credores. Era uma riqueza fictícia que se tornava parte da fortuna de bancos e investidores e com alta segurança de investimento (já que assegurado pela economia mais importante do mundo). Um bônus que permitia acesso direto ao orçamento público e a possibilidade de comercialização no mercado financeiro.

O papel do Tesouro norte-americano e dos organismos como FMI e Banco Mundial merece atenção. Essas instituições são controladas pelo governo dos Estados Unidos e são representantes do mercado. Não tomaram tal decisão por uma questão humanitária ou de solidariedade aos países mais pobres. Podemos resumir seus objetivos, basicamente, em três pontos. Primeiro, a inviabilidade do pagamento da dívida dos países periféricos poderia levar a uma crise mais aguda e generalizada. Diversos bancos comerciais e investidores poderiam ser levados à falência caso uma moratória generalizada da periferia acontecesse. Em um cenário onde a dívida era impagável, os juros aumentavam o volume a ser pago a cada momento e os devedores não achavam crédito na praça justamente por suas condições pouco favoráveis de honrar seus pagamentos, essa possibilidade era real. Equalizar a dívida da periferia e tratá-la de modo mais político do que mercadológico (o que não significa fora dos interesses do mercado) era uma necessidade do sistema.

Segundo, a banca internacional também observava a reorganização das forças de esquerda na América Latina, principalmente nos países em que findavam as ditaduras militares. Nesses casos, a dívida externa era apontada por esses movimentos como uma das causadoras do pauperismo da população e prometiam muitas vezes, em caso de vitória eleitoral, suspender seu pagamento. No caso brasileiro, essa era a posição do PT e de Lula,

assim como as denúncias permanentes de Leonel Brizola e do PDT sobre as “perdas internacionais” que prejudicavam a economia do país. Ambos se encontravam bem cotados para vencer o pleito presidencial de 1989 (o que não ocorreria). Esse era um outro cenário possível de moratória, ainda mais perigoso para as grandes finanças, pois politizava à esquerda a questão da dívida.

Em terceiro lugar, a renegociação da dívida nos moldes do Plano Brady serviu para enquadrar boa parte da periferia na nova realidade do capitalismo global. O ponto essencial para o grande capital naquele momento era garantir a livre circulação de mercadorias e de capitais (reais e fictícios), ponto-chave da Globalização neoliberal. Essa questão se somava à necessidade de abrir novos espaços de acumulação ao capital transnacional. As contrapartidas impostas pelas instituições seguradoras do endividamento periférico foram a abertura dos mercados – com o fim de políticas protecionistas, a transformação dos países periféricos em emissores de dívida pública em larga escala (titularização) e a privatização de empresas estatais e serviços públicos. Esse receituário ficou conhecido como “Consenso de Washington”,⁷⁸ por mais que não tenha sido um acordo, mas sim, uma imposição dos organismos controlados pela economia hegemônica sobre países mais fracos, que não tinham poder de barganha na situação em que se encontravam naquele período.

A classe trabalhadora dos países endividados, assim como a soberania dessas nações, foram as que arcaram com o preço a ser pago pelos planos mercadológicos de renegociação da dívida. A nova modalidade de endividamento a longo prazo a partir da emissão de títulos públicos comprometeria o orçamento público com a necessidade de honrar os contratos. Isso significa menor quantidade de recursos para investimentos públicos e políticas sociais, o que impacta diretamente na geração de emprego, renda e atendimento aos graves problemas sociais dos países periféricos. Por outro lado, a abertura indiscriminada da economia e a venda do patrimônio público ao capital estrangeiro acentuou o processo de desnacionalização e transnacionalização das economias dependentes.

Toda essa pesada engenharia econômica somente poderia ser realizada com uma forte intervenção do Estado, tanto por parte dos países periféricos que aceitam a imposição do mercado, readequando sua economia, quanto pela ação dos Estados Unidos na sua participação em prol dos mercados direta ou indiretamente, por meio de organismos internacionais sob seu controle. O neoliberalismo não é a diminuição da intervenção estatal, como arvora seu discurso, mas sim, uma intervenção direcionada para atender somente os

⁷⁸ O Consenso de Washington é abordado de maneira mais profunda no capítulo 4 deste trabalho.

interesses do grande capital monopólico, prioritariamente, da esfera financeira. A imposição do Consenso de Washington como contrapartida ao refinanciamento da dívida iniciado no Plano Brady nada mais era do que o avanço dos capitais monopólicos originários dos países centrais sobre as economias periféricas, muitas vezes, beneficiados pelos próprios títulos obtidos na conversão da dívida externa latino-americana.

Nesse clima, o grande capital busca uma saída em seu favor. Propõe e impõe (em nome do livre mercado!) que os Estados nacionais se desfaçam de seus patrimônios para pagar suas dívidas, dando substância, assim, a parte dos enormes excedentes especulativos sobranes em nível mundial. Dessa forma papéis inúteis e sem valor passam a receber o respaldo de bens públicos que se convertem em patrimônio dos especuladores financeiros. Esse é claramente o princípio que orienta as chamadas “conversões” da dívida externa. Através delas os papéis desvalorizados dos bancos, que são pretensos valores de dívidas, se convertem em empresas e bens retirados do setor público em geral. Seria uma forma ideal para o capital financeiro evitar a quebra geral dos bancos e empresas privadas, substituindo-a pela quebra dos Estados. Muito mais difícil, contudo é obrigar os contribuintes a aceitarem a ideia de sustentar as empresas e os bancos em quebra indefinidamente. Mesmo porque a cada ano aumentava o volume dessas quebras e diminuía a possibilidade do Estado financiá-las (DOS SANTOS, 2004, p. 175-176)

A adesão ao Plano Brady é um marco para o Brasil e demais países da região, pois sela a passagem para um novo momento da dependência, tal como exposto neste trabalho. A aceitação das imposições realizadas pelas instituições seguradoras e a emissão de títulos da dívida como ponto central da economia dos países periféricos marca, em definitivo, o fim da fase do investimento estrangeiro direito e a inserção subalterna desses Estados na Globalização neoliberal. No caso brasileiro, esse momento influi no processo de amadurecimento das ideias neoliberais na própria burguesia local, como vimos anteriormente, e passa a ser o horizonte político a que se movimenta o empresariado brasileiro e suas alianças junto ao imperialismo. A abertura da economia sem proteção a setores estratégicos, a transformação do Estado em um emissor de capital fictício e a ausência de barreiras para a entrada e saída de capitais especulativos, além da privatização do patrimônio público passam a ser os pontos mais importantes a serem defendidos pela classe dominante brasileira organizada. Especificamente em relação à dívida como um dos eixos da dependência, esse momento marca o advento da emissão de títulos públicos negociáveis como principal forma de endividamento dos países periféricos.

O Brasil somente aderiu ao Plano Brady em abril de 1994 (já como parte do Plano Real), quando o governo de Itamar Franco, tendo Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda, passou a renegociar a dívida externa do país nos moldes do Plano. Boa parte da dívida externa brasileira foi convertida em bônus *bradies*, com juros mais baixos e trinta anos de prazo para pagar, ou no desconto do montante total das dívidas, ou ainda em outras

modalidades. O Plano Brady foi utilizado pelo governo brasileiro para pagar dívidas de médio e longo prazo contraídas pelo setor público⁷⁹ em 1988 (pós-moratória), o chamado “1988 new money”, e ainda juros não pagos de outras dívidas que remontavam ao período ditatorial. Abaixo elencamos cada opção do “menu” do Plano Brady e o quanto foi emitido pelo país.

- ao par (*Par Bond*) no valor de US\$ 8,45 bilhões;
- de desconto (*Discount Bond*) no valor de US\$ 7,28 bilhões;
- de redução temporária de juros (*Front Loaded Interest Reduction Bond - FLIRB*) no valor de US\$ 1,74 bilhão;
- de redução temporária de juros com capitalização (*Front Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization - C-Bond*) no valor de US\$ 7,41 bilhões;
- de conversão da dívida (*Debt Conversion Bond*) no valor de US\$ 8,49 bilhões;
- de dinheiro novo (*New Money Bond*) no valor de US\$ 2,24 bilhões;
- *Eligible Interest Bond* no valor de US\$ 7,9 bilhões.

Os bônus ao par, os de desconto, e os de redução temporária de juros contaram com garantias de juros e/ou principal. O país conseguiu converter US\$ 43,51 bilhões de suas dívidas em bônus *bradies*. A família Dart foi a única credora do Estado brasileiro que não aceitou os termos do Plano Brady e exigiu o pagamento nos termos anteriores à proposta. O país passou assim a ser um emissor de capital fictício, modificando sua principal forma de endividamento. Tal situação constitui uma nova função dos países periféricos no atual momento do capitalismo globalizado: plataformas de valorização financeira. Os capitais especulativos passam a negociar os títulos da dívida, enquanto o governo facilita a entrada e saída desses capitais, no intuito de ter acesso a divisas e poder fechar a balança comercial negativa.⁸⁰

O Plano Brady (junto ao Plano Real) aparece assim como o divisor de águas entre duas fases do capitalismo dependente brasileiro: o fim da fase do investimento estrangeiro direito, que vinha em processo de deterioração desde a crise internacional dos anos 1970, entrando em estado terminal com a Crise da Dívida nos 1980; e a inserção subalterna da economia brasileira na fase da Globalização neoliberal. A imposição do Plano significa o desfecho do período de transição entre essas duas fases do capitalismo dependente, remodelando a economia periférica de acordo com as necessidades do mercado internacional. Essa remodelação ocorre pela necessidade da livre circulação de capitais e mercadorias em grande volume por parte dos grandes monopólios, fruto da desmaterialização do capital em sua categoria fictícia e na produção em larga escala oriunda dos avanços da Revolução Científico-Técnica, com a realocação das unidades produtivas, sobretudo na Ásia.

⁷⁹ Deve-se lembrar, no entanto, que era comum o poder público “estatizar” dívidas do setor privado.

⁸⁰ Déficit comercial este que era agravado pelas próprias medidas neoliberais impostas pelos organismos internacionais nos ajustes estruturais e que vinham sendo implementadas neste período.

No capitalismo, toda crise e sua posterior remodelação provoca um processo de centralização de capitais e fortalecimento dos monopólios, que passam então a adequar a economia mundial às suas necessidades dentro de um determinado período histórico. No caso da Globalização neoliberal, essas necessidades se traduziam na liberação dos mercados, na circulação de capital fictício sem entraves e na abertura de novos espaços de acumulação outrora vedados ao capital privado transnacional. O espaço da periferia capitalista é importante para a satisfação dessas necessidades e a renegociação da dívida latino-americana constituía-se como questão indispensável para a adequação dessas economias ao novo momento do capitalismo internacional.

Tanto a quebra das economias latino-americanas na Crise da Dívida, quanto a imposição do receituário neoliberal como condição para a renegociação e refinanciamento desses países foram necessárias para a hegemonia neoliberal e o avanço da globalização capitalista. A alta dos juros norte-americanos como parte da estratégia financeira desse país durante a década de 1980 transformou as economias periféricas em transmissoras líquidas de capital para a economia hegemônica. A política econômica estadunidense serviu como um “aspirador de pó” de capitais periféricos, levando, inevitavelmente, à quebra e a moratória ao longo daquele decênio. Foi a destruição do padrão de reprodução do capitalismo dependente brasileiro calcado na substituição de importações e na exportação de produtos industrializados.

O Plano Brady, como forma de renegociação das dívidas, serviu para adequar as economias periféricas à globalização capitalista, impondo o ideário neoliberal (Consenso de Washington) como contrapartida, transformando os países periféricos em emissores de capital fictício por meio de títulos da dívida, assim como as garantias impostas pelos ajustes estruturais abriram novos espaços de acumulação ao capital privado transnacional, como a privatização de empresas públicas e a abertura de mercados. Assim a dependência confirma sua definição, a de condicionar as economias periféricas às necessidades do mercado internacional. Numa relação dialética, a burguesia dependente também passa a defender o receituário neoliberal e sua inserção subalterna no capitalismo globalizado, pois entende que essa é a forma mais lucrativa de manter sua riqueza e sua aliança com o imperialismo.

Há de se destacar que o tempo da política “atrasou” a hegemonia neoliberal no Brasil quando comparado a outros países latino-americanos. O processo histórico de término da Ditadura, transição para a república liberal e constituição do novo regime se estendeu durante toda a década de 1980, fazendo com que o entendimento do novo momento por parte do grande capital brasileiro fosse truncado pelas disputas políticas em curso. A defesa aberta do

neoliberalismo começa somente na segunda metade dos 1980, para sair vitoriosa do primeiro pleito presidencial da Nova República em 1989. Porém, durante todo esse período as políticas neoliberais ainda não detinham hegemonia nos planos governamentais e o impedimento de Fernando Collor em 1992 retardou ainda mais o processo. É a partir do governo Itamar Franco (1992-1994), pela ação de Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda, e, posteriormente, com a presidência do último entre 1995 e 2002 que o neoliberalismo ganharia contornos definitivos no Brasil e com ele as novas funções do país na divisão internacional do trabalho: ser uma economia de exportação especializada em commodities e uma plataforma de valorização financeira.

4 ANOS 1990: 2º MOMENTO DA INSERÇÃO - O CONSENSO DE WASHINGTON

Os anos finais do século XX foram marcados por um grande avanço do neoliberalismo, na esteira da derrocada do bloco socialista e do enfraquecimento das diversas correntes de pensamento da esquerda. O alinhamento das economias centrais com o pensamento conservador nos anos 1980 foi sucedido pela reconfiguração da periferia capitalista (acrescida agora da maioria dos países que compunham o bloco socialista), atualizando a dependência para o novo momento da Globalização neoliberal e remodelando suas funções na divisão internacional do trabalho. Os organismos internacionais controlados pelos Estados Unidos, como o FMI e o Banco Mundial, foram responsáveis pela renegociação das dívidas dos países periféricos, impondo a adoção de políticas neoliberais como contrapartida.

O conjunto de políticas de corte neoliberal, adotadas sobretudo nos anos 1990, ficou conhecido pelo enganoso nome de Consenso de Washington e seria o projeto de remodelação do caráter dependente do capitalismo brasileiro, convertendo a burguesia local para novas atividades e reestruturando os diversos setores da economia. Em um ambiente de triunfalismo do capital e do pensamento neoliberal, as políticas neoconservadoras seriam aplicadas de maneira extremamente ortodoxa na América Latina, apresentadas como a única política possível, pois seriam “técnicas”, desprovidas de “desvios ideológicos”.

No caso brasileiro, a hegemonia neoliberal foi estabelecida, principalmente, sob o discurso do combate à inflação, que chegava à casa dos quatro dígitos. Essa operação se estenderia por toda a década de 1990, com a abertura indiscriminada do mercado brasileiro, de capitais reais e fictícios, a privatização do patrimônio público e o ataque à legislação trabalhista. Esse projeto, concomitante ao novo sistema político do país - a Nova República, se manifestou primeiramente na eleição de Fernando Collor em 1989, adquirindo forma definitiva somente com o Plano Real (1994) e a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), quando, efetivamente, foram construídas as políticas macroeconômicas de corte neoliberal e a primazia do capital financeiro sob o capitalismo dependente brasileiro. A economia do país foi reconfigurada para o novo momento da Globalização neoliberal, desempenhando seu novo papel como plataforma de valorização financeira e uma produção especializada para exportação, sobretudo de bens primários.

O “sucesso” na implementação do neoliberalismo no Brasil foi também seu limite. Com os efeitos regressivos para a geração de empregos, o aumento da informalidade e a queda nas condições de vida, além da fragilidade econômica no setor externo, resultado

inevitável do ajuste neoliberal, cresceu a insatisfação popular com os rumos do país. O resultado de mais de uma década de hegemonia neoliberal foi a deterioração da economia brasileira e das condições de vida da maioria da população, o que abriria a oportunidade para uma oposição moderada, com ênfase em políticas pró-trabalho e pró-renda, conectadas com um clima de mudança de época que se materializaria na década de 2000 em toda a América Latina.

4.1 Ajuste estrutural, Consenso de Washington e o significado da Globalização neoliberal

A década de 1990 foi marcada por um avanço colossal das ideias neoliberais em todo o mundo. Três fatos contribuíram para a vitória conservadora neste período: o fim da União Soviética (1991); a capitulação da social-democracia nos países centrais, ao manter os paradigmas macroeconômicos neoliberais; e o disciplinamento da periferia capitalista por meio dos organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, que impuseram suas políticas de austeridade, remodelando a economia dos países dependentes ao novo momento do capitalismo internacional. Neste último ponto é importante salientar que tal processo não seria possível sem uma conversão das burguesias periféricas ao ideário neoliberal, e a submissão à tutela de suas economias pelos organismos internacionais controlados pelas economias centrais.

A burocratização da sociedade soviética, especialmente do seu sistema político e de sua capacidade de difusão e aplicação de inovações no sistema produtivo já vinha como tendência nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial (com exceção do setor militar e aeroespacial) e se materializou claramente com as propostas de Mikhail Gorbachev, líder soviético entre 1985-1991, onde o país abriu mão de seu projeto de construção mundial alternativa ao capitalismo e de sua posição anti-imperialista. O errôneo vislumbre com a economia de mercado ocidental levou à conversão da economia soviética – e dos demais países do Leste – a transformações econômicas que findaram com o já combatido socialismo na região, mas que não trouxe a sociedade de consumo alardeada pelos apologetas do mercado. O que se viu foi uma crise civilizacional sem precedentes, com o crescimento da miséria, violência, atividades ilegais (como tráfico de drogas, armas e seres humanos), epidemias de alcoolismo (como o caso da Rússia nos anos 1990), avanço da extrema-direita, guerras interétnicas, e a conversão desses países em uma nova periferia do capital globalizado. A Rússia somente voltaria a ser um ator global relevante a partir dos anos 2000,

com a chegada de Vladimir Putin ao poder (FERNANDES, 2017).

O desaparecimento do bloco socialista, com apenas reminiscências residuais na geopolítica internacional, desatou um sentimento de triunfalismo do capital nos anos 1990, alimentando os discursos de “fim da história”. Concomitante a esses acontecimentos, a hegemonia neoliberal se solidificou como única via possível para evitar o fracasso (tanto do socialismo, como do keynesianismo, “inimigo interno” do neoliberalismo dentro do pensamento pró-capital), sendo imposta a todos os países do globo a partir da economia hegemônica e dos organismos internacionais. A derrocada do socialismo soviético fortaleceu a ideia da falta de alternativas no campo ideológico – onde seus opositores foram taxados de defensores de ideias fracassadas -, e revestiu o capitalismo em um manto de invencibilidade, especialmente sua potência hegemônica, os Estados Unidos. Poucos foram os que duvidaram nos anos 1990 da unipolaridade norte-americana como nova realidade mundial, o que, de fato, era evidente naquele momento, mas que, a médio prazo, se mostrou uma conjuntura efêmera.

No entanto, a oposição popular ao neoliberalismo e suas catastróficas consequências sociais foi permanente nas sociedades dos países centrais. Nos anos 1990 a maioria dos países do centro do sistema presenciou vitórias eleitorais de forças políticas ligadas à social-democracia, que até aquele momento se colocavam em posição contrária à ortodoxia econômica. Especialmente na segunda metade da década e na virada para o século XXI, as principais economias ocidentais se encontravam sob governos da chamada “terceira via”: Bill Clinton nos Estados Unidos (1993-2001), Tony Blair na Inglaterra (1997-2007), Gerhard Schröder na Alemanha (1998-2005), Lionel Jospin na França (1997-2002), entre outros. Essa “onda rosa”, entretanto, causou enorme frustração em suas populações ao manter a macroeconomia neoliberal que outrora contestava, ao mesmo tempo em que tentava uma síntese impossível com a permanência e ampliação do *welfare state* do século XX.

Como apontado no capítulo 1, a terceira via se apresenta como uma defensora do livre mercado, apenas salientando a incapacidade deste de lidar com todos os problemas que ocasiona, surgindo aí a necessidade da ação estatal e da “sociedade civil” (em termos liberais). Essa “alternativa” se demonstrou um retumbante fracasso, já que o estrangulamento do orçamento público realizado pelas políticas de austeridade impede a realização e desenvolvimento dos gastos sociais, centro da visão política social-democrata, especialmente na Europa. O corte nos gastos públicos e as prioridades da economia voltadas a alimentar o sistema financeiro, mínguem as políticas públicas e a distribuição de renda, afetando os setores mais pobres da classe trabalhadora. A frustração desse extrato social nos países centrais com forças políticas que fazem o contrário do que prometem, aumentando as

dificuldades do cotidiano, juntamente com a chegada de levadas cada vez maiores de imigrantes – em sua maioria de características étnico-culturais completamente distintas da população local – fazem crescer o descontentamento com o sistema político como um todo, que na ausência de um avanço na consciência e na organização da classe trabalhadora, abrem o caminho para o reaparecimento do fascismo, vitaminado pelo racismo e a xenofobia.

As ideias da terceira via e os governos que as defenderam nos anos 1990 representam uma capitulação da social-democracia ao neoconservadorismo, o que significa a sua própria extinção enquanto posicionamento político-ideológico. Isso porque a arquitetura econômica neoliberal – de contenção de gastos sociais, desregulação financeira, aumento da produtividade sem qualificação paralela dos trabalhadores, dilapidação do patrimônio público, etc – inviabilizam completamente a proposta social-democrata que foi dominante nos países centrais nos “anos dourados” do capitalismo (1945-1975). Sem o pleno emprego e um crescimento econômico vigoroso e constante é impossível sustentar uma política de bem-estar social e de investimento público. A manutenção de uma macroeconomia neoliberal por agrupamentos políticos que antes lhe faziam oposição é uma demonstração da forte hegemonia desse ideal e da minoria social a quem beneficia. Por outro lado, mostra o esvaziamento permanente de um certo “centrismo” que pretendia equacionar neoliberalismo e gastos sociais, que vai se mostrando cada vez mais inviável, ao mesmo tempo em que a falta de alternativas políticas no *mainstream* – e em momentos de debilidade da esquerda - canaliza a frustração social para soluções autoritárias e retrógradas.

A hegemonia neoliberal nos anos 1990 se mostrou de maneira ainda mais rígida em relação aos países dependentes. Entre aqueles que já pertenciam à periferia capitalista e outros que se somavam recém egressos do mundo socialista, o que se viu foi a submissão total de suas economias aos organismos internacionais, que utilizaram como contrapartida para renegociação das dívidas dos países periféricos a aplicação obrigatória dos “ajustes estruturais”, que nada mais eram que a imposição das políticas econômicas neoliberais.

O FMI e o Banco Mundial foram as instituições-chave para o manejo das dívidas das nações periféricas e da aplicação da ortodoxia neoliberal. Esses organismos, por sua vez, são controlados pelos países centrais, especialmente pelo Tesouro dos Estados Unidos. A década de 1990 marcou o auge do G7 (ou Tríade), reunião das pretensas sete maiores economias do mundo, como fórum de discussão para a “governança global”, o que, na maioria das vezes, significava o apoio às políticas norte-americanas por parte dos demais participantes, com ênfase para o controle das economias periféricas e suas crises, beneficiando o grande capital

monopólico.⁸¹

As economias dependentes foram reconfiguradas de acordo com as necessidades do mercado internacional, como é praxe de sua posição subalterna no sistema mundial. Todo o processo de negociação da dívida nos anos 1980 desemboca nos ajustes estruturais e na imposição das políticas neoliberais como única alternativa possível aos países periféricos nos anos 1990, o que remodelou as funções dessas economias na divisão internacional do trabalho, como já discutido no capítulo 2. A América Latina talvez tenha sido a região do mundo periférico onde as políticas neoliberais tenham sido aplicadas de maneira mais ortodoxa, com desdobramentos nefastos a suas populações e, dialeticamente, onde se deram as oposições mais contundentes ao neoconservadorismo.

A atuação do FMI e do Banco Mundial ganhou nova dimensão nos anos 1980, quando estes organismos foram responsáveis por manejar o endividamento destes países na Crise da Dívida. Após a constatação que a simples atuação do mercado não resolveria o problema e que o agigantamento da dívida poderia levar a uma onda de moratórias que contaminariam as finanças mundiais, as instituições internacionais e seus representantes passaram a desenvolver uma série de mecanismos de refinanciamento dos países periféricos que passavam pela adoção de medidas econômicas que levariam a uma transformação estrutural das economias dependentes.

Como já explicitado no capítulo 3, a Crise da Dívida se origina na ação unilateral dos Estados Unidos na desregulação financeira, ao romper com a paridade dólar-ouro e, posteriormente, no aumento das suas taxas de juros para drenar os recursos financeiros existentes no mercado mundial. Por outro lado, a política de crédito fácil para países periféricos – muitas vezes governados por ditaduras pró-EUA, criou um gigante endividamento externo com fins questionáveis, quase nunca destinados a melhorar as condições de vida das populações destes países. As novas condições financeiras impostas pelos EUA na década de 1980 levaram o endividamento periférico a um nível impagável e suas economias à insolvência.

Nesse primeiro momento, o FMI, o Banco Mundial e o Tesouro norte-americano receitaram à periferia uma brutal desvalorização da moeda, no intuito de criação de um

⁸¹ O G7 é composto por Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Inglaterra, Itália e Canadá. A partir dos anos 1990, se tornou G8, adotando a Rússia, devido muito mais ao seu poder militar do que econômico naquele momento. A Rússia foi expulsa do bloco exatamente quando retomou seu poder geopolítico de modo mais evidente na década de 2010. Ênfase que o título de “maiores economias do mundo” era uma pretensão, já que, ainda na década de 1990, dependendo do indicador econômico e da importância geopolítica, o G7 não deveria ter essa composição, algo que ficou completamente óbvio nas décadas seguintes. O termo “Triade” se refere ao fato dos países do G7 representarem os três polos do capitalismo até aquele momento: América do Norte, Ásia e Europa ocidental.

superávit que fosse direcionado ao pagamento da dívida externa. Essas medidas eram acompanhadas pelo controle na emissão de moeda, elevação dos juros e limite aos ajustes salariais e gastos públicos para baixar a hiperinflação, comum aos países periféricos no período. Se algumas dessas medidas coincidiam com as políticas aplicadas nos países centrais, outras, como a criação do superávit para o pagamento de dívidas, eram completamente distintas, e revelavam que a “ajuda” dos organismos internacionais respondia a interesses muito precisos, o dos credores internacionais, e não em um auxílio genuíno às populações periféricas que viam aumentarem com a crise os índices de pobreza, desigualdade e violência.

Essa situação provocou a moratória de diversos países ao longo dos anos 1980, inclusive o Brasil em 1987. Criou-se uma situação de aumento do endividamento público, mesmo com diminuição do gasto público. Ou seja, a dívida continuava crescendo, mesmo com cortes para políticas sociais e investimentos. O resultado foi a permanência da hiperinflação e o agravamento dos já dramáticos indicadores socioeconômicos na periferia, deixando claro que o desequilíbrio nas contas advém do endividamento internacional e não dos gastos com as necessidades da população. Quanto mais se pagava a dívida externa, mais se devia.

Essa situação se modificou superficialmente nos anos 1990. Primeiramente, o governo democrata de Bill Clinton nos Estados Unidos (1993-2001) procurou diminuir os juros e desvalorizar o dólar para equilibrar os seus déficits comercial e fiscal. O capital fictício do setor financeiro passou então a procurar outros espaços de valorização que modificaram a ação dos organismos internacionais sobre as economias periféricas. A partir desse momento a receita do FMI e do Banco Mundial para os países de capitalismo dependente estava calcada na sobrevalorização cambial (por vezes, com paridade com o dólar), aumento dos juros, privatizações de empresas públicas e na titularização da dívida, a partir do Plano Brady. Essas condições eram impostas pelos organismos internacionais para a renegociação da dívida dos países periféricos e claramente favoreciam os monopólios centrais, especialmente o capital especulativo que procurava novas formas de valorização devido à baixa da taxa de juros norte-americana.

Essa reestruturação de funções do capitalismo dependente na divisão internacional do trabalho começou a ser pensada a partir da primeira grande crise da Globalização neoliberal em 1987 – que mostrou a incapacidade de se manejar o endividamento da periferia como realizado até aquele momento; e teve seu divisor de águas no Plano Brady, lançado em 1989, que recebeu a adesão dos países periféricos nos anos seguintes. O Plano marcou a

ênfase na titularização da dívida securitizada pelos organismos internacionais e o perdão de parte dessa dívida. A contrapartida para a concessão de novos empréstimos e aceitação do retorno da periferia ao mundo das finanças globais se dava pela aplicação de uma série de medidas impostas pelo FMI e o Banco Mundial que ficou conhecida, como nos explica José Luis Fiori, como “Consenso de Washington”.

(...) expressão cunhada e publicada em 1990, pelo economista norte-americano John Williamson para referir-se a um conjunto de ideias e políticas econômicas defendidas unicamente pelas principais burocracias econômicas norte-americanas e pelos organismos multinacionais sediados na cidade de Washington. Um consenso construído durante a década de 1980 e que condensava e traduzia as ideias neoliberais, já hegemônicas nos países centrais, na forma de um “pacote terapêutico” para a crise econômica da periferia capitalista. O grande Consenso e suas recomendações podiam ser divididos – no início da década de 1990 – em três capítulos fundamentais. O primeiro referia-se às políticas macroeconômicas, e recomendava rigorosa austeridade fiscal e disciplina monetária, donde se seguia, em forma direta, a exigência de um programa de corte de gastos e de implementação de reformas administrativas, previdenciárias e fiscais, consideradas indispensáveis para o sucesso dos programas de estabilização monetária (...) a segunda ordem de reformas e propostas do Consenso era de natureza microeconômica. Impunha-se desonerar o capital para que ele pudesse aumentar sua competitividade num mercado internacional, aberto e desregulado. (...) A terceira ordem de proposições referia-se ao desmonte radical do modelo de industrialização seguido pela maioria destes países periféricos depois da Segunda Guerra Mundial (FIORI, 2001, p. 84-85).

O Consenso de Washington não foi, como engana seu nome, um consenso, ou seja, o resultado de uma concórdia entre desiguais. Ele foi, em realidade, uma imposição do grande capital monopólico oriundo dos países centrais, principalmente o setor financeiro, se manifestando através de uma série de imposições dos Estados e dos organismos internacionais contra os países periféricos. O Consenso representa o segundo momento de readequação das economias dependentes à Globalização neoliberal. Se a década de 1980 foi palco da destruição do padrão de reprodução do capital que existia até então na América Latina (marcado pelo investimento estrangeiro direto e a substituição de importações), na década de 1990 estes países passam a desempenharem um novo papel, combinando produção especializada voltada para a exportação – comandada pelo capital transnacional – e a emissão de títulos da dívida a juros altos, transformando-se em verdadeiras plataformas de valorização financeira. Para isso, os organismos internacionais impuseram à periferia, como contrapartida à renegociação da dívida, medidas de abertura comercial e fim do protecionismo a setores estratégicos; ajustes fiscais com cortes sucessivos de gasto social e investimentos; política de juros altos com desregulação financeira, de modo a facilitar a entrada e saída de capitais especulativos; privatização de serviços públicos e empresas estatais; flexibilização das leis trabalhistas e previdenciárias; garantia à propriedade de estrangeiros, especialmente em setores de alta tecnologia.

Essas imposições reforçam o caráter dependente dos países periféricos e aumentam o grau de superexploração do trabalho de suas populações. A abertura comercial indiscriminada expõe a uma concorrência desleal as empresas de capital nacional da periferia, levando-as à falência ou absorção por empresas estrangeiras. O reconhecimento da propriedade estrangeira, geralmente por meio de patentes e outros expedientes, mantém o domínio do conhecimento e da alta tecnologia nas mãos das transnacionais oriundas dos países centrais, inviabilizando o desenvolvimento tecnológico endógeno na periferia. Esse processo gera desemprego, que acompanhado da não requalificação da força de trabalho para um mundo sob a égide da Revolução Científico-Técnica leva a altos índices de desemprego estrutural, informalidade e outras formas de trabalho precarizado. A flexibilização das leis trabalhistas retira uma série de direitos da classe trabalhadora, elevando a superexploração, ao combinar aumento e intensificação da jornada, com remunerações abaixo do valor real da força de trabalho e muitas vezes não condizentes com o grau de qualificação do trabalhador. A privatização de serviços públicos os torna mais caros e inacessíveis para boa parte da população – sem contrapartida de melhora na qualidade, além de contribuir para a perda de soberania do país quando realizada em setores estratégicos, como energia e comunicações. A desregulação do mercado financeiro e a política de alta de juros permanente respondem aos interesses da fração dominante do capital na Globalização neoliberal, o capital financeiro transnacional, que se alimenta do endividamento via títulos públicos, sem contraparte de investimentos.

Como essas medidas eram exigidas pelos organismos internacionais para a renegociação do endividamento público dos países periféricos e, por sua vez, estes organismos são geridos pelas economias dos países centrais, principalmente os Estados Unidos, fica claro que suas ações são uma forma de manter o controle sobre a periferia capitalista e readequá-la, como é característico na condição de dependência, aos interesses do mercado internacional. Instituições como o FMI deixaram de servir à estabilização da economia mundial e passaram simplesmente a agir para a garantia dos lucros da especulação financeira mundial. Seus “ajustes” e “consensos” não estabilizam as economias periféricas, como gritam as vestais do “livre mercado”, mas sim, as transformam em espaços de valorização de capitais – reais e fictícios – com garantias de máxima lucratividade, nenhuma obrigatoriedade de investimento e uma porta de saída sempre aberta para os momentos de crise (baixo risco).

O caráter mais gritante dessa dominação se dá na questão do endividamento público, ponto central da condição dependente no mundo do neoliberalismo globalizado. As sucessivas intervenções dos organismos internacionais nas economias periféricas não ocorrem no sentido

de superação da dívida, mas, na sua administração e reciclagem, de modo a manter a transferência de recursos públicos para os atores privados das finanças transnacionais. Prova disso é que os países da periferia não conseguem superar sua condição de grandes devedores no mercado internacional seguindo o receituário neoliberal, muito menos apresentam economias estabilizadas e resistentes às oscilações desse mesmo mercado. Os anos 1990 demonstraram claramente a fragilidade das economias periféricas numa sucessão de crises que praticamente ocorreram em efeito dominó: México 1994, Tigres Asiáticos 1997, Rússia 1998, Brasil 1998/1999, culminando talvez na mais grave de todas, a crise argentina de 2001.

O monumental trabalho do intelectual belga Eric Toussaint sobre a dívida dos países periféricos nos aponta como esta é uma questão política e não simplesmente econômica. Apresentando dados do Banco Mundial, Toussaint revela que a dívida pública dos países periféricos (incluindo o Leste europeu) estava, no ano 2000, na casa de US\$ 1,6 trilhões. Mas os países centrais apresentavam números muito maiores. O endividamento público da União Europeia naquele momento era de US\$ 5 trilhões, do Japão US\$ 7,2 trilhões e dos Estados Unidos US\$ 7,4 trilhões. A somatória de toda dívida pública e privada do mundo naquele momento chegava a US\$ 60 trilhões, o que significa que a periferia é responsável por uma parte ínfima do montante de dívidas em âmbito mundial. As economias periféricas são utilizadas como zonas privilegiadas de lucros fictícios, servindo como espaços de valorização financeira para todo tipo de capitais especulativos. Como este capital fictício se tornou, em tempos neoliberais, o eixo da acumulação internacional, fica claro que a administração do endividamento da periferia é um pilar para o funcionamento da Globalização neoliberal (TOUSSAINT, 2004, p. 149-151).

Não é coincidência que o avanço da Globalização neoliberal se deu concomitantemente à Crise da Dívida nos anos 1980 e a política de ajustes estruturais impostas à periferia pelo capital internacional nos anos 1990. A administração da dívida é uma forma de “orientar” as economias periféricas conforme os interesses do capital financeiro internacional, mantendo a dependência e a divisão internacional do trabalho como pilares da economia capitalista mundial. A “titularização” da dívida foi o mecanismo utilizado para revalidar a dívida externa dos países periféricos, sem, contudo, ferir o interesse dos credores. A partir do Plano Brady boa parte do montante da dívida externa foi convertida em títulos públicos negociáveis no mercado internacional, ação que se complementou nos anos 1990 com desregulação financeira das economias periféricas, transformando-as em emissoras de capital fictício como contrapartida para a continuação da rolagem de sua dívida.

A titularização da dívida é um desdobramento da Globalização neoliberal e da

hegemonia do capital financeiro especulativo sobre a economia mundial, especialmente a periferia. Ao converter a dívida em títulos o que se faz é a “extensão do risco”. Primeiro, se pulveriza a quantidade de credores de um país, já que os títulos são negociáveis no mercado financeiro, transformando todos eles em agentes de pressão para que os créditos sejam remunerados. Segundo, cada título possui instrumentos de proteção específicos, como taxa de juros, prazos de resgate, etc. E por último, toda uma legislação de prioridade de pagamento da dívida frente aos gastos públicos e investimentos é imposta pelos organismos internacionais e as burguesias locais para garantir que parte do orçamento público destinado ao pagamento da dívida não seja prejudicado. A aquisição de títulos da dívida é muito mais vantajosa para os credores e especuladores, pois trata-se de um acesso direto ao orçamento público, dificultando atrasos e moratórias, além de serem negociáveis no mercado financeiro, ao contrário dos antigos empréstimos, contando ainda com a securitização da dívida pelos organismos internacionais, no caso de países da periferia sob intervenção (TOUSSAINT, 2004, p. 150-151).

Para a aplicação prática das políticas condensadas no Consenso de Washington, os organismos internacionais capitaneados pelo Tesouro norte-americano desenvolveram os “ajustes estruturais”, mecanismo pelo qual as economias periféricas são disciplinadas a adotar os preceitos neoliberais para renegociação de seu endividamento. Seu objetivo é garantir a segurança dos credores e a abertura de novos espaços de valorização do capital transnacional – real e fictício. Toussaint nos aponta que o ajuste estrutural é aplicado em duas fases: 1º) a estabilização econômica de curto prazo e 2º) o ajuste estrutural propriamente dito. Há uma divisão de tarefas entre FMI e Banco Mundial, ficando o primeiro responsável pelas negociações-chave sobre câmbio, déficits, etc; enquanto o segundo acompanha o andamento de reformas estruturais, tutelando ministérios nas áreas consideradas vitais.

Na primeira fase, de estabilização econômica de curto prazo, o país necessita demonstrar uma “carta de intenções”, adotando medidas recomendadas pelo FMI sem ter nenhuma segurança de que receberá ajuda financeira, como se fosse uma demonstração de que seguirá as regras sem questioná-las. Nesse momento é comumente imposto uma desvalorização da moeda – favorecendo os que têm poupanças em dólar – e uma política de austeridade, com redução de investimentos públicos e gastos sociais. Também são indicadas a liberalização dos preços, eliminando-se subsídios, e a desindexação do salário, evitando seus ajustes de acordo com o encarecimento do custo de vida. Ninguém precisa ser economista para perceber que essas medidas causam aumento da pobreza, piora nos serviços públicos – que atendem, em sua maioria, os pobres, aumentam o custo de vida, restringem o consumo e

quebram empresas nacionais, causando desemprego (TOUSSAINT, 2004, p. 231-234).

Após o cumprimento desses compromissos, o empréstimo é concedido e a economia do país dependente fica tutelada pelos organismos internacionais, sendo revisada trimestralmente. Passa-se então à segunda fase, o ajuste estrutural propriamente dito, onde são aplicadas as reformas de cunho neoliberal tidas como “essenciais” para manter a estabilidade econômica. É nesse momento que a aplicação do Consenso de Washington se torna mais evidente, com a imposição do receituário ideal do neoliberalismo sendo implementada pelos governos locais, não sem violência contra manifestações populares que se opunham às medidas, e a utilização de recursos ilegais, como suborno de políticos. Importante destacar o papel da grande mídia em apresentar, insistentemente, a aplicação do receituário neoliberal como inevitável e qualquer alternativa como um pulo no escuro ou antessala do caos.

O ajuste estrutural propriamente dito passa pela liberalização do comércio, com o fim da proteção para setores estratégicos da economia; desregulamentação financeira, com liberdade de circulação de capitais especulativos, taxações ao sabor do mercado, políticas de juros altos, livre atuação de bancos estrangeiros;⁸² corte de gastos públicos em políticas sociais e de investimentos – mas nunca no pagamento da dívida; reformas tributárias regressivas, desonerando de impostos os super ricos; privatização de estatais e serviços públicos a preços abaixo do seu valor real; flexibilização da legislação trabalhista, com a retirada de direitos; fim da previdência social e sua substituição por poupanças de capitalização e fundos de previdência privada.

Em nenhum lugar do mundo onde essas políticas foram implementadas houve crescimento econômico, aumento do emprego e bem-estar; não por algum erro de condução, mas porque os resultados obtidos (baixo crescimento, desemprego estrutural e piora nos indicadores sociais) é o único possível perante tais ações. Essas políticas inclusive não detém o crescimento do endividamento – mesmo com toda a ênfase na austeridade, nem tampouco controlam a inflação a longo prazo – verdadeira obsessão dos neoliberais. Isso porque, no caso do endividamento, é a emissão de títulos da dívida a juros altos o principal gasto dos orçamentos públicos e não os gastos sociais; e em relação à inflação, fica difícil manter seus baixos índices em países que têm demanda reprimida (mercados internos limitados pela pobreza da maioria de suas populações), ao contrário da fantasia neoliberal de que é necessário conter um suposto “excesso de demanda” que levaria à elevação dos índices de

⁸² Importante ressaltar que a ausência de controle sobre as transações financeiras alimenta o dinheiro sujo de atividades ilegais, como o tráfico de drogas e de armas, assim como a evasão de fortunas não declaradas para paraísos fiscais.

inflação.

O resultado da aplicação dos ajustes estruturais impostos pelo FMI, Banco Mundial e outros organismos foi a perda de composição orgânica de economias periféricas de médio desenvolvimento, como o Brasil; perda de soberania pela transnacionalização de setores estratégicos e absorção de boa parte das empresas locais por estrangeiras; endividamento crescente, sem nenhuma perspectiva de superação de tal situação, o que leva à fragilidade das economias periféricas perante às oscilações do mercado internacional; precarização dos serviços públicos e alta nos índices de pobreza, desigualdade e violência (incluindo a repressão estatal e paraestatal, além da vigilância de massas), pela impossibilidade de investimento público devido a um orçamento sequestrado pelo pagamento dos títulos da dívida; intensificação da superexploração do trabalho, com o advento do desemprego estrutural e a proliferação de formas precarizadas de trabalho; destruição do sistema previdenciário, com cobertura e pagamento de valores cada vez menores aos pensionados.

O fenômeno RDT (Reprimarização exportadora, Desindustrialização e Transnacionalização) e a conversão das economias periféricas em plataformas de valorização financeira (como exposto no capítulo 2) são consequência direta da aplicação das políticas do Consenso de Washington. Essas medidas não são recomendadas para a estabilização das economias periféricas, mas sim, para seu controle por parte dos capitais transnacionais e sua readequação às necessidades da Globalização neoliberal. “O objetivo das multinacionais e dos Estados Unidos em primeiro lugar é reforçar seu controle sobre as economias locais sem desenvolvê-las” (TOUSSAINT, 2004, p. 277). Os anos 1990 marcaram um novo ciclo de endividamento para os países da periferia, com diferença de mecanismos quando comparado ao decênio anterior, mas com o mesmo objetivo: manter seu caráter dependente na divisão internacional do trabalho, abrindo novos espaços de valorização de capitais monopólicos reais e fictícios, com origem nos países centrais.

É importante salientar que as burguesias locais na periferia não foram atores passivos deste processo. Perante o avanço da hegemonia neoliberal elas foram paulatinamente convencidas pelo projeto neoconservador como plataforma mais adequada neste momento histórico para a manutenção de sua aliança com o imperialismo, especialmente o estadunidense. As burguesias periféricas são burguesias locais – o que é diferente de nacionais – não apresentando nenhum projeto de desenvolvimento autônomo para seus países. Mesmo setores que foram imensamente prejudicados, como o industrial, seriam recompensados de outra forma, geralmente aderindo ao mundo da especulação financeira, principalmente a que envolve títulos da dívida pública.

A aplicação do receituário neoliberal promoveu um sucesso efêmero nos primeiros anos da década de 1990. A adoção do Plano Brady, com a renegociação da dívida externa (incluindo perdão de parte desta), a passagem para uma era de emissão de títulos a juros elevados como principal mecanismo de “desenvolvimento” econômico, e a aplicação dos ajustes estruturais do FMI, provocaram uma queda colossal nos índices de inflação. A razão para isso estava nas reservas em moeda estrangeira dos países latino-americanos, fruto da suspensão do pagamento da dívida no final dos anos 1980 e no processo de privatização, que atraiu capitais especulativos de toda parte. Esses recursos foram exauridos ao longo dos anos 1990 por um endividamento sem fim e pela adoção acrítica do receituário neoliberal que inviabiliza o crescimento econômico e o desenvolvimento pleno da periferia.

É necessário levar em conta que os primeiros anos de êxito destas políticas se deveram fundamentalmente à existência de reservas em divisas significativas em todos estes países no começo destas experiências. As reservas acumuladas durante a suspensão do pagamento da dívida externa na segunda metade dos anos 80 asseguraram as políticas de supervalorização das moedas nacionais de cada país. Somadas aos recursos gerados pelas privatizações no mesmo período, permitiram a atração de capitais especulativos dos centros financeiros internacionais para cobrir os déficits comerciais gerados pelas políticas de câmbio supervalorizado. Dentro de seis a sete anos os compromissos gerados com a entrada de capitais externos, atraídos por alto juros pagos pelos Estados envolvidos em gigantescas dívidas públicas em moeda local ou em dólares, começam a esgotar-se. Em seu rastro deixara um endividamento público colossal que impossibilita qualquer política de investimentos públicos e atinge inclusive os gastos públicos tradicionais, provocando um recuo da participação do Estado na economia real e uma crise fiscal sem precedentes. A origem desta crise são os pagamentos do serviço da dívida pública. É necessário insistir que a diminuição dos gastos públicos não impede que este mesmo Estado aumente enormemente seus gastos no pagamento de juros que é hoje em dia a verdadeira fonte do déficit público. Estes governos conseguiram inverter totalmente o sentido da atividade estatal. A partir deles, o Estado existe para pagar juros e não para realizar políticas públicas. Enquanto os capitais entram mais do que saem, e as vendas de empresas públicas aumentam a liquidez das contas públicas, parece que estamos no paraíso. Quando o contrário se instaura com as remessas de lucros e pagamento de juros e outros “tributos”, instaura-se o inferno (DOS SANTOS, 2004, p. 484-485).

A entrada de capital estrangeiro no início da década de 1990 parecia dar razão aos neoliberais. Contudo, esses capitais não geravam investimentos, pois visavam se aproveitar da alta taxa de juros praticada nos países periféricos e na aquisição de empresas – públicas e privadas – sem, no entanto, aumentar sua capacidade produtiva, além de intensificar a dependência tecnológica, reforçando o intercâmbio desigual e elevando os déficits. Quando estes se tornaram alarmantes, retornou a preocupação em torno da capacidade dos países da periferia de honrarem seus compromissos, levando a uma fuga de capitais de grande volume, ocasionando uma onda de crises em diversos espaços da periferia capitalista – já citadas acima – e evidenciando os limites do receituário ideal do neoliberalismo.

A segunda metade da década de 1990 e a virada para o século XXI são marcadas pela perda de prestígio do neoliberalismo em sua versão mais ortodoxa, que era, em verdade, a manifestação de toda uma crise estrutural do capitalismo e dos limites da unipolaridade norte-americana. Os anos seguintes evidenciariam o processo decrescente dos Estados Unidos como potência hegemônica, a formação de um mundo multipolar com a ascensão de forças geopolíticas até então consideradas periféricas e a contestação do receituário ideal do neoliberalismo até mesmo entre seus defensores.

Os espaços da periferia afetados pelas crises sucessivas dos anos 1990 passaram a se rearticular de outra maneira. A Rússia, sob o governo Vladimir Putin, recuperaria sua importância global, ao traçar uma aliança com a China e sua ênfase num mundo multipolar. Os Tigres Asiáticos passaram a depender menos do mercado norte-americano e se agregaram à integração asiática e do Pacífico, sob forte influência chinesa. Mas foi na América Latina que surgiram as respostas mais contundentes à hegemonia neoliberal, numa rearticulação de forças populares que permitiram uma sucessão de vitórias eleitorais de forças de esquerda, revolucionárias ou reformistas, com um projeto de integração regional soberano e que se afastava do receituário neoliberal.

4.2 O Consenso de Washington aplicado no capitalismo dependente brasileiro

As eleições presidenciais de 1989 foram as primeiras em vinte e oito anos no Brasil. Ela marca o encerramento do ciclo transitório, que teve seus primórdios nos governos finais da Ditadura, com as políticas de Distensão de Geisel (1974-1979) e de Abertura de Figueiredo (1979-1985); se materializando na campanha das Diretas Já (1983-84), na vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral (1985), eleição e funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte – ou Congresso Constituinte (1986-1988), culminando no citado pleito. Do ponto de vista econômico, ela também pode ser compreendida como um divisor de águas, já que o modelo de desenvolvimento da ditadura era inviável naquele momento, devido aos desdobramentos da Crise da Dívida. Com a impossibilidade de refinanciamento da dívida, a ação econômica do Estado paralisada, uma hiperinflação que impunha à maioria da população uma vida de penúria e a decepção em relação ao primeiro governo civil pós-ditadura (Sarney) e seu infame Plano Cruzado, as eleições de 1989 apontavam para a necessidade de uma mudança total na condução econômica do país.

O embate no segundo turno das eleições entre Fernando Collor e Luís Inácio Lula da Silva demarcou claramente essa sensação de “passar o país a limpo” a partir do resultado

eleitoral. Ambos defendiam a superação do modelo econômico herdado da Ditadura, mas de maneiras bem diferentes. Collor, como representante do empresariado e dos grandes meios de comunicação, encarnou a “modernização”, o que se traduzia na adoção das políticas neoliberais no país. O que era apresentado retoricamente como progresso econômico consistia na renovação do caráter dependente da economia nacional, atualizando-a para o novo momento do capitalismo “globalizado”. Lula, por outro lado, defendia a superação dos graves problemas econômicos do país por meio de um programa democrático-popular, com ênfase nos serviços públicos, assistência social, diversificação da economia, valorização do salário, proteção da soberania nacional e rompimento com o endividamento externo (ideias também defendidas por Leonel Brizola, candidato do trabalhismo derrotado no primeiro turno, que apoiou Lula no segundo).

Essas alternativas manifestadas no momento eleitoral se davam pela impossibilidade de perpetuação da forma com a qual o capitalismo dependente brasileiro se reproduziu até aquele momento. O fim do regime ditatorial e a construção da Nova República, incluindo a eleição presidencial de 1989, se encontram em um momento de transição de uma fase da dependência (investimento estrangeiro direito) para uma nova etapa, o neoliberalismo. A implementação das políticas neoconservadoras no Brasil, como já apontado anteriormente, deveria ser, necessariamente, realizada por um governo eleito, o que lhe concederia respaldo popular. Essa questão ocorria porque a Ditadura não tinha mais sustentação interna, nem apoio externo na década de 1980, devido à Crise da Dívida, o avanço da reorganização política da sociedade brasileira e a ação do imperialismo estadunidense em enfraquecer e destruir governos que mantivessem ambições de desenvolvimento próprio, mesmo que de viés autoritário e dependente como era o caso da Ditadura brasileira. A superação do regime autoritário e seu modelo econômico, assim como a adoção das ideias neoliberais, se deu concomitante à formulação da Nova República, e representou uma aceitação gradual da classe dominante local aos novos rumos do capitalismo internacional.⁸³

Sobram muito poucos intelectuais ou políticos que não estivessem completamente convencidos de que a crise dos anos 80 havia sido produzida pelos excessos estatais, ainda quando fosse impossível atribuí-los, como nos países industrializados, a qualquer coisa que se assemelhasse ao *welfare state*, nem tampouco ao excesso de demandas democráticas, uma vez que quase todos esses países vinham sendo governados havia muito tempo por regimes autoritários. Foi nesse momento que se inventou o novo “demônio” a ser exorcizado da América Latina: o “populismo macroeconômico”; e também um novo Santo Graal: a “desestatização” e o “equilíbrio fiscal”. Para as elites continentais, a conversão foi rápida, indolor e extremamente benéfica, permitindo que o ataque ao modelo desenvolvimentista

⁸³ Conferir os capítulos 2 e 3 deste trabalho.

fosse conduzido pelas mesmas forças sociais e econômicas que o sustentaram autoritariamente e que o usufruíram durante meio século. Mesmo quando, em alguns casos, as velhas elites conservadoras deixaram nas mãos de seus antigos adversários social-democratas a administração da nova estratégia e da sua grande “festa”, que foi a transferência de riqueza patrimonial, patrocinada pelos processos de privatização, a verdadeira força gravitacional que manteve unidas as várias faces dessas estranhas coalizões de poder que governaram o continente durante esta “segunda década perdida”, que foram os anos 90 (FIORI, 2001, p. 83).

A vitória de Fernando Collor complementou o processo de conversão da burguesia brasileira ao neoliberalismo que se deu ao longo da década de 1980 – principalmente em sua segunda metade. Após a destruição do anterior padrão de reprodução do capitalismo dependente por meio da Crise da Dívida, a chegada de Collor ao governo permitiria a construção propriamente dita da nova inserção subalterna do país na Globalização neoliberal. Seu programa de governo estava baseado nos ideais do Consenso de Washington, como privatização de empresas públicas, abertura comercial, ajuste fiscal e controle da inflação. Tudo isso foi apresentado durante a campanha eleitoral como uma forma de “modernização” do país, culpabilizando a ineficácia da máquina pública e o protecionismo à indústria nacional como responsáveis pela inflação que castigava a população mais pobre. O programa de Collor vocalizava a nova posição da classe dominante local construída nos embates da Constituinte e após o fracasso do Plano Cruzado, sempre em aliança com o capital estrangeiro.

O programa de Lula – assim como o de Brizola – representava a resistência a essa nova modernização reflexa do capitalismo dependente brasileiro, apontando a construção de uma economia com ênfase nos direitos da classe trabalhadora, na defesa da soberania nacional e na efetivação dos direitos sociais garantidos às maiorias na nova constituição. Significava, portanto, uma espécie de antessala para o rompimento com o capitalismo, no intuito de angariar força social e organização política da classe trabalhadora para a superação da condição dependente a longo prazo. A derrota dessa alternativa se deu no Brasil e em toda a América Latina, onde as forças populares não foram capazes de hegemonizar o momento pós-ditatorial e resistir à forte ofensiva do imperialismo norte-americano. O momento contrarrevolucionário em nível mundial (com o fim da União Soviética), a força da ofensiva neoliberal e a utilização do aparato de comunicação empresarial foram alguns dos fatores que levaram à derrota dessa alternativa.

Fernando Collor assumiu a presidência com a promessa de “modernizar” o país a partir da adoção de políticas neoliberais e de combate à inflação. Seu discurso retratava a máquina pública como inoperante, corrupta e a grande causadora da crise e do “atraso” da economia brasileira. Suas proposições guardavam todo o arsenal retórico do neoconservadorismo, de adoração do mercado e da iniciativa privada como dínamos do

desenvolvimento econômico. Collor enfatizava que a abertura comercial traria os produtos importados de melhor qualidade do que os fabricados no Brasil (chegou a chamar de “carroças” os automóveis produzidos no país) e a privatização, junto com a demissão de servidores públicos, acabaria com a corrupção e a alta dos preços.

Inicialmente Collor gozou de grande apoio da burguesia brasileira, pois prometia colocar em marcha as reformas neoliberais defendidas pelo grande capital e os organismos internacionais. Por meio da Lei 8.031/1990 criou o Programa Nacional de Desestatização (PND) para acelerar a entrega do patrimônio público à iniciativa privada. Apesar de empresas menores terem sido privatizadas – principalmente empresas particulares absorvidas pelo Estado em negociatas políticas, Collor realizou privatizações em setores estratégicos como a venda da USIMINAS (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A), uma das maiores siderúrgicas da América Latina e a VASP, empresa de aviação comercial. Essas empresas passavam às mãos de gigantes privadas do setor (com forte participação do capital estrangeiro) que imediatamente aplicavam uma política de demissões em grande escala.

A abertura comercial, tão acalentada pela Globalização neoliberal, foi a outra grande medida realizada por Fernando Collor no sentido de “modernização” da economia. Houve uma redução ou eliminação de taxas de importação e exportação, fim do protecionismo para a indústria nacional e a permissão de comercialização de automóveis importados.⁸⁴ O mercado interno brasileiro foi inundado por produtos importados que incentivavam o consumismo, especialmente de setores médios, que podiam comprar essas mercadorias por preços muito mais acessíveis. A maioria da população, entretanto, possuía capacidade aquisitiva muito restrita, devido à inflação e o congelamento de salários. A volatilidade da economia não permitia que a maioria dos trabalhadores participasse dessa “onda dos importados”, ao contrário do que é geralmente apresentado pela literatura liberal e a grande imprensa. A abertura indiscriminada, por um simples ato do presidente, sem nenhum preparo, impôs uma concorrência desleal à indústria nacional, já que os produtos importados tinham custos de produção menores e maior acesso a tecnologias de ponta, vide serem mercadorias de grandes monopólios internacionais.⁸⁵

É importante ressaltar que em alguns setores, como o automobilístico, o mercado brasileiro já era controlado por empresas estrangeiras, evidenciando que a abertura comercial

⁸⁴ “Há 20 anos, o Brasil reabria os portos aos carros importados. Começava uma revolução” Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/ha-20-anos-brasil-reabria-os-portos-aos-carros-importados-comecava-uma-revolucao-3031668>> Acesso em 25 de setembro de 2018.

⁸⁵ “Brasil: de Collor à falta de uma política para o mercado internacional”. Disponível em: <<http://www.unq.com.br/blog/o-brasil-de-collor-a-falta-de-uma-politica-para-o-mercado-internacional/>>. Acesso em 25 de setembro de 2018.

favorece exatamente a esses grandes monopólios internacionais que podem retirar suas unidades produtivas de espaços com alto custo de produção e realocá-los em outros países e regiões que garantam maior lucratividade, sem perder o mercado original, já que a livre circulação de mercadorias está garantida. No caso brasileiro, foi o governo Collor que inaugurou essa política que seria aprofundada nos anos subsequentes.

Os primeiros passos do neoliberalismo no Brasil (tardios em relação ao restante da América Latina) não foram suficientes para debelar a crise inflacionária que persistia. Pelo contrário, as medidas do governo Collor e de sua ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello, aprofundavam os péssimos índices econômicos e sociais do país. Na tentativa de conter a inflação, a equipe econômica confiscou as poupanças acima de 50 mil cruzados novos (moeda da época), congelando-as por dezoito meses, o que provocou a ira da classe média. Também foram congelados salários e preços, ajustados de acordo com a inflação “esperada”; criação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF); aumento das taxas de serviços públicos, como gás, energia elétrica, serviços postais, etc; extinção de diversos órgãos governamentais, com demissão em massa de funcionários públicos.

Essas medidas não foram capazes de conter a inflação e sanear as contas públicas, o que levou ao aumento de juros e sucessivos congelamentos de preços e salários. Em nenhum momento se tocou na questão fundamental, a restrição do mercado interno brasileiro – uma disparidade em relação à sua enorme população – devido ao subconsumo imposto a boa parte da classe trabalhadora do país. A inflação galopante e os congelamentos de salários somente corroíam ainda mais a capacidade de consumo da população mais pobre. O confisco das poupanças, a demissão de funcionários públicos e a redução de pessoal nas empresas recém privatizadas, assim como naquelas que iam à falência pela concorrência desleal dos importados, somente aumentavam os índices de desemprego em setores que comumente possuem poder de compra mediano, causando redução no consumo e contribuindo para atravancar ainda mais a economia.

O dinheiro retido das poupanças e recolhido por meio do aumento dos impostos e taxas de serviços públicos era direcionado ao pagamento da dívida externa, sem, contudo, reduzir seu montante (como já colocado, o Brasil só aderiria ao Plano Brady em 1994). O governo ainda tentou vender títulos da dívida e elevou a taxa de juros, recorrendo ao endividamento interno como na “ciranda financeira” dos anos 1980, mas não conseguia pagar o resgate dos títulos. As políticas de Collor eram restritivas e o país ficaria em recessão durante todo seu governo (média de -0,7%). Sem crescimento econômico, com a persistência da inflação e do endividamento (interno e externo), além de um débil mercado interno, os

sucessivos planos econômicos de Collor não apresentavam qualquer sinal de melhoria para o país e o povo.

Collor tratou a economia como o restante do governo, de maneira bonapartista, tentando manter um controle pessoal acima de partidos e grupos políticos. Nomeou para cargos importantes pessoas ligadas à sua esfera pessoal, muitas vezes sem experiência e formação adequada. Seu governo foi apelidado de “República das Alagoas”, em referência a seu estado natal.⁸⁶ A ampla cobertura midiática dos escândalos de corrupção envolvendo esse círculo pessoal do presidente e a sistemática retirada de apoio do empresariado a seu governo desataram uma onda de manifestações pelo impeachment de Collor, que ocorreria no final de 1992.⁸⁷ As contradições do mundo da política retardaram momentaneamente a aplicação do pacote neoliberal no país e demonstraram um certo amadorismo da burguesia local e seus operadores na atualização do capitalismo dependente brasileiro aos novos ditames do neoliberalismo globalizado. O programa de privatizações avançou pouco com Collor, já que o governo ficou praticamente paralisado perante a avalanche de denúncias, assim como a relação com o FMI, que se resumiu a um empréstimo de US\$ 2 bilhões, sem, contudo, a adoção do ajuste estrutural.

Com o afastamento de Collor, seu vice, Itamar Franco, assumiu o governo para complementar os dois anos de mandato que restavam (1992-1994). Itamar já tinha se afastado de Collor ao longo do governo por discordar de algumas medidas do então presidente, inclusive da abertura comercial e da retirada de proteção a setores da indústria nacional. Oriundo do antigo MDB, oposição consentida à Ditadura, Itamar seria o primeiro real opositor do regime de exceção a chegar à presidência (ao contrário de seus antecessores, Sarney e Collor). Como diversas forças ideológicas tomaram parte na mobilização pelo impeachment de Collor, Itamar tentou formar inicialmente um governo com indicações de todas as forças políticas do país. Nesse esforço, tentava emular a ala mais progressista do antigo MDB, então dispersa por vários partidos, compondo com o recém-criado PSDB e até mesmo em diálogo com as siglas de esquerda mais proeminentes na época, o PT e o PDT. Essa difícil tentativa de composição de forças não vingaria e Itamar acabaria por entregar a economia nas mãos de seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e sua equipe de economistas convertida ao neoliberalismo.

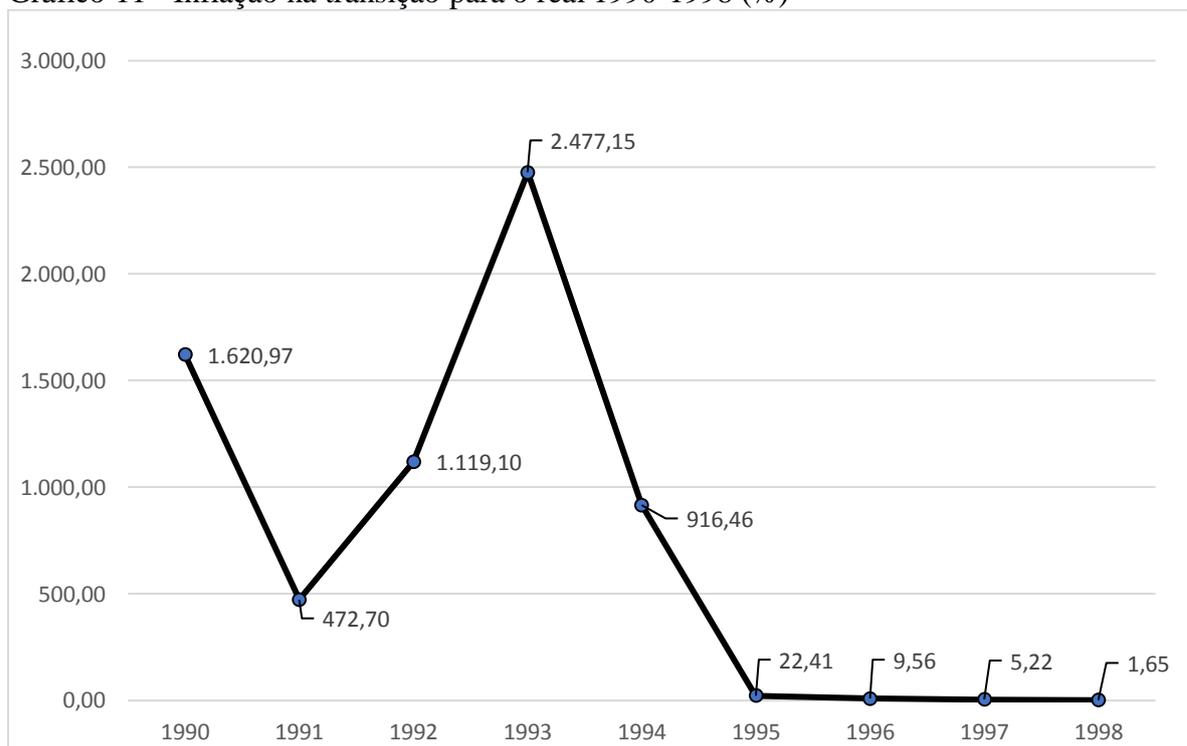
⁸⁶ Por ironia, seria seu irmão, Pedro Collor, a fazer denúncias de envolvimento do então presidente com casos de corrupção operados pelo seu homem de confiança, Paulo César Farias.

⁸⁷ Na verdade, Collor renunciou no dia 29 de dezembro de 1992, quando já corria seu julgamento no Senado Federal e se encontrava totalmente isolado na política. Mesmo com a renúncia, a votação do impeachment continuou e foi confirmada, assim como a cassação dos direitos políticos de Collor por 8 anos. Nos anos 2000 Collor retornaria à política como senador pelo estado de Alagoas.

Cardoso e seu grupo passaram então a elaborar o Plano Real, com o objetivo de acabar com a hiperinflação e estabilizar a moeda. Nota-se que o processo de adequação da economia brasileira ao neoliberalismo já havia iniciado com Collor, que realizou a abertura comercial, a desvalorização da moeda, a liberalização de preços e iniciou o processo de privatização de estatais. As suas medidas econômicas, contudo, eram ineficientes para lidar com a hiperinflação e a dívida externa, o que perpetuava a crise, somadas ao conturbado ambiente político de denúncias de corrupção que levariam ao impedimento do então presidente. O governo Itamar e a equipe econômica liderada por Cardoso tomaram caminhos distintos da política do seu antecessor, concentrando esforços em uma conversão monetária paulatina. Em agosto de 1993, a então moeda nacional, o cruzeiro, foi substituída pelo cruzeiro real, cortando três zeros do seu valor. Essa medida não deteve a inflação imediatamente, mas consistia apenas em uma primeira etapa de um plano maior que foi se desenvolvendo entre 1993-1994. A chegada do cruzeiro real foi acompanhada de cortes de gastos públicos (ajuste fiscal) para reequilibrar as contas públicas, além de novas privatizações, aumento de impostos, redução de tarifas para produtos e serviços importados e aumento na taxa básica de juros. Essas ações – nos governos Collor e Itamar, podem ser identificadas como a primeira fase do ajuste estrutural imposto pelos organismos de financiamento internacional, o que denota que o Plano Real não era somente um projeto de controle da inflação, mas sim, o enquadramento do capitalismo dependente brasileiro na Globalização neoliberal.

Em março de 1994 surgiu a URV (Unidade Real de Valor), moeda escritural, que servia como índice para o valor que a futura nova moeda, o real, teria. Entre 1º de março a 1º de julho de 1994 a URV foi ajustada diariamente a preços fixados pelo Banco Central, aumentando gradualmente seu valor frente ao cruzeiro real. Ao final do processo, em julho de 1994, 1 URV valia R\$ 1 real, que por sua vez correspondia a US\$ 1 dólar, ao mesmo tempo que terminou o período de conversão numa paridade de 1 URV para 2.750 cruzeiros reais. Essas ações conseguiram desencadear um grande processo desinflacionário, ao desvalorizar a moeda anterior (o cruzeiro real), sem recorrer a expedientes traumáticos – e comprovadamente ineficazes, como o congelamento de preços e salários. O Gráfico 11 mostra essa evolução. Nota-se que a partir de 1994, ano de estreia do real, a inflação sofre brusca queda.

Gráfico 11 - Inflação na transição para o real 1990-1998 (%)



Fonte: Ipeadata.

Essas ações comandadas pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), foram um sucesso a curto prazo, controlando a inflação e aumentando o poder de compra da população, o que sacramentou sua eleição para presidente da República em outubro de 1994, ainda no primeiro turno, com 54% dos votos. Em discussões acadêmicas e políticas sobre o Plano Real são os fatos acima que são comumente enfatizados, ou seja, as ações do governo brasileiro, principalmente da equipe econômica liderada por FHC. Da mesma forma, tenta-se restringir o entendimento do Plano Real a uma realização governamental de controle da inflação. É necessário desmistificar essas posições que se cristalizaram tanto no campo político, quanto na intelectualidade, e expandir o escopo para compreendermos as movimentações internacionais que permitiram o controle da inflação no Brasil a partir do Real e seu entendimento não como uma mera operação anti-inflacionária, mas como parte de uma nova arquitetura econômica mundial na qual a economia do país estava sendo inserida.

Primeiramente, o real não teria dado certo sem o Brasil aderir ao Plano Brady e a consequente renegociação de sua dívida externa. Que pese Collor tenha iniciado a implementação das políticas neoliberais no país, não conseguiu controlar a inflação e reerguer a economia muito em parte pela drenagem contínua de recursos para o pagamento da dívida externa. FHC e sua equipe passaram a praticar a primeira fase do ajuste estrutural exigido

pelo FMI por meio de expedientes como a desvalorização da moeda e o ajuste fiscal, e dando continuidade a políticas iniciadas por Collor, como a liberação do comércio de importados e o programa de privatização de empresas públicas. Como discutido nas páginas acima, essas ações eram condições iniciais para que os organismos internacionais passassem a discutir uma ajuda financeira ao país devedor, sendo uma primeira fase do ajuste estrutural.

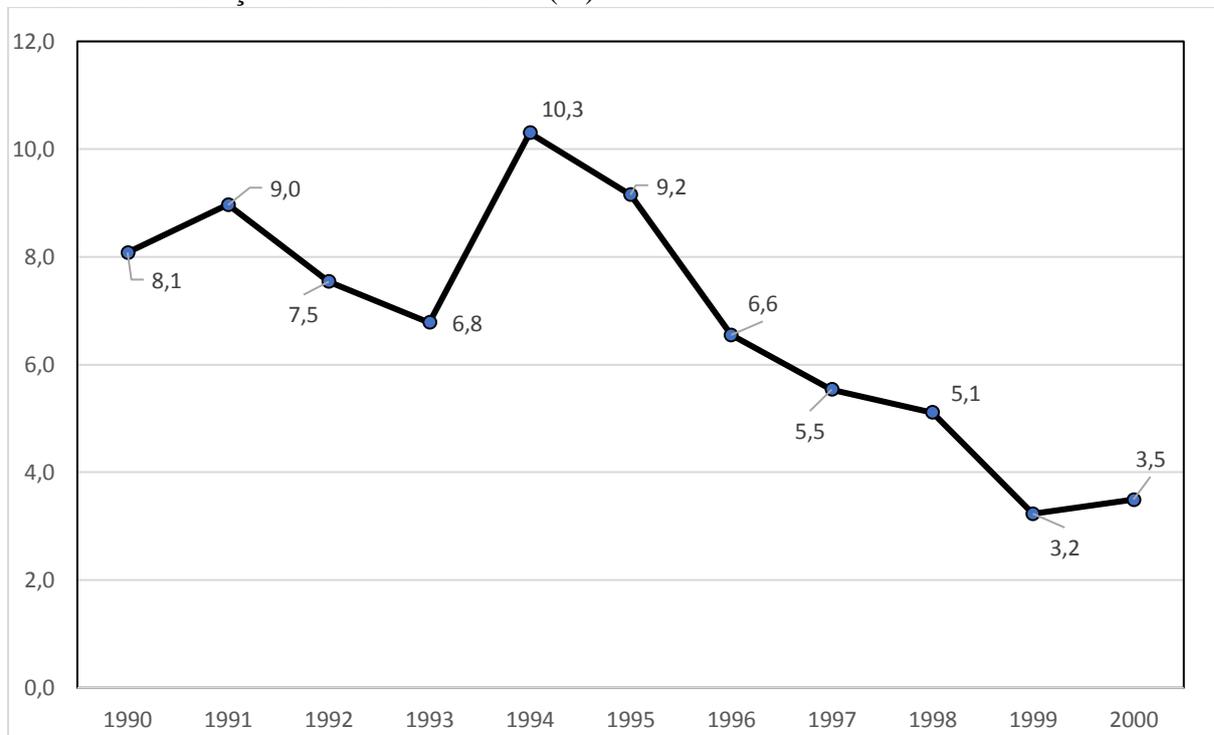
A adoção do Plano Brady por parte do Brasil em 1994 foi parte vital do Plano Real, ao renegociar a dívida externa a partir da titularização de parte dos débitos com os credores. A operação foi securitizada pelo FMI e o Banco Mundial (comandados pelo Tesouro norte-americano) e selou a submissão do governo brasileiro aos ditames da banca internacional e o compromisso em adotar uma política econômica neoliberal. Ao analisar a entrada do Brasil no Plano Brady revelam-se duas dimensões importantes para o entendimento do que realmente foi o Plano Real e o controle da inflação no país: a primeira, de que a queda da inflação na segunda metade dos anos 1990 foi mundial e não somente no caso brasileiro, justamente pela renegociação das dívidas dos países periféricos por meio dos *bradies*; a segunda, que o Plano Real não foi uma simples ação governamental de controle inflacionário, mas sim, a readequação da economia brasileira nos contornos exigidos pelo capital financeiro transnacionalizado, inserindo de maneira subalterna o capitalismo dependente brasileiro na Globalização neoliberal, o que exigiria a adoção de todo o pacote de reformas dessa natureza – a segunda fase do ajuste estrutural - que seria implementado ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

A titularização da dívida dos países periféricos é parte da Globalização neoliberal e da hegemonia do capital fictício sobre a economia mundial. A transformação da dívida em títulos permite uma maior proteção aos credores, já que pulveriza, e muitas vezes invisibiliza, os mesmos. Ao invés de contrair dívidas com uma instituição financeira (ou um grupo), os títulos da dívida são negociados livremente no mercado financeiro e se valorizam de acordo com a taxa de juros ditada pelo Banco Central, graus de investimento concedidos por agências de classificação de risco, entre outros expedientes. Para atrair o capital especulativo a adquirir seus títulos da dívida, os países periféricos devem manter taxas de juros (remuneração) altas e seguir as políticas impostas pelo FMI, que age como securitizador da dívida. A titularização da dívida e a pulverização dos credores diminui os riscos de calote e aumenta o controle da economia periférica pelo mercado financeiro, já que os títulos possuem instrumentos de proteção específicos e as negociações e o acompanhamento das decisões econômicas dos países são realizados em tempo real. A remuneração dos títulos da dívida é inserida no orçamento federal da economia periférica como um gasto corrente, não sendo mais um

simples empréstimo a ser pago. Não há margem de negociação e qualquer mudança de rumo na economia pode provocar um ataque especulativo imediato ao país periférico, o que vale dizer que os detentores de títulos da dívida têm acesso ao orçamento público e mecanismos para garantir que sua remuneração tenha prioridade sobre os demais gastos do governo.

Entretanto, por obra do próprio Plano Brady, a renegociação da dívida dos países periféricos ocasionou um processo desinflacionário mundial na metade dos anos 1990, como demonstra o Gráfico 12, abaixo. Em cada país surgiu um “salvador” que se arvorou de ser o responsável pelo fim da inflação, caso de FHC no Brasil, quando, na verdade, tratou-se de um fenômeno mundial ligado ao perdão de parte da dívida externa da periferia, a desvalorização do dólar, a crise no setor financeiro mundial no início da década e a queda generalizada das taxas de juros internacionais (ligadas aos juros norte-americanos). A ação de FHC e sua equipe se deu, portanto, em cenário mundial favorável e a queda da inflação no Brasil é parte de um processo mundial, especialmente na periferia capitalista naquele momento. O entendimento do Plano Real sem a dimensão da titularização da dívida e da queda mundial da inflação é, portanto, incompleto.

Gráfico 12 - Inflação mundial 1990-2000 (%)



Fonte: Banco Mundial.

A titularização da dívida brasileira não pode, no entanto, ser entendida como uma decisão soberana. Ela foi uma imposição dos organismos internacionais comandados pelo

governo dos Estados Unidos para readmitir as economias periféricas no circuito financeiro internacional. Esse assentimento passa pela obrigatoriedade da adoção do neoliberalismo como única política econômica possível na periferia, abrindo mercados, privatizando estatais, desregulamentando o setor financeiro local, flexibilizando a legislação trabalhista, entre outros expedientes. Passa também, pela assimilação por parte da burguesia periférica do ideário neoliberal, processo que, como assinalado nas páginas anteriores, se deu no Brasil a partir da segunda metade da década de 1980. A “modernização” prometida à economia brasileira pela submissão às políticas de corte neoliberal encontrou em Fernando Henrique Cardoso um ideólogo e articulador, um intelectual orgânico da burguesia local, já que desenhava, desde os anos 1970, sua tese de “dependência e desenvolvimento” (discutida no capítulo 2). Em seu pensamento, que se tornou política de governo na Presidência, não há necessidade de romper com a dependência para que os países periféricos alcancem o desenvolvimento, que por sua vez é apresentado simplesmente como avanço nas forças produtivas e maior capacidade de acúmulo de capital pela economia periférica.

Portanto, FHC dirigiu a política econômica do país no sentido de buscar o que acreditava ser uma “dependência associada”, onde o capital estrangeiro seria um financiador e dinamizador da economia local, processo que levaria o capital brasileiro a patamar mais elevado e competitivo. Essa versão liberal da teoria da dependência se tornou o mote da burguesia brasileira, que assumiu a abertura da economia como projeto de classe, se fundiu ao capital estrangeiro (em condição sempre subalterna) e teve nas finanças, principalmente no manejo dos títulos da dívida, a compensação pela retração do setor industrial.

Do ponto de vista da inflação, o Plano Real deveria ter terminado em 1996, quando claramente este indicador estava controlado, recuando para apenas um dígito (permaneceria assim durante todo o primeiro mandato de FHC). O que se viu, no entanto, foi uma sucessão de reformas neoliberais que utilizava sempre o fantasma do retorno da inflação como justificativa para que o Congresso aprovasse as medidas requeridas. Inaugurou-se assim o “estado de emergência”, como descrito por Leda Paulani (2008 e 2010), onde toda medida econômica de corte neoliberal é apresentada como inevitável, ou, do contrário, retornaria a inflação, mesmo que as condições econômicas para isso não mais existissem. Esse alarmismo difundido pela mídia e a intelectualidade comprometida com os interesses do mercado serve como combustível para a prática de uma política econômica de juros altos e ajuste fiscal permanente, que compromete boa parte do orçamento público com o pagamento dos juros da dívida, prejudicando as verbas destinadas a satisfazer as necessidades da população, especialmente suas frações mais pobres.

Cria-se o mito de que a única forma de combater a inflação é com a alta dos juros e que o crescimento medíocre proporcionado pela macroeconomia neoliberal é necessário para “conter a demanda”, já que a alta do crescimento levaria ao aumento do consumo e este ao aumento da inflação. Esse pensamento irracional trata-se, simplesmente, de uma esperteza dos atores do mercado, para garantir sua remuneração por meio das altas taxas de juros sobre os títulos da dívida. Ao mesmo tempo, mantém a economia periférica presa na divisão internacional do trabalho, já que sem crescimento robusto não se avança no desenvolvimento; e condena a maior parte de sua população à miséria e a formas precárias de vida e de trabalho, nunca acessando níveis de consumo que correspondem aos das classes trabalhadoras dos países centrais. Não há demanda a ser contida nas economias periféricas porque, na verdade, suas populações apresentam uma demanda reprimida pela pobreza que lhes é imposta pelo mercado internacional e pelas classes dominantes locais.

Dessa forma, o Plano Real não pode ser compreendido simplesmente como um plano governamental de combate à inflação – o que levaria a seu termo logo que fosse alcançado seu objetivo, algo que podemos localizar historicamente por volta de 1996/1997; mas sim, como a política econômica de conversão do capitalismo dependente brasileiro ao neoliberalismo e sua inserção subalterna na Globalização neoliberal. Esse projeto que se desenhava desde o final da década de 1980 ganhou seus contornos definitivos somente com o Plano Real, pois foi a partir desse momento que a economia brasileira foi efetivamente reestruturada de modo a servir ao novo eixo da acumulação capitalista internacional, o mundo das finanças especulativas. O Plano Real, a renegociação da dívida externa brasileira nos moldes do Plano Brady e todo o pacote de medidas neoliberais que foram implementadas ao longo do governo FHC (que nada mais é do que a segunda fase do ajuste estrutural do FMI) foram uma operação de readequação da economia brasileira para o novo momento do capitalismo internacional, numa atualização de sua condição dependente.

À época, o economista Paul Singer percebeu a diferença entre os objetivos originais do Plano Real, e os caminhos posteriores seguidos pelo governo FHC após o controle da inflação e a mudança nas condições econômicas internas e externas:

As mudanças na política econômica e na conjuntura, que elas provocaram, encerraram o Plano Real, que chegou ao fim tendo alcançado plenamente seu objetivo maior: o fim da superinflação e a gradativa estabilização dos preços. A partir do segundo trimestre de 1995, a situação da economia brasileira passou a ser completamente diferente da que motivou o Plano Real em 1993/94. Já não havia pressões inflacionárias dignas de nota, a inflação remanescente continuou em declínio (...) O desafio que o Brasil enfrenta, a partir do ataque especulativo de março de 1995, não é mais a inflação, mas a vulnerabilidade da economia ao movimento dos capitais. O governo só consegue reverter a fuga de capitais

sacrificando o crescimento da economia. O que se segue, portanto, nada tem a ver com o Plano Real original, embora seja política concebida e executada pela equipe que fez o referido plano, sob a presidência do patrono político do plano. Por isso, os meios de comunicação perpetuaram o “Plano Real”, desconhecendo a mudança de agenda que obrigou FHC e sua equipe a improvisar novas políticas (SINGER, 1999, p. 34).

Com isso, o Real inaugurou uma política de austeridade permanente, onde o pagamento dos títulos da dívida se tornou a prioridade do Estado brasileiro, o que foi sacramentado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, patrocinada por FHC e aprovada pelo Congresso em 2000. Combinada com as demais políticas econômicas colocadas em marcha, como a desregulamentação do setor financeiro, a liberalização comercial, as privatizações do patrimônio público e a flexibilização dos direitos trabalhistas, a economia brasileira passou a servir às finanças internacionais, transformando-se numa plataforma de valorização financeira e em um mercado aberto para receber os produtos e serviços dos grandes monopólios internacionais, diminuindo sua capacidade produtiva industrial. Esse processo contribuiria para a reprimarização da pauta exportadora do país, fortemente atrelada ao capital estrangeiro e à dependência tecnológica e científica.

Theotonio dos Santos aponta que o Plano Real e a política econômica do governo FHC se basearam em três âncoras: cambial, monetária e fiscal. A âncora cambial tomou forma ainda no momento de vigência da URV, ou seja, na transição para a nova moeda. A URV significou, na prática, a dolarização da economia brasileira, em uma valorização artificial do câmbio, onde 1 URV valia US\$ 1 dólar. Essa paridade com o dólar foi mantida na transição para o real, que, em seus primeiros anos, chegou a ser negociado mais caro que o dólar, com US\$ 1 dólar valendo R\$ 0,94 centavos. Essa valorização artificial da moeda brasileira, apoiada pelo FMI, combinada com o fim das restrições às importações, beneficiava a entrada de mercadorias importadas, prejudicando a indústria local. A posição de FHC e sua equipe econômica é que a entrada maciça de importados aumentava a oferta, o que contribuiria para a queda da inflação e para a necessidade das empresas brasileiras se modernizarem para competirem com os produtos importados (DOS SANTOS, 2004, p. 455-481).

A realidade, no entanto, se mostrou bem distinta. A supervalorização artificial do câmbio encarecia as exportações brasileiras, ao mesmo tempo em que a abertura comercial não planejada levou a maioria das empresas brasileiras à falência ou a absorção por monopólios estrangeiros. Essa situação intensificou o intercâmbio desigual característico do capitalismo dependente e gerou um déficit comercial que levou à necessidade da emissão de títulos da dívida pública e a alta dos juros, como meio de saná-lo. Essa fórmula é altamente

benéfica à remuneração do capital especulativo, se tornando a única forma de obtenção de recursos em uma economia estagnada, com perda de parte significativa de seu setor industrial e alto desemprego. O processo de privatização das empresas públicas também se encontra na necessidade de obtenção de recursos imediatos para fechamento das contas. Na sua grande maioria as antigas empresas públicas foram adquiridas por valores que não correspondiam a seu real patrimônio e foram compradas por grupos de capital majoritariamente estrangeiro.

Em um primeiro momento, a âncora cambial provocou uma euforia de consumo de importados, especialmente nos setores médios, e ajudou a derrubar os preços em geral, o que também favoreceu as camadas populares. Contudo, a remuneração do capital especulativo através da alta dos juros exigia o corte nos gastos públicos (a âncora fiscal), privatizações e queima das reservas do país (que caíram vertiginosamente durante o governo FHC), o que ocasionava o sucateamento dos serviços públicos e a restrição de consumo das famílias. Os resultados da política neoliberal contrariavam seu discurso, ao não aumentar o consumo da população – mesmo com a inflação controlada; o desequilíbrio nas contas públicas – mesmo com os cortes nos gastos sociais e as privatizações; e a ineficiência dos serviços públicos – mesmo com as reformas administrativas realizadas para sua “modernização”. Neste último caso ficava claro que a ineficiência do Estado não era uma causa a ser combatida, mas sim, uma consequência dos sucessivos cortes promovidos pela política neoliberal.

A estruturação dessa política, somada à conjuntura de crises na periferia capitalista na segunda metade dos anos 1990, levou à necessidade do governo brasileiro em fazer reservas (a âncora monetária) a partir da renegociação da dívida externa, privatizações, e, principalmente, cortes orçamentários em políticas sociais. O problema é que a manutenção de juros altos para atração de capital especulativo que pudesse sanar o déficit da balança comercial, comprometia a âncora fiscal, pois tornava-se uma saída constante de recursos para a remuneração dos detentores dos títulos da dívida. Com o tempo, a entrada desse capital especulativo deixou de ser um corretor do déficit comercial e passou, ele próprio, a ser responsável pelo déficit público, ao comprometer boa parte do orçamento federal com seu pagamento. Voltamos à situação de contrair dívidas para pagar outras dívidas, mas agora em outro patamar, já que esse capital fictício especulativo acessa diretamente o orçamento público para sua remuneração e seus credores se encontram pulverizados em todo o mercado financeiro internacional, negociando os títulos da dívida em tempo real.

A âncora cambial drenava as reservas em dólares do Brasil, mas foi mantida artificialmente via empréstimos do FMI (mais dívidas contraídas) até as eleições presidenciais

de 1998, garantindo a reeleição de Fernando Henrique Cardoso.⁸⁸ Houve uma fuga de dólares do país antes e durante o processo eleitoral, claramente se preparando para a desvalorização do real que ocorreria após as eleições. De fato, a paridade real-dólar foi extinguida logo após as eleições e substituída pelo livre câmbio, o que elevou o dólar para perto de R\$ 2,00 em poucos meses.

A Crise do Real em 1998/1999 deixou evidente a fragilidade da economia brasileira e as bravatas do discurso neoliberal. O déficit comercial era incentivado pela abertura irrestrita aos importados, ao mesmo tempo em que as altas taxas de juros serviram para trazer o *hot money*, capital especulativo, que saudaria os rombos nas contas. Com o tempo essa política passou a aumentar as dívidas ao invés de diminuí-las, já que a emissão de títulos sob alta taxa de juros cobrava boa parte dos recursos públicos para seu pagamento, ocasionando desequilíbrio fiscal e a volta da inflação. Esta, que pese não fosse a hiperinflação de outros tempos, continuava castigando a população mais pobre, já que o salário-mínimo não era reajustado acima deste índice, somado aos números elevados do desemprego e da informalidade. Portanto, o resultado das políticas neoliberais era justamente o contrário do que anunciavam: desequilíbrio nas contas públicas e a volta da inflação.

A desvalorização da moeda e a condução de uma política ortodoxa trouxeram a inflação novamente no segundo mandato de FHC (1999-2002) devido à alta dos juros que desequilibrava as contas públicas; o custo elevado do dinheiro, que inviabilizava a contração de empréstimos nos setores produtivo e comercial, que acabavam repassando esses custos aos preços, elevando-os; e o aumento das tarifas de serviços públicos básicos, agora privatizados, sem nenhum investimento, já que visavam somente o lucro dos seus novos proprietários e concessionários, sem contrapartida à população. O caso mais emblemático foi o apagão elétrico de 2001, que obrigou o povo brasileiro a um racionamento de energia devido ao não reinvestimento na capacidade de geração elétrica por parte das empresas privatizadas.

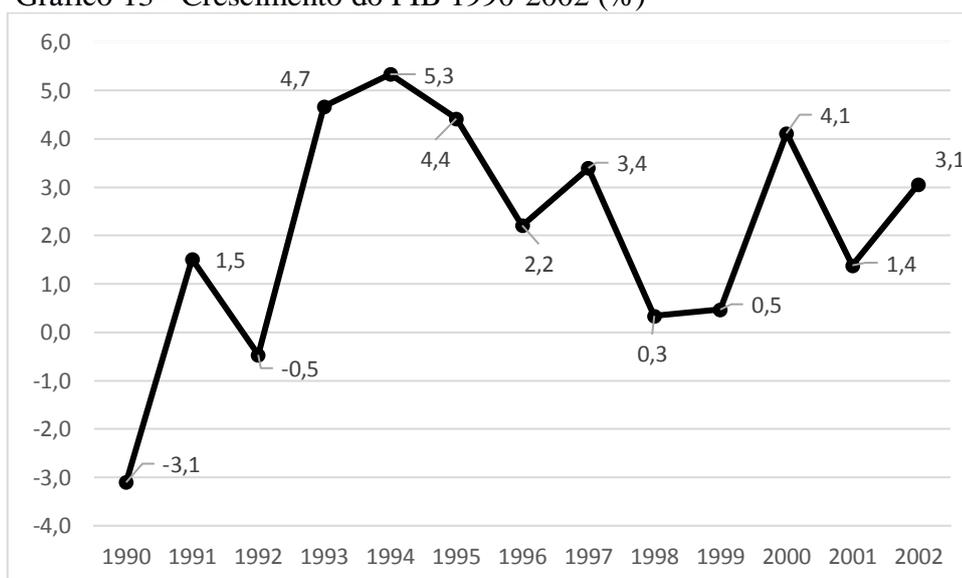
Os técnicos governistas inventaram a tese de que os déficits públicos transformados em bônus da dívida pública não são inflacionários. Estes tenderiam a fortalecer a poupança, conter os gastos e limitar a demanda, contendo a inflação. É verdade que nunca tiveram a ousadia de defender estas loucuras irresponsáveis em nenhum texto sério da ciência econômica. Ao contrário do que afirmam, a emissão de títulos da dívida pública é duplamente inflacionária. Além de gerar inflação como qualquer dívida pública, aumentam ainda mais devido ao pagamento da taxa de juros, que se transforma em mais uma forma de gasto público. Mas há outro efeito ainda mais

⁸⁸ A emenda constitucional que permitiu a reeleição aos cargos executivos, inclusive a Presidência da República, foi patrocinada por FHC e aprovada em 1997. Sua aprovação foi resultado da compra de votos de deputados e senadores, para que aprovassem o projeto que beneficiou o próprio FHC e garantiu a manutenção de seu projeto neoliberal. Este é um caso claro da simbiose entre neoliberalismo e expedientes ilegais que transbordam em exemplos no Brasil e em todo o mundo.

grave da transformação da dívida pública em títulos em lugar da emissão pura e simples. O pagamento de taxas de juros cada vez mais altas para cobrir estas políticas insanas afeta dramaticamente o custo do dinheiro em geral e leva ao sufoco o setor produtivo que depende de crédito para operar. O aumento da taxa de juros eleva o custo dos produtos e é um forte componente inflacionário (DOS SANTOS, 2004, p. 526-527).

A manutenção da economia brasileira sob essas políticas por quase uma década provocou efeitos devastadores. A década de 1990 foi um período de baixo crescimento econômico não diferindo muito da década de 1980. Na verdade, a média de crescimento do PIB dos anos 1990 é de 1,8%, inferior à média dos anos 1980, que foi de 2,9%. Tivemos, portanto, outra década perdida. Nos oito anos de governo FHC (1995-2002) a média é ligeiramente mais alta, 2,4%, situando-se ainda sim, abaixo do indicador dos anos 1980. No Gráfico 13 podemos ver o crescimento do PIB de 1990 até 2002, abarcando os governos Collor, Itamar e FHC.

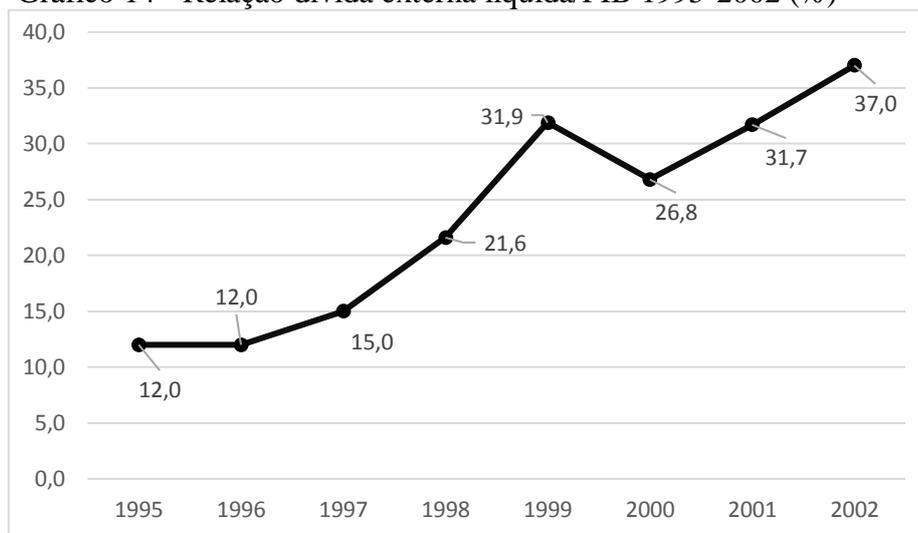
Gráfico 13 - Crescimento do PIB 1990-2002 (%)



Fonte: Banco Mundial.

Os acordos com o FMI feitos durante o governo FHC no intuito de controlar a inflação fizeram triplicar a dívida externa em relação ao PIB, o que contradiz o discurso neoliberal de equilíbrio fiscal. A dívida externa líquida equivalia a 12% do PIB brasileiro em 1995, passando para 37% em 2002, como podemos conferir no Gráfico 14. Para um governo que seguiu à risca a “tecnicidade” do mercado, mostrou-se, na prática, como as políticas neoliberais conduzem ao descontrole das contas públicas, ao contrário do que pregam.

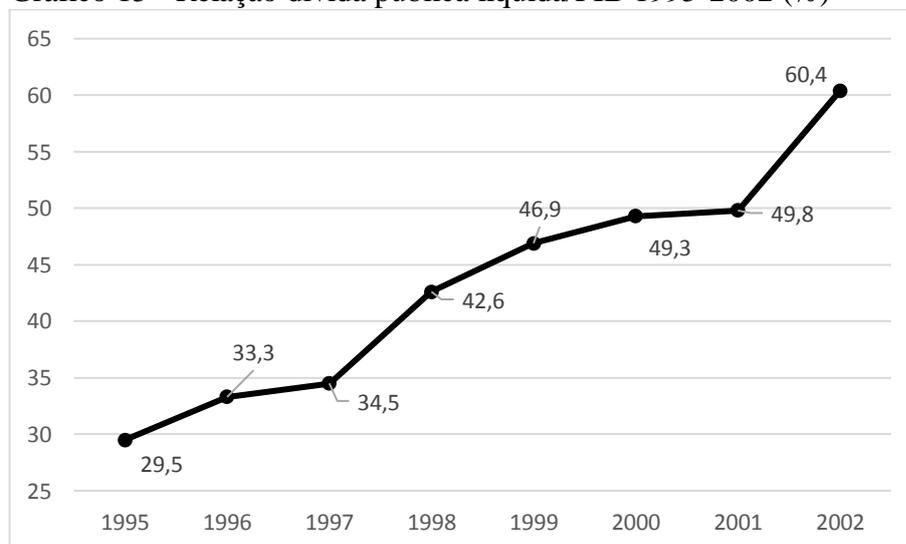
Gráfico 14 - Relação dívida externa líquida/PIB 1995-2002 (%)



Fonte: Banco Central. In: GOMES; CRUZ, 2015, p. 40.

Complementando os dados acima, os números da chamada “dívida interna”, fruto em grande medida da emissão de títulos da dívida, demonstram como a transformação do país em um emissor de capital fictício elevou enormemente seu endividamento e sua dependência financeira durante o governo FHC. No Gráfico 15 podemos ver como em oito anos a dívida pública líquida do Brasil duplicou, chegando a 60% do valor do PIB. Mais uma vez, fica evidente que a política de valorização de capitais especulativos internacionais é o verdadeiro fator de desequilíbrio nas contas públicas, ao contrário do que pregam os arautos do neoliberalismo, que enfatizam os gastos sociais como grandes vilões fiscais.

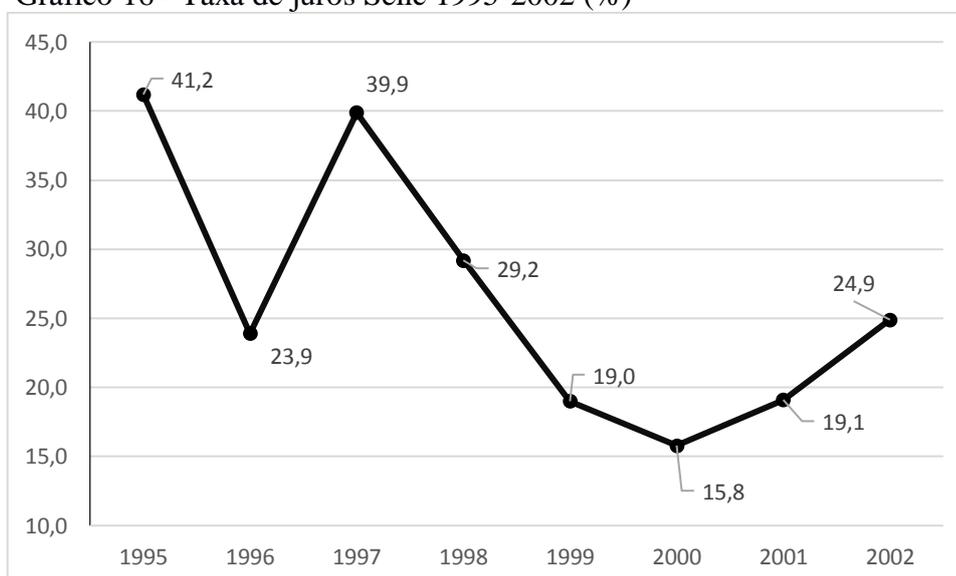
Gráfico 15 - Relação dívida pública líquida/PIB 1995-2002 (%)



Fonte: Banco Central. In: GOMES; CRUZ, 2015, p. 97.

Esse endividamento astronômico foi alcançado devido as mais altas taxas de juros do mundo praticadas pelo Brasil. Como colocado anteriormente, a alta dos juros tinha como objetivo atrair capital especulativo para cobrir o déficit em conta corrente, mas acaba se tornando a responsável pelo endividamento crescente do país, sem contraparte em investimentos. São as taxas de juros que remuneraram os detentores dos títulos da dívida e evidenciam que a economia brasileira se encontrava prioritariamente voltada para estes. No Gráfico 16 podemos ver as absurdas cifras a que chegaram os juros no governo FHC, inviabilizando o crescimento econômico, o investimento público e o aquecimento dos demais setores da economia.

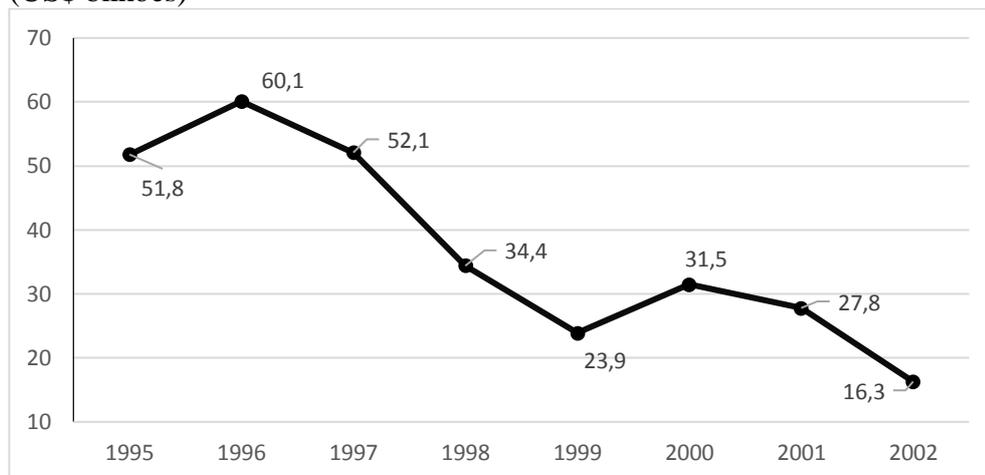
Gráfico 16 - Taxa de juros Selic 1995-2002 (%)



Fonte: Banco Central. In: GOMES; CRUZ, 2015, p. 88.

Essa situação de desequilíbrio nas contas públicas e drenagem de recursos para o exterior por meio da titularização da dívida diminuiu drasticamente as reservas brasileiras. Ao inaugurar seu governo, FHC encontrou US\$ 51 bilhões em reservas. Oito anos depois esse índice caiu para US\$ 16 bilhões, em um claro processo de fragilização das contas nacionais frente aos movimentos da economia mundial. Essa queima de reservas não serviu para investimento, nem impediu que o Brasil tivesse que recorrer ao FMI por três vezes ao longo do governo de Cardoso. O Gráfico 17 demonstra a dilapidação das reservas nacionais entre 1995 e 2002.

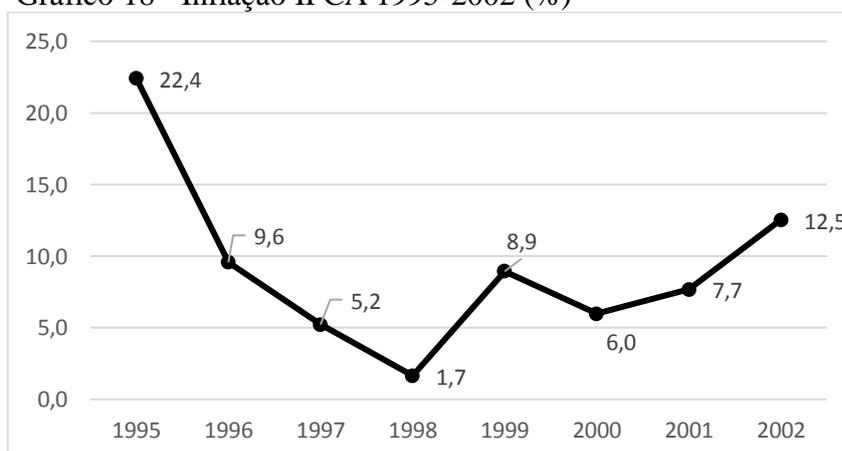
Gráfico 17 - Evolução das reservas internacionais líquidas 1995-2002 (US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central. In: GOMES; CRUZ, 2015, p. 36.

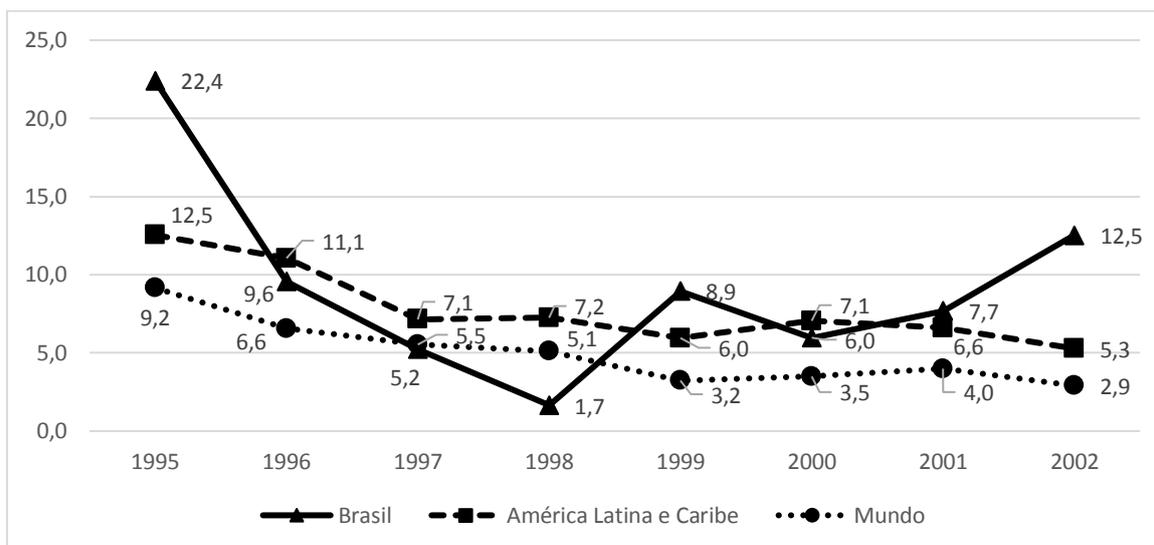
A inflação foi controlada no primeiro governo FHC, acompanhando o processo desinflacionário mundial de meados dos anos 1990, mas renasce a partir da crise de desvalorização do real em 1998/1999. O segundo governo de Cardoso foi palco de um aumento nos índices de preços, demonstrando que as políticas colocadas em prática até aquele momento pelo Plano Real não mais seriam capazes de segurar a inflação. A manutenção do ajuste fiscal e da alta dos juros não era, portanto, uma condição anti-inflacionária, mas parte da reestruturação da economia brasileira para servir o capital financeiro internacional. O Gráfico 18 mostra a inflação no Brasil durante o governo FHC e o Gráfico 19 demonstra que, a partir da crise de desvalorização do real em 1998/1999, a inflação volta a crescer no Brasil, não mais acompanhando a tendência de queda que se apresentava no mundo e na América Latina.

Gráfico 18 - Inflação IPCA 1995-2002 (%)



Fonte: Banco Central. In: GOMES; CRUZ, 2015, p. 84.

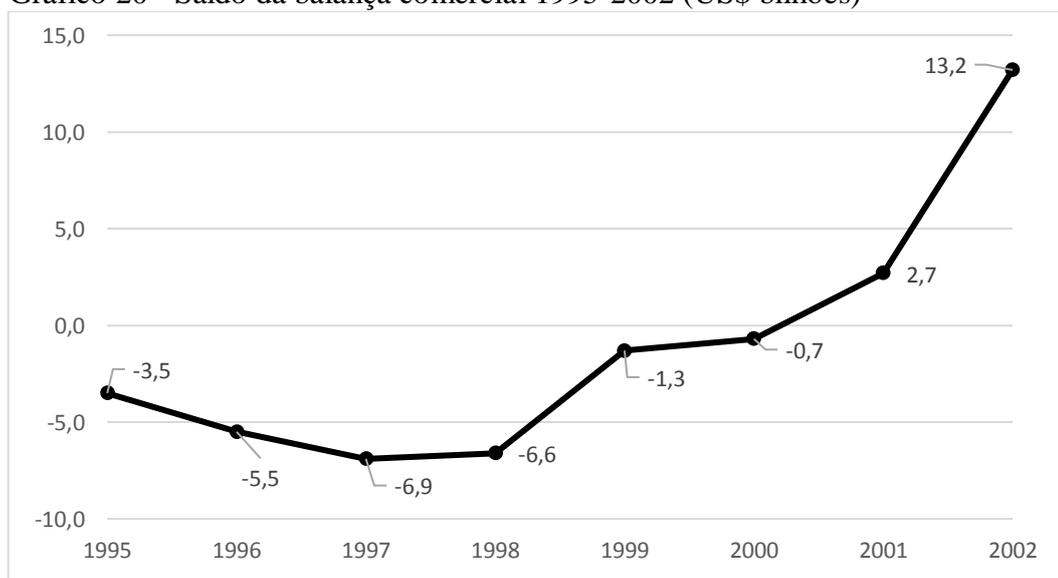
Gráfico 19 - Inflação comparada Brasil x Mundo x América Latina e Caribe (%)



Fonte: Dados do Brasil são do Banco Central. In: GOMES; CRUZ, 2015, p. 84. Dados mundiais e latino-americanos são do Banco Mundial.

A abertura indiscriminada da economia brasileira aos produtos importados não resultou na maior competitividade do país – como alardeava o discurso neoliberal, mas em déficit comercial, reprimarização da sua pauta exportadora e retração do setor industrial. No Gráfico 20, podemos visualizar o aprofundamento do déficit da balança comercial no início do Plano Real, que se mantém durante quase todo o governo FHC. Esse déficit passa a diminuir e é invertido a partir de 2001, situação que prevaleceria ao longo da década de 2000 devido à alta dos preços das commodities no mercado internacional.

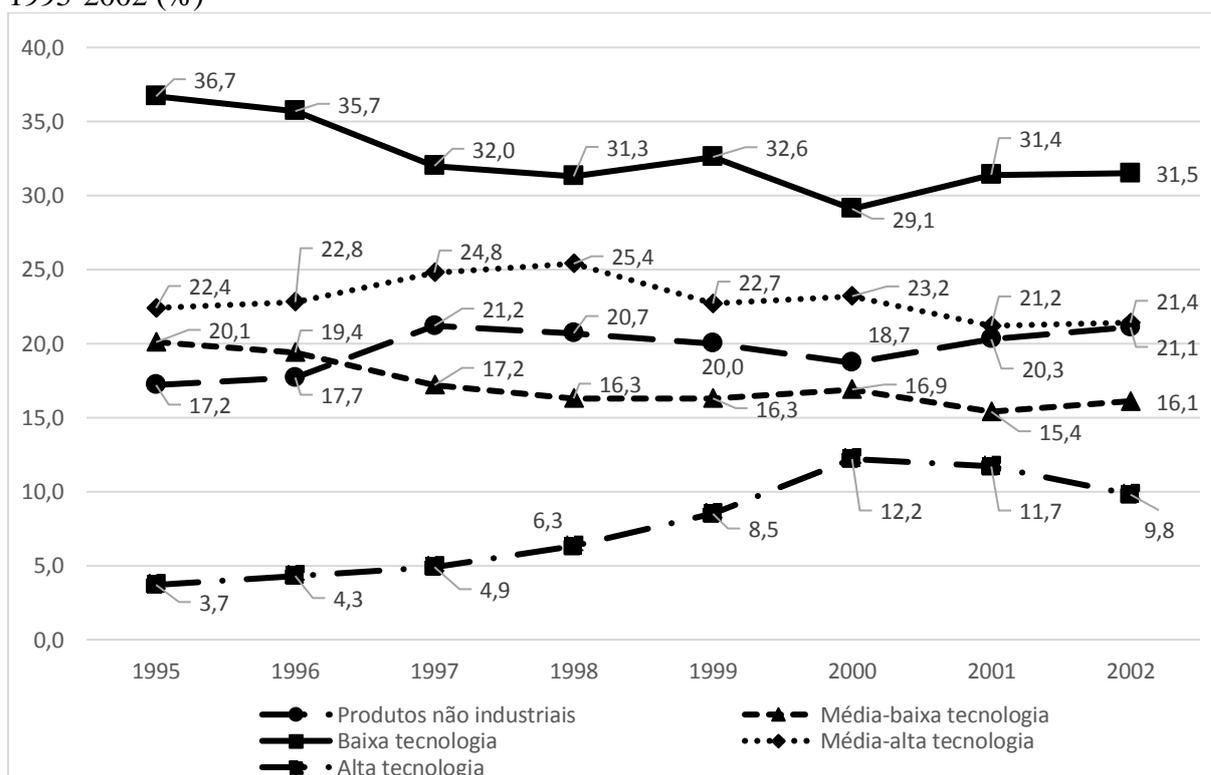
Gráfico 20 - Saldo da balança comercial 1995-2002 (US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central. In: GOMES; CRUZ, 2015, p. 10.

O saldo positivo da balança comercial a partir da virada do século é baseado no aumento da venda das commodities, especialmente devido à demanda chinesa. Isso significa que a recuperação do saldo nas contas externas está baseada em uma reprimarização da pauta exportadora, por meio do agronegócio, atividade que gera poucos empregos (devido seu alto grau de mecanização) e aprofunda a dependência (já que necessita de componentes de alta tecnologia produzidos por monopólios estrangeiros, como maquinário, agrotóxicos e sementes transgênicas); e da mineração, com forte presença do capital estrangeiro. O Gráfico 21 aponta como a participação dos produtos não-industriais aumenta gradualmente na composição da pauta exportadora brasileira a partir do Plano Real. A soma dos produtos não-industriais com os de baixa e média/baixa tecnologia já alcançava em 2002 a casa dos 70%, o que se intensificaria nos anos seguintes. O leve impulso nas exportações de alta tecnologia observado na virada do século não se sustentou nos anos vindouros.

Gráfico 21 - Exportações brasileiras: participação dos setores por intensidade tecnológica 1995-2002 (%)

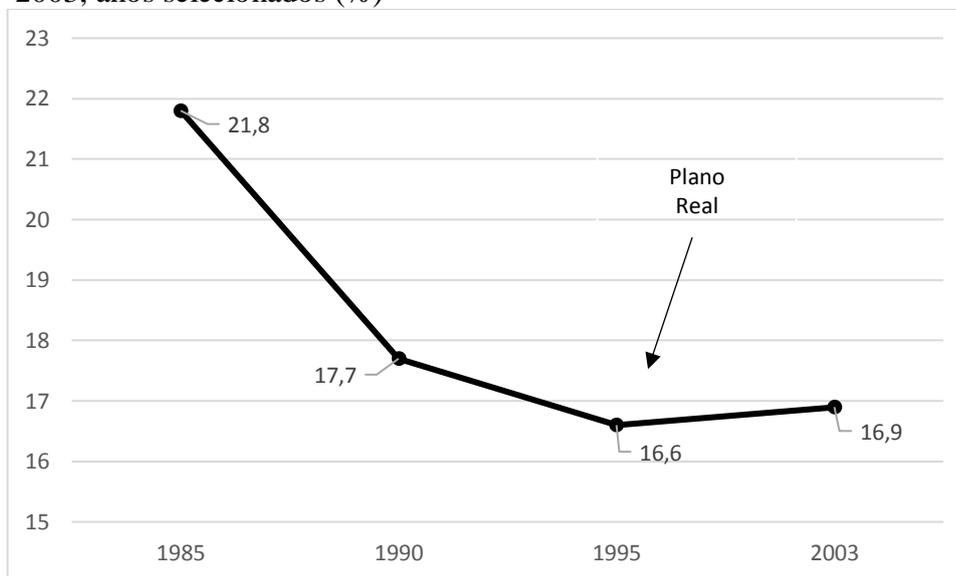


Fonte: Carta Iedi 665. In: GOMES; CRUZ, 2015, p. 17.

A abertura comercial indiscriminada, a partir de 1990, golpeou fortemente a indústria nacional. A retração do setor e a perda de composição orgânica do capitalismo dependente brasileiro se revela na redução da participação da indústria de transformação na composição do PIB, como demonstra o Gráfico 22. A redução também é significativa na porcentagem do

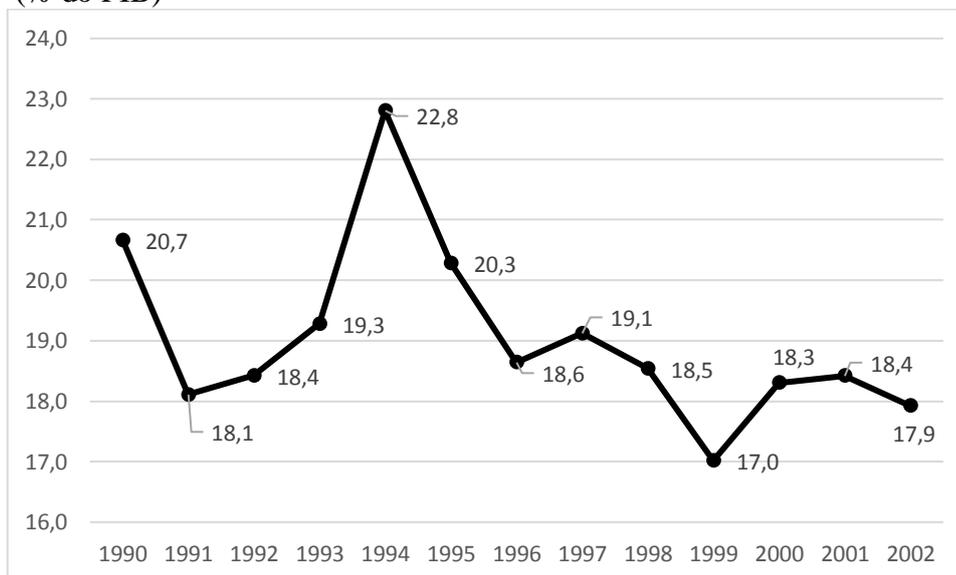
PIB convertida em formação bruta de capital fixo, que se retrai a partir do Plano Real (1994), como demonstra o Gráfico 23.

Gráfico 22 - Participação da indústria de transformação no PIB 1985-2003, anos selecionados (%)



Fonte: FIESP; CIESP, 2017, p. 06.

Gráfico 23 - Formação bruta de capital fixo – variação anual 1990-2002 (% do PIB)

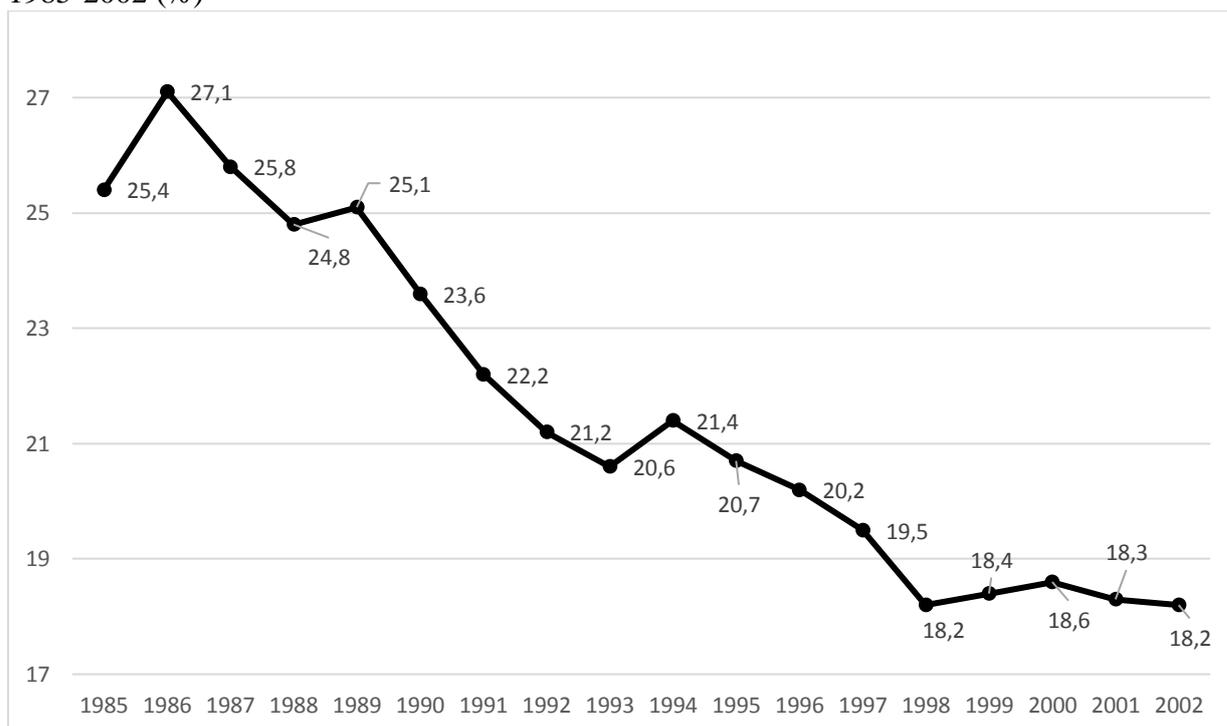


Fonte: Banco Mundial.

Esse processo de desindustrialização – devido a falências e absorção de empresas nacionais pelo capital estrangeiro – provocou uma devastação de postos de emprego. Nos anos 1990 a participação da indústria de transformação na geração de empregos formais

desabou, como demonstra o Gráfico 24. A indústria de transformação é comumente o setor da economia que apresenta a maior proporção de empregos formais. Sua diminuição drástica a partir da hegemonia neoliberal contribuiu não só para o aumento do desemprego, mas também da informalidade.

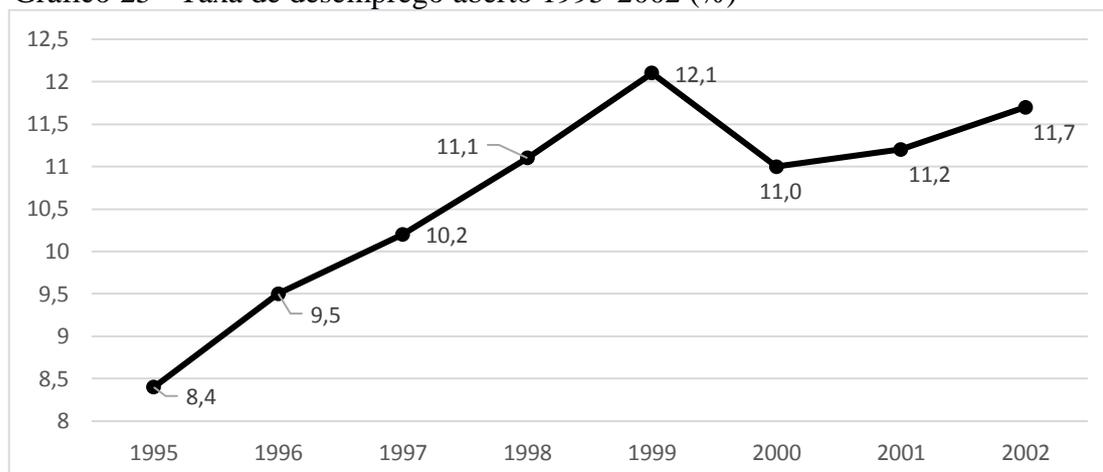
Gráfico 24 - Participação da indústria de transformação na geração de empregos formais 1985-2002 (%)



Fonte: FIESP; CIESP, 2017, p. 07

A redução da participação da indústria na produção da riqueza nacional e na geração de empregos não pode ser compreendida como um desdobramento natural do avanço da Revolução Científico-Técnica no Brasil. Isso porque o país não dominou de forma soberana todos os setores da indústria, perdeu composição orgânica no setor e não requalificou sua força de trabalho para os novos setores de produção de conhecimento guiados pelo progresso científico. O resultado foi o desemprego estrutural e o aumento da informalidade nos anos 1990, resultado que demonstra a falácia do discurso neoliberal de que a flexibilização da legislação trabalhista e a diminuição de impostos para os mais ricos seriam um gerador de empregos. No Gráfico 25 podemos observar a alta do desemprego a partir da implementação do Plano Real até o fim do governo FHC.

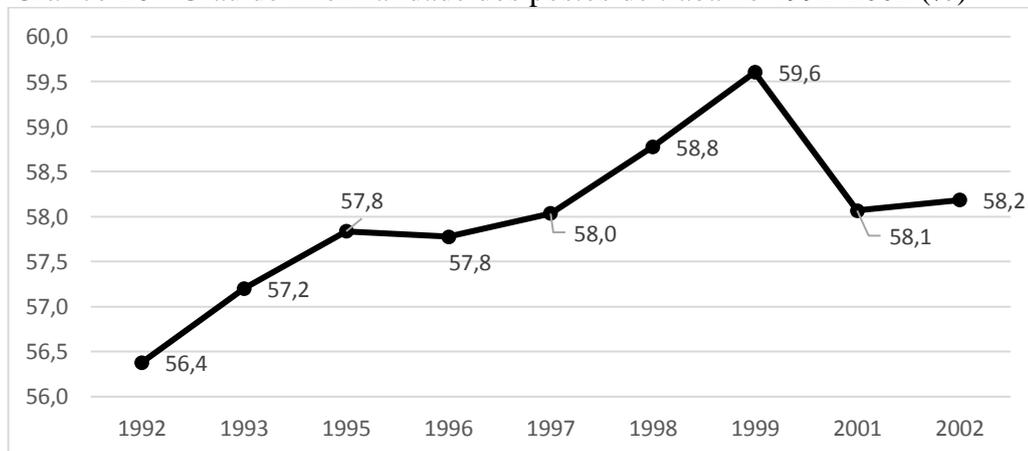
Gráfico 25 - Taxa de desemprego aberto 1995-2002 (%)



Fonte: IBGE. In: GOMES; CRUZ, 2015, p. 110.

O Gráfico 26 mostra o altíssimo grau de informalidade da força de trabalho brasileira, que chegou a alcançar 60% dos trabalhadores na virada do século. A queda de participação do setor industrial, como demonstrada acima, também contribui para a alta da informalidade, já que a indústria é tradicionalmente o setor em que há maior formalização dos postos de trabalho. A adoção do Plano Real a partir de 1994 não modificou tal situação, ao contrário, passou a intensificá-la. Esses números evidenciam que a classificação do Brasil como uma economia de serviços não se deu pelo desenvolvimento de seu aparato produtivo e requalificação de sua força de trabalho, mas sim, pela informalidade como única forma de sobrevivência da maioria da classe trabalhadora do país durante a reestruturação neoliberal. Demonstra uma falta de política de desenvolvimento nacional, inserção soberana na Globalização neoliberal e irresponsabilidade social com a maioria da população.

Gráfico 26 - Grau de informalidade dos postos de trabalho 1992-2002 (%)



Fonte: Ipeadata. Sem dados para os anos de 1994 e 2000.

O aumento do desemprego, da informalidade e a disseminação de outras formas precarizadas de trabalho, como a terceirização, fizeram recuar a participação dos salários na composição do PIB. Durante os oito anos de governo FHC esse índice caiu de 35% para 31%, como podemos ver no Gráfico 27, evidenciando a piora na distribuição de renda, o empobrecimento da população e a queda na qualidade de vida.

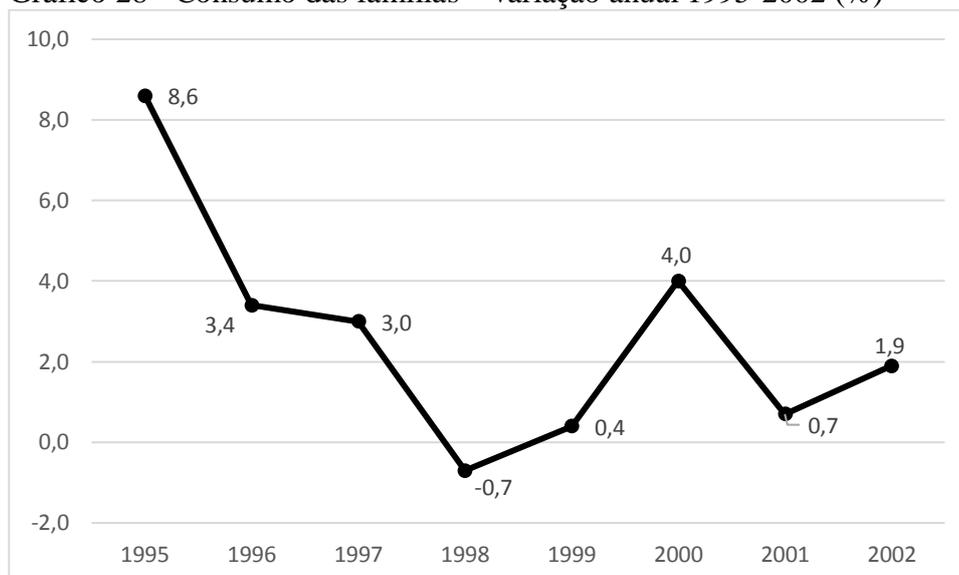
Gráfico 27 - Participação dos salários no PIB (%)



Fonte: IBGE. In: GOMES; CRUZ, 2015, p. 117.

Outro dado que revela o empobrecimento da população e a falta de distribuição de renda é o consumo das famílias. A adoção do Plano Real causou uma euforia de consumo em um primeiro momento, melhorando a capacidade de compra, inclusive dos mais pobres, com a queda da inflação. Porém, esse momento positivo foi efêmero e o consumo das famílias despencou ao longo do governo FHC, tendo seu pior momento na crise de desvalorização do real em 1998/1999, mantendo índices baixos de variação, como demonstra o Gráfico 28. O receituário ideal do neoliberalismo no Brasil manteve a maioria da população em uma situação de subconsumo, apartada dos setores médios.

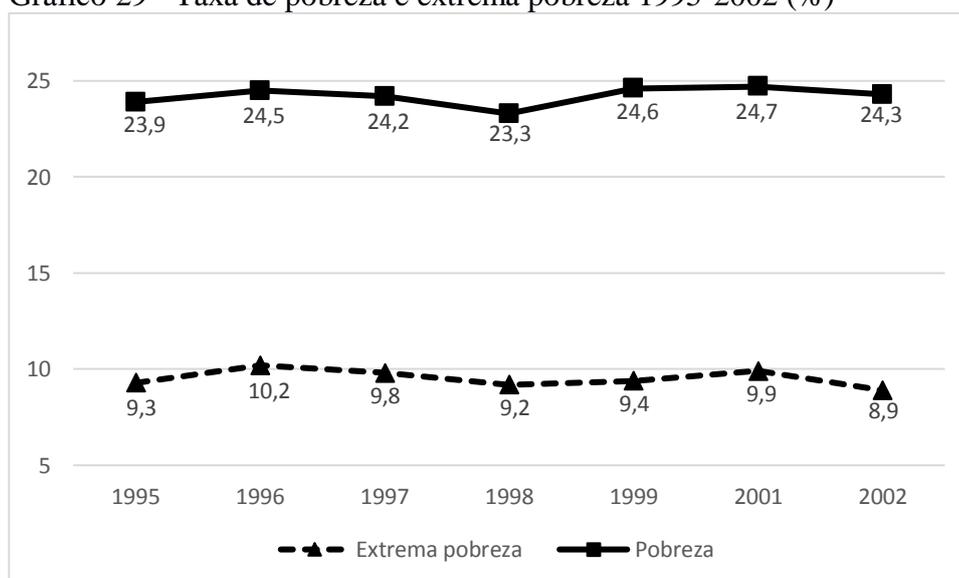
Gráfico 28 - Consumo das famílias – variação anual 1995-2002 (%)



Fonte: IBGE. In: GOMES; CRUZ, 2015, p. 51.

A mistura de baixo crescimento econômico, alta do desemprego e da precarização, além do corte nos gastos públicos na área social resultou em uma estagnação do combate à pobreza. Mesmo que os índices do que é “pobreza” e “extrema pobreza” possam ser questionados, fica claro pelos dados abaixo que não houve mudanças significativas nessas frações da sociedade brasileira a partir do Plano Real até o fim do governo FHC, como demonstra o Gráfico 29.

Gráfico 29 - Taxa de pobreza e extrema pobreza 1995-2002 (%)



Fonte: MDS Plano Brasil sem Miséria. In: GOMES; CRUZ, 2015, p. 110. Não há dados para o ano 2000.

Essa política econômica do desastre, baseada em gerar dívida pública e voltada para remunerar o capital especulativo que nada produz e a ninguém emprega, tinha como objetivo anunciado deter a demanda, controlando a inflação. Não se sabe que demanda deveria ser contida em um país que apresentava demanda reprimida, com altos índices de desigualdade social, mercado interno comprimido, desemprego estrutural e elevados índices de informalidade. Fica evidente que o Plano Real não era um simples plano anti-inflacionário, mas sim, uma reestruturação da economia brasileira para a remuneração do capital especulativo internacional que se apresenta como o maior beneficiado de toda essa operação e o grande controlador do capitalismo dependente brasileiro a partir de então.

Os anos 1990 aparecem, dessa forma, como mais uma década perdida para a sociedade brasileira, com baixos índices de crescimento e manutenção dos graves problemas sociais do país, principalmente devido aos cortes nos gastos públicos e à alta do desemprego. A apregoada “modernização” da economia brasileira se mostrou uma inserção subalterna do país na Globalização neoliberal, com graves consequências para sua estrutura econômica e para as condições de vida da maioria da população. O Plano Real não pode ser compreendido sem a renegociação da dívida externa do país nos moldes do Plano Brady, nem como uma simples política anti-inflacionária, mas sim, como a aplicação do ajuste estrutural exigido pelas finanças internacionais através de organismos como o FMI para atualizar o capitalismo dependente brasileiro à sua hegemonia. A conversão da burguesia brasileira ao neoliberalismo que vinha se desenhando desde o fim do regime militar, adquiriu seus contornos definitivos com o Plano Real e o governo de Fernando Henrique Cardoso, renovando seu caráter de sócia menor do capitalismo internacional.

4.3 O neoliberalismo como nova fase da dependência

Dentro da análise de média duração deste trabalho, a década de 1990 marca em definitivo a atualização do capitalismo dependente brasileiro para uma nova fase, o neoliberalismo. Concretiza-se, como é praxe na condição de dependência, a remodelação da economia brasileira de acordo com as necessidades do mercado internacional, o que a levou a uma inserção subalterna na Globalização neoliberal. Esses objetivos do capital estrangeiro foram acompanhados de uma acomodação dos interesses da burguesia local, de modo a se adaptar às transformações que ocorriam, preservar sua aliança com seus pares internacionais e renovar as estruturas internas de dominação que garantem seu status de classe dominante.

A América Latina foi a região do mundo onde as políticas neoliberais foram

aplicadas de maneira mais ortodoxa, sem nenhum tipo de mediação com a realidade socioeconômica dos diversos países que a compõem. Os anos 1990 marcaram o auge desse experimento que aplicou o receituário ideal do neoliberalismo por toda a região. Esse novo momento econômico vinha na esteira da Crise da Dívida dos anos 1980 e, em alguns casos, eram concomitantes à formulação de sistemas políticos liberais, fruto da superação de regimes ditatoriais em certos países, entre eles o Brasil. A renegociação da dívida externa foi, portanto, uma condição indelével para a adoção das políticas neoliberais e reforçou o discurso neoconservador, ao se apresentar como a única saída viável do endividamento e recolocar este conjunto de países no circuito financeiro internacional. A suplantação do autoritarismo também era utilizada pelo discurso neoliberal, ao amalgamar as políticas econômicas dos governos ditatoriais à ineficiência do Estado, apresentando a iniciativa privada, o mercado e o capital estrangeiro como dinamizadores econômicos e parte do processo de democratização dessas sociedades.

Por meio principalmente da tutela das economias latino-americanas pelo FMI e o Banco Mundial, o receituário ideal do neoliberalismo foi seguido à risca: liberalização comercial, com o fim de protecionismos e livre circulação de importados; desregulação do setor financeiro, para entrada e saída de capitais especulativos que serviriam como fonte de financiamento imediato dos déficits das contas públicas; titularização da dívida pública e manutenção de uma política de juros altos, para remuneração desse capital especulativo e a readmissão dos países outrora endividados ao circuito financeiro internacional; ajuste fiscal e contenção dos gastos públicos, para se fazer superávit que servisse de garantia de pagamento da dívida pública; privatização de empresas estatais e serviços públicos, para aumentar a arrecadação imediata do Estado e saldar suas dívidas com os credores; flexibilização da legislação trabalhista e reformas previdenciárias, de modo a aumentar a margem de lucro sobre a superexploração do trabalhador, lhe retirando direitos e permitindo formas precarizadas de trabalho, como a terceirização, além de direcionar os trabalhadores de maior rendimento para o campo da previdência privada; entre outras medidas.

A Crise da Dívida dos anos 1980 representou o momento de transição entre diferentes fases da dependência, com a destruição do modelo anterior, de predominância do investimento externo direto, e a abertura de uma nova fase, sob hegemonia do pensamento neoliberal. As profundas modificações que ocorreram no sistema capitalista internacional nas três últimas décadas do século XX impõem a reestruturação das economias periféricas, de modo a que estas sejam atualizadas para novas funções de acordo com as necessidades dos monopólios internacionais.

A fração dominante desses monopólios é o setor financeiro, com sua imensidão de capitais fictícios negociados em tempo real no mercado e que controla – por meio de ações, sociedades anônimas e fusões – os demais setores da economia, através de corporações, transnacionais e franquias. Esses monopólios, representados pelos governos dos Estados centrais, articulam políticas e renovam formas de dominação de acordo com os movimentos da economia mundial. Como apresentado no capítulo 1, os efeitos da Revolução Científico-Técnica, com a diminuição da massa de mais-valor produzida devido à automação da produção e a necessária qualificação da força de trabalho, fazem com que o setor financeiro e sua criação especulativa de capitais fictícios e lucros fictícios passem a ser o principal pilar da acumulação a partir dos anos 1970. Esta contratendência do capital como resposta aos desdobramentos da Revolução Científico-Técnica, junto as Crises do Petróleo e a falência do modelo keynesiano, promoveram uma forte concentração de capitais (como é praxe nas crises capitalistas) que fundiram ainda mais os diversos tipos de capital, sob hegemonia do capital financeiro, em grandes monopólios capazes de controlar boa parte da economia mundial.

O ideário neoliberal surge como ideologia conservadora, com o objetivo de organizar essa contraofensiva, principalmente sobre o mundo do trabalho e a periferia capitalista. Os anos 1990 foram o auge desse movimento, onde o neoliberalismo e o mundo das finanças sacramentaram sua hegemonia mundial, com destaque para alguns fatos: o desaparecimento do bloco socialista, que antagonizava o capitalismo em nível mundial, colocando a classe trabalhadora na defensiva e levando a uma regressão nas relações de trabalho, na consciência de classe e na sua capacidade organizativa em todo o planeta; a aplicação das políticas neoliberais nos países centrais, inclusive por governos social-democratas, outrora opositores, enterrando de vez o “inimigo interno” neoliberal, o keynesianismo; a imposição das políticas neoliberais à periferia capitalista, principalmente pela ação do FMI e do Banco Mundial na renegociação da dívida externa desses países, reforçando as relações de dependência e pondo termo, momentaneamente, a todo um processo de liberação e articulação periférica que teve lugar no pós-Segunda Guerra Mundial, muitas vezes com conotações nacionalistas, anti-imperialistas e anticapitalistas.

Essa conjuntura deu margem para a adoção de uma posição triunfalista dos neoconservadores, reforçando a posição de que não haveria alternativa ao ideário pró-mercado. O momento de crescimento da economia mundial nos anos 1990, a perda de força de pensamentos alternativos ao dominante e a construção de uma pretensa unipolaridade dos Estados Unidos sob o sistema capitalista internacional contribuíram para o ambiente de “fim da história” que dominou o debate mundial. Essa conjuntura englobaria modificações de

grande monta na relação das economias dependentes com o mercado internacional, que seriam atualizadas para cumprirem novas funções. O neoliberalismo começou a ser adotado na América Latina como contraparte da renegociação da dívida externa dos países da região com os organismos internacionais, nos chamados “ajustes estruturais”. Para a conversão do endividamento externo em títulos da dívida pública securitizados pelo FMI, os governos deveriam promover toda a agenda de reformas econômicas neoliberais, tal como descrita nas linhas acima. Mais do que a renegociação da dívida externa da periferia, esses ajustes estruturais significam a renovação do caráter dependente dessas economias e sua adequação e inserção subalterna ao novo momento da Globalização neoliberal.

Como demonstrado por Jaime Osorio, o padrão de reprodução do capital periférico entrou em nova fase, com a especialização das economias dependentes em determinadas produções e serviços controlados, em sua maioria, pelo capital transnacional com origem nos países centrais. O novo “padrão exportador de especialização produtiva” consiste no fim da política de substituição de importações, ou seja, do processo de incorporação de diversos setores da indústria às economias latino-americanas, e sua substituição por uma reprimarização da pauta exportadora, controlada pelo grande capital estrangeiro (por meio de financiamentos e acesso a tecnologias avançadas), e a incorporação de setores da indústria local a cadeias produtivas globais, também controladas por monopólios estrangeiros. Em países periféricos de industrialização mais avançada, como o Brasil, sobrevive, em parte, o setor industrial, porém fortemente atrelado ao capital internacional, ou dedicado à produção de mercadorias de baixo valor agregado para consumo das classes menos abastadas (OSORIO, 2012b). À essa argumentação de Osorio, adiciono a entrada cada vez mais maciça nos mercados periféricos das grandes empresas de serviço, desde bancos internacionais, passando por marcas pertencentes a “empresas globais”, franquias e, mais recentemente, as empresas que operam via “economia do compartilhamento”, tipo *Uber*.

O fenômeno RDT é um desdobramento na periferia capitalista da Globalização neoliberal. No setor produtivo, os grandes monopólios por meio dos Estados imperialistas impuseram a liberalização dos mercados globais para poderem realocar suas unidades produtivas em espaços que garantissem maior lucratividade, sobretudo na Ásia. Sua cruzada a favor do livre mercado nada mais era do que a necessidade de realocar fábricas e escoar essa produção para todo o mundo, sem encontrar entraves alfandegários e protecionistas, monopolizando, de fato, um mercado global. Se antes, na fase do investimento externo direto, as multinacionais investiam em cada mercado interno periférico, implementando as estruturas produtivas necessárias para seus negócios, agora derrubam as limitações para livre circulação

de mercadorias e capitais, para que possam produzir e vender em qualquer lugar, aumentando sua taxa de lucro. A América Latina passa então a não mais ser um local para a produção industrial, já que esta é mais lucrativa no continente asiático, mas sim, para a produção exportadora agropecuária, de minérios, produtos manufaturados de baixa e média tecnologia (incluindo montadoras e *maquillas*) e alguns serviços. A maioria dessas atividades são controladas pelo capital estrangeiro e/ou dependem de créditos, maquinários e conhecimentos científicos não desenvolvidos na região.

As privatizações de empresas públicas e as modificações na legislação trabalhista também passam a serem aplicadas na periferia como parte do avanço neoliberal. A primeira, como abertura de novos espaços de acumulação para o capital privado, antes vedados pelo monopólio estatal; a segunda como forma de aprofundar a superexploração do trabalho, seja por meio da retirada de direitos trabalhistas até então consagrados – no caso brasileiro, modificando a Constituição de 1988 -, seja pela permissão da terceirização e outras formas precarizadas de trabalho. A própria macroeconomia neoliberal leva ao desemprego estrutural, que rebaixa salários e diminui a capacidade de negociação dos sindicatos e centrais. A implementação do neoliberalismo na periferia guarda, portanto, um viés fortemente regressivo, ao aprofundar as tendências desnacionalizantes e de superexploração do trabalho já presentes na estrutura do capitalismo dependente.

O neoliberalismo como nova fase da dependência na América Latina passou a ser implementado a partir de finais dos anos 1980, mas no Brasil esse processo foi um pouco mais tardio, alcançando seus contornos definitivos somente nos anos 1990. Contribuiu para esse “atraso” o fim da Ditadura e todo o processo de formulação do novo regime político liberal, a Nova República. Esse processo teve a participação de amplos movimentos populares que resguardaram direitos trabalhistas e a favor da soberania nacional que iam contra o avanço hegemônico neoliberal naquela conjuntura. Se no nascedouro do novo sistema político não foi possível restringir as posições a favor dos direitos dos trabalhadores e da defesa da soberania nacional, esses pontos foram sendo modificados na Constituição ao longo das décadas seguintes, acompanhando os movimentos da luta de classes no país.

Ao mesmo tempo, o processo de conversão da burguesia brasileira ao projeto neoliberal foi paulatino, tomando mais força somente após o fim do regime autoritário (1985) e da promulgação da Constituição de 1988. A classe dominante local estava muito atrelada ao modelo de desenvolvimento praticado até aquele momento, com forte participação estatal e, ao mesmo tempo, detinha boa parte de seus investimentos no setor industrial, que seria prejudicado por uma abertura indiscriminada da economia. Por seu teor nacionalista-

autoritário e por sua debilidade em seus anos finais, não foi possível a implementação do neoliberalismo pelo regime autoritário, que só poderia ser colocado em prática a partir de um governo legitimado pelo voto popular.

A aceitação do neoliberalismo entre a burguesia do país tomou maior forma nas eleições presidenciais de 1989, quando o então candidato Fernando Collor passou a defender esse conjunto de ideias como uma ferramenta de “modernização” do país e como parte do processo de democratização. Vitorioso, seu governo colocou em marcha o fim das restrições para a entrada de produtos importados e iniciou o processo de privatizações, mas sua incapacidade em renegociar a dívida externa, combater a hiperinflação e lidar com as denúncias de corrupção que o levariam ao impeachment, fez com que o pacote neoliberal não fosse implementado em sua totalidade nesse primeiro momento. Coube a Fernando Henrique Cardoso, primeiro como ministro da Fazenda de Itamar Franco, e depois como presidente da República, compor as alianças políticas necessárias e colocar em marcha as negociações com o FMI e os ajustes que levariam à conversão neoliberal da economia brasileira.

O Plano Real, implementado a partir de 1994, surge como o segundo momento da inserção subalterna do Brasil na Globalização neoliberal (o primeiro foi a Crise da Dívida, como período de transição, como colocado no capítulo 3), marcando a adoção definitiva da política neoconservadora por meio dos ajustes estruturais ditados pelo FMI e o Banco Mundial, que reconfiguraram a economia brasileira para suas novas funções no mercado internacional. A arquitetura macroeconômica desenhada pela equipe de FHC passou pela renegociação da dívida externa brasileira, que foi, em boa parte, convertida para títulos da dívida com a adoção do Plano Brady; liberalizou o mercado de produtos importados (iniciado por Collor), assim como a livre circulação de capitais especulativos; e lançou mão de uma série de reformas de caráter regressivo nas áreas administrativa, tributária, fiscal, trabalhista e previdenciária, assim como de um programa de privatização de estatais e serviços públicos. Não se tratava de um programa de combate à inflação, como alardeado pelo governo e seus partidários, mas toda uma operação de reestruturação econômica para atualizar o capitalismo dependente brasileiro ao novo momento mundial.

Essas medidas resultariam na nova configuração do padrão de reprodução do capitalismo dependente no país, que o transforma em uma economia exportadora especializada, com destaque ao setor de grãos, carnes, mineração e uma produção industrial de média/baixa composição técnica. No setor primário, firma-se o modelo de “agronegócio”, com monoculturas e produção de carnes em latifúndios, com alto teor de mecanização e utilização de tecnologias de ponta, como agrotóxicos e transgênicos. Na mineração, para além

dos produtos já largamente utilizados, como ferro e alumínio, minérios estratégicos para a fabricação de aparelhos digitais, como o nióbio, passam a ser largamente explorados, com forte participação do capital estrangeiro, sem, contudo, o país dominar indústrias de transformação desses produtos, nem ditar os preços *in natura* no mercado internacional. As indústrias do país passam a compor cadeias produtivas mundiais, sem desenvolverem os componentes de maior valor agregado, nem dominarem conhecimentos avançados aplicados ao processo produtivo, como o caso da indústria automobilística, praticamente uma fábrica de montagem. Mesmo setores industriais menos dinâmicos, como o têxtil e o de alimentos, possuem alta participação do capital estrangeiro e uma diminuição constante de conteúdo nacional.

Da mesma forma, as reformas neoliberais dos anos 1990 facilitaram a entrada e saída de capitais fictícios do país. A desregulação financeira passou pela liberalização da circulação de capitais, inclusive para não-residentes, que passaram a não ter mais entraves para a remessa de fundos para o exterior; a transformação do Estado brasileiro em um emissor sistemático de capital fictício por meio de títulos da dívida em conjunto com uma política de alta de juros; a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000, que coloca uma série de garantias ao pagamento de dívidas, inclusive sua prioridade nos orçamentos públicos estaduais e municipais; a autonomia, na prática, do Banco Central, controlado por executivos indicados pelo mercado, para decidir a política monetária do país, especialmente a taxa de juros; o início de uma reforma da previdência, que levaria os trabalhadores de salários mais altos a regimes de capitalização, fortalecendo os fundos de previdência privada, espaço privilegiado de especulação e lucros fictícios, além de prejudicar a previdência pública (Lula complementar a reforma em 2003, replicando as novas regras para o funcionalismo público).

As medidas tomadas ao longo do governo FHC demonstram uma ação sistemática para reestruturar a economia brasileira a favor da acumulação financeira e da especulação. Todas essas medidas são justificadas desde os anos 1990 como obrigatórias para o controle da inflação, mas são, na verdade, ações que propiciam o controle da riqueza nacional por grandes investidores e oportunistas do mercado financeiro, que são remunerados diretamente pelo orçamento federal no resgate dos títulos da dívida. Toda a economia brasileira foi remodelada a partir da década de 1990 para garantir os lucros do setor financeiro, eixo da acumulação capitalista na Globalização neoliberal, transformando o país em uma plataforma de valorização financeira. As medidas são justificadas pelo discurso alarmista do mercado de que “não há alternativa”, criando o “estado de emergência”, onde todas as medidas necessárias

para se manter esse quadro são tomadas com a urgência de salvação nacional, mesmo quando fica evidente que elas são as causas dos problemas e não soluções (PAULANI, 2008).

A partir do governo Collor (1990-1992), a burguesia brasileira já se encontrava convertida ao neoliberalismo, mas lhe faltou o bloco histórico adequado na condução do governo para a remodelação da economia. O estilo bonapartista de Collor se mostrou rapidamente limitado, levando à sua deposição – apoiada pela mesma burguesia que o elegeu, mesmo que em seu governo tenham sido tomadas as primeiras medidas de cunho neoliberal. Collor, no entanto, ao não conseguir renegociar a dívida externa e superar a hiperinflação, não se mostrou apto para convencer a classe dominante em defender seu governo e embarcar no seu projeto neoliberal.

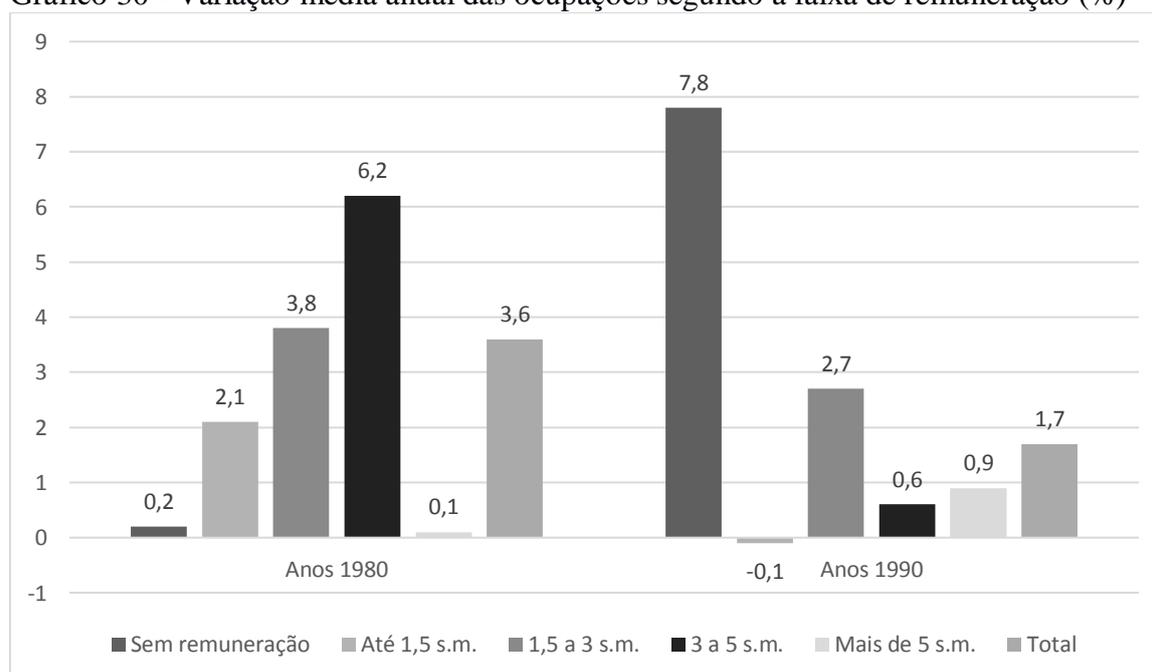
A falha de Collor, que seria corrigida por Fernando Henrique Cardoso, situava-se em dois pontos-chave para a conversão da burguesia brasileira ao neoliberalismo. Primeiro, no campo dos negócios, era necessário apresentar um mecanismo de compensação à burguesia industrial, que seria afetada com a abertura comercial e a entrada maciça de produtos importados. Segundo, no campo da economia política e da luta de classes, era necessário desmontar os direitos trabalhistas e as prerrogativas em prol da soberania nacional que existiam na Constituição de 1988, para quebrar a espinha dorsal da classe trabalhadora brasileira no pós-Ditadura (o sindicalismo e o funcionalismo público), as empresas estatais e as políticas de conteúdo nacional, abrindo novos espaços de acumulação com o aprofundamento da superexploração do trabalho e a retirada do monopólio estatal em diversos setores.

Essas duas prerrogativas somente foram alcançadas com o Plano Real e as políticas do governo FHC. A titularização da dívida brasileira, iniciada com a adoção do Plano Brady ainda no governo Itamar, permitiu a abertura de um novo mercado extremamente lucrativo à burguesia brasileira: a compra e venda de títulos da dívida. O investimento nesses títulos e outras negociações de capital fictício no mercado financeiro concederam à classe dominante local outras formas de acumulação para além do setor produtivo, o que explica que esse agrupamento tenha se convertido ao neoliberalismo, mesmo que algumas políticas fossem aparentemente contrárias a alguns de seus interesses, como a abertura comercial que prejudicaria a indústria (o que de fato ocorreu). Os anos 1990 marcam assim o abandono do projeto de substituição de importações e de industrialização do país que perdurou por mais de meio século, para deslocar a burguesia brasileira para a acumulação financeira, pilar principal da acumulação de capital na Globalização neoliberal, com destaque para as negociações envolvendo títulos da dívida pública.

Por outro lado, o avanço neoliberal promovido pelos governos Collor, Itamar e, principalmente, FHC, se dedicaram a desvincular da Constituição uma série de proteções ao trabalho e à soberania nacional que entravam em choque direto com os interesses do mercado e dos monopólios brasileiros e estrangeiros. De 1990 a 2002, do ponto de vista do emprego, se praticou uma política econômica irresponsável de restrição de créditos, juros altos, demissão de funcionários públicos, proibição de novos concursos públicos, retirada de mecanismos protecionistas de setores estratégicos, privatizações de empresas estatais entre outras ações que combinadas, provocaram uma onda de desemprego e informalidade, rebaixaram salários e enfraqueceram sindicatos.

No Gráfico 30 podemos observar o tamanho da catástrofe empregatícia quando comparamos as décadas de 1980 e 1990. Enquanto os anos 1980 se destacam pela criação de empregos com maior intensidade na faixa de 3 a 5 salários-mínimos (6,2% ao ano), mas apresentando crescimento em todas as colunas; os anos 1990 mostram forte crescimento na geração de ocupações “sem remuneração” (7,8%), ao mesmo tempo que exibe números negativos para a faixa até 1,5 salário-mínimo (-0,1%). Esses índices indicam que uma massa de trabalhadores pobres viu seus empregos formais desaparecerem na década de 1990, e caíram para o nível da informalidade e do subemprego, em ocupações precárias, sem remuneração fixa. Chama atenção também a maior capacidade de geração de postos de emprego no total da “década perdida” dos 1980 (3,6%) do que a de 1990 (1,7%).

Gráfico 30 - Variação média anual das ocupações segundo a faixa de remuneração (%)



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração: Marcio Pochmann. Ver POCHMANN, 2012, p. 31.

FHC promoveu um ataque aos direitos trabalhistas, com a permissão de trabalhos aos domingos para comerciários varejistas sem necessidade de acordo coletivo entre patrões e empregados e sem previsão de reposição do dia trabalhado; o banco de horas, que permitiu o não pagamento de hora extra, legalizando, na prática, a jornada de trabalho para além de oito horas diárias; instituiu o trabalho temporário e a terceirização para atividades meio; diminuiu atribuições e poderes da Justiça do trabalho, inclusive dificultando seu acesso pelos trabalhadores em alguns casos; autorizou o trabalho voluntário ou gratuito em instituições públicas e privadas; permitiu a diminuição e fatiamento do período de férias; instituiu o fator previdenciário, diminuindo o benefício daqueles que se aposentam com menos de 60 anos mesmo que já tenham tempo de serviço para isso. Um dos momentos mais emblemáticos foi a utilização das Forças Armadas para acabar com a greve dos petroleiros em 1995, revivendo a truculência da Ditadura. Todas as medidas tomadas por FHC no campo do trabalho visavam diminuir o poder de organização política dos trabalhadores e intensificar a superexploração.

O desmantelamento do patrimônio nacional, com a onda de privatizações, também contribuiu para o avanço do capital sobre o trabalho, já que as condições de estabilidade do funcionalismo público lhe permitem maior capacidade de organização política e níveis mais altos de remuneração. O sentido das privatizações era abrir novos espaços de acumulação para o capital privado (local e estrangeiro), antes vedados pelo monopólio estatal. A venda da Vale do Rio Doce (uma das maiores mineradoras do mundo) e a abertura de capital da Petrobras e dos bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa) foram os exemplos mais gritantes de entrega do patrimônio nacional aos interesses privados e estrangeiros. Assim como no setor público, as fusões e compras de empresas privadas brasileiras por estrangeiras também contribuíram para a alta do desemprego, já que nesses processos uma das primeiras ações é a eliminação de postos de trabalho duplicados (no caso das fusões) e redução de custos com demissões em massa.

A desregulamentação financeira facilitou a entrada e saída de capitais fictícios do país, tornando-o altamente vulnerável às oscilações do mercado financeiro. O argumento era de que esses capitais fluiriam para investimentos na economia, mas, na verdade, alimentam-se de títulos da dívida a juros altos e ações de empresas, buscando lucro fácil por meio da multiplicação do patrimônio fictício. A nova configuração de “empresa brasileira”, mais uma modificação da Constituição promovida por FHC, permitiu que fossem consideradas dessa forma simplesmente a abertura de uma filial da empresa estrangeira sob as leis do país, sem necessidade de residência fixa dos proprietários ou controle acionário majoritário de brasileiros, o que facilitou a monopolização da economia nacional por corporações

estrangeiras.

Estas medidas tomadas pelos governos dos anos 1990, em especial o de FHC, demonstraram a reconfiguração da burguesia brasileira para o novo momento do capitalismo. Uma classe dominante financeirizada, tendo como seu pilar principal de acumulação a especulação e os lucros fictícios, principalmente por meio dos títulos da dívida pública que lhe dão acesso direto ao orçamento federal. Nos demais setores da economia, com a impossibilidade de concorrer diretamente com corporações transnacionais, apoiou o avanço de medidas políticas que favoreciam a entrada do grande capital estrangeiro para poder se fundir com este, participando somente como acionista ou nos postos de gerência. Este fenômeno é muito perceptível na indústria, mas também no setor de serviços, com a proliferação de franquias e lojas de grandes marcas “globais” no país a partir da virada do século. Empresas de capital majoritariamente brasileiro persistem na construção civil e no agronegócio, porém com alta dependência de tecnologia de ponta estrangeira.

O neoliberalismo como nova fase da dependência transforma a classe dominante brasileira em uma burguesia rentista, conectada às transformações mundiais do sistema capitalista, aprofundando a dependência do país por meio da entrega do controle de amplos setores da economia ao capital transnacional, ao qual se associa de forma subalterna. Promove também, o aumento do grau de superexploração, por meio da manutenção de um quadro macroeconômico de desemprego estrutural e pela dilapidação dos direitos trabalhistas, combinadas com a permissão de formas de trabalho precarizadas, como a terceirização e o trabalho temporário. Essas ações influenciam fortemente a luta de classes no país a favor do capital, já que limitam as condições materiais de organização política e resistência por parte da classe trabalhadora.

A conjuntura nacional que permitiu esse avanço neoliberal se inicia em 1989, com a burguesia brasileira cerrando fileiras junto à candidatura de Fernando Collor, abertamente neoliberal, e a necessidade de derrotar as candidaturas à esquerda (Lula e Brizola). A vitória eleitoral de Collor concedeu a legitimidade do voto popular da qual necessitava o neoliberalismo para seu avanço no caso brasileiro. No entanto, o fracasso de Collor na condução do país significou, de certa forma, sua incapacidade em formular um bloco de poder na classe dominante e sua representação política que o sustentasse e lhe desse as condições materiais e subjetivas para prosseguir com os ajustes estruturais. Essa operação, momentaneamente interrompida pelo impeachment em 1992, encontraria seu maestro definitivo em Fernando Henrique Cardoso e na coalizão de forças de centro-direita que forjou, lhe permitindo realizar o processo de atualização do capitalismo dependente brasileiro para a

Globalização neoliberal.

Como discutido no capítulo 2, FHC sempre foi defensor da possibilidade de desenvolvimento sem rompimento com a dependência. Isto se deve à sua compreensão de “desenvolvimento”, que se limita ao avanço das forças produtivas e à capacidade de acumulação do país, elegendo o capital estrangeiro como o grande dínamo do progresso econômico. Seu pensamento perpassa a associação do capital brasileiro com o estrangeiro, numa lógica de “interdependência” (por mais que ele tenha negado isso em alguns escritos), onde um necessitaria do outro para o sucesso dos negócios, o que colocaria o Brasil como um mercado pujante e competitivo. Na interpretação de Cardoso não há espaços para questionamentos à ordem capitalista, nem à dependência, tampouco o “desenvolvimento” como sinônimo de avanço nas condições sociais e na defesa da soberania nacional. Sua consigna de “dependência e desenvolvimento” está em ressonância com o discurso neoliberal de economia “globalizada” e “superação das fronteiras nacionais”, em suposto mercado mundial horizontal e guiado pela livre troca. Um “não há alternativa”, versão tupiniquim.

Cardoso aparece assim como um intelectual orgânico da burguesia dependente, capaz de formular e executar as políticas necessárias para a adequação da economia brasileira à Globalização neoliberal. Todo seu governo foi marcado por ações que levavam a financeirização para o centro da acumulação e abriam o país aos monopólios transnacionalizados, assim como entregava o patrimônio nacional à iniciativa privada local e estrangeira e aprofundava a superexploração do trabalho como ponto principal do capitalismo dependente brasileiro.

Para promover a atualização da dependência, FHC forneceu à burguesia local uma nova forma de remuneração, via capital financeiro, e se comprometeu com o avanço sobre os direitos trabalhistas. Seguiu à risca as imposições do FMI e do Banco Mundial para a titularização da dívida do país e outras políticas no setor financeiro que lhe permitiram reduzir e controlar a inflação. O fim da alta constante de preços garantiu um aumento efêmero no poder de compra da maioria da população, suficiente para duas vitórias eleitorais no primeiro turno (em 1994 e 1998), condição que rapidamente se esvaiu no segundo mandato presidencial, junto com sua popularidade.

Os logros que FHC conseguiu alcançar, ao contrário de Collor, incluem também a composição de um bloco de forças à direita que lhe garantiu estabilidade política para aprovar seu pacote de reformas neoliberais. Compreendendo o Plano Real como uma ação da classe dominante brasileira através de seus operadores políticos com o objetivo de atualizar o caráter dependente da economia do país – e não como uma simples política anti-inflacionária, como

foi apresentado -, era necessário, de um lado, renegociar a dívida externa e, por outro, construir um bloco histórico que permitisse a implementação das políticas neoconservadoras. Ao assumir o ministério da Fazenda em 1993, FHC colocou em marcha tanto a desvalorização da moeda, processo que desembocaria no real; quanto a adoção do Plano Brady, titularizando parte da dívida externa e recolocando, com isso, o Brasil de volta ao circuito financeiro internacional.

Cardoso formulou um agrupamento de centro-direita que lhe serviu de base parlamentar e política durante seus oito anos de presidência, garantindo a aprovação de quase todas as reformas econômicas que almejou. Seu partido, o PSDB, que se apresenta como social-democrata, (oriundo dos setores liberal-democratas do antigo MDB), com notáveis republicanos opositores da Ditadura, passou a se aliar com os antigos representantes civis do regime autoritário, setores fisiológicos da política nacional e todo tipo de conservadorismo espalhado por diversas siglas de direita. O PSDB representou a versão brasileira da capitulação mundial da social-democracia ao ideário neoliberal (o que a longo prazo levaria à redução de sua influência política), com contornos próprios da conjuntura brasileira, ao se aliar com agrupamentos que representavam o arbítrio e a violência política que seus seguidores lutaram tanto para superar. O PSDB deixou de ser um partido social-democrata nos anos 1990, com princípios baseados no republicanismo e na justiça social, para se tornar a força hegemônica da direita brasileira (articuladora de seus diferentes matizes), condutora do neoliberalismo e interlocutora preferencial do imperialismo no país.

Contudo, com o passar dos anos, FHC assumiu de tal forma o programa da direita no país que eliminou qualquer possibilidade de uma liderança autônoma da direita que passou totalmente para seu controle. A primeira razão para esta aliança tão estreita era o objetivo cada vez mais explícito de reformar a constituição brasileira para obter o estatuto da reeleição. Para tal FHC necessitava dos dois terços do parlamento e não contava para nada com os votos da esquerda. Para conquistar estes votos era melhor polarizar com a esquerda. Também eram necessários os dois terços do parlamento para aprovar uma nova lei de privatizações (...), para terminar com a propriedade nacional do subsolo e das minas do país, para terminar com o monopólio do petróleo que pertencia à Petrobrás, para terminar com a maior companhia mineradora do mundo, a Vale do Rio Doce. (...) A frente de centro-direita serviu, portanto, para introduzir, “reformas”, ou melhor, contrarreformas, fundamentalmente exigidas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial (DOS SANTOS, 2004, p. 503).

Essa aliança se enfraqueceria e seria estilhaçada com o fracasso do segundo mandato de FHC, que levaria a eleição de Lula em 2002 (como veremos mais à frente). Mas sua principal obra, a conversão neoliberal da economia brasileira por meio do Plano Real, perduraria em grande medida nos governos Lula e Dilma, comprovando a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo no país e sua capacidade de anular a radicalidade de seu

adversário. Mesmo com a oposição sistemática do campo popular, sob liderança do PT, durante toda a década de 1990, e até ações mais radicalizadas, como as promovidas pelo MST, o avanço neoconservador anulou a estratégia que os setores à esquerda tinham de chegar ao governo por meio do voto e, a partir daí, implementar uma série de políticas que promovessem a melhoria dos indicadores sociais e superassem os limites do liberalismo na participação política, servindo como antessala de um processo revolucionário.

As sucessivas derrotas eleitorais (1989, 1994, 1998) e a ação anti-inflacionária do Plano Real, domesticaram as forças populares, criando uma “esquerda da ordem”, que se limitou a compreender a política somente dentro do cenário parlamentar-eleitoral, amansando seu discurso, comprometendo-se com a maioria das políticas macroeconômicas neoliberais e com a manutenção do sistema político da Nova República. Quando finalmente chegou ao governo em 2002, não tinha mais radicalidade para realizar reformas estruturais que dessem conta de reverter os anos de neoliberalismo ortodoxo e que promovessem uma elevação na consciência política e capacidade organizativa da classe trabalhadora, que pese uma gama de políticas positivas no campo social e do trabalho que o diferenciavam dos governos do PSDB.

Somados, os governos de Collor, Itamar e FHC se estenderam por doze anos, tempo em que o capitalismo dependente brasileiro entrou definitivamente na fase neoliberal. Os dados expostos acima apontam que a realidade que deixaram foi muito diferente do seu discurso. Ao invés da “modernização” e da “competitividade”, a economia brasileira perdeu composição orgânica, principalmente no setor industrial, e sofreu um processo de desnacionalização, entregando quase todos os setores ao controle do capital estrangeiro. A alardeada necessidade de sanear as contas públicas, o equilíbrio fiscal e o controle da inflação se mostraram impossíveis com a manutenção de uma política regressiva, de contenção de investimentos, voltada unicamente para a remuneração do capital especulativo. O “empreendedorismo” e a “modernização” da legislação trabalhista na verdade contribuíram para a formação de um desemprego estrutural, uma onda de precarização e informalidade e uma contração no consumo das famílias, o que evidencia o empobrecimento da população e a incapacidade das políticas neoliberais em gerar bem-estar às grandes maiorias.

Os anos 1990 marcaram, portanto, o segundo momento de inserção do Brasil na Globalização neoliberal, de maneira subalterna, renovando o caráter dependente de sua economia e atualizando-a para a nova fase do capitalismo. Por imposições do mercado internacional e escolhas de sua classe dirigente, o país se manteve apartado dos conhecimentos da Revolução Científico-Técnica e abriu mão de todo um projeto de desenvolvimento (com todas as suas contradições) que vinha desde a década de 1930. A

concepção limitada e subalterna da burguesia brasileira e sua incapacidade de desenhar uma iniciativa de desenvolvimento autônomo, fez com que o Brasil retrocedesse no controle de suas forças produtivas e não se beneficiasse da janela de oportunidades existentes no fenômeno da Globalização, somente aproveitada por aqueles que possuem um projeto soberano de nação e de interação com o mercado mundial.

4.4 A crise do Consenso de Washington: seus limites e fracassos

A “longa noite neoliberal” dos anos 1990 deixou um rastro de desemprego, precarização do trabalho e persistência da miséria e da violência no Brasil e em toda a América Latina. Nesse sentido, os anos finais do século XX reestruturaram toda a economia regional para uma inserção subalterna no fenômeno da Globalização neoliberal, com destaque para a centralidade da geração e valorização do capital fictício, principalmente por meio da emissão de títulos da dívida pública; quanto pela reprimarização da pauta exportadora, com a retração do setor industrial e a predominância da produção do agronegócio, carnes e minerais no comércio internacional dos países da região. Em países como o Brasil, sobrevive a indústria, porém restrita à montagem ou a manufatura de produtos de baixa e média composição técnica.

O inchamento do setor de serviços não foi acompanhado de uma requalificação da força de trabalho, o que aponta para a proliferação de ocupações informais e que são classificadas como “subempregos”, na verdade, todo tipo de ocupação volante e de baixa remuneração que o indivíduo possa realizar por alguma (pouca) remuneração. No linguajar popular brasileiro, o “bico”, ou “biscate”. A entrada maciça do capital estrangeiro no setor de serviços, por meio da chegada de marcas “globalizadas” ao país, complementa a transnacionalização da economia brasileira, presente também nas demais atividades. A década de 1990 completa, portanto, o processo de atualização do capitalismo dependente latino-americano ao novo momento da economia internacional.

O “sucesso” da implementação das políticas neoliberais na região foi também seu limite, pelo menos em alguns países, especialmente na América do Sul. Ao contrário do seu discurso, o neoliberalismo não promove o equilíbrio das contas públicas, a iniciativa privada não se mostrou o motor econômico com seu tal “empreendedorismo”, a retirada de direitos trabalhistas e a precarização não trouxeram a criação de postos de trabalho em massa como alardeado, e tampouco o capital estrangeiro foi a locomotiva do desenvolvimento como prenunciavam os arautos pró-mercado. Como demonstram os dados expostos nesse capítulo,

o saldo dos anos 1990 foi uma nova década perdida, de baixo crescimento, de empobrecimento da população, de aumento do desemprego, de piora nas condições de trabalho, de retração na capacidade de consumo das famílias, que pese a euforia inicial do Plano Real que se esfumou em poucos anos.

O tal “Estado mínimo” e a economia deixada nas mãos da iniciativa privada e do capital estrangeiro se provou um desastre de condução econômica. Os cortes nos gastos públicos não diminuiram a dívida, nem poderiam, já que a principal fonte de fuga de recursos públicos vem da emissão de títulos sob taxas de juros absurdas (o Brasil chegou a ter as maiores taxas de juros do mundo, passando, em alguns momentos, dos 40%), aplicadas sob o falacioso discurso de que essa era a única forma de angariar recursos que sanassem as contas públicas. Mas as contas públicas eram deficitárias justamente pela geração dessa dívida desnecessária e uma política de lesa-pátria que destruiu boa parte do setor industrial e abriu o mercado interno brasileiro a uma competição desleal com grandes monopólios transnacionalizados. Uma política econômica que nunca se preocupou com o domínio de técnicas e conhecimentos por parte do país, em um momento que, devido ao avanço da Revolução Científico-Técnica, é justamente a ciência a peça-chave do processo produtivo, fechando o país numa visão idílica de um mercado internacional interdependente, horizontal e baseado na livre troca que, de fato, nunca existiu na história do capitalismo.

Os ideólogos pró-mercado apontam que o caos criado pelo neoliberalismo nos anos 1990, na verdade, deveria ser respondido com mais neoliberalismo. Seguindo o idealismo dos conservadores, suas ideias nunca estariam erradas, na verdade, não teriam sido aplicadas “corretamente” ou o foram de maneira insuficiente. Porém, a verdade é que as políticas neoliberais cumpriram exatamente o que lhes cabia, abrindo mercados, financeirizando economias, destruindo a proteção trabalhista e social aos mais pobres e aprofundando o controle da economia mundial, em especial da periferia, por um número cada vez mais restrito de monopólios (que por sua vez são comandados também por um número cada vez mais restrito de acionistas).

A abordagem crítica de Theotonio dos Santos desnuda o caráter ideológico do neoliberalismo, como pensamento reacionário e de contenção dos avanços da humanidade (inclusive, dentro do próprio capitalismo). O “fracasso” do Consenso de Washington nos anos 1990 na América Latina é seu único resultado possível, pois trata-se de uma ideologia que inviabiliza o crescimento, ao desviar os avanços produtivos para o interesse do lucro e não para o desenvolvimento total de suas potencialidades. O pensamento neoliberal não é uma ciência, mas sim, uma política *ad hoc* de manutenção de privilégios da classe dominante,

especialmente seu setor hegemônico, o mercado financeiro. É uma reconversão da economia com o único objetivo da remuneração fácil daqueles que a controlam, com reduzido investimento produtivo e com altíssimos custos sociais e ambientais (DOS SANTOS, 2016, p. 73-111).

Do ponto de vista macro no Brasil dos anos 1990, o que se viu foi uma economia com profundos desequilíbrios nas contas públicas e de enorme vulnerabilidade internacional. A função primordial da economia brasileira passou a ser a emissão de títulos da dívida em detrimento do desenvolvimento nacional e do atendimento às necessidades da população, especialmente os mais pobres. As sucessivas crises na periferia capitalista na segunda metade dos anos 1990 desmontaram o discurso de pujança e fortalecimento da economia que teria sido realizado pelo Plano Real, e mostraram uma economia frágil, muito suscetível à volatilidade do mercado internacional. A crise asiática de 1997 e a crise russa de 1998 abalaram fortemente a economia brasileira, que levariam à crise de desvalorização do real em 1998/1999, decretando o fim do Plano propriamente dito.

O que se realizou a partir daí nada mais tinha a ver com controle da inflação (que não seria mais controlada durante o segundo mandato de FHC), mas sim, com a aplicação do ajuste estrutural do FMI e a garantia dos lucros dos monopólios transnacionais sobre a economia brasileira, aos custos da soberania nacional e da classe trabalhadora (financeirização, privatizações e aprofundamento da superexploração do trabalho). A situação ainda se agravaria por questões internacionais, com a perturbação nos mercados causada pelos atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA e a retomada da política de gastos militares do governo George W. Bush (Guerra ao Terror), aumentando a atratividade dos títulos da dívida pública norte-americana; e por questões internas ao Brasil e regionais na América Latina, como o apagão elétrico de 2001, a explosão da crise argentina no mesmo ano e todo o ataque especulativo causado pelo favoritismo de Lula para as eleições de 2002.

A hegemonia neoliberal nos anos 1990 conseguiu desidratar a esquerda brasileira de conteúdo revolucionário, mas não tinha como anulá-la do arranjo político, já que ela foi uma das protagonistas do processo histórico que levou ao fim da Ditadura e à constituição do novo sistema político. Aceitando os limites da república liberal, o campo popular realizou forte oposição à política econômica dos governos neoliberais durante toda a década de 1990, calcando seu programa oposicionista na defesa dos direitos dos trabalhadores, no combate à miséria e na soberania nacional e participação do Estado como questões fundamentais para o desenvolvimento da economia. Aceita na legalidade do arranjo político, se credenciava a disputar o governo dentro do processo eleitoral, chegando a vitórias para eleições de

governadores e prefeitos, assim como compoendo bancadas nos legislativos de todos os níveis.

As terríveis condições sociais impostas à maioria da população como resultado das políticas neoliberais erodiram a hegemonia da direita. Os repetidos discursos de que com as políticas aplicadas em determinado momento finalmente a melhoria nas condições sociais e o crescimento da economia iriam se realizar, passaram a perder crédito com a maioria da sociedade brasileira. Abriu-se a oportunidade para a vitória eleitoral de um projeto de oposição, com ênfase no combate ao desemprego, à miséria e no aumento do padrão de vida da classe trabalhadora. Diversos agrupamentos se apresentariam à eleição de 2002 com postura oposicionista ao governo FHC e sua candidatura, representada por José Serra (PSDB). Caberia ao PT e à candidatura de sua liderança histórica, Lula, ser o setor mais forte dessa onda opositora que sairia vitoriosa do pleito.

A quebra da hegemonia neoliberal ortodoxa na política brasileira não ocorreria sem o enfraquecimento da liderança do PSDB no bloco conservador, algo que ficou evidente devido aos péssimos resultados do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. A aliança de centro-direita, que se tornou efetivamente um bloco de direita com os seus matizes, garantiu os dois terços no Congresso para a aplicação do ajuste estrutural exigido pelo FMI, permitiu as privatizações e a quebra do monopólio estatal sobre o petróleo e o subsolo, a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, além da emenda constitucional que implementou a possibilidade de reeleição para os cargos do executivo em todos os níveis. Essa aliança, que unia dos financistas e intelectuais liberais de São Paulo aos coronéis do sertão que exercem o seu poder sobre a mais terrível pobreza do país, passando por todo tipo de oportunismo e fisiologismo, entrou em ebulição junto com a estagnação da economia e a falta de iniciativas por parte do governo que não fosse a repetição das mesmas políticas que o tinham levado àquela situação.

O baixo crescimento, a fragilidade internacional e o caos provocado pelo desemprego e a violência (especialmente nos grandes centros urbanos) levaram a fissuras na aliança de direita, que não se mostrava competitiva para a sucessão de FHC nas eleições de 2002. O racha veio por parte do PFL⁸⁹, partido composto pelos civis que outrora sustentaram o governo ditatorial (e que até aquele momento detinha a vice-presidência no governo FHC, com Marco Maciel, quadro civil da Ditadura), lançando a candidatura de Roseana Sarney, filha do ex-presidente José Sarney. Para isso, o PFL tentou disputar o bloco de direita, no intento de atrair alguns partidos para sua candidatura própria, e se apresentou para a sociedade

⁸⁹ Atual Democratas (DEM).

com divergências em relação ao governo FHC, que apoiava até então. O PFL tentava surfar na crescente impopularidade de FHC no segundo mandato. A candidatura de Roseana Sarney foi torpedeada por denúncias de corrupção que a inviabilizaram. As denúncias teriam partido de movimentações realizadas pelo próprio governo federal, no intuito de manter a coerência do bloco direitista com a candidatura de continuidade de José Serra.

A crise argentina de 2001 e o caos que provocou naquele país também mostravam a que ponto poderia chegar a aplicação ortodoxa das políticas neoliberais. As convulsões no país vizinho, que prejudicavam setores da economia brasileira, como a indústria, não passaram despercebidas pelo empresariado brasileiro, levando parte dele a secundarizar aversões com o PT e compor a candidatura Lula. José Alencar (PL)⁹⁰, industrial do ramo têxtil, compôs a chapa de Lula, como seu vice-presidente, demonstrando a cunha na burguesia brasileira que uma década de ortodoxia neoliberal causou. Outros setores da média-pequena burguesia, além de políticos tradicionais que viam o governo FHC ir à pique, passaram gradualmente para a candidatura oposicionista ao longo da campanha eleitoral, que despontou desde o início como favorita. Liderando um arco de oposição que ia da direita à esquerda, e com discurso bem mais moderado que anteriormente, prometendo, inclusive, respeitar os acordos internacionais com o FMI no documento que ficou conhecido como “Carta ao Povo Brasileiro”, Lula sairia vencedor das eleições de 2002, com 46% dos votos no primeiro turno, e 61% no segundo turno, ocasião em que venceu em todos os estados do país, com exceção de Alagoas.

A vitória de Lula e do PT em 2002 faz parte de uma conjuntura regional de avanço das ideias progressistas na América Latina que impulsionaram uma onda de sucessos eleitorais de forças de esquerda e centro-esquerda durante toda a década de 2000. Essas forças construíram-se como oposição ao neoliberalismo hegemônico dos anos 1990, o denunciando como causa da miséria e do desemprego, angariando força política ao longo dos anos até alcançarem o controle dos governos de seus respectivos países pela via eleitoral. Essas forças também apostaram na via institucional, participando da construção dos sistemas políticos liberais que existiam nos seus países (caso do Brasil), ou na refundação constitucional de seus Estados em experiências mais radicalizadas, como o caso da Venezuela.

Como oposição ao modelo neoliberal na região mais desigual do planeta (e onde as ideias neoconservadoras foram aplicadas de maneira mais ortodoxa), as forças progressistas

⁹⁰ O PL (Partido Liberal), existiu entre 1985-2006, quando se fundiu com o PRONA (Partido da Reedificação da Ordem Nacional), criando o PR (Partido da República). De orientação liberal na economia e conservadora nas questões morais.

foram hábeis em canalizar o descontentamento com a miséria e o desemprego para vitórias eleitorais que redesenhariam a geopolítica latino-americana no século XXI. Tudo começou em 1998, quando Hugo Chávez venceu as eleições presidenciais na Venezuela, com uma plataforma de refundação constitucional e um discurso antineoliberal, nacionalista e de responsabilidade social. Aquilo que para muitos era uma aberração em uma América Latina neoliberal, provou ser o primeiro passo de um fenômeno regional de transformação política, que colocou em xeque o Consenso de Washington e abriu o caminho para um novo momento histórico, que trouxe novamente a esquerda, a revolução e a luta de classes de volta para o tabuleiro político mundial, em um momento que ainda se alardeava o triunfalismo capitalista sobre o fim da União Soviética.

Essas experiências progressistas, na sua maioria, não conseguiriam romper com os pilares da hegemonia neoliberal, mas trouxeram políticas alternativas, que se chocavam com os axiomas do mercado, alcançando grande respaldo popular. Estava aberta uma nova quadra histórica na América Latina, com a chegada ao governo de forças contrárias ao receituário ideal do neoliberalismo e que representavam os anseios da classe trabalhadora e das grandes majorias da população. O Brasil, com um presidente operário, e sendo a maior economia da região, passou por grandes transformações econômicas e sociais internamente e que o reposicionaram na geopolítica internacional (sem romper com a dependência). Ao mesmo tempo, alimentou uma oposição interna (e externa) cada vez mais violenta, que não daria um minuto de tranquilidade política, condicionando os avanços dos governos do PT, restringindo suas ações (muitas vezes devido à própria posição recuada da esquerda da ordem) e se preparando para tomar o governo de volta, por qualquer meio possível.

5 SÉCULO XXI: 3º MOMENTO DA INSERÇÃO - CONGLOMERAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO

O século XXI trouxe profundas mudanças para o mundo globalizado, como o avanço incontestável da Revolução Científico-Técnica – presente agora no cotidiano das pessoas, graças à internet e diversos aparelhos microeletrônicos; a ascensão chinesa, economia que cresce a ritmo acelerado e se posiciona para ser a maior do mundo; e a formação de um mundo multipolar, onde os Estados Unidos ainda se apresenta como a maior força, mas percebe-se o enfraquecimento gradual de sua hegemonia, principalmente pelo deslocamento em curso do centro da economia mundial para a Ásia, reforçando poderes na região, especialmente a China e a Rússia. À crise estrutural do capitalismo, que apresentamos nos primeiros capítulos deste trabalho, somou-se, a partir de 2008, uma crise conjuntural, ainda não dissipada, fortemente ligada ao mercado financeiro e à especulação desenfreada, que enfraqueceu justamente as economias centrais (Estados Unidos e União Europeia), contraiu o crescimento da economia mundial, e reforçou saídas alternativas, principalmente para os países do Sul global.

O avanço da Revolução Científico-Técnica e de seus desdobramentos (automação, difusão, qualificação da força de trabalho) e das modificações de grande envergadura no sistema capitalista internacional (com o avanço de uma real Globalização, que se manifesta, neste momento, por meio da multipolaridade), também desata o arrefecimento de suas contratendências, tais como o agigantamento do mundo das finanças e a precarização do trabalho. Na política internacional, novas formas de desestabilização política contra os adversários da potência hegemônica surgem, como as “revoluções coloridas” e a “guerra híbrida”. Observa-se, no entanto, a ausência de grandes processos revolucionários (com exceções na América Latina), o que, em um momento de crise aguda, abre margem para o retorno da extrema-direita em nível mundial, e o derretimento dos valores liberais, com a instrumentalização das instituições republicanas em prol de visões autoritárias e reacionárias.

O Brasil se encontra presente nas grandes transformações e disputas do início do século XXI. Com a chegada do PT ao governo em 2003, um programa alternativo à ortodoxia do Consenso de Washington passou a ser aplicado, com a retomada do papel indutor do Estado, com ênfase na criação de empregos e no combate à miséria, acompanhada de uma política externa em consonância com a integração latino-americana e a formação de um mundo multipolar. Esse projeto deteve a iniciativa econômica, política e eleitoral no país por cerca de uma década e contribuiu para mudanças substanciais na estrutura social brasileira e nos embates políticos vigentes.

O projeto alternativo do PT não foi, contudo, uma ruptura com o neoliberalismo, muito menos com a dependência. As tendências impostas pela divisão internacional do trabalho ao capitalismo brasileiro continuaram a se desenvolver no novo século, como a reprimarização da sua pauta exportadora, a desindustrialização e o controle de diversos setores da economia por capitais transnacionais. Somou-se a esses fenômenos a conglomeração e internacionalização de capitais brasileiros, frutos da liberalização irrestrita e das privatizações dos anos 1990, que levaram a uma concentração de capitais em grandes monopólios e sua diversificação de investimentos em distintas áreas. Com apoio do poder público (via financiamento, relações internacionais, entre outros expedientes), grandes capitais de origem brasileira, associados ao capital estrangeiro, se expandiram para outras zonas periféricas, atuando nas esferas em que a economia brasileira é comumente competitiva, como a agropecuária e a construção civil.

As contradições entre uma política reformista de baixa intensidade e a continuidade e desenvolvimento de tendências do neoliberalismo no Brasil, emergiram na década de 2010, com a impossibilidade de perpetuação deste panorama. De um lado, um programa alternativo que se recusava à mobilização “dos de baixo”, preferindo consensualizações pelo alto e que passou a conviver com mobilizações difusas da classe trabalhadora, resultado da aplicação de seu próprio projeto; do outro, uma burguesia que tolerava a divisão dos espaços de operação do capitalismo dependente com o PT enquanto este demonstrasse capacidade de se manter no governo e sustentar suas taxas de lucro, não tendo pudores de recorrer ao Golpe de Estado quando a situação de “ganha-ganha” se modificou. A partir da segunda metade da década de 2010 abre-se uma conjuntura extremamente preocupante no país, de retorno ao receituário ideal do neoliberalismo, com a ascensão de um bloco de extrema-direita, a instrumentalização das instituições republicanas por visões autoritárias, e um desprezo pelas liberdades fundamentais de um regime que se pretenda minimamente democrático. Neste capítulo analiso as transformações e a intrincada conjuntura do Brasil entre 2003 e 2016.

5.1 Cenário mundial: avanço da Revolução Científico-Técnica, da Globalização e suas contratendências

As duas décadas iniciais do século XXI confirmaram os apontamentos tanto sobre os avanços da Revolução Científico-Técnica e da Globalização, quanto das contratendências lançadas pelo capital para anular os aspectos desses fenômenos que entram em contradição com a manutenção das taxas de lucro. Se, por um lado, é inegável a presença de processos como a automação da produção, a difusão de conhecimentos e a reestruturação do mundo do

trabalho – cada vez menos “operário”, assim como o fortalecimento de novos atores no cenário internacional que agem à revelia e em contradição com os interesses da potência hegemônica; por outro, também é muito perceptível como as últimas décadas marcaram uma total modificação na reprodução do capital, em reação aos progressos da Revolução Científico-Técnica (RCT) e à multipolaridade das relações internacionais, onde se percebe o papel central da acumulação fictícia, a monopolização do mercado mundial pelas corporações transnacionalizadas com origem nos países centrais, a proliferação de modalidades precarizadas de trabalho conectadas às mais modernas tecnologias de comunicação, e a ação desesperada do *hegemón* por meio de guerras e intervenções de novo tipo, no objetivo de manter sua preeminência sobre o sistema capitalista internacional.

A virada para o século XXI marcou a crise do Consenso de Washington, especialmente na periferia latino-americana, mas com ecos em todo o planeta. Após a hegemonia do pensamento neoconservador durante as últimas décadas do século XX, o início do novo milênio mostrou as primeiras contestações ao ideário ortodoxo que viriam a se construir como alternativas nacionais, regionais e internacionais na esteira das transformações proporcionadas pela Revolução Científico-Técnica, principalmente na formação de blocos econômicos e processos de integração regionais e internacionais que prezem pela multipolaridade e pela ausência dos Estados Unidos. A América Latina e o Brasil são participantes fundamentais das profundas modificações ocorridas na economia mundial no período, assim como nas ações de conservação de hegemonia realizadas por aqueles que desejam manter suas posições conservadoras.

Após o período de maior força do neoliberalismo, nos anos 1980 e 1990, onde prevaleceram as interpretações de seu triunfalismo, o início do século XXI deixou mais evidente o andamento real do processo histórico em curso, revelando que seus desdobramentos, tanto no processo produtivo, quanto nas relações superestruturais que desata, guardam muito mais contradições com o sistema capitalista internacional do que uma nova fase perpétua do mesmo (como os apologetas pró-mercado alardeavam). Ficam mais claras e observáveis as manifestações da Revolução Científico-Técnica e da Globalização, assim como da ação reacionária do pensamento neoliberal como motor das contratendências do capital e de sua potência hegemônica em desviar essas potencialidades para a preservação do *status quo*.

Primeiramente, o século XXI evidencia o avanço da Revolução Científico-Técnica, assim como das contratendências capitalistas para amortecer as repercussões dessa revolução produtiva que entram em choque com a manutenção das taxas de lucro. A aplicação da automação na produção elevou enormemente a capacidade produtiva dos grandes monopólios,

que fornecem uma quantidade colossal de bens e serviços para o consumo mundial, tomando todo o planeta como seu mercado, por mais que essa capacidade de consumo varie de país para país e também no âmbito interno de cada um deles. A automação nos níveis atuais somente é possível pela centralidade adquirida pela ciência no processo de produção, o que fica evidente nos avanços de grande monta alcançados nas últimas décadas pela informática, microeletrônica e conhecimentos que parecem ainda em seu estado inicial, como a biotecnologia.

A automação da produção, como explicitada no capítulo 1, diminui o tempo de trabalho socialmente necessário e liberta o ser humano do processo propriamente produtivo, já que necessita da supervisão de poucos trabalhadores, que, pelo grau de especialização requisitado pela automação, são muito mais cientistas especializados do que operários. A busca por manter as taxas de lucro, em momento de tendência decrescente da massa de mais-valor produzida, fez com que os grandes monopólios buscassem espaços geoterritoriais que oferecessem força de trabalho mais barata e, ao mesmo tempo, agiram para derrubar políticas protecionistas em todo o mundo, especialmente na periferia, com o objetivo de garantir a livre circulação das mercadorias feitas por essa gigantesca produção. Essa ação dos grandes monopólios (e seus Estados representantes) levou a uma reconcentração industrial no continente asiático, sobretudo no extremo oriente, com destaque para a China, transformando esta porção do mundo no novo centro produtivo e consumidor do sistema capitalista. Por outro lado, o mercado mundial se encontra altamente monopolizado por grandes corporações transnacionalizadas, originárias dos países imperialistas, que controlam a maior parte dos setores econômicos em todo o planeta, fruto da abertura de mercados nas últimas décadas do século XX (nada aqui se assemelha à fantasia do “livre mercado” defendida pela mídia e pela intelectualidade pró-capital).

A concentração industrial na Ásia e a reminiscência de setores industriais de média complexidade em alguns países da periferia, como o Brasil, não significa, contudo, uma democratização de capacidades produtivas, mas sim, cadeias de produção internacionalizadas, mas de forte concentração de seu poder decisório pelos monopólios imperialistas. Os países que fogem desse avanço dos monopólios centrais, como a China, o fazem por um direcionamento político de autonomia nacional (ou até revolucionário), aproveitando as condições proporcionadas pela revolução produtiva em curso e pela conjuntura mundial de acomodação de forças para romper com a posição que lhe foi imposta até o momento pela divisão internacional do trabalho, e não por uma suposta interdependência desenvolvimentista da Globalização neoliberal. A maior parte do setor industrial dos países periféricos se dedica à montagem de produtos, a qual as partes mais avançadas de seu processo de produção (como o

design e a pesquisa científica de ponta) continuam restritas aos países centrais. A maior parte das patentes registradas no mundo continuam se dando pelas matrizes dos grandes monopólios e não pelas suas filiais espalhadas pela periferia.⁹¹

Por outro lado, no início do século XXI se consolidou a mais forte contratendência do capitalismo aos efeitos da automação, a financeirização. Se agiganta uma esfera de negociações em capitais fictícios desdobrados em diversas modalidades (títulos da dívida, ações, sociedades anônimas, fundos de investimentos, bolsas de mercados futuros, etc) que comanda o capitalismo mundial, os negócios de Estado e dos grandes monopólios privados. A fração fictícia se tornou a mais importante do patrimônio das empresas, assim como os títulos da dívida pública o negócio mais lucrativo. A crise conjuntural iniciada em 2008 (e ainda não totalmente dissipada) mostrou como a especulação e a acumulação fictícia produzem crises profundas que se alastram rapidamente, determinando todo o sentido da esfera real da economia.

A velocidade da difusão maior do que a apropriação privada de conhecimentos e inovações implementadas no processo produtivo ficou muito evidente com a popularização da internet nos anos 2000 e de sua versão móvel na década de 2010. A rede mundial permitiu a comunicação em tempo real e o compartilhamento de saberes e tecnologias em proporção ilimitada. Os produtos do avanço da informática, como *softwares* e aparelhos eletrônicos evidenciam a rapidez da difusão, já que um produto lançado no mercado rapidamente é copiado por seus concorrentes. Na esfera estatal, os governos com mais recursos desenvolvem as tecnologias para se contraporem aos demais, não havendo grande diferença no nível tecnológico disponível àqueles que seguem caminho autônomo na geopolítica mundial. O que é determinante nesse nível de desenvolvimento é a qualificação da força de trabalho disponível, com a necessidade de investir, permanentemente, na formação de quadros técnicos especializados no domínio e desenvolvimento das tecnologias mais avançadas do tempo histórico.

Nações que passaram a se aproveitar dessa maior facilidade na difusão do progresso técnico, incorporaram ramos avançados da ciência a suas estruturas produtivas e, com isso, a romper com seu antigo papel na divisão internacional do trabalho que lhe era imposto pelo capitalismo internacional. O caso chinês é o mais emblemático, com sua ascensão a maior economia do mundo em curso, mas também a Índia, que passou a incorporar processos tecnológicos em determinados setores, e a Rússia, que com o governo Putin (de orientação nacionalista e multipolar), vem recolocando esse país em seu papel de protagonista mundial. Economias asiáticas que no século XX foram agraciadas com o “desenvolvimento a convite”

⁹¹ Conferir dados nos capítulos 1 e 2.

(ação norte-americana para deter o socialismo na região), passaram a ter seus próprios projetos de desenvolvimento, se tornando produtoras de alta tecnologia, como Cingapura, Taiwan e Coreia do Sul (esta última, se tornou, na década de 2010, a quinta economia com mais gastos públicos em ciência e tecnologia).

A contenção da difusão do conhecimento ainda é realizada, mesmo que não mais com o sucesso de outrora. O número de patentes aumenta intensamente ao longo das décadas, demonstrando um duplo movimento de intensificação na produção científica e tentativa de restringir a difusão destes avanços. A monopolização do mercado mundial por um punhado de corporações transnacionalizadas e seus acionistas é a forma mais eficaz de contenção da difusão, principalmente contra países da periferia. Neste quesito, a ação geopolítica dos Estados Unidos e seus aliados (como representantes dos grandes monopólios com matriz em seus territórios) é fundamental para se apropriarem das riquezas de países periféricos e impedirem que desenvolvam tecnologias próprias ou políticas de associação mais vantajosas com poderes emergentes, recorrendo a diversos expedientes, inclusive golpes de Estado, sabotagens e conflitos bélicos (realidade muito conhecida na América Latina, África e no Oriente Médio, mas que no século XXI passa a perigosamente se desenvolver também no Leste Europeu).

A virada do milênio também acentuou a necessidade da qualificação do trabalho, especialmente para o manejo das tecnologias de ponta desenvolvidas no atual momento histórico. As economias centrais passam por um processo de desindustrialização, se tornando economias de serviços, com o deslocamento da indústria para a Ásia. As novas tecnologias criam todo um rol de novas ocupações que exigem a especialização dos profissionais, praticamente cientistas em determinados ramos da ciência. A produtividade dessas novas profissões não é medida de maneira ortodoxa, pelo tempo de trabalho socialmente necessário, mas muito mais pela sua capacidade criativa e de aplicação técnica da ciência aos processos produtivos e às interações cotidianas.

O grande capital responde à essa necessidade de qualificação do trabalho e à proliferação de ocupações que dependem muito mais do tempo livre do que do controle rígido, com o desvio das potencialidades desatadas pela RCT. A automação sem a requalificação da força de trabalho desencadeia o fenômeno do desemprego estrutural, com a impossibilidade de se repetir as situações de pleno emprego dos tempos keynesianos, junto à sustentação de políticas neoliberais que propagam formas precarizadas de trabalho, como a informalidade, a terceirização e o subemprego. O capitalismo neoliberal do século XXI, portanto, articula diversas formas de trabalho, desde o altamente qualificado, que aponta para outra forma de organização laboral que tende ao rompimento com a formação social

capitalista, até as mais degradantes formas de trabalho que (re)aparecem como única solução para a manutenção das taxas de lucro.

A superexploração se intensifica na periferia e passa a estar presente também nas economias centrais, como forma de rebaixamento de salários. O desemprego estrutural e o trabalho precarizado, com a retirada de direitos, são pontos fundamentais desse avanço do capital sobre os trabalhadores, que ganha dois aspectos essenciais no século XXI: a “economia de compartilhamento”, mais conhecida por “uberização” (em relação à empresa de transporte *Uber*), como nova modalidade de superexploração do trabalho a partir de tecnologias de ponta, onde não há vínculo formal entre empregado e empregador e o volume da remuneração é totalmente responsabilidade do trabalhador; e o trabalho imigrante, com o deslocamento em massa de pessoas por diversos motivos (políticos, econômicos e ambientais) que passam a exercer as ocupações mais degradantes do mercado de trabalho (inclusive setores ilegais) devido sua condição de forasteiro ou não adaptado à cultura local (o que acirra os movimentos xenófobos e racistas). No caso das economias periféricas, os imigrantes, em sua maioria, se juntam a uma massa de trabalhadores empobrecidos que possuem ocupações informais ou subempregos, o que não significa a ausência de preconceitos e violências.⁹²

A ideologia retrógrada do pensamento neoliberal está restringindo as potencialidades da Revolução Científico-Técnica, que tendem, por meio da automação, libertar o ser humano do processo produtivo propriamente dito. Essas potencialidades são desviadas para aumentar o grau de superexploração da força de trabalho, ao aplicar avanços tecnológicos a modalidades precárias de trabalho e manter ocupações obsoletas frente ao atual estágio das forças produtivas, evitando assim, medidas que poderiam ser já implementadas, como a redução da jornada de trabalho, também incompatível com os níveis de produção alcançados na atualidade.

O novo século também deixou mais claro o desenvolvimento da real Globalização, como superestrutura da Revolução Científico-Técnica, em contradição com a versão neoliberal propagandeada pelos defensores do “livre mercado”. Para estes, a Globalização seria somente a livre circulação de mercadorias e capitais, como nova fase do capitalismo, que criaria um mercado mundial interdependente. A realidade, no entanto, demonstra uma regressão geopolítica dos Estados Unidos (o que não significa que não tenha mais poder, mas que é um poder declinante) e a ascensão de novos poderes que rearticulam a economia mundial e passam a redesenhar as relações internacionais. Essas mudanças colossais em curso

⁹² O Brasil vem recebendo levas de imigrantes haitianos, bolivianos, venezuelanos e também sírios, frutos de conflitos em seus países de origem, ou simplesmente de condições econômicas adversas. A reação xenófoba e racista à sua presença é uma das manifestações da atual extrema-direita brasileira.

somente são possíveis graças aos avanços da Revolução Científico-Técnica, sobretudo o aumento da velocidade da difusão, mas são tributárias da ação de forças sociais que direcionam seus países sob o signo da autonomia, do anti-imperialismo e da cooperação como forma de resolução dos problemas globais (com tonalidades socialistas ou não). Ao mesmo tempo, essas novas forças em ascensão entram em choque com a ação da potência hegemônica em declínio que tenta manter seu controle sobre o sistema mundial, recorrendo a atos de hostilidade e violência contra aqueles que se insurgem em antagonismo às relações internacionais assimétricas.

Os Estados Unidos tentaram reeditar sua hegemonia do século XX na nova centúria. Ainda sob os efeitos da derrocada do bloco socialista nos anos 1980-1990, prevaleceu, em um primeiro momento, a ideia de unipolaridade estadunidense, sem a possibilidade do poder hegemônico ser ameaçado, o que alimentaria a ideia de um “novo século americano”. A eleição do republicano George W. Bush⁹³ em 2000⁹⁴, partidário do neoliberalismo selvagem e da supremacia norte-americana sobre o mundo, apontava para o reforço da Globalização neoliberal como a expansão das corporações estadunidenses e dos demais países centrais em um processo de monopolização da economia mundial.

Os atentados de 11 de setembro de 2001, realizados por células do grupo terrorista Al-Qaeda, desencadearam a chamada “Guerra ao Terror”, série de operações militares norte-americanas em países islâmicos. A invasão do Afeganistão, ainda em 2001, foi realizada na comoção internacional pelo 11 de setembro, e com o objetivo declarado de capturar o terrorista Osama Bin Laden (apontado como líder da Al-Qaeda) e desmantelar seu grupo terrorista.⁹⁵ Entretanto, logo se revelou como uma estratégia norte-americana, baseada em uma série de invasões a países do Oriente Médio, para o controle da produção e distribuição de petróleo por grandes empresas ocidentais. Os países invadidos (como o Iraque em 2003) ou sob ameaça de invasão (nomeados como “Eixo do Mal” pelo governo W. Bush) correspondiam aos poucos países daquela região que não se dobravam aos interesses estadunidenses (como Irã, Síria e Líbia), ou países que nada tinham a ver com terrorismo, mas mantinham posições socialistas (como Cuba e Coreia do Norte).

A invasão do Iraque não recebeu o apoio internacional, com exceção de governos conservadores e subservientes a Washington, devido à falta de evidências de que o então líder

⁹³ Filho do ex-presidente George Bush.

⁹⁴ Uma retumbante fraude eleitoral com forte conteúdo racista, confirmada pela Suprema Corte daquele país, que anulou diversos votos no estado da Flórida, a maioria em comunidades negras, que votaram, em sua grande maioria, no adversário de Bush filho, o democrata Al Gore. Exatamente os votos da Flórida deram a vitória para Bush filho. O fato da “democracia” norte-americana, tida como a mais sólida do mundo, ter uma eleição presidencial fraudada, não deixa de ser um sinal da regressão hegemônica desse país.

⁹⁵ Bin Laden seria somente localizado e executado dez anos depois e a Al-Qaeda continua em operação, ainda que enfraquecida.

do país, Saddam Hussein, estava fabricando armas de destruição em massa (motivo apresentado pelo governo estadunidense para a invasão, que, de fato, se comprovou como uma farsa). Foi o primeiro arranhão na supremacia pretendida pelo conjunto de ideias do “novo século americano”, já que ficou claro para o mundo, inclusive para aliados dos EUA na OTAN, que a invasão não tinha nada a ver com combate ao terrorismo, mas sim, com o controle do petróleo iraquiano e outros objetivos econômicos e geopolíticos norte-americanos. Protestos mundiais de grandes proporções foram realizados, em um momento de ascenso do descontentamento com as consequências da Globalização neoliberal, demonstrando a incapacidade do governo estadunidense em relacionar seus interesses particulares aos interesses da opinião pública em geral, questão fundamental para a manutenção da hegemonia.

Tudo desmoronaria em 2008, com a maior crise do capitalismo internacional desde 1929 e que teve como estopim a especulação sobre o mercado imobiliário estadunidense. Durante a década de 2000 os números de despejos de famílias que não conseguiam pagar as parcelas do financiamento da casa própria vinham aumentando, o que foi negligenciado enquanto os afetados eram famílias pobres, periféricas e não-brancas. Quando o problema passou a afetar em massa a classe média branca percebeu-se que a onda de consumismo incentivada pelo governo norte-americano, o mercado e a mídia (o que incluía o financiamento para a compra de casas e a hipoteca das mesmas como securitização de dívidas) se tornou mais uma bolha a explodir no perigoso mundo da especulação financeira. Pessoas não conseguiam pagar suas dívidas e tinham suas casas tomadas por bancos. Bancos não tinham para quem negociar os imóveis. Com os negócios parados, os investimentos e ações dos bancos caíam. Investidores tentavam vender papéis cada vez mais desvalorizados no mercado financeiro, o que só diminuía ainda mais seus valores fictícios. E assim, como em todas as crises, uma coisa foi puxando a outra, como demonstra David Harvey:

No outono de 2008, no entanto, a “crise das hipotecas *subprime*”, como veio a ser chamada, levou ao desmantelamento de todos os grandes bancos de investimento de Wall Street, com mudanças de estatuto, fusões forçadas ou falências. O dia em que o banco de investimentos Lehman Brothers desabou – em 15 de setembro de 2008 – foi um momento decisivo. Os mercados globais de crédito congelaram, assim como a maioria dos empréstimos no mundo. Como o venerável ex-presidente da Federal Reserve Paul Volcker (que cinco anos antes, juntamente com vários outros comentaristas de prestígio, previra a calamidade financeira se o governo dos EUA não forçasse o sistema bancário a reformar seu funcionamento) observou, nunca antes as coisas haviam despencado “tão fácil e tão uniformemente ao redor do mundo”. O resto do mundo, até então relativamente imune (...) foi arrastado precipitadamente para a lama, gerada em particular pelo colapso financeiro dos EUA. No epicentro do problema estava a montanha de títulos de hipoteca “tóxicos” detidos pelos bancos ou comercializados por investidores incautos em todo o mundo. Todo mundo tinha agido como se os preços dos imóveis pudessem subir para sempre. Até o outono de 2008, tremores quase fatais já haviam se espalhado

para o exterior, dos bancos aos principais credores da dívida hipotecária (...) os mercados de ações se desintegraram na medida em que especialmente as ações de bancos perderiam quase todo o seu valor; fundos de pensão racharam sob tensão; orçamentos municipais encolheram; e espelhou-se o pânico em todo o sistema financeiro (HARVEY, 2011, p. 10-12).

No meio desse vendaval apocalíptico, o Tesouro norte-americano repassou US\$ 700 bilhões para os bancos, sem nenhuma contrapartida, para evitar uma quebra ainda maior do sistema financeiro. Neste momento de crise, os discursos de “livre mercado”, “eficiência do privado” e “não intervenção do Estado na economia” desaparecem, e tudo se resume ao governo salvar, com dinheiro público, a iniciativa privada e seus “empreendedores” falidos. O governo norte-americano ainda compraria ações em larga escala de empresas como a *General Motors*, consideradas “grandes demais para falir” (*too big to fail*), ou seja, sua quebra significaria uma nova onda de turbulência no mercado financeiro.⁹⁶

Houve um grande impacto na economia mundial, com uma maré de desemprego, restrição de créditos e investimentos e queda no preço das exportações, principalmente de produtos primários. Ao longo da década de 2010 os efeitos da crise se desdobrariam sobre as economias periféricas, em especial países que dependiam das exportações do agronegócio, mineração e petróleo, devido a uma forte retração dos preços internacionais destes produtos. As economias mais endividadas da União Europeia entraram em forte crise (Grécia, Portugal, Espanha, Irlanda, Itália), sendo tuteladas pelo Banco Central Europeu, de forma semelhante ao que o FMI faz com os países do Sul global, o que não deteve o desemprego, o empobrecimento e a migração dessas regiões.⁹⁷ Na Ásia a crise também afetou negativamente as economias locais, baseadas, sobretudo, na exportação de produtos manufaturados para o mercado norte-americano e europeu, o que reforçou o novo direcionamento da política econômica e diplomática chinesa em priorizar seu mercado interno e pluralizar seus investimentos no exterior, por meio de parcerias do tipo ganha-ganha, e impulsionando a multipolaridade. Essas ações secundarizam – sem rompimento – o movimento anterior da economia chinesa que priorizava a produção industrial voltada ao mercado norte-americano, sem, contudo, entrar em atritos diretos com a potência declinante (o que não se pode dizer no sentido contrário).

⁹⁶ A Crise de 2008 também abriria espaço para uma contestação “antiglobalização” pela direita (na verdade, extrema-direita), que chegaria ao governo de vários países em meados da década seguinte. Esse fenômeno vem sendo chamado de “populismo de direita”, o que é um erro e um eufemismo para “fascismo”, e mistura protecionismo econômico, com ataques a valores democráticos e forte conteúdo racista e xenofóbico. No caso da periferia, principalmente da América Latina, tais posições vêm acompanhadas de um alinhamento internacional automático aos interesses imperialistas norte-americanos.

⁹⁷ Como desdobramento da crise no contexto europeu (mas não somente naquele continente) há um renascimento do fascismo, um enfraquecimento do “centrismo” liberal, e, em alguns casos, a ascensão de forças anticapitalistas, volatizando a disputa política.

A ascensão chinesa, e sua gradual constituição como a maior economia do mundo, é o processo histórico mais importante do século XXI até o momento. O país vem apresentando taxas de crescimento muito altas desde a década de 1980, quando decidiu pela abertura ao capital estrangeiro em determinadas áreas do seu território. Enquanto o mundo passava pela hegemonia do pensamento neoliberal, com sua política econômica regressiva e de resultados medíocres, o governo chinês apostou em uma economia capitalista de Estado, combinada com a sobrevivência de algumas relações socialistas (como cooperativas e empresas coletivas), o desenvolvimento de um setor burguês nacional (sob forte supervisão do Estado) e a permissão para a instalação do capital estrangeiro nos setores que fossem selecionados pelo governo.

O controle do Partido Comunista sob a economia é fundamental para direcionar a pujança econômica às necessidades da população e a um desenvolvimento soberano, com projeção internacional baseada na multipolaridade e na autodeterminação dos povos. Os três maiores bancos do mundo em 2016 segundo a revista *Forbes* são chineses e controlados pelo Estado.⁹⁸ Diversas empresas chinesas são mistas, com participações variadas no controle das ações entre o Estado, a iniciativa privada local, o capital estrangeiro e pelos próprios trabalhadores. A participação do capital estrangeiro na China é direcionada, estando presente em setores permitidos pelo governo, que protegeu diversas áreas da economia até que elas fossem competitivas frente às empresas forâneas. O investimento em ciência e tecnologia também é parte fundamental do crescimento chinês, que se tornou o segundo país do mundo com mais gastos públicos nesta área, e ultrapassou os Estados Unidos no número de artigos científicos publicados em 2016.⁹⁹

Até o início do século XXI a economia chinesa esteve baseada na exportação de produtos manufaturados para o mercado norte-americano e europeu. A partir da crise de 2008, foram aceleradas mudanças que já estavam em curso, como a priorização do mercado interno, com aumento da capacidade de consumo da população e a meta de eliminação da pobreza até início da década de 2020; além da articulação diplomática e econômica com outras forças emergentes, que se materializa na criação dos BRICS (especialmente na estratégica aliança com a Rússia), na criação do Banco da Ásia (com o objetivo de superar o Banco Mundial e o FMI) e no projeto da Nova Rota da Seda (Iniciativa “Um Cinturão, Uma Rota”), que fará um circuito de transportes e empreendimentos econômicos colossal por toda a Eurásia e África. O

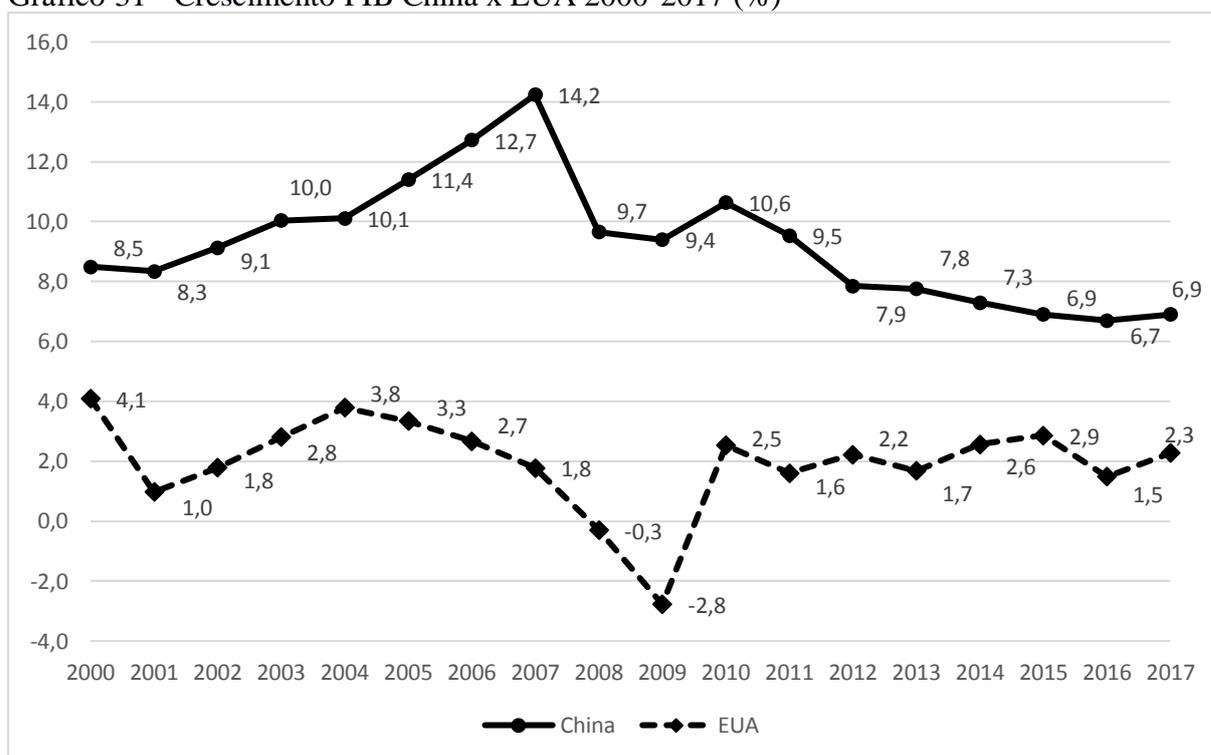
⁹⁸ Banco Industrial e Comercial da China, Banco da Construção Chinês e o Banco da Agricultura Chinesa. O Banco da China também aparece entre os dez maiores do mundo, formando os “quatro grandes” bancos do país. “Dos 43 maiores bancos do mundo, 3 são do Brasil. Veja lista”. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/dos-43-maiores-bancos-do-mundo-3-sao-do-brasil-veja-lista/>> Acesso em 06 de novembro de 2018.

⁹⁹ “China ultrapassa Estados Unidos em Produção Científica”. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/307000-1>> Acesso em 06 de novembro de 2018.

país ainda mantém um fluxo contínuo e crescente de investimentos no continente africano, se tornou o principal parceiro comercial dos países da América Latina e coordena as iniciativas de tratados de livre comércio no Pacífico (deslocando a antiga liderança dos Estados Unidos, que diminuiu iniciativas desse tipo a partir de 2017, sob a presidência de Donald Trump).

A China se tornou a “oficina do mundo”, deslocando a produção industrial para a Ásia e passou a dominar também o comércio marítimo, ou seja, a distribuição dos produtos fabricados em seu território.¹⁰⁰ Para isso, contribuiu um crescimento vertiginoso desde os anos 1980. Para efeitos de comparação, o Gráfico 31 apresenta o crescimento do PIB chinês comparado ao norte-americano entre 2000 e 2017. Mesmo com a desaceleração do crescimento chinês na década de 2010 (planejada pelo governo, que a descreveu como um “pouso suave” do crescimento), a diferença é muito grande.

Gráfico 31 - Crescimento PIB China x EUA 2000-2017 (%)



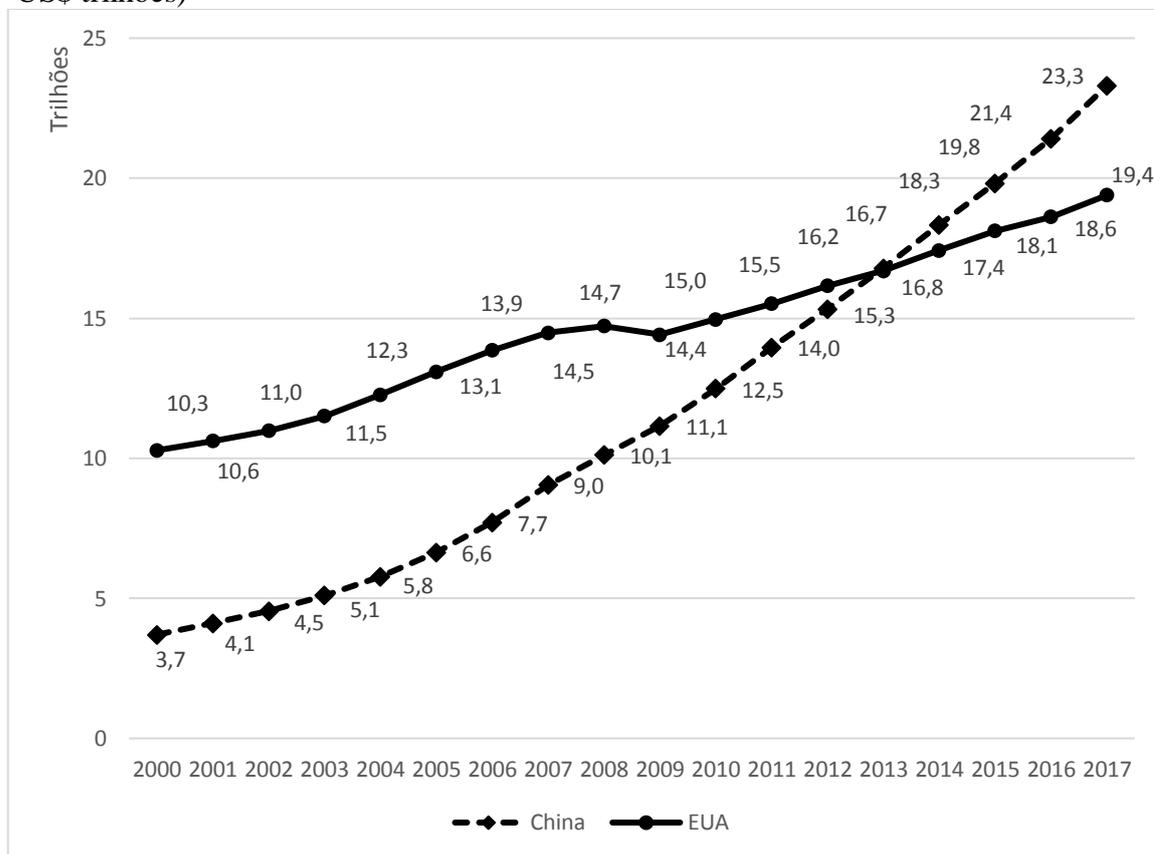
Fonte: Banco Mundial.

Para muitos, a China já é a maior economia do mundo, quando se utiliza a medição do PIB por paridade de poder de compra. Esta é uma forma de comparar a capacidade de produzir riquezas entre dois países. O Gráfico 32 mostra que a China se tornou a maior

¹⁰⁰ A China foi considerada a maior potência do comércio marítimo internacional por especialistas da área. Foram avaliados os seguintes quesitos: navegação, finanças e direito, tecnologia marítima, e portos e logística. “China ultrapassa EUA como principal nação marítima do mundo”. Disponível em: <<https://www.naval.com.br/blog/2018/09/07/china-ultrapassa-eua-como-principal-nacao-maritima-do-mundo/>> Acesso em 06 de novembro de 2018.

economia do mundo em 2013, quando ultrapassou os Estados Unidos, e continua a aumentar a diferença nos anos subsequentes.

Gráfico 32 - PIB por paridade do poder de compra China x EUA 2000-2017 (em US\$ trilhões)



Fonte: Banco Mundial.

A retomada da Rússia a um papel protagonista na geopolítica internacional também é um fator determinante do século XXI. Após a catastrófica década de 1990, onde o desmantelamento do pouco que restava de socialismo e a adoção do neoliberalismo levaram o país a uma crise civilizacional, a ascensão de Vladimir Putin recolocou o país no centro da política mundial. Putin retirou o país de uma condição subalterna frente ao capitalismo ocidental, utilizando seu gigantismo territorial, populacional e seu poder econômico e militar, para colocar a Rússia como pilar na construção de um espaço euroasiático, tendo como elo mais importante a aliança com a China. A participação da Rússia nos BRICS, no Banco da Ásia e outras iniciativas multipolares é acompanhada de uma projeção sobre o Oriente Médio (em apoio a forças anti-imperialistas da região, como Síria e Irã, além da aproximação com a Turquia, que vem se descolando da influência dos Estados Unidos e da União Europeia) e na presença como ator global em negociações de grande monta, quase sempre em antagonismo

com os interesses norte-americanos, como no distensionamento entre as duas Coreias.

A Rússia se tornou um dos principais parceiros comerciais da América Latina, incluindo o Brasil, servindo de alternativa comercial e financeira para países da região que sofrem agressões estadunidenses, como Cuba e Venezuela. A regressão geopolítica dos Estados Unidos e a ascensão de novas potências mundiais e regionais desencadeou uma série de iniciativas de integração, como blocos comerciais, bancos de fomento e organizações multilaterais. Em várias relações comerciais o dólar vem sendo abolido como moeda de referência, seja na venda de produtos no mercado internacional, seja na adoção do câmbio entre as moedas nacionais dos países em relações bilaterais e multilaterais. Este fenômeno em andamento é um forte indicativo da perda de liderança financeira por parte dos Estados Unidos, que tende a favorecer, novamente, a China.

A América Latina exerce um papel preponderante no novo século e é um dos espaços geoterritórios que apresenta talvez a mais intrincada luta de classes neste período. Depois de uma aplicação severa do receituário neoliberal nos anos 1990, que agravaram as condições de desigualdade, miséria e violência, a região foi palco de uma série de vitórias eleitorais de forças opositoras à política neoconservadora, que desencadearam uma onda progressista nos anos 2000. Essas forças populares de diversos matizes (desde uma esquerda revolucionária em alguns casos, até outras meramente reformadoras, preocupadas com a melhoria dos indicadores sociais, sem rompimento com o capitalismo) acumularam força enquanto oposição ao neoliberalismo nos anos anteriores, e se apresentaram como defensoras de uma outra política econômica, focada no combate à miséria, na redução das desigualdades, na valorização do trabalho e das soberanias nacionais, acesso a direitos e oportunidades e uma diplomacia que prezasse pela integração latino-americana e a constituição de um mundo multipolar (iniciativa presente no espaço latino-americano e caribenho desde o século XIX, que aparece com mais força sempre que há confluência entre governos com perfil soberano na região).

O novo campo progressista latino-americano cresceu dentro das repúblicas liberais constituídas ao final do século XX, fruto do fim dos regimes ditatoriais (caso do Brasil e do Cone Sul), do término de guerras civis (caso de alguns países da América Central) ou de sistemas políticos completamente instáveis que guardavam pouco ou nada de democracia, a não ser uma superfície institucional liberal, como o caso da Venezuela, Bolívia e Equador. Essa esquerda aprendeu a operar politicamente dentro dessas novas condições políticas pós-Guerra Fria, e acumularam força na resistência contra a implementação do neoliberalismo na região. Determinaram como mecanismo de chegada ao governo as eleições, para então aplicar

uma série de reformas que beneficiassem as maiorias sociais, variando a profundidade da mudança de caso para caso, de acordo com o conteúdo revolucionário da esquerda de cada país. Sem sombra de dúvidas, a América Latina reacendeu a esquerda e as ideias revolucionárias no mundo, tornando-se um dos pontos quentes da geopolítica mundial no século XXI: “o ciclo histórico da virada política latino-americana progressista da última década [2000], constitui a primeira rodada de experiência global revolucionária depois do fracasso e queda da URSS e do campo socialista” (KLACHKO; ARKONADA, 2017, p. 275-276).

O ponto principal dessa experiência é a Venezuela e a figura de Hugo Chávez. Sua vitória eleitoral em 1998, com um programa nacionalista, anti-imperialista e antineoliberal foi um ponto de inflexão em uma América Latina, até aquele momento, dominada pela política econômica ditada desde Washington. Mais do que isso, a Revolução Bolivariana desencadeada por Chávez logo assumiria sua roupagem socialista e se transformaria em um projeto de massas, penetrando em todos os espaços da sociedade e transformando radicalmente toda a estrutura social venezuelana. Não se trata de um governo, mas sim, de uma revolução. Chávez se tornou uma figura mítica, amada e odiada, mas, acima de tudo, um divisor de águas para um novo momento histórico da América Latina e de importância mundial, ao trazer de volta o socialismo, a luta de classes e a revolução para o léxico da política mundial e para a prática das lutas sociais em todo o planeta.

Nos anos 2000 ficou claro que a vitória de Chávez não era um ponto fora da curva, mas sim, o início de um processo histórico de avanço progressista antineoliberal, escolhido democraticamente pelos povos latino-americanos. Em 2002 veio a vitória de Lula e do PT no Brasil, o país mais importante da região, seguida em 2003 pela a de Nestor Kirchner na Argentina, selando o avanço nas duas maiores nações da América do Sul. O sucesso eleitoral dos chamados “governos progressistas” se repetiria ao longo da década, com as vitórias de Tabaré Vázquez no Uruguai (2005), Evo Morales na Bolívia (2005), Rafael Correa no Equador (2006), Michelle Bachelet no Chile (2006),¹⁰¹ Daniel Ortega na Nicarágua (2007), Fernando Lugo no Paraguai (2008), Maurício Funes em El Salvador (2009) e a guinada à esquerda de Manuel Zelaya em Honduras (2006-2009).¹⁰² Cuba permanece como experiência

¹⁰¹ Os governos de Michelle Bachelet no Chile (2006-2010 e novamente de 2014-2018) costumam serem incluídos como parte dos governos progressistas, mesmo a sua então coalização de forças de centro-esquerda, a *Concertación* (depois *Nueva Mayoría*), governar o país desde 1990. Excetua-se o período da presidência do direitista Sebastián Piñera (2010-2014), que voltou a vencer as eleições em 2018.

¹⁰² O militar Ollanta Humala venceu as eleições peruanas em 2011, com uma retórica muito próxima a dos governos progressistas, mas logo se mostrou uma farsa, adotando o mesmo programa neoliberal de seus

fundamental para o campo popular em todo o continente.

A intensidade das transformações variava em cada processo. Na Venezuela temos uma revolução socialista, onde estão presentes como componentes a superação do capitalismo, a refundação constitucional do país e a democracia direta (conjugando-se com a representativa, que também recebeu inovações). Na Bolívia e no Equador, também houve a refundação constitucional desses países, retomada de setores estratégicos, valorização das populações indígenas e novas formas de participação popular deliberativas.¹⁰³ Essas experiências estão sustentadas em uma permanente mobilização de massas para a transformação completa da sociedade. Os casos do Brasil, Argentina, Uruguai e outros, estão mais baseados em uma retomada do Estado como indutor do desenvolvimento, no combate à miséria, no aumento da capacidade de consumo das massas e no acesso a políticas e direitos que antes eram negados à maioria de suas populações, por questões econômicas, políticas e legais. Estas experiências não avançaram tanto na organização política das massas, alicerçando-se mais nas disputas eleitorais, o que, a longo prazo, se mostrou uma debilidade e uma oportunidade para seus adversários.

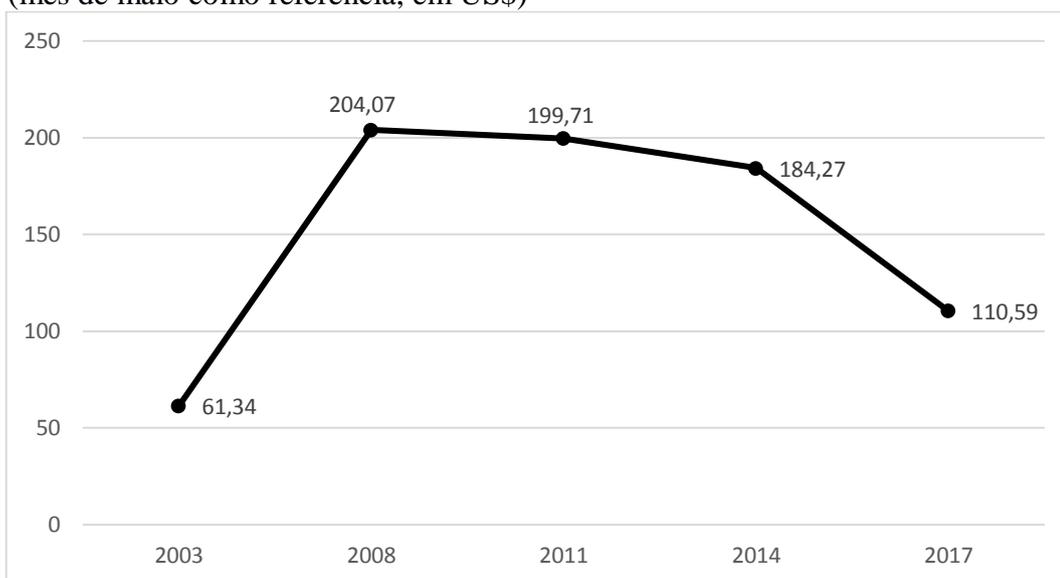
Os governos progressistas latino-americanos tiveram a fortuna de coincidir com um momento de alta nos preços das commodities, principalmente devido ao aumento da demanda chinesa, que se tornou o principal parceiro comercial da região neste período, desbancando os Estados Unidos. Com uma pauta exportadora baseada principalmente em produtos primários (grãos, carnes, minérios, hidrocarbonetos, etc), esses países tiveram grande entrada de recursos ao longo da década de 2000 e início dos anos 2010, o que permitiria realizar investimentos públicos e políticas de distribuição de renda. O Gráfico 33 mostra a disparada do preço das commodities a partir dos anos 2000 e sua permanência em patamares elevados até meados da década seguinte, com uma queda abrupta a partir de 2014. Esse decréscimo se dá por vários fatores, entre eles, o baixo crescimento da economia mundial, a desaceleração da economia chinesa – e sua consequente queda de importações de produtos primários, e a ação política dos Estados Unidos no setor de energia, com o objetivo de rebaixar o preço do petróleo internacional, elevando a oferta do produto no mercado por meio da exploração do *fracking* em seu território e em acordos com a Arábia Saudita para aumentar o volume da produção.¹⁰⁴

antecessores. Contudo, a necessidade de “camuflar” seu discurso desta maneira demonstra o grau de influência que a conjuntura progressista alcançava.

¹⁰³ No Equador, o processo foi interrompido em 2017, pelo racha no partido governista Alianza País, devido ao rompimento entre o ex-presidente Rafael Correa e seu sucessor, Lenín Moreno, que promoveu uma guinada à direita em sua presidência.

¹⁰⁴ Essa ação política dos Estados Unidos em relação ao preço do petróleo se dá por dois motivos: a demanda maior que a capacidade produtiva interna norte-americana, em um momento em que o preço do petróleo estava

Gráfico 33 - Média de preços das commodities no mercado internacional 2003-2017 (mês de maio como referência, em US\$)

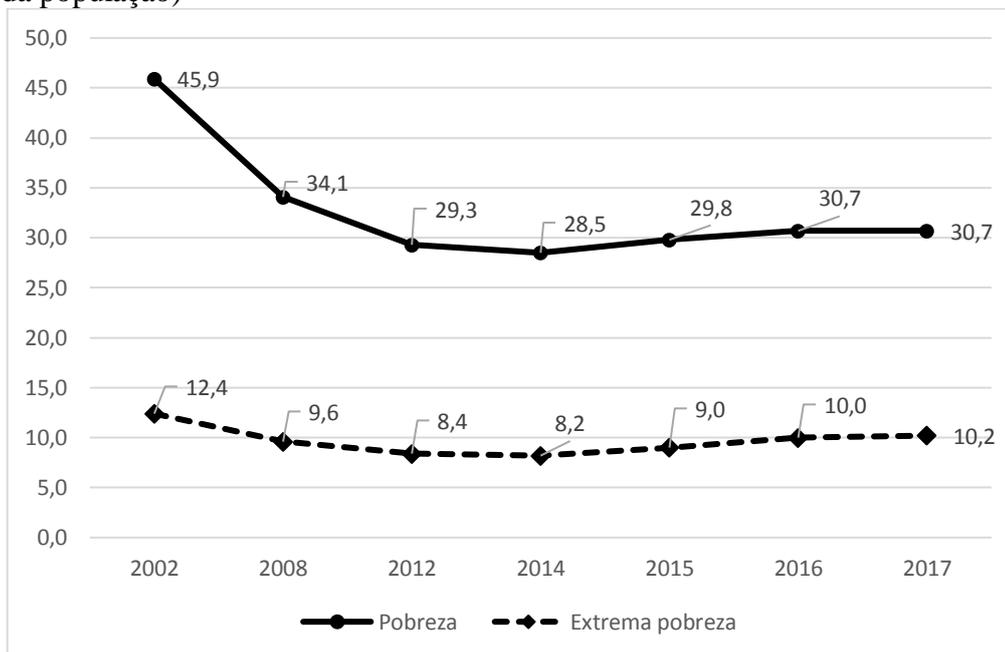


Fonte: Indexmundi. Disponível em: <<https://www.indexmundi.com/commodities/#dropdown-lvl10>> Acesso em 01 de dezembro de 2018.

Os governos progressistas latino-americanos também tiveram a virtude de implementar uma série de políticas públicas, por meio da retomada de setores estratégicos antes privatizados e/ou pela reintrodução do Estado como indutor do desenvolvimento. Essas políticas permitiram uma melhor distribuição de renda e o aumento do padrão de vida da população, que se tornaram a marca destes governos. No Gráfico 34 podemos verificar a queda da taxa de pobreza na América Latina e Caribe nos anos 2000, auge dos governos progressistas, até 2014. A ação de políticas públicas imediatas reduz de forma rápida a pobreza (de 45,9% para 28,5%) e a extrema pobreza (de 12,4% para 8,2%) em um intervalo de praticamente uma década. Os números são referentes a toda a região, incluindo aí países que não passaram por experiências de governos progressistas no período e que possuem grandes populações, como México e Colômbia. Caso contrário, os números poderiam ser ainda mais positivos. A pobreza e a extrema pobreza voltam a subir a partir de 2014, quando os efeitos da crise iniciada em 2008 atingem com mais força os países da periferia e há uma queda nos preços das commodities no mercado internacional, acompanhada pelo fim dos governos progressistas na maioria dos países da região, seja por derrotas eleitorais ou golpes de Estado.

muito elevado, aumentando os custos para a economia do país; e uma ação geopolítica para enfraquecer seus adversários que dependem da exportação do produto, como Rússia, Irã e Venezuela.

Gráfico 34 - Pobreza e extrema pobreza na América Latina 2002-2017 (em % da população)



Fonte: CEPAL. Disponível em: <http://www.fundacionmicrofinanzasbbva.org/en/evolution-of-poverty-in-latin-america/> Acesso em 01 de dezembro de 2018.

A confluência ideológica entre os governos progressistas da região permitiu a criação de diversos espaços de integração, como a UNASUL (União das Nações Sul-americanas) que avançou em setores como finanças, infraestrutura, defesa e recursos naturais; e a CELAC (Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos), primeiro organismo a reunir todos os países da América Latina e Caribe sem a presença dos Estados Unidos e do Canadá. A Venezuela, sob o comando de Hugo Chávez, foi a grande impulsionadora desse despertar integracionista, reacendendo o ideal bolivariano¹⁰⁵ e concretizando-o através de iniciativas multilaterais. A articulação entre Chávez, Lula e Kirchner barrou a intenção norte-americana de criar uma área de “livre comércio” em todo o continente americano, a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), em 2005, o que significaria, na prática, acabar com toda a indústria e empresas nacionais na América Latina, que não conseguiriam competir com seus pares estadunidenses. O bloco progressista conseguiu direcionar as políticas da região pelo menos por uma década, permitindo à América Latina se apresentar de forma mais coesa e potente nas negociações internacionais, contribuindo para a construção da multipolaridade nas relações internacionais, situação que também era reforçada pelo crescimento da sua principal

¹⁰⁵ Termo relativo a Simon Bolívar, libertador de boa parte da América do Sul do colonialismo espanhol no século XIX. A Venezuela, em conjunto com Cuba, articulou outros organismos integracionistas, como a ALBA (Aliança Bolivariana para os povos da nossa América) reunindo os governos mais à esquerda da região; e a iniciativa Petrocaribe, onde a Venezuela vende petróleo abaixo do preço do mercado para países caribenhos que retribuem em produtos específicos, principalmente, alimentos.

economia, o Brasil, que se projetou como líder regional a partir do governo Lula.

O avanço progressista perdeu força e foi em parte revertido por forças conservadoras a partir de meados da década de 2010. Os efeitos da crise de 2008 começaram a serem sentidos com maior intensidade pelas economias latino-americanas entre 2012-2014, com a queda abrupta dos preços das commodities no mercado internacional, resultado da retração dos mercados, da mudança de postura da economia chinesa (em priorizar seu mercado interno) e da ação norte-americana em rebaixar o preço do petróleo, que respondia a seus interesses geopolíticos. Os governos latino-americanos passaram a ter menor volume de recursos para manejar a política de redistribuição de renda sem mexer na estrutura social (excetuando-se casos onde há claramente um processo de rompimento com o capitalismo dependente, como na Venezuela e na Bolívia, o que não as exclui dos efeitos negativos do quadro descrito). Diversas experiências progressistas da região avançaram na melhoria das condições das massas, sem, no entanto, organizá-las politicamente, não rompendo com a hegemonia cultural neoliberal, de consumismo e individualismo. Quando os recursos se tornaram mais escassos, essas populações viram, de um lado, sua capacidade de consumo decair, e, de outro, a ineficiência dos serviços públicos, que dispunham de menos verbas públicas para atender os cidadãos.

Com a piora econômica e a falta de organização política (mobilizada de forma passiva somente em momentos eleitorais) os governos de centro-esquerda do Brasil, Argentina, entre outros de corte mais moderado, foram facilmente envolvidos pela mídia e um judiciário partidarizado em uma ação sistemática de exposição de casos de corrupção (de conteúdos altamente duvidosos em diversas ocasiões) que arranharam sua imagem, o que, em conjunto com a responsabilização pela piora da economia, os levaram a derrotas sucessivas. Obviamente, o refluxo conservador reinante na segunda metade da década de 2010 na região não seria possível sem a iniciativa dos Estados Unidos junto às elites locais, que passam à ofensiva, utilizando o Poder Judiciário, os monopólios midiáticos e o poder econômico de seus atores para a desestabilização, inclusive com golpes de Estado de novo tipo.

A chamada “guerra híbrida” (KORYBKO, 2018) utiliza muito mais conteúdos comunicacionais e psicológicos do que aparato propriamente bélico e está presente na onda de novos golpes que vêm ocorrendo no continente (Honduras 2009, Paraguai 2012, Brasil 2016); em campanhas eleitorais vitoriosas da direita (como as que elegeram Maurício Macri na Argentina em 2015 e Jair Bolsonaro no Brasil em 2018); e no cerco permanente a Venezuela desde 2013 (que tem como um dos seus desdobramentos um novo bloqueio econômico, tal

como é realizado contra Cuba).¹⁰⁶ Esses processos possuem um custo humano elevadíssimo, porque vêm destruindo a economia dos países da região e os mecanismos de integração regional, o que explica porque os indicadores de pobreza e extrema pobreza, assim como o desemprego, voltam a crescer na região. Ações como a partidarização da Justiça pela direita, no intuito de utilizar esse Poder para cassar e prender opositores, além de impedi-los de disputar eleições (o que vem sendo chamado de *lawfare*), possuem dimensão muito mais profunda, porque desmontam as instituições, erodindo seu caráter democrático (que já era baixo), abrindo espaço para tentações autoritárias e restrições das liberdades cidadãs.¹⁰⁷

Da mesma forma como a ascensão chinesa, a retomada russa e a onda progressista latino-americana podem ser compreendidas como parte do avanço da multipolaridade como uma tendência da real Globalização, estruturada pela Revolução Científico-Técnica; podemos identificar as ações da potência hegemônica em declínio, os Estados Unidos, como movimento contratendente no sentido de frear as transformações em curso. Apresentando uma economia que opera em déficit desde os anos 1970, que não é mais o centro produtivo mundial e que se aproxima de sua superação no campo financeiro pela China, a declinante hegemonia norte-americana sobre o sistema capitalista internacional se encontra cada vez mais calcada no seu poderio militar e na sua influência cultural. Essa tendência, perigosa para toda a humanidade, se manifesta a partir de golpes de Estado de novo tipo, guerras por procuração a partir de um novo conceito militar (a guerra híbrida), e pelo desmonte das próprias instituições e valores do liberalismo político, abrindo a possibilidade de regimes autoritários e fascistas, que colocam em xeque o que há de positivo no legado da civilização ocidental.

Não por acaso é a partir da Crise de 2008 que as iniciativas estadunidenses por meio desses novos paradigmas ficam mais evidentes, atuando em consonância com seus objetivos estratégicos: a sucessão de golpes de Estado e perseguições judiciais com utilização de elementos da guerra híbrida e do *lawfare* na América Latina; as guerras por procuração no Oriente Médio (no qual o grande exemplo é a guerra civil síria), com o objetivo de controle

¹⁰⁶ No momento em que escrevo essas linhas (novembro/2018), Lula está preso no Brasil por um julgamento falso, que contraria todas as leis do Direito internacional e a Constituição brasileira. Processos muito semelhantes estão em andamento para se desdobrarem nas prisões dos ex-presidentes do campo progressista Cristina Kirchner (Argentina) e Rafael Correa (Equador). Este último vem sendo impedido de fundar um novo partido junto a seus correligionários pela Justiça do seu país.

¹⁰⁷ A eleição de Jair Bolsonaro no Brasil em 2018, um defensor da Ditadura e de medidas autoritárias, é o maior exemplo dessa possibilidade de retorno do autoritarismo à região, não por meio de golpes militares, mas pela própria falência e instrumentalização das instituições liberais, e pelo controle de massas realizado por meio dos grandes monopólios midiáticos e pela utilização das redes sociais nos moldes da guerra híbrida. O *lawfare* parece ser um método da guerra híbrida desenvolvido especialmente para o contexto latino-americano.

do petróleo e que causou o fortalecimento e internacionalização do terrorismo fundamentalista islâmico, assim como um fluxo migratório dos países muçulmanos para a Europa, desencadeando uma crise humanitária, principalmente no Mediterrâneo; o cercamento das fronteiras russas com a presença militar norte-americana em países do Leste europeu e do Cáucaso, no qual o caso mais emblemático foi a violenta onda de protestos que levou a um golpe de Estado na Ucrânia, o “EuroMaidan” (2013-2014), e que rachou o país ao meio entre pró-ocidentais de extrema-direita e pró-russos; a permanente tensão sobre a Coreia do Norte que ameaça a China.¹⁰⁸

O governo do democrata Barak Obama (2009-2017) gerou grandes esperanças de uma nova postura do governo norte-americano, interna e externamente. Após oito anos do governo extremamente conservador e belicista de George W. Bush e o estouro da Crise de 2008, a eleição do primeiro homem negro ao máximo cargo do país, apoiado numa campanha militante, parecia conceder uma oportunidade para uma participação mais democrática dos Estados Unidos em um mundo em transformação. Não foi o que aconteceu. Todo o novo aparato de intervenção imperialista descrito acima foi gestado e efetivado durante o governo Obama, apesar de sua oratória polida e intelectualizada. Ficou mais evidente como a tentativa de sustentar a hegemonia estadunidense unicamente por seu poderio militar é uma ameaça à própria população de seu país, como nas revelações do escândalo de espionagem da NSA (em inglês, Agência de Segurança Nacional), realizadas por seu ex-analista de sistemas Edward Snowden em 2013. A existência de um mega aparato de vigilância da internet sobre todo o mundo (incluindo chefes de Estado e empresas estratégicas), mas em especial dentro do próprio território norte-americano, é um sintoma muito claro do derretimento dos valores liberais que sustentaram o mundo ocidental nos últimos séculos (e do qual os Estados Unidos se apresentam como seu grande guardião).

A conjuntura mundial das primeiras décadas do século XXI foi de grande volatilidade, com uma potência hegemônica em declínio, porém não impotente e a ascensão do poderio chinês, que parece recusar a tentação de recentralizar o sistema mundial, apostando em uma diplomacia multipolar e com ênfase em acordos de grande envergadura com países do Sul global, evitando tensões com os antigos países centrais. Desenha-se assim, um embate entre as tendências democratizantes das relações internacionais, fruto dos desdobramentos da Revolução Científico-Técnica e das oportunidades do real processo de

¹⁰⁸ As tensões provocadas em países como Ucrânia, Síria e Coreia do Norte visam, na verdade, desestabilizar os grandes adversários norte-americanos na Eurásia: Rússia, Irã e China. O controle eurasiático é a chave para a dominação mundial em diversas formulações geoestratégicas do governo norte-americano. Ver KORYBKO, 2018.

Globalização; e a colisão com o velho mundo, que insiste em um projeto de Globalização neoliberal, a partir de uma ideologia retrógrada e imperialista, que coloca em risco todo o conjunto da humanidade, com a possibilidade de conflitos mundiais de grandes proporções, devastação ambiental e retrocessos democráticos.

A janela aberta pelas mudanças em curso permite que países da periferia do capitalismo possam ascender a novas posições e desencadear um processo mundial com tendência a romper a divisão internacional do trabalho, um dos pilares do sistema capitalista. Tal processo somente pode ser alcançado pelo avanço de forças progressistas em cada país e na constituição de relações integracionistas soberanas, sendo necessário evitar o belicismo da potência em declínio e vencer as burguesias locais que insistem em atrelar a periferia a um projeto civilizacional decadente. O caso brasileiro demonstrou que tentar realizar essa complexa operação sem a mobilização de massas e o rompimento com o capitalismo dependente é inviável.

5.2 Governos Lula e Dilma: disputa de projetos de condução do capitalismo dependente brasileiro

A vitória eleitoral de Lula e do PT em 2002 abriu uma nova conjuntura política para a sociedade brasileira. O PT governaria por treze anos, maior tempo de governo consecutivo da Nova República. Foram dois mandatos de Lula (2003-2006 e 2007-2010) e dois de sua sucessora, Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016), sendo seu segundo governo interrompido por um impeachment, na verdade, um Golpe de Estado de novo tipo em 2016, fruto da combinação entre exaustão do projeto petista e ação desestabilizadora de seus adversários. Os governos de Lula e Dilma desencadearam importantes modificações na sociedade brasileira e na posição geopolítica do país, pois, estavam calcados em novos atores sociais que não faziam parte da elite dirigente que compôs os governos anteriores. Não conseguiram, contudo, superar a hegemonia neoliberal, o que impôs limites a essas transformações e sua não durabilidade frente aos ataques de seus adversários quando a situação econômica mundial se modificou.

Lula recebeu um país e um povo exaurido por mais de uma década de aplicação ortodoxa de políticas neoliberais, que dilapidaram o patrimônio nacional, esvaziaram as reservas e comprometeram a economia com empréstimos junto ao FMI e na emissão de títulos da dívida a juros altíssimos; destruíram boa parte do setor produtivo local, regrediram a composição orgânica do capitalismo brasileiro – convertendo-o a uma exportação

especializada de produtos primários, mercadorias manufaturadas de baixa e média composição técnica, e uma plataforma de valorização financeira; e taxas de desemprego (11%), informalidade (60%) e empobrecimento da população alarmantes (33% na pobreza, com 8,9% na extrema pobreza); sendo estes números resultado de medições conservadoras (GOMES; CRUZ, 2015, p. 105-126).¹⁰⁹

Por outro lado, a conjuntura internacional dos anos 2000 naquele momento era favorável, já que a economia mundial se apresentava em crescimento e o preço das commodities em alta no mercado. Esse período de crescimento se dava principalmente por meio da ascensão de potências emergentes do Sul global, passando a modificar o panorama internacional. Regionalmente, forças de perfil progressista venciam sucessivamente eleições nos demais países latino-americanos, criando uma convergência no sentido da integração da região. Tanto na América Latina quanto no âmbito mundial, Lula encontrou um cenário favorável para desempenhar um papel de grande relevância e desenvolver seu projeto de governo. Cabe salientar também que na década de 2000, as atenções norte-americanas estavam mais voltadas para o Oriente Médio (Guerra ao Terror) e para seus problemas internos na segurança (atentados de 11 de setembro de 2001) e na economia (Crise de 2008), secundarizando momentaneamente suas ações na América Latina.

É importante compreender o que é o PT, política e ideologicamente, dentro dos marcos teóricos deste trabalho, para entender o sentido de suas ações e afastar determinadas interpretações equivocadas. O Partido dos Trabalhadores é fruto do processo de Abertura ao final da Ditadura e reorganização da esquerda brasileira, sendo fundado em 1980. Teve como seus pilares o novo sindicalismo, fruto principalmente do operariado industrial das multinacionais instaladas no ABC paulista, mas também com forte presença em setores médios e profissionais liberais (que têm peso determinante na visão ideológica do partido); as comunidades eclesiais de base, coordenadas por setores progressistas da Igreja católica (influenciados pela Teologia da Libertação) e que deram capilaridade territorial ao Partido; e remanescentes da luta armada contra o regime autoritário, que passaram a defender o caminho eleitoral como forma de disputa política e ascenso ao governo. Essa afluência de setores político-sociais permitiu ao PT grande influência sobre movimentos sociais, sindicais e a intelectualidade progressista do país, configurando uma militância e uma base social/eleitoral policlassista, que o constituiu, a partir da década de 1990, como a principal agremiação

¹⁰⁹ Uma outra medição, realizada por Waldir Quadros, apontava que em 2002, o Brasil tinha 24,1% de miseráveis (extrema pobreza) e 28,2% do que qualifica como “massa trabalhadora”, ou seja, pobres, em diferentes graduações. A soma dos dois agrupamentos seria mais da metade da população do país (52,3%). Informações citadas por André Singer. Ver SINGER, 2018, p. 82.

política da esquerda brasileira, abrigando em suas fileiras, correntes diversas, como comunistas, trotskistas, social-democratas, liberais de esquerda, etc (SECCO, 2015).¹¹⁰

O PT, que pese sua retórica mais radicalizada dos primeiros anos e algumas correntes minoritárias ainda existentes no partido, nunca se construiu ou se apresentou como partido revolucionário. Essa pluralidade à esquerda que o compõe sempre colocou em evidência seu compromisso com a melhoria das condições sociais da maioria da população e o respeito aos valores democráticos, de um ponto de vista liberal, apresentando uma ideia muito difusa de “socialismo” (para sua base social, não para a sociedade)¹¹¹, nunca materializada em ações práticas anticapitalistas, especialmente nos treze anos em que esteve no governo federal (2003-2016). A hegemonia neoliberal dos anos 1990 desidratou a esquerda brasileira de conteúdo revolucionário, ao derrotar seu projeto político pós-Ditadura, que, a grosso modo, se baseava na vitória eleitoral para a chegada ao poder e, a partir daí, realizar um governo pró-trabalho e pró-soberania nacional (na ideia de um projeto “democrático-popular”), uma espécie de antessala, que acumularia força para a classe trabalhadora avançar, a médio prazo, para o “socialismo”.

Sem a vitória eleitoral no imediato pós-Ditadura e com a regressão neoliberal nos anos 1990, a esquerda brasileira (e o PT, como sua força hegemônica) fizeram uma contundente e importante oposição às políticas neoliberais, porém, se encastelaram na política parlamentar e institucional, perdendo o que ainda se tinha de conteúdo revolucionário. Ao chegar finalmente ao governo, com a vitória eleitoral de 2002, adaptou o projeto “democrático-popular” para os limites do republicanismo liberal. O PT que chegou ao governo desejava diminuir a pobreza e dinamizar o mercado interno, sem, entretanto, entrar em conflitos com o capital; frear a venda do patrimônio público, sem retomar o que já tinha sido vendido, apostando numa internacionalização dos monopólios de capital majoritariamente brasileiro; ampliar e materializar direitos e políticas inclusivas, mas a partir de atos de governo e não da conscientização e organização política das massas; ascender o Brasil a um papel relevante na construção de um mundo multipolar, na integração soberana da

¹¹⁰ A hegemonia do PT dentro da esquerda brasileira foi construída pelos seus acertos, mas também com grandes doses de sectarismo em relação a outras correntes políticas populares, sendo o caso mais notório, sua aversão ao trabalhismo, corrente hegemônica da esquerda do país entre 1930-1964, classificado nos anos 1980 e 1990 como “populismo” e suas lideranças, como Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola como “manipuladores da classe trabalhadora”. Não é raro encontrar reclamações de outras agremiações de esquerda de que o PT “tratora” decisões e não é afeito a compartilhar protagonismos.

¹¹¹ O PT “comunista” é muito mais reivindicado pelos seus adversários e detratores, que veem comunismo em qualquer coisa, do que pela prática do partido. Cabe lembrar que a constituição e ascensão do partido nos anos 1980 e 1990 foi concomitante com a regressão das ideias revolucionárias devido ao colapso da maioria das experiências socialistas do século XX, que levou boa parte da esquerda mundial à capitulação frente ao neoliberalismo, abandonando os ideais revolucionários.

América Latina, e na construção de relações Sul-Sul, mas dentro de marcos capitalistas, sem atritos com a potência hegemônica em declínio (Estados Unidos) e sem recorrer a uma retórica anti-imperialista.

O PT, portanto, se constitui como uma força política social-democrata periférica, ou seja, com um projeto de bem-estar social e de defesa da soberania nacional, ciente das transformações mundiais em curso, mas dentro dos marcos do capitalismo dependente e da república liberal. Não há na sua prática um rompimento revolucionário com a situação de dependência, mas existe a consciência e a vontade de mudança gradual das enormes desigualdades, produto dessa estrutura excludente e autoritária, e das lacunas democráticas que impõem sobre a maioria da população. O fato dessa social-democracia existir em uma situação de capitalismo periférico faz com que seu programa político de bem-estar social e demais iniciativas se desenvolva com contornos próprios quando comparada com suas pares dos países centrais (principalmente a social-democracia da Europa Ocidental). De um lado, os desafios de materialização desse projeto são muito mais difíceis do que em outras latitudes, por outro, a situação desesperadora que boa parte da população sofre é tamanha, que a mínima mudança realizada por esse programa político causa grandes transformações sociais, e gera o ódio e a repulsa daqueles que sempre se beneficiaram desse sistema de riqueza e poder altamente concentrado.

Em relação ao sistema político liberal do país, a Nova República, o PT (e a esquerda brasileira em geral), se coloca como fiadora desse arranjo, não só porque contribuiu para sua formação nos anos 1980, mas porque passou a defendê-lo como sistema ideal, procurando harmonizá-lo e melhorá-lo a partir de suas propostas programáticas, mas nunca superá-lo, constituindo-se assim como uma “esquerda da ordem”. Da mesma forma como não há um horizonte revolucionário e anticapitalista em sua prática política, não existe um projeto de rompimento com o republicanismo liberal e sua substituição por outro arranjo político, de democracia direta e com maior intensidade (o que exigiria uma organização e politização da classe trabalhadora com viés revolucionário). Por isso, o PT desenvolve uma prática de mudanças pelo alto, acreditando nas ações de governo, na eficácia das instituições republicanas, na negociação com as diversas classes e frações de classes e no respeito ao contratualismo constitucional, jamais recorrendo à mobilização de massas para contestação do regime. Essa posição é fundamental para o entendimento dos sucessos do PT no governo entre 2003 e 2012, assim como sua rápida derrocada no período 2013-2016.

O PT no governo, ao contrário do que colocam seus detratores de direita (que usam o espantinho do “comunismo”) e parte de seus críticos mais à esquerda (que o acusam de “trair

a revolução”), aplicou exatamente esse projeto, que é o posicionamento de seu campo majoritário, incluindo aí suas principais lideranças, como Lula. Essa política tem como seu carro-chefe a redistribuição de renda por meio de políticas direcionadas aos mais pobres e valorização do salário-mínimo, reduzindo a pobreza e a miséria, combinada com a efetuação de direitos e oportunidades para todos; um Estado provedor e investidor (única forma no capitalismo periférico de garantir crescimento alto/médio e, dessa maneira, permitir as políticas de bem-estar), que resguarda alguns setores estratégicos ao seu controle, como petróleo (Petrobras), aeroespacial (Embraer) e bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNDES), mas que aposta também na internacionalização de conglomerados de capital majoritariamente brasileiro (construção civil, agronegócio e mineração – este último com alta participação de capital estrangeiro), na tentativa de construção de uma política de “campeãs nacionais”; e em uma geopolítica de integração soberana e multipolar, com prioridade para as relações Sul-Sul, que desata uma contradição entre a simples expansão do subimperialismo brasileiro e diversificação de seus parceiros comerciais, e a ascensão do Brasil a uma posição de proeminência internacional e participante de um processo histórico que pode redefinir e até romper com a lógica da divisão internacional do trabalho.

Esse projeto, ao contrário do que apontam seus defensores (SADER, 2013a), não rompe com o neoliberalismo, já que não atinge seus pilares (como a conversão da economia brasileira em uma plataforma de valorização financeira e de exportação especializada, e a precarização do trabalho), por mais que traga novidades que atenuem seus malefícios, como a rebaixa da taxa de juros, a tentativa de uma política de crescimento com investimento público – inclusive em ciência, tecnologia e inovação, mesmo que de forma aquém do necessário, e a geração de postos de trabalho na base da pirâmide social brasileira. Essas modificações, importantes do ponto de vista do desenvolvimento do país e da melhoria das condições de vida da população, mas presas dentro dos limites do capitalismo dependente em sua fase neoliberal, são insuficientes para superar as questões estruturais que mantêm a hegemonia das ideias neoconservadoras no país, inclusive para a perpetuação desse programa reformista de baixa intensidade. Após uma década “ganha” para a economia e para a maioria desvalida da sociedade brasileira, esse projeto não se sustentou frente a modificação do cenário internacional, de queda nos preços das commodities, e a ação desestabilizadora de seus adversários, que envolveram o PT numa ofensiva judicial-midiática, aliada à sabotagem e conspiração política do Congresso e das forças de direita que até aquele momento compunham o bloco partidário que dava sustentação aos governos petistas. O resultado foi o Golpe de Estado de 2016, disfarçado legalmente de impeachment, contra a então presidenta

Dilma Rousseff e o desmanche, em poucos meses, de quase todas as políticas realizadas nos treze anos de governos do PT, com o retorno da ortodoxia neoliberal com seus malefícios já conhecidos.

Podemos perceber três momentos ao longo dos governos do PT: o primeiro de 2003 a 2005, que se caracterizou por uma política econômica conservadora, não muito diferente da de Fernando Henrique Cardoso na questão macro, para lidar com os efeitos do ataque especulativo ocorrido durante a campanha eleitoral de 2002, mas que, ao mesmo tempo, plantou as sementes para o combate à miséria e o crescimento da economia, que iniciaria já em 2004 uma série histórica de resultados positivos. Um segundo momento, de 2006 a 2012, que marca o auge do período petista, o segundo mandato de Lula e o início da presidência de Dilma, de crescimento considerado alto, redução das desigualdades sociais, melhora no mercado de trabalho e na projeção internacional do Brasil (econômica e diplomática), que possibilitou ao PT maior capacidade de negociação com as diversas forças sociais e partidárias, implementar seu projeto de médio prazo de desenvolvimento econômico e social, e exercer uma hegemonia eleitoral, sobretudo a partir da figura de Lula. Esse momento marcou uma nova correlação de forças eleitoral nas classes sociais, com a classe média, que antes apoiava o PT, indo para a oposição (devido à campanha midiática de responsabilizar o PT por toda a corrupção do país) e o voto da maioria da população, composta por trabalhadores pobres, cerrando fileiras com Lula (cenário que se repetiria nas eleições posteriores até 2014). Este também foi o período da Crise de 2008, a qual, neste momento inicial, foi bem respondida pelo governo petista, com uma política antiajuste, contrariando o receituário ideal do neoliberalismo. Na segunda onda da crise, a partir de 2011, a resposta ficou pelo caminho, o que traria consequências fatais para o governo Dilma.

Os anos entre 2013 a 2016 marcam um terceiro período, que apresenta uma desaceleração no crescimento e outros indicadores, além de efeitos mais intensos sobre a periferia capitalista por parte da crise iniciada em 2008 (na verdade, sua segunda onda, que a partir de 2011 afeta fortemente a zona do euro, em especial suas economias mais devedoras, como Grécia e Espanha) e que levam à queda abrupta dos preços das commodities no mercado internacional, impactando negativamente a América Latina. A indicação de que algo não estava bem veio na explosão de manifestações em junho de 2013, que reivindicavam melhores serviços públicos no momento em que os dados sociais e a aprovação de Dilma ainda se apresentavam positivos, mas a percepção da desigualdade social se fazia mais presente para a maioria da população. A não resposta à altura das reivindicações das massas e a sua não organização e conscientização política pelo PT e aliados, deixou o projeto da social-

democracia periférica vulnerável aos ataques inimigos, que, se não evitaram a reeleição de Dilma em 2014, a transformaram em uma vitória de Pirro. O final desse período marca a veloz derrocada de Dilma e do programa petista, com sua capitulação, ao adotar como resposta ao cenário econômico adverso um ajuste fiscal ortodoxo que dinamitou sua base social; e a investida oposicionista, que, combinando táticas de guerra híbrida (espionagem, revolução colorida, *lawfare*) e conspirações da política tradicional, a derrubaram da presidência em 2016, encerrando os governos progressistas no Brasil.

Ao chegar ao governo com esmagadora vitória eleitoral em 2002, Lula e o PT formularam uma aliança de centro-esquerda para garantir a governabilidade. Primeiro, agregou à sua base parlamentar as demais siglas de esquerda (PCdoB, PDT, PSB¹¹²), às quais se somariam partidos de direita, como o PMDB, PL (do vice, José Alencar, posteriormente PR), PTB¹¹³, PP¹¹⁴, entre outros. Essas siglas dariam maioria parlamentar para aprovação de projetos de governo, em troca de indicações de nomes para dirigir ministérios, estatais e outras áreas da administração pública. Devido seu caráter fisiológico, se alinham com a força dominante, que naquele momento era o PT, sendo o PMDB seu elo determinante pelo seu tamanho e influência em todas as esferas de poder.¹¹⁵ A ação de José Alencar como vice-presidente angariou o apoio de parte do empresariado, e a defesa da soberania nacional contra a agenda anterior de privatização desmedida de setores estratégicos fez com que o PT passasse a ser visto com mais simpatia entre os militares. Estava montado, portanto, um bloco de forças que daria governabilidade durante todo o período de hegemonia petista, com enormes contradições, que emergiriam em escândalos de corrupção e divergências periódicas que atrasavam, descaracterizavam ou inviabilizavam propostas mais radicais do governo e da sociedade.

Lula recebeu um país devastado por mais de uma década de hegemonia neoliberal, potencializada pelo ataque especulativo ocorrido durante as eleições de 2002, devido ao “temor” do mercado por sua vitória. Havia uma crise cambial, com o dólar superando o

¹¹² Partido Socialista Brasileiro, de orientação social-democrata.

¹¹³ Partido Trabalhista Brasileiro. Agremiação de direita totalmente fisiológica, não guardando nada na sua prática que lembre o trabalhismo (nem seu antecessor, de mesmo nome), corrente de esquerda-nacionalista de grande relevância na história do Brasil do século XX.

¹¹⁴ Partido Progressista. Sucessor da antiga ARENA e do PDS, partidos de sustentação civil da Ditadura. Mudou de nome diversas vezes, até em 2017 escolher a simples alcunha de “Progressistas”. Foi o partido de Jair Bolsonaro, mesmo este fazendo parte da base governista de Lula e Dilma. Para se candidatar à Presidência da República, Bolsonaro saiu do PP e foi para o então nanico PSL (Partido Social Liberal), onde se elegeu presidente em 2018.

¹¹⁵ A maior presença do PMDB no governo se deu a partir da crise do Mensalão, em 2005, onde se ventilou no Congresso a possibilidade de impeachment de Lula. Uma aliança com o PMDB daria mais segurança no Legislativo para o PT do que forjar elos com uma série de siglas menores, um dos pivôs do Mensalão.

patamar dos 4 reais e uma enorme fuga de capitais, além de uma dívida pública colossal, fruto da taxa de juros mais alta do planeta e dos endividamentos com o FMI. Soma-se a esse cenário uma economia com baixíssimo crescimento por quase duas décadas, péssimos indicadores sociais, alta do desemprego e uma crise de legitimidade de suas antigas lideranças que aplicaram uma política regressiva e danosa à maioria da população, resultando na situação descrita, bem diferente do que foi prometido pela “tecnicidade” do mercado.

Para quem esperava grandes mudanças imediatas, o início do governo Lula foi bastante decepcionante. De 2003 a 2005 prevaleceu uma política econômica conservadora, muito semelhante ao do governo anterior, sob o discurso que era necessário recuperar a estabilidade para garantir a credibilidade. A primeira grande decepção foi o anúncio de Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central (cargo que ganharia o status de ministro em 2005), ex-presidente do *Bank of Boston*, homem de confiança da especulação financeira mundial. O mais impressionante é que Meirelles tinha acabado de se eleger deputado federal pelo PSDB, grande rival do PT. A indicação de Meirelles era uma sinalização ao mercado de que nenhuma mudança brusca seria realizada pela nova administração federal, mantendo a estabilização macroeconômica por meio do manejo da taxa de juros, uma política de superávit de 4,3% (média do primeiro mandato de Lula) e a realização de reformas pró-mercado que favorecessem os investimentos privados. Complementando o conservadorismo da indicação de Meirelles, Antonio Palocci foi nomeado ministro da Fazenda, um quadro político do PT, com posições bem conservadoras (posteriormente envolvido em diversos escândalos de corrupção).

Já no ano inicial do governo, em 2003, Lula e sua equipe econômica se empenharam em uma mini reforma da previdência no setor público, que indispôs o governo com essa categoria, onde o PT sempre teve uma boa recepção. Adotando o discurso utilizado pelos defensores do neoliberalismo, de que era necessário “acalmar” o mercado e de que a previdência pública seria insustentável caso nenhuma modificação de grande monta fosse realizada, o governo enviou ao Congresso um pacote de mudanças que complementava as já feitas por Fernando Henrique Cardoso para o setor privado. A reforma aprovada taxou os aposentados e pensionistas (inativos), que passaram a contribuir para a previdência; aumentou o tempo de contribuição e a idade para recebimento integral do benefício, e instituiu um teto na remuneração para os aposentados do serviço público, fazendo com que grande parte destes, especialmente os de salários mais altos, recebessem aposentadorias com valores abaixo a seu último vencimento. Essa iniciativa leva esses funcionários públicos a recorrer aos fundos de previdência privada, abrindo um mercado de previdência complementar, importante esfera de

lucros do capital especulativo, e diminuindo a contribuição que alimenta a previdência social, demonstrando de forma clara a quem a reforma no setor acabaria beneficiando. A aprovação da taxação dos inativos tinha sido tentada pelo governo FHC, que não conseguiu aprová-la no Congresso, entre outros fatores, pela oposição do Partido dos Trabalhadores.

A mini reforma da previdência, aliada a modificações na Lei de Falências realizada em 2005, que passou a priorizar o pagamento de dívidas de financiamento sobre as dívidas trabalhistas de maior valor, e o reajuste do salário-mínimo abaixo dos índices de inflação nos primeiros anos de governo, deixaram um ar de decepção com os rumos da presidência de Lula, provocando, inclusive, um racha no PT. Uma pequena parte de parlamentares e suas respectivas correntes divergiram publicamente das mudanças na previdência, votando contra as mesmas nas duas casas do Congresso. Os parlamentares foram expulsos do partido, sob acusação de não seguir sua orientação, enquanto denunciavam que o PT se afastava de suas posturas históricas. Essa dissidência formaria, em conjunto com outros agrupamentos, o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) em 2005.

O governo argumentava que esse primeiro momento negativo era necessário para recuperar a estabilidade monetária e fiscal, fortalecendo as contas e reduzindo a vulnerabilidade da economia do país. A área econômica aumentou a alíquota do Cofins para instituições financeiras e outras tributações sobre lucros, além de prorrogar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) por mais quatro anos. Junto com a mini reforma da previdência já citada, essas modificações aumentaram a capacidade de arrecadação do governo, que apresentava essas mudanças como necessárias para, aos poucos, cumprir as promessas de campanha (BARBOSA, 2013, p. 70-74).

Ainda em 2003, Lula lançou o programa Bolsa Família, carro-chefe de sua principal bandeira, o combate à miséria. Trata-se de um benefício de renda mínima para famílias extremamente pobres (incluindo mães solo e gestantes) que recebem mensalmente um determinado valor, desde que comprovem a vulnerabilidade social, mantenham os filhos matriculados na escola e o acompanhamento de saúde. O programa se tornou um sucesso mundial estrondoso, ao garantir dignidade a milhões de famílias pobres do Brasil utilizando menos de 1% do PIB, agindo sobre os extratos mais necessitados da população e dando protagonismo às mulheres (o benefício é, preferencialmente, cadastrado no nome da mãe de família), conseguindo reduzir rapidamente os indicadores de pobreza e extrema pobreza e introduzindo na esfera de consumo formal uma enorme camada da população outrora marginalizada, o que auxilia a impulsionar a economia como um todo.

O início da política distributiva e o momento positivo internacional (com o

crescimento da economia mundial e alta dos preços das commodities) já melhoraram a economia a partir de 2004. Ao analisar os gráficos em longo duração (que exponho mais abaixo), podemos verificar que o ano de 2004 inicia a série de índices econômicos positivos que marcaram o governo Lula. O crescimento do PIB neste ano de 5,7% (o maior em quase vinte anos) vem acompanhado do aumento do consumo das famílias (de -0,8 para 3,8%), dos empregos formais (inclusive na indústria e indústria naval), o aumento do crédito e a queda da inflação, desemprego, pobreza e da taxa de juros (esta ainda em nível altíssimo, mas desde de 2003 em queda, o que permite diminuir a dívida pública e aumentar o investimento). É nesse momento, por exemplo, que as centrais sindicais passam oficialmente a participarem das negociações para o reajuste do salário-mínimo junto a representantes patronais e do governo, e que emplacam a aprovação do chamado “crédito consignado”, modalidade de empréstimo em que as parcelas de pagamento, geralmente de baixos valores, são descontadas diretamente na remuneração do trabalhador ou no benefício de aposentados, possibilitando o crédito para trabalhadores pobres, normalmente não atendidos pelos bancos devido sua baixa renda.

Em 2005 os salários voltariam a aumentar sua participação no PIB após mais de uma década seguida de queda, indicando que as ações governamentais para aumentar a renda dos trabalhadores passavam a fazer efeito. No cenário internacional, Lula foi um dos maiores responsáveis (junto com os presidentes Hugo Chávez da Venezuela e Nestor Kirchner da Argentina) por inviabilizar o projeto norte-americano de criar uma área de livre-comércio em todo o continente americano, a ALCA, que destruiria as economias mais fortes da América Latina e marcaria sua submissão total aos Estados Unidos. Neste mesmo ano, Lula adiantou o pagamento de toda a dívida que o país tinha com o FMI, no valor de 23 bilhões de dólares (incluindo os bônus do Plano Brady, com uma década de antecedência para o fim do prazo de seu resgate), o que foi um ato simbólico de muita força, já que as constantes submissões aos ditames do organismo internacional eram um ícone não só dos governos passados, mas de um mecanismo de dominação dos países periféricos e de sua subalternidade perante o mercado internacional. Numa análise macro da presidência de Lula, o fim da dívida com o FMI aparece como um divisor de águas, um marco de que a partir dali haveria desenvolvimento econômico com inclusão social e de que o pior tinha ficado para trás. De fato, a partir deste momento ficou mais nítido para analistas e a população em geral que as políticas do governo eram positivas e de que algo estava mudando no país, aumentando a autoestima do brasileiro.

Ainda em 2005, a adesão da maioria da população, especialmente os setores mais pobres, ficaria nítida com a primeira grande crise enfrentada pelo PT no governo, o escândalo de corrupção conhecido como “Mensalão”. As principais lideranças do partido, como José

Dirceu, José Genuíno, Luiz Gushiken, entre outros, foram acusadas de articular um sistema de pagamentos mensais (daí o nome “Mensalão”) a partidos, em sua maioria de direita, para que votassem a favor de propostas do governo no Congresso. Esses outros partidos e suas lideranças também foram acusados de desviarem recursos de instituições públicas e privadas, onde mantinham postos-chave e espaços de influência distribuídos pelo governo federal para contemplar toda a base aliada que lhe dava sustentação no Congresso. As denúncias e investigações receberam ampla cobertura midiática, que tentavam a todo momento ligar o presidente Lula ao escândalo, ligação essa que jamais foi comprovada. O Mensalão desgastou a imagem do PT, que sempre se apresentou como partido imaculado e livre de corrupção, especialmente com segmentos da classe média que historicamente o apoiaram. Chegou-se a ventilar a possibilidade de se recorrer ao impeachment do presidente, opção afastada pela constatação de que o governo estava em uma ascensão de popularidade devido à melhora da economia e das condições sociais. Vejamos como Emir Sader coloca a questão:

A oposição centrou sua ação nesse tipo de denúncia, fazendo da “corrupção” do governo Lula e do PT seu mote central de atuação política. Os setores dissidentes do PT, que haviam abandonado o partido, em vez de centrarem suas críticas na política econômica, também aderiram à centralidade das denúncias de corrupção, fracassando assim na construção de uma alternativa à esquerda do PT. Os investimentos em políticas sociais começaram a surtir resultados, deslocando a base fundamental de apoio social do governo para os setores mais pobres e para as regiões mais relegadas do país. Diante da possibilidade de Lula desencadear uma grande mobilização popular na defesa do governo e do seu mandato, a oposição recuou e jogou tudo na possibilidade de sangrar o governo dos recursos no Congresso e derrotá-lo nas eleições de 2006. Mas os efeitos das políticas sociais permitiram a Lula se reeleger, consolidando um novo tipo de apoio popular ao governo, paralelo à retomada do crescimento econômico. Essa tendência teve a ver diretamente com a mudança da equipe econômica do governo e das suas prioridades gerais, que abandonou a orientação conservadora da política econômica, substituindo-a por um modelo de desenvolvimento que articulava estruturalmente crescimento econômico com políticas de distribuição de renda (SADER, 2013b, p. 140).

Foi a partir do Mensalão que se construiu midiaticamente a máxima do “PT corrupto”, apontando o partido como o responsável por toda corrupção do país, o que absolutamente não tem conexão com os fatos, que pese o envolvimento de alguns de seus filiados em escândalos desse tipo. Essa máxima mancharia indelevelmente a imagem do partido, afastaria amplos setores da classe média em definitivo de qualquer apoio ao PT, transformando-os no motor de uma oposição que foi adquirindo contornos cada vez mais raivosos e violentos ao longo dos anos posteriores até se converter a posturas de extrema-direita. De fato, o Mensalão foi também um divisor de águas, onde a maioria da classe média rompe com o governo e passa à oposição; o PT é taxado de responsável por todos os ilícitos da República, situação a que nunca conseguiu dar resposta contundente (e que levaria à sua

queda uma década depois); mas, ao mesmo tempo, devido aos ganhos sociais, solidificou um eleitorado popular que seria essencial para a continuidade de seu projeto, baseado no reconhecimento por amplos setores da classe trabalhadora de que Lula era o responsável pela melhoria das condições de vida.

A oposição apostou todas as suas forças nas denúncias de corrupção, já que nenhuma acusação de que a economia iria mal se sustentaria. Lula adentrou o ano eleitoral de 2006 com imensa popularidade entre os trabalhadores e grande credibilidade internacional, o que restringiu as acusações de corrupção aos setores médios da sociedade. Sua reeleição ocorreu sem percalços, com 48% dos votos no primeiro turno e 60% no segundo, praticamente os mesmos números de 2002, mostrando que o PT solidificou uma hegemonia eleitoral (pelo menos para presidência da República) e a população aprovava o andamento do governo. No entanto, as eleições de 2006 marcaram um deslocamento de classe em relação aos votos concedidos a Lula. As massas de trabalhadores pobres, outrora submetidas a currais eleitorais da direita através do clientelismo, passaram a votar maciçamente na candidatura petista, formando uma maioria eleitoral que seria determinante para as vitórias da social-democracia periférica até as eleições de 2014. Essa maioria se manifestava nos extratos mais pobres da população e nas regiões que concentravam mais pobreza (daí a força do PT no Nordeste e nas favelas das grandes cidades), enquanto que os setores médios e as cidades com maior renda per capita, onde anteriormente o PT tinha apoio, passaram à oposição.¹¹⁶ André Singer foi um dos que interpretaram essa mudança de posição dos eleitores brasileiros a partir das políticas públicas lulistas:

Em suma, foi em 2006 que ocorreu o duplo deslocamento de classe que caracteriza o realinhamento brasileiro e estabeleceu a separação política entre ricos e pobres, a qual tem força suficiente para durar por muito tempo. O lulismo, que emerge junto com o realinhamento, é, do meu ponto de vista, o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital. Ao mesmo tempo, também decorre do realinhamento o antilulismo que se concentra no PSDB e afasta a classe média de Lula e do PT, criando-se uma tensão social que desmente, como veremos, a hipótese de despolarização da política brasileira pós-ascensão de Lula. Foram as opções práticas do primeiro mandato, as quais precederam a crise do “mensalão” (2005) e com ela conviveram, mais do que qualquer programa explícito, que cristalizaram o

¹¹⁶ Essa oposição centrada na classe média, alinhada eleitoralmente com o PSDB até 2014, também sofreria mudanças com o desmoronamento da hegemonia petista, passando por um processo de fascistização ao longo da década de 2010 (política e eleitoralmente), ao perceber que a direita liberal que apoiava estava envolvida nos mesmos escândalos de corrupção que acusavam o PT e que era insuficiente para retirar a social-democracia periférica do governo.

realinhamento e fizeram surgir o lulismo. O pivô do lulismo foi de uma parte a relação estabelecida por Lula com os mais pobres, os quais, beneficiados por um conjunto de políticas voltadas para melhorar as suas condições de vida, retribuíram na forma de apoio maciço e, em algumas regiões, fervoroso da eleição de 2006 em diante. Paralelamente, o “mensalão” catalisou o afastamento da classe média, invertendo a fórmula de 1989, quando Lula foi derrotado exatamente pelos mais pobres, que tinham votado em Collor. O lulismo, por sua vez, alterou a base social do PT e favoreceu, em particular no segundo mandato, a aceleração do crescimento econômico com diminuição da desigualdade, sobretudo mediante a integração do subproletariado à condição proletária via emprego formal. No plano ideológico, isso trouxe, outra vez, à tona a gramática varguista, que opunha o “povo” ao “antipovo” (SINGER, 2012, p. 15-16)

A adesão das camadas mais pobres da população ao projeto de Lula, de distribuição de renda e oportunidades, sem enfrentamento ao capital, formou a base social necessária para aprofundar este projeto no segundo mandato (2007-2010). O que se viu foi uma massa agradecida pelas ações governamentais e uma classe média ressentida de ver determinados espaços sociais outrora a ela reservados sendo ocupados pela classe trabalhadora, como universidades, *shopping centers* e filas de aeroportos. Por outro lado, a opção ideológica de não enfrentamento ao capital e ausência de horizonte revolucionário no projeto petista, nunca organizou e conscientizou essa massa que o apoiava. O embate social que se desenhou durante os governos de Lula e Dilma não foi de esquerda x direita, mas sim, os de baixo x os de cima, sendo que a compreensão por parte da maioria da classe trabalhadora de que este era um governo que atendia suas expectativas e melhorava diretamente suas condições de vida, justificava seu alinhamento eleitoral durante uma década.

Os anos entre 2006 e 2012 marcaram o auge dos governos petistas e sua iniciativa econômica, política e eleitoral. Na economia, observou-se altas taxas de crescimento (para realidade brasileira sob hegemonia neoliberal) que garantiram desenvolvimento, emprego e renda. Nesse período foram realizados amplos programas de investimento público, principalmente de infraestrutura (PAC – Programa de Aceleração do Crescimento) e de habitação (MCMV – Minha Casa Minha Vida), além dos preparativos para os megaeventos, que contribuíram para o crescimento, a queda do desemprego e impediram consequências mais graves do primeiro momento da crise internacional iniciada em 2008. Os indicadores sociais apresentavam rápida melhora, respondendo à combinação do aumento do emprego formal¹¹⁷, a política de valorização do salário-mínimo¹¹⁸, uma recomposição da máquina pública (com novos concursos públicos, com presença de cotas raciais e sociais) e os

¹¹⁷ Essa criação do emprego formal se deu na base da pirâmide, em postos de trabalho no setor de serviços, com remuneração até 1,5 salário-mínimo, absorvendo a massa de desempregados criada no governo FHC, questão que trabalho na próxima sessão. O melhor trabalho sobre o assunto é POCHMANN, 2012.

¹¹⁸ Reajuste do salário-mínimo a partir dos índices de inflação do ano anterior e a taxa de crescimento do PIB de dois anos antes. Se tornou lei em 2011, no primeiro ano de governo de Dilma Rousseff (Lei 12.382/2011).

programas de combate à miséria, principalmente, o Bolsa Família. Para estimular o crescimento, o governo rebaixou os juros, que passaram a oscilar em torno dos 10% ao ano durante os governos petistas (o que ainda é alto para os padrões internacionais), chegando em alguns momentos a patamares inferiores a este. Com os juros baixos, diminuiu-se também a dívida pública, o que permitiu bom equilíbrio das contas e a manutenção do investimento público mesmo quando do estouro da crise internacional em 2008. Nelson Barbosa (membro do ministério da Fazenda, e posteriormente ministro da pasta) apontou os impactos da crise e o tratamento diferenciado que Lula deu quando comparado ao receituário ideal do neoliberalismo:

O primeiro impacto da crise internacional sobre o Brasil ocorreu de duas formas: uma contração abrupta e substancial da oferta de crédito e uma grande incerteza sobre a solvência de alguns grupos empresariais exportadores. (...) O segundo impacto da crise internacional sobre o Brasil ocorreu pelo canal de comércio exterior, devido à queda no volume de comércio internacional e à redução abrupta dos preços das commodities geradas pela recessão nos países avançados. (...) Contrariando expectativas do mercado, o governo Lula adotou uma postura sem precedentes na história recente do país: uma política de combate aos efeitos da crise internacional mediante medidas expansionistas nas áreas fiscal, monetária e creditícia. Em linhas gerais as principais ações do governo podem ser agrupadas em cinco grupos de medidas: (1) o aumento da liquidez e redução da taxa Selic; (2) a manutenção da rede de proteção social e dos programas de investimentos públicos mesmo em um contexto de queda da receita do governo; (3) as desonerações tributárias temporárias ou permanentes; (4) o aumento da oferta de crédito por parte dos bancos públicos; e (5) o aumento do investimento público em habitação (BARBOSA, 2013, p. 80-81).

Houve uma reformulação tributária para micros e pequenas empresas, o Simples Nacional, que permitiu a formalização de empreendimentos nesse setor, o que mais gera empregos no país. Os bancos públicos, especialmente o BNDES, assim como os fundos de pensão das estatais, foram utilizados para a expansão dos investimentos públicos, mas também para a fusão e projeção de grandes conglomerados de capital brasileiro, incluindo sua internacionalização, nos setores de agronegócio, carnes, mineração e construção civil, áreas em que o país já é comumente competitivo, numa tentativa de criar “campeãs nacionais”.¹¹⁹ Foi nesse período que os produtos primários ultrapassaram os 50% do total de exportações do país, garantindo um superávit comercial e evidenciando a reprimarização da pauta exportadora. Concomitantemente, a China se tornou o maior parceiro comercial do Brasil,

¹¹⁹ O caso das empreiteiras (Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS e Camargo Correa) é o mais destacado, pela quantidade de obras que passaram a realizar na América Latina e na África. No agronegócio, destacam-se a Brasil Foods e a JBS. Na mineração, a Vale, privatizada nos anos 1990 por Fernando Henrique Cardoso. O setor financeiro também passou por processo de fusões, como a que o Itaú incorporou o Unibanco. Essas medidas também favoreciam as exportações do setor automotivo, totalmente controlado por empresas estrangeiras, que utilizam o Brasil para montagem e exportação de veículos para outros países periféricos, sobretudo na América Latina e África.

superando os EUA. Por outro lado, houve maior investimento nas empresas públicas capazes de produzir alta tecnologia, como a Petrobras e a Embraer, assim como na criação de novas universidades, *campi* e escolas técnicas, e o aumento da concessão de bolsas de estudo.

Com os resultados positivos da economia e grande aprovação popular, o PT pode manejar a política com mais habilidade, atraindo o PMDB para sua base no Congresso e no governo, principalmente os deputados e senadores do Norte e Nordeste, o que daria mais solidez para aprovar seus projetos do que a situação anterior, de negociar com diversos partidos menores fisiológicos. A hegemonia petista desmembrou frações de partidos tradicionais da direita para se juntarem ao governo, como a criação do PRB¹²⁰, braço partidário da Igreja Universal do Reino de Deus, maior igreja evangélica do país, condensando seus políticos, antes dispersos em várias siglas, em uma única agremiação. Lula teve grande influência na formação do partido. Outro exemplo foi a formação do PSD¹²¹ em 2011, que passou imediatamente a compor o governo Dilma, mesmo sendo um racha do Democratas, um dos mais ferozes oponentes do petismo.

No âmbito internacional, o Brasil se uniu a Rússia, Índia, China e África do Sul para criar os BRICS, que logo se tornou um fórum de diálogo permanente entre as “potências emergentes”, que resultava em posicionamentos bloqueados nas questões internacionais; assim como o país passou a ser parte vital do processo de integração soberana da América Latina, com a criação da UNASUL e da CELAC, além do reforço do Mercosul, que se desdobraram em diversas iniciativas, principalmente, de infraestrutura, mas também na política, com a hegemonização do campo progressista na região, que diminuía a força norte-americana, e o posicionamento coletivo em diversas negociações internacionais. Foi nesse momento que o Brasil venceu as disputas para sediar a Copa do Mundo de 2014 (escolhido em 2007) e os Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro (escolhido em 2009).

Essa amplitude política, junto ao bom desempenho econômico, fez de Lula o maior cabo eleitoral do país, permitindo ao PT alinhar diversas forças, à esquerda e à direita, ao seu arco de alianças. A reeleição acachapante de Lula em 2006 mostrou o respaldo popular às políticas até então desenvolvidas. Posteriormente, graças às negociações políticas, o PT foi conquistando importantes governos estaduais e municipais, e fazendo parte de coalizões vencedoras em tantas outras. Ao deixar o governo em 2010, com a maior aprovação da

¹²⁰ Partido Republicano Brasileiro. O então vice-presidente, José Alencar, migrou para a sigla após sua fundação.

¹²¹ Partido Social Democrático. Todos os partidos de direita que fizeram parte da coalizão que governou com Lula e Dilma os traíram no Golpe de 2016.

história da política brasileira (87%)¹²², e crescimento de 7,5% da economia, Lula não teve dificuldades de eleger sua sucessora, Dilma Rousseff, até então uma figura desconhecida do grande público, que serviu primeiro como ministra das Minas e Energias e depois, como ministra da Casa-Civil. Dilma, primeira mulher na história eleita presidenta do Brasil, venceu com ampla vantagem (46% no primeiro turno, 56% no segundo) prometendo dar continuidade ao governo Lula e aprofundá-lo, em uma política desenvolvimentista que erradicasse de vez a miséria e construísse um “país de classe média”.¹²³ A iniciativa eleitoral petista se estendeu até às eleições municipais de 2012, quando, contrariando todas as expectativas, o PT venceu a prefeitura de São Paulo, maior cidade do país e antigo reduto da direita, com o também até então desconhecido Fernando Haddad (ministro da educação no governo Lula).

Dilma assume em janeiro de 2011 com excelentes condições econômicas e políticas para aprofundar a experiência iniciada por Lula. Para o primeiro mandato, seu objetivo era, por meio de uma coalizão de industriais e trabalhadores, continuar o crescimento econômico, favorecer a indústria e aprofundar os ganhos da classe trabalhadora, com valorização do salário, emprego e erradicação da miséria. Seu embate principal foi pela queda dos juros, principalmente do *spread* bancário, diferença entre os juros concedidos pelos bancos para a poupança e os juros que cobram quando realizam empréstimos para os clientes (os últimos são muito mais altos do que os primeiros). Ao diminuir juros e outras taxas nos bancos públicos, Dilma forçou os bancos privados, depois de muita relutância, a fazerem o mesmo, com o objetivo de aumentar a liquidez do mercado e estimular o setor produtivo, sobretudo, o industrial. Os juros desceram a 7,1% em 2012, o menor patamar já registrado até aquele momento pela taxa Selic desde de sua criação (1986), ao mesmo tempo em que os bancos públicos injetavam crédito no mercado para estimular investimentos produtivos. Houve também o aumento de taxas para transações financeiras de grande valor e investimentos em carteira (SINGER, 2016, p. 26-37).

Ainda nos dois primeiros anos de governo, Dilma reduziu e eliminou impostos para setores da indústria (principalmente a de bens duráveis e componentes de informática) e promoveu uma reforma no setor elétrico que diminuiu o preço da energia (novamente beneficiando a indústria, mas também a população mais pobre, a quem os custos das tarifas pesam muito no orçamento familiar). Houve um ensaio de proteção à produção nacional, com

¹²² “Popularidade de Lula bate recorde e chega a 87%, diz Ibope”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html>> Acesso em 26 de novembro de 2018.

¹²³ Discurso de posse de Dilma Rousseff no Congresso. 1º de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2011/01/leia-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff-no-congresso>> Acesso em 26 de novembro de 2018.

o aumento de impostos sobre produtos importados (automóveis, pneus, móveis, vidros, etc) e o desenvolvimento da política de conteúdo nacional, onde o governo e empresas estatais, como a Petrobras, são obrigados em seus empreendimentos a adquirirem uma porcentagem alta de produtos fabricados no país. Essas mercadorias, como máquinas, equipamentos, medicamentos, navios e outros veículos respondem a setores da indústria de média composição técnica, com o objetivo de absorção dessas tecnologias pelo país e a geração e manutenção de postos de empregos na indústria - setor com maior proporção de empregos formais (SINGER, 2016, p. 31-32).

Dilma demonstrou disposição para iniciar uma nova etapa do projeto petista e, ao mesmo tempo, defender a economia brasileira do novo momento da crise internacional. Ainda em 2011 lançou dois programas visando à formação científica em setores estratégicos e de ponta, o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) e o Ciências sem Fronteiras. O primeiro consiste na concessão de bolsas de estudo em instituições públicas e privadas de ensino médio técnico, estimulando a formação de força de trabalho qualificada para determinados setores da economia, como mecânica, elétrica, turismo, administração, segurança do trabalho, etc. O segundo, centrava-se num programa de bolsas de intercâmbio para alunos de graduação e pós-graduação em áreas consideradas estratégicas, de tecnologias de ponta e produção de conhecimento, para intercâmbio acadêmico-científico em instituições internacionais de excelência, existindo também uma modalidade para atrair pesquisadores estrangeiros a lecionar e pesquisar no Brasil. O PRONATEC e o Ciência sem Fronteiras respondiam, dessa forma, aos objetivos centrais da política econômica desenvolvimentista pretendida pelo governo Dilma, ao formar força de trabalho qualificada e promover um avanço acadêmico-científico que fosse absorvido pela economia brasileira a médio prazo – inclusive em áreas sensíveis à Revolução Científico-Técnica.

Essa política de primazia produtivista e de manutenção e ampliação dos ganhos da classe trabalhadora não veio sem ambiguidades, que já anunciavam os limites do projeto da social-democracia periférica. Ao iniciar o mandato em 2011, Dilma e sua equipe optaram por uma alta de juros para um “pouso suave” da economia, crescendo 3,9% neste ano, contra os 7,5% do anterior. A ideia do governo era evitar que a permanência de taxas de crescimento muito elevadas levasse à alta da inflação, trazendo o PIB para números entre 4 a 5% ao ano, que garantiriam o desenvolvimento com distribuição de renda. A decisão se demonstrou um erro por dois motivos, um conjuntural e outro estrutural: na conjuntura, o segundo semestre de 2011 marcou o começo de uma segunda onda da crise iniciada em 2008, desta vez centrada na União Europeia e na insolvência de suas economias mais endividadas. Essa situação rebaixou

as exportações mundiais, principalmente os preços das commodities, e levou a China a também diminuir suas taxas de crescimento (acima dos 10% até este momento, foram diminuídas para a casa dos 6%) e passar à política de valorização do seu mercado interno, prejudicando as exportações brasileiras. Do ponto de vista estrutural, os países da periferia precisam apresentar taxas de crescimento fortes (como os 7,5% de 2010) justamente para tirar o “atraso” em relação ao centro do sistema, dinamizar e fortalecer os diversos setores da sua economia (principalmente os que exigem tecnologia de ponta) e redistribuir renda, melhorando as condições de vida de amplas camadas da população. Obviamente que essa opção levará à alta da inflação, mas esta é inevitável devido às próprias condições do capitalismo periférico, tendo o governo somente que ter cuidado para que ela não saia do controle, situação que nem de longe ocorreu durante o primeiro mandato de Dilma (onde a média da inflação foi de 6% ao ano).

Se o projeto desenvolvimentista de Dilma era uma continuação natural da condução econômica iniciada por Lula, na política, as coisas eram diferentes. As medidas adotadas nos dois primeiros anos do novo governo (2011-2012) criaram indisposição com diversos setores do capital, especialmente sua fração hegemônica, o financeiro, afetado pela redução dos *spreads* e dos juros; mas também setores importadores (com a alta de impostos no setor e a política de conteúdo nacional), e a burguesia como um todo, com a redução do desemprego e a valorização do salário-mínimo. Estava claro que a política do ganha-ganha manejada por Lula na década anterior não se sustentaria com os rumos pretendidos pelo governo Dilma. Por outro lado, por sua tradição conciliadora e de adesão passiva das massas a seu projeto, o PT não investiu na organização política da classe trabalhadora, diretamente beneficiada pelas medidas governamentais, para desempenhar o papel de defesa da sua matriz econômica em momento de acirramento das contradições de classes. Uma década de governos progressistas seria o suficiente para um amplo trabalho de conscientização e organização das bases contempladas pela gestão petista, angariando força social para empreendimentos mais audaciosos, quando o ganha-ganha fosse insustentável e a luta de classes retornaria ao centro da economia política.¹²⁴

Dilma também retirou diversos cargos vitais de estatais, instituições e órgãos públicos que estavam nas mãos de pessoas indicadas por partidos ou políticos de direita que compunham a base do governo. Sempre que apareciam suspeitas de corrupção, a presidenta rapidamente exonerava e substituía os acusados, demonstrando que não toleraria esse tipo de

¹²⁴ Esse avanço classista é impossível sem um aparato midiático próprio, amplo e de qualidade, algo nunca sequer esboçado pelos governos petistas.

expediente dentro da máquina pública e que estava disposta a realizar um “ensaio republicano”, como nomeou André Singer, ou seja, combater o patrimonialismo e a corrupção promovidas por políticos através de indicações a órgãos públicos que manejavam grandes cifras em seus orçamentos. Com isso, Dilma foi colecionando desafetos, que foram sendo, paulatinamente, reunidos pelo grupo fisiológico do PMDB na Câmara, comandado pelo próprio vice-presidente, Michel Temer, e o deputado Eduardo Cunha do Rio de Janeiro, figuras especializadas em enriquecer ilicitamente a partir de posições políticas, e que mais tarde promoveriam o Golpe de 2016 (SINGER, 2018).

Entramos no último momento dos governos petistas, o de sua rápida derrocada, entre 2013 e 2016. No auge da sua popularidade, no início de 2013, quando vencida a “batalha do *spread*”¹²⁵ e da redução das tarifas de energia elétrica, Dilma começou a receber os ataques dos descontentes, primeiro pelo setor financeiro, quando o Banco Central começou a elevar a taxa de juros, com a velha desculpa do “perigo inflacionário” e a necessidade de “conter a demanda”. Os juros não parariam mais de subir até o Golpe de 2016, demonstrando como o Banco Central é utilizado ao bel prazer do capital especulativo contra os interesses nacionais e populares, e como o PT nada fez para deter essa autonomia de fato da entidade. Era o contra-ataque do setor financeiro contra a redução anterior de juros e do *spread*, inviabilizando o projeto desenvolvimentista e a coalizão industrial-trabalho. Novamente, foi acionado o “estado de emergência” (PAULANI, 2008), onde o mercado financeiro clama por uma política restritiva (utilizando os meios de comunicação monopólicos) para, supostamente, conter a subida da inflação, apresentada para a sociedade como um caos iminente, quando, em verdade, está interessada somente na sua remuneração por meio da elevação da taxa de juros.

Os limites do projeto da social-democracia periférica ficaram evidentes, ao não saber responder ao contra-ataque das finanças. Como não está em sua agenda a organização das massas, passou então a um recuo gradual, que foi desmontando diversas iniciativas do início do mandato e inviabilizando o próprio projeto petista: cortes no orçamento, aumento da margem de lucro para a iniciativa privada nas concessões, diminuição nas restrições colocadas na movimentação de capitais especulativos, privatizações na infraestrutura (rodovias, portos e aeroportos). Ou seja, a adoção de medidas restritivas, completamente contrárias ao que tinha sido a tônica do petismo desde 2006 e ao programa desenhado para o quadriênio 2011-2014. Estava perdida a iniciativa econômica e a partir daí o governo apenas recuaria até sua derrota melancólica.

¹²⁵ O termo é de André Singer. Ver SINGER, 2016 e 2018.

No momento da ofensiva financista ocorreu o imponderável: explode uma onda de manifestações contra o reajuste dos preços das passagens de transporte público que ficariam conhecidas como Jornadas de Junho de 2013. Anualmente as tarifas de transporte público são ajustadas nas cidades brasileiras, muito acima do nível da inflação, em expedientes considerados “técnicos”, regidos por contratos assinados entre prefeituras e empresas concessionárias. É notório destacar que nunca houve questionamento da “tecnicidade” dessas decisões por parte da esquerda da ordem, que, ao assumir governos municipais, tratou a questão dos transportes públicos exatamente da mesma forma que faz a direita. Tal como um indício de que as coisas já não iam tão bem como nos anos anteriores, as manifestações contra o aumento das passagens começaram a crescer para além da militância que sempre está presente em protestos, angariando forte apoio popular. Quando as manifestações passaram a ser duramente reprimidas pela polícia, com cenas de selvageria fartamente compartilhadas pelas redes sociais – mas ignoradas pela grande mídia num primeiro momento, isso estimulou mais e mais pessoas a aderirem aos protestos, que tomaram contornos de massa, e se transformaram em uma das maiores manifestações políticas da história brasileira.

O estopim dos protestos foi o preço das tarifas de transporte público (ônibus, trem, metrô, barcas, etc) e começou com manifestações organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo. Conforme as manifestações se agigantavam, passaram a incorporar bandeiras pela valorização da educação e saúde públicas. A percepção da desigualdade entre os brasileiros, especialmente pela juventude, ficou clara, nas críticas dos manifestantes ao comparar os gastos realizados nos investimentos para os megaeventos, o chamado “Padrão FIFA”, com as condições dos serviços públicos.¹²⁶ Pautas, portanto, não só defendidas pela esquerda, mas que afetam diretamente a classe trabalhadora e seus extratos mais empobrecidos, que dependem dos serviços públicos. Como a grande mídia tentou invisibilizar e criminalizar os protestos em seu nascedouro, ela foi rechaçada pelos manifestantes e expulsas das aglomerações em diversas ocasiões. As pessoas passaram a se informar sobre os protestos pelas redes sociais, principalmente o Facebook, com a sensação de que ali havia uma cobertura verdadeira do que ocorria nas ruas. Pesquisas na época demonstravam o perfil dos manifestantes, majoritariamente jovens, já no mercado de trabalho e oriundos da classe trabalhadora, muitas vezes sendo os primeiros de suas famílias a cursar o Ensino Superior.

¹²⁶ As manifestações de junho de 2013 se deram concomitantes à realização da Copa das Confederações, torneio internacional de futebol organizado pela FIFA, preparativo para a Copa do Mundo. O Brasil venceu a competição, derrotando a Espanha no estádio do Maracanã lotado, enquanto no lado de fora manifestantes e policiais se enfrentavam. Os efeitos do gás de pimenta puderam ser sentidos dentro do estádio, com pessoas passando mal nas arquibancadas.

Vejamos a análise de Ruy Braga no calor do momento:

Pesquisa da empresa de consultoria Plus Marketing na passeata de 20 de junho de 2013 no Rio de Janeiro mostrou que 70,4% dos manifestantes estavam empregados, 34,3% recebiam até um salário-mínimo e 30,3% ganhavam entre dois e três salários-mínimos. A idade média era de 28 anos, ou seja, a faixa etária dos que entraram no mercado de trabalho nos últimos dez anos [durante os governos petistas]. Dados colhidos em Belo Horizonte apontam na mesma direção. Se os grupos pauperizados que dependem do programa Bolsa Família e os setores organizados da classe trabalhadora que em anos recentes conquistaram aumentos salariais acima da inflação ainda não entraram na cena da política, o “precariado” - a massa formada por trabalhadores desqualificados e semiquualificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho, por jovens à procura do primeiro emprego, por trabalhadores recém-saídos da informalidade e por trabalhadores sub-remunerados – está nas ruas manifestando sua insatisfação com o atual modelo de desenvolvimento. Os aumentos nos gastos sociais não aliviam quase nada as carências desses setores. Uma pesquisa nacional realizada pelo Ibope durante as passeatas no mês de junho de 2013 mostrou que os problemas mais citados pelos manifestantes eram a saúde (78%), a segurança pública (55%) e a educação (52%). Ademais, 77% dos entrevistados mencionaram a melhoria do transporte público como a principal razão dos protestos. Estamos diante de um autêntico processo de mobilização do proletariado precarizado em defesa tanto de seus direitos à saúde e à educação públicas e de qualidade quanto pela ampliação de seu direito à cidade (BRAGA, 2013, p. 82).

A maioria dos manifestantes pertencia a camadas sociais beneficiadas pelos governos petistas, mas que apontavam os limites desse projeto: de um lado, chamavam atenção para a precariedade dos serviços públicos, que, inconscientemente, apontam para os limites da esquerda da ordem, pois atacar esse problema de frente exigiria entrar em conflito com frações do capital que controlam os transportes urbanos, aliados políticos no campo da direita e a própria maneira conciliatória de governo exercida pela social-democracia periférica. Por outro lado, Junho de 2013 marcou, pela primeira vez na Nova República, a não liderança e participação do PT em grandes manifestações populares. Havia, inclusive, uma certa ojeriza à participação da militância de partidos de esquerda identificados como tal, o que se traduziu nas palavras de ordem “sem partido” e “sem bandeira” (em alusão às bandeiras de partidos e organizações de esquerda presentes nos atos), e, em alguns casos, agressões a militantes de agremiações de esquerda.

Quando as manifestações se agigantaram e se multiplicaram por todo o país, as pautas se diversificaram. Em meio aos confrontos de rua e a percepção geral de que os protestos eram legítimos, já que os transportes públicos eram ruins e caros, todo tipo de pessoa, classe e visão política passou a estar presente nos protestos, trazendo uma miscelânea de reivindicações. Posições consideradas de esquerda, como melhorias na educação e saúde, se misturavam com pautas de direita e reacionárias, como redução da maioridade penal e pena de morte, ao mesmo tempo que crescia um rechaço aos partidos e aos políticos em geral e o anêmico “contra a corrupção”. Como não havia liderança declarada dos protestos, a narrativa

dos acontecimentos passou a ser disputada pela grande mídia e grupos proto-fascistas na internet (que anos mais tarde, desaguariam na candidatura vitoriosa de Bolsonaro à presidência da República). Olhando para a escalada de manifestações conservadoras que ocorreriam nos anos seguintes, a favor do impeachment de Dilma, Junho de 2013 marcou o início da ocupação das ruas pela classe média, com reivindicações reacionárias, e, naquele momento, ainda misturada à classe trabalhadora e a outras visões de mundo antagônicas à sua. A ideia de corrupção como um ato individual (ou de um partido, como o PT) e não sistêmica – como de fato é, se trata da típica visão conservadora sobre o assunto, assim como, do autoritarismo como solução para o problema, ocultando, dessa maneira, a indissociabilidade entre capitalismo e ilegalidade.

Mesmo com esses casos, as pautas das manifestações eram, na maioria das vezes, bandeiras clássicas da esquerda e dos setores populares, algumas defendidas pelo próprio PT e, em nenhum momento, os protestos adquiriram tonalidade anti-Dilma. Quando da conquista da redução do preço da passagem em diversas cidades do país, a esquerda se retirou das manifestações e essas começaram a diminuir, terminando com a mesma velocidade que surgiram. Não há como provar, mas há fortes indícios de que a mudança de rumo das manifestações a partir da conquista da redução das passagens, para um caráter amorfo de “contra a corrupção” e “sem partido”, possam ter sido orquestradas a partir da utilização de táticas das revoluções coloridas nas redes sociais, e um fato internacional reforça essa tese.

Ao mesmo tempo em que ocorriam as manifestações de junho de 2013 veio à tona as revelações do ex-funcionário da NSA, Edward Snowden, sobre programas de vigilância global dos Estados Unidos. Entre os alvos estava a presidenta Dilma Rousseff, que teve seus celulares grampeados (incluindo o telefone do avião presidencial) e a Petrobras, monitorados diariamente pelo órgão de segurança estadunidense. Ficou evidente que o interesse da espionagem era o pré-sal e o regime de exploração que o governo brasileiro adotaria, fazendo com que o cotidiano do governo e da sociedade brasileira fossem monitorados pelo governo estadunidense. Não é impossível que, a partir do monitoramento, tenha sido traçada uma estratégia de ofensiva do tipo “revolução colorida” para desestabilizar o governo brasileiro, que utiliza maciçamente as redes sociais, ferramenta fundamental das manifestações de junho de 2013.¹²⁷ Dilma cancelou viagem oficial que faria aos Estados Unidos (onde encontraria o

¹²⁷ A posterior escalada de protestos contra o governo Dilma (2015-2016), que levariam à sua destituição, tiveram traços mútuos perceptíveis das chamadas “revoluções coloridas”. O regime de exploração do pré-sal foi modificado após a deposição de Dilma, favorecendo as petroleiras norte-americanas e europeias. É muito evidente que a espionagem dos Estados Unidos foi utilizada para traçar métodos de desestabilização que levassem à “mudança de regime” e que favorecessem seus interesses em se apossar do pré-sal brasileiro. Para detalhes minuciosos de como são “fabricadas” as revoluções coloridas e seus diversos métodos, e que corroboram com as suspeitadas aqui levantadas, ver KORYBKCO, 2018.

então presidente Barak Obama), fez duras declarações sobre a espionagem e encaminhou a discussão e aprovação no Congresso do Marco Civil da Internet.¹²⁸

A resposta do governo às manifestações, no entanto, foi insípida. Dilma promoveu cinco medidas como resposta aos clamores populares. A primeira, responsabilidade fiscal para evitar a “volta da inflação”, algo que ninguém pediu nas ruas e que demonstra o grau de recuo que o governo já tinha adotado frente aos ataques do setor financeiro. Seguiu-se uma proposta não explicada e natimorta de “Assembleia Constituinte exclusiva para fazer uma reforma política”, que foi embarreirada pela própria base aliada do governo no Congresso; e verbas destinadas à melhoria do setor de transportes em valores irrisórios para o tamanho do país. As duas únicas medidas positivas foram a criação do programa Mais Médicos, que levou atendimento básico de saúde a municípios que não tinham nenhum médico, e a destinação de 100% dos royalties do pré-sal para a educação (alterada posteriormente pelo Congresso, com 75% para educação e 25% para a saúde). Contudo, o saldo mais negativo e evidente foi de que a classe trabalhadora se mobilizou sem a participação do PT e em rechaço aos partidos, mesmo que ainda não se caracterizando como manifestações contra o governo Dilma diretamente.

O ano de 2013 marcou o início da derrocada do projeto da social-democracia periférica, que não demonstrou forças para responder às investidas dos adversários, nem promover uma defesa popular de seu programa, pois isso se traduziria, invariavelmente, em tencionar os limites da Nova República, mobilizando a classe trabalhadora de maneira ofensiva para aprofundar as mudanças e acantonar os proprietários do capital. Como a mobilização de massas contra a ordem não faz parte da prática petista, já que ela é fiadora do arranjo político neorrepblicano, o governo ficou indefeso, perdendo inclusive o controle sobre o movimento grevista, que fez de 2013 o ano com mais greves no país desde 1990 (com 2050 greves, totalizando 111.342 horas paralisadas)¹²⁹, apontando para a maior capacidade de organização da classe com o desemprego em baixa, mas também, para os limites da proposta petista, que criou empregos em massa na base da pirâmide, em setores formalizados, mas precarizados e com remunerações até 1,5 salário-mínimo. As Jornadas de Junho de 2013 marcaram a perda de iniciativa política nas ruas - a qual o PT não convocou em nenhum momento de seus governos, a não ser nos pleitos eleitorais - que se radicalizaria nos anos seguintes, adotando caráter reacionário e de oposição, se somando à perda de iniciativa política no Congresso, até o desfecho do Golpe em 2016.

¹²⁸ Legislação do setor que resguarda os direitos dos cidadãos e o caráter neutro da rede. A legislação brasileira foi muito elogiada por especialistas da área e tida como modelo.

¹²⁹ Dados do DIEESE. Ver BRAGA, 2016, p. 70.

O resultado de 2013 só não foi pior porque a alta dos juros demora em torno de um semestre para impactar a economia como um todo. Ainda sob os estímulos positivos do início do mandato e os investimentos realizados para a Copa do Mundo de 2014, a economia cresceu 3,0% em 2013, e manteve-se a queda do desemprego, que chegou a níveis recordes de 5,4% em 2013 e 4,8% em 2014. Mas com a subida dos juros (7,1% em 2012, 9,9% em 2013, e 11,6% em 2014) o último ano do mandato estava comprometido, momento em que o crescimento desaba, alcançando somente 0,5%. Os alicerces para o programa desenvolvimentista ensaiado no início do governo estavam perdidos e o PT não tinha uma base social ativa para se resguardar dos ataques que vinham de todos os lados.

Em outras palavras, ao mesmo tempo que conduzia uma luta gigantesca contra o núcleo do capital, se indispôs com franjas produtivas, sem atentar que o movimento pretendido precisaria de forte apoio social. A *quantidade* de interesses empresariais contrariados catalisou a solidariedade intercapitalista na linha do “hoje foi ele, amanhã posso ser eu”. Em consequência, acabou por ligar o conjunto do capital contra a nova matriz, sem que os comandantes do experimento tenham dado sinais de percebê-lo. Ao núcleo rentista (interno e externo), insatisfeito desde a “batalha do *spread*”, foram se juntar sucessivamente, os importadores, descontentes com a desvalorização do real e as barreiras aos produtos importados; as empreiteiras, descontentes com a “modicidade tarifária”; as empresas do setor elétrico, insatisfeitas com a MP 579; os grupos prejudicados com o aumento da competição no setor portuário; os produtores de álcool, prejudicados pela baixa competitividade do etanol em virtude da opção por retirar a Cide (Contribuições de Intervenção sobre o Direito Econômico) e segurar o preço da gasolina; o agronegócio, desconfiado de que tenderia a ser mais tributado; setores da indústria automotiva, descontentes com as dificuldades de importação de peças e veículos; empresas aéreas, insatisfeitas com as novas regras vigentes nos aeroportos; empresas de celular, punidas por falta de investimento; a classe média tradicional, irritada com a alta do preço dos serviços, das viagens ao exterior e dos importados; os industriais, afetados pelas políticas pró-trabalho (SINGER, 2016, p. 51-52, grifos do autor).

As movimentações dos adversários também colocaram o governo na defensiva. A pífia resposta às manifestações de 2013, somou-se ao julgamento dos acusados no Mensalão ao final daquele ano e o início da Operação Lava-Jato em 2014, ano eleitoral e de péssimos resultados econômicos. A Lava-Jato descobriu um esquema de propinas pagas a políticos e servidores públicos provenientes de obras realizadas por empreiteiras para a Petrobras. Mais uma vez, o PT aparecia no centro de um escândalo de corrupção, mas agora em momento de declínio econômico e turbulências sociais. A maioria da classe média, sob intenso bombardeio midiático, passou a se mobilizar sob uma lógica de “tirar o PT do governo a qualquer custo”, e canalizou suas forças, neste momento, para tentar eleger o candidato do PSDB, Aécio Neves, na disputa presidencial contra Dilma. As eleições de 2014 foram realizadas sob feroz ataque da mídia que tentava ligar Dilma aos escândalos de corrupção desvendados pela Lava-Jato, apelidados de “Petrolão”, apontando o PT e Lula como chefes da “quadrilha”. Parte dos partidos de direita que apoiavam o governo já começaram a desembarcar durante a campanha,

indicando a perda da iniciativa eleitoral pelo PT, que tinha dificuldades em manter antigos aliados. O partido entrou no pleito na defensiva pela primeira vez desde 2006.

Mesmo com a economia estagnada e os índices piorando a cada momento, além do bombardeio midiático sobre a corrupção, a manutenção do emprego garantiu o apoio da maioria da classe trabalhadora para Dilma, que venceu a eleição por uma margem muito estreita no segundo turno (51,64% x 48,36%). Dilma adotou uma retórica ativa no processo eleitoral, acusando o PSDB de querer retomar a ortodoxia neoliberal dos anos 1990 e destruir os ganhos sociais obtidos no período petista. Apresentou-se como a única garantia de que o Brasil seria capaz de sair do momento econômico adverso (interno e externo) sem mexer na política de distribuição de renda e no pleno emprego. Fez uma campanha à esquerda, utilizando diversas imagens de sua juventude, quando participou de grupos guerrilheiros contra a Ditadura (na qual foi brutalmente torturada). Novamente se repetia o chamamento às massas somente no período eleitoral, configurando a adesão passiva, tipo de mobilização realizada pela social-democracia periférica para manter seu projeto de governo.

Vencida a eleição, Dilma anuncia uma política de ajuste fiscal comandada por Joaquim Levy, funcionário do terceiro escalão do Bradesco, maior banco privado do país, após recusa de seu presidente, Luiz Carlos Trabuco, em assumir o cargo de ministro da Fazenda. Era exatamente o contrário do prometido na eleição. Em pouco mais de três meses, o governo Dilma conseguiu dinamitar a base social que lhe permitiu a vitória eleitoral (e que já apresentava sinais de diminuição desde 2013), colocando-se, ao mesmo tempo, totalmente subserviente em executar a política econômica neoliberal que desejava o mercado e completamente indefeso aos ataques da direita que já falavam em impeachment desde a derrota eleitoral. O país entrou em recessão, o desemprego explodiu e a direita tomou as ruas, hegemonizando a sociedade brasileira, especialmente os setores médios, por meio de uma pauta reacionária e de foco na derrubada do governo.

A trajetória do governo Dilma, desde a perda da queda de braço para o Banco Central em 2013, até o “cavalo de pau” pós-eleições de 2014, escancara os limites do projeto da social-democracia periférica. Com a oposição sistemática do capital, especialmente sua fração mais poderosa, as finanças, e a negação em organizar a classe trabalhadora para sequer defender o governo que tantos ganhos lhe proporcionou, o petismo não tem outra atitude senão recuar em suas pautas até se ver defendendo as medidas de ajuste ortodoxo, justamente o contrário do que fez durante seu momento hegemônico (2006-2012) e do que tinha prometido à população nas eleições de 2014. Aplicando um projeto econômico que não era originalmente o seu, que levou o país à recessão e a volta do desemprego (perda da iniciativa econômica); vendo aliados desembarcando do governo e engrossando as sabotagens no

Congresso comandadas pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), e as ruas tomadas por manifestações de cunho reacionário a favor do impeachment (perda da iniciativa política); além da estreita margem na vitória eleitoral de 2014, feita na defensiva, com antigos aliados se afastando (perda da iniciativa eleitoral); e, por fim, fazendo exatamente o contrário do prometido somente três meses depois das eleições, não havia mais nenhuma sustentação para o governo Dilma.

O segundo mandato, iniciado em 2015, praticamente não existiu. A única atitude de Dilma foi nomear o já citado Joaquim Levy para a Fazenda, que aplicaria uma política regressiva desejada pelo mercado que (como sempre) aumentou a crise ao invés de saná-la. O Brasil entrou em forte recessão, com dois anos seguidos de crescimento negativo (-3,7 em 2015 e -3,5 em 2016) e a taxa de desemprego ultrapassando os 10% no momento da deposição de Dilma (10,8% pelo IBGE¹³⁰, 14% pelo DIEESE).¹³¹ O Congresso, capitaneado por Eduardo Cunha aprovando “pautas bombas”, (que criam novos gastos para o governo) foi se afastando da presidenta ao ver a incapacidade de resistir e de frear a Operação Lava-Jato (que começava a também denunciar políticos dos partidos tradicionais da direita), culminando na abertura do processo de impeachment e na conspiração envolvendo o vice-presidente Michel Temer para substituir Dilma. Com a cobertura midiática combinada com os setores da Justiça à frente da Lava-Jato, que permitiu aos promotores do Ministério Público Federal e ao juiz Sergio Moro agirem por fora da Constituição diversas vezes, inclusive grampeando e divulgando áudio telefônico da presidenta da República,¹³² as ruas foram tomadas por manifestantes “contra a corrupção”, essencialmente de setores médios, que deram a legitimidade popular para a derrubada da presidenta.

A classe trabalhadora, que nunca foi mobilizada pelo petismo, a não ser em momentos eleitorais, não aderiu em massa aos protestos pelo impeachment, que tiveram maior presença de setores médios, mas, tampouco, marcou presença nas mobilizações contra o Golpe, convocada pelo PT e aliados, restringindo sua composição à esquerda organizada. No fim, a maior parte dos trabalhadores pobres, agraciados pelas políticas dos governos de

¹³⁰ Disponível em: <www.ipeadata.gov.br> Acesso em 26 de novembro de 2018.

¹³¹ Número do DIEESE referente à região metropolitana de São Paulo. Disponível em: <<<https://www.dieese.org.br/analiseped/anualSINTMET.ht>>> Acesso em 26 de novembro de 2018.

¹³² “Moro derruba sigilo e divulga grampo de ligação entre Lula e Dilma; ouça”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/pf-libera-documento-que-mostra-ligacao-entre-lula-e-dilma.html>> Acesso em 23 de dezembro de 2018. Divulgar conversas privadas da presidenta da República seria considerado crime de segurança nacional em qualquer país do mundo, mas nada ocorreu contra Sergio Moro. A esse ponto a Lava-jato já havia se tornado uma operação contra a democracia, utilizando chantagens por meio de delações premiadas, condenações sem provas baseadas somente nas referidas delações, cumprimento de penas sem estarem transitadas e julgadas, entre outros abusos. Seus objetivos eram claramente políticos: derrubar Dilma e prender o ex-presidente Lula, para evitar sua candidatura à presidência em 2018, ambos alcançados. Para uma cobertura jornalística crítica da Lava-jato até o Golpe de 2016, ver LEITE, 2016. Para uma análise em paralelo aos acontecimentos políticos, ver SINGER, 2018.

Lula e Dilma, assistiu ao Golpe de 2016 sem se mobilizar, descrente do futuro do país, concordando que a saída de Dilma era necessária, mas sem esperança de que Michel Temer pudesse melhorar a situação econômica, o que, de fato, foi um entendimento acertado. Essa frustração com a política e a falta de representatividade desaguariam, em pouco tempo, no apoio ao polo de extrema-direita em formação no país e na vitória de Jair Bolsonaro em 2018.

Encerra-se assim o ciclo da social-democracia periférica e uma fase heterodoxa (mas não de rompimento) da hegemonia neoliberal sobre o capitalismo dependente brasileiro. Por um lado, o programa petista negou durante boa parte do tempo o receituário ideal do neoliberalismo, e demonstrou ser possível sustentar uma política de crescimento econômico com emprego e distribuição de renda, ainda que não entrando em conflito com o grande capital. Quando o momento de crescimento passou (por conta da crise internacional e erros internos de condução) as contradições do capitalismo periférico se recrudesceram, e a luta de classes ficou muito visível entre a burguesia local (junto ao capital estrangeiro), que desejava a recomposição da sua taxa de lucros, e a classe trabalhadora, que desejava o aprofundamento das melhorias conseguidas até o momento (emuladas de maneira difusa nas Jornadas de Junho de 2013 e no último crédito dado ao PT nas eleições de 2014), empurrando o petismo para um combate o qual ele não desejava, não acreditava e não se preparou para tal.

Passemos agora à análise dos dados que revelam o desempenho econômico do país durante os governos petistas. A seleção aqui exposta pretende demonstrar como a economia reagiu às políticas estabelecidas pelos governos Lula e Dilma (nos três momentos descritos acima, 2003-2005, 2006-2012, 2013-2016), como a Crise internacional de 2008 e sua segunda onda (a partir de 2011-2012) afetaram a economia brasileira e quais foram as reações distintas dos mandatários do país nos diversos momentos. Os dados servem também para verificar as transformações pelas quais passou a economia brasileira desde a reestruturação neoliberal dos anos 1990, as quais não foram, estruturalmente, rompidas pelos governos de Lula e Dilma, por mais que tenham havido modificações em determinados momentos.

Os governos petistas são normalmente descritos como períodos de alto crescimento econômico. De fato, entre 1990-2002, período de vigência do neoliberalismo ortodoxo no Brasil, a média de crescimento foi de 2,0%, resultado pífio para quem se vangloria da “tecnicidade” do mercado. O primeiro governo FHC¹³³ teve média de crescimento de 2,5%, o segundo de 2,2%, resultando em uma média de 2,3%. Comparado a esses números, os resultados do petismo são melhores, o que ficou evidente pelos avanços alcançados durante seus governos. Mas, se analisarmos friamente, veremos que os números não são nenhum

¹³³ Para os dados dos anos 1990 até o fim do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2002, verificar o capítulo 4.

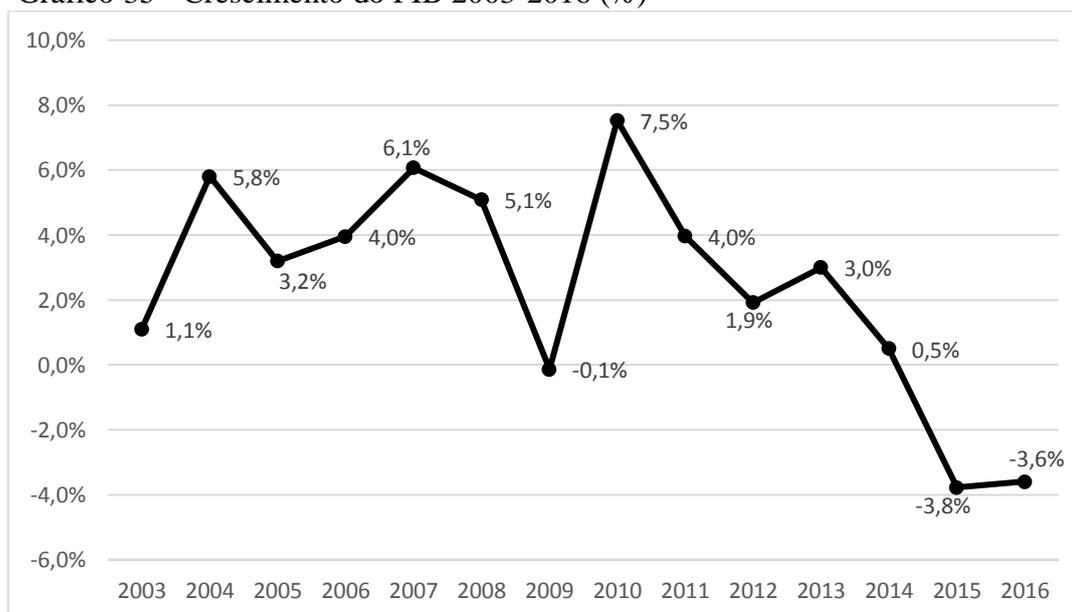
“espetáculo do crescimento”. O primeiro governo Lula apresentou uma média de taxa de crescimento de 3,4%, e o segundo, o momento mais positivo da economia do país desde o fim da Ditadura, de 4,6%. Lula obteve assim, somado todos os seus anos como presidente, a média de 4% de crescimento. Números muito melhores quando comparados aos dos governos do PSDB, preferidos do mercado até então, e que permitiram uma política de emprego, valorização dos salários e distribuição de renda que se tornaram vitrine mundial. Foi, sem dúvida, uma média de crescimento benéfica para o país, principalmente no segundo mandato. Um PIB acima dos 3% é um PIB saudável.

Contudo, a hegemonia neoliberal nos acostumou a identificar um PIB de 3% ou 4% como crescimento alto, enquanto a China, que nunca implementou políticas neoliberais, passou décadas crescendo na casa dos 10%, tendo, na década de 2010, após duas ondas da crise internacional (2008 e 2011), feito um “pouso suave” de suas taxas de crescimento, trazendo-as para o patamar dos 6%. No Gráfico 35 abaixo, podemos perceber que este índice (6%) que para os chineses é um “pouso suave”, foi alcançado pelo Brasil somente duas vezes, em 2007 e 2010. Como já colocado, países periféricos como o Brasil devem manter uma política de crescimento alto, justamente para ter maior capacidade de investimento, reduzindo a dependência frente o capital estrangeiro, e melhorando as condições de vida da sua população (que devem ser organizadas e conscientizadas para servirem como base social do avanço progressista).

Não foi o que ocorreu nos governos petistas. Podemos perceber no Gráfico 35 que a queda brusca no PIB em 2009, resultado da explosão da crise internacional, foi bem e prontamente respondida com um PIB de 7,5% em 2010 (perceba que todos os gráficos apresentados possuem uma forte queda no ano de 2009, mas uma grande retomada no ano seguinte). Entretanto, ao invés de manter a taxa de crescimento na casa dos 7%, o governo Dilma abdicou do bom momento, se rendendo ao argumento de que a alta do crescimento levaria à “inflação por demanda”, e decidiu realizar um “pouso suave” em 2011, diminuindo o crescimento para 3,9%. Esta decisão demonstrou os limites do pensamento econômico da social-democracia periférica, ao não conseguir imprimir uma nova lógica econômica, de ruptura com o neoliberalismo. Pego pela segunda onda da crise internacional, a partir de 2012, o PIB foi de apenas 1,9%, o que contribuiu para o governo Dilma perder a iniciativa econômica do país, que pese o resultado um pouco melhor em 2013 (3,0%). A média de crescimento no primeiro governo Dilma foi de 2,3% (mesma média do governo FHC) e o segundo mandato, onde Dilma efetivamente não governou, foi o desastre da recessão (média de -3,6%). Seu período de seis anos à frente do governo terminaria assim com média negativa (-0,6%).

Se levarmos em conta todo o período petista (2003-2016), a média de crescimento não é tão espetacular, totalizando 2,4%. Se retirarmos da operação os dois anos finais de Dilma (2015-2016), quando o mundo da política sabotou a economia, a média melhora um pouco, ficando em 3,4%, muito aquém, entretanto, das reais necessidades do país e das potencialidades abertas na década de 2000. O programa do PT é, dialeticamente, por um lado, o responsável pelo alto crescimento durante o governo Lula, ao propor medidas alternativas ao receituário ideal do neoliberalismo (que é, em si, uma política econômica restritiva), principalmente o retorno do Estado como indutor da economia, a reestruturação da máquina pública, as políticas pró-trabalho e pró-distribuição de renda que aqueceram o mercado interno; por outro, também é o responsável pelo seu naufrágio, ao não conseguir aprofundar as medidas que permitissem pensar para além dessa ortodoxia, porque estas exigiriam o rompimento total – e não somente uma “alternativa”. Não houve inovação e ousadia para manter as taxas de crescimento altas (como a de 2010), para romper o discurso do “estado de emergência”, da “inflação por demanda”, esse mito draconiano que nunca se materializa, mas está sempre determinando os rumos da economia; como também não houve iniciativa política para organizar a classe trabalhadora para defender sequer o programa “alternativo”, o que selou seus recuos (2013-2014), sua capitulação (2015) e sua queda (2016). No Gráfico 35, apresentamos o crescimento do PIB entre 2003 e 2016.

Gráfico 35 - Crescimento do PIB 2003-2016 (%)

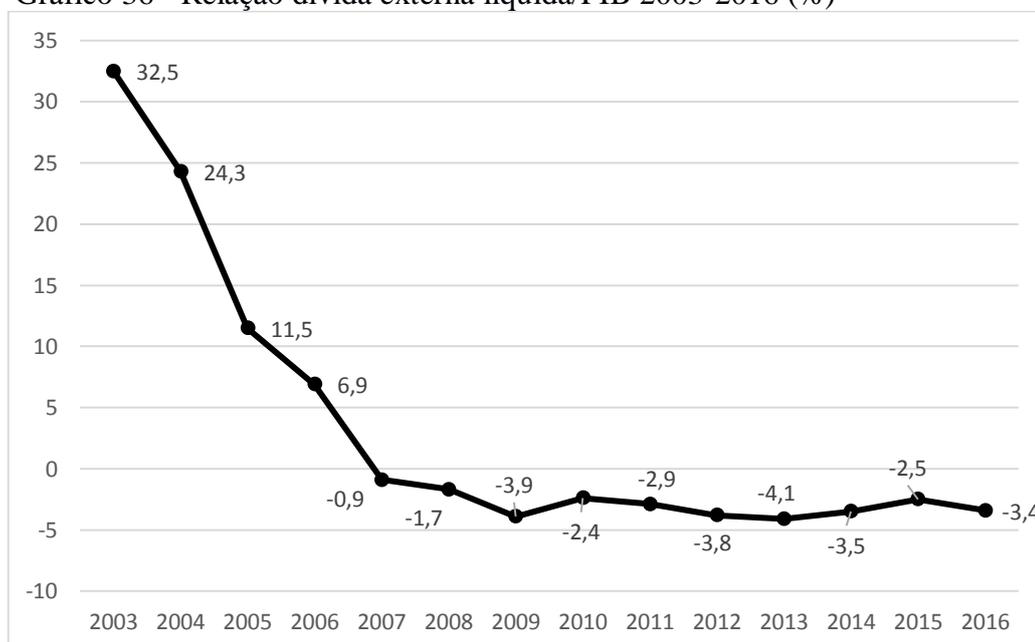


Fonte: IBGE.

O fim da dívida externa foi uma das grandes conquistas do governo Lula, quando o presidente quitou a dívida com o FMI em 2005, fazendo o resgate antecipado de títulos do país securitizados pelo Fundo (incluindo os bônus Brady em 2006). O endividamento externo

equivalia a 37% do PIB em 2002, tendo sido triplicado ao longo do governo FHC, que advogava pela “responsabilidade fiscal”. Lula reduziu o endividamento ao longo do primeiro mandato e encerrou a dívida externa em 2005. A partir de 2007, esse tipo de endividamento, se tornou insignificante, apresentando valores negativos frente a riqueza gerada pelo país e assim permanecendo durante toda a experiência petista. Embora o resultado seja muito positivo, vale destacar que essa modalidade de endividamento é completamente secundária no contexto atual, sendo substituída pela emissão de títulos da dívida pública indexados pela taxa de juros. No Gráfico 36 podemos acompanhar a queda do endividamento externo líquido em porcentagens do PIB durante os governos petistas.

Gráfico 36 - Relação dívida externa líquida/PIB 2003-2016 (%)

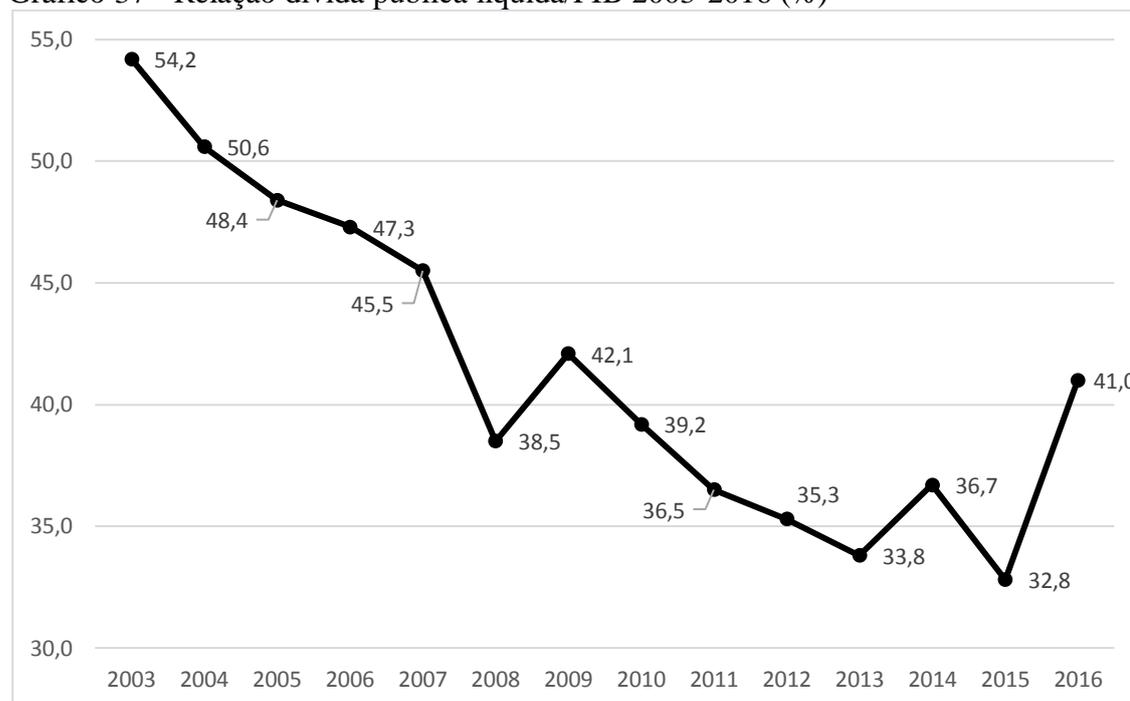


Fonte: Banco Central.

Como discutido nesse trabalho, o controle da dívida pública pelos interesses de mercado é um dos pilares da condição dependente na Globalização neoliberal. Lula assumiu a presidência com uma dívida pública líquida equivalente a 60,4% do PIB (mais uma herança da “responsabilidade fiscal” do pensamento neoliberal) e, graças a uma política lenta e gradual de redução de juros, conseguiu diminuí-la para 39,3% em 2010. Com Dilma, a dívida continuou caindo, porém, em velocidade mais lenta, devido ao erro do “pouso suave” do crescimento em 2011 e à queda de braço com o setor financeiro na “batalha do *spread*”, que levou ao sobe e desce da taxa de juros no seu primeiro mandato, chegando a 32,8% em 2015. Mais uma vez, estamos diante de um quadro positivo graças à política econômica heterodoxa realizada pelo PT, mas que também poderia ser ainda mais positiva com um pouco mais de

audácia, que, no entanto, não faz parte da prática da social-democracia periférica. Com o Golpe de 2016 e a recessão, o endividamento passa a uma subida veloz, destruindo, em dois anos, todo o trabalho de uma década, fazendo com que a dívida pública equivalha à metade do PIB, como demonstra o Gráfico 37.

Gráfico 37 - Relação dívida pública líquida/PIB 2003-2016 (%)



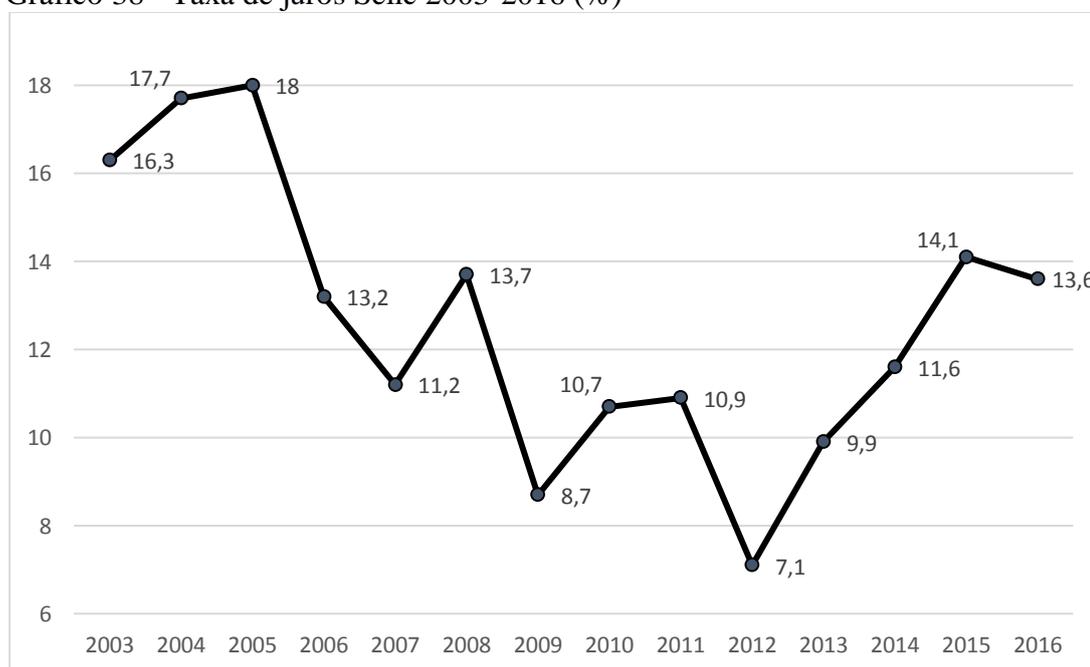
Fonte: Banco Central.

Para os resultados positivos na diminuição do endividamento público foi fundamental a redução das escandalosas taxas de juros praticadas no Brasil durante os anos 1990. Os dois governos FHC tiveram, respectivamente, uma média de taxa de juros de 33,6% e 19,7%. O desejo de trazer os juros para um dígito foi perseguido por Lula muito lentamente. A política econômica cautelosa do primeiro mandato permitiu a redução para menos de 20%, terminando com média de 16,3%. No segundo mandato, para impulsionar o crescimento e responder à crise internacional, os juros são recolhidos para uma média de 11%. É justamente no ano de 2009, para fazer frente ao colapso financeiro mundial, que a heterodoxia petista mostrou mais audácia, ao negar uma política contracionista (como exige o corolário neoliberal) e reduzir a taxa de juros finalmente para casa do um dígito (8,7%), apostando assim no aumento da produtividade e do consumo interno como resposta à crise. O erro foi não continuar com a descida dos indicadores, mesmo que lentamente, o que Dilma retomaria a partir de 2012, trazendo a taxa Selic para novo recorde de queda (7,1%). O primeiro governo Dilma teve a menor média de juros desde a implementação do Plano Real, e a única

no limite da casa de um dígito (9,9%).

A partir de então, o governo perdeu a iniciativa econômica e demonstrou nenhuma ingerência ou força política para frear a nova subida dos juros pelo Banco Central como exigia o mercado financeiro. Os juros chegaram a 14,1% em 2015 e em 13,6% no ano do golpe, em 2016, demonstrando, claramente, que a fixação da taxa de juros responde aos interesses imediatos dos detentores de títulos da dívida pública (que controlam, de fato, o Banco Central) e não a “questões técnicas”, como são apresentadas pelos apolegetas do mercado. Ou o governo controla o Banco Central, ou ele não tem política econômica séria, pois, em conjunturas adversas, como a de meados da década de 2010, fica refém do lucro fácil do setor financeiro e de seus operadores políticos. Nota-se também que a taxa de juros sempre esteve acima da taxa de crescimento, o que deixa bem claro qual é a fração dominante do capitalismo dependente brasileiro, mesmo nos anos de crescimento forte e de iniciativa política e eleitoral da social-democracia periférica. O Gráfico 38 mostra os índices da taxa de juros Selic ao longo dos governos petistas.

Gráfico 38 - Taxa de juros Selic 2003-2016 (%)



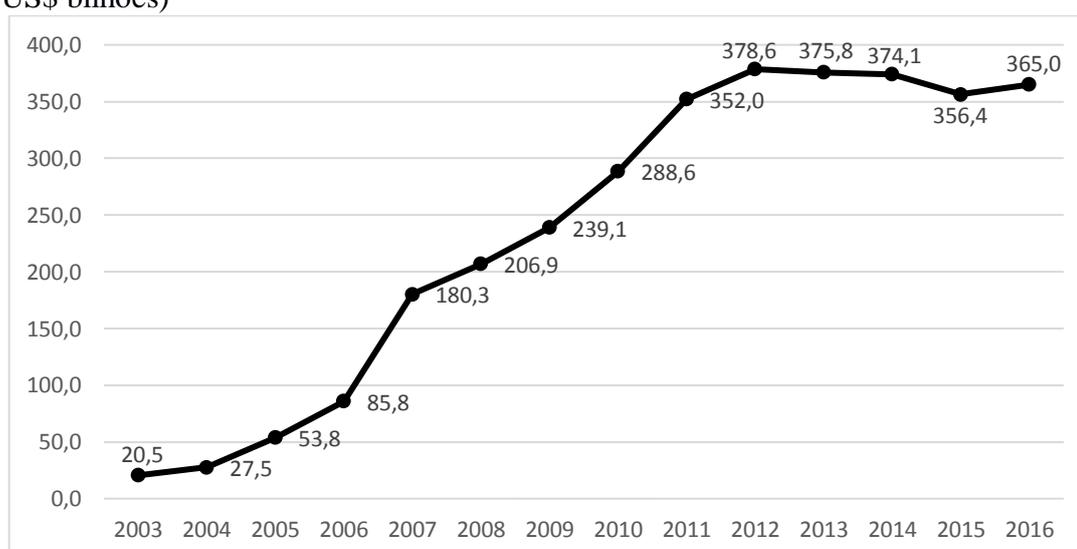
Fonte: Banco Central.

Os governos petistas foram muito bem-sucedidos em fortificar as reservas internacionais do Brasil. Após um desastroso momento durante o governo FHC, que reduziu as reservas de US\$ 51 bilhões para US\$ 16,3 bilhões – a maior parte comprometida pelos empréstimos do FMI, o governo Lula aproveitou o bom momento econômico nos anos 2000 e

promoveu um fortalecimento das reservas internacionais, passando de US\$ 20,5 bilhões em 2003, para US\$ 288,6 bilhões em 2010. Dilma deu prosseguimento a esse projeto, terminando seu primeiro governo em 2014 com US\$ 374,1 bilhões em reservas. A recessão do segundo mandato e a crise do impeachment não afetaram de maneira determinante as reservas, que apresentaram uma leve queda para US\$ 365 bilhões, logo recuperada em 2017. Os governos de Lula e Dilma fortificaram as reservas internacionais, tornando a economia brasileira menos vulnerável às instabilidades do mercado financeiro, o que foi determinante para enfrentar a crise de 2008 e segurar a economia a níveis aceitáveis durante sua segunda onda, a partir de 2011.

Por outro lado, essa estabilização não rompeu com o modelo neoliberal como um todo, pois não foi acompanhada de uma nova condução macroeconômica, o que não evitou a derrocada do projeto “neodesenvolvimentista” durante o governo Dilma. Como as reservas internacionais não sofreram grande abalo frente às turbulências políticas que assolaram o país a partir de 2013, constata-se que a diminuição da fragilidade da economia brasileira frente ao mercado internacional, apesar de muito importante, não é o suficiente para garantir a estabilidade econômica e o crescimento acelerado necessários para o desenvolvimento do país, mesmo num programa de “reformismo fraco” estabelecido pela esquerda da ordem. No Gráfico 39, podemos analisar a evolução das reservas internacionais líquidas do Brasil durante os governos petistas.

Gráfico 39 - Evolução das reservas internacionais líquidas 2003-2016 (em US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central.

A análise da inflação nos governos Lula e Dilma desmonta toda a argumentação sobre a “inflação por demanda” em uma economia periférica. O Brasil possui uma demanda

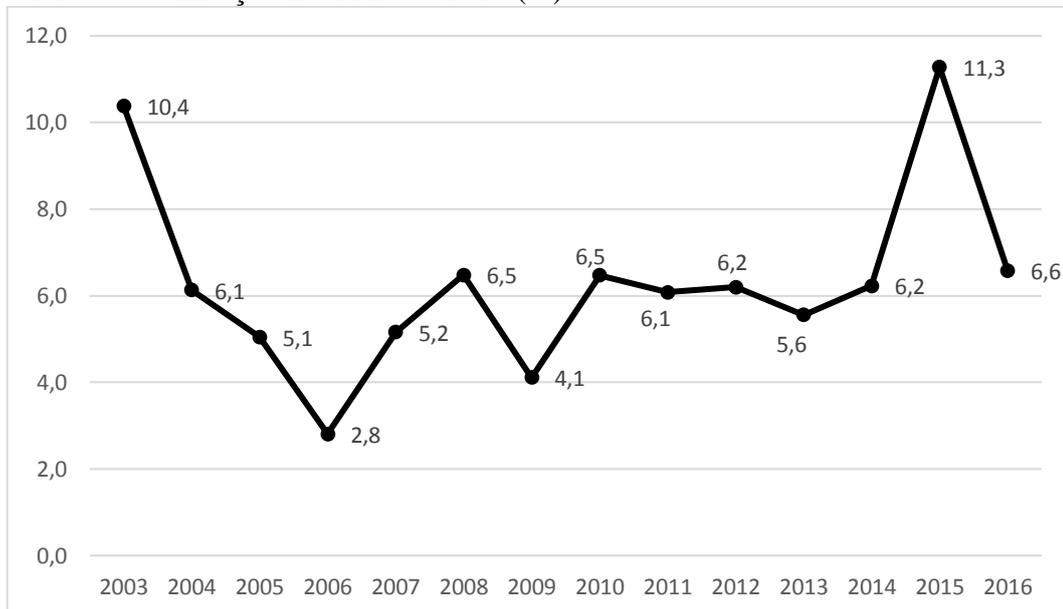
reprimida, já que boa parte de sua imensa população está em situação de subconsumo, ou tem uma capacidade sazonal de consumo, que acompanha o vai e vem da economia e a realidade do emprego informal (que não apresenta, muitas vezes, uma remuneração fixa). Podemos observar no Gráfico 40 que justamente o momento de crescimento mais acelerado e de alta no consumo, o segundo governo Lula, é o que apresenta uma média de inflação mais baixa (5,1% no IPCA). Uma inflação baixíssima para os padrões do capitalismo periférico e em momento de aquecimento do mercado interno. A título de comparação, o governo FHC, orientado pela “tecnicidade do mercado” e os organismos internacionais, apresentou média inflacionária de 9,2%, em um momento de baixíssima capacidade de consumo das famílias e de estagnação da taxa de pobreza e extrema pobreza.

O programa petista conseguiu incluir no consumo uma massa de trabalhadores que viviam na pobreza extrema e com isso trazê-los para a economia formal, o que contribuiu para o crescimento econômico. Mesmo com a aceleração da economia e do consumo, a inflação nunca esteve alta, se se considera que países periféricos precisam apresentar altas taxas de crescimento para avançar sua economia e lidar com os graves problemas sociais. Uma inflação de 8% a 10% seria completamente normal em uma situação hipotética como essa, o que sequer ocorreu, já que os dois mandatos de Lula apresentaram média inflacionária de 5,7%, e os seis anos de Dilma, mesmo com o desmoronamento do segundo mandato, uma média de 7,2%, novamente abaixo dos 9,2% do governo de Fernando Henrique Cardoso. É justamente quando o Banco Central volta a fazer uma política restritiva, a partir de 2013, aumentando os juros (o que contribuiu para a recessão de 2015-2016 e o Golpe), que a inflação volta a subir: 10,67% pelo IPCA de 2015. A queda que se dá posteriormente é pela derrocada da demanda que ocorre com a alta do desemprego e as políticas de ajuste fiscal, iniciadas por Dilma e radicalizadas com Temer (novamente, as medidas preconizadas pelo mercado derrubam a economia, ao invés de recuperá-la, como defende seu discurso).

O Gráfico 40 mostra os números da inflação pelo IPCA durante os governos petistas. São os momentos de maior crescimento do consumo e investimento público que apresentam os indicadores mais baixos de inflação e, de maneira oposta, são os momentos de contração do crescimento e redução do consumo que apresentam os maiores índices inflacionários. É possível o país sustentar altas taxas de crescimento, aumentar enormemente o consumo do mercado interno (reprimido pelas condições subdesenvolvidas em que vivem a maioria da sua população) e ainda sim manter a inflação controlada. Todo argumento contrário nada mais é do que oportunismo daqueles que lucram com a alta dos juros e com a primazia do setor financeiro sobre as contas públicas. Esse discurso nada tem de científico e é demolido por qualquer simples leitura da realidade. O PT naufragou justamente quando capitulou frente a

esses interesses e passou a implementar uma política econômica totalmente contrária a que erigiu seu projeto até aquele momento.

Gráfico 40 - Inflação IPCA 2003-2016 (%)



Fonte: IBGE. Disponível em: <<https://br.advfn.com/indicadores>> Acesso em 10 de dezembro de 2018.

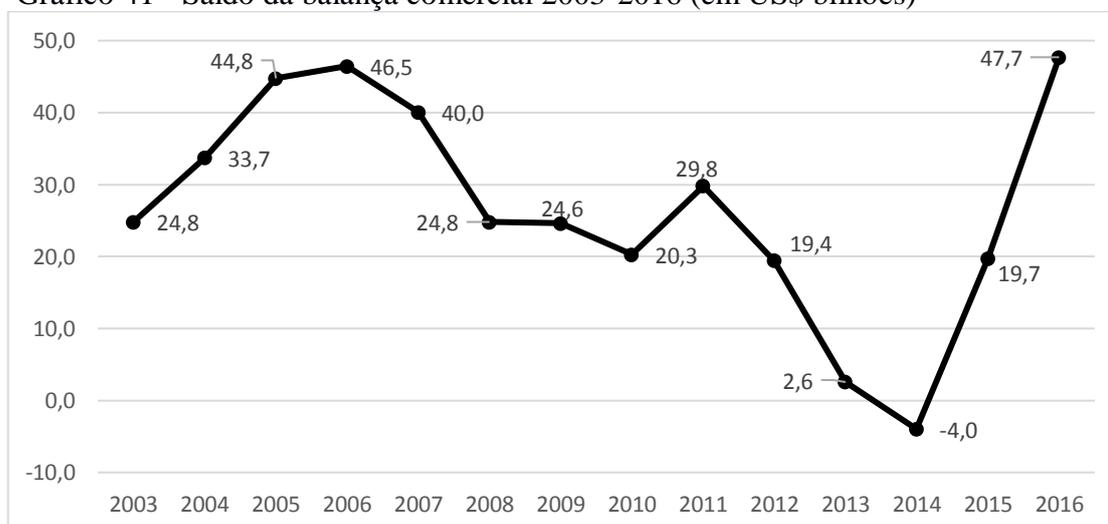
Após uma década negativa, a balança comercial brasileira voltou a apresentar indicadores positivos com o governo Lula. A explicação para isso se dá pelo boom das commodities nos anos 2000, devido ao crescimento econômico mundial e o aumento da demanda chinesa. Os governos petistas se esforçaram na diversificação dos parceiros comerciais do país, diminuindo a dependência dos mercados norte-americano e europeu, e apostando no comércio com a América Latina, África, o mundo árabe e a Ásia, tornando a China o maior parceiro comercial do país (situação que se repete com boa parte dos países latino-americanos). Os preços altos dos produtos primários favoreceram o setor externo brasileiro, que se baseia fortemente na produção do agronegócio, carnes, minérios e petróleo. O momento positivo na balança comercial permitiu uma entrada forte de recursos para o governo, contribuindo para as políticas sociais e o bom momento da economia. O Gráfico 41 aponta que após a crise de 2008 o saldo positivo da balança caiu quase pela metade, mas ainda demonstrava bons indicadores. A partir de 2012, com a segunda onda da crise internacional, a diminuição do comércio mundial e a nova orientação da economia chinesa, o saldo da balança comercial brasileira entra em declínio até apresentar números negativos em 2014.

Após 2014 os números voltam a ficarem positivos, demonstrando que os anos de

recessão da economia brasileira (2015-2016) não afetaram muito essa questão. A análise desses indicadores nos permite observar um dos fenômenos estruturais do capitalismo dependente, a separação das suas atividades econômicas voltadas para a exportação da realidade produtiva nacional. Setores como o agronegócio e a mineração são explorados – com forte participação do capital estrangeiro – para servir ao mercado internacional, não desenvolvendo cadeias produtivas no país e não conectados a um projeto de nação, que permita o desenvolvimento das forças produtivas para novos níveis técnicos e a melhoria das condições sociais. São setores completamente apartados da realidade econômica do país e voltados unicamente para a exportação e o lucro de grandes conglomerados brasileiros em união com o capital estrangeiro.

Dessa forma, os resultados positivos da balança comercial nos anos 2000 não foram direcionados para avanços técnicos que pudessem, a médio e longo prazo, diversificar a economia brasileira e fazê-la menos dependente das exportações primárias; não diminuíram o grau de fragilidade do setor externo brasileiro, baseado em commodities, muito vulnerável às oscilações dos preços internacionais (como ocorrido a partir de 2012-2014); e deixou evidente que a partilha dessa riqueza com os extratos mais amplos da população não possuiu ligação estreita com os resultados da balança comercial, mas com vontade e força política, já que o primeiro governo Dilma manteve a redistribuição de renda, a valorização do salário-mínimo e o investimento público, mesmo com o declínio do saldo comercial, ao contrário de seu segundo mandato, que, mesmo com o aumento dos números positivos do comércio internacional, optou pelo ajuste fiscal ortodoxo que selou sua derrocada. O Gráfico 41 mostra o saldo da balança comercial brasileira entre 2003 e 2016.

Gráfico 41 - Saldo da balança comercial 2003-2016 (em US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central. Disponível em: <<https://br.advn.com/indicadores>> Acesso em 10 de dezembro de 2018.

O padrão de exportação especializada (OSORIO, 2012b) com predomínio do setor primário fica evidente ao observarmos as exportações brasileiras por intensidade tecnológica. Os governos petistas foram o momento onde este novo padrão de reprodução do capitalismo dependente brasileiro se solidifica e se expande como o principal setor das exportações do país. O novo papel do Brasil na divisão internacional do trabalho adquire contornos definitivos nos anos 2000, com a participação cada vez maior de produtos não-industriais e de média/baixa tecnologia na composição de sua pauta exportadora, e a consequente retração dos produtos de alta tecnologia (reduzida, principalmente, à produção da Petrobras e da Embraer). O fenômeno RDT (Reprimarização exportadora, Desindustrialização e Transnacionalização) se manifesta com mais força justamente a partir do governo Lula, que apresenta participação maior das mercadorias não-industriais e de média/baixa tecnologia do que comparado aos governos neoliberais dos anos 1990.¹³⁴

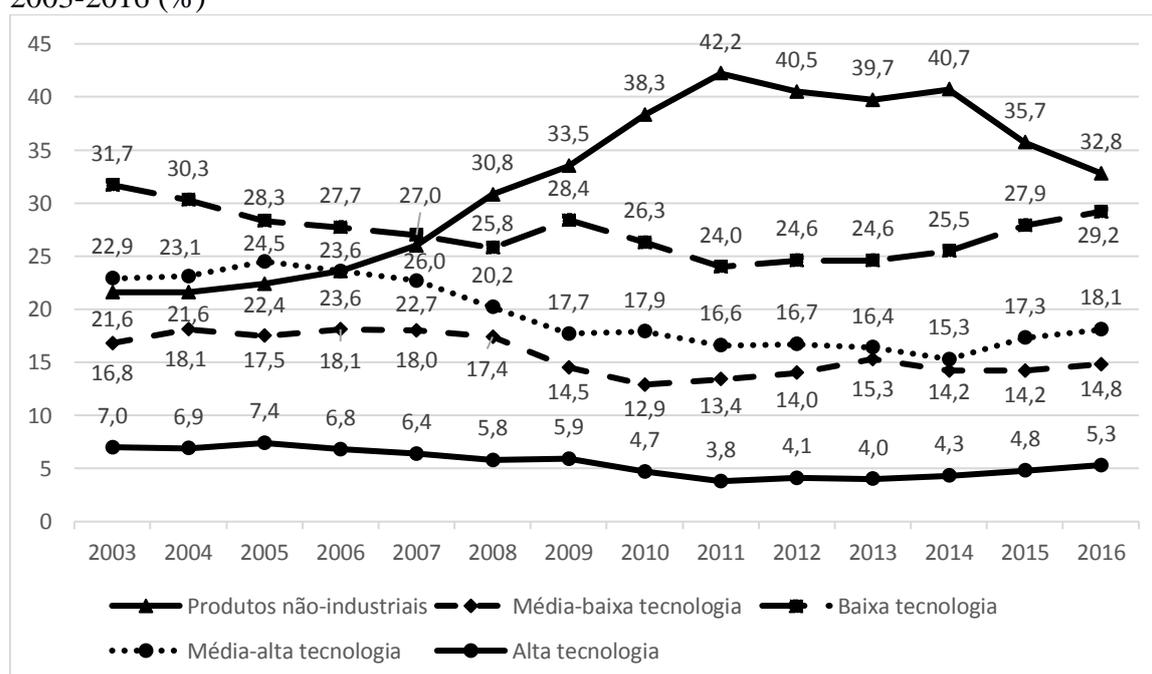
Como demonstrado por este trabalho, o novo padrão de exportação especializada é a forma como se estrutura o neoliberalismo no Brasil como nova fase da dependência (aliada à plataforma de valorização financeira). As medidas de abertura comercial indiscriminada, desregulação financeira e facilitação para a propriedade de empresas estrangeiras no país, aplicadas nos anos 1990, ocasionou forte retração da indústria, principalmente a indústria de transformação, enfraquecendo a composição orgânica do capitalismo dependente brasileiro e abrindo espaço para a expansão do agronegócio. Os governos petistas não tiveram iniciativa de reverter, ou pelo menos diminuir, este quadro, passando simplesmente a utilizar a entrada de valores, fruto da alta dos preços das commodities, para realizar o investimento público e as políticas pró-renda e pró-trabalho. As iniciativas para o setor industrial estiveram concentradas nas ações da Petrobras (principalmente a indústria naval) e na redução de impostos para produção de bens duráveis e de informática, o que, apesar de positivas, não fizeram muita diferença na pauta exportadora.

O Gráfico 42 demonstra a participação de setores por intensidade tecnológica nas exportações brasileiras durante os governos petistas. Percebe-se um processo contínuo de reprimarização da pauta exportadora, com predominância de exportações não-industriais e de média/baixa tecnologia ao longo de todo o período. Alguns dados são ainda mais importantes. A soma dos produtos não-industriais e de média/baixa tecnologia sobe cerca de 10% durante os governos petistas, saindo da casa dos 70% para quase 80% das exportações brasileiras. Dentre esses produtos, são os não-industriais que mais ampliam sua participação, e se tornam

¹³⁴ Ver dados no capítulo 4.

o principal setor das exportações brasileiras (de 21,6% em 2003, para 42,2% em 2011). Para a década de 2010, onde há uma queda abrupta dos preços internacionais das mercadorias *in natura*, há uma diminuição da participação dos produtos não-industriais, permanecendo, no entanto, como o maior setor. Os números totais não se modificam, com a soma das mercadorias não-industriais e de média/baixa tecnologia alcançando 76% das exportações brasileiras em 2016. Trata-se de uma questão estrutural do capitalismo dependente brasileiro na fase neoliberal, passível de solução somente por um projeto de nação realmente desenvolvimentista, que recebe oposição da própria burguesia local e dos interesses estrangeiros (como ficou claro no governo Dilma) e que necessitaria de ampla mobilização e organização de massas como base social (prerrogativas inexistentes no projeto da social-democracia periférica, pois, invariavelmente, apontariam para um horizonte anticapitalista e para além da república liberal).

Gráfico 42 - Exportações brasileiras: participação dos setores por intensidade tecnológica 2003-2016 (%)

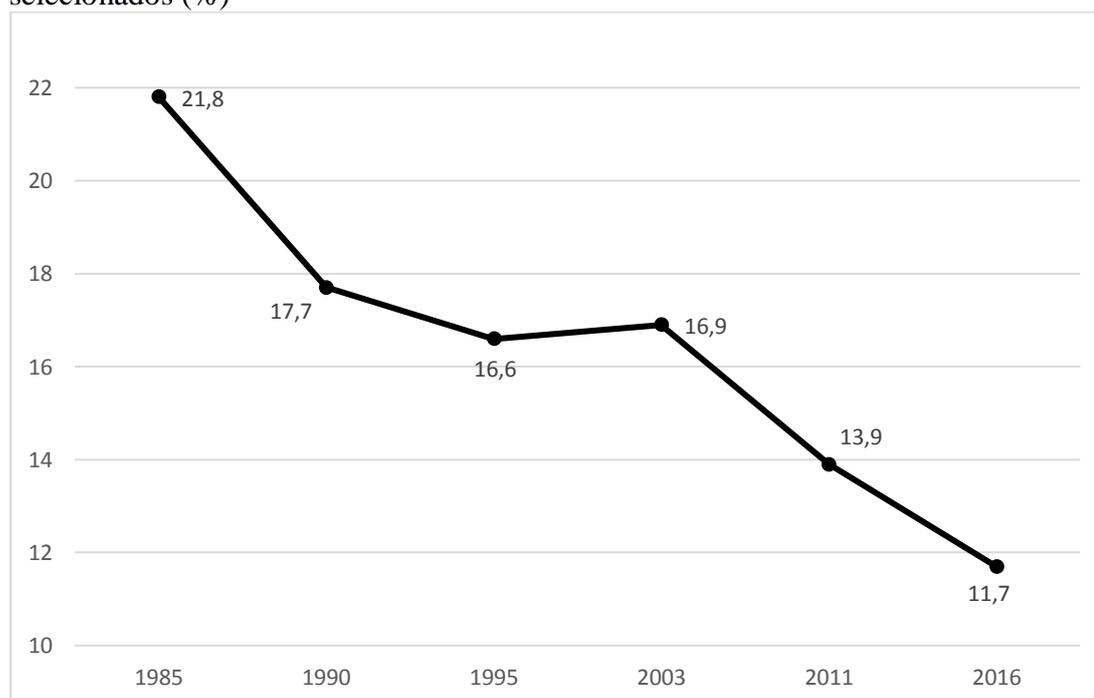


Fonte: MDIC. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis/frame-siit>> Acesso em 10 de dezembro de 2018.

Uma boa forma de mensurar a desindustrialização no país ocorrida desde o início da hegemonia neoliberal, é observar os dados sobre a participação da indústria de transformação no PIB. A indústria de transformação é um dos setores mais importantes da economia, pois indica a capacidade das forças produtivas de um país, além de ser o setor que, comumente, conta com a maior proporção de postos de empregos formais. O pico de participação desse

tipo de indústria na composição do PIB se deu, segundo a FIESP, em 1985, quando atingiu 21,8%. Nos anos 1990, há uma queda acentuada, devido às medidas neoliberais de abertura comercial, rebaixando os índices para menos de 15% durante os governos de Fernando Henrique Cardoso. No início do século XXI, a indústria de transformação apresentou uma leve subida e, impulsionada pelas políticas do governo Lula para o setor, manteve essa tendência crescente até a crise de 2008. A partir daí inicia-se uma nova queda, que rebaixa a participação do setor no PIB para níveis da década de 1950, evidenciando que o país vem sofrendo perda de composição técnica de capital. Mesmo com as políticas feitas por Dilma para o setor em seu primeiro mandato, a queda não foi interrompida, fazendo com que a indústria de transformação respondesse por apenas 11,7% do PIB em 2016. A indústria brasileira está cada vez mais reduzida a uma produção de consumo imediato, como os ramos alimentício e têxtil, com forte participação do capital estrangeiro, se fundindo, ou mesmo incorporando antigas empresas privadas brasileiras, dependendo para o resto (justamente os produtos com maior valor agregado), de importações. O que resta de setores mais robustos se resume aos investimentos da Petrobras, da Embraer e da indústria automobilística, esta última, 100% estrangeira. A título de comparação, o Gráfico 43 mostra a queda de participação da indústria de transformação no PIB brasileiro em anos selecionados.

Gráfico 43 - Participação da indústria de transformação no PIB 1985-2016, anos selecionados (%)



Fonte: FIESP; CIESP, 2017, p.06.

A formação bruta de capital fixo acompanhou os movimentos da economia, se recuperando dos números negativos do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (onde encolheu, em média, -4,5%). No governo Lula a média chegou a 6,6%, com 3,2% no primeiro mandato e incríveis 10,1% no segundo. Entretanto, não houve uma real política industrial durante os governos petistas, mas sim, simples ações de mercado para estimular a produção industrial – como desonerações fiscais, principalmente em bens duráveis (eletrodomésticos, sobretudo) que servissem ao consumo popular, em alta devido às políticas pró-emprego e pró-renda. Justamente no período Dilma, quando essa política mercadológica de apoio à indústria foi traçada como uma aceleração da condução econômica iniciada por Lula, a economia se retraiu até a recessão e a indústria mostrou a sua total fragilidade, acompanhando a queda geral. A formação bruta de capital fixo não foi diferente, reduzindo sua variação anual para 1,9% no primeiro mandato de Dilma, e alcançando índices negativos em 2015-2016, onde encolheu (média de -4,8%). O Gráfico 44 mostra a variação anual de formação bruta de capital fixo entre 2003 e 2016.

Gráfico 44 - Formação bruta de capital fixo – variação anual 2003-2016 (%)



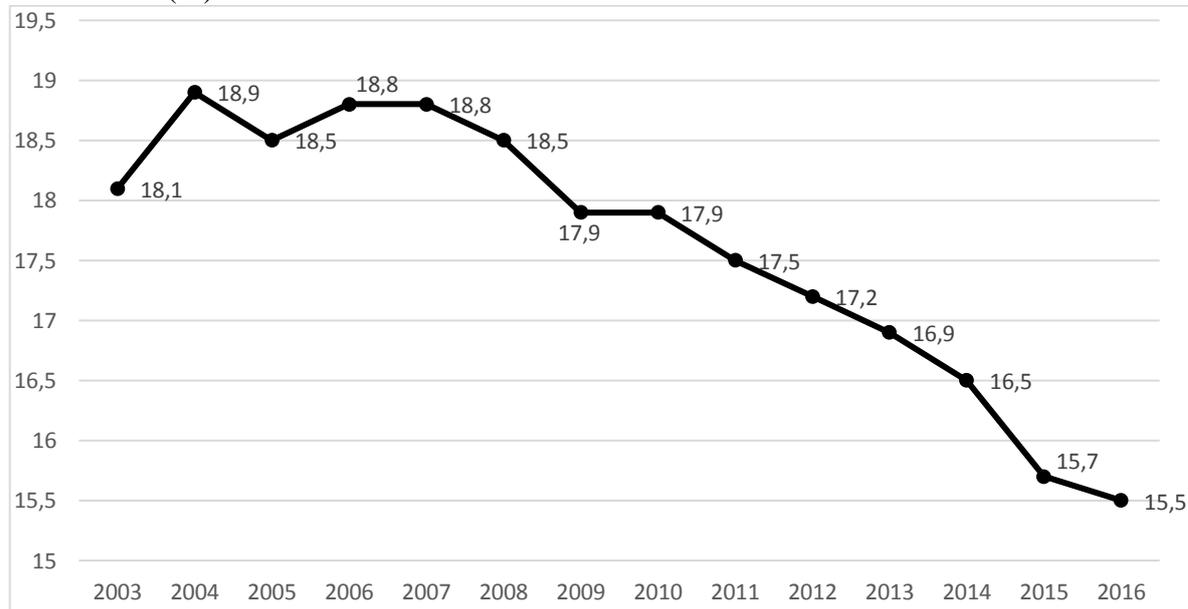
Fonte: Banco Mundial (dados não revisados)

Seguindo o processo descrito acima, a participação da indústria de transformação na geração de postos de empregos formais também sofreu forte queda nas últimas décadas. Como colocado, este setor é o que apresenta a maior proporção de empregos formais, o que

lhe dá uma importância vital para analisar as condições de trabalho. Em 1986, a indústria de transformação era responsável por 27,1% dos empregos formais do país. Em 2002, após mais de uma década de abertura comercial indiscriminada, esse indicador diminuiu para 18,2%. Observamos que a geração de empregos proporcionada pelo governo Lula não mudou a trajetória de queda, apenas mantendo esse patamar até o final da década de 2000, o que demonstra que o alto crescimento e as melhores condições econômicas não eram o suficiente para alavancar o setor.

A “nova matriz econômica”¹³⁵ esboçada pelo governo Dilma, com desonerações fiscais e uma política de conteúdo nacional para o setor, tampouco surtiu efeito na geração de novos empregos nesta esfera, que permaneceu em queda. O descarrilamento completo do governo Dilma a partir de 2013, que levou o país à recessão, reduziu ainda mais os empregos formais gerados na área, chegando a apenas 15,5% do total em 2016. O Gráfico 45 nos mostra a queda na participação da indústria de transformação na geração de postos de trabalho formais durante os governos petistas.

Gráfico 45 - Participação da indústria de transformação na geração de empregos formais 2003-2016 (%)



Fonte: FIESP; CIESP, 2017, p.7.

A redução do desemprego foi uma questão fundamental para o sucesso da condução econômica do petismo, e ponto fundamental da social-democracia periférica, principalmente

¹³⁵ Termo utilizado pelo então ministro da Fazenda, Guido Mantega. “Mantega anuncia 'primeiro ano da nova matriz econômica'. Disponível em: <<https://ptnosenado.org.br/mantega-anuncia-primeiro-ano-da-nova-matriz-economica/>> Acesso em 23 de dezembro de 2018.

na diminuição dos índices de pobreza e extrema pobreza. Mais uma vez, a política econômica heterodoxa praticada pela social-democracia periférica demonstrou ser possível a aceleração do crescimento, com controle da inflação e distribuição de renda. A maior parte dos empregos gerados no período petista foram localizados na base da pirâmide, qual seja, postos formais de trabalho com remunerações de até 1,5 salário-mínimo¹³⁶ (massa de trabalhadores que se tornou uma forte base eleitoral petista, principalmente na região Nordeste). Isso significa que o desemprego estrutural – eixo da política econômica neoliberal – foi um fator atacado pelo programa petista, enxugando a massa de trabalhadores pobres desempregados durante o governo FHC, e alocando-os, a grande maioria, em ocupações de baixa qualificação no setor de serviços, com a remuneração já apontada.

Combinando a aceleração da economia, a queda no desemprego, a política de valorização do salário-mínimo e ainda os programas de transferência de renda, essa ampla camada da população aumentou consideravelmente sua capacidade de consumo, o que foi algo positivo para toda a economia. A formalização do trabalho e os reajustes acima do nível da inflação são mecanismos de transferência de renda ainda mais potentes do que o Bolsa Família, o que explica a queda rápida nos índices de pobreza e extrema pobreza durante os governos petistas. Quando Lula assumiu em 2003, a taxa de desemprego aberto era de 11,7%. Seu primeiro mandato foi discreto neste quesito, pela condução cautelosa da economia, rebaixando o índice levemente para 10,0% em 2006. Com o crescimento forte dos anos seguintes (momento em que o petismo tem as iniciativas econômica, política e eleitoral), os números não parariam de descer, até chegar ao recorde de 4,8% em 2014, menor taxa da história registrada pelo IBGE.

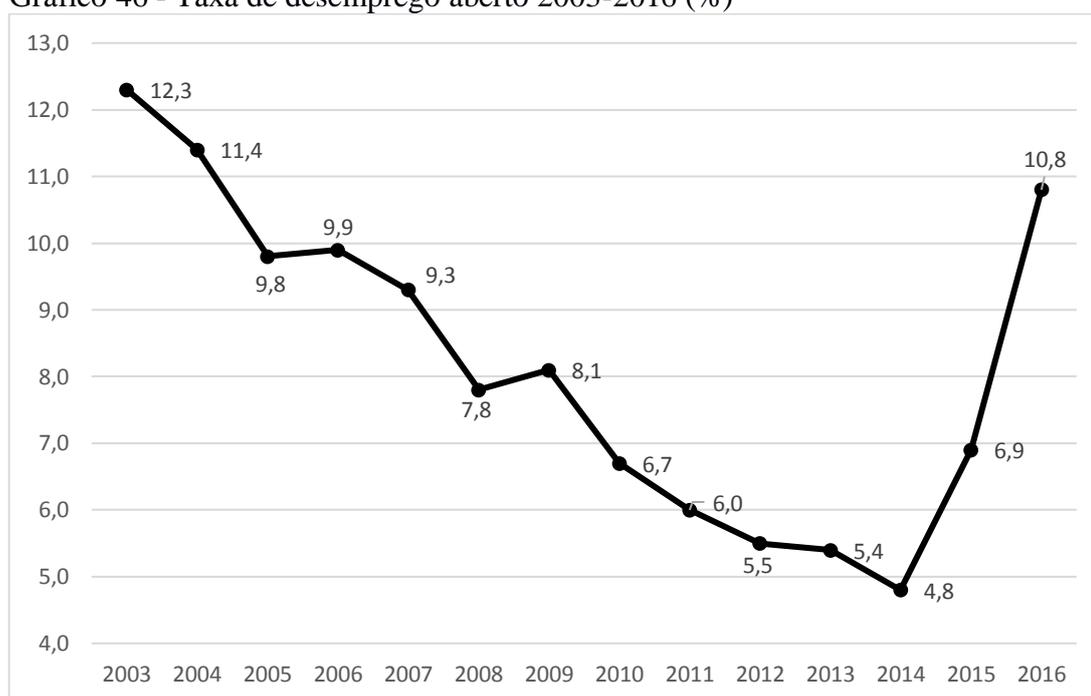
A taxa de desemprego baixa concedeu também maior capacidade de organização e contestação da classe trabalhadora, com a onda de greves que ocorreu durante o primeiro mandato de Dilma (vitaminadas pelas manifestações de junho de 2013).¹³⁷ Mesmo com a perda da iniciativa econômica em meados do seu primeiro mandato, Dilma conseguiu manter a taxa de desemprego em queda, alcançando o resultado recorde de 4,8%, justamente no ano eleitoral de 2014, quando a economia já ia em ritmo decrescente (o PIB alcançou apenas 0,5% naquele ano). A manutenção do emprego e da renda, mesmo em situação totalmente adversa, e a promessa de que assim continuaria em seu segundo mandato, foi o que permitiu a vitória eleitoral de Dilma em 2014 (principalmente no segmento entre 2 a 5 salários-mínimos), assim

¹³⁶ Dados que apresento de forma mais aprofundada na próxima sessão.

¹³⁷ Vale destacar que essa onda de greves foi, muitas vezes, de organização espontânea dos trabalhadores, sem participação das centrais sindicais tradicionais, e, portanto, por fora do sindicalismo petista. Era um forte indício de que essa nova classe trabalhadora, produto da política econômica petista, começava a compreender a política e tateava por formas de reivindicações. Da mesma forma, demonstra os limites da economia social-democrata periférica, que, ao melhorar a vida dos trabalhadores, os permitiu perceber que sua situação ainda era, mesmo assim, muito precária.

como sua capitulação três meses depois, ao adotar o receituário ideal do neoliberalismo, traíndo as posições da campanha eleitoral, foi o que selou o divórcio entre boa parte da classe trabalhadora e o petismo, que se materializaria na não mobilização para barrar o Golpe em 2016 e nas derrotas eleitorais posteriores do Partido dos Trabalhadores. A partir de então o desemprego volta aos patamares dos anos 1990, acima dos 10%, como demonstra o Gráfico 46.¹³⁸

Gráfico 46 - Taxa de desemprego aberto 2003-2016 (%)



Fonte: IBGE. Disponível em: <<https://br.advfn.com/indicadores>> Acesso em 10 de dezembro de 2018.

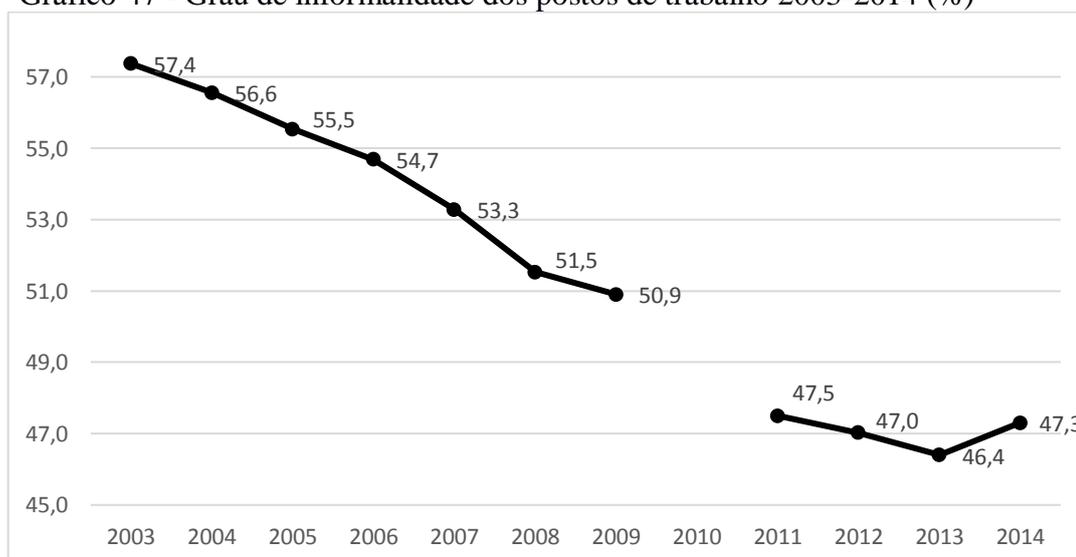
Como já colocado, a expansão do emprego formal na base da pirâmide social diminuiu não somente o desemprego em si, mas o grau de informalidade do mercado de trabalho brasileiro. Quando da chegada de Lula à presidência, a informalidade respondia por quase 60% das ocupações desempenhadas pelos trabalhadores do país. Em 2009, segundo dados do IPEA, esse número tinha recuado a 50%, e chegaria a 47,3% em 2014, último ano da série histórica do Instituto disponível até o momento. Os números apresentam que as políticas petistas foram capazes de diminuir a informalidade no Brasil, fazendo com que os postos formais se tornassem maioria durante seus governos. Contudo, também é perceptível que essa queda se dá de maneira muito mais lenta do que a do desemprego e outros indicadores do mundo do trabalho. Essa questão se dá por vários motivos: uma economia baseada na

¹³⁸ Vale lembrar que exponho aqui a taxa de desemprego aberto. Se formos levar em conta o desemprego oculto, como faz o DIEESE, os números são muito maiores. Da mesma forma, algumas atividades informais, e até mesmo algumas formais terceirizadas, são tão degradantes e de remuneração tão baixa que seria difícil classificá-las como “empregos” ou “profissões”. São apenas formas desesperadas que as pessoas mais pobres encontram para ganhar algum dinheiro.

exportação especializada de produtos primários (altamente mecanizada) e secundários de média/baixa composição técnica (em decadência), não apresentando uma demanda muito alta para profissões de maior qualificação no setor de serviços; uma rotatividade muito grande do trabalho formal, vide que a maior parte dos postos de trabalho criados foram os de remuneração até 1,5 salário-mínimo, tendentes à rotatividade; a queda na geração de empregos na faixa de 2 a 5 salários-mínimos.¹³⁹

A informalidade é uma das características estruturais do capitalismo periférico, sendo, portanto, um índice de difícil recuo, a menos que se rompa com esta lógica e se aponte para uma superação gradual do capitalismo dependente. Sendo assim, a diminuição e aumento do trabalho informal responde a oscilações conjunturais, como se demonstrou na história recente brasileira. No momento de iniciativa econômica da social-democracia periférica, devido suas políticas e ao bom momento da economia mundial, a informalidade diminuiu, ainda que lentamente. Quando da desaceleração da economia e a chegada da recessão, a informalidade volta a crescer (a partir de 2014) e rapidamente volta a ser maioria no mercado de trabalho brasileiro. O Gráfico 47 mostra o grau de informalidade do mercado de trabalho brasileiro medido pelo IPEA entre 2003 e 2014. Infelizmente a série histórica do referido Instituto não foi atualizada para os anos posteriores até o fechamento deste trabalho. Contudo, o IBGE, que apresenta números muito distintos dos do IPEA, afirmou que o número de trabalhadores informais voltou a ultrapassar os com carteira assinada em 2017.¹⁴⁰

Gráfico 47 - Grau de informalidade dos postos de trabalho 2003-2014 (%)



Fonte: Ipeadata. Não há dados para o ano 2010.

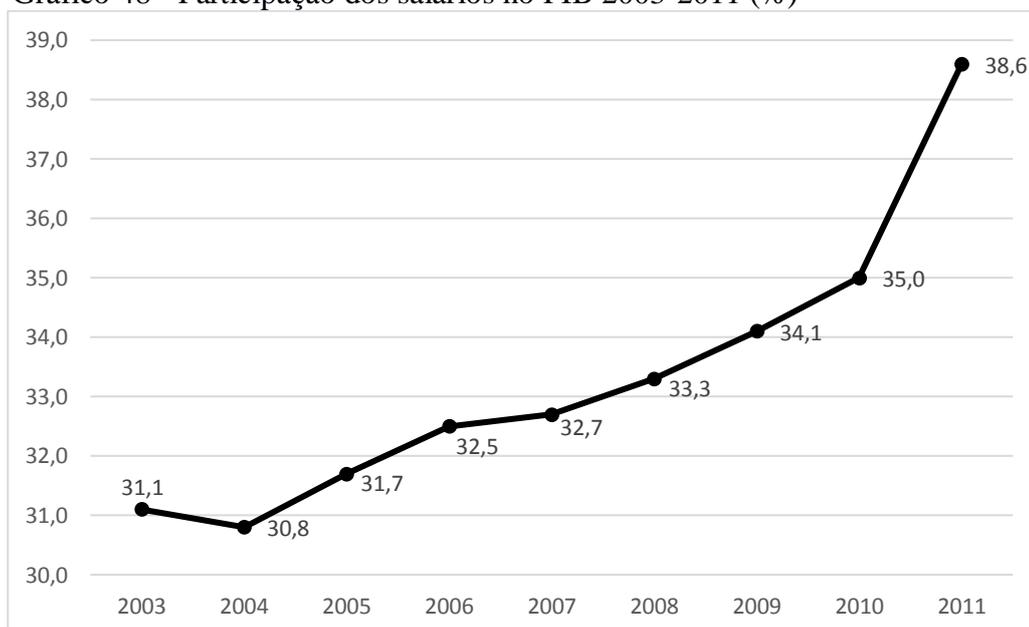
¹³⁹ Para dados sobre rotatividade e criação de empregos por faixa de remuneração, ver a próxima sessão.

¹⁴⁰ “No Brasil, trabalho informal é a nova regra”. Disponível

em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/No-Brasil-trabalho-informal-e-a-nova-regra>> Acesso em 28 de novembro de 2018.

A participação dos salários na composição do PIB subiu durante o governo Lula, detendo uma queda constante que vinha desde os anos 1980. Somente no governo FHC, a participação dos salários decaiu de 35,2% para 31,4%. O governo Lula conseguiu elevar esse patamar, graças ao aumento do emprego formal, da política de valorização do salário-mínimo e do crescimento da economia. Em 2011, a participação dos salários já alcançava 38,6% do PIB, mostrando uma trajetória de crescimento, constituindo-se como mais uma diferença da política econômica da social-democracia periférica em relação ao pensamento neoliberal ortodoxo reinante nos anos 1990. Infelizmente não consegui acesso a dados mais recentes, com a série aqui apresentada encerrando-se no ano de 2011. Infere-se, a partir dos demais dados do mundo do trabalho aqui apresentados, como a queda do desemprego até 2014, que essa participação tenha chegado na casa dos 40%, decaindo rapidamente com a recessão e alta do desemprego a partir de 2015. No Gráfico 48 podemos observar o aumento da participação dos salários no PIB entre 2003 e 2011.

Gráfico 48 - Participação dos salários no PIB 2003-2011 (%)



Fonte: IBGE. In: GOMES; CRUZ, 2015, p. 117.

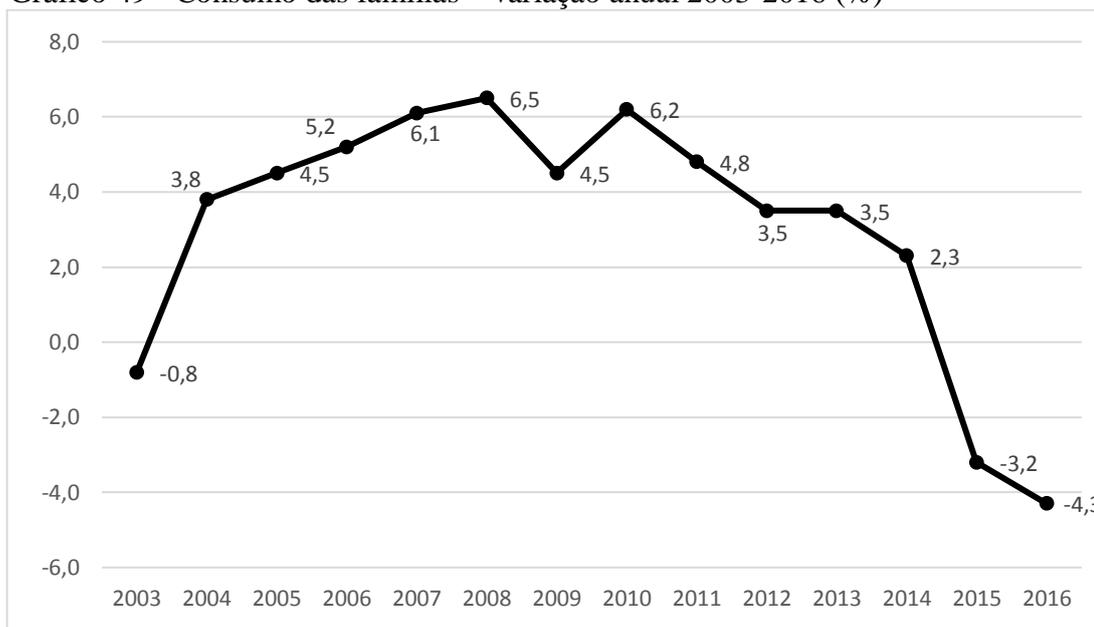
O consumo das famílias é um dos mais importantes indicadores da economia, já que boa parte do mercado interno é alimentado por esse tipo de consumo. Desde do Plano Real, o país se acostumou com taxas muito baixas de consumo das famílias, que indicavam o empobrecimento e o subconsumo de boa parte da população brasileira, restritos pela obsessão de contenção da “inflação por demanda”. Esse mito mercadológico fez com que o governo FHC, marcado pela estabilização conservadora da inflação, apresentasse apenas 2,6% de

incremento no consumo das famílias entre 1995-2002, mesmo com a estabilização dos preços comparada com a hiperinflação anterior ao Real (no segundo mandato de FHC, o crescimento foi de apenas 1,7%). As medidas favoráveis aos rendimentos da classe trabalhadora discutidas nas páginas acima contribuíram para o aumento da capacidade de consumo das famílias e aqueceram o mercado interno, auxiliando nos resultados positivos da economia.

Mais uma vez, a ideia da “inflação por demanda” não se realiza, quando, entre todos os governos petistas, o aumento do consumo das famílias foi mais forte (5,8% em média) durante o segundo mandato de Lula, exatamente o mesmo período em que se verificaram os mais baixos índices de inflação da era petista (5,1% pelo IPCA). Isso significa que a política pró-trabalho e pró-salários permitiu o incremento do consumo de boa parte da população e a inserção de milhões de brasileiros, que se encontravam em situação de subconsumo, em uma esfera de consumo popular. Em outras palavras, há demanda reprimida no país que tende a diminuir sempre que se realizar uma política de geração de empregos, aumento real do salário-mínimo e distribuição de renda, fortalecendo um mercado interno que, pelo tamanho da população brasileira, possui potencial para ser um dos maiores mercados consumidores do mundo. Chamo atenção que para fins políticos, simplesmente incluir pelo consumo não é o suficiente para ter uma base social mobilizada. Há de se conscientizar as pessoas para a organização política e defesa de seus direitos, ou o que prevalece é a lógica do mercado, individualista e consumista.

No Gráfico 49, observamos que no primeiro governo Dilma ocorre uma desaceleração do consumo das famílias, mas que ainda chega ao ano eleitoral de 2014 em patamares aceitáveis (3,5% de média), o que explica, junto a outros indicadores, principalmente o desemprego baixo, o apoio angariado por Dilma para sua reeleição, mesmo com a crise econômica e o bombardeio da Lava-Jato já em curso. A recessão desatada em 2015, parte pela capitulação petista frente ao mercado, parte pela sabotagem de seus adversários, derruba o consumo das famílias para índices negativos (acompanhado da alta do desemprego), fato que não foi observado sequer nos anos de 2008-2009, quando do estouro da crise internacional (lembrando que em 2009 o PIB encolheu -0,1%). Novamente, o aumento escandaloso dos juros em 2015 (14,1%) para conter a “inflação por demanda” não se sustenta, já que o consumo das famílias já vinha em queda desde 2011, fazendo com que a inflação saia do controle justamente nesse momento (10,67% pelo IPCA).

Gráfico 49 - Consumo das famílias – variação anual 2003-2016 (%)



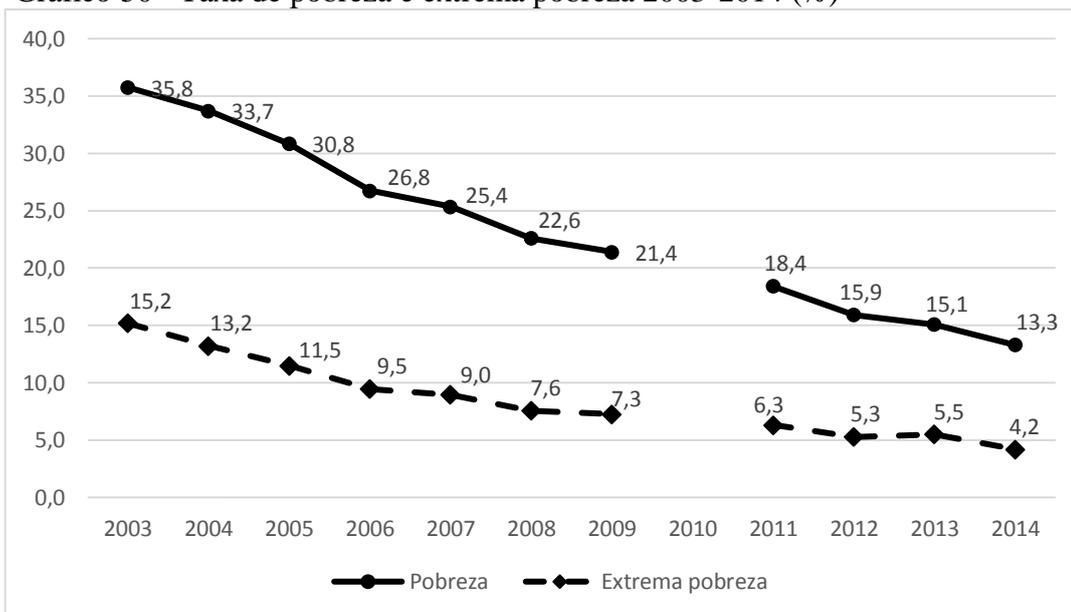
Fonte: IBGE.

O ponto mais importante do programa da social-democracia periférica é o seu combate à pobreza e extrema pobreza, dentro dos termos do capitalismo dependente. Esse foi o carro-chefe não só do governo Lula e Dilma, mas do próprio PT enquanto força política, e os resultados são internacionalmente reconhecidos como seu grande legado. A combinação da redução do desemprego, da valorização do salário-mínimo e os programas de transferência de renda, com destaque para o Bolsa Família, permitiu uma queda rápida dos números de pobreza e extrema pobreza (que tinham ficado praticamente estagnados durante os governos anteriores do PSDB). O Gráfico 50 mostra a trajetória decrescente desses indicadores durante os governos petistas. O fim da situação miserável de boa parte da população foi o que constituiu a base eleitoral do PT nos extratos mais pobres, e o sentimento de gratidão que essas pessoas têm com o ex-presidente Lula.

A combinação de fatores que permitiu esses importantes resultados, dentro dos limites do capitalismo dependente, somente é sustentável enquanto houver crescimento econômico, situação que terminou a partir de 2014. Assim, desse momento em diante o número de pessoas em estado de pobreza e extrema pobreza volta a crescer no país depois de mais de uma década, constituindo-se como o maior retrocesso da crise econômica e política que se instalou no país (como mostra o Gráfico 51). O Bolsa Família é uma política muito importante para agir de maneira imediata junto às pessoas que mais precisam, mas é, na verdade, o emprego e o aumento da renda pelos salários e aposentadorias indexados acima da inflação que possuem maior força para impactar positivamente a vida dos segmentos mais

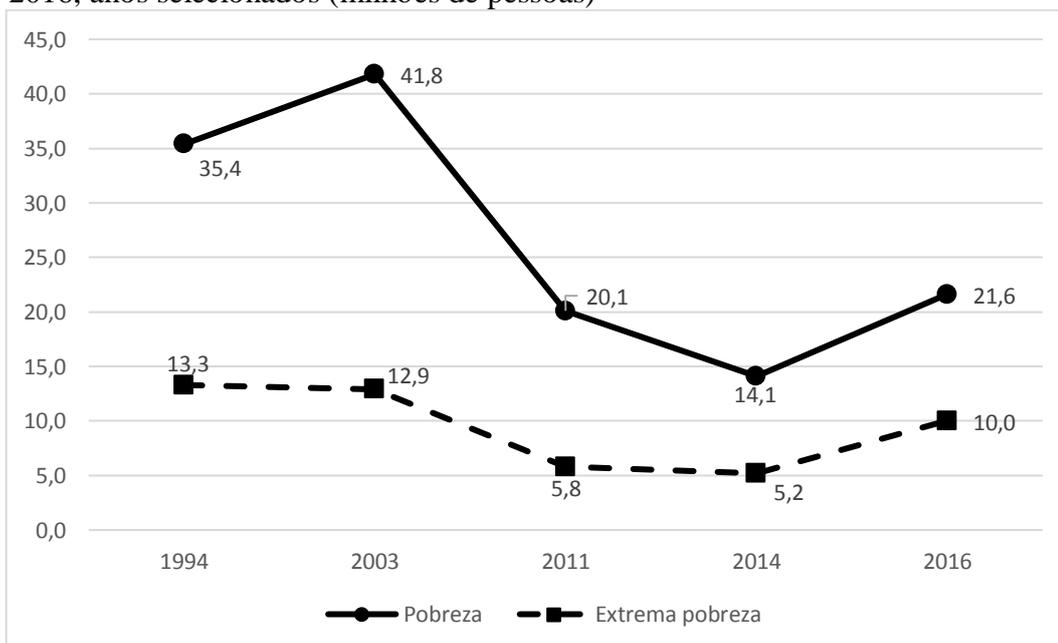
pobres e tirá-los de situações degradantes. Não se deve omitir da análise, porém, que o Bolsa Família desperta o que há de pior na sociedade brasileira, a “oposição” a programas de transferência de renda, principalmente por setores médios, que nada mais é do que seu preconceito de classe, sua total aversão a qualquer tipo de responsabilidade social e seu descompromisso individualista com a coletividade a qual pertence.

Gráfico 50 - Taxa de pobreza e extrema pobreza 2003-2014 (%)



Fonte: Ipeadata. Não há dados para o ano 2010.

Gráfico 51 - Número de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza 1994-2016, anos selecionados (milhões de pessoas)



Fonte: IBGE/PNAD. Disponível em: <<http://caritas.org.br/aumenta-a-pobreza-e-a-extrema-pobreza-no-brasil/39716>> Acesso em 10 de dezembro de 2018.

5.3 Dependência e mudanças no neoliberalismo brasileiro no século XXI

O início do século XXI na América Latina foi palco de forte questionamento às políticas do Consenso de Washington. As promessas de crescimento e acesso às “maravilhas” do capitalismo por meio da liberalização total dos mercados e pela flexibilização dos direitos trabalhistas se tornou um pesadelo de economias em frangalhos, com taxas de crescimento ridículas e com a intensificação dos graves problemas sociais presentes na região. Ao longo dos anos 1990, forças populares fizeram forte oposição ao receituário ideal do neoliberalismo, em um processo de acumulação de forças que lhe permitiram chegar ao governo pela via eleitoral na década de 2000, com base em ideais de combate ao desemprego e à miséria, da recuperação da soberania e do papel do Estado na economia, além da inserção dos países da região na nova geopolítica internacional que se desenhava, de caráter integracionista e multipolar.

Se os chamados governos progressistas latino-americanos convergiam em propostas de justiça social, soberania e integração regional, também apresentavam diferenças consideráveis. Experiências como a da Venezuela e da Bolívia se caracterizam por conteúdo revolucionário, anticapitalista e de organização da classe trabalhadora como base de sustentação de um processo de transformação radical. Em outros casos, como o do Brasil, questiona-se a ortodoxia neoliberal, apresentando um projeto alternativo, dentro dos limites do capitalismo dependente, de reintrodução do Estado na economia como alavancador do crescimento econômico, que permite uma política pró-emprego, com distribuição de renda, cuidado com os setores mais pobres da sociedade – que passam a serem assistidos por programas de renda mínima, e dinamização do mercado interno. Procura-se uma condução política de redução dos embates sociais, sem reversão do que havia sido feito anteriormente, com a incorporação no governo de movimentos sociais e suas pautas (trazendo novos setores de classes para espaços de operação do capitalismo dependente), sem entrar em atritos com o grande capital, favorecido pela manutenção de uma macroeconomia conservadora e por políticas de crescimento calcadas em ideais de mercado. A base social beneficiada pelas políticas progressistas é mobilizada somente em momentos eleitorais, único período onde, aparentemente, se acirram as contradições e se recorre a uma retórica mais inflamada para garantir a permanência no governo.

Os governos petistas não se caracterizaram por um rompimento com o neoliberalismo, nem com a tomada do governo pela classe trabalhadora, mas sim, por uma política econômica alternativa, de caráter heterodoxo, que trouxe novidades que permitiram

uma certa recomposição da máquina pública, crescimento econômico e redução do desemprego e da pobreza, sem abandonar ou confrontar os pilares do neoconservadorismo construídos nos anos 1990. Não houve revisão das medidas tomadas anteriormente, como privatizações em setores estratégicos, abertura comercial indiscriminada e desregulação do setor financeiro, tampouco revisão das perdas trabalhistas ocorridas ao final do século XX. Esses processos foram, no máximo, paralisados, evitando novas perdas e ataques à classe trabalhadora e a soberania nacional.

No campo político, representou uma reacomodação de forças no governo (não no poder), com a chegada de setores oriundos do mundo do trabalho e críticos ao receituário ideal do neoliberalismo, mas sem desalojar os antigos representantes da burguesia, que sempre se serviram dos espaços públicos de comando, e sem um projeto revolucionário de superação das condições então vigentes. Grupos que compõem a direção da social-democracia periférica, como metalúrgicos, bancários e profissionais liberais, passaram a posições de operação do capitalismo dependente, como o governo federal e a direção de empresas estatais e fundos de pensão, dividindo espaço com antigos atores, representantes políticos e administrativos das classes dominantes. Essas condições permitiram a edição de uma política econômica alternativa e conjuntural, com forte impacto para a melhora das condições de vida da população brasileira (especialmente seus extratos mais pobres), mas que não se sustenta a longo prazo. Presa dentro dos limites do capitalismo periférico e de seu projeto desmobilizador, a esquerda da ordem não construiu bases sociais fortes para sua defesa, o que foi fatal no momento onde as condições econômicas se tornaram adversas e os ataques adversários mais intensos e desleais.

Entre 2003 e 2016 as novas configurações impostas ao capitalismo dependente brasileiro pela Globalização neoliberal continuaram a se desenvolver, com o avanço do novo padrão exportador de especialização produtiva e a plataforma da valorização financeira. Os governos Lula e Dilma não romperam com esses processos em curso, tendo, na verdade, adaptado o programa da social-democracia periférica a essa nova realidade. A reprimarização da pauta exportadora encontrou a política multipolar, diversificando os parceiros comerciais, sem mexer na composição essencialmente primária das exportações; a entrada de recursos promovida pela alta dos preços das commodities serviu para aumentar a arrecadação estatal, sendo usada, em parte, para o investimento público e as políticas sociais; a retomada do Estado como indutor da economia permitiu seu uso como financiador da internacionalização dos conglomerados brasileiros; o setor financeiro continuou se alimentando da dívida pública (nunca auditada), mas foi utilizado para financiar uma economia em crescimento e com bom

espaço para redução dos juros, realizado de maneira gradual para um patamar médio (na casa dos 10%, considerado baixo pelos “especialistas” neoliberais brasileiros), permanecendo acima da taxa de crescimento; o aumento do emprego e da renda aqueceu e ampliou o mercado interno, casando com a expansão de investimentos no país por parte do capital autóctone e estrangeiro, em um momento em que as economias norte-americana e europeia passavam por forte crise.

O século XXI marca, até o momento, uma terceira etapa de inserção do capitalismo dependente brasileiro na Globalização neoliberal, com a conglomeração e internacionalização dos grandes grupos de capital brasileiro, sem romper, contudo, com a condição dependente. Há um agigantamento de determinadas empresas, em setores que o país é tradicionalmente competitivo (agronegócio, carnes, mineração, construção civil) que se tornam verdadeiros conglomerados, absorvendo antigas competidoras (monopolização) e diversificando seus investimentos em setores econômicos para além de suas atividades originais, com imbricações cada vez mais fortes com o setor financeiro e o capital estrangeiro. Esses conglomerados se expandem para além das fronteiras nacionais, preferencialmente em outras áreas periféricas, não entrando em choque direto com as economias imperialistas. Sua expansão modifica a visão neoliberal em relação ao Estado, deixando-o de demonizá-lo para utilizá-lo como financiador - através de bancos públicos (como o BNDES) e outros expedientes (como desonerações fiscais); e também como consumidor, a partir da contratação de serviços (como a construção civil, em iniciativas como o PAC e o Minha Casa Minha Vida) e compras realizadas pela máquina pública e empresas estatais (como navios e plataformas encomendados pela Petrobras).

A relação de dependência com o mercado internacional, no entanto, permanece. Sem avanço considerável no domínio dos elementos da Revolução Científico-Técnica e sem iniciativa para romper com a situação de dependência, os monopólios estrangeiros continuaram dominantes na economia brasileira, investindo nas esferas que se desenvolveram durante os governos Lula e Dilma. O agronegócio necessita de máquinas modernas para colheitas, armazenagem e transporte, exigindo tecnologia do exterior, além de setores de ponta, como a biotecnologia, utilizada em sementes transgênicas e agrotóxicos. Da mesma forma, a mineração requer maquinário e conhecimentos científicos adequados, usando equipamentos cada vez mais modernos em um setor com forte participação do capital estrangeiro em uma antiga estatal privatizada (a Vale, com mais da metade dos acionistas no

estrangeiro e com participação do setor bancário entre seus proprietários).¹⁴¹ O setor de serviços aumentou muito seus investimentos em diversos campos com o crescimento do consumo, desde o trabalho doméstico – em diversas modalidades, até a cultura e o entretenimento, com forte proliferação de franquias internacionais no Brasil. Com a fluidez do capital fictício, os grandes conglomerados e seus acionistas se movem rapidamente entre diversos setores da economia, detendo, ao mesmo tempo, títulos da dívida pública, ações de empresas brasileiras internacionalizadas, investimentos em mercados futuros de commodities, participação em setores de importação de tecnologia e produtos, etc.¹⁴²

As medidas tomadas pelos governos de Lula e Dilma não foram contraditórias com o neoliberalismo (com exceção do combate ao desemprego estrutural), ou não tiveram força suficiente para superá-lo, rompendo com a dependência. Apesar de progressistas, as ações empreendidas pelo PT casaram com as transformações pelas quais passavam o capitalismo dependente brasileiro, não se tratando de um momento de bifurcação, mas, apenas, de um direcionamento alternativo, que permitisse melhorar o nível de vida das grandes massas sem confronto direto com as forças do capital. Para melhor compreender a relação entre as iniciativas do PT no governo e o andamento do capitalismo dependente no país, apresento quatro esferas de manifestação desse vínculo: a) geopolítica internacional, b) papel do Estado, c) relação com o setor financeiro, d) economia política.

a) *Geopolítica internacional*: como traço característico do capitalismo periférico e sua ação subimperialista, a internacionalização dos conglomerados brasileiros é vital para manter a taxa de lucro, devido aos limites inerentes da economia local. Este fenômeno adquiriu novos contornos no século XXI devido ao processo de conglomeração alcançado por algumas empresas e o novo momento internacional, com o avanço da Revolução Científico-Técnica, a constituição do mundo multipolar e o deslocamento do centro da economia mundial para a Ásia. Esse novo momento do subimperialismo, apesar de, estruturalmente, guardar mecanismos de funcionamento identificados por Marini (2012) no século XX, apresenta modificações importantes, correspondentes ao desenvolvimento do capitalismo

¹⁴¹ Informações da própria empresa. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/investors/company/shareholding-structure/Paginas/default.aspx>> Acesso em 09 de dezembro de 2018.

¹⁴² Não se pode retirar da análise a conspiração política, desnudada pelas revelações de Edward Snowden sobre os programas de vigilância global dos Estados Unidos, onde o pré-sal brasileiro era um dos principais alvos. Não por acaso, após o Golpe de 2016 o regime de exploração do pré-sal foi modificado, de forma a retirar a obrigatoriedade de participação da Petrobras em todas as áreas do petróleo de longa profundidade e a porcentagem de conteúdo tecnológico nacional a ser adquirida pelas empresas que desejassem explorar o pré-sal. Somente a partir desse momento é que as petroleiras norte-americanas e europeias passaram a operar na faixa do pré-sal, demonstrando mais um exemplo do investimento estrangeiro somente nas áreas em que o país é naturalmente competitivo.

dependente em sua fase neoliberal: em primeiro lugar, o subimperialismo brasileiro estava, anteriormente, baseado na exportação de produtos manufaturados para economias mais frágeis; agora se manifesta também no controle de terras, recursos naturais e diversos setores da economia de outros países, no oferecimento de serviços de grandes proporções – como no caso das empreiteiras, além do financiamento dessas atividades por meio de bancos públicos brasileiros. Todas essas atividades contam com a presença direta ou indireta do capital estrangeiro, que participa da repartição dos lucros da expansão do capitalismo brasileiro.

Em segundo lugar, o estágio das empresas brasileiras internacionalizadas não se restringe mais a simples exportadoras, ou filiais de empresas estrangeiras com plantas produtivas no Brasil, mas sim, a grandes conglomerados, fruto dos processos de liberalização e privatização nos anos 1990, compostos por capitais de origens diversas (nacional, estrangeiro, financeiro, produtivo, agrícola, construção civil, etc) e investimentos variados dentro e fora do país de origem (exportações de mercadorias e serviços, propriedade de títulos da dívida, ações, mercado imobiliário, compra de terras e jazidas, investimentos em bens culturais, patrocínios, etc). Essas ações ficam explícitas na atuação de empresas como Vale (mineração), Odebrecht (construção civil), JBS (carnes), entre outras, que se expandem em zonas de pouco ou nenhum atrito com concorrentes oriundas dos países centrais, principalmente na América Latina e na África.¹⁴³ Questões geopolíticas também são exploradas na internacionalização do capital monopólico brasileiro, como investimentos em países com laços culturais com o Brasil (a exemplo dos países lusófonos na África, como Angola e Moçambique) e adversários dos Estados Unidos na América Latina, como Cuba e Venezuela, onde as empresas estadunidenses não operam devido o bloqueio econômico imposto por Washington.

Há uma terceira diferença entre o subimperialismo atual e seus primórdios no século XX. Com a formação do mundo multipolar e o governo de uma força progressista, o PT, durante treze anos seguidos, surgiu uma contradição entre o que é a participação brasileira como liderança regional (e com pretensões mundiais) neste novo cenário, o que inclui, invariavelmente, seu peso decisivo na construção da integração latino-americana e na constituição de um mundo multipolar, com ênfase nas relações Sul-Sul; e o que é simplesmente expansão do subimperialismo brasileiro sobre outras áreas periféricas,

¹⁴³ Existem alguns poucos casos de empresas desse tipo que conseguem operar em países centrais, como é o caso da JBS, com mais da metade dos seus negócios nos Estados Unidos. Empresas desse tipo estão claramente se tornando transnacionais, apenas com origem no Brasil, mas com a maioria de seus negócios fora do país de origem. Ver “Com 80% do faturamento fora do país, JBS não sofre com a crise que criou”. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/05/19/com-80-do-faturamento-fora-do-pais-jbs-nao-sofre-com-crise-que-criou.htm>> Acesso em 15 de dezembro de 2018.

controlando setores consideráveis de outras economias e diversificando parceiros comerciais como desdobramento do processo globalizante (sobretudo a Ásia), porém, a partir das atividades impostas pela divisão internacional do trabalho na Globalização neoliberal (padrão exportador de especialização produtiva).¹⁴⁴ Os limites entre uma posição e outra são tênues, já que a tentativa brasileira de se constituir como um *player* global não foi acompanhada de um rompimento com a dependência, nem de um processo revolucionário (condições necessárias para um projeto de nação soberana na periferia), ficando à mercê das movimentações políticas da conjuntura interna, que se modificaram radicalmente com o Golpe de 2016 e o fim dos governos petistas.

Mesmo a diversificação dos parceiros comerciais a partir dos governos petistas, principalmente as relações com a China, são baseadas nos setores que já vinham se agigantando e dominando a economia e as exportações do país. Não houve um projeto de nação baseado na necessidade do avanço da ciência e no domínio de novas técnicas, consciente dos progressos da Revolução Científico-Técnica, mas, somente, a evolução de tendências iniciadas nos anos 1990, palco de um processo de concentração de capital no país, devido à abertura comercial e financeira, além das privatizações, que levariam à internacionalização dos conglomerados então formados. Sequer a reindustrialização do país em setores tecnológicos já consolidados foi possível, tampouco desenvolver cadeias produtivas a partir dos campos de destaque da economia (como uma agroindústria a partir do agronegócio, que possui potencial para diversas esferas, desde maquinário de ponta à biotecnologia) devido a políticas insuficientes dos governos Lula e Dilma, que apostaram em simples estímulos de mercado e financiamento público para o setor.

Sendo assim, a política externa com ênfase na integração, na multipolaridade e nas relações Sul-Sul promovida pelo petismo, não está em contradição com o curso atual do capitalismo dependente brasileiro, isto porque, a atuação econômica do país está baseada no papel que lhe é imposto pela divisão internacional do trabalho na Globalização neoliberal, seja na composição de sua pauta exportadora, seja na internacionalização de conglomerados brasileiros. Toda essa tendência já estava em marcha antes do governo Lula, e pode permanecer em outros governos de tonalidades político-ideológicas diferentes, ainda que não com a mesma orientação progressista. Carlos Tautz e outros autores, ao escreverem sobre o

¹⁴⁴ Um exemplo foi a nacionalização dos recursos hidrocarbonetos na Bolívia pelo governo de Evo Morales a partir de 2006, que teve como principal alvo as atividades da Petrobras no país. Exemplos de práticas ilícitas como suborno de políticos e autoridades governamentais, crimes ambientais, desrespeito a legislações trabalhistas e violências contra populações tradicionais se repetem nos empreendimentos dos conglomerados brasileiros em outros países, nada diferente do que fazem no Brasil.

papel do BNDES na conglomeração e internacionalização das empresas brasileiras, abordam diversos aspectos deste fenômeno:

As privatizações e a liberalização econômica são responsáveis por inaugurar um novo estágio do capitalismo brasileiro. A partir daí, formam-se importantes conglomerados estrangeiros – à custa do patrimônio público investido nos referidos setores. Para além da incorporação de patrimônio via privatizações, tais conglomerados vão ser mantidos e alimentados pelos fundos públicos, no pós-privatizações. (...) A diferença do governo Lula em relação ao período anterior estaria, essencialmente, no resgate do papel do Estado por meio de uma suposta defesa de grupos nacionais, bem como da “escolha de vencedores” ou dos “eleitos”. Neste caso, chama a atenção os setores de mineração e siderurgia, etanol, papel e celulose, petróleo e gás, hidroelétrico e da agropecuária, que receberam juntos quase a totalidade do meio trilhão de reais desembolsado pelo BNDES no período Lula. Vale dizer que o aprofundamento do referido padrão respondeu, igualmente, a uma conjuntura de intenso crescimento do comércio exterior a partir de 2002, puxado pela valorização das commodities, na esteira do vigoroso e continuado crescimento chinês. A recente crise financeira foi, por sua vez, reconhecida como mais uma oportunidade de se “escapar para frente”, ou seja, aprofundar ainda mais o referido padrão, via o patrocínio, pelo BNDES, de fusões e aquisições (a exemplo dos casos da JBS e Bertim, OI e Brasil Telecom, Perdigão e Sadia, Votorantim e Aracruz, Itaú e Unibanco). Está muito presente na justificativa do governo para o privilegiamento de determinados setores e empresas nos financiamentos do BNDES o argumento da necessidade de criação de “campeãs nacionais”, de “empresas nacionais líderes globais”, nos setores em que somos mais competitivos. Residiria aí uma estratégia deliberada do Estado de retomar sua capacidade de indução, garantindo a “inserção competitiva” do país no contexto de globalização. Contudo, mais do que uma retomada do papel estatal, configura-se aí um alinhamento do Estado à dinâmica e às demandas de grandes grupos empresariais com posições sólidas no mercado pré-Lula. Além de significar uma ancoragem da política de estabilização na balança comercial, levando o país a uma posição vulnerável no mercado internacional, centrada no instável comércio de commodities (TAUTZ et al, 2010, p.250-251).

b) O papel do Estado: a retomada do papel do Estado como indutor da economia é um dos pontos de diferença entre os governos progressistas brasileiros comparados à ortodoxia neoliberal dos anos 1990. Se anteriormente predominava uma posição de que o Estado não deveria intervir em quase nada na economia, agindo somente para garantir uma estabilidade macroeconômica conservadora e abrir novos espaços de acumulação para o capital privado; no início do século XXI, a ressaca de mais de uma década de políticas neoliberais que somente produziam baixo crescimento, perda de composição técnica e empobrecimento da população encontrou o ambiente necessário para sua modificação, com a chegada do PT ao governo, que passou a implementar uma política alternativa. Ainda que garantindo uma arquitetura macroeconômica com poucas diferenças em relação a seus antecessores (ou sob modificações lentas e graduais), o governo Lula apostou em uma política de crescimento médio/alto, calcada nos investimentos públicos em parceria com a iniciativa privada, que gerassem empregos e movimentassem diversos setores econômicos, como foram o PAC, Minha Casa Minha Vida e os megaeventos. Da mesma forma, utilizou os bancos

públicos, sobretudo o BNDES, para financiar grandes empresas e empreendimentos, inclusive seus processos de internacionalização. Recuperou-se a máquina pública e as empresas estatais remanescentes, com destaque para a Petrobras, que passaram por um amplo programa de investimentos em tecnologia, que a levaria à descoberta e operação do pré-sal, aquecendo consigo diversas áreas, por meio de suas compras de bens e serviços, tais como a indústria naval, construção civil e setores de tecnologia. Dilma tentou dar prosseguimento a essa proposta, com ênfase à indústria nacional, a partir de uma política de conteúdo nacional, que exigia determinada porcentagem de produtos fabricados no Brasil nas compras governamentais e de empresas estatais.

O Estado também surge como promotor de políticas sociais, centro do programa da social-democracia periférica, que se demonstraram importantes para a dinamização da economia durante as primeiras décadas do século XXI, já que incluíram uma grande parcela da população em uma baixa esfera de consumo, inclusive incrementando-a, ao aumentar o poder aquisitivo das famílias por meio da queda no desemprego, aumento da formalização, crédito consignado, realização de concursos públicos, política da valorização do salário-mínimo e programas de transferência de renda para os mais pobres. O emprego e os reajustes do salário-mínimo acima dos índices de inflação permitiram um crescimento do consumo de grandes segmentos da classe trabalhadora (erroneamente classificada como “nova classe média”) e a garantia de uma renda mínima para as famílias mais vulneráveis também as incluiu numa esfera de consumo básico, que movimenta sobretudo economias interioranas. Essas medidas combinadas aqueceram o mercado interno brasileiro, que pelo tamanho de sua população e pela demanda reprimida que lhe é imposta pela condição dependente, possui enorme potencial de crescimento, o que favoreceu todas as esferas do capital, principalmente o de produção de bens e serviços, incluindo aí os bens de informática, como computadores, *smartphones* e *softwares*, que foram popularizados para quase a totalidade da sociedade brasileira a partir deste período.

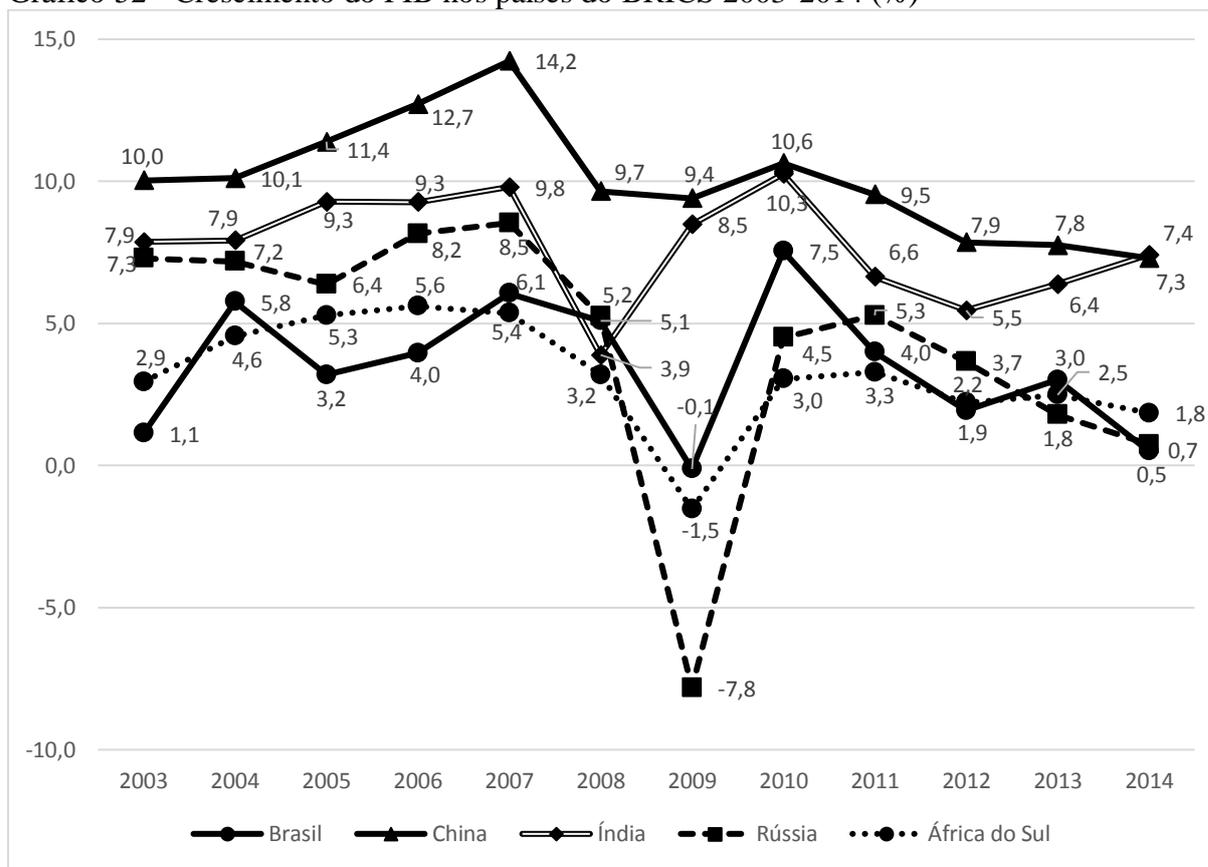
O reposicionamento do Brasil no cenário internacional também foi fruto da ação direta do governo, permitindo o fim da dívida externa com o FMI em 2005 e a constituição de sólidas reservas internacionais, eliminando a vulnerabilidade apresentada pelo país nos anos 1990, quando a economia era fortemente afetada por ataques especulativos e as oscilações do mercado financeiro. O Brasil ganhou status de potência regional, sendo um dos líderes do processo de integração latino-americana, e compondo os BRICS, grupo das economias em ascensão, vitais na formulação do mundo multipolar. Essas medidas foram determinantes para resguardar a economia brasileira da crise iniciada em 2008, que teve seu impacto inicial

contido por ações governamentais com intuito de manter a economia em crescimento e com forte investimento público (o mesmo não ocorreria com a segunda onda da crise, a partir de 2011, devido a erros do governo Dilma, limites inerentes ao programa da social-democracia periférica e ataques de seus adversários).

Essas políticas a partir da ação do poder público foram vitais para manter um crescimento econômico considerado alto para os padrões brasileiros. Se comprovou a falácia do discurso neoliberal de que o Estado deveria se limitar à imposição de uma macroeconomia conservadora e a promoção da abertura comercial e financeira, da privatização do patrimônio público e da flexibilização da legislação trabalhista. Esse conjunto de medidas foram as responsáveis pelo desastre dos anos 1990, sustentado pelo discurso do “estado de emergência”, ao serem apresentadas como necessárias para a contenção da inflação. O fim do governo FHC e os logros alcançados pelo governo Lula, provaram exatamente o contrário, de que a ação estatal na economia brasileira é uma necessidade para obtenção de crescimento, estabilidade frente a volatilidade do mercado internacional e a condução de uma política de emprego e renda.

Por outro lado, as taxas de crescimento dos governos petistas quando comparadas aos demais países dos BRICS, que experimentaram forte crescimento no mesmo período, não são tão espetaculares assim. Se examinarmos o intervalo entre 2003-2014 (excluindo assim o segundo mandato de Dilma, onde houve recessão), veremos que o Brasil teve uma média de crescimento de 3,4% ao ano, ficando à frente somente da África do Sul (média de 3,1%), economia mais fraca do bloco, por margem muito pequena. No mesmo quartel, a China apresentou média de crescimento de 10,0%, a Índia de 7,6%, e a Rússia 4,1%. Fica evidente que chineses e indianos possuem projetos de crescimento bem diferenciados dos demais, calcados na participação direta do Estado, abertura econômica controlada, ênfase no domínio da indústria e desenvolvimento endógeno de tecnologia de ponta. Mesmo com a desaceleração do crescimento verificada em todos os países a partir de 2012, o Brasil esteve durante todo o tempo atrás dos demais, com exceção da África do Sul, como podemos verificar no Gráfico 52.

Gráfico 52 - Crescimento do PIB nos países do BRICS 2003-2014 (%)



Fonte: Banco Mundial.

A utilização do Estado como indutor do crescimento foi positiva para a economia na década de 2000, principalmente para as parcelas mais empobrecidas da sociedade brasileira, mas ficaram restritas, na maior parte de suas ações, a estímulos do poder público ao capital privado, por meio de ações de mercado limitadas e conjunturais (crédito abundante, desonerações fiscais, grandes obras de infraestrutura e construção civil, programa de compras do governo federal e das empresas estatais com prioridade para a produção nacional, apoio à internacionalização de “campeãs nacionais”), que incorreram no fortalecimento dos setores já competitivos da economia brasileira – agropecuária, construção civil, petróleo e gás, mineração, etc. Não se desenvolveu um programa direcionado para o domínio dos setores de ponta, com fundação de empresas públicas e formação de força de trabalho qualificada que exigiria ação direta (ou até monopólica em determinados setores) do Estado, já que o mercado não se interessa por esses investimentos no Brasil. Não se rompeu assim com as funções determinadas pela divisão internacional do trabalho ao país, pelo contrário, tais condições foram acentuadas durante os governos Lula e Dilma.

O financiamento público, direto e indireto, para os setores já competitivos da economia brasileira desata uma série de processos negativos para o desenvolvimento do país e

abriu contradições para o próprio governo. Primeiro, a maior parte do estímulo do poder público foi para o investimento em conglomerados de setores não-dinâmicos, impossibilitando assim a incorporação de tecnologias ligadas à Revolução Científico-Técnica. Segundo, setores como mineração e agropecuária geram poucos empregos, pelo grau de mecanização e de dependência de tecnologia estrangeira, além da precariedade das ocupações. Outros setores, como a construção civil, são intensivos na geração de empregos, mas concentrados na base da pirâmide salarial, o que significa a reprodução de uma força de trabalho com baixo grau de qualificação. Grandes empreendimentos afetam o meio ambiente e populações tradicionais, em biomas sensíveis, como a Amazônia, o Pantanal e o Cerrado. A falta de transparência, o poder econômico dos conglomerados e seus interesses diretos no gasto público – pela venda de produtos e serviços, aumenta o grau de corrupção e traz problemas para o próprio governo (TAUTZ, 2010, p. 256-260).¹⁴⁵

A reintrodução do Estado como ente indutor da economia não significou maior controle público por parte da sociedade, nem um projeto de desenvolvimento que estabelecesse o Brasil em um outro patamar na produção científica e tecnológica, apontando para o rompimento com a dependência. O poder público financiou conglomerados privados em sua internacionalização, processo já em andamento quando da eleição de Lula, sem contrapartida na diversificação econômica e na incorporação de técnicas e conhecimentos avançados. Assim, configura-se que essa política foi somente uma transferência de recursos públicos para grandes monopólios privados, aproveitando um momento favorável da economia nacional e internacional, sem a necessidade de que esses investimentos fossem implementados no Brasil, já que um dos objetivos era justamente que essas empresas passassem a operar em outros países. Sequer se exigiu por diversas vezes a posição de “empresa nacional de capital majoritariamente brasileiro”, fazendo com que o dinheiro público financiasse empresas estrangeiras, como nos mostra Carlos Tautz e outros autores.

Nem mesmo a dimensão nacional dos capitais, condição necessária para que o Estado desempenhe papel relevante, esteve assegurada no período Lula. A internacionalização da economia brasileira, fruto das privatizações e liberalização dos 90, não encontra resistência no governo Lula. A revogação, pelo governo FHC, em agosto de 95, do art.171 da Constituição, continua valendo. O artigo estabelecia a diferenciação entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional e previa tratamento creditício e fiscal diferenciado para estas últimas. O BNDES segue financiando empresas de capital estrangeiro da mesma forma como o faz com empresas brasileiras de capital e controle nacional. Embora se assista, no governo Lula, a um privilegiamento de empresas de capital nacional, não há qualquer

¹⁴⁵ A Operação Lava-jato, pivô do impeachment de Dilma, começou justamente pela descoberta de um esquema de propinas de grandes empreiteiras, como Odebrecht, OAS, Camargo Correa, entre outras, que superfaturavam obras contratadas pela Petrobras, para subornar políticos e funcionários públicos.

garantia de que essas mesmas empresas não venham a ser controladas por empresas de capital estrangeiro. É o que os analistas chamam de “empresas casulo”, onde o capital estrangeiro principia com uma participação minoritária e, posteriormente, em razão da rentabilidade esperada, busca o controle da empresa. Exemplos notórios no período Lula foram o controle belga sobre a Ambev, a compra da Santa Elisa, uma das maiores do setor de etanol, pela francesa LCD Dreyfuss, bem como a associação da Cosan, outra grande do etanol, com a Shell, ou ainda, a associação do grupo EBX com o capital chinês e, mais recentemente, a venda pela Vale da Alunorte e Almar para a norueguesa Norsk Hydro – todas essas empresas fartamente financiadas pelo BNDES. Sem dizer do financiamento pelo Banco do setor automotivo, controlado por multinacionais (TAUTZ, 2010, p. 255).

Quando se tentou uma política industrial moderada no governo Dilma, baseada em simples estímulos para a produção do setor (redução dos juros, crédito fácil via BNDES, redução e suspensão de impostos, desvalorização do real, diminuição do preço da energia elétrica, primazia de conteúdo nacional nas compras governamentais e uma frágil proteção ao produto nacional por meio do aumento de tarifas para determinadas mercadorias importadas), sem apontar para a incorporação e produção de tecnologias que o país não domina, e sem a mobilização e organização popular necessárias para defender o projeto, criou-se uma coalização antidesenvolvimentista entre as diversas frações de classe do capital, contrárias a iniciativas como a queda dos juros, que levariam ao Golpe de 2016 (que demonstra o grau de imbricamento entre capitais rentistas e produtivos). Os próprios industriais abandonaram o projeto no meio do caminho, reforçando o coro opositor, preocupados com o desemprego baixo e a sucessão de greves, sinais de que as condições de emprego naquele momento favoreciam a capacidade de mobilização e barganha da classe trabalhadora, ferindo a taxa de lucro da burguesia (SINGER, 2018).

Se, por um lado, o investimento público em obras de infraestrutura, construção civil e compras realizadas pelo governo e estatais, geraram empreendimentos diretos e indiretos que contribuiriam para o crescimento e o emprego, por outro, se configuraram como simples ampliação de mercado em geral, e para os setores competitivos do país em particular. Programas como o PAC e o Minha Casa Minha Vida são políticas conjunturais, não programas de longo prazo para superação dos gargalos da economia dependente, nem tampouco um rompimento com o pensamento neoliberal, sendo, no máximo, uma posição alternativa. A internacionalização de empresas brasileiras, tal como foi realizada, não incorporou novas técnicas à economia do país, pois esteve baseada somente na expansão de monopólios dentro das funções impostas pela DIT ao capitalismo brasileiro, sequer produzindo uma quantidade significativa de empregos, já que boa parte de suas iniciativas está no exterior.

Quando o bom momento passou, a partir de 2013, e os recursos públicos minguaram,

o empresariado encurralou o governo Dilma e exigiu um ajuste fiscal ortodoxo, assim como uma política econômica que gerasse desemprego, e reformas trabalhista e previdenciária, no sentido de recompor sua taxa de lucro como compensação pelo mal momento. O governo Dilma não mostrou capacidade de resistir a este ataque, já que não tinha bases sociais para isso e terminou por capitular perante o mercado e executar o ajuste que selou fatalmente seu destino.

Os governos petistas, aproveitando os sucessos da política econômica, principalmente entre 2006 e 2012, chegaram a desenhar políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), no intuito de aproveitar o momento para reerguer a ciência no país, que sobreviveu com orçamento extremamente contido nos anos 1990. Aumento de recursos para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, universidades públicas, laboratórios e outros espaços de ensino e pesquisa foram concedidos, acompanhando o bom momento da economia. Dessa forma, os governos petistas assumiram as posições mais avançadas sobre o debate tecnológico no mundo atual, ou seja, a de que a ciência é a principal força produtiva da atualidade, a de que o gasto público em CT&I é fundamental para o domínio de técnicas e conhecimentos por parte de um país, e que, devido à rápida difusão e outras transformações na economia mundial, frutos do progresso da Revolução Científico-Técnica, o desenvolvimento tecnológico não é mais restrito aos países centrais, levando nações, como a China, a mudarem sua posição na divisão internacional do trabalho a partir da incorporação de forças produtivas avançadas e produção científica própria.

Ao longo do governo Lula foram aprovadas a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PNCTI) e o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (PACTI), também chamado na época de “O PAC da ciência”. Seus objetivos estavam baseados em algumas linhas gerais: expansão e consolidação do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação; estimular a inovação tecnológica em empresas; inovações para o desenvolvimento social e pesquisa em áreas consideradas estratégicas (microeletrônica, biotecnologia, engenharias, energias renováveis, programa espacial, defesa, petróleo e gás, entre outras). Essas políticas promoveram uma alta considerável de bolsas das agências de fomento à pesquisa federais (CAPES e CNPq), promoveram a reforma, expansão e o reequipamento de *campus* universitários, de escolas técnicas de nível médio e de laboratórios públicos. A iniciativa privada recebeu também estímulos para investir em pesquisa e inovações, por meio de isenções fiscais e financiamento privilegiado via BNDES, FINEP e outros órgãos de fomento, englobando até mesmo pequenas e médias empresas. No governo Dilma, o Ciência sem Fronteiras e o PRONATEC

foram criados na intenção de formação de força de trabalho especializada, e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) deveria ser responsável por acelerar a inovação industrial, conectando a pesquisa nacional com o desenvolvimento de empresas (REZENDE, 2013, p. 265-283).

Essas iniciativas, no entanto, se mostraram muito frágeis, já que não foram acompanhadas de um projeto de nação com o intuito de conectar a produção científica e a força de trabalho qualificada em formação com a aplicação prática de seus conhecimentos. O exemplo chinês é preponderante em apontar que sem uma participação estatal na aplicação do conhecimento científico e no desenvolvimento de tecnologias e produtos, não é possível avançar de maneira contundente no mundo da Revolução Científico-Técnica, já que a iniciativa privada tende a restringir as inovações e aplicá-las somente quando estas demonstram capacidade de gerar lucros. Não basta apenas oferecer mais recursos para CT&I ou formar uma maior quantidade de força de trabalho especializada. Da mesma forma, uma política de conteúdo nacional, necessária e bem-vinda, não pode se resumir a simplesmente fazer com que empresas estatais e o poder público comprem somente o que a iniciativa privada brasileira já produz. É necessário dar vazão à produção científica por meio de empresas públicas, mistas ou multiestatais, que passem a produzir em setores de ponta que o país necessite e que respondam às necessidades de seu desenvolvimento. A formação do mundo multipolar abre uma janela de oportunidades de parcerias Sul-Sul, principalmente com a China, para transferência de tecnologia e produção conjunta, contornando o monopólio produtivo de alta tecnologia dos países imperialistas.

Como tais políticas não faziam parte do programa petista, os investimentos em CT&I seguiram a lógica de todas as outras iniciativas, aumentando durante o momento positivo da economia e decaindo a partir da crise que levaria à deposição de Dilma. Uma política científica que fica restringida aos cortes orçamentários promovidos pelo governo de plantão não terá capacidade de conduzir o país pelo mundo da Revolução Científico-Técnica, desenvolvendo sua economia de modo soberano e agindo para a resolução dos problemas sociais. O resgate dos investimentos na área de CT&I durante os governos Lula e Dilma foram capazes de recompor boa parte da máquina pública, mas não de aumentar a composição técnico-científica da economia brasileira, nem mesmo reduzindo a dependência nos setores que predominam na pauta exportadora do país atualmente. Da mesma forma, sem a continuidade de um projeto de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e sua aplicação prática na produção em setores de ponta, o Brasil não tem como dominar as técnicas e conhecimentos mais avançados do mundo atual, mantendo-se na condição dependente.

c) *Relação com o setor financeiro*: o setor financeiro permaneceu no controle da economia brasileira, evitando o deslanchar de uma política produtiva de maior fôlego. A prática política da social-democracia periférica no governo, no sentido de conciliação entre diversas classes e setores de classes, e a não mobilização dos trabalhadores para contestação aos limites do sistema político (esquerda da ordem) garantiu a primazia dos rentistas sobre o restante da economia, inviabilizou as próprias ações de cunho produtivo do petismo (principalmente no primeiro mandato de Dilma) e possibilitou sua liderança na formação e progressão da coalizão antidesenvolvimentista que colocou em xeque a nova matriz econômica ensaiada pelo PT nos anos 2010. Os interesses financeiros foram garantidos durante o bom momento econômico na década de 2000 e prevaleceram quando a economia entrou em declínio, vencendo a queda de braço com o governo e impondo o ajuste ortodoxo que levaria à recessão e ao impedimento de Dilma. A agenda de reformas regressivas para o trabalho e a soberania nacional seria implementada no pós-golpe de 2016, mostrando a força do rentismo em manejar a economia nacional e condicionar governos de diferentes matizes ideológicos.

Mesmo com medidas alternativas que possibilitaram o crescimento econômico e o maior investimento público, como a queda gradual da taxa de juros, o fortalecimento das reservas internacionais e o fim da dívida com o FMI, os governos petistas não inovaram na condução macroeconômica, mantendo e até aprofundando diretrizes iniciadas nos anos 1990. A taxa de juros permaneceu como único mecanismo de controle da inflação, conduzida pelo Banco Central, que exerceu uma autonomia de fato, sendo condicionado pelo governo somente nos momentos em que este apresentava maior capacidade de liderança e negociação. A taxa de juros, no patamar dos 20% quando Lula assumiu a presidência em 2003, foi reduzida de maneira paulatina para cerca de 10%, o que ainda é um índice alto, permanecendo acima do crescimento do PIB, mas considerado baixo para a realidade neoliberal brasileira. Somente em duas oportunidades os juros estiveram abaixo dos 10%: em 2009, como parte das ações para combater os desdobramentos da crise internacional; e em 2012, quando Dilma vence a “batalha do *spread*”, vitória que não duraria muito tempo.

Havia, portanto, espaço para diminuição dos juros sem afetar de maneira drástica a remuneração do capital fictício. Quando tentou-se fazer uma política mais acentuada, trazendo os juros em definitivo para a casa do um dígito, como esboçado no primeiro mandato de Dilma, o mundo das finanças mostrou sua força inviabilizando o plano e deixando o governo sem reação, recuando até sua derrota final em 2016. A Lei de Responsabilidade Fiscal também não foi revista, mantendo-se a ausência de limites orçamentários para o pagamento

de dívidas dos estados e municípios, questão que cria um gargalo para governadores e prefeitos e que, com a queda da economia a partir de 2014, desatou uma violenta crise fiscal nestes entes federativos, no qual o caso mais emblemático é o do estado do Rio de Janeiro.¹⁴⁶ O capital financeiro manteve intacto seus interesses e soube impor e condicionar os governos da esquerda da ordem para garantir suas remunerações, onde encontrou ressonância, já que a prática destes se centrava em não abrir grandes embates com os diversos setores de classe, acomodando demandas.

Marcelo Carcanholo aponta para as continuidades e aprofundamentos da macroeconomia conservadora herdada dos anos 1990 durante o governo Lula:

Entretanto, a economia política do governo Lula podia ser antevista já durante a campanha eleitoral. Em meados de 2002, durante a campanha presidencial, a candidatura de Lula lança a *Carta ao povo brasileiro*, na qual se compromete a manter todos os contratos estabelecidos na economia, sinalizando para a manutenção da política econômica nos mesmos moldes. Em agosto de 2002, o ainda governo de Fernando Henrique Cardoso assina um acordo com o FMI dando garantias de manutenção da política econômica. Esse acordo teve uma revisão em março de 2003, já no governo Lula, mantendo as garantias. A sinalização dada pela *Carta ao "povo" brasileiro* não poderia ser mais clara: o governo Lula acatou o acordo, e tudo o que está implícito nele, como a manutenção do regime de metas inflacionárias, a política de megassuperávits fiscais primários para pagar o crescente serviço da dívida pública, a manutenção do grau e da profundidade das reformas neoliberais realizadas até então, assim como a implementação de novas reformas ainda inconclusas, como a da previdência, a trabalhista e a sindical. (...) No que se refere à liberalização financeira, por exemplo, em março de 2005 foram aprovadas a unificação do mercado cambial (flutuante e livre), a extinção da Conta de Não residentes (CC-5), o que facilita a remessa de recursos para o exterior, e a dilatação dos prazos para a cobertura cambial das exportações. A unificação do mercado cambial é uma das etapas defendidas pelo argumento da sequência ótima de abertura, conforme proposto pelo Consenso de Washington. Segundo este, a unificação permitiria a não discriminação entre exportadores e importadores. A extinção das contas CC-5, por sua vez, eliminou os limites para que pessoas físicas e jurídicas (inclusive residentes) convertessem reais em dólares, facilitando a saída de recursos, aprofundando a liberalização cambial. Já a dilatação dos prazos para a cobertura cambial das exportações significou que os exportadores puderam manter suas receitas em dólares (30% do total) no exterior, apontando para o fim da obrigação de converter as receitas em dólares para a moeda nacional, ao mesmo tempo em que lhes permite atuar no mercado especulativo de câmbio no ínterim entre o recebimento dos dólares e sua eventual transformação em reais. Em fevereiro de 2006, o governo ainda sancionou uma medida provisória (MP 281) que concedia incentivos fiscais aos investidores estrangeiros para a aquisição de títulos da dívida pública interna. Sob o pretexto de melhorar a rolagem da dívida pública interna, essa medida acabou por aprofundar a conexão entre a dinâmica da entrada de recursos externo e a do crescimento da dívida pública (CARCANHOLO, 2010, p. 113-114).

¹⁴⁶ A crise dos estados e municípios na segunda metade da década de 2010 se manifestou no atraso de pagamento aos servidores públicos e repasse para empresas terceirizadas, paralisando os serviços públicos e comprometendo o funcionamento de instituições. O caso do Rio de Janeiro se tornou emblemático pela intensidade que tomou e sua ligação com casos de corrupção e os gastos duvidosos visando a realização dos megaeventos, além da paralisia do setor de petróleo e gás com a crise e as investigações da Operação Lava-jato. Boa parte do pré-sal está localizado no litoral do Rio de Janeiro, além de refinarias e o segundo maior mercado consumidor do país.

Conhecido como uma força política de esquerda, o único grande ataque direto do PT no governo contra o mundo do trabalho foi a mini reforma da previdência do setor público, logo no início do governo Lula, em 2003. Essas modificações, no entanto, possuem uma importância estrutural para o rentismo no Brasil, já que impuseram tetos de benefícios para os servidores públicos aposentados – fazendo com que o benefício seja menor que o último salário, e instituiu o fator previdenciário - um cálculo entre idade e tempo de serviço, que, na prática, leva a mais tempo de trabalho para se aposentar. Essas medidas praticamente estimulam o funcionalismo público, composto em sua maioria por trabalhadores de salários médios e bastante tempo de carreira, a aderirem aos fundos de previdência privada, mecanismo fundamental na rentabilidade do capital fictício, complementando a reforma da previdência no setor privado, realizada anteriormente por FHC. Uma das formas de capitalização mais comuns dos fundos de previdência privada é o investimento em títulos da dívida pública e daí seu interesse na manutenção de taxas de juros altas.

Seu sentido básico [da reforma] foi alterar o funcionamento do sistema previdenciário dessa faixa de trabalhadores. Pretextando déficits insustentáveis e que se agravariam com o tempo, o governo propôs mudanças no sistema de previdência do funcionalismo que, concretamente, implicam a transição para um regime de “capitalização”, em substituição ao regime de “repartição simples” até então vigente. A exemplo do que FHC fizera com a previdência dos trabalhadores do setor privado da economia, o principal instrumento proposto para operar essa mudança foi a imposição de tetos para os benefícios, tetos que obrigarão os servidores a participar de fundos complementares de previdência. (...) Ao completar a transformação idealizada por FHC, mataram-se vários coelhos de uma só cajadada. Em primeiro lugar, criou-se finalmente o grande mercado de previdência complementar, que havia mais de duas décadas vinha despertando a cobiça do setor financeiro privado nacional e internacional. Cabe ressaltar que, nesse sentido, a viabilização da reforma no setor público representa a abertura de perspectivas de acumulação que não estão presentes quando se considera o mercado previdenciário oriundo do setor privado da economia. Apesar de substantivamente maior do que o número de trabalhadores do setor público, o mercado constituído pelos empregados do setor privado possui renda menor e enfrenta a ameaça do desemprego. (...) Além disso, com a elevação das contribuições, da idade e do tempo de trabalho para a obtenção do benefício, bem como com a taxação dos inativos, o governo contou pontos também no intocável objetivo do “ajuste fiscal”. (...) Ocorre que o regime de capitalização é por definição “rentista” (interessa-lhe juros reais elevados e ativos fixos, de preferência papéis públicos, já que seus gestores têm de “garantir”, no longo prazo, o retorno do indivíduo das contribuições nos valores contratados), enquanto o regime de repartição é “produtivista” (interessa-lhe emprego, renda e capital produtivo, visto que quem trabalha “paga” a renda de quem não trabalha”) (PAULANI, 2008, p. 43-44)

O predomínio do mundo das finanças foi reforçado no capitalismo dependente brasileiro no início do século XXI e, em parte, pela ação dos governos da social-democracia periférica. Os fundos de pensão foram o ponto de encontro entre os interesses financeiros e a liderança do agrupamento de centro-esquerda que governou o país durante o início do 3º momento de inserção na Globalização neoliberal, reunindo dois grupos que, até aquele

instante, eram adversários. Os governos Lula e Dilma foram palco de uma acomodação de classes e frações de classes no governo federal e em outros espaços de operação da economia e da política antes exclusivos para os representantes do capital. Os quadros mais destacados do sindicalismo petista ascenderam a cargos de direção nos fundos de pensão complementar das empresas estatais (como a Petrobras) e a participação em conselhos de instituições públicas (como o BNDES) e fundos públicos de amparo e investimento, além de conselhos nacionais, entre eles, os da previdência e da seguridade social, como demonstra Ruy Braga.

Na verdade, o cimento desse pacto foram os setores da burocracia sindical que se transformaram em gestores dos fundos de pensão e dos fundos salariais. O Sindicato dos Bancários de São Paulo forneceu os quadros políticos para essa operação. Enquanto os sindicalistas egressos das fileiras dos metalúrgicos do ABCD ocupavam-se da política trabalhista e Luiz Marinho [ex-presidente da CUT] tomava assento no Ministério do Trabalho, os dirigentes sindicais bancários de São Paulo, como Gilmar Carneiro, Luiz Gushiken, Ricardo Berzoini e Sérgio Rosa, voavam rumo ao mercado financeiro, ocupando o comando do fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, a Previ; da Petrobras, a Petros; e da Caixa Econômica Federal, a Funcef. Na condição de investidores institucionais, o compromisso principal desse grupo de sindicalistas é com a liquidez e a rentabilidade dos ativos financeiros do fundo. Muitos argumentam que, além de gerar emprego e renda para os trabalhadores, os fundos teriam um papel central na promoção do “capitalismo social” e na seleção de investimentos ecologicamente sustentáveis. No entanto, em vez de “transformar trabalhadores em investidores”, os fundos de pensão brasileiros têm atuado como uma linha estratégica do processo de fusões e aquisições de empresas no país, financiando a oligopolização econômica com efeitos sobre a intensificação dos ritmos de trabalho, o enfraquecimento do poder de negociação dos trabalhadores e o enxugamento dos setores administrativo das empresas. Isso sem mencionar sua crescente participação em duvidosos projetos de infraestrutura, como a usina de Belo Monte, uma das principais fontes de preocupação dos ambientalistas brasileiros (BRAGA, 2016, p. 64-65).

Uma aristocracia operária adentrou alguns espaços de operação do capitalismo periférico brasileiro, devido à composição social da força governante durante 2003-2016. Sindicalistas experimentados na construção de partidos, sindicatos e entidades políticas, e com renda e escolaridade superior aos seus representados, foram absorvidos pelo governo e outras instituições públicas para formular, discutir e executar as políticas federais. Como o ideário da social-democracia periférica não vislumbra um rompimento revolucionário contra o capital e nem uma afronta à ordem, essas lideranças oriundas do sindicalismo e de movimentos sociais passaram então à posição de gerentes do capitalismo dependente brasileiro, tentando combinar as melhorias sociais defendidas pelo petismo, com a rentabilidade do capital, principalmente o fictício, que garantisse um ambiente de tranquilidade para a perpetuação da esquerda da ordem no governo, algo que funcionou durante uma década. É importante salientar, no entanto, que essa aristocracia operária ocupou cargos de operação do capitalismo dependente, e não sua liderança. O repartimento dos

espaços de administração com os representantes da burguesia necessita da continuidade da esquerda da ordem no governo, já que não possui a propriedade do capital, ou seja, não são burgueses. Os antigos operadores da política toleram a presença desses novos participantes enquanto estes demonstram força política para manterem sua posição. Passado esse momento são desalojados dos espaços, que voltam a serem preenchidos exclusivamente pelos operadores da classe dominante. Contudo, enquanto a aristocracia operária está no governo, ela é parte da operação do capitalismo dependente e entre seus compromissos passa, invariavelmente, a necessidade de conduzir uma política econômica que garanta os lucros dos variados tipos de capital, em especial, sua fração dominante, o capital financeiro.

A eleição de Lula em 2002 coroou esse movimento. A tese muito comentada, mas nunca totalmente assumida pelos sindicalistas lulistas, foi de que somente com a conquista do governo federal o movimento trabalhista iria readquirir sua força para enfrentar as empresas em benefício dos trabalhadores. No entanto, esses dirigentes foram absorvidos pelo aparelho de Estado e pelos fundos de pensão, transformando-se em verdadeiros administradores do investimento capitalista no país. Ou seja, eles deixaram de representar os interesses históricos dos trabalhadores, alinhando-se aos interesses particulares de uma burocracia sindical que rapidamente está se transformando em uma nova burguesia de Estado. Esse tipo de “transformismo” social tendeu a afastar as antigas lideranças sindicais absorvidas pelas funções administrativas das demandas provenientes do ativismo das bases formadas, sobretudo, pelo proletariado precarizado. Eis o campo de tensão entre o regime de acumulação e o modo de regulação (BRAGA, 2016, p. 58-59).

d) Economia política: as principais modificações na economia brasileira no século XXI, e que estão fundamentalmente ligadas aos governos da social-democracia periférica, se deram na esfera do trabalho. O desemprego estrutural, um dos elementos centrais do neoliberalismo, foi suprimido durante boa parte dos governos Lula e Dilma, sendo um dos carros-chefes da proposta alternativa do PT e resultado de uma política econômica com crescimento e recuperação da capacidade de investimento público. As altas taxas de crescimento (para o padrão brasileiro) alcançadas, principalmente no segundo mandato de Lula, aliada a outras políticas, levaram a uma queda do desemprego e da informalidade.

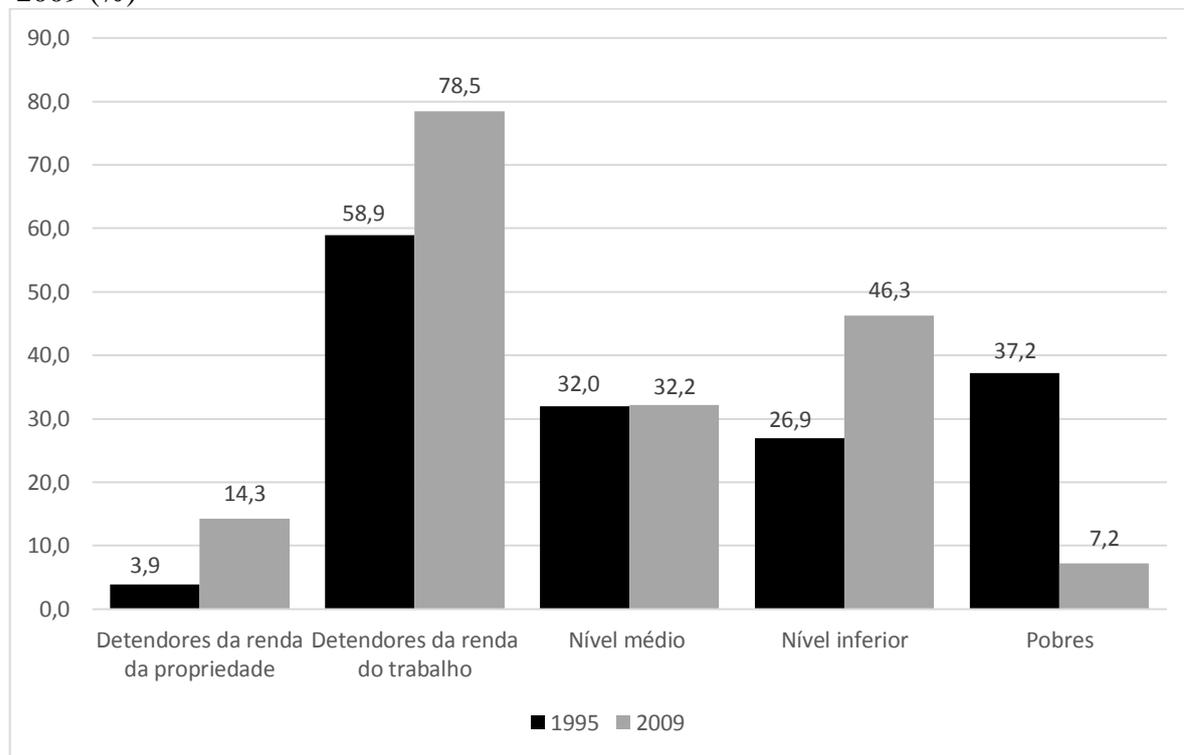
O desemprego estrutural é objetivo do neoliberalismo pois é determinante para a manutenção da taxa de lucros e da sua própria hegemonia: justifica o discurso de contenção da “inflação por demanda”, serve como contratendência dos efeitos da Revolução Científico-Técnica (evita a requalificação da força de trabalho liberada pela automação, o que aumentaria seu valor), e garante à classe dominante o controle sobre as remunerações, rebaixando salários e diminuindo a capacidade de resistência e organização política da classe trabalhadora. O PT no governo, respondendo à base de sua militância (composta em grande parte por sindicalistas e movimentos sociais) e seu programa de combate as mazelas do

capitalismo dependente, principalmente o desemprego e a miséria, incidiu diretamente nessa questão, provocando transformações socioeconômicas de grande monta que lhe dariam a hegemonia política por uma década, além de reconhecimento internacional. Ao final dos governos petistas, essa situação exporia os limites do capitalismo dependente e seria um dos elementos que contribuiriam para a queda de Dilma.

A quase totalidade dos empregos criados até 2014 foram na base da pirâmide, o que corresponde a ocupações de baixa qualificação e com rendimentos de até 1,5 salário-mínimo. A ênfase dada a setores como petróleo e gás, construção civil, indústria extrativista e o aquecimento do mercado interno que gera empregos no setor de serviços (incluindo os serviços para famílias, como empregadas domésticas, motoristas, etc), absorveu a massa de desempregados criada pela catastrófica política neoliberal ortodoxa dos anos 1990, trazendo uma enorme quantidade de trabalhadores pobres de volta a postos de trabalho formais. A valorização do salário-mínimo, aliada a outras iniciativas, permitiu o crescimento da renda dos setores populares, que por sua vez, contribuiu para o crescimento do mercado interno, do consumo das famílias e da economia como um todo. É esse conjunto de fatores que explica (junto às políticas de transferência de renda para os mais pobres) a queda nos índices de pobreza e extrema pobreza alcançados pelos governos petistas, ao incorporarem grande contingente populacional ao mercado de trabalho e a níveis populares de consumo.

Marcio Pochmann foi um dos intelectuais que mais investigou esse fenômeno, nos oferecendo dados importantes sobre o crescimento do emprego. No Gráfico 53 podemos comparar a composição da População Economicamente Ativa (PEA) em 1995 – início do Plano Real, e 2009 – já ao final do governo Lula. Percebemos que os detentores de renda do trabalho (classe trabalhadora e classe média assalariada) sobem de 58,9% para 78,5% do total, com redução equivalente entre os “pobres”, entendidos como pessoas na PEA sem renda, que caem vertiginosamente de 37,2% para 7,2%. Mas ao observarmos os assalariados, percebemos que a classe média se manteve praticamente estagnada (32,0% para 32,2%), enquanto que o nível inferior de salários cresceu fortemente, de 26,9% para 46,3%. Cabe salientar que os detentores de propriedade (em graus variados) também cresceram, de 3,9% para 14,3%, evidenciando a clivagem social que marca o país e que a diminuição da pobreza e da extrema pobreza não foi acompanhada da redução da desigualdade.

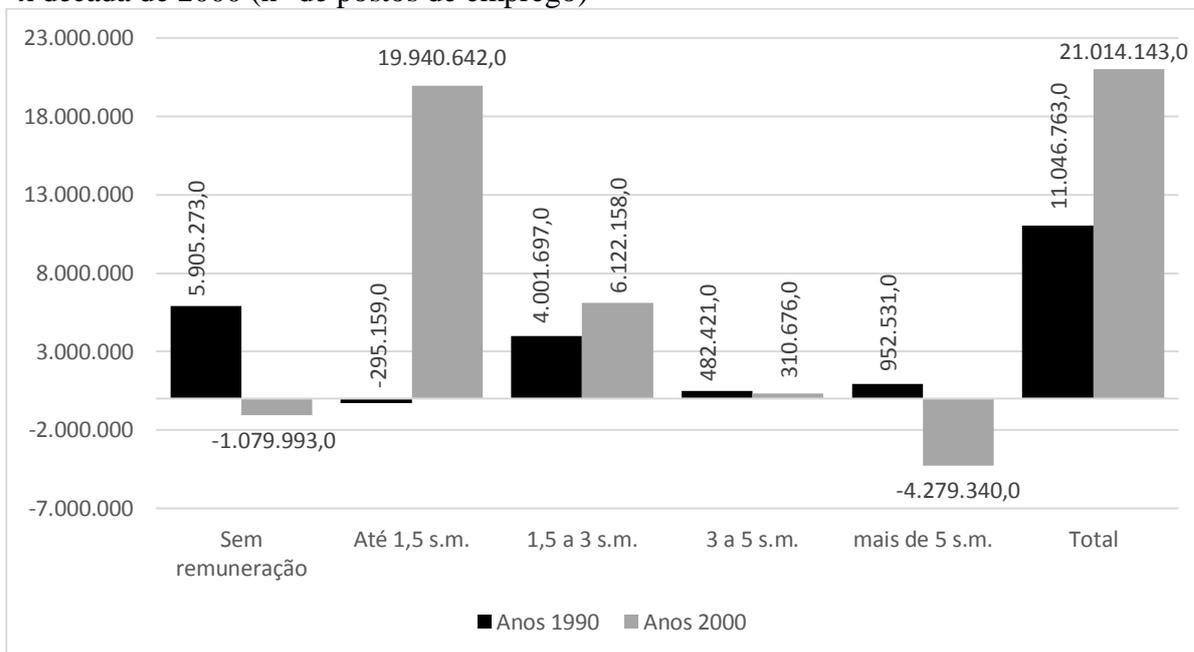
Gráfico 53 - Estratificação ampliada da População Economicamente Ativa 1995-2009 (%)



Fonte: IBGE/Censo demográfico, POF e PNAD. Elaboração IPEA. Disponível em POCHMANN, 2012, p. 21.

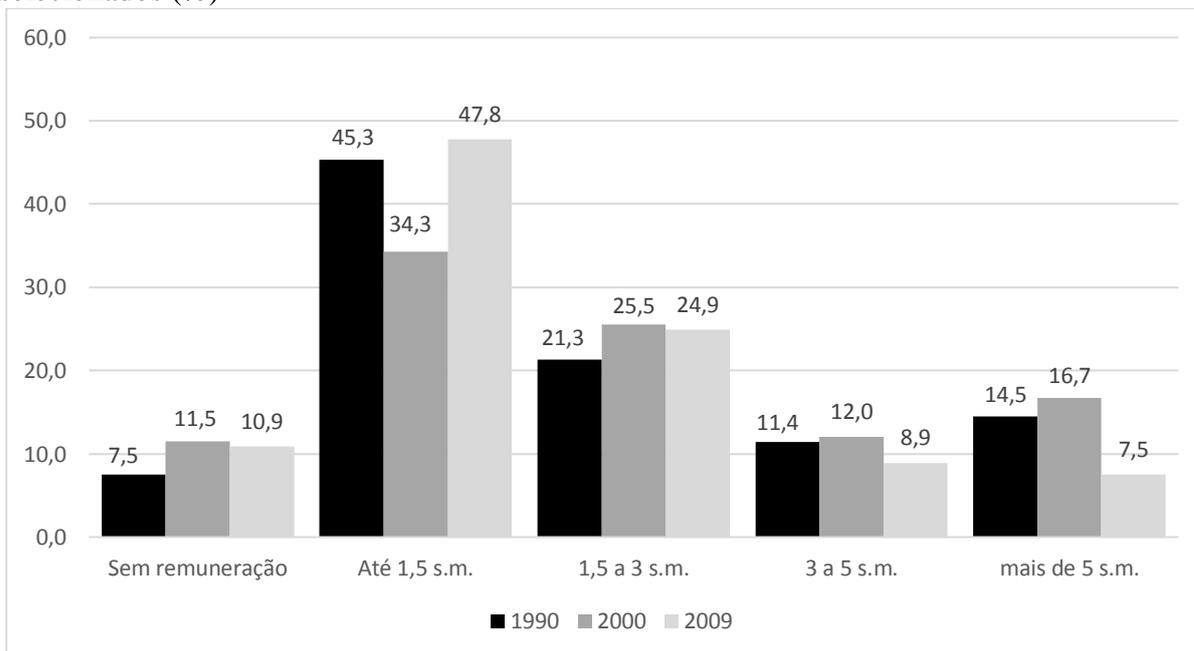
Segundo Pochmann, 94,8% dos postos de trabalho criados nos anos 2000 foram de remuneração até 1,5 salário-mínimo. Se por um lado, esse índice revela uma política de emprego com o objetivo de beneficiar quem mais precisa, com desdobramentos positivos para todo o conjunto social, predominante entre 2004-2014; por outro, é condizente com o atual estágio de domínio das forças produtivas do capitalismo dependente brasileiro, já que se concentra em ocupações no campo dos serviços de baixa remuneração, entre outras atividades intensivas na formação de postos de trabalho de baixa qualificação, como a construção civil. Ocorre um déficit de criação de empregos nos dois extremos observados, as ocupações sem remuneração e aquelas com rendimentos acima de 5 salários-mínimos. Podemos ver esses movimentos no Gráfico 54 que demonstra o saldo das ocupações segundo faixa de remuneração nas décadas de 1990 e 2000; e no Gráfico 55, que apresenta a composição ocupacional segundo faixa de remuneração para o mesmo período.

Gráfico 54 - Evolução do saldo das ocupações segundo faixa de remuneração – década 1990 x década de 2000 (n° de postos de emprego)



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração Marcio Pochmann. Ver POCHMANN, 2012, p. 27.

Gráfico 55 - Evolução da composição ocupacional segundo faixa de remuneração, anos selecionados (%)

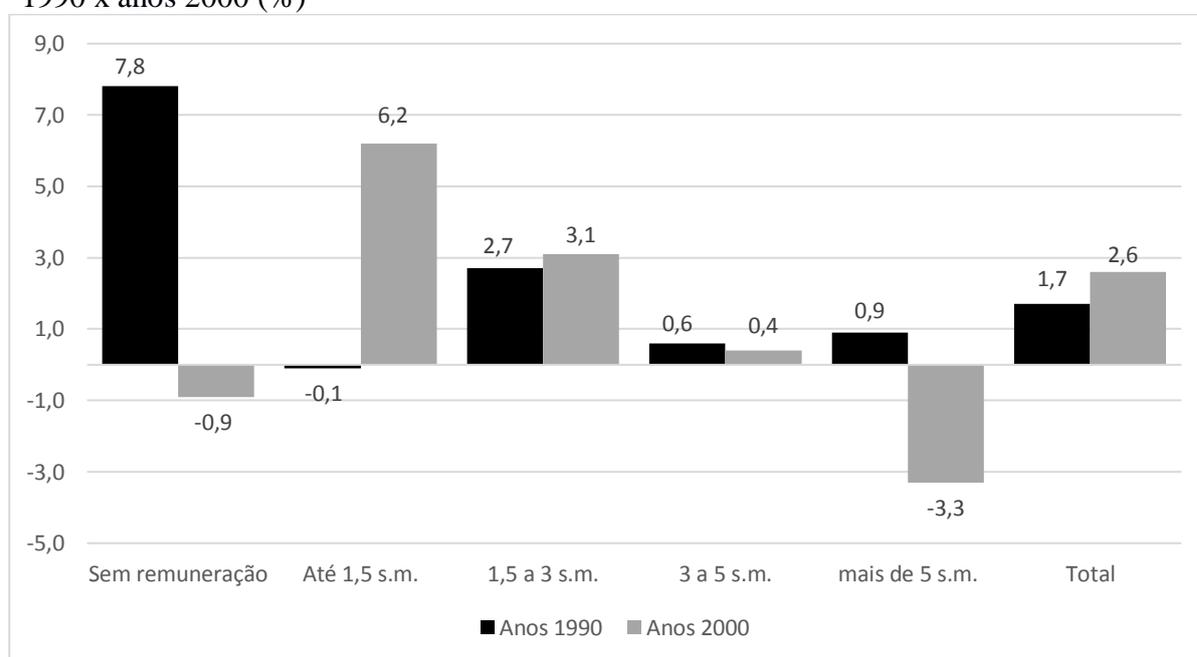


Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração Marcio Pochmann. Ver POCHMANN, 2012, p. 28

O tamanho da transformação alcançada e que se desdobrou em melhores condições de trabalho e renda para a população mais pobre, pode ser percebida pela variação média anual das ocupações segundo a faixa de remuneração, como no Gráfico 56 abaixo. A comparação entre as décadas de 1990 e 2000, mostra como o neoliberalismo ortodoxo do final

do século XX devastou empregos e renda dos mais pobres, ao apresentar o maior crescimento de postos de trabalho na faixa dos “sem remuneração” (7,8% ao ano) e o único déficit justamente na parcela de 1,5 salários-mínimos (-0,1%), o que está em consonância com o alto desemprego daquele momento. A situação se inverte intensamente na década de 2000, com a geração de postos de emprego “sem remuneração” em números negativos (-0,9%) e as ocupações de até 1,5 salário-mínimo registrando a mais forte alta, com 6,2% ao ano. Registra-se que as ocupações com remuneração acima dos 5 salários-mínimos também expressaram forte queda nos anos 2000 (-3,3%).

Gráfico 56 - Variação média anual das ocupações segundo a faixa de remuneração, anos 1990 x anos 2000 (%)



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração Marcio Pochmann. Ver POCHMANN, 2012, p. 31.

De fato, a alta do emprego e da formalidade foram traços de diferenciação dos anos 2004-2014, quando comparados ao receituário ideal do neoliberalismo hegemônico nos anos 1990. São mudanças que atentam diretamente contra a reprodução do capitalismo periférico na sua atual fase e somente foram possíveis por decisão política, fazendo parte do programa do petismo. Porém, quase a totalidade das ocupações criadas foram na casa do 1,5 salário-mínimo de remuneração, demonstrando que eram postos de trabalho de baixa qualificação, condizentes com o estado da economia brasileira. Para se tornarem estruturantes, resistindo ao acozamento dos adversários, essa massa que encontrou emprego deveria ser politizada e mobilizada para compreender e defender o projeto que a beneficiou. E somente o domínio de novas tecnologias e sua produção em larga escala, sob orientação estatal, levaria às condições

necessárias para a requalificação dessa força de trabalho, preenchendo cargos compatíveis com as novas técnicas desenvolvidas. Nada disso é possível esperando o “livre desenvolvimento” do mercado, nem tampouco oferecendo incentivos públicos à iniciativa privada, caminho escolhido pelo petismo que levaria seu projeto à exaustão e a derrota.

Se reduzirmos a interpretação do desemprego somente à categoria de “desemprego aberto”, que é comumente utilizada pelo IBGE, o Brasil chegou a uma situação praticamente de pleno emprego em 2014, quando o índice se encontrava na casa dos 5%. Combinada com a política de valorização do salário-mínimo e outras iniciativas governamentais, a classe trabalhadora experimentou níveis de consumo e melhora nas condições de vida significativas, na contramão do ideário neoliberal. O enorme contingente de desempregados formado nos anos 1990 foi absorvido pela economia em expansão, preenchendo vagas em setores de geração intensiva de força de trabalho, com baixa qualificação e remuneração. As políticas de combate à miséria agiram diretamente sobre os extratos mais pobres da classe trabalhadora, contribuindo para a melhora da renda da maioria da população. Assim, o Brasil do início do século XXI formou um mercado de trabalho aquecido, baseado, entretanto, por ocupações de baixa qualificação e remuneração, mas que trouxe amplas parcelas da classe trabalhadora para uma baixa esfera de consumo, situação completamente normal nos países centrais, mas ausente no capitalismo periférico devido suas próprias características, entre elas, a superexploração.

Trata-se, portanto, de um fenômeno de “formalização precarizada”, ou seja, um processo de avanço na criação de empregos formais, reduzido, contudo, às ocupações de menor remuneração (até 1,5 salário-mínimo) e de baixa qualificação, com presença marcante da terceirização e alto índice de rotatividade no emprego. A falta de direitos trabalhistas em ocupações terceirizadas e a rotatividade são compensadas pelo aquecimento da economia, que permite o indivíduo conseguir um novo emprego pouco tempo depois de deixar sua ocupação anterior. Destacam-se entre esses postos de trabalho, os serviços de todo tipo (incluindo as várias modalidades de trabalhos domésticos), a construção civil, agroindústria e mineração, ou seja, os setores onde comumente a economia brasileira demonstra mais força. A geração de empregos formais precarizados responde a uma economia que agrega pouco valor e que vem passando por um processo de desindustrialização ao longo das últimas décadas, sem fazer a transição para o domínio das ciências avançadas do nosso tempo e, portanto, sem capacidade de formar e aproveitar uma força de trabalho de alta qualificação. Esse tipo de situação de predomínio da “formalização precarizada” em uma economia de baixa composição técnica é extremamente conjuntural, demandando a continuidade de índices médio/altos de crescimento

econômico e força política necessária para manter o projeto em andamento, não se mantendo a longo prazo sem o rompimento com os limites do capitalismo dependente.

Ruy Braga nos aponta esta análise a partir de dados do IBGE e de levantamento sobre a terceirização realizado pela CUT em 2014:

No entanto, aos aumentos do salário mínimo acima da inflação seguiu-se um endurecimento nas condições de consumo da força de trabalho: nos anos 2000, a taxa de rotatividade do trabalho do país aumentou cerca de 10% (de 33%, em 1999, para 36%, em 2009). Para aqueles que ganham entre 0,5 e 1,5 salário mínimo, a taxa de rotatividade foi de 86% em 2009, ou seja, um aumento de 42% em comparação com 1999. Além disso, entre 1996 e 2010, a taxa de terceirização do trabalho aumentou em média 13% ao ano. De cerca de 3 milhões de trabalhadores prestando serviços para outras empresas em 2002, saltamos para 12,7 milhões de trabalhadores terceirizados em 2013. Assim, parte importante do que foi conquistado em termos de rendimentos do trabalho com o aumento da formalização e a valorização do salário mínimo se perdeu com a alta rotatividade do emprego, tendo em vista o fato de que as admissões são realizadas com salários muito abaixo das demissões para as mesmas funções. Além disso, o protagonismo alcançado desde os anos 1990 pelos programas de participação nos lucros e resultados (PLR) nas negociações coletivas dos setores mais organizados do sindicalismo fragilizou a participação dos trabalhadores precarizados, na medida em que os acordos de PLR tendem a excluir terceirizados, os estagiários, os temporários e os trabalhadores afastados por doença. Tudo somado, é importante lembrar que a deterioração das condições de trabalho verificada nos anos 2000 tornou-se mais saliente devido ao fato de que a maioria das novas vagas foi preenchida por jovens, mulheres e não brancos, exatamente aqueles grupos historicamente mais suscetíveis às flutuações cíclicas do mercado de trabalho. De fato, ao longo da última década, é possível perceber uma flagrante feminização da força de trabalho (as mulheres preencheram 60% das vagas criadas nos anos 2000) somada à ampliação do contingente assalariado jovem, não branco (70% das vagas) e com o ensino médio completo (85% das vagas) (BRAGA, 2016, p. 61-62).

De maneira oportunista, a ascensão dessa classe trabalhadora ao emprego formal e a um nível de consumo para além da subsistência foi classificado como a formação de uma “nova classe média”.¹⁴⁷ O próprio governo caiu nesta fantasia, explorando-a como marketing do governo Dilma, como no já citado discurso de posse da presidenta em 2011 e o sonho de construir um “país de classe média”. Assim, o próprio governo, adequado à sua prática de não mobilização “dos de baixo”, contribuiu para o descolamento da compreensão desta nova classe trabalhadora de sua condição e de que tal situação somente foi alcançada devido ao projeto de governo do PT, desarmando-a para a luta de classes, e abrindo vias largas para a ideologização desse contingente pelo individualismo e o consumismo. Como colocou André Singer, “a polêmica em torno de identificá-lo como 'nova classe média' ou 'nova classe trabalhadora' é política, não sociológica, e reflete a disputa pela consciência coletiva do grupo” (SINGER, 2018, p. 93). As transformações estruturais do capitalismo nas últimas décadas englobaram a classe trabalhadora em uma baixa esfera de consumo, muito em parte

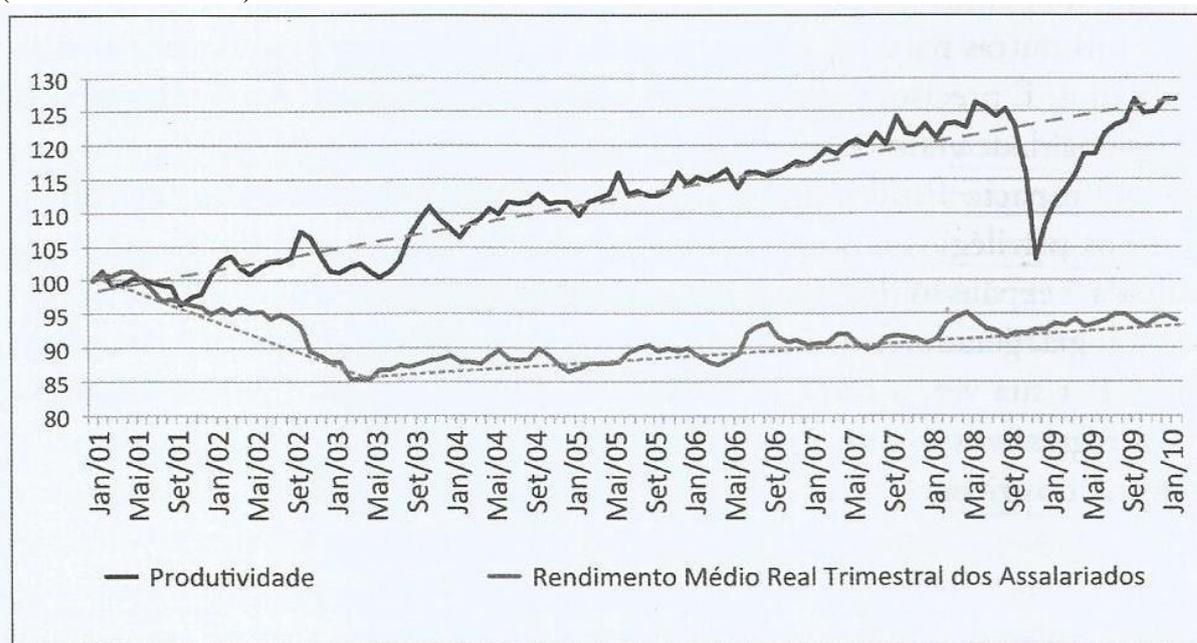
¹⁴⁷ Para a defesa da ideia de nova classe média, ver NERI, 2011.

pelo barateamento dos processos produtivos quando de seu deslocamento para a Ásia, e a moveram para o setor de serviços, em distintos níveis de qualificação e remuneração, como colocado pela filósofa Marilena Chauí.

Os projetos e programas de transferência de renda e garantia de direitos sociais (educação, saúde, moradia, alimentação) e econômicos (aumento do salário-mínimo, políticas de garantia de empregos, salário-desemprego, reforma agrária, cooperativas da economia solidária etc.) indicam que *o que cresceu no Brasil foi a classe trabalhadora*, cuja posição é complexa, heterogênea e não se limita aos operários industriais e agrícolas. O critério dos serviços como definidor da classe média não se mantém na forma atual do capitalismo porque a ciência e as técnicas (a chamada tecnociência) se tornaram forças produtivas e os serviços por elas realizados ou delas dependentes estão diretamente articulados à acumulação e reprodução do capital. Em outras palavras, o crescimento de assalariados no setor de serviços não é crescimento da classe média, e sim de uma nova classe trabalhadora heterogênea, definida pelas diferenças de escolaridade e pelas habilidades e competências determinadas pela tecnociência. De fato, no capitalismo industrial, as ciências, ainda que algumas delas fossem financiadas pelo capital, se realizavam, em sua maioria, em pesquisas autônomas cujos resultados poderiam levar a tecnologias aplicadas pelo capital na produção econômica. Essa situação significava que cientistas e técnicos pertenciam à classe média. Hoje, porém, as ciências e as técnicas tornaram-se parte essencial das forças produtivas e por isso cientistas e técnicos passaram da classe média à classe trabalhadora como produtores de bens e serviços articulados à relação entre capital e tecnociência. Dessa maneira, renda, propriedade e escolaridade não são critérios para distinguir entre os membros da classe trabalhadora e os da classe média (CHAUÍ, 2013, p. 129, grifos da autora).

O mecanismo da superexploração do trabalho continuou atuante, mesmo com o aumento do emprego, da renda e do consumo para a classe trabalhadora. Não houve nenhuma iniciativa nas duas primeiras décadas do século XXI para reverter essa questão, já que os governos do período se mantiveram no campo do capitalismo dependente, que pese as melhorias supracitadas, não investindo em outras formas de organização do trabalho e nem na requalificação da força de trabalho, com a incorporação de novas técnicas e conhecimentos. A economia política do petismo atacou um dos pilares de dominação do capital sobre o trabalho no neoliberalismo, o desemprego estrutural, mas não o outro, a precarização; negligenciando também, o mecanismo fundamental de reprodução do capitalismo dependente, a superexploração. Um exemplo claro dessa realidade se encontra abaixo no Gráfico 57, elaborado por Alexandre de Freitas Barbosa e outros pesquisadores, que demonstra como a renda média real dos trabalhadores da indústria, apesar de gradual melhora, continua muito distante do avanço da produtividade. Isso toma contornos ainda mais graves, se lembrarmos que a indústria é um setor que perde espaço cada vez mais no país, e não domina as tecnologias de ponta do setor, na mão de monopólios dos países centrais.

Gráfico 57 - Produtividade e renda média real dos trabalhadores no setor industrial 2001-2010 (índice 100 = 2001)



Fonte: CNI. Elaboração de Alexandre de Freitas Barbosa et al. Ver BARBOSA et al, 2012, p. 43.

Como essa nova classe trabalhadora não foi politizada e organizada para ser protagonista dos avanços sociais do país e sequer para defender o governo que implementou as políticas que lhe beneficiaram diretamente, ficou livre para ser conduzida por posições ideológicas contrárias a seus interesses históricos, ou, na melhor das hipóteses, se mobilizar de maneira difusa e por fora das organizações de classe tradicionais (que apresentam forte participação do petismo). Ao mesmo tempo que essa nova classe trabalhadora ganhava maior percepção das desigualdades sociais e desejava a continuidade e intensificação de políticas que melhoravam sua vida, não encontravam formas de protagonismo para alcançar esses objetivos, depositando todas suas esperanças em transformações pelo alto, independente das cores ideológicas de seu possível benfeitor.

Essa situação explica diversos movimentos que foram realizados no anos finais dos governos petistas e no imediato posterior: 1) as mobilizações de junho de 2013, onde essa nova classe trabalhadora, especialmente os jovens, tomaram as ruas contra a precarização dos serviços públicos (dos quais são dependentes e que evidenciam seu pertencimento à classe trabalhadora, além da percepção crescente da desigualdade) e, por falta de liderança e objetivo claro de condução pela fração mais organizada da classe, ficaram à deriva na miríade de agrupamentos político-ideológicos presentes nas ruas e nas redes, disputando narrativas; 2) a onda de greves que ocorreu entre 2012-2015, movimento explicável, entre outros elementos, pelo baixo desemprego, que permite maior capacidade de mobilização da classe trabalhadora.

2013 foi o ano com o maior número de greves na história recente do Brasil, totalizando 2.050 paralisações, muitas vezes, feitas sem a utilização dos sindicatos e até contra a vontade das lideranças das categorias;¹⁴⁸ 3) a reeleição de Dilma em 2014, por pequena margem, que demonstrou, por um lado, o desencanto de uma fração desta nova classe trabalhadora com o governo petista, e, de outro, um último crédito dado a esta força política na esperança de que mantivesse uma economia pró-emprego e pró-renda, como prometido pela presidenta durante a campanha eleitoral; 4) o rompimento total com Dilma em 2015-2016, pelo cavalo de pau dado pela presidenta na economia, aplicando um ajuste neoliberal ortodoxo, exatamente o contrário do prometido nas eleições 2014, que levou à ojeriza quase total à sua figura e a seu partido, o PT, e o não engajamento da nova classe trabalhadora contra o Golpe de 2016, que sequer foi percebido pela maioria da população como um ato conspiratório, mas sim, como um simples impeachment de uma presidenta que desagradava a todos, pertencente a um partido corrupto; 5) a adesão cada vez maior de parcelas significativas dessa nova classe trabalhadora a posições conservadoras e até autoritárias como solução dos problemas sociais, secundarizando a política econômica que destruiu o emprego e a renda a partir da escalada golpista e que levaria à eleição presidencial do candidato de extrema-direita, Jair Bolsonaro, em 2018.¹⁴⁹

Por fim, os programas de combate à miséria, tendo o Bolsa Família como carro-chefe, são de importância vital para diminuir os índices de extrema pobreza e dar o mínimo de dignidade às parcelas mais pobres da população (alimentação, vestimenta e moradia, ainda que precária). No entanto, não são políticas que rompam com o neoliberalismo, sendo inclusive defendidas por setores neoliberais menos obtusos, que abrem um espaço para atuação do Estado no amparo aos mais necessitados.¹⁵⁰ A queda nos índices de desemprego e a melhoria na renda e no consumo nos anos 2000 até a metade da década de 2010 se deram muito mais pelo crescimento do emprego formal e dos reajustes do salário-mínimo e das aposentadorias acima da inflação do que pelos programas de transferência de renda, que

¹⁴⁸ Números do DIEESE citados por Ruy Braga. Ver Braga, 2016, p. 70-71.

¹⁴⁹ O que deixa claro a falta de ideologização e organização dessa classe trabalhadora, já que, ao secundarizar as questões econômicas em momento que tudo que foi realizado de positivo pelos governos de Lula e Dilma é desmanchado em alta velocidade, negligência justamente o conjunto de ataques por parte do capital, que vem piorando suas condições de vida desde o Golpe de 2016. Em outras palavras, por falta de politização desta classe trabalhadora, ela é altamente influenciada, via meios de comunicação e redes sociais, pela ideologia de seus inimigos.

¹⁵⁰ As propostas, evidentemente, variam muito. A grosso modo, o argumento básico é de que uma renda mínima garantida à população (ou ao setor mais pobre dessa população) faz com que ela tenha condições de adentrar o mercado de trabalho em melhores condições, tornando-a produtiva e mantendo sua “liberdade individual”, desvincilhando-a do “assistencialismo” e do “populismo”. O renomado economista neoliberal Milton Friedman foi um dos defensores desta proposta. Ver FRIEDMAN, 2014.

aparecem como uma ação imediata e necessária para os mais pobres, mas não se constituem como uma política de redução da desigualdade social, nem como um projeto de desenvolvimento de longo prazo. Para continuar a redução da pobreza e da extrema pobreza é necessário uma mudança de nível da economia brasileira, desenvolvendo e democratizando conhecimentos e técnicas a partir do investimento público que permitam à classe trabalhadora manter e incrementar a ascensão experimentada entre 2003-2014, aumentar os valores dos programas de transferência e organizar politicamente todos os setores da classe trabalhadora para defender estas posições, que receberão forte oposição das classes dominantes.

Em suma, a queda da desigualdade é resultante mais dos salários e aposentadorias indexados pelo salário mínimo do que pelas transferências de renda, que ocupam um papel secundário, até porque o seu montante – individual, no caso do BF [Bolsa Família], e em termos de renda total para o BF e o BPC [Benefício de Prestação Continuada] – mostra-se bastante reduzido. Ainda que possam reduzir a pobreza absoluta, especialmente nas regiões mais pobres, não atacam a desigualdade e não criam alternativas de inserção social duradouras. A importância destes benefícios é inegável, mas ela ganha mais relevo se associada a políticas complementares (BARBOSA et al, 2012, p. 62).

5.4 Fim da Nova República e ascensão da extrema-direita: o retorno do receituário ideal do neoliberalismo

Durante 2003 e 2014 o Brasil esteve sob uma política alternativa ao receituário ideal do neoliberalismo. Isso não significou uma ruptura com a hegemonia neoliberal, mas um momento de enfraquecimento desta, de contestação ao Consenso de Washington e os desdobramentos de sua aplicação no país, que foi obrigado a ceder terreno para políticas heterodoxas. Essas iniciativas incluíam a reintrodução do Estado na economia, como indutor do desenvolvimento, através da concessão de créditos, investimentos públicos, fortalecimento da máquina pública e empresas estatais, em busca de taxas médias/altas de crescimento econômico; a reorientação internacional do país, em uma política externa soberana e baseada na multipolaridade e na ênfase às relações Sul-Sul; e no desenvolvimento de uma política de combate ao desemprego e à miséria, com estímulos à geração de empregos de base, valorização do salário-mínimo e das aposentadorias, reajustadas acima do nível da inflação, a constituição de uma rede de proteção social, com programas de transferência de renda, com destaque para o Bolsa Família, entre outras iniciativas.

Esta conjuntura não foi resultado do desenvolvimento “natural” do mercado, ou o simples aproveitamento de um cenário internacional favorável (por mais que este tenha sido um fator importante, tanto na economia, quanto na geopolítica), mas sim, fruto de um projeto

de uma força política com base social popular, o PT e seus aliados, oriundos do sindicalismo, movimentos sociais e demais setores progressistas da sociedade brasileira. A aplicação desse projeto por treze anos desnudou as falácias do discurso neoliberal, de que era impossível realizar crescimento econômico e distribuição de renda sem desatar “pressões inflacionárias”, e a satanização do papel do Estado na economia, entre outros argumentos fantasiosos. O aumento do emprego, da formalização e da renda permitiram o aquecimento do mercado interno, a melhora nos padrões de vida da grande maioria da população e a diminuição rápida dos indicadores de pobreza e extrema pobreza, reconhecida internacionalmente. Essa situação deu ao PT as iniciativas econômica, política e eleitoral no Brasil por pelo menos uma década, e catapultou o ex-presidente Lula ao posto de um dos presidentes mais populares da história do país e figura respeitada em todo o mundo.

Por outro lado, a vigência desse projeto alternativo durante mais de uma década, não se desdobrou em um rompimento com a condição dependente e sequer com a superação do neoliberalismo. As mudanças realizadas foram dentro do “possível”, nunca atacando os pilares do capitalismo dependente, realizando acomodações entre a proposta alternativa e as ideias neoliberais. Manteve-se uma macroeconomia conservadora, com uma independência de fato do Banco Central e a permanência da taxa de juros como único mecanismo de controle dos preços, estando sempre acima da taxa de crescimento do PIB, ainda em níveis altos (considerados baixos para os padrões brasileiros), que pese a gradual redução ao longo dos governos petistas, até 2013; a taxa de câmbio continuou sendo ditada pelo mercado; não foram revistas as medidas de desregulação financeira realizadas nos anos 1990, que foram, inclusive aprofundadas, dando maior facilidade para a entrada e saída de capitais especulativos e para a remessa de lucros; não foi realizada uma revisão da Lei de Responsabilidade Fiscal, para colocar um teto de gasto público no pagamento de dívidas nos orçamentos dos entes federativos; foi complementada a reforma da previdência dos anos 1990, agora aplicada ao setor público, oferecendo os funcionários públicos aos fundos de previdência complementar controlados pelo mercado financeiro (geridos, em alguns casos, com a participação de quadros da esquerda da ordem); não se reviu também as privatizações realizadas anteriormente em setores estratégicos, como mineração, energia e transportes, no máximo evitando novas vendas de patrimônio público; da mesma forma como não foram revertidas as perdas trabalhistas ocorridas nos últimos anos do século XX.

Houve diversos momentos nos treze anos de governos petistas para radicalizar e promover uma política de maior fôlego. A primeira, quando da vitória eleitoral em 2002, por alta margem e com o simbolismo da “esperança que venceu o medo”. A segunda, quando da

reeleição de Lula em 2006, sob alta popularidade, com a mesma votação de quatro anos antes, em um momento econômico excelente e derrotando a campanha midiática do Mensalão. Novamente, em 2010-2011, quando Lula encerra seu mandato com a maior aprovação da história brasileira, reconhecido como líder global e elegendo Dilma Rousseff com votação tranquila. Em 2013, quando a população tomou as ruas exigindo melhorias que, na verdade, seriam somente um aprofundamento do projeto petista, em momento em que a popularidade de Dilma ainda era alta. E, por último, já em período mais grave, nas eleições de 2014, quando a maioria da população deu o último crédito ao PT, já que Dilma prometia manter o emprego e a renda mesmo nas condições adversas que o país apresentava na economia e na política. Tantos “não feitos” não podem ser classificados como erros, mas sim, como projeto político limitado pela falta de conteúdo revolucionário da esquerda da ordem, fiadora do capitalismo dependente sob hegemonia neoliberal e seu sistema político, a Nova República.

Sem mudanças estruturais, a economia brasileira continuou seu processo subalterno de inserção na Globalização neoliberal, apresentando um terceiro momento deste movimento, com a conglomeração e internacionalização das suas empresas competitivas, com auxílio estatal, no que ficou claramente exposto como política pública deliberada. Essa expansão do capital monopólico de origem brasileira não rompe com a dependência, já que se encontra altamente associada a interesses estrangeiros e restrita às funções impostas pela divisão internacional do trabalho na Globalização neoliberal, principalmente em atividades do setor primário e da construção civil. Trata-se de uma nova configuração do subimperialismo, fruto do processo de concentração de capital ocorrido nos anos 1990 devido à liberalização comercial irrestrita e às privatizações, que permitiram empresas dos setores citados se agigantarem e passarem a diversificar seus investimentos, inclusive no mercado financeiro. O Brasil continuou desempenhando seu papel de plataforma de valorização financeira, como espaço privilegiado para a remuneração de capitais fictícios, onde também se observou uma concentração de capitais, restando apenas dois grandes bancos privados “nacionais”, o Itaú e o Bradesco.

Reduzida aos limites do capitalismo dependente, a política heterodoxa praticada nos primeiros anos do século XXI foi incapaz de introduzir o país no domínio da Revolução Científico-Técnica, já que a economia brasileira permanece sofrendo os efeitos da reprimarização da sua pauta exportadora e da desindustrialização, sob controle de capitais transnacionais. Nem mesmo nos setores em que o país é comumente competitivo se avançou no domínio de novas técnicas e conhecimentos científicos que pudessem desenvolver cadeias produtivas e preparar o terreno para novos saltos. Com uma economia baseada em

exportações de produtos primários e de média/baixa composição técnica, na maioria das vezes desconectadas da estrutura produtiva local e com alta participação do capital estrangeiro, somada à espoliação financeira e a um mercado de trabalho onde predomina os serviços de baixa qualificação, o país não consegue romper com a dependência tecnológica; a necessidade de endividamento, via títulos da dívida pública, como forma de balancear as contas nacionais; e a perda de valores para o mercado internacional, por meio da remessa de lucros, entre outros expedientes. A superexploração do trabalho permanece como mecanismo central da reprodução do capital no país, mais pela precarização (terceirização, alta rotatividade, péssimas condições de trabalho, remunerações baixas, etc) do que pelo desemprego estrutural durante os momentos de crescimento econômico e presença de forças políticas oriundas do mundo do trabalho no governo. Passadas essas condições, a situação de desemprego estrutural e de domínio da informalidade retornam com força total, evidenciando que as melhorias anteriormente experimentadas não se tratavam de mudanças estruturais, mas de simples correlações de forças conjunturais.

As medidas adotadas pelos governos do PT não foram capazes de estabelecer um novo momento da economia brasileira, em parte por se tratar de um projeto limitado e conjuntural, e, por outro lado, por sua radicalização e aprofundamento demandarem o enfrentamento à condição dependente e aos que se beneficiam desta situação (o capital autóctone e estrangeiro), por meio da politização e organização de ampla base popular que sustente as transformações necessárias. Essas iniciativas não fazem parte do ideário da social-democracia periférica, que se restringe a mudanças consensualizadas pelo alto, na divisão dos espaços de operação do capitalismo dependente com os representantes das classes dominantes e na defesa do sistema político liberal, configurando-se como uma esquerda da ordem. É assim que seu programa é alternativo ao receituário ideal do neoliberalismo, mas não o supera totalmente, estabelecendo, momentaneamente, uma reacomodação de classes e frações de classes no governo e demais espaços de operação do poder (o que é diferente de ter e exercer o poder).

A mais audaciosa resolução dos governos Lula e Dilma se deu na questão do trabalho e no combate à miséria. A junção de uma economia em crescimento, com geração de emprego formal, valorização do salário-mínimo e programas de transferência de renda, permitiu a redução rápida dos indicadores de extrema pobreza e a melhoria no padrão de vida. Se a política pró-trabalho e pró-renda atacou um dos pilares do neoliberalismo, especialmente na periferia, que é o desemprego estrutural, não avançou, contudo, na questão da precarização, já que se proliferaram ocupações de baixa remuneração (até 1,5 salário-

mínimo), alta rotatividade, terceirizadas, trabalhos temporários, etc. Apesar de formalizadas, essas ocupações são a base da pirâmide de empregos, que se avolumou ao responder às políticas de governo, enxugando o grande volume de desempregados de baixa qualificação que existia devido à catástrofe empregatícia dos anos 1990. Criou-se assim a “formalização precarizada”, resultado do baixo nível técnico da economia brasileira, baseada em rentismo e produções de pouco valor agregado. Tal condição se sustenta somente em momentos de crescimento econômico e por opção política, desaparecendo logo que as circunstâncias se modificam.

Essa “nova classe trabalhadora” formada no período, e que durante uma década vislumbrou Lula como principal liderança política do país, não foi politizada e organizada para ser protagonista das transformações em curso e levar adiante o processo de mudança. Uma maior organicidade da classe trabalhadora e o desenvolvimento da consciência de classe para si nas condições do capitalismo periférico, levariam, invariavelmente, ao questionamento dos limites da dependência e da forma política atual do sistema (Nova República). Como estas possibilidades não fazem parte do ideário da social-democracia periférica, abdicou-se de organizar “os debaixo”, para governar “pelo alto”, o que não permitiu sequer a mobilização dessa nova classe trabalhadora para defender o programa da esquerda da ordem quando a fase de alto crescimento passasse e os ataques dos adversários se tornassem mais incisivos. Devido à queda do desemprego, a melhora nas condições de vida, a expansão do ensino superior, entre outras medidas, essa nova classe trabalhadora passou a se mobilizar de maneira difusa e, por diversas vezes, por fora dos espaços tradicionais de classe, onde se encontrava o petismo e seus aliados, o que ficou evidente em junho de 2013 e na onda de greves entre 2012-2015.

A ausência de resposta aos anseios das massas, que pleiteavam, direta e indiretamente, pela perpetuação e incremento das vitórias até ali alcançadas, e a capitulação do PT e aliados frente a ortodoxia neoliberal em 2015, levaram ao divórcio da “nova classe trabalhadora” com a social-democracia periférica. Sem organicidade e liderança, boa parte da massa trabalhadora abraçaria a narrativa dos setores conservadores, de ojeriza total à esquerda, acusada de ser a única responsável pela recessão e a corrupção do país, e embarcando em falsas soluções de caráter autoritário e recessivo, que vão contra todos os seus anseios enquanto segmento social.¹⁵¹

O movimento feito pela burguesia brasileira, o capital estrangeiro e seus operadores políticos a partir de 2013 foi no sentido da recomposição de suas taxas de lucro. Em momento

¹⁵¹ Trata-se de uma manifestação na realidade brasileira de um fenômeno mundial de ascensão da extrema-direita pós-Crise de 2008, que se apresenta com uma posição *antiestablishment*, antidemocrática e violenta.

em que a economia desacelerava rumo à recessão, mas se mantinham altos níveis de emprego, a classe dominante necessitava baratear os custos de reprodução da força de trabalho, forçando o preço dos salários para baixo, além de abrir novos espaços de acumulação do capital. Para isso, necessitava do retorno de uma política econômica recessiva, que provocasse desemprego em massa e de uma reforma trabalhista, que anulasse boa parte da legislação de proteção ao trabalho do país; uma reforma da previdência, que possa acelerar o fluxo de adesão de trabalhadores de médio rendimento aos fundos de previdência privada e que aumente as parcelas do orçamento público direcionados para o pagamento da dívida pública, remunerando, dessa forma, o rentismo, sem a necessidade de apelar para altas taxas de juros (evitando atritos com franjas produtivas do capital); e uma nova rodada de privatizações, com ênfase no pré-sal, repassando o patrimônio nacional estratégico às mãos da iniciativa privada, especialmente o capital estrangeiro, por um custo baixo e após as etapas mais dispendiosas terem sido realizadas com dinheiro público via Petrobras.¹⁵²

Este é o ressurgimento do receituário ideal do neoliberalismo no Brasil, demonstrando que as classes dominantes e seu farol neoliberal nunca foram realmente superados no país, mas sim, foram obrigados, por questão conjuntural, a dividir espaço com outras classes e setores de classes que detinham uma visão alternativa de condução da economia, mas nunca de embate ou ruptura. Como os alicerces do capitalismo dependente e os pontos centrais do neoliberalismo não foram atacados, ou ao menos revistos, e como as classes com objetivos históricos contrários aos do capital e do imperialismo jamais foram politizadas e organizadas para contestar a ordem e lutar por transformações de maior fôlego, o neoliberalismo ortodoxo pode retornar, encurralar o projeto alternativo da social-democracia periférica até sua capitulação, e então, substituí-lo pelos seus costumes operadores políticos e administrativos. Com isso, a partir de 2015 (ainda no governo Dilma), e com maior ênfase após o Golpe de 2016, impôs-se novamente o ajuste fiscal, as privatizações, paralisa-se a máquina pública; regressa o desemprego estrutural, a predominância da informalidade e o esquiteamento de direitos trabalhistas adquiridos; retira-se o Brasil do processo de integração latino-americana e da construção de um mundo multipolar, para desempenhar, novamente, o papel de satélite estadunidense, situação que compromete de modo fatal o próprio desenvolvimento nacional.

¹⁵² Todos esses objetivos foram alcançados com o governo ilegítimo de Michel Temer (2016-2018), que tomou posse para complementar o segundo mandato de Dilma, em consonância com os interesses do capital e do fisiologismo político. A exceção foi a reforma da previdência, que não angariou apoio suficiente no Congresso, já que deputados e senadores ficaram reticentes de aprovar medida tão impopular no ano eleitoral de 2018. No momento em que escrevo (dezembro de 2018), o presidente eleito Jair Bolsonaro promete retomar a reforma da previdência a partir de 2019.

As novidades deste processo, que não é mera repetição dos anos 1990, estão no recurso ao Golpe de Estado para a retomada do governo, o que retira a legitimação e identidade da Nova República enquanto sistema político; e a ascensão de uma extrema-direita, que originalmente não fazia parte deste arranjo político, sendo mais um demonstrativo de sua exaustão. A Operação Lava-jato, investigação iniciada para combater desvios de dinheiro da Petrobras e que se tornou, a partir de intensa cobertura midiática parcializada, uma ferramenta para derrubar o governo Dilma e prender o ex-presidente Lula (impedindo-o de se candidatar à presidência nas eleições 2018), criou uma aversão geral contra os partidos políticos de todos os matizes, em especial os de esquerda, abrindo espaço para o discurso da extrema-direita, capitaneada pelo então deputado federal Jair Bolsonaro.¹⁵³ Esse agrupamento ganhou espaço junto à população (em especial com a classe média tradicional, setores da média e pequena burguesia e nos evangélicos), com o discurso de negação da política, “soluções” autoritárias e simplórias para os problemas do país, um falso moralismo pseudo-cristão, e com intensa utilização das redes sociais como plataforma de comunicação, elegendo Bolsonaro presidente da República em 2018.

A ascensão deste grupo, que promete conduzir a ultraliberalização da economia desejada pelo capital e, ao mesmo tempo, restringir a democracia e as liberdades políticas para aqueles que se colocarem como oposição,¹⁵⁴ deslocou os polos da política, levando a um processo de fascistização da direita brasileira, incluindo grandes porções da população, em especial os setores médios, que passaram a posições de descrédito da democracia e de apoio a soluções de força para as contradições existentes. Porém, o mais preocupante, é que todo o traumático processo que culminou no Golpe de 2016 e no surgimento da extrema-direita, não seria possível sem a instrumentalização “desdemocratizante” das instituições do país, com o atropelamento de leis, inclusive da Constituição, pelos Poderes, principalmente o Judiciário e seus órgãos, como o Ministério Público Federal. Para defenestrar o PT do governo, diversos recursos autoritários e inconstitucionais foram realizados, como chantagens para obtenção de delações premiadas; prisões em que cabem recursos, sem estarem transitadas e julgadas; conduções coercitivas sem necessidade (já que os depoentes não se negaram a comparecer perante os órgãos da Justiça); e uma cobertura de “jornalismo de guerra” pela grande

¹⁵³ Bolsonaro é um quadro da política tradicional, estando no Legislativo desde os anos 1990. Sempre defendeu pautas autoritárias, mas era um congressista completamente irrelevante, não tendo peso nas negociações da Câmara. Se tornou extremamente popular a partir da escalada golpista e do rechaço aos políticos em geral, utilizando as redes sociais para expor suas ideias, virando um polo aglutinador da extrema-direita, que alcançaria uma vitória eleitoral esmagadora em 2018.

¹⁵⁴ Notoriamente a esquerda, mas qualquer indivíduo ou organização que mostre discordâncias com Bolsonaro e seus seguidores já é automaticamente taxada de “comunista”, numa operação de construção e perseguição ao “inimigo”, típica de posições fascistas.

imprensa, completamente parcializada, seja para atacar a esquerda, resguardar atores da direita, ou promover, indiscriminadamente, a negação da política (o que reforça o pensamento de que algo ou alguém resolverá os problemas impondo normas de cima a baixo). Se desenvolveu no país um verdadeiro estado de exceção, já que diversas operações de frações do Judiciário se encontram por fora das leis vigentes, recebendo, em alguns momentos, a chancela do próprio Supremo Tribunal Federal.¹⁵⁵

O retorno da ortodoxia neoliberal, portanto, vem acompanhado de ameaças de fechamento do regime político, no qual diversos atores, inclusive parte da institucionalidade republicana, se movimentam por fora do texto constitucional de 1988. O Golpe de 2016 quebrou o arranjo político da Nova República, ao romper com seu mecanismo de legitimação, o voto popular. A correlação de forças sociais que deu origem à Nova República não mais existe, e, apesar da ascensão da extrema-direita, o arranjo foi quebrado originalmente pelas forças da direita liberal, signatárias da Carta Magna, representantes diretas do capital autóctone e estrangeiro, em seu afã em derrubar o frágil governo Dilma e impedir a candidatura de Lula em 2018 (o que demonstrou seu forte temor em nova derrota eleitoral). O que os liberais não esperavam é que a crise de representatividade que acompanha todo esse processo de maneira latente desde 2013, também os escantearia em prol do avanço da extrema-direita, evidenciando ainda mais o rompimento dos limites do arranjo neorrepblicano. Em outra oportunidade, em conjunto com o professor João Claudio Platenik Pitillo, analisei o porquê do fim da Nova República a partir do Golpe de 2016:

A tese aqui defendida é que a Nova República chegou ao seu fim pela perda do seu conteúdo e identidade, a pactuação de um ordenamento social, materializado na Constituição de 1988, e das regras de disputa pelo poder. A violação do seu mecanismo de legitimação (as eleições) pelo golpe de 2016 e a irreversível crise de representatividade das forças políticas vigentes, visível nas Jornadas de Junho de 2013 e no mal-estar social do *impeachment*, mostram que as contradições da sociedade brasileira não estão mais comportadas nas forças políticas atuais. Essa falência do sistema fere de morte o arranjo político, onde o conjunto de normas constitucionais e direitos que baseiam a cidadania desde 1988 não estão mais garantidos, e forças que não faziam parte anteriormente do pacto (fascismo) passam a ganhar corpo e avançar nas suas pautas na sociedade brasileira. O crescimento de manifestações de extrema-direita no país, de uma política feita à base do ódio, discriminação e pregação da total irresponsabilidade social (por vezes com enaltecimento da Ditadura), assim como o endossamento de boa parte de suas pautas por atores institucionais e sociais relevantes, como o Congresso, frações importantes

¹⁵⁵ O caso mais emblemático foi a autorização do Supremo, sob forte pressão midiática da Lava-jato, para que condenados em segunda instância comecem a cumprir a pena, mesmo que ainda estejam recorrendo para as instâncias superiores, incluindo o próprio STF. Esta decisão do STF é completamente inconstitucional, pois viola o artigo 5º, inciso LVII da Constituição que diz, de maneira clara e direta, que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”. Esta arbitrariedade foi utilizada na prisão de Lula, impedindo-o de concorrer à presidência da República em 2018. Para acesso à Constituição brasileira, ver <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 25 de dezembro de 2018.

do Judiciário e a mídia corporativa, atentam contra os próprios valores sobre os quais foi construída a Nova República. Essas forças que já faziam parte do arranjo (ao contrário do fascismo) quebram o pacto e deslegitimam sua legalidade, atropelando a Constituição. A Carta Magna de 1988, conjunto de direitos da cidadania da Nova República, sofre ataques públicos de forças que outrora a formularam, o espectro político se abre para o retorno de forças que defendem a truculência e o autoritarismo como forma de se fazer política, e a garantia de respeito aos resultados eleitorais não mais existe, frente ao precedente aberto por um *impeachment* presidencial sem crime de responsabilidade. A Nova República não foi derrubada, nem sofreu uma revolução. Ela terminou pelo esvaziamento do seu conteúdo e sentido, com a quebra dos pilares sob os quais se constituiu, a representatividade e a legitimidade através do voto popular. Não mais comportando as contradições da sociedade brasileira e tendo seu mecanismo de legalidade violado por atores que outrora construíram o arranjo, a Nova República perdeu sua própria identidade e substância. Parte das forças que legitimaram o regime se mostram bem dispostas a levar o rompimento do pacto até às últimas consequências, inclusive agrupando atores que não cabiam no arranjo “neorrepublicano”; enquanto outras forças, que desejam sustentar e defender as regras acertadas, não demonstram mais força suficiente para realizar tal intento (SANTOS; PITILLO, 2018, p. 184-185).

A situação brasileira a partir da segunda metade da década de 2010 é dramática, com o aprofundamento dos fenômenos estruturais aqui expostos, que reduzem a economia do país a uma mera produtora de bens primários e de média/baixa composição técnica (com a ameaça, inclusive, de destruição de conglomerados de capital “nacional”, públicos e privados) e a uma plataforma de valorização financeira, oferecendo para boa parte de sua população o desemprego, a informalidade e o retorno da miséria e da pobreza, que depois de uma década de conquistas, voltam a crescer. Esta economia estagnada e antipopular é acompanhada pelo fim da Nova República, sobrevivendo apenas uma superfície institucional que trabalha contra a democracia e a cidadania, e agora comandada por um agrupamento de extrema-direita, que promete avançar em uma agenda de retrocessos civilizacionais que depõem contra as reais necessidades do povo brasileiro.

Fica evidente uma falta de projeto de nação de ambos os lados do espectro político. À direita, tanto os liberais, quanto a extrema-direita, defendem a agenda ortodoxa, baseada no dogma de “mais mercado”, prometendo avançar nos ataques ao trabalho e à soberania nacional. Percebe-se que não têm, na economia, nada a oferecer a não ser um retorno à penúria dos anos 1990, vitaminada agora pelo avanço do autoritarismo na cena política, o que não freará o desastre social, consequência inequívoca da aplicação de políticas neoliberais. À esquerda, percebe-se um agrupamento desidratado de conteúdo revolucionário e sem grandes ligações com a massa trabalhadora, excetuando-se seus extratos mais organizados. Essa esquerda da ordem não parece ter mais o que oferecer de novo, já que não consegue pensar para além de seu limitado programa social-democrata periférico, reduzindo-se à nostalgia de um tempo em que o Brasil “cresceu para todos” e na defesa das “liberdades constitucionais” de uma Carta Magna que é, hoje, uma simples alegoria (principalmente no que diz respeito

aos direitos políticos desta própria esquerda). Qualquer movimentação, de ambos os lados, para além das posições descritas, não cabem nos marcos da Nova República.

Somente um projeto de rompimento com os alicerces da dependência e que esteja conectado com as transformações produtivas e geopolíticas em marcha no século XXI pode mudar a economia brasileira de patamar e causar uma transformação definitiva e profunda no país. Essa situação não é possível de ser alcançada sem uma forte posição do Estado na condução da economia, rumo ao domínio das técnicas e conhecimentos mais avançados do mundo atual, e sem a organização política, de caráter revolucionário, da classe trabalhadora, principal interessada neste projeto, para agir como protagonista no seu desenvolvimento e na sua defesa contra as forças poderosas que se levantarão em contra, dentro e fora do país.

CONCLUSÃO

A proposta do presente trabalho consistia em uma investigação do capitalismo dependente brasileiro e suas transformações entre os anos 1980 e 2016. Partindo do questionamento sobre as alterações profundas ocorridas em sua estrutura socioeconômica, a trajetória histórica percorrida para tal configuração e a relação com o mercado internacional, a hipótese inicial buscou investigar os processos sucedidos e compreender, a partir do campo da Teoria Marxista da Dependência, quais foram as transformações testemunhadas no Brasil no corte cronológico proposto, como os acontecimentos, internos e externos, moldaram a realidade brasileira e quais foram os atores responsáveis pelos projetos que se materializaram ao longo dessas quatro décadas. Acredito que, com base no estudo empreendido e a partir das fontes e referências utilizadas, tal hipótese permite a elaboração de uma tese que responde de maneira satisfatória aos questionamentos iniciais sobre a formação e desenvolvimento de uma nova realidade socioeconômica do país, assim como, confirma uma remodelação estrutural, a partir dos anos 1980, para que o Brasil desempenhe uma nova função específica na divisão internacional do trabalho (uma produção exportadora especializada e uma plataforma de valorização financeira), em consonância com as transformações globais em curso.

O capitalismo dependente brasileiro foi reconfigurado na virada do século XX para o século XXI, inaugurando uma nova fase na história econômica do país e em sua relação com a economia internacional. As transformações ocorridas não modificaram seu caráter periférico, mas sim, constituíram-se como sua atualização para um novo momento do sistema capitalista internacional, a Globalização neoliberal. Como praxe da condição dependente, a estrutura socioeconômica brasileira foi alterada pelo mercado internacional para melhor atender os interesses de acumulação do capital, o que resultou em mudanças de grande envergadura em sua composição orgânica, no controle das forças produtivas e dos recursos naturais, nas relações de trabalho, assim como no sistema político e no andamento da luta de classes no país.

As remodelações observadas na economia brasileira são efeitos, em âmbito nacional, da reestruturação do capitalismo internacional, sob hegemonia neoliberal desde o final dos anos 1970. Com a exaustão do keynesianismo (devido à desaceleração do crescimento, o fim do pleno emprego e o aumento da inflação nos países centrais), as ideias neoliberais se tornaram o paradigma a ser seguido, construindo um discurso de “tecnicidade” das suas receitas – manifestação típica do idealismo do pensamento conservador – e hegemonizando o debate econômico e midiático. Na prática, o neoliberalismo se demonstrou uma ideologia

reacionária que serviu de combustível para uma brutal ofensiva internacional sobre o trabalho e os países periféricos, retroagindo, inclusive, em marcos civilizatórios alcançados pelo próprio capitalismo, principalmente, no que tange à responsabilidade social.

Os grandes monopólios transnacionalizados, com origem nos países centrais, formularam o cenário ideal para impor a liberalização do comércio mundial, no intuito de mover suas unidades produtivas para espaços geoterritoriais que apresentassem custos de produção mais baixos, e pudessem deslocar investimentos e mercadorias pelo planeta sem restrições de políticas protecionistas. O agigantamento da esfera fictícia, por meio de diversas modalidades de capitais especulativos negociados em tempo real no mercado financeiro, também responde a um processo de desregulamentação e livre circulação deste tipo de riqueza que alcançou contornos definitivos no mesmo período. Intensificou-se a exploração do trabalho, com a redução de direitos trabalhistas, a constituição de uma situação de “desemprego estrutural”, a proliferação de formas de trabalho precarizado (informalidade, terceirização, “economia de compartilhamento”) e a incorporação ao capitalismo das áreas que faziam parte do antigo bloco socialista; da mesma forma como se abriu novos espaços de acumulação para o capital privado, com a retirada do Estado em diversas áreas em que desempenhava papel determinante, quando não exclusivo, substituído por uma onda de privatizações de empresas e serviços públicos.

Para a periferia capitalista o avanço das ideias neoliberais significou uma renovação de sua condição dependente, atualizada para os ditames do “capitalismo globalizado”, e o aprofundamento das formas de exploração e controle pelo centro imperialista. Configurou-se um retrocesso em comparação com a conjuntura vivida até meados do século XX, marcada por processos de libertação em todo o Sul global, com forte viés anti-imperialista e, por vezes, anticapitalista. Países como o Brasil, que apresentavam até aquele momento um grau mediano de domínio das forças produtivas, sobretudo na indústria, regrediram, a partir de forte movimento de desindustrialização, de aquisição de setores estratégicos (outrora com participação estatal) por capitais estrangeiros e pela marginalização na produção científica de ponta, mola principal do processo produtivo na economia atual, restrita, em um primeiro momento, aos países centrais e seus monopólios transnacionalizados.

As interpretações dominantes acerca da Globalização estão, no entanto, muito aquém de compreender seus reais significados, ao se restringirem em uma apologia do capitalismo. As divergências apresentadas nesse trabalho com o pensamento neoliberal e a visão da Globalização como mera continuidade do sistema capitalista, nada mais são do que manifestações da luta de classes dentro da esfera acadêmica-científica, onde a precisão e

desenvolvimento das categorias analíticas guardam muito das contradições e embates existentes na formação social. O entendimento da Globalização a partir do estudo da Revolução Científico-Técnica nos moldes do materialismo histórico permite uma proposta interpretativa completamente distinta às impostas pela grande mídia e a intelectualidade pró-capital. A investigação dos fundamentos das grandes transformações ocorridas nas últimas décadas leva à percepção de elementos de grande relevância negligenciados pelo pensamento neoconservador, seja por erro, má-fé ou instrumentalização política, e aprofunda o conhecimento sobre os processos em curso e suas possibilidades futuras, especialmente as antissistêmicas, não somente para deleite científico, mas para possibilitar ação concreta de transformação da realidade.

A Revolução Científico-Técnica, como revolução produtiva em curso, ao contrário de ser um novo momento do capitalismo, desata uma série de contradições com essa formação social e sua reprodução. Transformando a ciência na principal força produtiva da atualidade, tendenciona à automação e a liberação do ser humano do trabalho diretamente produtivo – o que abre a possibilidade de superação do tempo de trabalho socialmente necessário como criador de valor excedente, limite material do capitalismo; acelera a difusão do conhecimento científico – impedindo a apropriação privada (relação de propriedade) por longos períodos, não só entre empresas, mas também na divisão internacional do trabalho; e demanda a qualificação da força de trabalho, transformando os proletários em verdadeiros especialistas (cientistas) em determinados ramos da produção – contrariando a desqualificação do trabalhador frente a máquina, pilar da reprodução capitalista.

Essa revolução produtiva, surgida na Segunda Guerra Mundial, mas adquirindo contornos mais perceptíveis a partir dos anos 1970/1980, promove uma crise de produção, realização e apropriação do mais-valor, levando o capitalismo a recorrer a contratendências que possam se apropriar dos avanços científico-tecnológicos, contendo, ao mesmo tempo, as características que lhe são prejudiciais na Revolução Científico-Técnica. A Globalização neoliberal torna essas contratendências estruturantes, com o objetivo de manter a acumulação e reprodução do capital em cenário de redução da massa de mais-valor, transformando a esfera fictícia no pilar do capitalismo internacional, e utilizando o controle dos orçamentos públicos pelos títulos da dívida, o aprofundamento da superexploração do trabalho por meio do desemprego estrutural e da precarização, a dependência dos gastos estatais por setores ultramonopolizados (como o militar) e a fusão e transnacionalização de conglomerados, com preeminência dos capitais oriundos dos países imperialistas, mas também com participação de grandes empresas da periferia do sistema.

É da Revolução Científico-Técnica que se edifica a Globalização (sem o adjetivo “neoliberal”) como sua superestrutura político-jurídica, ainda em formação. Sua emersão é caótica, e, num primeiro momento, parecia apontar para a unipolaridade norte-americana e sua expansão imperialista. O século XXI, entretanto, demonstrou ser esta realidade efêmera, e passou a apresentar a formação de um mundo multipolar, acompanhado de um declínio lento e gradual da hegemonia estadunidense e do deslocamento do centro da economia mundial para a Ásia. A China se tornou o grande paradigma deste processo, exibindo um crescimento alto e constante por décadas e se apropriando de técnicas e conhecimentos outrora restritos ao centro, reconfigurando seu papel na divisão internacional do trabalho. O exemplo chinês demonstra como a aceleração da difusão do conhecimento possibilitada pela Revolução Científico-Técnica permite um novo fôlego ao Sul global, tornando viável projetos de desenvolvimento autônomos (capitalistas ou não) em âmbitos nacionais e regionais que podem colocar em xeque a divisão internacional do trabalho (e com ela todo o sistema capitalista, já que aquela é parte intrínseca deste). A política internacional do século XXI evidencia que a real Globalização somente pode ser alcançada pela cooperação entre os países, especialmente os do Sul, e a consequente democratização das relações internacionais.

A potência hegemônica em declínio, os Estados Unidos, e os interesses que representa, comanda a disseminação de contratendências do capitalismo, no intuito de estancar os desdobramentos da revolução produtiva em curso que entram em choque com seus interesses de dominância. Difunde-se, por meio de sua enorme influência cultural-acadêmica-midiática, as ideias neoliberais, que agem como uma ideologia reacionária, que justifica uma absurda concentração de riqueza em todo mundo, uma economia política do desastre (com intensificação e internacionalização da superexploração, a questão do trabalho imigrante, e as atividades ilegais, como o tráfico de drogas e armas), a irresponsabilidade ambiental e uma ação imperialista e antidemocrática (golpes de Estado, guerras inventadas, mecanismos de vigilância de massas, etc) que depõem contra o que há de positivo no legado da civilização ocidental para a humanidade. Assim, o neoliberalismo não se apresenta apenas como um conjunto de ideias econômicas a favor da livre circulação de capitais, mas como a ideologia da crise estrutural do capitalismo, que coloca a acumulação e reprodução do capital acima de qualquer custo, com consequências dramáticas para toda a humanidade.

É nesse cenário que se encontram as profundas mudanças socioeconômicas ocorridas no Brasil a partir da década de 1980 até meados da década de 2010, analisadas neste trabalho. A economia do país foi atualizada para o novo momento do capitalismo internacional, adotando o receituário neoliberal, e cumprindo novas funções na divisão internacional do

trabalho, que podem ser condensadas em duas esferas: primeiro, o padrão exportador de especialização produtiva, com ênfase na produção de bens primários (agropecuária e mineração) com o objetivo de suprir as necessidades de matérias-primas do mercado internacional, conectada com grandes monopólios transnacionalizados e fortemente dependente de tecnologias de ponta; segundo, a plataforma de valorização financeira, a partir da titularização da dívida pública e a livre circulação de capitais fictícios, que permitiu o controle do orçamento público federal pelo mercado financeiro internacional e facilitou a remessa de lucros, entre outras iniciativas que possibilitaram a utilização do país como espaço privilegiado de valorização de capitais fictícios e seu rápido investimento ou retirada por parte de seus proprietários.

O neoliberalismo no Brasil marcou o fim do processo de substituição de importações, predominante entre 1930-1980, descontinuando a incorporação de técnicas e conhecimentos pela economia do país (ainda que isto não rompesse com a dependência da forma como era realizada). Seguindo os ditames da Globalização neoliberal, a especialização da economia brasileira foi acompanhada pelo controle de seus principais setores por grandes monopólios transnacionais, que se fundiram ou adquiriram empresas brasileiras, inviabilizando o desenvolvimento de tecnologia de ponta própria e agregando as atividades econômicas do país a cadeias de produção internacionalizadas controladas pelo capital oriundo dos países centrais. Observa-se um avanço da participação de produtos não-industriais e de média/baixa composição técnica nas exportações brasileiras, assim como no declínio da participação da indústria na composição do PIB e na geração de empregos, levando a um fenômeno de Reprimarização exportadora, Desindustrialização e Transnacionalização (RDT). Essa situação se complementa com a expansão de marcas e franquias “globais” de serviços no mercado brasileiro, especialmente a partir da década de 2000, quando houve um aumento considerável da capacidade de consumo da população.

A conversão da economia brasileira à Globalização neoliberal também passou pela reinserção do país no circuito financeiro internacional, a partir da renegociação da dívida externa nos moldes do Plano Brady. A adoção deste plano marcou a entrada do Brasil na era da titularização da dívida pública, que se tornou o mecanismo mais eficaz de controle da periferia capitalista pelos grandes monopólios e pelo centro do sistema. A titularização permite a pulverização dos credores, o que aumenta as pressões realizadas pelos agentes do mercado para forçar os países a cumprir seus compromissos – utilizando a esfera fictícia para acessar riqueza real; leva a aprovação de leis que garantem a primazia do pagamento da dívida sobre qualquer outro tipo de gasto, e criam as condições para a remuneração do capital

fictício, transformando a riqueza nacional criada pela classe trabalhadora em parte do patrimônio privado de seus detentores a partir da emissão de títulos negociáveis no mercado e indexados a altas taxas de juros.

O neoliberalismo também renovou o subimperialismo brasileiro, fenômeno perceptível em economias dependentes que apresentem certo avanço nas forças produtivas e considerada capacidade de acumulação de capital (desenvolvimento de monopólios próprios com projetos de expansão para além das fronteiras nacionais). A liberalização comercial e a onda de privatizações ocorridas na década de 1990 desencadeou mais uma rodada de concentração de capital, transformando as mais poderosas empresas brasileiras em conglomerados, megacorporações com diversidade de investimentos econômicos, mas tendo como suas principais atividades os setores em que a economia brasileira é comumente competitiva (agronegócio, mineração, construção civil, etc), além do setor financeiro. Esses conglomerados brasileiros apresentam alto grau de imbricação com o capital estrangeiro e se expandem por áreas de pouca ou nenhuma concorrência com empresas oriundas dos países imperialistas, principalmente na América Latina e África, agindo não só na exportação de produtos e serviços, mas na compra de terras e imóveis, iniciativas financeiras, extrativismo, investimento em bens culturais e entretenimento, controle de setores inteiros da economia de outros países, entre outras atividades. Esse novo momento do subimperialismo guarda, no entanto, suas características essenciais, desenvolvendo-se somente nos setores em que o país faz parte na divisão internacional do trabalho e tendo pouca ou nenhuma conexão com a estrutura produtiva interna brasileira, não contribuindo para o desenvolvimento do país e a incorporação de técnicas e conhecimentos que pudessem permitir um salto produtivo e o rompimento com a condição dependente.

A construção da nova fase do capitalismo dependente brasileiro não foi realizada sem traumas e contratemplos. Os movimentos da Globalização neoliberal destruíram o padrão de reprodução anterior do capitalismo brasileiro (de predominância do investimento estrangeiro direto), devido à elevação dos juros norte-americanos na virada dos anos 1970 para os 1980, as crises do petróleo e o deslocamento de unidades produtivas para a Ásia. A contrapartida para o Brasil (e toda periferia capitalista) da reestruturação mundial do capital foi a Crise da Dívida, com a inviabilização do Estado em contrair empréstimos internacionais e realizar investimentos públicos que direcionassem a economia, levando-a à insolvência e estagnação, com condições dramáticas para a maioria da população. A Crise da Dívida marca o momento de destruição do padrão anterior em que se desenvolvia a dependência no Brasil, marcando um processo de transição estrutural que duraria por volta de uma década, até que o

neoliberalismo tomasse contornos definitivos no país, deixando sequelas que ainda não foram totalmente dissipadas até os dias atuais. A burguesia brasileira experimentou nesse período um boom especulativo, a “ciranda financeira”, que, apesar de efêmera, serviu como prenúncio da centralidade que o setor financeiro passaria a exercer a partir dos anos 1990 na vida econômica nacional e em seus próprios negócios.

Com a regressão nos postos de trabalho na indústria e a adoção de tecnologias de ponta nas áreas com participação do capital estrangeiro, somada a não requalificação da força de trabalho – compatível com o grau de desenvolvimento da economia, formou-se uma situação de desemprego estrutural e um avanço da informalidade e outras modalidades de trabalho precarizado. Se nos países centrais tal situação já é um problema, em nações periféricas, como o Brasil, esta realidade é ainda mais excruciante, já que os números do desemprego e da precarização tendem a ser ainda mais fortes e as condições de subdesenvolvimento impostas a amplas parcelas da população pioram com a adoção de políticas neoliberais, já que estas desmontam os parques serviços públicos que atendem justamente essa fração mais precarizada. Diversos indicadores sociais pioram a partir do advento do neoliberalismo ou, no máximo, permanecem estagnados. A melhoria nesses índices somente é alcançada quando se implementam políticas públicas de geração de empregos, combate à miséria e elevação do padrão de vida das massas – principalmente a partir da valorização do salário-mínimo; se mostrando, no entanto, efêmeras, já que não são compatíveis, a longo prazo, com a manutenção de uma macroeconomia neoliberal, além de despertarem forte resistência das camadas privilegiadas da sociedade, acirrando a luta de classes, impossível de ser vencida sem a constante politização e mobilização da classe trabalhadora.

O processo de transição de fases do capitalismo dependente brasileiro impôs a necessidade de um novo sistema político, já que não havia como instaurar o neoliberalismo a partir do regime autoritário-militar (diferente do caso chileno). Essa impossibilidade se dava, basicamente, por dois motivos: primeiro, o caráter nacionalista-autoritário de parte da cúpula militar, que almejava a construção de um “Brasil potência”, com proeminência sobre o Atlântico sul, incorporando tecnologias (como a aeroespacial e a nuclear) e recebendo o reconhecimento dos Estados Unidos como seu satélite preferencial, posição que não seria aceita pelo centro do sistema, pois feria o lugar imposto ao Brasil na divisão internacional do trabalho e os interesses norte-americanos; e, segundo, pela impossibilidade da Ditadura em renovar a estrutura socioeconômica brasileira, já que seu projeto de desenvolvimento estava intimamente ligado ao padrão anterior de reprodução do capitalismo dependente

(investimento estrangeiro direito), que ocasionou a Crise da Dívida e que despertou forte oposição não só da classe trabalhadora que passava a se reorganizar politicamente, como de parte do empresariado que percebia a incapacidade do regime ditatorial em debelar a crise econômica.

O próprio processo de Abertura proporcionou a reorganização da vida política brasileira, liberando forças que não seriam mais contidas pelo arbítrio e que aceleraram o movimento de transição, vitaminados pela recessão criada pela Crise da Dívida na primeira metade da década de 1980. Mesmo que os militares se convertessem ao neoliberalismo (o que não ocorreu à época), não havia sustentação para que o regime reestruturasse o capitalismo no país, o que ocasionaria uma nova rodada de concentração de capitais (desagradando a classe dominante local) e a intensificação da superexploração e do empobrecimento (que poderia levar à radicalização da classe trabalhadora), resultados lógicos da aplicação das ideias neoconservadoras (como ficaria evidente nos anos 1990). O neoliberalismo somente poderia se instalar no Brasil a partir de uma república liberal, representativa e multipartidária, a Nova República, com liberdade de organização para todos os agrupamentos político-ideológicos existentes na sociedade brasileira, e que chancelasse a adoção do neoliberalismo como um ato democrático, por meio do voto popular. Para isso foi necessário uma operação complexa e tortuosa por parte da burguesia local e do capital estrangeiro em manter o controle do país durante todo o processo de Transição, o que incluiu derrotar a campanha das Diretas Já, garantir uma pactuação por cima com a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, possuir maioria confortável na Assembleia Constituinte e apresentar uma candidatura viável – que representasse a liberalização econômica como parte da liberalização política – nas eleições presidenciais de 1989.

Todo esse processo evidencia um convencimento paulatino da burguesia brasileira em aceitar o neoliberalismo como nova forma de organização do capitalismo dependente no país. Isto porque certas medidas defendidas pelo neoconservadorismo prejudicariam diretamente diversos setores do empresariado brasileiro, notoriamente a indústria, por meio da abertura comercial indiscriminada, da retirada do Estado em setores e iniciativas que garantiam vantagens para o desenvolvimento dos negócios e da necessidade que se abriria de fusão com capitais estrangeiros de maneira subalterna (na verdade, aquisição de empresas brasileiras por empresas de fora). Essa situação somente seria equalizada nos anos 1990, quando da renegociação da dívida externa do país e a titularização de sua dívida pública – que concedeu um mecanismo de compensação à burguesia local para abandonar seu passado industrial e mergulhar no mundo da especulação financeira; e do ataque sistemático ao mundo do trabalho

e à soberania nacional, por meio da desfiguração da Constituição de 1988, que abriu novos espaços de acumulação privada (por meio das privatizações do patrimônio público e da intensificação da superexploração com uma política recessiva que causava desemprego, aliada ao dismantelamento de parte da legislação trabalhista e a disseminação de formas precarizadas de trabalho, como a terceirização), o que também tinha efeitos políticos práticos e imediatos na luta de classes no país, já que quebrava a coluna de sustentação da esquerda local (sindicalismo e funcionalismo público).

A conversão da burguesia brasileira ao neoliberalismo se deu, em grande parte, na segunda metade da década de 1980, em momento de formulação da nova Constituição e de eleições para os principais cargos públicos. Os maiores grupos empresariais do país apoiaram Fernando Collor para a presidência da República nas eleições de 1989, com um programa totalmente neoliberal, sendo apresentado como a “modernização” necessária para retirar o país da crise econômica e aproveitando o ambiente de “mudança geral” que se esperava ao fim do regime ditatorial. Vitorioso no pleito, Collor iniciou a abertura comercial indiscriminada e também o programa de privatizações de estatais, mas não conseguiu resolver as questões relativas à dívida externa e a hiperinflação, recorrendo a medidas impopulares, como o confisco das poupanças que afetou diretamente a classe média, situação que levou o Brasil à nova recessão durante todo o seu governo. Com a escalada de denúncias de corrupção que conduziram a seu impeachment em 1992, as questões econômicas foram secundarizadas e a reestruturação do capitalismo dependente brasileiro em moldes neoliberais foi momentaneamente paralisada pela nova crise política, o que explica o seu “atraso” quando comparado aos demais países latino-americanos.

A conversão completa da economia brasileira ao neoliberalismo somente foi possível após a adoção de dois Planos, o Real e o Brady. O primeiro, o Real, era apresentado como uma ação anti-inflacionária, baseada na dolarização gradual da moeda, mas, em verdade, tratava-se de um programa muito mais amplo, baseado nos ajustes estruturais impostos pelos organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, que significavam a adoção do receituário neoliberal pelo governo brasileiro, condensado nas propostas do Consenso de Washington (um conjunto de medidas que incluíam liberalização comercial e financeira, privatização de estatais e serviços públicos, flexibilização da legislação trabalhista, etc). Essa estabilização conservadora da economia não funcionaria sem a renegociação da dívida externa, momento onde entra o segundo Plano, o Brady, que atualiza a questão da dívida com sua titularização, com o perdão de parte da mesma, mas formando um ambiente de redução de risco aos investidores do mercado financeiro e estabelecendo um controle muito maior sobre a

economia periférica, tutelada pelos organismos internacionais, que, por sua vez, são controlados pelo Tesouro norte-americano.

A adoção do Real e do Brady em 1994 (obra do então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que seria eleito presidente no mesmo ano) complementa a transição entre fases da dependência, estabelecendo contornos definitivos do neoliberalismo no Brasil, criando o “estado de emergência”, onde toda medida econômica de corte conservador é justificada como necessária para conter a “inflação por demanda”, quando, em verdade, trata-se apenas de um discurso legitimador para a adoção de políticas que favoreçam a acumulação financeira em detrimento de uma enorme população que apresenta demanda reprimida. A titularização da dívida, a abertura comercial e a desregulamentação financeira, entre outros expedientes, estabeleceram as condições necessárias para converter a economia brasileira em uma plataforma de valorização financeira e em uma produção especializada exportadora (basicamente produtos primários e de baixo valor agregado), função ditada ao país pela divisão internacional do trabalho na Globalização neoliberal. Tal operação foi alcançada nos anos 1990 graças à formação de um bloco político de direita, capitaneado por Fernando Henrique Cardoso e seu partido, o PSDB, que permitiu a desfiguração da Constituição de 1988 no que tange à proteção do trabalho e da soberania nacional. A ação mais bem-sucedida da direita brasileira, no entanto, foi manter o controle do governo desde a Transição até o início do século XXI, o que desidratou a esquerda de viés revolucionário, encapsulando-a dentro dos limites da república liberal e da macroeconomia neoconservadora, transformando-a em uma “esquerda da ordem”.

O “sucesso” do neoliberalismo no Brasil foi também o seu limite, já que, ao contrário do seu discurso (de que promoveria a “modernização” da economia, grandes investimentos e geração de oportunidades), suas práticas desaguaram no único resultado possível a que permitem: baixo crescimento, fragilidade monetária, vulnerabilidade externa, altas taxas de desemprego e informalidade, estagnação da miséria e até mesmo o retorno da inflação após a crise de desvalorização do real em 1998/1999. O melancólico fim do governo Cardoso ocasionou um racha no bloco de direita, com antigos aliados desejando se distanciar do desastre econômico e já prevendo a derrota eleitoral para o PT, principal agremiação da esquerda no país, nas eleições presidenciais de 2002, quando a candidatura de sua liderança histórica, Lula, apresentou um programa pró-trabalho e pró-renda, mas com retórica bem mais moderada, prometendo a manutenção dos compromissos assinados com os organismos internacionais.

A chegada do PT ao governo representou uma condução alternativa do neoliberalismo

brasileiro, mas não seu rompimento. Realizando uma política econômica heterodoxa, Lula e sua equipe reintroduziram o Estado como indutor da economia, dando prioridade a taxas de crescimento médias/altas e a geração de empregos, distribuição de renda e redução da miséria, queda dos juros (ainda que de forma lenta e gradual, sem ferir a autonomia de fato do Banco Central), e a formulação de uma política externa multipolar, com ênfase às relações Sul-Sul e a integração latino-americana – em consonância a outros governos de posições semelhantes na região. Essas medidas recomporam boa parte da máquina pública devastada nos anos anteriores, melhoraram as condições de vida de amplas parcelas da população, principalmente os mais pobres, reduziram o desemprego e a informalidade e apresentaram taxas de crescimento não testemunhadas no país havia décadas, concedendo ao PT a iniciativa econômica, política e eleitoral por pelo menos uma década (2004-2014).

Essa política, apesar de alternativa e bem-sucedida durante dez anos, não rompeu com o neoliberalismo, muito menos com a dependência. Primeiramente, os governos petistas não se movimentaram em nenhum momento para a revisão do que havia sido realizado pelos governos anteriores, como a privatização de setores chaves da economia (vendidas em transações de grande suspeita) e o desmonte de boa parte da legislação trabalhista que precarizava o trabalho. Esses processos foram paralisados durante a gestão petista, mas não revistos. Manteve também a macroeconomia conservadora, com juros altos (que apesar de rebaixados durante os governos de Lula e Dilma, permaneceram sempre acima da taxa de crescimento), a autonomia de fato do Banco Central, a extinção das contas CC5 – que permitiu a livre remessa de lucros fictícios para o exterior - e a realização de uma mini reforma da previdência no setor público, que praticamente entregou os funcionários públicos para os fundos de previdência privada, lugar onde lideranças petistas dividem a administração com agentes do mercado financeiro, se tornando operadores do capitalismo dependente brasileiro.

Em segundo lugar, as medidas tomadas pelos governos de Lula e Dilma, apesar de alternativas, não afrontavam os pilares do neoliberalismo. Às iniciativas no âmbito financeiro-macroeconômico citadas acima, se somaram a retomada investidora do Estado, direcionada para garantir crédito e consumo da esfera pública aos grandes monopólios privados – todos de setores onde o país já é comumente competitivo, como a construção civil, que se traduziram em programas como o PAC e o Minha Casa Minha Vida, além das compras do governo federal e de estatais, como a Petrobras; e a política externa progressista, que permitiu a expansão do subimperialismo brasileiro, agora na forma de conglomerados, em zonas de menor tensão com o imperialismo, assim como a diversificação de parceiros comerciais,

sobretudo a China, restringindo-se a aumentar o fluxo de comércio de produtos primários e de baixa composição técnica. Não sem surpresa, dois fenômenos estruturais do neoliberalismo brasileiro se intensificaram justamente durante os governos petistas: a reprimarização da pauta exportadora e a internacionalização de conglomerados brasileiros. Não houve incorporação de tecnologia e desenvolvimento científico endógeno capaz de mudar a economia brasileira de patamar. Que pese uma posição positiva dos governos de Lula e Dilma em relação às universidades e a formulação de políticas de ciência, tecnologia e inovação, tudo foi muito frágil e aquém dos desafios da Revolução Científico-Técnica e das possibilidades abertas pela Globalização.

A questão em que a política alternativa implementada pelo PT mais se contrapôs aos pilares do neoliberalismo foi no campo do trabalho, especialmente na queda do desemprego. Como demonstrado ao longo desta obra, o desemprego estrutural é uma condição vital para a reprodução do capital em moldes neoliberais, sendo resultado da liberação da força de trabalho do setor propriamente produtivo, devido ao progresso da Revolução Científico-Técnica, sem requalificação correspondente. Força também os salários para baixo e diminui a capacidade de organização política da classe trabalhadora, intensificando a superexploração. A sucessiva queda dos índices de desemprego ao longo dos governos de Lula e Dilma (em 2014 o desemprego aberto estava na casa dos 5%, o que, em termos liberais, pode ser considerado uma situação de pleno emprego), aliada à política de valorização do salário-mínimo, encarecia a força de trabalho, retirava da burguesia o monopólio de ditar o valor da remuneração, além de favorecer a organização dos trabalhadores (não por acaso houve recorde de greves e horas paradas entre 2012 e 2015). Claramente, a movimentação do empresariado durante a escalada conspiratória que desaguardaria no Golpe de 2016 estava sempre no sentido de recompor sua taxa de lucros, ao defender uma política econômica recessiva – que causaria desemprego em massa, a terceirização das atividades-fim e reformas trabalhista e previdenciária, além da rapinagem do patrimônio público pelo capital estrangeiro, como os casos do pré-sal e da Embraer.

Se a política pró-emprego e pró-renda batia de frente com um dos pontos centrais do neoliberalismo, não se pode dizer o mesmo da precarização. A maioria esmagadora dos postos de trabalho criados durante os governos petistas eram de baixa remuneração (em média, 1,5 salário-mínimo) e qualificação, com altas taxas de rotatividade e terceirização. Com isso, enxugou-se o desemprego em massa criado ao fim do século XX, beneficiando o setor social até então mais prejudicado por essa situação, os trabalhadores pobres, especialmente a juventude, que passou a acessar o Ensino Superior via políticas públicas, como bolsas e cotas

raciais/sociais. Essa geração de empregos de baixa qualificação, no entanto, evidenciava o grau de desenvolvimento da economia brasileira, incapaz de desenvolver setores de alta tecnologia e, com isso, abrir uma demanda por força de trabalho qualificada nos mais diversos setores.

Esse momento positivo da economia foi fruto de um programa político de forças progressistas da sociedade brasileira, tendo como seu centro gravitacional o PT. Não se tratou, portanto, de um desenvolvimento “natural” do neoliberalismo no país, ou da livre movimentação das forças do mercado, como a intelectualidade pró-capital e a mídia monopolizada alardeiam. Tanto que países da região que não passaram por experiência política semelhante no mesmo período, como México e Colômbia, continuaram aplicando o receituário ideal do neoliberalismo e com isso afundando suas populações em uma espiral de miséria, precarização e violência. Por outro lado, ficaram evidentes a partir de 2013 os limites desta política heterodoxa. Quando o bom momento internacional passou e os recursos se mostraram mais escassos, a burguesia brasileira e o capital internacional passaram a exigir a adoção de políticas regressivas para recompor suas taxas de lucro, e o PT, sempre afeito às negociações por cima, sem mobilização popular, se viu completamente emparedado e sem alternativas a oferecer, a não ser a capitulação realizada por Dilma em 2015, ao adotar o programa ortodoxo tão combatido pelo seu partido, e que dinamitou sua base social, selando o final constrangedor da experiência alternativa.

Essa situação torna muito evidente os estreitos limites da condição dependente e do neoliberalismo. Sequer a política social-democrata periférica implementada pelo PT é aceita pelos capitalistas (autóctones e estrangeiros) que realizaram oposição durante todo o tempo de governo da esquerda da ordem, advogando cotidianamente por uma política restritiva, mesmo quando era gritante os avanços e logros da proposta heterodoxa frente ao fracasso do receituário ideal neoliberal. Não poupam esforços em retomar iniciativas que causam desemprego, que travam o desenvolvimento nacional e causam sofrimentos desnecessários à grande maioria da população, em um projeto descivilizatório, espoliativo e subalterno aos grandes monopólios transnacionalizados e à (declinante) potência hegemônica. Por outro lado, não é com “agrados” ao mercado e um “melhorismo” (ainda que vital) para as massas que se modifica uma estrutura socioeconômica profundamente desigual, segregatória e violenta de cinco séculos, profundamente atada a uma condição vassala na divisão internacional do trabalho pelo capital estrangeiro e pela burguesia local que se locupleta da dilapidação do seu próprio país.

Estreitos também são os limites da “democracia” na periferia capitalista, em que tudo

que há de mais avançado em seu texto constitucional vai sendo retirado e modificado ao longo dos anos, em prol dos interesses da minoria, e quando uma simples situação de queda no desemprego e de redução nos juros (e nos *spreads*) desencadeia as mais intrincadas conspirações para promover um Golpe de Estado de novo tipo, arrastando, em uma torrencial destruidora, os avanços democráticos de três décadas. A história da Nova República é a história da vitória burguesa e imperialista em impor o neoliberalismo contra uma visão democrática, social e soberana presente na Constituição de 1988, o que configura a total derrota das forças populares neste processo histórico e a obsolescência da Carta Magna, da qual sobrevive apenas uma superfície institucional. O Golpe de 2016 foi o ataque final, deslegitimando o voto popular e instrumentalizando o Poder Judiciário para a perseguição política, colocando em descrédito qualquer noção de democracia, abrindo largas avenidas para o avanço da extrema-direita e instalando uma conjuntura de instabilidade permanente no país.

No estertor da Nova República e no retorno da ortodoxia neoconservadora, vitaminada pela ascensão da extrema-direita, não há projeto de rompimento com o neoliberalismo ou com a condição dependente, nem à direita, nem à esquerda. Da direita nada se espera, já que a burguesia nacional é um mito que se perdeu no século XX, morto com o tiro no coração de Getúlio Vargas e enterrada no Golpe de 1964, quando a classe dominante brasileira se conforma em desempenhar um papel subalterno frente ao imperialismo norte-americano. Daí em diante o país apenas afunda em condições cada vez mais rebaixadas na política internacional e se distancia dos avanços proporcionados pela Revolução Científico-Técnica e pela Globalização. À esquerda, se comprovou, na prática, que a moderação, a posição “bem-comportada” e a tentativa de se apossar do governo para realizar justiça social são insuficientes para construir uma situação sólida de avanço econômico e social de longo prazo. Tentar “humanizar o capitalismo”, governar “para todos” e ter uma fé cega na institucionalidade burguesa – que sequer esta classe possui, recorrendo a todo tipo de iniciativa para manter seus interesses – nunca produziu vitória robusta para as grandes majorias. Não há saída para superar os graves problemas do Brasil que não seja o rompimento com a dependência, possível somente pela politização, organização e mobilização da classe trabalhadora, única interessada na emancipação nacional e social, condição para se promover avanços de grande monta e mecanismo de defesa deste projeto quando necessário, o que levará, invariavelmente, ao questionamento do capitalismo e da república liberal. Ao que parece, a maioria do campo progressista brasileiro não tem a menor noção sobre esses pontos determinantes.

O Brasil pós-Golpe de 2016 é um país entregue à especulação financeira, com uma

estrutura produtiva que retroage, distante do domínio das ciências mais avançadas (principal força produtiva do capitalismo atual), cada vez mais dependente da exportação de commodities e do investimento estrangeiro, perdendo composição técnica, e que produz uma massa sobrando de trabalhadores que não possuem qualificação, nem têm oportunidade para se encaixar no mercado de trabalho, sobrevivendo na informalidade, em trabalhos sazonais e incertos, ou, nos casos mais extremos, impelidos à criminalidade. A curto prazo, nada parece indicar que essa situação será revertida, já que a situação dramática que o país se encontra é o desejo e o resultado das políticas neoliberais defendidas pelas diversas frações da classe dominante e de boa parte da classe média, sempre aliadas às ambições do imperialismo no país. Tampouco os setores progressistas apresentam uma base social ampla e mobilizável para efetivamente disputar o poder e aplicar um amplo projeto de transformações estruturais que acirrarão a luta de classes pela esquerda, e que desembocariam em contestações anticapitalistas e anti-imperialistas. Na verdade, uma parte considerável da esquerda brasileira não deseja tal cenário, pois carece de conteúdo revolucionário e almeja retomar espaços de operação do capitalismo dependente, enquanto que setores mais radicalizados não possuem ainda lastro social para se apresentarem enquanto alternativa viável não só ao neoliberalismo, mas também à esquerda da ordem.

Para um projeto de transformações de larga escala é necessário, no campo das relações sociais, compreender que não há conciliação possível com as forças dominantes locais e estrangeiras, já que seus interesses são justamente em manter as coisas como estão. A viabilidade de um projeto que rompa com a dependência se dá pelo entendimento e materialização de uma política de massas (únicas interessadas na transformação radical do país), que faça protagonista amplas parcelas da população, notoriamente os extratos mais pobres da classe trabalhadora, que precisam ser organizadas e politizadas desde a base, com ênfase na organização territorial, onde forças políticas interessadas na emancipação nacional e social podem disputar o cotidiano das pessoas. Ao mesmo tempo, é necessário entender, em tempos de comunicação instantânea, que essa esfera não é um mero espaço de divulgação, mas sim, um campo de batalha contra as forças que condenam nosso país à subalternidade e ao subdesenvolvimento, e que a utilizam como instrumento de dominação. É necessário saber usar métodos e linguagens que corroborem para a politização da população e o desenvolvimento do país contra as forças do atraso e da vassalagem internacional. Igualmente, é mister a superação de dissensões insignificantes do campo progressista, que não representam absolutamente nada na vida diária da população, e a formulação de um programa comum, com etapas bem delineadas, mas que aponte para um horizonte revolucionário e que

passee pela constante mobilização popular para a superação do capitalismo dependente.

Em relação às forças produtivas é impossível realizar modificações de grande envergadura sem ação direta do Estado. Para fazer o Brasil adentrar o mundo da Revolução Científico-Técnica e romper com a posição que lhe é imposta pela divisão internacional do trabalho é necessário um pesado investimento público em ciência, tecnologia e inovação, incluindo a criação de empresas estatais, mistas, cooperativas e multiestatais, com ou sem a participação da iniciativa privada, para desenvolvimento de tecnologia própria; amplo programa de requalificação da força de trabalho para o domínio dos ramos mais avançados da ciência, especialmente aqueles que necessitam de recursos naturais abundantes no território nacional; controle de setores estratégicos (finanças, energia, comunicação, transportes, infraestrutura, etc) pelo poder público com participação social, criando a estrutura necessária para o desenvolvimento nacional e obedecendo a diretrizes de Estado; formação de ampla rede de direitos sociais e serviços gratuitos de qualidade (saúde, educação, previdência, habitação, etc), combinada com ganhos reais na remuneração da classe trabalhadora do país, formando assim um mercado de massas de alto consumo e aumentando a produtividade do trabalho; amplo investimento em ciências sociais, artes e cultura de corte nacional e latino-americano, para um encontro do povo brasileiro consigo mesmo, combatendo o colonialismo e a subalternidade subjetiva, formando o ambiente ideológico para valorização do povo brasileiro, sua identidade plural e os sentimentos de pertencimento a um projeto civilizacional autônomo e integracionista; política externa de cooperação Sul-Sul, aproveitando o legado do início do século XXI, para transferência de tecnologias para o Brasil e de apoio aos países mais pobres, estabelecendo alianças estratégicas com as nações que representam o futuro da humanidade, posicionando o país de maneira positiva perante as transformações em curso no mundo globalizado. Tratam-se de tarefas hercúleas, mas necessárias, se o povo brasileiro deseja ser verdadeiramente livre no século XXI.

Como todo trabalho científico, ao responder determinadas perguntas, outras e novas foram surgindo e colocam a necessidade de mais investigação. Em primeiro lugar, ao identificar fases distintas da dependência e ter como objeto o atual momento do capitalismo periférico brasileiro, a presente tese abre o desafio para que um dia possamos contar com uma “História Econômica do Brasil” a partir do campo da Teoria Marxista da Dependência, o que nos permitiria um novo entendimento da trajetória econômica nacional a partir de referencial teórico produzido pela própria intelectualidade do país, com ferramentas bem mais condizentes à realidade brasileira. Segundo, é necessário um esforço profundo da TMD de incorporar em suas análises, muito afeitas a investigações sobre a estrutura produtiva, em

especial os recursos naturais, o papel da financeirização para a dependência e a divisão internacional do trabalho, já que este é o eixo da reprodução do capital há várias décadas e – como trabalhado nesta obra – um dos pilares da dominação sobre a periferia na Globalização neoliberal. Uma terceira possibilidade aberta é a necessidade de conceituarmos com mais precisão o que rotulei como “social-democracia periférica”, seu conteúdo, projeto e limites no espaço latino-americano e caribenho, por se tratar de proposta muito perceptível na região durante as décadas iniciais do século XXI e, ao mesmo tempo, muito aquém da radicalidade necessária para a libertação de nossos povos.

No momento do bicentenário de sua independência, o Brasil precisa buscar sua segunda e definitiva emancipação, que somente pode ser uma obra coletiva e de longa duração, sempre em alerta e combativa contra poderosos interesses. O Brasil possui, graças aos recursos disponíveis em seu território e a uma civilização em formação capaz de erigir um monumento étnico-cultural de alta complexidade, um papel de extrema importância no destino da humanidade, principalmente em nos livrar dessa pré-história de exploração e violência que marca nossa existência desde o alvorecer da espécie humana. Para isso, no entanto, será preciso enfrentar nossos próprios demônios e vencer os mais atroz inimigos. Os sujeitos históricos e o conteúdo para isso já se fazem presentes, faltando encontrar a organicidade e o horizonte adequado para tirar estes propósitos do campo das ideias e colocá-los em prática. Largas avenidas aguardam o povo brasileiro ao longo do século XXI. Aprendemos, rapidamente, a caminha-las.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. P. 09-23.
- _____. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. Tradução: Georges Kormikiaris. São Paulo: Boitempo, 2015.
- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Tradução: Fernando Correa Prado, Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Insular, 2012.
- BARBOSA, Nelson. Dez anos de política econômica. In: SADER, Emir (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: CLACSO Brasil, 2013. P. 69-102.
- BORON, Atilio. *Aristóteles em Macondo: reflexões sobre poder, democracia e revolução na América Latina*. Tradução, Fernando Correa Prado. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2011.
- BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precariado. In: MARICATO, Ermínia [et al.]. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. P 79-82.
- _____. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?*. 1ª ed. São Paulo, 2016. P. 55-92.
- CARCANHOLO, Marcelo. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In: VÁRIOS. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. P. 109-131.
- _____. Desafios e perspectivas para a América Latina do século XXI. In: *Argumentum*. Vitória (ES), v.6, n.2, p. 14, jul/dez. 2014. P. 6-25.
- CARCANHOLO, Reinaldo. *Capital: essência e aparência vol. 2*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- CARCANHOLO, Reinaldo; NAKATANI, Paulo. Capitalismo especulativo e alternativas para a América Latina. In: GOMES, Helder (org.). *Especulação e lucros fictícios. Formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Outras Expressões, 2015. P. 89-124.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 7.ed. LTC: Rio de Janeiro, 1970.
- CHAUÍ, Marilena. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, Emir (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: CLACSO Brasil, 2013. P. 123-134.

DOS SANTOS, Theotonio. *O conceito de classes sociais*. Tradução de Orlando dos Reis. Petrópolis: Vozes, 1983a.

_____. *Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo*. Tradução de Hugo Boff. Petrópolis: Vozes, 1983b.

_____. *Revolução científico-técnica e acumulação de capital*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Economia mundial*. Integração regional e desenvolvimento sustentável. As novas tendências da economia mundial e a integração latino-americana. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1994a.

_____. *A evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da “Nova República”*. Petrópolis: Vozes, 1994b.

_____. *Do terror à Esperança*. Auge e declínio do neoliberalismo. Aparecida: Ideias e Letras, 2004.

_____. *Teoria da Dependência*. Balanço e perspectivas. Theotonio dos Santos. Obras Escolhidas. V.1. Florianópolis: Editora Insular. Edição revista e ampliada, 2015.

_____. *Desenvolvimento e civilização: ensaios dedicados a Celso Furtado*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.

DRAIBE, Sônia Miriam. Qualidade de vida e reformas de programas sociais: o Brasil no cenário latino-americano. *Lua Nova*, São Paulo, n. 31, p. 05-46, dez. 1993.

Disponível em :<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000300002&lng=pt&tlng=pt> Acesso em 10 de outubro de 2017.

DREIFUSS, René. *O jogo da direita*. Petrópolis: Vozes, 1989.

FERNANDES, Luis. *A revolução bipolar: a gênese e derrocada do socialismo soviético*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; [São Paulo]: Anita Garibaldi, 2017.

FERREIRA, Carla. Subimperialismo. In: LUEDEMANN, Cecília; YOSHIDA, Miguel M. C. (org.). *Ruy Mauro Marini e a dialética da dependência*. São Paulo: Expressão Popular, 2014. P. 74-83.

FIESP. *Livre para crescer*. Propostas para um Brasil moderno. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1990.

FIESP; CIESP. *Panorama da indústria de transformação brasileira*. 14ª Edição. São Paulo: FIESP, 30 de junho de 2017. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/panorama-da-industria-de-transformacao-brasileira/>> Acesso em 28 de agosto de 2017.

FIORI, José Luis. *60 lições dos 90*. Uma década de neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. 1ª Edição. São Paulo: LTC, 2014.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

_____. *A grande ruptura: a natureza humana e a reconstrução da ordem social*. Tradução Nivaldo Montingelli Junior. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GIDDENS, Anthony. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *O debate global sobre a terceira via*. Tradução Roger Maioli dos Santos. São Paulo: UNESP, 2007.

GOLDENSTEIN, Lúcia. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GOMES, Gerson; CRUZ, Carlos Antonio Silva da. *Vinte anos de economia brasileira 1995-2014*. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, 2015.

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HAYEK, Friederich. *O caminho da servidão*. 2ª ed. Porto Alegre: Globo, 1977.

KLACHKO, Paula; ARKONADA, Katu. *As lutas populares na América Latina e os governos progressistas: crises e desafios da atualidade*. Tradução de Maria Almeida. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2017.

KORYBKO, Andrew. *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. Tradução de Thyago Antunes. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LEITE, Paulo Moreira. *A outra história da Lava-jato*. 2ª edição ampliada. São Paulo: Geração, 2016.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LÖWY, Michael. *Método dialético e teoria política*. Tradução de Reginaldo Di Piero. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência/uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Emir Sader (org.) Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000a. P. 105-165.

_____. Processo e tendências da globalização capitalista. In: *Dialética da Dependência / uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Emir Sader (org.) Petrópolis, RJ: Vozes, 2000b. P. 269-295.

_____. As razões do neodesenvolvimentismo (resposta a Fernando Henrique Cardoso e José Serra). In: *Dialética da Dependência / uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Emir Sader (org.) Petrópolis, RJ: Vozes, 2000c. P. 167-241.

_____. Memória. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro*

Marini vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005. P. 57-134.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*; tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. Supervisão editorial Mario Duayer; tradução Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. Tradução Rubens Enderle. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *O capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global de produção do capital*. Tradução Rubens Enderle. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

NERI, Marcelo. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime, LUCE, Mathias (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012a. P. 37-86.

_____. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime, LUCE, Mathias (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012b. P. 103-133.

PAULANI, Leda. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Capitalismo financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010. P. 109-134.

POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

PRADO, Fernando Correa. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. In: *Comunicação e política*, v. 29, n.2, 2010. P. 68-94.

REZENDE, Sérgio Machado. Uma década de avanço em ciência, tecnologia e inovação no Brasil. In: SADER, Emir (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*.

São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: CLACSO Brasil, 2013. P. 265-283.

RICHTA, Radovan. *Economia socialista e revolução tecnológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

ROSTOW, Walt Whitman. *As etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SADER, Emir (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: CLACSO Brasil, 2013a.

_____. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, Emir (org.) *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: CLACSO Brasil, 2013b. P. 135-143.

SANTOS, Roberto Santana. Uma análise estrutural do fim da Ditadura. In: *História e luta de classes*. Ano 10. Nº 17. Mar. 2014a. P. 53-57.

_____. *Coronéis e empresários: da esperança da transição democrática à catástrofe neoliberal (1985-2002)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014b.

_____. Ciência Sem Fronteiras, Revolução Científico-Técnica e Inserção Brasileira no Mundo Globalizado. In: *Anais ENEPI 2017*. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2017. P. 989-1002. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1EX3XDKFNYnMxhzm5W8xBj_8waB6fiqRE/view>

Acesso em 26 de novembro de 2018.

SANTOS, Roberto Santana; PITILLO, J.C.P. O fim da Nova República: quebra do arranjo político, crise de representatividade e golpe de Estado no ocaso da república liberal brasileira. In: *Latinidade* (Rio de Janeiro), v. 10, 2018, p. 179-212.

SECCO, Lincoln. *História do PT*. 4ª edição. Cotia, SP. Ateliê Editorial, 2015.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimento. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (org.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?*. 1ª ed. São Paulo, 2016. P. 21-54.

_____. *O lulismo em crise*. Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, Paul. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). *O desmonte da nação: balanço do governo FHC*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999. P. 25-44.

TAUTZ, Carlos et al. O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário. In: VÁRIOS. *Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. P. 249-286.

TOUSSAINT, Eric. *La bolsa o la vida: las finanzas contra los pueblos*. 2ª ed. Buenos Aires:

CLACSO, 2004.

TRASPADINI, Roberta. *A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. 2ª edição. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *The modern world system*. Capitalist agriculture and the origins of the European World-Economy in the Sixteenth century. New York: Academic Press, 1974.

ZUCOLOTO, Graziela; CASSIOLATO, José. Desenvolvimento tecnológico por origem de capital: a experiência brasileira recente. In: *Revista Brasileira de Inovação*, Campinas (SP), 12 (1), p.133-170, janeiro/junho 2013.

Sites

Bases de dados e outros sites utilizados para coleta de fontes

ADVFN Brasil – <br.advfn.com>
 Auditoria Cidadã da Dívida - <www.auditoriacidada.org.br>
 Banco Central (base de dados) - <www.dadosabertos.bcb.gov.br/>
 Banco Mundial (base de dados) - <<https://data.worldbank.org/>>
 DIEESE - <<https://www.dieese.org.br>>
 FIESP - <www.fiesp.com.br>
 Fundación BBVA Micro Finanzas - <www.fundacionbbvamicrofinanzas.org>
 Index Mundi - <www.indexmundi.com>
 IPEA (base de dados) - <www.ipeadata.gov.br>
 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - <www.mdic.gov.br>
 OECD (base de dados) - <<https://data.oecd.org/>>
 Planalto (Presidência da República) - <www2.planalto.gov.br>
 Tesouro Nacional - <www.tesouro.fazenda.gov.br/series-historicas>
 Trading Economics - <www.tradingeconomics.com>
 UNESCO (versão em inglês) - <en.unesco.org>

Sites utilizados para notícias, informações e afins

Brasil (governo) - <www.brasil.gov.br>
 Caritas - <www.caritas.org.br>
 Carta Capital - <www.cartacapital.com.br>
 Exame - <www.exame.abril.com.br>
 G1 - <www.g1.globo.com>
 O Globo - <www.oglobo.globo.com>
 Poder Naval - <www.naval.com.br>
 Portal Terra - <www.terra.com.br>
 PT no Senado - <www.ptnosenado.org.br>
 UNQ Import & Export - <www.unq.com.br>
 UOL - <www.uol.com.br>
 Vale - <www.vale.com/brasil>
 Vermelho - <www.vermelho.org.br>